



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
INSTITUTO DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E  
LINGUÍSTICA**

**TOPONÍMIA DOS MUNICÍPIOS BAIANOS:  
DESCRIÇÃO, HISTÓRIA E MUDANÇAS**

por

**RICARDO TUPINQUIM RAMOS**

**Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Suzana Alice Marcelino da Silva Cardoso**

**SALVADOR  
2008**

**RICARDO TUPINIQUIM RAMOS**

**TOPONÍMIA DOS MUNICÍPIOS BAIANOS:  
DESCRIÇÃO, HISTÓRIA E MUDANÇAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação  
em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia como pré-requisito  
para a obtenção do título de Doutor em Letras e Linguística.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Suzana Alice Marcelino da Silva Cardoso

**SALVADOR  
2008**

## FOLHA DE APROVAÇÃO

**RICARDO TUPINIQUIM RAMOS**

### **TOPONÍMIA DOS MUNICÍPIOS BAIANOS: DESCRIÇÃO, HISTÓRIA, MUDANÇAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia como pré-requisito para a obtenção do título de Doutor em Letras e Linguística.

Aprovada com distinção em 10/04/2008.

#### **Banca Examinadora**

---

**Suzana Alice Marcelino da Silva Cardoso**

Doutora em Letras e Linguística (UFBA)  
Orientadora

---

**Américo Venâncio Lopes Machado Filho**

Doutor em Letras e Linguística (UFBA)  
Examinador

---

**Aparecida Negri Isquerdo**

Doutora em Letras e Linguística (UFMS)  
Examinadora

---

**Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti**

Doutora em Linguística (UFBA)  
Examinador

---

**Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick**

Doutora em Linguística (USP)  
Examinadora

## AGRADECIMENTOS E DEDICATÓRIA

Primeiramente, a meus pais, Dailson Domingos Ramos e Ângela Maria Tupiniquim Ramos; aos padrinhos, Maria Cristina Serravalle Gomes e Adilson Menezes Leite, e aos tios Ângelo Gabriel Serravalle Tupiniquim e Maria Beatriz Ramos Leite, pelos constantes apoio e incentivos dispensados em todos os momentos de minha vida e pelas lições que fizeram de mim o que hoje sou.

Ao meu Mestre, Dr. Daisaku Ikeda, pelas seguras orientações que, ao longo dos últimos 20 anos, vêm me direcionando a vida e os esforços laborais e intelectuais na luta pela paz, pela cultura e por uma educação humanística.

A todos os educadores do extinto Ginásio Nossa Senhora das Graças, onde cursei o a Educação Infantil e o Ensino Fundamental entre 1978 e 1989, por terem construído a base do estudioso que me tornei; em especial à sua diretora, Prof.<sup>a</sup> Tânia Cunha, e à Prof.<sup>a</sup> Maria do Carmo, esta, também por ter me dado acesso às letras, como alfabetizadora.

Ainda no rol das preceptoras, àquelas dos tempos de graduação: Olívia Selighson Wenceslau da Silva, pela segura orientação nos primeiros passos na trilha da investigação científica; Maria de Pompéia Duarte Santana e Souza, pela sincera amizade e incentivos à pesquisa; Jaciara Ornélia Nogueira de Oliveira, hoje colega unebiana, pela sempiterna amizade, pela oportunidade de convívio com sua família, pelo direcionamento no estudo do latim e pelos constantes incentivos e parcerias acadêmicas desde então.

*Ab immo corde*, a Suzana Alice Cardoso, sem cuja lúcida e firme orientação não existiria o presente trabalho, nem o seu antecessor, dos tempos do Mestrado... a ela, um agradecimento à parte pelos exemplos de abnegação e humildade científicas e de paciência e generosidade de Mestre e mãe.

A Lenice, pelo amor, parceria e compreensão, apoio moral, humano e até laboral ao longo de toda a pesquisa, e pela sustentação do meu avanço na reta final da feitura deste trabalho.

Uma dedicatória especial à minha filha Laura, tão pequena e ainda incapaz de entender os esforços e estudos de seu pai.

Por fim, mas, antes de tudo e independentemente do nome que se lhe der, à força mística que rege o universo e conspira em favor dos que trabalham e se esforçam honestamente na perseguição de seus objetivos.



*“O mito se encontra no ato de nomear: tudo o que for nomeado torna-se real, como a própria coisa. O nomear dá nome às coisas, isto é, cria-as. ‘A princípio era o Verbo’ significa isto: o nomear funda a realidade que é nomeada. Em lugar de um nome representar uma coisa, na nomeação há uma identificação do nome com a coisa (que não existia antes da nomeação). O nome não só designa, mas é a própria realidade. [...] Essa posse do nome é considerada ‘demoníaca’ ou mágica, no sentido de que o homem estaria de posse da capacidade de criar o mundo através da nomeação, ou seja, tomar o lugar dos antigos deuses”.*

Rogel Samuel, Novo Manual de Teoria Literária, 4ª ed., p. 23.

*“A realidade nomeada sofre uma modificação, desde que a palavra a desnuda e lhe faz perder a inocência”.*

Vítor Manuel de Aguiar e Silva, Teoria da Literatura, 3ª ed., p. 120.

*“O que é da terra é da terra e fala da terra”.*

Evangelho de São João, 3; 31

*“Quanto mais profundas as raízes, mais fecundos os galhos; quanto mais distante a fonte, mais longo o curso d’água”.*

Retribuição aos Débitos de Gratidão, 91

## RESUMO

O topônimo ou nome geográfico é objeto de estudo da Toponímia, ciência lexical e interdisciplinar, pois dependente de dados geográficos, históricos, antropológicos, sociológicos, etc. Dotado de significante, significado etimológico (com transparência associada ao grau de conhecimento especializado do falante), de função identificadora quanto ao local referente e identitária quanto a seu habitante, o topônimo é um signo linguístico especial. Como nome comum, toponímia se refere a um conjunto de topônimos. Até hoje, nunca houve estudo sistemático, sincrônico ou diacrônico, da toponímia municipal baiana. Essa lacuna gerou a necessidade de um trabalho descritivo e interpretativo dos atuais (ano 2000) 417 nomes e reconstitutivo de sua cadeia anterior em alguns períodos (1824, 1889, 1940 e 1970), com vistas a: identificar a natureza, estrutura e origem dos nomes; a motivação e tendências na definição e escolha dos nomes; a relação, possível, entre esses e o povoamento das áreas; os padrões de mudança toponímica (aspecto teórico inédito, no Brasil); indicar áreas de saliente influência portuguesa, africana e indígena, concentrando-se nesta, com destaque para a de procedência tupi; e, ainda, a apresentar a situação da toponímia nas sincronias apontadas. Inicialmente, houve o levantamento e registro dos dados geográfico-históricos e socioculturais de cada município em fichas padronizadas, base para a elaboração de glossário, fonte, por sua vez, dos quadros com dados toponímico-históricos, que evidenciam duas grandes áreas de marcante presença tupi: a Serra Geral e o Planalto da Conquista; e a Faixa Litorânea. Zona de colonização antiga, esta reflete uma autêntica influência de antigos falantes do tupi-antigo, fossem índios ou colonizadores; graças à sua integração tardia do resto do Estado, aquela reflete os modismos da época. A exiguidade de dados da grande matriz etnolinguística africana não permite afirmar a existência de áreas de influência africana. Contudo, uma ampla área descontínua concentra os topônimos dessa procedência, inclusive o híbrido, atuais (Litoral Sul, Serra Geral, Sudoeste). Ademais, dados históricos complementares mostram maior incidência de topônimos africanos na nomenclatura de vilas e povoados do fim do século XIX, possibilitando a identificação futura de outras áreas congêneres. Não se pode indicar área de maior influência portuguesa na macrotoponímia baiana por ser geral a presença de nomes dessa origem no Estado. Os dados mostram a oposição descrição X homenagem como os mais recorrentes processos de nomeação, verdadeiros arquétipos toponímicos. Entre 1824 e 1890, não houve mudança significativa nesses mecanismos. A partir de 1940, houve um crescimento de referências ao poder político e um decréscimo significativo de referências ao poder sobrenatural, movimento estabilizado a partir de 1970, embora alguns dados mostrem o avanço de homenagens ao poder secular. Composição e formação simples são os processos morfológicos mais recorrentes, embora derivação e flexão estejam presentes em todo o *corpus*, que também registra a passagem de nomes de acidentes naturais para acidentes humanos. Na formação da macrotoponímia baiana, são recorrentes alguns lexemas, sobretudo, entre nomes tupis, a maioria descritiva, alguns de baixa incidência ou isolados; há também gramemas muito recorrentes. Entre aqueles, uns funcionam como elemento determinado ocupando, no sintagma toponímico, as posições inicial ou final (com adjetivo determinante) e medial (em relação genitiva pura ou com construção locativa). Não há fósseis linguísticos só entre os municípios mais antigos, porque alguns mais recentes também os contêm. Do pós-Independência até meados da década de 1950, foi comum a substituição de formas portuguesas por tupis. O *corpus* baiano não confirma totalmente o padrão descontínuo de mudança toponímica, impossibilitando afirmar a existência de unidirecionalidade descontínua nessas mudanças, para as quais foi possível identificar 10 categorias, pareadas a partir de 5 critérios cumuláveis: fator condicionante (mudanças espontâneas ou naturais X planejadas ou sistemáticas); conservação/inação de categoria (mudanças parciais, de forma ou formais X totais, de forma e conteúdo ou categoriais); relação entre o tamanho dos topônimos antigo e novo (mudanças por ampliação X por redução); conservação linguística (mudanças internas X externas ou traduções); presença de formantes de nome anterior (mudanças por conservação lexical X regressão).

**Palavras-chave:** Toponímia. Municípios. Bahia. Mudanças.

## ABSTRACT

Toponym or geographical- (or place-) name is the object of Toponymy, a lexical and interdisciplinary science, based on geographic, historical, anthropological, sociological, etc. data. It's a special linguistic sign, formed by significant, etymological meaning (whose transparency is associated to speaker's specialized knowledge), an identifying function to the referent place and an identity-attribution function to its inhabitant. As a common name, toponymy means a set of place-names. Until now, there has never been a systematic study of Bahia municipal place-names. It demanded a descriptive and interpretative work of current (year 2000) 417 names and a reconstitutive one of their previous chain in some periods (1824, 1889, 1940, 1970), in order to identify: the nature, structure and origin of names; motivation and trends on the definition and choice of names; the possible relationship between them and the settlement of areas; the patterns of toponymic change (unexplored theoretical theme in Brazil); areas of salient Portuguese, African and Indigenous influence, focusing on this last one and emphasizing Tupi origin; the disposition of names at those pointed years. First, there was the survey and registration of geographic-historical and socio-cultural data of each municipality on standard formularies, base for the elaboration of a glossary, source, in turn, for tables of toponymic-historical data, which show the existence of two large areas of Tupi presence: Serra Geral 'the Large Mountain Range' and Planalto da Conquista 'the Conquest Plateau' area; the Coastal Strip. Zone of ancient colonization, this one reflects an authentic influence of old ancient Tupi speakers, whether Indians or colonizers; those, cause of their latest integration to other regions of Bahia, reflects time fads. Limited data from the large African ethnolinguistic matrix don't allow affirming the existence of African influence areas. However, there is a large discontinuous area that concentrates African five current toponyms and a hybrid form (the South Coast, the Serra Geral, the Southwest). In addition, complementary historical data show a higher incidence of African toponyms in the late 19<sup>th</sup>-century Bahian village nomenclature, enabling future identification of other African-influenced areas. It wasn't possible, either, to identify an area of greatest Portuguese influence on Bahian macrotoponymy, because Portuguese names are general. The data point to an opposition between description and homage as the most recurrent naming processes and as true toponym archetypes. Between 1824 and 1890, there was no significant change in these mechanisms. From 1940 on, there was a growth in references to political power and a significant decrease in references to supernatural power, a movement stabilized from 1970 on, although some data show the advance of homage to secular power. Simple formation and composition are the most recurrent morphological processes in the *corpus*, although derivation and flexion are present throughout history. In all Bahia, there is the passage of natural-reference names to cultural-reference ones. On Bahian macrotoponymy formation, some lexemes and grammar morphemes are recurrent, especially Tupi ones (mostly descriptive, some with low or isolated incidence). Among them, some work as a determined element, occupying, inside toponymic phrase, initial or final position (accompanied by a determining adjective) and medial position (on pure genitive relation or added by locative construction). There's no concentration of linguistic fossils only among the oldest municipalities, because some of the newest cities also contain them. From post-independence until the mid-1950s, it was common the replacement of Portuguese forms by Tupis ones. Bahian *corpora* doesn't fully confirm the discontinuous pattern of toponymic change; so, the existence of discontinuous non-directionality of these changes is not affirmable. It was possible to identify 10 categories of toponymic change, paired from 5 cumulative criteria: conditioning factor (spontaneous or natural changes vs. planned or systematic ones); category conservation / innovation (partial or formal changes vs. total or categorical ones); relationship between the size of old and new name (magnification changes vs. reduction ones); linguistic conservation (internal changes vs. translations or external ones); presence of formants from the old name (lexical conservation changes vs. regression).

**Key-words:** Place names. Bahia municipalities. Place name changes.

## Lista de quadros e quadros-resumo

	<b>página</b>
Quadro 1: Taxonomia Toponímica de Dick (1990) e acréscimos	59
Quadro 2: Brasil – rede urbana colonial	75
Quadro 3: Ciclos da escravidão atlântica, produção econômica a eles associada no Brasil, época, origem dos negros traficados, línguas africanas introduzidas no Brasil	154
Quadro 4: Percentual dos grupos étnicos na formação da população brasileira dos séculos XVI ao XIX, com base nos censos demográficos do período	156
Quadro 5: 1827 – Número de ocorrências e distribuição percentual em ordem decrescente dos nomes dos municípios baianos por categorias toponímicas específicas	168
Quadro 6: 1890 – Número de ocorrências e distribuição percentual em ordem decrescente dos nomes dos municípios baianos por categorias toponímicas específicas	171
Quadro 7: 1940 – Número de ocorrências e distribuição percentual em ordem decrescente dos nomes dos municípios baianos por categorias toponímicas específicas	175
Quadro 8: 1970 – Número de ocorrências e distribuição percentual em ordem decrescente dos nomes dos municípios baianos por categorias toponímicas específicas	179
Quadro 9: 2000 – Número de ocorrências e distribuição percentual em ordem decrescente dos nomes dos municípios baianos por categorias toponímicas específicas	185
Quadro 10: Distribuição percentual decrescente dos tipos de mudança toponímica	194
Quadro 11: Número de ocorrências e distribuição percentual da toponímia de procedência Tupi referente aos atuais municípios baianos por RE	218
Quadro 12: Distribuição percentual da toponímia de procedência Tupi referente aos atuais municípios baianos por regiões fisiológicas	219
Quadro 13: Distribuição por regiões fisiológicas do total de municípios baianos atuais em comparação com os municípios baianos com nomes de procedência Tupi	219
Quadro 14: Zonas fisiológicas baianas de incidência de municípios com topônimos de origem Tupi referentes à fauna e à flora	220
Quadro 15: Lexemas Tupi do campo semântico “água” de baixa incidência na toponímia dos municípios baianos	225

Quadro 16:	Zonas fisiológicas baianas de incidência de municípios com topônimos de origem Tupi referentes à terra	225
Quadro 17:	Categorias referentes a elementos de natureza antropocultural presentes na toponímia de origem Tupi dos atuais municípios baianos: número de ocorrências e percentual em ordem decrescente	227
Quadro 18:	Produtividade de alguns lexemas Tupi na toponímia histórica dos municípios baianos	229
Quadro 19:	Povoados baianos (hoje municípios) que, entre o início do século XIX e 1940, tinham nomes africanos, suas RE, categoria toponímica, procedência e atuais nomes	230
Quadro 20:	Distribuição regional dos hierotopônimos referentes a municípios baianos em 1827	238
Quadro 21:	Distribuição regional dos hierotopônimos referentes a municípios baianos em 1890	239
Quadro 22:	Distribuição regional dos hagiopônimos referentes a municípios baianos em 1940	240
Quadro 23:	Distribuição regional dos hierotopônimos referentes a municípios baianos em 1970	241
Quadro 24:	Distribuição regional dos hierotopônimos e dos poliotopônimos devocionais referentes a municípios baianos em 2000	242
Quadro-resumo 1:	1827 – Toponímia dos municípios baianos: categorização procedência e processos de formação	170
Quadro-resumo 2:	1890 – Toponímia dos municípios baianos: categorização, procedência e processos de formação	174
Quadro-resumo 3:	1940 – Toponímia dos municípios baianos: categorização, procedência e processos de formação	178
Quadro-resumo 4:	1970 – Toponímia dos municípios baianos: categorização, procedência e processos de formação	184
Quadro-resumo 5:	2000 – Toponímia dos municípios baianos: categorização, procedência e processos de formação	192

## Lista de gráficos, figuras e esquemas

	<b>página</b>
Gráfico 1: Trajetória das categorias de natureza física e das categorias de natureza antro-po-cultural na nomeação de municípios baianos, ao longo das cinco sincronias	206
Gráfico 2: Trajetória do percentual dos nomes descritivos e dos comemorativos na nomeação de municípios baianos, ao longo das cinco sincronias	207
Gráfico 3: Trajetória do percentual dos processos de formação lexical ao longo das cinco sincronias	208
Gráfico 4: Procedência idiomática da toponímia referente aos municípios baianos ao longo das cinco sincronias	217
Gráfico 5: Trajetória dos topônimos referentes ao poder político e ao poder sobrenatural na nomeação de municípios baianos, ao longo das cinco sincronias	243
Figura 1: Regiões Econômicas da Bahia	20
Esquema 1: Formação territorial do Piemonte da Chapada a partir das sucessivas divisões do município de Jacobina	113

## LISTA DE ABREVIATURAS

<b>?</b> = obscuro, controverso	<b>RMS</b> = Região Metropolitana de Salvador
<b>A</b> = ano	<b>RPPN</b> = Reserva Particular de Proteção Natural
<b>AG</b> = acidente(s) geográfico(s)	<b>SEI</b> = Superintendência de Estudos Econômicos do Estado da Bahia
<b>AH</b> = acidente(s) humano(s)	<b>suf.</b> = sufixo
<b>APA</b> = Área de Preservação Natural	<b>top.</b> = topônimo
<b>ar.</b> = árabe	<b>Tp.-ant.</b> = <b>Tupi-antigo</b>
<b>arc.</b> = arcaico ou arcaísmo	<b>Tp.-md.</b> = <b>Tupi-médio</b>
<b>aum.</b> = aumentativo	<b>Tp.-mod.</b> = <b>Tupi-moderno</b>
<b>c/</b> = com	<b>v.</b> = ver ou verbete
<b>d. ou déc.</b> = década	<b>vt</b> = vogal temática
<b>deriv.</b> = derivação ou derivacional	<b>X &lt; Y</b> = X procede de Y
<b>dim.</b> = diminutivo	<b>X &gt; Y</b> = X muda para Y
<b>esp.</b> = espanhol	
<b>f.</b> = fim ou final	
<b>fem.</b> = feminino	
<b>fl.</b> = flexão ou flexional	
<b>flm.</b> = flamengo	
<b>fr.</b> = francês	
<b>gaul.</b> = gaulês	
<b>Gd.</b> = gerúndio	
<b>germ.</b> = germânico	
<b>gr.</b> = grego	
<b>hb.</b> = hebraico	
<b>IfPr</b> = infinitivo presente	
<b>lmb.</b> = <b>imbundo</b>	
<b>in.</b> = início	
<b>ingl.</b> = inglês	
<b>isl.</b> = islandês	
<b>it.</b> = italiano	
<b>Kik.</b> = <b>Kikongo</b>	
<b>Kimb.</b> = <b>Kimbundo</b>	
<b>King.</b> = <b>Kinguana</b>	
<b>l.</b> = <b>linha</b>	
<b>lt.</b> = <b>latim</b>	
<b>lt. cl.</b> = <b>latim clássico</b>	
<b>lt. ib.</b> = <b>latim ibérico</b>	
<b>lt. lus.</b> = <b>latim lusitano</b>	
<b>lt. vg.</b> = <b>latim vulgar</b>	
<b>m.</b> = <b>meados</b>	
<b>masc.</b> = <b>masculino</b>	
<b>mud. fon.</b> = <b>mudança fonética</b>	
<b>nº.</b> = número	
<b>p</b> = página	
<b>p/ ext.</b> = por extensão	
<b>PaPt</b> = particípio passado	
<b>PB</b> = português brasileiro	
<b>pl.</b> = plural	
<b>pref.</b> = prefixo	
<b>prov.</b> = provençal	
<b>pt.</b> = português	
<b>RE</b> = região econômica	
<b>regr.</b> = regressiva	

## SUMÁRIO

	<b>página</b>
<b>Apresentação</b>	16
<b>1 - Introdução</b>	24
1.1 Breve histórico dos estudos toponímicos	24
1.2 Coleta de dados, instrumentos e procedimentos de análise	31
1.3 Atlas toponímico: produto e fonte de pesquisa da Toponímia	41
1.4 Pressupostos deste estudo	41
<b>2 - Topônimo, o nome de lugar</b>	43
2.1 Aproximação do conceito	43
2.1.1 Importância dos topônimos	52
2.1.2 Estrutura do signo toponímico	53
2.1.3 Taxonomia toponímica	55
2.2 A mudança toponímica	60
2.2.1 A mudança toponímica e sua caracterização como mudança linguística geral	60
2.2.2 Tipologia das mudanças toponímicas	66
<b>3 - Bases históricas da toponímia dos municípios baianos</b>	71
3.1 O Município no Brasil: origens, formação e desenvolvimento	71
3.2 Formação territorial das Regiões Econômicas da Bahia	84
3.2.1 O antigo território do Além-São Francisco, atuais Oeste da Bahia e Médio São Francisco Baiano	93
3.2.2 A Região Econômica do Baixo-Médio São Francisco	102
3.2.3 A Região Econômica de Irecê	106
3.2.4 O Piemonte da Chapada	110
3.2.5 O Nordeste e o Litoral Norte do Estado da Bahia	117
3.2.6 O território da antiga Capitania do Peroaçu, Paraguaçu ou Recôncavo	121
3.2.7 A Chapada Diamantina	125
3.2.8 A Serra Geral e o Sudoeste da Bahia	127
3.2.9 O Litoral e o Extremo Sul	133
<b>4 - A constituição histórica do PB e seus reflexos na formação da toponímia baiana</b>	137
4.1 Os diferentes estratos etnolinguísticos do PB	137
4.1.1 O estrato nativo	137
4.1.2 O estrato colonizador português	146
4.1.3 O estrato colonizador africano	152
4.2 Aspectos da herança vocabular ameríndia e africana para o PB	161
4.2.1 O vocabulário de origem Tupi do PB	162
4.2.1 O vocabulário de origem africana do PB	166
<b>5 - Descrição de Dados</b>	168
5.1 Os dados sincrônicos	168
5.1.1 A sincronia 1827	168



5.1.2 A sincronia 1890	171
5.1.3 A sincronia 1940	175
5.1.4 A sincronia 1970	179
5.1.5 A sincronia 2000	185
5.2 Descrição dos dados diacrônicos: as mudanças toponímicas	193
<b>6 - Análise e Interpretação de Dados</b>	206
6.1 Nomenclatura dos municípios baianos: motivação, estrutura, origem e tendências na definição de escolha	206
6.2 A toponímia municipal baiana de origem Tupi	218
6.3 A toponímia municipal baiana de origem africana	230
6.4 Toponímia e poder: a Igreja e a política na formação da toponímia dos municípios da Bahia	232
<b>7 - Retomadas e Prospecções</b>	244
<b>Referências</b>	247
<b>Apêndice A:</b> Glossário Toponímico dos Municípios Baianos	262
<b>Apêndice B:</b> Atlas toponímico-histórico dos municípios da Bahia	450
<b>Apêndice C:</b> Os dados das diferentes sincronias	486
<b>Apêndice D:</b> Levantamento de dados complementares	510
<b>Apêndice E:</b> Ficha Lexicográfico-toponímica	549

## APRESENTAÇÃO

Nesta tese, apresentamos os resultados do Projeto de Pesquisa desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística acerca das denominações dos municípios baianos, com o aporte de dados históricos, geográficos e políticos, tomando por referência a divisão do Estado vigente em 2000, a partir da qual se tenta reconstituir a cadeia anterior de nomes para cada município em períodos determinados, com vistas a identificar:

- a) a origem das denominações;
- b) a natureza, estrutura mórfica e origem dos nomes fixados;
- c) a motivação e as tendências na definição e escolha dos nomes;
- d) a relação, possível, entre os nomes e o povoamento das áreas;
- e) os padrões de mudança toponímica.

Além desses, a pesquisa tem por objetivos secundários:

- determinar, se possível, áreas de saliente influência portuguesa, africana e indígena, concentrando-se, sobretudo, nesta última, com destaque para o estudo da toponímia de procedência Tupi;
- fornecer, sob a forma de cartas linguísticas, a situação da toponímia nas diferentes sincronias apontadas.

Assim, embora utilize o instrumental da Dialetoлогия (as cartas linguísticas), é um estudo de Lexicologia, especificamente, no campo da Onomástica, envolvendo de forma mais direta a Toponímia, termo que, neste trabalho, pode ser tomado em duas acepções básicas: ciência e objeto de conhecimento. Nesta, refere-se a um conjunto de topônimos<sup>1</sup> ou nomes próprios de lugar. Naquela, comporta ainda dois sentidos:

- 1) o de estudo desses nomes, amplo campo de pesquisa, cujo interesse não se circunscreve ao âmbito acadêmico, já que provocam a curiosidade do povo em geral, que lhe demonstra um natural interesse; e

---

<sup>1</sup> Adiantando algo de que se tratará depois com mais densidade, os topônimos surgem quando o nomeador seleciona um item lexical comum (aqui denominado forma-base originária), entre outros tantos, à disposição na língua, e o atribui a determinado lugar.

2) o de ramo da Onomástica ocupado do estudo integral, no tempo e no espaço, dos aspectos geo-históricos, sócio-econômicos e antropolinguísticos que permitem a um nome de lugar originar-se e manter-se.

Uma definição tradicional da toponímia restringiria sua atuação ao estudo da origem e significação dos nomes de lugar, “ao mesmo passo que lhes pesquisa a correção ortográfica e prosódica” (CAVALCANTI, 1918, p. 164), o que é pouco, pois já é

o momento de transcender ao grau superior de maturidade, de forma que a toponímia e a onomástica podem ser consideradas como maiores de idade entre as ciências do nome e não como pobres servas da filologia e da etimologia. (DORION 1984)

Atualmente, portanto, procura-se valorizar um prisma complementar a esses aspectos, a chamada etiologia do topônimo, que comporta o estudo:

- das causas e das circunstâncias originárias de um topônimo;
- dos fatores favorecedores da generalização do uso de um topônimo;
- do ponto de vista que se apropria da natureza do nome;
- da significação global: soma dos significados etimológico e etiológico.

O presente trabalho situa-se especificamente neste último âmbito, pois tem por objeto os nomes próprios dos municípios baianos, a serem abordados a partir de uma dupla perspectiva:

- um enfoque histórico e linguístico-histórico – que procede ao estudo da sucessão dos nomes atribuídos a cada município, desde o seu surgimento até hoje, detectando os principais tipos de mudança e suas possíveis causas;

- um enfoque propriamente linguístico e sincrônico – que busca analisar a toponímia municipal baiana, estudar-lhe os processos de constituição mórfica e apontar-lhe as diferentes procedências (portuguesa, indígena, africana ou outra), nos momentos históricos definidos: 1827, 1890, 1940, 1970 e 2000.

A escolha desses marcos temporais não foi aleatória, pois representam momentos especiais da história do país e/ou da Bahia: 1827 é o ano de organização da primeira divisão administrativa da Província da Bahia após a independência; 1890 é o ano da primeira redefinição dessa divisão da fase republicana; 1940 e 1970, respectivamente, auges da Era Vargas e da Ditadura Militar, são momentos de repressão às pretensões emancipacionistas de distritos e

povoados em todo o país por meio de rígidas legislações; 2000, último ano do século XX, marca um período de criação de poucos novos municípios. Além disso, outro motivo para a escolha é o fato de já estarem levantados (cf. Bahia 2003) os nomes dos municípios baianos dessas épocas, o que, sem dúvidas, facilita a de coleta de dados.

Embora definida como um campo das ciências da linguagem, a toponímia se constrói a partir do suporte de outros campos do saber, tendo o que atualmente se chama caráter inter ou, ainda, transdisciplinar. Logo, o seu conhecimento se relaciona ao de outras áreas, sem confundir-se com eles e sem negá-los. Ela assume, assim, uma perspectiva capaz de integrar métodos e um número considerável de conhecimentos de campos muito diversos de maneira direta ou vertical e indireta ou horizontal, predominando, contudo, a perspectiva linguística, com valoração, em particular, da pesquisa etimológica.

Neste sentido, o estudo da toponímia é de interesse linguístico porque:

- fornece elementos importantes na reconstituição do conhecimento sobre os povos que habitaram uma determinada região no passado;
- permite encontrar ou confirmar transferências de fronteiras linguísticas num dado território;
- ajuda a reconstituir a cronologia das evoluções morfosintáticas ocorridas nas línguas dos antigos povos habitantes de uma região;
- evidencia fósseis gramaticais e lexicais;
- fornece elementos para uma melhor compreensão de certos fenômenos de mudança fonética;
- possibilita identificar diferentes etapas no processo de regressão.

Quanto aos relacionamentos inter e transdisciplinares da toponímia, o estudioso precisa manter uma atitude epistemológica claramente aberta, já que a disciplina vive de conceitos, dados e teorias da história, geografia e da própria linguística e, vez por outra, recorre à epigrafia, arqueologia, arquivística, paleografia, etnografia, folclore, psicologia (social), topografia, botânica, etc.

A despeito dessas relações, na prática, a pesquisa toponímica se desenvolve em três perspectivas (histórica, geográfica<sup>2</sup> e linguística), situadas em dimensões epistemológicas próprias e usuárias de aparatos metodológicos distintos, porém altamente interrelacionadas, interdependentes e condicionadas por limitações que lhes são inerentes e com as quais os estudiosos são obrigados a lidar. Quanto a isto, na prática, não há soluções absolutas, se é que é possível se enriquecer uma dada perspectiva de análise com a interrelação de variáveis procedentes de outros campos do saber.

Para realizar a pesquisa, utilizamos um referencial básico da onomasiologia, especificamente da Toponímia, e um referencial auxiliar de:

- a) estudos gerais sobre o léxico português e de sua constituição;
- b) dados oficiais de diferentes épocas relativos aos municípios baianos;
- c) estudos históricos referentes à origem do conceito de municipalidade e de sua evolução no Brasil e à história da Bahia, em geral e, em especial, à sua formação territorial.

Como se sabe, o território baiano começou a se formar pelo litoral, ainda no século XVI, partindo da cidade do Salvador e das vilas de Porto Seguro e de São Jorge dos Ilhéus, sedes das duas capitanias homônimas. Desses três núcleos iniciais de povoamento, avançou ao longo da costa em direção ao Norte e ao Sul, fazendo surgir, aos poucos, outros núcleos populacionais em redor de engenhos de açúcar e de pequenas propriedades de criação de gado, dispersos nos grandes latifúndios das famílias Garcia d'Ávila e Guedes de Brito, responsáveis pela conquista e integração da atual Região Econômica<sup>3</sup> (doravante RE) Nordeste e do vale do Paraguaçu, transformado em capitania em 1556.

A Chapada Diamantina – de seu Piemonte ao seu Noroeste (atual RE de Irecê) – começou a se integrar ao projeto colonizador em princípios do século XVII graças ao movimento bandeirante. Foram quase dois séculos entre a pioneira

---

<sup>2</sup> Segundo Cavalcanti (1918, p. 173), “o auxílio prestado pelo linguista ao geógrafo é, neste particular, de incalculável valor, não só para fins didáticos, como ainda para a solução de pontos obscuros de distribuição geográfica na biogeografia, de questões etnográficas, históricas, etc”.

<sup>3</sup> Região Econômica é uma divisão administrativa de um Estado, criada a partir de elementos comuns do perfil econômico de municípios vizinhos, com a finalidade de fundamentar o planejamento do fomento às atividades produtivas. Hoje, a Bahia possui 15 REs, identificadas no mapa da próxima página: Oeste, Médio São Francisco, Irecê, Piemonte da Chapada, Sub-Médio São Francisco, Nordeste, Litoral Norte, Região Metropolitana de Salvador (doravante, RMS), Paraguaçu, Chapada Diamantina, Serra Geral, Sudoeste, Recôncavo Sul, Litoral Sul, Extremo Sul.

expedição a esses sertões (1595/1596) e a criação das vilas de Santo Antônio da Jacobina (1720) e Nossa Senhora do Livramento das Minas do Rio das Contas (1774), as primeiras da região, das quais, muito lentamente, surgiram outros acidentes humanos, ao longo dos séculos seguintes.

A despeito de a Serra Geral e o Planalto da Conquista (RE Sudoeste), de um lado, e o vale do rio São Francisco (REs Médio e Sub-médio São Francisco e Oeste), do outro, estarem na periferia dessas áreas mais previamente colonizadas e já possuírem minúsculos núcleos populacionais ou de exploração econômica em meados do século XVII, elas só foram realmente integradas ao resto do Estado no século XX: aquelas em consequência do ciclo cacauzeiro do Litoral e do Extremo Sul, ainda nas décadas de 10 e de 20; este, a partir de meados da década de 70, com o implantação de projetos agrícolas irrigada da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco.

**Figura 1: Regiões Econômicas da Bahia**



Fonte: [www.sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br)

Como se vê, como soe acontecer em estudos de toponímia, esta tese está calcada principalmente num suporte histórico e geográfico, embora às vezes aluda a conteúdos de outras áreas (sociologia, antropologia, psicologia, etc.). Em contrapartida, ao final da pesquisa, pretende-se devolver a esses campos do saber um olhar inédito acerca da formação territorial da Bahia.

Esclarecidos esses aspectos epistemológicos desta tese, cumpre-nos esclarecer que ela se compõe de três volumes, sendo este o primeiro, que consta de uma introdução e de cinco capítulos.

Na Introdução, definimos o objeto da pesquisa e os seus objetivos; delimitamos o referencial teórico, partindo da conceituação de onomasiologia e toponomástica; e, por fim, expomos os pressupostos do nosso estudo e a metodologia de coleta e análise de dados.

No primeiro capítulo, tentamos nos aproximar do conceito de topônimo pela discussão de suas características formais e funcionais; revemos, então, algumas propostas de taxonomia toponímica, optando pela que melhor se adequa à análise de nosso *corpus*; mostramos a possibilidade de estudo dos processos de mudança toponímica no interior da Teoria da Variação e Mudança Linguística e propomos uma classificação das mudanças toponímicas.

No segundo, revisamos o papel dos estratos etnolinguísticos indígenas, africanos e português para a constituição histórica do português brasileiro, em geral, e, mais particularmente, para seu léxico e, no interior deste, para o léxico toponímico.

No terceiro, procedemos à descrição dos dados da toponímia das diferentes sincronias, da mais anterior para a atual e ao estudo panorâmico da toponímia histórica dos municípios em foco e das mudanças toponímicas.

No quarto, analisamos e interpretamos os dados descritos no capítulo anterior, testando os pressupostos de trabalho assumidos na Introdução.

No último, encaminhamos as conclusões desta tese e tecemos algumas considerações acerca da utilidade deste estudo em outras instâncias da academia e mesmo fora dela.

Esta tese se compõe, ainda, de seis apêndices, dos quais gostaríamos de destacar os dois primeiros, porque maiores no volume e na importância como elementos suplementares deste trabalho.

Assim, o Apêndice A deste trabalho constitui o “Glossário Toponímico dos Municípios Baianos”, que traz, de cada município, o seguinte conjunto de dados: nome atual (em caixa alta); localização; data de criação; município(s) de origem; categoria toponímica; processo morfológico; procedência linguística; étimo; relação entre o nome e a história do local; histórico dos nomes. Além disso, para cada data pretérita sobre a qual incide o estudo sincrônico deste volume (1827, 1890, 1940 e 1970), indicadas em negrito, elencamos estes dados: nome, *status* político, categoria toponímica, processo morfológico, procedencia linguística e étimo. Como exemplo, vejamos o verbete “Biringa”:

**BIRITINGA:** Localização: Nordeste. Criação: 23/04/1962. Município de Origem: Serrinha. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *piri*, ‘junco’ + *tinga*, ‘branco’; donde ‘junco esbranquiçado’. Nome X história do local: Surgiu em 1860 com o nome de Manga, alterado, à época de sua emancipação para Biringa. Histórico dos nomes: Manga (1860) > Biringa (1962). **1827** – Nome. Status político: povoado. Categoria Toponímica. Processo Morfológico. Procedência Linguística. Étimo. **1890** – Nome. Status político: povoado. Categoria Toponímica. Processo Morfológico. Procedência Linguística. Étimo. **1940** – Nome. Status político: povoado. Categoria Toponímica. Processo Morfológico. Procedência Linguística. Étimo. **1970** – Nome. Status político: povoado. Categoria Toponímica. Processo Morfológico. Procedência Linguística. Étimo.

Se em alguma das datas mais recuadas, a localidade não existia, ela é seguida pela palavra ‘inexistente’ entre parênteses, como se vê no verbete “América Dourada”, transcrito abaixo:

**AMÉRICA DOURADA:** Localização: Irecê. Criação: 25/02/1985. Município de Origem: Irecê. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: América (< pt. Américo [< germ. *amal* ‘trabalho’ + *rik* ‘príncipe’; donde: ‘príncipe laborioso’] + pt. -a “suf. fem.”) + Dourada (< lt. *deaurata* ‘dourada’). Nome X história do local: A origem do município deve-se aos filhos e netos de João José da Silva Dourado que, em 1870, compraram uma fazenda, que, com o tempo, se tornou o povoado de Mundo Novo. Contudo, sabendo da existência de uma cidade já assim nomeada, mudaram-lhe o nome da localidade para América, que passou a ser chamada pelas populações vizinhas de América dos Dourados; daí, a passagem para América Dourada. Histórico dos nomes: América (1870) > América dos Dourados (in. s. XX) > América Dourada (1954). **1827** (inexistente). **1890** – Nome: América. Status político: povoado. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: < pt. Américo (< germ. *amal* ‘trabalho’ + *rik* ‘príncipe’; donde: ‘príncipe laborioso’) + pt. -a “suf. fem.” **1940** – Nome: América dos Dourados. Status político: povoado. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: América [< pt. Américo (< germ. *amal*



'trabalho' + *rik* 'príncipe'; donde: 'príncipe laborioso') + pt. -a "suf. fem.]" + dos [= de + o + -s 'suf. pl.]" + Dourados [< lt. *deauratos* 'dourados']. **1970** – Nome: América Dourada. Status político: distrito.

Se não há alteração toponímica ao longo de datas, elas vêm separadas por vírgulas, seguidas dos dados indicados, como mostra o verbete abaixo:

**MADRE DE DEUS:** Localização: RMS. Criação: 13/06/1989. Município de Origem: Salvador. Categoria Toponímica: hierotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: madre [< lt. *mater, tris*, 'mãe'] + de + Deus [< lt. *deus, i*, 'deus']. Nome X história do local: No início do século XVI, chamava-se Cururupeba (< Tp.-ant. *kururu*, "sapo" + *peba*, "chato"; donde: "sapo achatado"), mas já em 1584 tinha o atual nome em homenagem a Nossa Senhora da Conceição, padroeira da localidade. Histórico dos nomes: Cururupeba (s. XVI) > Madre de Deus (1584). **1827, 1890, 1940, 1970** – Nome: Madre de Deus. Status político: povoado.

O Apêndice B consta do "Atlas Toponímico-histórico dos Municípios Baianos" (doravante, ATHMB). Nele, descrevemos, sob a forma de cartas linguísticas, a situação da macrotoponímia baiana nas diferentes sincronias apontadas, registrando, graficamente, os dados levantados ao longo da pesquisa para, uma vez assim sistematizados, poderem não só ser melhor visualizados, como também fomentar pesquisas futuras. Na primeira seção, tratamos com mais vagar sobre os atlas toponímicos e a elaboração do aqui apresentados

Encerrando este volume, encontra-se a lista de todas as referências consultadas para a elaboração desta tese, bem como os apêndices C (os dados das cinco sincronias aqui estudadas) e D (dados complementares relativos à toponímia dos acidentes naturais, dos povoados e distritos e de outros acidentes humanos baianos).

Boa leitura!!

## 1 - INTRODUÇÃO

### 1.1 Breve histórico dos estudos toponímicos

Inicialmente, cumpre-nos historiar brevemente o desenvolvimento da Toponímia como disciplina científica no mundo e no Brasil. Este panorama histórico não pretende ser exaustivo, mas dimensionar como, principalmente nos últimos anos, essa área tem despertado interesse de pesquisadores, sobretudo no Brasil.

Onomástica ou onomasiologia é o ramo das ciências linguísticas que estuda o nome próprio. Sua origem remonta às primeiras especulações filosóficas sobre o nome e, no Ocidente, está intimamente ligada às tradições gramaticais greco-latinas, já que a distinção entre nome comum e próprio começa a ser elaborada por Dionísio de Trácia, primeiro gramático grego.

Contudo, um tratamento científico para esses temas só surgiu com o advento do Estruturalismo Linguístico, na virada dos séculos XIX e XX, época em que se privilegiou o enfoque da ciência dos signos, a semiótica ou semiologia, do qual a onomástica passou a ser considerada um capítulo.

Atualmente, a onomasiologia divide-se em dois campos: a antroponímia – estudo dos nomes próprios atribuídos a seres humanos (do gr. *antropos*, ‘homem’) –, e a toponímia – entendida, em seu sentido geral, como o estudo dos nomes próprios atribuídos a lugares (do gr. *topos*, ‘lugar’).

A despeito disso, já em meados do século XIX, na Alemanha, surgiram as primeiras obras do que depois se convencionou chamar Toponímia moderna. Segundo Cavalcanti (1918), a primeira dessas obras foi escrita em 1859 por E. Foerstemann para concorrer a prêmio instituído pela Academia de Berlim e tinha por título *Altdeutsches Namembuch* (Livro de Nomes da Alta Alemanha). A essa obra pioneira, seguiram-se, em solo alemão, as seguintes:

- *Nomina Geographica*, de J. J. Egli, publicada em 1872 – “obra de mais vasta compreensão” (CAVALCANTI, 1918, p. 171)<sup>4</sup>.
- *Geschichte der Geographischen Namenkunde*, de J. J. Egli – um quadro do desenvolvimento da toponomástica;

---

<sup>4</sup> Nas citações diretas de obras publicadas antes de 1971, a ortografia será atualizada.

- a segunda edição da parte lexicográfica dos *Nomina Geographica*, com a elucidação de mais de 42 mil nomes.

Como campo de estudos com método, objeto e terminologia próprios, a Toponímia moderna surge em 1878, com o trabalho de August Longnon na École Pratique des Hautes-Études, na França. Em 1912, seus discípulos lhe publicaram, como obra póstuma, *Les noms de lieu de la France*.

Na década seguinte, houve um recrudescimento dos estudos toponímicos. Embora longa, a citação abaixo dá uma dimensão desses no início do século XX a partir da realidade da Alemanha e depois de outros países:

Ante a impossibilidade notada de uma lexicografia geográfica universal satisfatória quanto tao deficiente ainda se mostrava o cabedal de contribuições regionais então existentes, voltaram-se os investigadores para o esquadrihamento de um terreno mais limitado, e assim foi que começaram a apresentar trabalhos sobre países singulares, como o de Fr.[edriech] Umlauft, sobre a Áustria-Hungria, e o de Kausch, sobre a Alemanha.

Por serem bem dignos de maior vulgarização, estampam-se aqui esses curiosos informes.

Na França, apesar das obras geográficas verdadeiramente ciclópicas de Vivien de Saint-Martin e Elisée Reclus, a toponomástica é tratada muito pela rama em ligeiras notas de livros didáticos ou apêndices de grandes atlas. Os trabalhos parciais que porventura existem em número considerável não foram ainda consolidados em obra de fôlego.

Na Inglaterra, a obra mais citada e conhecida, *Names of Places*, de Isaac Taylor, muito longe está de suprir a falta de um inventário toponomástico geral das Ilhas Britânicas, porquanto não passa de uma coleção de estudos valiosos, porém exíguos.

Nos livros de filologia inglesa e em especial nos que se ocupam do desenvolvimento histórico da língua, importante e copiosa é a contribuição que se encontra, de dados fornecidos pela toponomástica; a ocupação céltica, a romana, a anglo-saxônica, a dinamarquesa, a normanda estão, assim, indelevelmente gravadas na toponímia geral do arquipélago.

Contudo, um repositório minucioso e sistemático, não se diga de toponomástica geral, mas de toponímia inglesa propriamente, ainda está para ser organizado.

Vocabulários parciais e incompletos poderão ser achados repartidamente em léxicos da língua e monografias regionais; não passam, portanto, de elementos dispersos, *disjecta membra*, a espera de um sopro de unificação.

Consideradas as respectivas literaturas toponomásticas dos demais países cultos, a verdade ressalta de que não existe sínteses gerais de tais conhecimentos, os quais continuam a ser objeto de capítulos isolados nos tratados de filologia e linguística ou a figurar em resumos elucidários de obras didáticas de geografia.

Já é tempo, todavia, de conjugar os esforços do geógrafo e do filólogo no mesmo fito de formar um todo compacto e homogêneo de fatos e verdades, princípios e leis, atinentes à matéria.

(CAVALCANTI, 1918, p. 172-3)

Essa fase durou até quando um dos discípulos de Longon, Albert Dauzat, os retomou na mesma Universidade. Em 1928, Dauzat publicou *Les noms de lieu*, obra na qual estuda a ordem histórica dos topônimos de seu país, a partir de sua formação externa ou de seus sentidos intrínsecos, estabelecendo categorias que consideram o ato de nomeação da localidade e os campos semânticos.

Após 1930, Dauzat passou a editar a *Revue des Etudes Anciennes*, onde publicou uma série de informações sobre fontes e trabalhos toponímicos publicados em todas as regiões do país. Em 1938, presidiu o I Congresso Internacional de Toponímia e Antroponímia, evento com representantes de 21 países, no final do qual foram tomadas as seguintes decisões:

- realização periódica de congressos internacionais de toponímia<sup>5</sup>;
- organização de uma Sociedade Internacional de Estudos de Toponímia e Antroponímia;
- criação de departamentos oficiais para elaboração de glossários da nomenclatura geográfica e para a sistematização de métodos de pesquisa.

Em 1951, em Detroit, EUA, George Stewart fundou a American Name Society, que passou a publicar a revista *Names*. É dele a primeira proposta classificatória dos topônimos ianques, de que tratamos no capítulo II, item 1.3.

Após cerca de seis anos de preparação, em 4 de setembro de 1968, a Organização das Nações Unidas (doravante, ONU) realizou uma conferência internacional reunindo geógrafos, cartógrafos e outros especialistas de 128 países para estudar a uniformização dos nomes de localidade de todo o mundo, nos diferentes idiomas e alfabetos. Desse evento, saíram as seguintes recomendações:

- a inserção da Toponímia nas grades curriculares das Universidades de seus países-membros dada à necessidade de uma normalização ortográfica precisa para a cartografia internacional;
- o estudo, em cada país, dos problemas linguísticos de outros países;
- o uso e o costume nacional decidirem a base mais adequada para a grafia internacional do topônimo;
- a conversão de outros sistemas ortográficos para os das línguas de alfabeto latino mais utilizadas pela ONU: inglês, francês e espanhol.

---

<sup>5</sup> Embora esparsos, esses congressos vêm acontecendo regularmente. Em geral, os estudos apresentados abrangem temática varia sobre a onomástica dos países representados.

Atendendo a essas recomendações e indo além delas, alguns países europeus (Portugal, Espanha, França) chegaram a criar departamentos, comissões ou juntas oficiais em várias esferas da administração pública para tratar de questões afeitas à toponímia local. Por sua vez, em 1970, o governo peruano criou o Instituto de Investigações Toponímicas.

Além disso, Instituições acadêmicas de vários países introduziram em sua estrutura de ensino e pesquisa a temática da toponímia. Assim, por exemplo, em 1966, o Departamento de Geografia da Universidade de Laval (Quebec, Canadá), criou o seu Grupo de Estudos de Coronímia e Terminologia Geográfica; em 1972, a Universidade Nacional do Panamá publicou o primeiro volume (letras A a D) do Dicionário Geográfico daquele país.

Também em 1966, Dorion e Hamelin propuseram a substituição do termo toponímia por coronímia, alegando ter este maior abrangência, podendo referir-se ao nome de qualquer lugar terrestre, submarino ou extraterrestre. A título de sugestão, o termo foi registrado pela II Conferência ONU para Normalização e Padronização dos Nomes Geográficos em 1972 e 1973.

No Brasil, o advento dos estudos toponímicos data dos últimos anos do século XIX, quando, inicialmente em missão de construções de estradas de ferro e, mais tarde, de demarcação de fronteiras, o engenheiro Theodoro Sampaio reuniu notas sobre o significado de topônimos de origem indígena de várias regiões do país, publicando, em 1903, sua monumental obra para a época, ainda hoje um clássico da toponímia brasileira, a despeito de algumas etimologias pouco precisas, *O Tupi na Geografia Nacional*. Inaugurava-se, assim, uma tendência que só será revista nos anos de 1970, qual seja, o estudo da contribuição indígena – sobretudo Tupi –, à toponímia do país:

Se a parte relativa à contribuição indígena tem sido objeto do carinhoso estudo de nossos indianólogos (poucos em número, mas multiplicados em operosidade), a explicação histórica e justificativa da aposição dos nomes tópicos portugueses e de outras procedências ainda anda esparsa em velhos documentos corográficos ou crônicas regionais de difícil acesso e exíguos informes, a espera do advento de futuros cultores da toponomástica, pacientes e tenazes. (CAVALCANTI, 1918, p. 169)

Outro tipo de contribuição para o conhecimento da toponímia no Brasil foi dado pelos Congressos Brasileiros de Geografia (cf. IGHB 1918) que, ao longo das duas primeiras décadas do século passado, reuniam pesquisadores da área que,

em suas monografias sobre recortes variáveis do território brasileiro, apresentavam considerações sobre a toponímia da região analisada.

Na década de 1940, o pensador e ativista político Plínio Ayrosa implantou uma cadeira dedicada ao estudo da língua Tupi e de sua contribuição para a toponímia brasileira (Etnografia e Língua Tupi) na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (doravante, USP). Assim, em suas origens na academia brasileira, a Toponímia tinha um duplo objetivo:

não só o ensino de suas linhas básicas e de seus fundamentos gerais, segundo os modelos assentados pelo ramo europeu da onomástica, mas, principalmente, a função instrumental de um marcador vocabular básico (estudo etimológico dos topônimos tupis), cuja frequência, no sistema lexical do português, sempre atingiu índices expressivos nos mais variados itens semânticos (a exemplo de zoonímia, fitonímia, hidronímia, geomorfonímia, ergonímia). (DICK 1994)

A despeito da relativa assistemática e do nacionalismo exacerbado de seus estudos, foi Ayrosa o responsável pelo início da tradição de estudos tupiniológicos e toponímicos dessa Universidade, a única, desde então, a manter disciplinas e linhas de pesquisa, na graduação e na pós-graduação, dedicadas a essas temáticas.

Sobre contribuições indígenas não-Tupi à nossa toponímia, merecem destaque as obras *Toponímia brasileira*, de Armando Levy Cardoso – em que o autor demonstra o seu saber especializado acerca da toponímia amazônica e procedente das famílias Aruak e Karib –, e *Contribuição do Bororo à Toponímia Brasileira*, de Carlos Drummond, sucessor de Plínio Salgado na USP.

No fim dos anos 1960, a reforma do curso de Letras da USP desdobrou o conteúdo da antiga disciplina de Etnografia e Língua Tupi em duas outras, autônomas (Língua Tupi e Toponímia), desde 1987, integrantes da área de Cultura Brasileira do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas com as nomenclaturas de Língua Tupi e Toponímia Geral e do Brasil.

Em 1984, seguindo o exemplo de outras instituições européias e americanas, a USP criou um Curso de Especialização em Estudos Onomásticos: Toponímia e Antroponímia, efetivado a partir de 1989, visando à formação de um corpo próprio de pesquisadores. Com o tempo, o curso transformou-se em linha de pesquisa, atualmente capitaneada pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Vicentina de Paula do

Amaral Dick, e tem desenvolvido projetos envolvendo diversas temáticas, entre as quais:

- o vocabulário geográfico de origem indígena (famílias Tupi-Guarani, Karib, Aruak e algumas do tronco Macro-Jê, presentes na toponímia);
- a toponímia histórica das ruas da cidade de São Paulo;
- a catalogação do acervo bibliográfico toponímico da USP; e
- o Atlas Toponímico do Estado de São Paulo (ATESP), variante regional e pioneira do Atlas Toponímico do Brasil.

Na última década, a toponímia vem conquistando outros espaços no país, especialmente nos Programas de Pesquisa e Pós-graduação em Letras de universidades públicas. Segundo Aguilera (1999, p. 127),

Em Londrina, os primeiros contatos com a Toponímia deram-se no curso de Especialização em Língua Portuguesa no ano de 1995 através da disciplina de Dialetologia e Sociolinguística, quando as primeiras monografias foram realizadas, motivando professores e alunos para a realização do Atlas Toponímico do Paraná

(ATEPAR), desenvolvido num projeto mais amplo, intitulado *Pelos caminhos do Paraná: esboço de um atlas toponímico*, ao qual estão ligado outros projetos de menor monta, de alunos de Especialização e Mestrado, que resultaram, por exemplo, nos estudos de Cardoso (1996), Francisquini (1998)<sup>6</sup>, Oliveira (2000)<sup>7</sup>, Albino (2004)<sup>8</sup>, Zamariano (2005)<sup>9</sup>, entre outros.

Na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, os estudos toponímicos se iniciaram com a tese de doutoramento de Isquierdo (1996), origem de um forte

---

<sup>6</sup> Primeira dissertação de mestrado sobre toponímia defendida na UEL, inventaria, descreve e analisa os topônimos de 29 municípios da Microrregião de Paranavaí, no Noroeste paranaense, buscando “demonstrar em que medida o signo toponímico reflete na língua incidências étnicas, aspecto geo-biológico-naturais da região, aspectos da história política, social e cultural dos grupos humanos, bem como a visão de mundo do grupo e suas expectativas de vida frente à nova realidade”. (AGUILERA 2006, p. 135)

<sup>7</sup> Nesta monografia final de Especialização em Língua Portuguesa, o autor catalogou, classificou, analisou e cartografou a toponímia da microrregião denominada Norte Pioneiro.

<sup>8</sup> Segunda dissertação de mestrado sobre toponímia defendida na UEL, estuda a bacia hidrográfica do Iguaçu a partir de mapas datados de 1876 e 1896, colhendo, classificando e analisando os topônimos comparativamente aos encontrados em mapas atuais. Conclui pelo predomínio de taxonomias de natureza física no século XIX e pelo das de natureza antropocultural hoje, quando transparecem as forças ideológica, cultural, espiritual e mítica do homem, além da crença nos valores humanos.

<sup>9</sup> Nessa dissertação de mestrado, a autora estuda a relação entre a historiografia e a toponímia paranaense a partir de dados extraídos de cartas geográficas do período entre 1648 e 1853.

núcleo de pesquisas toponímicas, hoje voltadas para a construção do Atlas Toponímico do Estado do Mato Grosso do Sul (ATEMS). Em torno desse projeto, pesquisadores têm desenvolvido pesquisas menores em seus mestrados, como as de Schneider (2002)<sup>10</sup>, Dargel (2003)<sup>11</sup>, Gonsalves (2004)<sup>12</sup>, Tavares (2004)<sup>13</sup> e Tavares (2005)<sup>14</sup>.

Também há notícias de estudos toponímicos realizados no Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais – como, por exemplo, Seabra (2004) –, e de projetos de atlas toponímicos em andamento em Tocantins e no Maranhão, orientados por Maria Vicentina Dick, também consultora do ATEPAR e do ATEMS, já mencionados.

Na Bahia, este estudo é o pioneiro neste campo. A perspectiva assumida é sincrônica e diacrônica, na medida que, além de descrever cinco sincronias, registrando todos os dados num atlas toponímico, tenta estabelecer as relações de sucessão entre elas e surpreender a mudança toponímica, sendo, portanto, um estudo também, interpretativo.

---

<sup>10</sup> Neste estudo da toponímia física do Pantanal sul-matogrossense, constata-se que fatores físicos e antropoculturais influenciam a designação dos nomes analisados, o que demonstra uma interdependência entre língua, cultura e sociedade.

<sup>11</sup> Neste estudo da toponímia física do Bolsão sul-matogrossense, verifica-se a “forte influência de condicionantes sócio-ambientais no processo de nomeação dos acidentes geográficos, como também marcas de estratos indígenas, sobretudo tupi, na toponímia da região, o que representa pegadas bandeirantes pelos caminhos do Bolsão”. (DARGEL 2003, Resumo)

<sup>12</sup> Neste estudo dos nomes dos acidentes geográficos de três regiões sul-matogrossenses (Baixo Pantanal, Aquidauana e Bodoquena), constata-se que “a principal fonte motivadora para os designativos foi o ambiente físico-social, seguido da influência de condicionantes de natureza sócio-histórica. Concluiu, igualmente, que o topônimo preserva a realidade linguística do ambiente da região”. (AGUILERA 2006, p. 138)

<sup>13</sup> Neste estudo, concluiu-se que a forte influência de línguas indígenas na toponímia física e humana das microrregiões sul-matogrossenses de Dourado, Iguatemi e Nova Andradina se deve à concentração de povos indígenas nas regiões enfocadas e sua proximidade com a fronteira com o Paraguai (país que tem o guarani como uma de suas línguas oficiais).

<sup>14</sup> Neste estudo, a autora catalogou, classificou e analisou a toponímia das microrregiões sul-matogrossenses do Alto Taquari, de Campo Grande e do município de Ribas do Rio Pardo.



## 1.2 Coleta de dados, instrumentos e procedimentos de análise

As pesquisas toponímicas se desenvolvem em uma linha documental ou de campo e seguem o método onomasiológico, pelo qual se seleciona, observa, registra, classifica, analisa e interpreta o dado de acordo com a identificação dos fatores determinantes à configuração do *corpus*.

Corominas (1963, apud DONADA 200[?])b) estabelece uma metodologia de análise dos dados baseada em uma diversificação de critérios que levam em conta aspectos relevantes para as três perspectivas (linguística, histórica e geográfica), anteriormente assinaladas:

- a determinação da área geográfica das diferentes línguas que tenham existido ou existentes num determinado território;
- o estudo das terminações características de cada palavra;
- o estudo das formas gramaticais;
- o estudo da fonética histórica;
- a verificação das formas documentadas;
- a verificação dos fonemas característicos;
- a comparação semântica;
- a abordagem dos dados geográficos;
- a abordagem dos dados históricos.

Por sua vez, Dick (1996) estabelece a seguinte metodologia para a pesquisa toponomástica:

1) seleção de dados a partir de fontes primárias (cartas geográficas editadas por órgãos oficiais estaduais e municipais em escalas de 1:50.000 ou 1:100.000) e complementação a partir de fontes secundárias (trabalhos historiográficos da própria comunidade acerca do local onde vivem);

2) registro dos dados em fichas lexicográficas padronizadas, com a identificação dos acidentes designados, do pesquisador e do revisor, fontes e data de coleta;

3) análise de dados, que inclui:

a) a quantificação dos topônimos e das taxonomias, analisando a maior ou menor frequência de classes ou itens lexicais; e

b) o estudo dos nomes a partir de um enfoque:

- puramente linguístico (etimológico e estrutural);
- linguístico-histórico e variacionista (“a variação gráfica de formas regionais e sua contribuição para a fonética e para a pesquisa etimológica, bem como as superposições de grupos dialetais interferentes na padronização de substratos ou da linguagem toponímica” (DICK 1996, p. 33-34));
- histórico (relação entre a origem do nome e a história local); ou
- geográfico (análise de fenômenos como o deslocamento de um topônimo de uma região para outra ou o estabelecimento de áreas toponímicas locais e regionais)

Levando em conta essas sugestões, constituímos o *corpus* desta pesquisa pela consulta a dados oficiais um pouco diferenciados. Partimos do levantamento de Bahia (2003) referente à nomenclatura atual e histórica dos municípios baianos e complementamos essas informações com outras, colhidas em normas jurídicas (fonte: Diário Oficial do Estado) e, eventualmente, em estudos sobre a constituição territorial e evolução administrativa do Estado.

Com base nessas fontes, coletamos os seguintes conjuntos de dados:

1) do plano sincrônico, em cada época considerada: o município (sua data de criação, origem e RE onde atualmente se localiza) e seu topônimo; categoria toponímica (cf. taxonomia de Dick (1990) e acréscimos); processo morfológico; e procedência idiomática; este conjunto de dados está exposto no Anexo A<sup>15</sup>, no final do segundo volume, em quadros que refletem a situação de cada sincronia considerada;

2) do plano diacrônico – os topônimos atribuídos a cada município ao longo da história, mesmo os anteriores às suas respectivas emancipações; o Glossário Toponímico dos Municípios Baianos, no segundo volume, traz este conjunto de dados em lista alfabética a partir dos topônimos atuais.

Consideramos portugueses os topônimos cujas bases lexicais estão registradas em dicionários dessa língua, independentemente de sua origem. O fato de constarem nesse tipo de obra indica ser seu significado acessível, não podendo

---

<sup>15</sup> Além desse anexo, para facilitar futuras pesquisas sobre a toponímia baiana, no final do segundo volume, sistematizamos, no Anexo B, um conjunto de dados complementares a ela referentes: nomes dos distritos fora de sede, povoados e vilas dos atuais municípios; nomes dos principais cursos d’água e açudes; nomes de unidades do relevo e de outros acidentes geográficos; nomes das unidades de conservação natural e dos assentamentos rurais.

eles, portanto, ser considerados fósseis linguísticos. Assim, por exemplo, embora as bases de Uauá e Iuiu sejam empréstimos portugueses ao Tupi-antigo, o seu registro em dicionários de língua portuguesa nos leva a considerá-los topônimos portugueses, a despeito de sua origem ameríndia. Por outro lado, consideramos fósseis linguísticos os topônimos com formas-base originárias de idiomas indígenas ou africanos não-registradas em dicionários da língua portuguesa, como Coribe e Maiquinique, respectivamente, formas Tupi e Kikongo<sup>16</sup>.

Assim, como se vê, compõem o *corpus* desta pesquisa topônimos de procedência Tupi, aqui considerados aqueles cujas formas-base originárias procedem de qualquer das três etapas do desenvolvimento histórico do Tupi-antigo identificadas na quarta seção do próximo capítulo. Contudo, quando da indicação do étimo, identificaremos qual delas é sua fonte. Sobre essas formas, cabe esclarecer os princípios pelos quais foram estudadas; ei-los:

a) reconhecimento da necessidade de cautela ao decidir-se sobre a etimologia de um vocábulo;

b) decomposição etimológica do topônimo, tornando traduzíveis as formas, atentando para o fato de que “não poucos erros de interpretação se originam da imperfeita decomposição do vocábulo e do exagerado poder atribuído à força corruptora do idioma” (SAMPAIO, 1957, p. 159);

c) verificação da série de mudanças históricas sofridas pelos formantes dos topônimos, com vistas a identificar de qual sincronia da língua Tupi procedem;

d) busca das feições típicas locais para melhor interpretar o processo denominador, dado o caráter descritivo dos topônimos Tupi.

Por absoluta ignorância da estrutura das diversas línguas africanas introduzidas no Brasil, optamos por não verticalizar o estudo dos topônimos dessa procedência. Contudo, com base nos dados dicionarísticos disponíveis, será possível apontar-lhes os étimos e seus significados e, além disso, com base nas referências disponíveis, avaliar aspectos da contribuição africana para a formação da toponímia e do português brasileiro, como um todo.

---

<sup>16</sup> Neste trabalho, adotamos a convenção da Associação Brasileira de Antropologia para a escrita dos nomes de povos e/ou línguas ameríndios e africanos que determina, por exemplo, o registro desses nomes sempre com letra inicial maiúscula e apenas no singular e o emprego específico de alguns grafemas (k em vez de qu ou c); daí, o leitor encontrar Kikongo, Kimbundo, Kariri, os Tupi, etc., em vez de quicongo, quimbundo, cariri, os tupis.

Como instrumento de análise estrutural dos topônimos integrantes deste *corpus*, utilizamos a terminologia já consolidada pela Linguística Geral referente a esses fenômenos. Assim, entre os topônimos municipais baianos, identificam-se:

- formas simples – constituídas sincronicamente de um único morfema lexical: Barra, Cansanção, Jussara, Wanderley, Xiquexique, etc.

- formas (sufixais) derivadas – aquelas a que se junta(m) sufixo(s) derivacional(is): Angical, Central, Juazeiro, Quixabeira, etc.;

- formas (sufixais) flexionais – aquelas a que se junta(m) sufixo(s) flexional(is): Alagoinhas, Barreiras, Candeias, etc.;

- formas compostas por justaposição – formadas a partir da junção de morfemas lexicais sem daí resultar perda fonêmica: Capim Grosso, Casa Nova;

- formas compostas por aglutinação – formadas a partir da junção de morfemas lexicais, daí resultando perda fonêmica: Santana;

- formas híbridas de procedência luso-tupínica compostas por aglutinação ou justaposição: Caraíbas, Itaguaçu da Bahia, Morpará, etc.;

- formas híbridas de procedência (luso-)européia compostas por aglutinação ou justaposição: Baianópolis, Brejolândia, Cristópolis, etc.;

Para categorizar os topônimos, consideramos os seguintes critérios:

- 1) trabalhar com taxes mais específicas, partindo para categorias mais gerais quando necessário, numa análise mais ampliada;

- 2) classificá-los segundo o sentido atribuído ao primeiro formante<sup>17</sup> pelas seguintes obras lexicográficas, consultadas nesta ordem: Houaiss (2001), Borba (2002), Ferreira (1997), Weiszflog (1998), Nascentes (1952), Cunha (1986, 1998), Sampaio (1957), Silveira Bueno (1998) e Lopes (2003);

- 3) a partir de dados históricos e geográficos dos municípios, corrigir eventuais erros da taxonomia com base no primeiro formante;

- 4) considerar obscuro o topônimo sem sentido atribuído a seus formantes pelos dicionários citados.

---

<sup>17</sup> Algumas vezes, a bem da análise, tivemos de considerar a significação do topônimo como um todo, não apenas a do seu primeiro formante, como, por exemplo, Vera Cruz e Coração de Maria. Nesses casos, considerar apenas o sentido do primeiro formante levaria a considerá-los animotopônimo (vera = verdadeira) e somatotopônimo, respectivamente, camuflando o seu caráter de hierotopônimos garantido pelos demais formantes (“cruz” e “de Maria”).

Em estudos preliminares, propusemos uma categorização dos processos de mudança toponímica. Posteriormente, em seção própria, ela será melhor discutida. Neste momento, importa informar que agrupamos esses processos nas seguintes categorias:

a) mudanças planejadas<sup>18</sup> – nelas, há a intervenção do Poder Público pela imposição de sua vontade ou pela aceitação expressa da sugestão de especialistas ou da vontade popular normalmente expressa por plebiscito;

b) mudanças espontâneas – fruto do uso popular, aceito Poder Público.

c) mudanças de forma ou parciais – conservação do topônimo na mesma categoria, com alguma alteração na forma original: Umbuzeiro do Morro > Mulungu do Morro; Cajueiro > Acajutiba; Queimadas > Adustina; etc.;

d) mudanças de forma e conteúdo ou totais – alteração da categoria toponímica e, por conseguinte, da forma do topônimo original: São João do Alípio > Wazzu > Joanina > Presidente Jânio Quadros.

e) mudanças por ampliações – o topônimo inovador é maior que seu antecessor: Joanina > Presidente Jânio Quadros, etc.;

f) mudanças por reduções – o topônimo inovador é menor que seu antecessor: Santo Antônio das Queimadas > Queimadas; Nossa Senhora Mãe de Deus e dos Homens > Praia das Palmas de Monte Alto > Monte Alto; etc.

g) mudanças internas – em relação ao antecessor, o novo topônimo sofre alteração fonética ou gráfica: Guaraci > Coaraci; Juçari > Jussari, etc.;

h) mudanças externas – traduções literais ou aproximadas do topônimo original para outra língua: Rio Branco > Paratinga; Rochedo > Ibititá, etc.

i) mudanças com conservação de lexema ou semema – o novo topônimo conserva algum formante de anterior(es): Lagoa de Canabrava > Lagoa do Dutra > Presidente Dutra, etc.;

j) regressão – retomada de topônimo anterior: Barreiras > Governador Antônio Balbino > Barreiras; Caém > Anselmo da Fonseca > Caém.

---

<sup>18</sup> Só podemos considerar sistemática uma mudança toponímica quando há alguma fonte histórica que indique a intervenção do poder público como seu fator condicionante; quando isso não ocorre, consideramos a mudança toponímica como espontânea.

### 1.3 Os atlas toponímicos: produto e fonte de pesquisa da Toponímia

A seguir, teceremos algumas considerações teóricas sobre a natureza dos atlas linguísticos, traçaremos um breve panorama histórico sobre sua confecção no mundo e no Brasil e explicaremos o processo de elaboração e a estrutura do ATHMB.

Assim, inicialmente, cabe-nos dizer que a técnica de confecção de mapas recebe o nome de Cartografia e era tradicionalmente considerada uma ciência geográfica. Contudo, desde 1991, a Associação Cartográfica Internacional passou a considerá-la não mais como tal nem como uma arte ou uma técnica, mas como a disciplina (ou seja, um corpo de conhecimentos teóricos, científicos, aliado a um conjunto de procedimentos técnicos), ocupada da concepção, produção, disseminação e estudo de mapas. Segundo Archela (200[?]), na prática, essa mudança oficial pouco interferiu nos modi intelligendi e faciendi dos cartógrafos ao redor do globo, pois eles continuaram a exercer sua atividade dentro das duas perspectivas norteadoras já existentes, a Cartografia Sistemática e a Cartografia Temática, que – embora distintas, sobretudo quanto aos métodos, profundamente inovados a partir da implementação de novas tecnologias digitais –, são interdependentes e possuem fronteiras cada vez menos definidas, daí resultando a possibilidade de um mesmo mapa poder ser considerado sistemático por um campo do saber e, ao mesmo tempo, temático, por outro.

A despeito disso, podemos entender Cartografia Sistemática como a aplicação dos conceitos e técnicas da disciplina cartográfica para a representação genérica da superfície tridimensional da Terra no plano. Ela

utiliza convenções e escalas padrão, contemplando à execução dos mapeamentos básicos que buscam o equilíbrio da representação altimétrica e planimétrica dos acidentes naturais e culturais, visando a melhor percepção das feições gerais da superfície representada. Sua preocupação central está na localização precisa dos fatos, na implantação e manutenção das redes de apoio geodésico, na execução dos recobrimentos aerofotogramétricos e na elaboração e atualização dos mapeamentos básicos. (ARCHELA 200[?])

A depender da escala utilizada, os mapas resultantes desse trabalho cartográfico podem ser classificados em três grupos:

- a) mapas urbanos, de grande escala (as entre 1:500 e 1:5.000);
- b) mapas topográficos, de média escala (as entre 1:25.000 e 1:250.000); e
- c) mapas geográficos, de pequena escala (as menores que 1:500.000).

Já a Cartografia Temática é um instrumento de expressão gráfica dos resultados obtidos por pesquisas diversas, não só da Geografia, como também de outros campos do saber. Sua preocupação é, a partir de uma carta geográfica básica, isto é, sistemática, representar informações que foram objeto de um outro tipo de estudo. As cartas temáticas podem referir-se a uma enorme variedade de temas, mas raramente servem de base para outras representações. Geralmente, elas são elaboradas por não-especialistas em Cartografia, que usam símbolos gráficos especialmente planejados para facilitar a leitura das informações.

Neste sentido, os Atlas lingüísticos, em geral, os toponímicos, inclusive este, em especial, se inserem no campo da Cartografia Temática, visto que suas cartas veiculam dados lingüísticos de natureza bastante diversa, espacialmente distribuídos. Em geral, são elaboradas por lingüistas como auxílio de algum cartógrafo ou mesmo, atualmente, de algum bom profissional de informática, como foi o nosso caso.

As primeiras cartas lingüísticas surgiram da necessidade de os primeiros dialetólogos registrarem graficamente os dados de suas pesquisas. Costuma-se citar o Sprachatlas des Deutschen Reichs (1881), do alemão Wenker, como o primeiro conjunto de cartas geolingüísticas. Documentando a realidade dos usos lingüísticos de 40.736 localidades alemãs, com um total de 44.251 respostas coletadas, compunha-se de seis cartas (duas fonéticas, quatro morfológicas) e integrava fascículo inicial do Sprachatlas von Nord-und Mitteldeutschland, auf Grund von systematisch mit Hülfe der Volksschuler gesammeltem Material aus circa 30.000 Orten. Apesar de não exercer controle de variáveis socioculturais dos informantes, dadas as dificuldades advindas de uma coleta de dados feita por correspondência, seu maior mérito é a documentação de fatos em distintas regiões, possibilitando sua comparação, o que se tornará uma das prerrogativas dos estudos dialetais posteriores.

Em 1887, poucos anos após a publicação da obra de Wenker, Jules Gilliéron e Edmond Edmont iniciam a coleta de dados que resultaria no Atlas Linguistique de la France, publicado entre 1902 e 1910 e cuja principal contribuição

metodológica foi a documentação in loco, que marcou o início da aplicação do método da geografia lingüística com rigor científico.

Ao longo do século XX, a metodologia de coleta de dados dialetológicos e de seu registro cartográfico veio se aprimorando, surgindo atlas lingüísticos em diversas partes do mundo, como por exemplo, o Atlas Linguistico della Italia e Svizzera (AIS , 1928), de Jaberg e Jud; o Linguistic Atlas of the United States and Canada (título geral), Linguistic Atlas of New England (LANE , 1939-1943), de Kurath e colaboradores; o Atlas Lingüístico da Península Ibérica (ALPI , 1962), de Tomás Navarro; e o Atlas Lingüístico Diatópico e Diastrático do Uruguai (ADDU, 2000), de Elizaincín e Thun, que inclui as dimensões diastrática e diafásica (esta de maneira restrita).

No Brasil, a Geolingüística teve seu início em 1963, com a publicação de um trabalho regional, o Atlas Prévio dos Falares Baianos (doravante, APFB), organizado por Nelson Rossi, Carlota Ferreira e Dinah Maria Isensee. Esta obra recobre uma rede de 50 localidades distribuídas pelas diferentes áreas geográfico-culturais da Bahia. Constitui-se de 209 mapas, na maioria onomasiológicos, assim distribuídos: 198 cartas lingüísticas (44 delas, resumos das cartas fonéticas), e 11 cartas introdutórias com dados complementares gerais. As cartas lingüísticas são as mais importantes porque vêm acompanhadas de notas com o discurso dos autores ou dos informantes, não só ampliando os dados lingüísticos como também melhor transmitindo o ambiente cultural do informante. Assim, ao lado dos dados estritamente lingüísticos, o APFB também traz dados etnográficos, muitos deles acompanhados de ilustrações de objetos segundo a descrição que apresentavam os informantes ou pela exibição que deles faziam.

Após o APFB, surgiram outros quatro atlas lingüísticos regionais: o Atlas Lingüístico de Sergipe (ALS – elaborado desde 1973, mas só publicado em 1987), o Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais (EALMG, em quatro volumes, publicados a partir de 1977), o Atlas Lingüístico da Paraíba (ALPb, em três volumes, editados a partir de 1984) e o Atlas Lingüístico do Paraná (ALPr, dois volumes, publicados em 1994). Segundo Cardoso (2001),

ao lado desses atlas publicados, encontram-se em andamento outros de cunho regional atlas lingüístico etnográfico da região Sul, atlas lingüístico etnográfico dos pescadores do Rio de Janeiro, atlas lingüístico de São



Paulo, atlas lingüístico do Ceará, atlas lingüístico de Mato Grosso do Sul e em diferentes estágios de elaboração.

A esse conjunto de atlas regionais vem juntar-se, desde 1996, o Projeto Atlas Lingüístico do Brasil (Projeto ALiB), que retoma a idéia lançada por Antenor Nascentes em 1952 de um atlas lingüístico geral do Brasil e não implementada até então. É dirigido por uma equipe de pesquisadores das principais Universidades públicas brasileiras e se propõe a descrever

a realidade lingüística do Brasil, no que tange à língua portuguesa, com enfoque prioritário na identificação das diferenças diatópicas e estabelecer isoglossas com vistas a traçar a divisão dialetal do Brasil, tornando evidentes as diferenças regionais através de resultados cartografados em mapas lingüísticos e de estudos interpretativos de fenômenos considerados. (CARDOSO 2001)

No que se refere especificamente a atlas toponímicos, o pioneiro deles, no Brasil, é o Atlas Toponímico do Estado de São Paulo (ATESP), projeto-piloto e, atualmente, variação regional do Atlas Toponímico do Brasil (ATB), mega-projeto idealizado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Vicentina do Amaral Dick, da USP.

Como destacamos no primeiro capítulo do primeiro volume impresso, o espaço conquistado pela Toponímia na última década tem feito surgir outras variantes regionais do ATB, como o Atlas Toponímico do Paraná (ATEPAR), o Atlas Toponímico do Estado do Mato Grosso do Sul (ATEMS), além de projetos de atlas toponímicos no Tocantins e no Maranhão, orientados pela decana dos toponimistas brasileiros, a Prof.<sup>a</sup> Maria Vicentina do Amaral Dick.

Embora tenhamos notícia de que a toponímia regional baiana já foi objeto de estudo no programa de pós-graduação da USP, consideramos este o pioneiro dos estudos toponímicos da e sobre a Bahia, não só por ser realizado numa Universidade baiana, como também por ter por objeto os topônimos de todos os municípios do Estado, estudados em cinco diferentes sincronias e também numa perspectiva diacrônica, mas, acima de tudo, por dele resultar este Atlas Toponímico-Histórico dos Municípios Baianos (doravante, ATHMB), nosso Apêndice B, cuja concepção explicaremos adiante.

Propusemo-nos a confeccionar um atlas que registrasse dados seguros sobre a nomenclatura dos municípios baianos em diferentes datas, proposta

ousada e a priori pouco exeqüível, na medida em que muito raramente se encontram preservadas cartas políticas antigas. Contudo, já no momento inicial da pesquisa, fomos surpreendidos com uma publicação oficial, pois oriunda de autarquia pública estadual (BAHIA 2003), que continha dados diversos sobre a evolução administrativa do Estado, inclusive a atual carta política e outras três, com a reconstrução da divisão da Bahia nos anos de 1827, 1890 e 1940. São essas os mapas utilizados como base neste Atlas.

Com base nessa fonte primária, preenchemos com os dados dos atuais municípios baianos o modelo de ficha lexicográfica-toponímica do Projeto ATB, o qual adaptamos (v. exemplo no Apêndice E). À proporção que avançava a pesquisa bibliográfica sobre outra fonte oficial (IBGE 1958) e sobre inúmeras fontes historiográficas, as lacunas de Bahia (2003) iam sendo supridas, fornecendo-nos as informações que nos permitiram a elaboração dos quadros do Anexo C e os verbetes do Anexo A.

Como dissemos, o Atlas foi inicialmente planejado para apresentar a toponímia dos municípios baianos de 1827, 1890, 1940 e 2000. Contudo, já no final da coleta de dados, percebemos uma lacuna de seis décadas entre as duas últimas datas, lapso temporal considerável durante o qual surgiram inúmeros municípios. Para que o Atlas pudesse se enriquecer a partir da representação mais paulatina da própria história dos municípios baianos, a solução era buscar uma data intermediária.

Após a análise de outros dados disponíveis no sítio eletrônico da SEI – responsável pela edição de Bahia (2003) –, decidimo-nos pela inclusão de 1970. Isto, contudo, criou-nos um problema: embora os dados possibilitassem descrever e interpretar a toponímia baiana de cada época, a ausência de mapa político baiano de 1970 impossibilitava a representação dos dados desse ano no Atlas.

Neste momento, julgamos justo e adequado abrir um parêntese para fazer um especial agradecimento a alguém sem cuja intervenção e trabalho este Atlas provavelmente não se teria concretizado: o técnico em informática Ricardo Souza Rocha, que nos propôs a solução para esse impasse: a partir da relação de municípios baianos criados após 1970 e da aplicação dos recursos do software Corel-draw, versão 13, sobre o mapa-base de 2000, apagar dele essas unidades territoriais e, assim, reconstruir a carta política faltante.

Vencido esse óbice, passamos propriamente à fase de confecção do ATHMB, editado em documento eletrônico do software Word for Windows, versão 2003, constando de 35 cartas, assim distribuídas:

- oito cartas introdutórias;
- 23 (vinte e três) cartas toponímicas; e
- quatro cartas complementares – referentes aos dados complementares apresentados no Anexo C do segundo volume desta tese; como sua elaboração não foi trabalho nosso, suas fontes estão devidamente indicadas.

#### **1.4 Pressupostos deste estudo**

A partir dos conceitos, métodos e técnicas de pesquisa das três principais ciências de sustentação e da natureza do objeto de estudo da toponímia, foi possível elaborar os seguintes pressupostos, que também norteiam este trabalho:

- 1) em relação ao conjunto de nomes dos municípios baianos:
  - a) em geral, são formas simples ou compostas;
  - b) atualmente, a maioria deles se distribui em dois grupos opostos: nomes descritivos X nomes comemorativos em homenagem a personalidades ilustres ou a integrantes do devocionário popular;
  - c) há uma concentração de fósseis linguísticos na nomenclatura de municípios mais antigos;
  - d) deve ocorrer a toponimização de acidentes geográficos, sobretudo de cursos d'água;
  - e) há uma frequência de determinados itens lexicais;
  - f) a maior parte desses nomes provem da língua portuguesa, seguida da Tupi, sendo ínfima a percentagem de topônimos africanos;
- 2) em relação aos topônimos designativos dos municípios baianos procedentes da língua Tupi:
  - a) há uma concentração deles nas zonas de colonização antiga, sobretudo no Recôncavo Baiano;
  - b) a maioria tem conteúdo descritivo e está originalmente associada à fauna e à flora nativas;

c) há uma recorrência a certos morfemas lexicais (-*anga*, -*ûaçu*, -*mirĩ*, -*eté*, -*etê*, -*itá*,) e gramaticais (-*etá*, -*ûera*, -*tyba*, e variantes);

3) em relação a processos gerais de mudança toponímica

a) em alguns momentos do século XX, foi comum a substituição de formas portuguesas por outras, de procedência Tupi;

b) a mudança toponímica obedece a um padrão descontínuo: nome descritivo > nome religioso > nome indígena > nome de pessoa > nome com sufixo -polis ou -lândia (cf. RAMOS e VENÂNCIO 2002).

Esclarecidos os aspectos epistemológicos e metodológicos da pesquisa de que resultou este estudo, cumpre-nos revisar o que se tem tratado a respeito dos conceitos e teorias que o norteiam.

## 2 - TOPÔNIMO, O NOME DE LUGAR

### 2.1 Aproximação do conceito

Inicialmente, devemos dizer que nesta subseção não pretendemos dar a última palavra sobre os grandes debates teóricos acerca do termo topônimo e de seu hiperônimo, nome próprio. Outrossim, tentaremos revisar parte do que se tem discutido e promover uma aproximação do sentido atual desses termos. Em determinado momento, exporemos um conceito apriorístico de topônimo, com base no qual analisaremos outras questões sobre esse termo e, ao final, elencaremos uma lista de traços que o caracterizam.

Embatem-se os teóricos sobre o que distingue o nome próprio do comum ou de espécie<sup>19</sup>:

A diferença entre um nome de espécie e um nome próprio poderia, então, ser formulada nos seguintes termos: um nome de espécie designa todo objeto, *qualquer que ele seja*, que, em função de um conjunto de qualidades, possa ser classificado como elemento da espécie. Tenha a espécie um ou mais membros (se algum membro tiver), todos serão designados pelo mesmo nome indiscriminadamente. Característico dos nomes próprios é, ao contrário, que por meio deles não é designado qualquer objeto de um certo tipo, mas um objeto singularmente determinado. (BRITO 2003, p, 27)

Essa é uma discussão antiquíssima, que remonta, por um lado, aos filósofos Crátilo, Hermógenes e Sócrates, personagens do diálogo platônico intitulado *Crátilo* e, por outro, ao gramático grego Dionísio de Trácia, para quem o nome próprio designa um ser individual. Esta noção é quase um lugar comum em muitos estudos posteriores, como demonstra a citação anterior e as seguintes:

um substantivo que é próprio de um ser, nada denotando das suas propriedades e, se aplicado a outro, é por coincidência fortuita  
(CÂMARA JR., 1986, p. 227)

a melhor definição linguística de um nome próprio é a tradicional, pela qual os substantivos se dividem em comuns ou apelativos (idéia geral), ou próprios (idéia individual). (MORAN, apud DONADA 200[?])

---

<sup>19</sup> Devemos registrar que discordamos de alguns estudiosos, como Brunot (*apud* Donada 200[?]), para quem “a distinção entre nome próprio e comum é frágil e convencional”, logo, irrelevante para os estudos toponímicos.

Contudo, segundo Ulmann (1973, p. 152), a noção de nome próprio que perpassa esses conceitos não considera:

[...] o fato de que muitas pessoas diferentes e não relacionadas, e mesmo vários lugares diferentes, podem ter o mesmo nome. Se, por outro lado, a fórmula for tomada no sentido de que a maioria dos nomes próprios se usa na fala efetiva como referência a uma pessoa ou coisa específica, então este critério coincide com o seguinte que exprime a mesma idéia em termos mais precisos.<sup>20</sup>

O critério referido na citação acima é o da identificação, proposto, entre outros, pelo filósofo John Stuart Hill, para quem:

Um nome próprio não é mais que uma marca sem significado que relacionamos na nossa mente com a idéia do objeto, na intenção de que sempre que a marca se encontre com os nossos olhos, ou ocorra à nossa memória, possamos pensar naquele objeto individual.

(HILL 1859, *apud* ULMANN, 1973, p. 153)

Isto significa que o nome próprio, diferentemente do comum, nada significa; ele identifica o ser ou o lugar a que se refere, aponta para ele, exercendo quase uma função dêitica:

Os nomes próprios não são conotativos: designam os indivíduos que por eles são chamados; mas não indicam nem implicam nenhum atributo como pertencentes a estes indivíduos. [...] Os nomes *próprios* [...], não têm, estritamente falando, nenhuma significação.

(HILL 1859, *apud* ULMANN, 1973, p. 154)

Moran (*apud* ULMANN, 1973) reforça a idéia de ausência de significado lexical no nome próprio, afirmando que seu sentido já não é o etimológico original, mas a realidade sincrônica e atual que denomina, ou seja, o específico ser ou lugar referente. Também neste sentido, Altson argumenta:

A muitos parece que os nomes próprios têm uma estrutura semântica idealmente transparente. Eis a palavra 'Fido' e lá está o cão que a palavra nomeia. Tudo está perfeitamente claro. Nada há de oculto ou misterioso. O significado da palavra é constituído simplesmente pelo fato de ela ser o nome do cão. [...] Uma explicação mais perspicaz dos nomes próprios mostraria que este modelo é singularmente infeliz para uma explicação do significado. É discutível se se pode dizer corretamente que os nomes próprios tenham significado. Os dicionários não lhes assinalam significados. Alguém que não saiba de que é o nome Fido nem por isso é deficiente em sua compreensão do português, como certamente o seria se não soubesse o que 'cão' significa. (ALSTON, 1977, p. 27)

---

<sup>20</sup> Para manter o registro da escrita, na transcrição de trechos desta e de outras obras editadas em Portugal, estamos utilizando a grafia brasileira das palavras.

Por sua vez, Sir Alan Gardiner aceita a identificação como propósito essencial dos nomes próprios, mas acrescenta a este outro critério, o do som distintivo, conceituando o nome próprio como

[...] uma palavra ou grupo de palavras a que se reconhece a posse de uma identificação como seu propósito específico e que consegue, ou tende a conseguir, esse propósito por meio do seu som distintivo, sem considerar qualquer significado possuído por esse som desde o início, ou por ele adquirido por meio da associação com o objeto ou objetos assim identificados. (GARDINER, apud ULMANN, 1973, p. 156)

Ulmann (1973) apresenta, ainda, uma série de peculiaridades gramaticais (a sintaxe do artigo e de outros determinantes, a quase total ausência de pluralização nos nomes próprios, etc.) que se refletem na diferença semântica e funcional entre os nomes próprios e os comuns, mas de alcance limitado ou estão já implícitos na função identificadora dos nomes, o que o leva a concluir que:

A diferença essencial entre os substantivos comuns e os nomes próprios reside na sua função: os primeiros são unidades significativas, os segundos, simples marcas de identificação. Este critério pode ser completado pelo fator importante, mas não muito rigoroso, da distinção fonética. (ULMANN, 1973, p. 160)

Contudo, outros estudiosos defendem o caráter significativo dos nomes próprios, entre eles Ionescu (apud DONADA [200(?)]) –, para quem os nomes próprios são unidades significativas por poderem ser núcleo de hipersemantividade, fenômeno muito característico da palavra poética.

Além disso, um estudo da história dos nomes próprios lhes aponta por origem os nomes comuns. Segundo Ulmann (1973, p. 164), “quando um substantivo comum se transforma num nome próprio, a mudança pode ser acompanhada por uma restrição no seu alcance, mas não é necessariamente o caso”. É o que se verifica entre os antigos romanos, por exemplo, que costumavam dar o nome de Claudius (‘manco’, em latim) aos garotos nascidos com uma perna menor que a outra; um outro exemplo dessa época é o nome do filho adotivo do imperador Claudius, Germanicus, atribuído por ter o infante nascido próximo às fronteiras do Império com a Germânia durante um período de guerras entre romanos e germânicos.

Nesses e em outros casos em que os elementos constitutivos do topônimo mostram um vínculo entre ele e seu referente – traduzidos por referências de cor,

forma, tamanho, constituição natural, etc. (como, por exemplo, Barro Preto, Caldeirão Grande, Capim Grosso, Floresta Azul, Lajedão, Lajedinho, Malhada de Pedras, etc.) –, diz-se que ele adquire uma configuração icônica, tornando-se uma projeção aproximativa do real.

Por sua vez, alguns topônimos ainda mostram claramente marcas de seu significado original como nomes comuns (Casa Nova, Juazeiro, Barra, etc.); outros, embora menos transparentes, têm, pelo menos, algum elemento analisável (Tabocas do Brejo Velho, Campo Alegre de Lourdes, Salinas da Margarida); muitos outros nomes tornaram-se inteiramente opacos, embora o etimologista possa reconstruir ou, pelo menos, conjecturar o seu processo de formação (caso dos topônimos de origem Tupi).

Do até agora dito, percebe-se que a grande controvérsia teórica em torno da natureza dos nomes próprios está em entender como eles desempenham o papel de “estar por” objetos, ou seja, como eles cumprem sua função de, na língua e pela língua, representar os objetos que designam. Inicialmente, Brito (2003) chama referenciais as teorias que tentam explicar como os nomes próprios referem sem levar em conta o contexto de uso desses termos e identifica entre elas dois agrupamentos:

1) teorias descritivas – representadas, entre outras, pelas de Ionesco, Donada, e Frege –, pelas quais:

a) os nomes próprios têm sentido e é somente por meio deste que eles podem desempenhar seu papel de “estar pelos” objetos que designam;

b) a vinculação entre os nomes próprios e seus sentidos se dá de maneira indireta, oblíqua, mediante as descrições, que funcionam como um processo analítico das propriedades dos objetos referidos pelos nomes; e

2) teorias causais ou de referência direta – representadas, entre outras, pelas de Stuart Mill, Kripke –, pelas quais:

a) os nomes próprios não têm sentido e não podem ser sinônimos de descrições definidas;

b) a identidade entre o nome e seu objeto seria uma relação interna, uma propriedade do objeto, independentemente de como ele seja descrito.

Em seguida, Brito (2003) lança críticas às duas correntes de teorias referenciais: para ele, se, por um lado, as teorias causais teriam invertido a ordem



das coisas, pretendendo que a designação rígida seja um uso primitivo e necessário dos nomes; por outro, as teorias descritivistas teriam pecado por considerarem a vinculação dos nomes próprios a descrições unívocas como condição necessária para o uso bem-sucedido desses nomes.

Enfim, com base na idéia descritivista de mediação inevitável das descrições no processo referencial dos nomes próprios e na dimensão social imputada a esse mesmo processo pelas teorias causais, Brito (2003) elabora sua teoria de usos dos nomes próprios, pela qual eles cumprem sua função referencial de diferentes maneiras, conforme o modo pelo qual as descrições a que se vinculam identificam o referente:

Nomes próprios dão mostra de que, como as expressões dêiticas e indexicais, também dependem de algum modo do contexto de uso para exercerem sua função, de sorte que refiram seus objetos independentemente da natureza e constituição deles. Mas nomes próprios também se ligam a seus portadores específicos, mesmo a despeito do contexto e, assim como as descrições definidas, parecem vincular-se aos seus objetos por causa da natureza particular deles.

(BRITO, 2003, p. 37)

Assim, para este estudioso, mediadas por descrições, as regras e convenções de uso determinam o uso bem-sucedido de um nome próprio.

Embora sem dúvidas interessante, essa teoria de usos parece-nos pecar em dois de seus fundamentos: não explica claramente o que define por uso e situa em campos de oposição os diferentes tipos de teorias referenciais a nosso ver, complementares. Fundamentemos esta última crítica.

Segundo metáfora de Susan Haack (apud CABRERA, 2003), as teorias descritivistas pescam objetos com redes de sentidos (as descrições), enquanto as causais, com arpões, espetando-os diretamente. Contudo, assim como se pode pescar um peixe com rede ou com arpão, pode-se estabelecer uma teoria de intenção referencial que reúna o melhor das teorias referenciais. Para tanto, “precisaremos de arpão para fixar intencionalmente *um* objeto e da rede para entender de que objeto se trata, quais são as suas características” (CABRERA, 2003, p. 16, grifo do autor), numa espécie de “fixação discursiva (...) para sabermos acerca de que estamos atribuindo propriedades” (idem). Assim, é necessário trabalhar com uma noção fraca de constância referencial intencional e conservar a idéia de que o acesso aos objetos pode ser mediado pela descrição de

suas características, afinal “indicações sem predicacões são vazias, predicacões sem indicações são cegas” (CABRERA, 2003).

Essas consideracões nos levam a conceber:

1) os nomes pr3prios como signos lingu3sticos especiais, dotados de:

a) significante;

b) significado etimol3gico mais transparente ou mais opaco, a depender de uma s3rie de dados extr3nsecos ao sistema (por exemplo, conhecimento especializado do usu3rio); e de

c) uma funç3o d3itica – identificar o ser ou lugar referido; e

2) o top3nimo<sup>21</sup> como o nome pr3prio<sup>22</sup> que serve para distinguir – portanto, identificar –, um local preciso e 3nico (acidente f3sico ou antr3pico), num contexto concreto.

Esse conceito se aproxima do de outros especialistas, que detalham a an3lise dessa modalidade espec3fica de nome pr3prio. Assim, por exemplo, Dorion (apud DONADA (200[?])a) afirma que nomear um lugar 3 escolher um signo que permitir3, ao n3vel da comunicac3o, localizar um espaço e um local determinado. Este signo, falado antes que escrito, 3 um semantema, uma unidade de sentido que deriva do ato nomeante que, ao seu turno, expressa um relato de percepç3o, afeiç3o, posse ou finalidade, cheio de temor ou de cobiça, entre o nomeador e o nomeado.

Dada 3 dimens3o geogr3fica do top3nimo, muitos toponimistas lhe atribuem uma funç3o descritiva<sup>23</sup>. Contudo, Donada (200[?])c) alerta:

Que os nomes de lugar (ou, mais concretamente, uma parte importante dos nomes de lugar) tenham uma determinada carga descritiva, ou

<sup>21</sup> Alguns atribuem a top3nimo o sentido de nome gen3rico de lugar, designativo de um espaço ou forma qualquer de entidade geogr3fica, de natureza pontual, linear ou espacial, terrestre, submarino ou extraterrestre. Contudo, a esse sentido imputamos o termo cor3nimo.

<sup>22</sup> Em sua origem, o top3nimo seria um nome comum que se tornou pr3prio, sem que o falante perceba essa mudanç3a, por isso mesmo 3 agora propriedade de ningu3m e de todos: “O fato de que toda a sociedade, em princ3pio, seja deposit3ria do patrim3nio lingu3stico que constitui os nomes de lugar levou alguns autores a questionar sua ‘pertin3ncia’. (DONADA ([200(?)]b)) A este respeito, Dorion (apud DONADA (200[?])a) fala da *mem3ria coletiva* como ponto de refer3ncia fundamental em relaç3o com a natureza do top3nimo.

<sup>23</sup> Entende-se como descriç3o a t3cnica que proporciona certos conhecimentos de uma coisa pelos acidentes que lhe s3o pr3prios e a determinam o suficiente para permitir diferenci3-lo de outros. Aplicada 3 geografia, descriç3o deve ser entendida como aquilo que proporciona uns certos conhecimentos de um territ3rio a partir dos traços que lhe s3o pr3prios e permitem individualiz3-lo e distingui-lo de outros territ3rios.

possam ser considerados 'descrições' não impede que se possa fazer o raciocínio inverso: apontar que nem sempre que se esteja diante de um nome de lugar de pretensa aparência descritiva, deve-se crer, com efeito, que essa descrição realmente exista.

Essa mesma dimensão geográfica torna irrelevante a distinção entre conotação e denotação apresentada por Hill (1959, apud Donada (200[?])a) quanto aos nomes próprios em geral, pois:

Se partirmos do princípio de que qualquer topônimo em vigor significa alguma coisa, deveremos concluir que não há sentido, neste caso, em se falar de conotação ou denotação: um conceito coincide com o outro; o nome (como fato linguístico) denota e, às vezes, conota aquilo a que se refere, ou seja, um determinado lugar. Que um nome 'signifique' um lugar pode parecer muito forçado do ponto de vista estritamente semântico (ou linguístico); mas não o é tanto se partirmos do princípio de que, para a geografia, a correspondência entre nome e lugar é pressuposta sempre. Uma outra coisa é abordar o problema a partir do duplo aspecto de espaço e tempo. Concretamente, a introdução da dimensão temporal complica a questão, porque, como pudemos assinalar, o parâmetro 'espaço' do topônimo está subjacente a possíveis modificações ao longo do tempo. (DONADA (200[?])a)

Parte desta discussão tem a ver com as idéias ainda mal delimitadas entre os filósofos acerca de espaço e lugar. Assim, por exemplo, Aristóteles considera lugar uma propriedade não-inerente às coisas nem pertencente à sua substância, definível como um "de estar em"; já Bérgrson, uma propriedade das coisas, se bem que, muito mais geral que qualquer outra. Para Russel, é impossível formular um conceito de lugar que tenha uma significação universal, descontextualizada, porque todo o nosso conhecimento da realidade se irradia de um centro espaço-temporal, a pequena região que ocupamos no momento presente. Essas reflexões nos permitem explicitar um problema consubstancial do conceito de topônimo: a relatividade conceitual que afeta, intrinsecamente, suas duas noções componentes: a de nome próprio e a de lugar.

Talvez Dorion (1989, apud DONADA (200[?])a) apresente uma solução para esse problema, quando relaciona o conceito de topônimo, à percepção humana e à significação do espaço, chegando às seguintes proposições:

- nem sempre os topônimos significam exclusivamente espaço;
- atendendo ao princípio da excepcionalidade, característica geral e paradoxal dos topônimos, diante de um fato típico, o topônimo tende a nomear um fato excepcional;

- o topônimo manifesta uma determinada perspectiva de observação que não tem de coincidir com nenhum outro;

- em decorrência disso, a variedade de topônimos surge da relação entre elementos geográficos de caráter linear que admitem, logicamente, uma grande diversidade de pontos de vista.

Assim, a toponímia é um fiel reflexo das realidades do território, das inter-relações entre seus aspectos físicos e humanos, e de suas transformações sucessivas, materializando sua relação com o mesmo em dois níveis ou sentidos diferenciados:

- 1) no sentido comum, refere-se de um modo genérico ao espaço; ou, de outro modo, são nomes que conceituam o espaço sem individualizá-lo, o que permite introduzir o conceito de nome comum geográfico (corônimo), que são, geralmente, a base de formação dos nomes de sentido próprio<sup>24</sup>; e

- 2) no sentido próprio, são nomes que, conceituando ou não o espaço, o individualizam ou singularizam, o que permite introduzir o conceito de nome próprio geográfico (topônimo), que podem ser transparentes (refletem de modo direto um fato real) ou opacos.

Um último problema relativo a este tópico refere-se à conexão entre a idéia genérica de marginalidade geográfica e alguns topônimos. Verifica-se que a toponímia pode refletir umas certas condições de marginalidade física (alusão aos espaços fisicamente afastados do que se considera centro) ou socioeconômica (referência a um espaço cujos índices demográficos e de desenvolvimento socioeconômico geralmente o situam numa clara posição de desvantagem e dependência em relação ao espaço central).

De toda a discussão precedente, podemos resumir o seguinte:

- 1) o topônimo possui ampla transcendência a múltiplos níveis e suscetibilidade de afetar, em maior ou menor grau, uma numerosa coletividade de usuários;

- 2) além de fenômenos linguísticos, os topônimos são também fenômenos históricos, já que seus conteúdos fazem referência a uma realidade sócio-histórica

---

<sup>24</sup> Esta relação ou correspondência é mais difícil de estabelecer, particularmente, quando o nome próprio se forma a partir de palavras procedentes de sistemas linguísticos diferentes ou de etimologias complexas.

em cujo contexto se dá nome aos fatos ou acidentes geográficos naturais ou antrópicos;

3) os topônimos são um testemunho relevante e eloquente do passado: nascem numa determinada época histórica e numa determinada etapa de desenvolvimento de uma língua; mas, por sua vez, ao longo do tempo, sofrem mudanças de forma, inclusive, às vezes, de conteúdo;

4) muitos topônimos se difundem seguindo acontecimentos históricos como as migrações de povos, as guerras de conquista e, em geral, qualquer tipo de contacto inter-étnico; portanto, são parte de nosso patrimônio cultural, e sua abordagem se fará a partir dos pontos de vista da história, da antropologia social, da linguística antropológica e da geografia;

5) apesar de o signo toponímico se inserir entre os demais signos no sistema linguístico, há algumas diferenças que precisam ser consideradas:

- é um enunciado linguístico originalmente extraído da língua viva e selecionado por um denominador, individual ou coletivo, que o interpreta de acordo com os conceitos, valores, intenções, códigos e usos do seu grupo, para torná-lo um possível referente para o receptor;

- de maneira geral, sua adoção é motivada pela realidade circundante, que é valorizada pelo denominador no momento da nomeação, o que contraria, em parte, a tese da arbitrariedade do signo linguístico, tornando-o um signo linguístico especial;

- além disso, quando seus constituintes formais evidenciam um vínculo entre ele e seu referente, adquirem uma configuração icônica, tornando-se uma projeção aproximativa do real;

- ao longo da história, seu significado original pode tornar-se gradualmente opaco devido ao distanciamento do motivo de sua adoção;

- sua manutenção, a despeito do desaparecimento de sua motivação semântica, faz dele um fóssil linguístico, uma expressão linguístico-social que reflete aspectos culturais de um núcleo humano (pré)existente;

- sincronicamente, sua função é antes identificar que significar; contudo, o estudo especializado pode resgatar-lhe o significado original ou ele pode, ainda, ser ressematizado, ou seja, adquirir novos sentidos.

### 2.1.1 Importância dos topônimos

Além de relevantes para os estudos linguísticos, os topônimos têm uma ampla aplicação na vida social, de forma que sua má fixação ou registro indevido pode causar problemas diversos. Assim, por exemplo:

a) como qualquer signo, os mapas têm uma forma (o desenho) e um conteúdo, os nomes geográficos; um erro na atribuição do topônimo à representação territorial pode prejudicar seriamente os usuários dos mapas;

b) a imprecisão de topônimos em escrituras de propriedades públicas ou privadas pode gerar difíceis problemas legais;

c) uma toponímia precisa é importante para a fixação dos limites entre unidades territoriais distintas, o que pode ter consequências, inclusive, para a arrecadação de impostos e distribuição de recursos;

d) erros na fixação de topônimos em placas de sinalização podem gerar problemas de orientação e localização dos usuários do sistema viário;

e) a identidade ou semelhança de topônimos pode confundir os correios, atrasando-lhes o serviço ou causando extravio de correspondências.

O amplo espectro da vida social recoberto pelos nomes de lugar faz da Toponímia um ramo da Linguística relevante para outros saberes, como:

a) a geografia – para a identificação precisa dos acidentes naturais e antropicos nas cartas geográficas (como visto);

b) a história – o topônimo é o dado por meio do qual o historiador pode reconstruir a história ou cultura de um povo, como, por exemplo, no caso da toponímia brasileira de origem indígena, que pode indicar a existência anterior de povos ou etnias indígenas, hoje extintas, num dado território;

c) a antropologia – o topônimo pode registrar expressões do folclore ou referentes a diferentes manifestações de cultura popular, constituindo-se em fonte para o estudo do patrimônio cultural do país;

d) a sociologia – na medida que evidenciam uma relação entre o homem e seu ambiente sócio-cultural, os topônimos interessam à sociologia por se relacionarem à construção da identidade social.

Uma vez fixados esses aspectos do conceito, natureza e importância de topônimo, cabe-nos tratar dos critérios usados em suas diferentes taxonomias.

### 2.1.2 Estrutura do signo toponímico

O signo toponímico se compõe de dois elementos:

- a) um termo genérico, acidente geográfico ou vocábulo toponímico básico – relativo à entidade geográfica a ser nomeada –; e
- b) um termo específico ou topônimo propriamente dito, identificador e singularizador da noção espacial nomeada.

Assim, por exemplo, em Estado da Bahia, Município de Salvador, Morro do Galo e Rio das Tripas, têm-se respectivamente, Estado, Município, Morro e Rio como termos genéricos e Bahia, Salvador, Galo e Tripas, como topônimos.

No signo toponímico, esses dois termos podem estar associados de forma justaposta (exemplos acima) ou aglutinada. Neste caso,

aparecem indissolvelmente unidos (...), de modo a constituir como que um bloco único, fechado em torno dos dois elementos, dos quais não se distingue mais o que é um ou o que é o outro, principalmente (..) se a língua falada já excluiu do seu uso o vocábulo em questão. Frequentemente, nesses casos, adota-se, como recurso explicativo, o reforço de um nome genérico, para complementar a idéia daquele que foi absorvido, por inteiro, no interior do designativo, em seu núcleo complexo. Diz-se, então, que o termo genérico tende a perder a sua função própria, tornando-se um mero complemento do termo específico.

(DICK 1992, p. 10)

Vários topônimos brasileiros de origem Tupi exemplificam esta situação, como Paratinga, que nomeia um rio baiano e um município às suas margens e significa “rio branco” (< Tp.-ant. *pará* “rio” + *tinga* “branco”). Neste signo toponímico, a integração dos termos genérico e específico foi completa pelo desuso de ambos, isoladamente, na fala<sup>25</sup>. Para referir-se ao curso d’água, surge o reforço do termo “rio”; se a referência é o acidente humano, fala-se de “cidade” ou “município” de Paratinga.

Esse fenômeno relaciona-se a outro, incidente não só em formas de procedência Tupi, como também sobre a toponímia brasileira de origem portuguesa: a toponimização de acidentes geográficos. Nessa situação, o nome

<sup>25</sup> Desse desuso proveio uma reinterpretação semântica das bases lexicais do topônimo Paratinga. Por informação colhida a um munícipe, soubemos que, por volta de 2001, um grupo de universitários locais tentou promover uma série de eventos com o intuito de movimentar culturalmente a cidade, retirando-a da situação de calmaria em que se encontrava. Esse movimento acadêmico recebeu o nome de “Mexetinga”, numa espécie de antonímia a uma suposta base lexical “pára” (do verbo parar), existente no nome do município.

atribuído a um acidente físico cristaliza-se e passa a designar, também, um acidente humano, fazendo surgir um corotopônimo, ou seja, um termo específico que recupera outro signo toponímico. Assim, ainda no início do século XVII, expedições ao sertão baiano em busca de minas de ouro e salitre atingiram a escarpada da Chapada Diamantina e descobriram um morro de formato arredondado semelhante a um chapéu, por isso mesmo denominado Morro do Chapéu, em redor do qual cresceu uma povoação, elevada a município em 1864 com o nome de Morro do Chapéu. A toponímia municipal baiana apresenta outros exemplos desse fenômeno: Alagoinhas, Barra, Cabaceiras do Paraguaçu, Esplanada, Paramirim, Rio do Antônio, Rio do Pires, Serra do Ramalho, etc.

Observando a estrutura de inúmeros termos genéricos atuais, verifica-se que, em geral, são formas simples (avenida, bairro, barra, beco, cidade, distrito, morro, município, praia, rio, rua, vila, etc.), derivadas (aguada, cachoeira, riacho, ribeira, ribeirão) ou compostas por aglutinação (planalto). Contudo, lançando o olhar sobre termos genéricos usados na nomeação de acidentes humanos do final da colonização até já bem adentrada a Era Vargas, também se percebem curiosas formas justapositivas: Vila Bela das Palmeiras, Vila Nova da Rainha, Imperial Vila do Tucano, Agrícola Cidade de Jacobina, Intrépida Ilha de Itaparica, Denodada Ilha de Itaparica, Cidade Nova da Revolução, Industrial Vila de Água Quente, etc.

Por sua vez, os termos específicos ou topônimos propriamente ditos são estruturalmente classificados em:

a) simples – definidos por um só lexema, que poderá estar acompanhado de sufixos: Angical, Barra, Barreiras, Salvador, etc.

b) compostos – dotados de mais de um lexema, de origens diversas entre si: Jacobina, Lauro de Freitas, Madre de Deus, São Félix, Ipupiara, etc.

c) híbridos – formados por elementos de diferentes procedências linguísticas: Baianópolis, Retirolândia, etc.



### 2.1.3 Taxonomia toponímica

Desde Aristóteles, entende-se que a classificação dos fenômenos facilita a compreensão da realidade. Assim, uma das tarefas de qualquer ciência em relação ao seu objeto sempre foi categorizar suas manifestações, o que geralmente é feito por uma sistemática denominada taxonomia.

A primeira proposta de taxonomia toponímica foi feita por Albert Dauzat em 1928, na obra *Les noms de lieu*. Nessa obra, levando em conta a realidade de seu país, ele chegou às seguintes taxes:

1) topônimos espontâneos – estabelecidos naturalmente, ao longo do tempo, pela população do local; sua oficialização representa o aceite do Estado à vontade da história da população local; são referentes a:

a) aspectos da geografia física (relevo, hidrografia, flora, fauna) e da;

b) aspectos da geografia humana (lugares de passagem e vias de comunicação, estabelecimentos sedentários, elementos abstratos, místicos, históricos, políticos, administrativos);

c) antropônimos: nomes próprios e alcunhas atribuídas a pessoas (incluindo títulos de nobreza ou de outra ordem e as antonomásias);

2) topônimos sistemáticos – estabelecidos por Lei, normalmente sem consulta prévia à população interessada; em geral, as autoridades os impõem à população em substituição a outros topônimos já existentes; podem fazer referência a antropônimos (indicando nomes de fundadores e benfeitores) ou hagiônimos (misticismo, nomes de santos, deuses, etc.).

Já em 1931, o filólogo português Leite de Vasconcelos estudou a toponímia de seu país, levando em conta os seguintes critérios:

1) o etno-dialetológico – pelo qual foi possível identificar a presença de várias línguas (pré-romanas, latina, germânica, árabe e portuguesa propriamente dita) na toponímia de Portugal, o que se explica por esse território ter sido dominado por povos diversos ao longo da Antiguidade e Medievo;

2) o formal – pelo qual se verificou a estrutura formal dos sintagmas toponímicos;

3) o causal – pelo qual foi possível agrupar semanticamente os nomes conforme as causas que lhes deram origem (fauna, flora, natureza do solo, história, religião, etc.).

Comparando essas duas propostas taxonômicas, Gonçalves (2004), observa que ambas têm um propósito genético, na medida que seus principais objetivos são reconstruir e descobrir o significado dos nomes próprios; contudo, enquanto Dauzat propõe um método de interpretação que leva em conta aspectos da psicologia social, Leite de Vasconcelos introduz o estudo dos topônimos referentes às atividades humanas.

Em 1954, na obra *A classification of place names*, com base nos mecanismos de nomeação, George Stewart agrupa os topônimos norte-americanos em nove categorias: descritivos, possessivos, incidentais, comemorativos, eufemísticos, manufaturados, etimologias populares, nomes deslocados e nomes resultantes de erro em sua formulação. Em várias ocasiões, essa proposta foi avaliada por Dick:

Estas técnicas denominativas resultam em alguns poucos meios (nove, ao todo), ou formas de ordenar toda e qualquer nomenclatura geográfica conhecida, válida, porém, para qualquer região, não apenas para a realidade norte-americana. Não há, porém, em seu trabalho, a busca da terminologia nuclear da Toponímia, que a diferencie, em seus elementos constitutivos, das demais disciplinas com que convive, harmonicamente, e que possuem o seu vocabulário ou léxico especializado.

(DICK 2000, p. 30)

Destes mecanismos, os nomes descritivos e os comemorativos devem ser vistos com atenção especial, porque constituem, em nosso entender, protótipos de atividades denominativas gerais e comuns a diferentes povos. (...) As demais categorias têm menor índice de uso, se aplicadas a uma micro-toponímia, mas deve-se considerar que o modelo foi pensado e proposto para o contexto norte-americano, de base inglesa, muito embora seja válido o seu emprego também às camadas indígenas daquele território.

(DICK 1999, p. 141)

Por nossa parte, destacamos uma outra desvantagem desse método: a necessidade de retorno à intenção do denominador, ou seja, à história desse nome e de sua localidade, algo nem sempre fácil ou possível. Além disso, algumas classes estabelecidas se sobrepõem, como a dos nomes eufemísticos e a dos comemorativos.

Em 1985, o antropólogo venezuelano Salazar-Quijada elaborou um modelo de classificação toponímica para seu país, com base nestes critérios:

1) os elementos formadores dos topônimos – que os poderão classificar em simples (constituintes específicos, independente da quantidade) ou compostos (constituente genérico que define a classe do acidente denominado seguido um específico identificador);

2) a extensão do acidente designado pelos topônimos – que os poderá classificar em microtopônimo, mesotopônimo ou macrotopônimo, tamanho esse sempre indicado em relação ao de outro acidente, o que, de certo modo, já demonstra uma certa inconsistência;

3) a localização do acidente nomeado pelos topônimos – que os poderá classificar em terrestre ou extraterrestre;

4) a aplicação, motivo ou significação dos nomes – que os poderá classificar em actinômios (acidentes costeiros), astinômios (acidentes urbanos ou cidades), corônimos (descrição de uma região), insunômios (ilhas, arquipélagos e recifes), hidrônimos (acidentes relativos à água), odônimos (caminhos de passagem), orônimos (montanhas), epeleônimos (grutas ou formações subterrâneas), selenônimos (acidentes lunares);

5) motivação semântica – amplos fatores incidentes na atribuição dos nomes, que os poderão classificar em fisiotopônimos (descrição do acidente), zootopônimos (fauna), fitotopônimos (flora), mineratopônimos (materiais inorgânicos), eptopônimos (personagens históricas), hagiopônimos (santos), somatotopônimos (características físicas humanas, partes do corpo, doenças, etc.), toptopônimo (topônimo pré-existente), cognotopônimos (nomes, apelidos ou gentílicos), animotopônimos (estados do espírito humano), pragmatopônimos (utensílio, fato cotidiano ou, ainda, seus locais de ocorrência).

Embora focalize a motivação toponímica, esse modelo é pouco prático e tautológico, pois, para classificar um topônimo de acordo com um dos cinco critérios, o pesquisador deverá se voltar para os demais. Além disso, a proposta não observa se a motivação é de natureza física ou antro-po-cultural, o que serviria de base para um estudo mais adequado da motivação toponímica.

No Brasil, embora sem ter a pretensão de propor categorias toponímicas, Câmara Jr (1986 [1956]) foi o primeiro a identificar um conjunto não-exaustivo de sentidos primitivos indicados por nossos topônimos e parte limitada de suas procedências idiomáticas:

No Brasil, os topônimos, ainda sem grandes mudanças fonéticas, representam: a) nomes comuns ou locuções substantivas de caráter descritivo; b) nomes de santos padroeiros; c) reprodução de topônimos portugueses ou escolhidos por imigrantes de outros países; d) tupinismos e africanismos; e) antropônimos de autoridades governamentais ou homens públicos. [...] Exs.: a) Bahia, Belo Horizonte; b) Salvador, São Luís, Penha (Nossa Senhora da Penha) Copacabana (Nossa Senhora de Copacabana); c) Viseu, português; Friburgo, alemão-suíço; d) Piauí, tupi, “rio dos pias”; Caxambu, africano, “espécie de tambor”?, em virtude do aspecto da montanha; e) João Pessoa, Petrópolis, “cidade de Pedro” (Pedro II, imperador do Brasil). (CÂMARA JR. 1986, p. 233)

Contudo, o primeiro modelo taxonômico da toponímia brasileira é o de Dick (1975), concebido a partir de uma repartição genérica dos topônimos em duas grandes ordens, conforme o significado de seu primeiro formante – a Taxonomia de Natureza Física e a Taxonomia de Natureza Antropo-cultural. A partir dessas ordens, definem-se categorias específicas (19 neste modelo),

através da formulação de uma terminologia técnica, composta do elemento ‘topônimo’, antecedido de um outro elemento genérico, definidor da respectiva classe onomástica. Este elemento deverá conter a suficiente explicação de sua substância ou a clareza lógica para justificar a escolha, em uma linha de comando virtual”. (DICK 1992, p. 26)

Reformulado pela autora em 1990 e publicado dois anos depois, o modelo passou a conter 27 categorias específicas, 11 referentes ao ambiente natural e 16, ao ambiente sócio-cultural, indicadas e quase todas exemplificadas com topônimos de municípios baianos no Quadro 1.

Este modelo tem sido largamente aplicado nos estudos toponímicos no Brasil. Tem-se a taxonomia de Dick (1990) como a mais adequada à pesquisa toponímica no Brasil por ser profícua e exaustiva, praticamente não deixando de contemplar nenhuma área semântica a que um topônimo possa se referir, servindo para a análise de fenômenos da macro e da microtoponímia. Além disso, concebido somente a partir de critérios semânticos, repartindo genericamente os topônimos em duas grandes ordens, conforme o significado de seu primeiro formante – a Taxonomia de Natureza Física e a Taxonomia de Natureza Antropocultural –, o modelo dispensa a presença do denominador para se efetivar a análise, constituindo instrumental valioso para a área.

Além do acréscimo de algumas categorias ao modelo Dick (1990), outros estudos trouxeram contribuições no sentido de subdividir algumas das taxes. Assim, por exemplo, Isquerdo (1996, apud Isquerdo 1997) classifica os noônimos

Quadro 1: Taxonomia Toponímica de Dick (1990) e acréscimos<sup>26</sup>

	REFERÊNCIA	EXEMPLOS DA TOPONIMIA BAIANA
<b>NATUREZA FÍSICA</b> (o mundo natural)	<b>astrotopônimos</b>	sistemas estelares e astros em geral Araci, Coaraci
	<b>cardinotopônimos</b>	pontos cardeais e posição geográfica dos acidentes Central, Nordestina
	<b>cromatotopônimos</b>	sistemas cromáticos Verde (município baiano do século XIX, extinto), Una, etc.
	<b>dimensiotopônimos</b>	dimensão dos acidentes Aporá, Baixa Grande
	<b>estematotopônimos</b>	os cinco sentidos ou estados térmicos Adustina, Queimadas
	<b>fitotopônimos</b>	índole vegetal Xiquexique, Jandaíra, Buritirama, etc.
	<b>geomorfotopônimos</b>	formas topográficas Morro do Chapéu, Serra Dourada, etc.
	<b>hidrotopônimos</b>	água e a cursos d'água Correntina, Rio do Pires, Rio do Antônio, Rio Real, etc.
	<b>litotopônimos</b>	índole mineral ou constituição do solo Barro Alto, Itapicuru, Jacobina, Laje, Lajedo do Tabocal,
	<b>meteorotopônimos</b>	fenômenos meteorológicos, climáticos e atmosféricos Aracatu, Brumado, Matina
	<b>morfotopônimos</b>	formas geométricas -
	<b>zootopônimos</b>	índole animal Uauá, Iuiú, Jaguarari, etc.
<b>NATUREZA ANTROPOCULTURAL</b> (o mundo cultural)	<b>acronimotopônimos</b>	siglas e abreviaturas IAPI, STIEP (bairros soteropolitanos)
	<b>animotopônimos</b>	psiquismo e cultura espiritual Valente, Mansidão, Boa Nova, Catu, etc.
	<b>antropotopônimos</b>	alcunha(s) ou nome(s) de pessoa, nomes de família Cícero Dantas, Lauro de Freitas, Simões Filho, etc.
	<b>axiotopônimos</b>	títulos e dignidades apensos a antropônimos Presidente Jânio Quadros, Dom Basílio, Conde, etc.
	<b>corotopônimos</b>	idades, Estados, países, regiões e continentes Fátima, América Dourada, Filadélfia, Cafarnaum, etc.
	<b>cronotopônimos</b>	marcas cronológicas Nova Fátima, Nova Soure, Novo Horizonte, etc.
	<b>dirrematopônimos</b>	frase enunciada Tapiramutá, Rapa-Tiçã (atual Ipiáú)
	<b>ecotopônimos</b>	habitações em geral Casa Nova, Iraquara, Jaguaquara, Sobradinho, etc.
	<b>ergotopônimos</b>	cultura material em geral Alcobaça, Arataca, Pilão Arcado, etc.
	<b>estematotopônimos</b>	os cinco sentidos ou estados térmicos Adustinas, Queimadas
	<b>etnotopônimos</b>	etnias e populações Sento Sé, Caraíbas, Gentio do Ouro, Ilhéus, Rodelas, etc.
	<b>grafematopônimos</b>	elemento gráfico em geral A, B, C (ruas de Santa Maria da Vitória)
	<b>hierotopônimos<sup>27</sup></b>	divindades, sistemas de crença, efemérides Cruz das Almas, Curuçá, etc.
	<b>higietopônimos</b>	campo semântico da higiene e saúde Saúde
	<b>historiotopônimos</b>	movimentos histórico-sociais, seus elementos e datas Canudos, Contendas do Sincorá
	<b>necrotopônimos</b>	campo semântico da morte Anguera
	<b>numerotopônimos</b>	índices numéricos Dois Irmãos (atual Ubatã)
	<b>odotopônimos</b>	vias de passagem Encruzilhada, Itapé, Ponto Novo
	<b>poliotopônimos</b>	unidades territoriais menores que o município Ouroândia, Cristópolis, Crisópolis
	<b>sociotopônimos</b>	atividades econômicas, profissões, pontos de encontro Capela do Alto Alegre, Feira de Santana, Porto Seguro, etc.
<b>somatotopônimos</b>	partes do corpo Camacan, Piatã	

<sup>26</sup> Categorias inseridas por Francisquini (1998): acronimotopônimos, higietopônimos, necrotopônimos; pelo projeto ATEPAR: estematotopônimos e grafematopônimos.

<sup>27</sup> Subdivisíveis em: hagiopônimos (nomes de santos católicos: Santa Rita de Cássia, São Desidério, São Félix do Coribe, etc.) e mitotopônimos (nomes de mitos e lendas: Ipujiara); nomes fora dessas categorias específicas, permanecem na geral. Entre os hagiopônimos, destacam-se os mariotopônimos (referentes à Virgem Maria).

em eufóricos ou disfóricos, conforme indiquem expectativa otimista ou pessimista da realidade, respectivamente; e Lima (1997, apud Gonsalves 2004) – classifica os hagiotopônimos em autênticos (de autêntica inspiração religiosa) ou aparentes (disfarçam num nome de santo(a) uma homenagem a um(a) fundador(a) ou benfeitor(a) da localidade).

Uma vez apresentadas as categorias toponímicas levadas em consideração neste estudo, trataremos na próxima seção do que se tem discutido acerca dos processos de mudança toponímica.

## 2.2 A mudança toponímica

### 2.2.1 A mudança toponímica e seu estudo como mudança linguística geral

Assim como a fixação de topônimos, a mudança toponímica é um fenômeno recorrente e antiquíssimo na história. Esta afirmação parece contradizer as teorias toponímicas elaboradas na Europa, que afirmam a estabilidade do topônimo: uma vez atribuído a um local, com o tempo, o nome pode até sofrer mudanças internas, de natureza fonética ou ortográfica, mas tende a manter-se. De fato, inúmeros exemplos da toponímia européia, sobretudo a referente a acidentes físicos, demonstram esse princípio: It. *Tagus* > moç. *Takus* > \* [tɛɣo] > pt./esp. *Tejo*; It. *Pax (Julia)*, no abl./sing. *Pace* > moç. *Baje* > port. *Beja*<sup>28</sup>; celt. > It. *Conimbriga* > pt. *Coimbra*; It. *conciliu* > moç. *al-conciliu* > pt. *Alconcel*; etc.

Esse princípio também se mostra válido na toponímia brasileira referentes a acidentes físicos, conforme demonstram os seguintes exemplos baianos: Itapicuru, nome do mais importante curso d'água do Nordeste da Bahia, vem do Tupi-antigo *itá*, 'pedra' + *peba*, 'chata'; + *kuru*, 'seixo, cascalho'; donde: 'pedra chata ou laje cheia de seixos', uma descrição do leito do rio; Inhambupe, nome de rio do Litoral Norte daquele Estado, que corta cidade homônima, vem do Tupi-antigo *y*, 'água, rio' + *nhambu*, 'perdiz' + *pe*, 'em'; donde: 'no rio da perdiz'; etc. De natureza descritiva, esses topônimos foram

---

<sup>28</sup> Nessas primeiras sequências, seguimos as indicações gerais de CÂMARA JR.(1986, p. 233).

cunhados pelos índios Tupi, habitantes das costas brasileiras, antes da colonização e, com o início desta, se mantiveram, chegando aos dias atuais.

Contudo, quando a referência é a toponímia dos acidentes humanos, a realidade brasileira desmente o princípio da toponímia européia, pois, em vez da estabilidade, o que aqui se encontra, historicamente, via de regra, é a mudança toponímica constante:

Tal fenômeno, com certeza, não é recente e talvez represente o principal elemento diferenciador da toponímia do Novo Mundo em relação às das antigas sociedades metropolitanas. Assim, enquanto nessas últimas observa-se a perenidade ou imobilidade dos nomes dos lugares, no Brasil o padrão identificado é o da mudança constante. (RAMOS; VENÂNCIO 2002, p. 114)

Interessante notar que, dada a antiguidade dos fenômenos de mudança toponímica, é possível encontrar, ao longo da história de várias sociedades, exemplos de como as questões acima indicadas a eles se relacionam. Assim, uma observação sobre o hábito geral de povos conquistadores da Antiguidade<sup>29</sup> de trocar os nomes dos locais subjugados, demarcando sua propriedade nesses territórios<sup>30</sup>, aponta as invasões e conquistas como fator condicionante externo a essas mudanças toponímicas e, ao mesmo tempo, pode indicar caminhos para a compreensão da relação entre a mudança toponímica e essas transformações de ordem social mais ampla.

No caso do Brasil, Ramos; Venâncio (2002) apontam para a intervenção de agentes públicos como fator determinante de algumas mudanças toponímicas ocorridas a partir de meados do século XVIII, época em que, através de uma dura legislação, a coroa portuguesa levou a cabo uma política de implantação do português em sua maior colônia com a proibição do uso e ensino de línguas indígenas e, inclusive, a substituição da toponímia nativa pela lusitana em aldeias com mais de 50 habitações. Isto ocorreu,

---

<sup>29</sup> A única exceção a essa regra geral parece terem sido os gregos, que aceitavam as denominações dos locais por eles visitados e/ou conquistados.

<sup>30</sup> Essa prática era comum entre os hebreus que, mesmo quando não mudavam oficialmente o nome de uma cidade conquistada, lhe atribuíam um nome popular, associando-a ao seu conquistador ou descobridor, como no caso de Jerusalém que, após capitular diante de Davi, passou a ser chamada "cidade de Davi". Esse costume perdurou ainda durante o Medievo, como demonstra a atitude dos árabes conquistadores da Península Ibérica (711 d.C.) que, em homenagem ao comandante de suas tropas (Djebel Al'Tarik), trocaram o nome do pequeno istmo entre essa região e o norte da África de Colunas de Hércules para Estreito de Gibraltar.

sobretudo, em zonas de ocupação recente, àquela época, como a Amazônia<sup>31</sup>, mas também em áreas de colonização mais antiga, como Minas Gerais (cf. Ramos; Venâncio (2002)), Ceará (Cf. Seraine 1962) e a Bahia, na qual se registram, entre outras, as seguintes sequências de mudanças: Natuba (século XVI) > Missão de Nossa Senhora da Conceição do Natuba (início do século XVIII) > Nossa Senhora da Conceição de Nova Soure (1754); Mucuri (início do século XVIII) > São José de Porto Alegre (1755).

São também de natureza sócio-cultural as razões de implementação de um tipo de topônimo no Brasil a partir do final da década de 1950, período de abertura da economia do país para o capital industrial estrangeiro, com a implantação de empresas transnacionais, em sua maioria norte-americanas. Desse contexto de adensamento das relações econômicas entre o Brasil e os Estados Unidos e das conseqüentes relações culturais, surgiu uma tendência, ainda hoje forte, de fixação de novos topônimos, híbridos, geralmente formados de duas raízes, uma portuguesa e outra de origem inglesa (*lândia* < ingl. *land* 'terra') ou grega (*pólis* < gr. *pólis* 'cidade'), havendo, ainda casos de os morfemas em questão serem originados dessas línguas estrangeiras (Crisópolis, Teofilândia). São exemplos desses topônimos e dos processos de mudança de que eles resultam: Poço > Tapiracanga > Baianópolis; Ibiaguí > Canápolis; Santana de Catão > Catão > Catolândia; Igatiquira > Cravolândia; Buritinho > Cristópolis; Ouro Branco > Orolândia; Retiro Velho > Retiro > Retirolândia; Quaresma > Santanópolis; Serrote > Serrolândia; Burieta > Teolândia.

Os fatores condicionantes da mudança e a transição entre o nome antigo e novo podem ser estudados em situações de variação toponímica, fenômeno recorrente em várias culturas e sociedades, mesmo atuais. Assim, por exemplo, na China, há acidentes geográficos com mais de um nome, o que se explica pelo costume de os nomes dos acidentes serem oficialmente trocados a cada dinastia (embora haja registro de mudanças intradinásticas), mas permanecerem, formas novas e antigas, no uso popular. Por sua vez, no

---

<sup>31</sup> Assim, muitas cidades às margens do rio Amazonas dessa época e cujos nomes indígenas originais se perderam, reproduzem a toponímia portuguesa (Belém, Óbidos, Santarém, etc.).



Brasil, há acidentes naturais<sup>32</sup> e humanos com mais de uma nomenclatura: uma oficial, que convive com uma ou várias populares, geralmente, mas nem sempre<sup>33</sup>, mais antiga(s).

Nesses casos, as razões para a não-superação da nomenclatura oficial inovadora sobre as populares tradicionais são de várias ordens e relacionam o problema da transição aos da avaliação e da implementação. Examinemos isso com mais vagar. No Brasil, ao se emancipar, muitas vezes ocorre de uma localidade trocar de nome, mas continuar a ser chamada pelo topônimo anterior por habitantes do município de origem. Há duas explicações para este fato. No caso de municípios recentes (como Luís Eduardo Magalhães, ainda hoje chamado de Mimoso ou Mimoso do Oeste por muitos, na região), isto se deve à força do hábito e ao pouco tempo de emancipação. No de municípios criados não tão recentemente (como João Dourado ou São Desidério<sup>34</sup>, ainda hoje chamados de Canal e Cuia, respectivamente), provavelmente a duas reprováveis atitudes: o ressentimento pela perda do antigo território e o manifesto preconceito contra os cidadãos da urbe emergente, considerados gente matuta, simplória, ignorante.

Outro exemplo de estudo das razões da implementação de uma mudança toponímica num determinado momento histórico no Brasil é dado por Ramos; Venâncio (2002) que, estudando o fenômeno do desaparecimento dos hagiopônimos em Minas Gerais pela eliminação da referência ao santo homenageado, o vinculam a vários motivos, o principal deles a gradual perda de prestígio político da Igreja frente ao poder secular. Segundo esse estudo, em Minas Gerais, desde o período colonial, à medida que o poder real se fortalecia, os nomes religiosos eram gradativamente substituídos por nomes referentes à casa reinante ou a fatos ou vultos históricos: Vila de Nossa

---

<sup>32</sup> Embora mais raros, há exemplos de toponímia paralela em acidentes naturais no Brasil, como o caso de um morro da Chapada Diamantina, na Bahia, cuja nomenclatura oficial é Morro do Pai Inácio, também popularmente conhecido como Morro do Santo Inácio.

<sup>33</sup> A ressalva é feita porque, durante a pesquisa, alguns dados da toponímia popular causaram surpresa, como o de um município baiano popularmente conhecido em sua região com o nome de Chifrolândia devido ao hábito, segundo os informantes, de as mulheres traírem seus maridos.

<sup>34</sup> Alguns cidadãos desiderenses ofendem-se profundamente quando ouvem dizer que são naturais da Cuia, chegando até mesmo a reações violentas.

Senhora do Carmo > Mariana<sup>35</sup> (1745); São João D'El Rei > Tiradentes; Coração de Jesus > Inconfidência (1911); ou tiveram a referência ao santo simplesmente eliminada: Santa Rita de Cássia > Cássia (1919). Esses processos também foram observados na Bahia: Arraial da Missão de Nossa Senhora das Neves do Sahy (1697) > Senhor do Bonfim da Tapera (1750) > Vila Nova da Rainha (1797); Caitaté (início do século XVIII) > Santa Ana do Caiteté (1740) > Vila Nova do Príncipe e Santa Ana do Caiteté (1810)<sup>36</sup>; Nossa Senhora da Conceição do Coité (1855) > Conceição do Coité (1890).

Esses e outros tantos casos demonstram a possibilidade de estudo da mudança toponímica dentro do quadro referencial da Teoria da Variação e Mudança Linguística (doravante, TVML) ou Sociolinguística Variacionista<sup>37</sup>, embora esse quadro referencial teórico não tenha sido pensado para explicar a mudança lexical, muito menos a toponímica. Os casos acima analisados exemplificam os principais problemas para os quais uma teoria da mudança linguística deve fornecer respostas, de acordo com WLH (1968):

- a) a questão dos fatores condicionantes (mudanças e condicionantes possíveis);
- b) a questão da transição (os estágios intervenientes entre dois estados da língua);
- c) a questão do encaixamento (o entrelaçamento das mudanças com outras que ocorrem na estrutura linguística e na estrutura social);
- d) a questão da avaliação (os efeitos da mudança sobre a estrutura e o uso da língua);
- e) a questão da implementação (razões para mudanças ocorrerem em certa língua numa dada época)". (FARACO 2006, p. 17)

Assim, seguindo hipótese já aventada, pelo menos em tese, por Ramos; Venâncio (2002) e por Dick (1998)<sup>38</sup>, cremos ser possível o estudo da mudança lexical, em geral, e toponímica, especificamente, a partir da TVML,

<sup>35</sup> Segundo Ramos; Venâncio (2002, p. 16), uma referência a D. Maria d'Áustria.

<sup>36</sup> Neste caso, não houve propriamente a eliminação do formante de referência religiosa ou do originário de língua indígena, mas a sua subordinação ao formante de referência ao poder secular que tornou o nome da localidade um axiotopônimo.

<sup>37</sup> Desde sua proposição em 1968 por Weinreich, Labov e Herzog em estudo hoje clássico da Linguística Histórica, a TVML acabou por se tornar o principal modelo dos estudos linguísticos ocupados das relações entre as variáveis sociais e o uso das línguas. Esse ensaio é conhecido por WLH (1968), das iniciais dos autores e do ano de publicação. Neste trabalho, as citações a texto são feitas com base em sua primeira edição em português, constante nas referências.

<sup>38</sup> Segundo DICK (1998, p. 102-103) é impossível "isolar o sistema onomástico do campo da linguagem. Aquele se apóia neste, estando sujeito às mesmas condições de transformação ou evolução registrada ao longo das épocas".

desde que não se conceba o léxico em geral, e o toponímico, especificamente, como um mosaico de elementos díspares e dispersos, mas, antes, como um conjunto de dados dinâmicos, inter-relacionáveis, variáveis e, a despeito de tudo isso, sistematizáveis.

Assim, partindo do pressuposto variacionista de que toda variação, além de sistematizável, pode conduzir a uma mudança, observamos, em relação ao léxico, a existência de três tipos de variação: a semântica, a formal e a externa.

A **variação semântica** pode incidir sobre dois fatores: o semasiológico e o onomasiológico. A incidência sobre o primeiro deve-se à existência de dois níveis de significação – o sentido intensional (os significados de um item lexical e sua definição) e o extensional (campo de aplicação referencial de um item lexical ou de um significado individual desse item) –, que determinam a polissemia de uma palavra. Assim, por exemplo, daquele nível, caldeirão designa uma “espécie de panela de grandes dimensões, com alça ou alças, e de forma cilíndrica ou esferóide, com fundo chato, usada principalmente para cozimento em água fervente” (HOUAISS, 2001, p. 573); nesse, de onde se dá a toponimização (cf. Caldeirão Grande), uma “cova, escavação ou depressão, natural ou artificial, mais ou menos funda, que lembra um caldeirão ou uma vasilha, por conter água ou outro líquido” (HOUAISS, 2001, p. 573).

Relacionável à variação formal, a variação semântica incidente sobre o fator onomasiológico ocorre quando se pode nomear um mesmo referente particular ou tipo de referente por várias categorias lexicais conceitualmente distintas, embora relacionadas. Assim, um rio qualquer pode ser nomeado por lexemas como preto, comprido, das rãs, de contas, Inhambupe, real, etc., todos pertencentes a vários campos semânticos relacionáveis pelo aspecto descritivo.

A **variação formal** do léxico é o fato de um mesmo referente particular ou tipo de referente poder ser nomeado por várias palavras, diferíveis conceitual e semanticamente. Assim, há rios nomeados por lexemas como preto, vermelho, verde, etc., todos integrantes do campo semântico das cores.

A **variação externa** é o fato de a escolha lexical poder ser influenciada por fatores externos ou contextuais (estilísticos, geográficos ou sociais). É

exatamente para o esclarecimento dos fatores externos determinantes da variação e mudança lexical, em geral e, especificamente, toponímica, e da natureza desses processos que a TVML pode contribuir.

Um problema específico para o estudo da variação e mudança toponímica é a inexistência de uma taxonomia dessas mudanças. Nesse sentido, a única proposta foi feita por Dauzat em 1928, quarenta anos antes do surgimento da TVML. Assim, é preciso saber se essa classificação permite o tratamento aos problemas acima definidos (condicionamento, transição, avaliação, encaixamento e implementação), servindo de instrumento de análise do *corpus* do nosso projeto de pesquisa. Assim, passemos a analisá-la.

### 2.2.2 Tipologia das mudanças toponímicas

Dauzat (1971 [1928]) distingue dois tipos gerais de mudança toponímica: as substituições (troca de um topônimo por outro) e as transformações (alterações ocorridas no mesmo topônimo, ao longo dos tempos). Entre aquelas, destaca as espontâneas (naturais, fruto do uso popular), que se dão por eliminação do nome antigo por outro ou por mudança de língua; e as sistemáticas, fruto da imposição de autoridades (impostas) ou de sugestão acatada pelas autoridades (aceitas). Entre as transformações, discrimina as ocorridas no interior de uma mesma língua por mudança e/ou acidente fonético<sup>39</sup>, alteração paronímica ou alteração meramente gráfica<sup>40</sup>; das decorrentes da passagem do topônimo de um idioma para outro<sup>41</sup>.

A importância dessa proposta não reside no fato de ser a primeira a tratar da mudança toponímica. Ela aponta alguns critérios e categorias relevantes para o seu estudo no interior da TVML (como os fatores condicionantes da mudança), a despeito de ter sido aventada em época

<sup>39</sup> É caso da mudança de Carureña para Carinhanha.

<sup>40</sup> No final da década de 1990, uma polêmica ortográfica agitou uma pacata cidade goiana. Conviviam simultaneamente várias formas gráficas para o topônimo e ninguém, nem mesmo as autoridades municipais, tinha idéia de qual delas era a padrão. Consultados, alguns filólogos estudaram o problema e sugeriram uma grafia padrão, oficializada pela Câmara Municipal. Só para dar uma idéia da variedade de formas gráficas que o topônimo teve, note a oposição entre a atual grafia oficial e suas variantes: Piumhi ~ Piumhy, Piúí, Piúy, π1i.

<sup>41</sup> É o caso da mudança de Rio Branco para Paratinga, nomes de significado equivalentes, mas em línguas distintas, português e Tupi-antigo.

bastante anterior à emergência desse quadro referencial da Linguística. Contudo, como não contempla os demais problemas centrais do estudo das mudanças linguísticas, nem as necessidades do *corpus* de nossa pesquisa, aproveitamos-lhes algumas classes e as reordenamos, com outras, numa nova proposta, que passamos a apresentar.

Ao longo de sua história, os topônimos dos atuais municípios baianos passaram por mudanças que atingiram ora o seu termo específico, ora o genérico. Embora neste estudo, interessem-nos as alterações dos termos específicos, pudemos notar um curioso tipo de alteração dos termos genéricos – que passam de simples (Aldeia, Vila, Cidade, etc.) a composto (Vila Bela, Vila Nova, Vila Imperial, Leal Cidade, etc.) –, ocorrido especificamente durante o período do Império, embora algumas localidades tenham adentrado mesmo a segunda fase republicana (a Era Vargas) com essas denominações. Nesses casos, a nova denominação parece louvar a localidade ou fazer questão de destacar-lhe uma característica: Vila de Santo Antônio de Jacobina > Agrícola Cidade de Jacobina (além de destacar a mudança do *status* político, explicita um traço de sua cultura material), Bonfim > Cidade Nova da Revolução (primeira cidade baiana a aderir à República), Santíssimo Sacramento de Itaparica > Intrépida Ilha de Itaparica > Denodada Ilha de Itaparica (adjetivos atribuídos pelo papel da população insular durante a Guerra de Independência da Bahia, entre 1822 e 1823).

Com relação ao tipo de mudança que é foco do projeto de pesquisa anteriormente referido, a dos termos específicos, agrupamos os processos observados de acordo com os seguintes critérios:

**1º critério: fator condicionante**, que classifica as mudanças (e a própria toponímia) em:

**a) espontânea;** ou

**b) planejada.**

A nomenclatura e/ou a mudança espontânea é/são fruto do uso popular, tacitamente aceita Poder Público. Segundo Dick (1995, p. 63), nessa modalidade de nomeação,

a expressividade das formas de linguagem corresponde à adequada representação simbólica dos lugares pelos seus constituintes

imediatos (cor, forma, grandeza, etc.); as ocorrências toponímicas prendem-se aos campos dialetológicos reconhecidos na região em exame e qualquer análise pretendida deveria recobrir a verificação das fronteiras linguísticas definidas pelos topônimos, assim com sua integração nos valores culturais do grupo, isto porque se trata de corpus nomenclatural mais antigo.

A nomenclatura e/ou a mudança planejada ocorre(m) pela intervenção do Poder Público mediante a imposição de sua vontade ou pela aceitação expressa da sugestão de especialistas ou da vontade popular normalmente expressa por plebiscito<sup>42</sup>. Segundo Dick (1995, p. 63),

os topônimos sistemáticos são resultados de uma política administrativa de nomeação, do agir consciente da comunidade ao eleger determinados padrões de designação como os seus paradigmas; geralmente se opõe aos precedentes pelo aspecto dedicatório, devocional ou comemorativo de fatos e costumes; homenageiam pessoas e reverenciam monumentos de fé; podem até ser bajulatórios em sua reverência, conforme o momento político em que foram gerados; de qualquer forma, são interacionais em sua pontuação, muito embora cheguem a constituir áreas lexicais características do ponto de vista da toponímia.

Ao que parece, embora haja registros de algumas mudanças planejadas, em geral as alterações toponímicas ocorridas são naturais.

Ressaltamos que só podemos considerar planejada uma mudança toponímica quando há alguma fonte histórica que indique a intervenção do poder público como seu fator condicionante; quando isso não ocorre, consideramos a mudança toponímica como espontânea.

Dentro dos quadros teóricos da TVML, esses fatores condicionantes e as categorias deles derivadas relacionam-se à avaliação da mudança à sua implementação. Nem sempre as mudanças sistemáticas impostas são bem aceitas pela população, gerando protestos que levam o Poder Público a restaurar a nomenclatura anterior. Na Bahia, por exemplo, em diferentes épocas os municípios de Barreiras, Caém e Miguel Calmon tiveram seus nomes respectivamente alterados para Governador Antônio Balbino, Anselmo da Fonseca e Djalma Dutra; nos três casos, a imposição da mudança tornou os novos topônimos impopulares, fazendo a Assembléia Legislativa declinar de sua decisão. Nesse mesmo sentido, um outro caso muito curioso ocorreu em

---

<sup>42</sup> Como no caso do distrito de Agenor de Freitas que, quando de sua emancipação, teve o atual nome (Barrocas) indicado por essa modalidade de consulta popular.

Gentio do Ouro, município em que há o distrito de Itajubaquara (em Tupi-antigo, “buraco de ouro, mina de ouro”), nome original, mudado, na década de 1990, para Caldeirão do Ouro pela Prefeitura Municipal, sem consulta prévia aos cidadãos, que rejeitaram essa atitude, chegando mesmo a quebrar a placa de trânsito com o novo nome da localidade colocada na estrada que lhe dava acesso e a colocar uma nova com o antigo nome. Também neste caso, a autoridade municipal reviu sua postura.

Por sua vez, geralmente, as mudanças planejadas aceitas pelo Poder Público ocorrem em momentos de emancipações municipais. Até a data de sua emancipação, algumas localidades têm um determinado nome. Para demarcar sua nova fase, surgem sugestões de especialistas<sup>43</sup> ou populares que, uma vez apreciadas pela autoridade competente (em geral a Câmara de Vereadores ou a Assembléia Legislativa), são adotadas.

**2º critério: conservação ou inovação de categoria toponímica**, que classifica as mudanças em:

**a) de forma, formais ou parciais** – conservação do topônimo na mesma categoria, com alteração na forma original: Umbuzeiro do Morro > Mulungu do Morro; Cajueiro > Acajutiba; Queimadas > Adustina; etc.; ou

**b) de forma e conteúdo, categoriais ou totais** – alteração da categoria toponímica e, por conseguinte, da forma do topônimo original: São João do Alípio > Wazzu > Joanina > Presidente Jânio Quadros.

**3º critério: a relação entre o tamanho dos topônimos antigo e novo**, que classifica as mudanças em:

**a) ampliações** – o topônimo inovador é maior que seu antecessor: Joanina > Presidente Jânio Quadros; As Queimadas > Vila Bela de Santo Antônio das Queimadas; etc.; ou

**b) reduções<sup>44</sup>** – o novo topônimo é menor que o antecessor: Vila Bela de Santo Antônio das Queimadas > Queimadas; Nossa Senhora Mãe de Deus e dos Homens > Praia das Palmas de Monte Alto > Monte Alto; etc.

<sup>43</sup> Quando da emancipação do distrito de Caraíbas, acatando sugestão do tupinólogo Theodoro Sampaio, a Assembléia Legislativa da Bahia trocou-lhe o nome para Irecê. (RUBEM, 1999)

<sup>44</sup> A partir da República, percebe-se uma tendência muito clara de reduzir e simplificar a denominação das localidades: Santo Antônio das Queimadas > Queimadas, Nossa Senhora de Santana de Campo Largo > Barão de Cotegipe > Cotegipe, etc.

**4º critério: a integridade do significante do topônimo**, que classifica as mudanças em:

**a) internas** – em relação ao antecessor, o novo topônimo sofreu alteração fonética ou gráfica: Guaraci > Coaraci; Caitaté > Caitité; Juçari > Jussari; etc.; ou

**b) externas** – traduções literais ou aproximadas dos topônimos originais para uma outra língua: Rio Branco > Paratinga; Barro Vermelho > Ibitipanga; Rochedo > Ibititá; Toca da Onça > Jaguaquara; etc.

**5º critério: a preservação de elementos formantes de topônimo(s) anteriores**, que classifica as mudanças em:

**a) conservação lexical** – o novo topônimo conserva algum formante de anterior(es), lexema ou semema: Paraguaçu > Iaçu; Praia das Palmas de Monte Alto > Monte Alto; Lagoa de Canabrava > Lagoa do Dutra > Presidente Dutra; etc.; ou

**b) regressão** – retomada de topônimo anterior: Barreiras > Governador Antônio Balbino > Barreiras; Caém > Anselmo da Fonseca > Caém.

Vale destacar que essas categorias se justapõem, aparecendo isoladas muito raramente (Guaraci > Coaraci, mudança interna). Assim, na sequência Nossa Senhora Mãe de Deus e dos Homens > Praia das Palmas de Monte Alto > Monte Alto > Palmas de Monte Alto, temos:

1) Nossa Senhora Mãe de Deus e dos Homens > Praia das Palmas de Monte Alto – mudança sistemática<sup>45</sup>, total (hagiotopônimo > geomorfotopônimo), por redução;

2) Praia das Palmas de Monte Alto > Monte Alto – mudança espontânea, formal (geomorfotopônimo > geomorfotopônimo), por redução, com conservação lexical;

3) Monte Alto > Palmas de Monte Alto – mudança planejada<sup>46</sup>, total (geomorfotopônimo > fitotopônimo), por ampliação, com conservação lexical.

<sup>45</sup> A mudança da sede da povoação dos pés do referido monte, onde se localizava a Igreja de Nossa Senhora Mãe de Deus e dos Homens para as margens do riacho da Boa Vista ocasionou a alteração toponímica.

<sup>46</sup> Esta mudança também foi provocada por agente público, durante a Era Vargas, para diferenciar a cidade baiana de uma homônima paulista, denominada Monte Alto com mais antiguidade.



### 3 – BASES HISTÓRICAS DA TOPONÍMIA DOS MUNICÍPIOS BAIANOS

#### 3.1 O Município no Brasil: origens, formação e desenvolvimento

Como parte integrante da federação brasileira, o município pode ser definido como “circunscrição do território do Estado na qual cidadãos, associados pelas relações comuns de localidade, de trabalho e de tradições, vivem sob uma organização livre e autônoma, para fins de economia, administração e cultura” (ALAGOAS, 1947, art. 87).

Embora as civilizações orientais e a grega não o tenham conhecido, por nelas lhe faltavam os elementos essenciais (uma extensão territorial apreciável; uma população numerosa; e, em decorrência disso, a divisão do trabalho administrativo), sua origem remonta à Antiguidade, especificamente ao modelo da República Romana. Contudo, mesmo nessa civilização, é ela uma instituição recente, pois desconhecida até as reformas de Sila, a partir das quais a gestão de uma cidade ou município passou a ser exercida por:

- a) um colegiado de dois (*duumviri juridicundo*) ou quatro (*quatuorviri juridicundo*) magistrados, com plenos poderes, especialmente o de justiça;
- b) edis, servidores encarregados da administração e da polícia;
- c) um questor ou exator, encarregado da arrecadação de tributos;
- d) um curador (*curator*), ou fiscal dos negócios públicos;
- e) um defensor da cidade (*defensor civitatis*);
- f) notários (*actuaria*); e
- g) escribas, ou copistas dos documentos públicos.

Todos os servidores eram auxiliares do colegiado.

A legislação local (*editus*) provinha de um Conselho Municipal (*Curia* ou *Ordo Decuriorum*), formado de cidadãos (*cives municipe*) escolhidos a cada cinco anos entre seus pares e com funções semelhantes às do Senado.

Ao se expandir pela força das armas e conquistar o mundo de então, Roma impôs esse modelo de administração às regiões conquistadas, para mantê-las sob controle, trocando-lhes a sujeição e fiel obediência por alguns privilégios, como o direito de contrair matrimônio (*jus connubium*), ao comércio

(*jus commercium*) e à eleição de governantes para suas cidades (*jus suffragii*). Obtidos tais privilégios, o Município era considerado um aliado ou confederado (*foederata*), gozando da maior autonomia concedida pelo Senado em relação ao direito romano (*jus italicum*); os que não tinham esse reconhecimento eram chamados *municipia coeritas*, municípios de cidadãos privados do voto.

Com Júlio César, este modelo de administração foi estendido ao vasto território conquistado (*Lex Julia Municipalis*). Segundo Jacques (1987, p. 199), “antes de Sila e da *Lex Julia*, cada cidade era uma pequena república, como na Grécia, embora subordinada à autoridade imperial de Roma, e os seus cidadãos não gozavam de direitos conferidos aos cidadãos de Roma”.

Mas, como o poderio romano foi sendo solapado pelos bárbaros, que passaram a dominar seus antigos territórios, a lei municipal foi adquirindo, ao longo do tempo e de acordo com os novos dominadores, características próprias. Tais modificações envolveram a substituição do Conselho dos Magistrados pelo Colégio dos Homens Livres, denominado, pelos germânicos, de Assembléia Pública de Vizinhos (*Conventus Publicus Vicinorum*), que exercia, simultaneamente, funções administrativas, policiais e judiciais.

Visigodos e árabes introduziram novas modificações nas comunas (municípios): pagamento de tributos (os *monera*) pelos munícipes e criação dos cargos de alcaide (oficial de justiça), alvazil<sup>47</sup> e almotacé (inspetor de pesos e medidas, encarregado de taxar mercadorias).

Foi assim que, inspirado no modelo romano, onde exercia funções políticas, legislativas e administrativas, o Município também recebeu influências de visigodos e árabes, chegando à comuna portuguesa para, então, implantar-se em terras brasileiras. No Brasil, segundo Silva (2004, p. 35),

A criação de vilas foi a medida adotada para o fim a que se propunha a Coroa portuguesa, que ocorreu paulatinamente até o século XIX. Nessas vilas iriam se formar os primeiros núcleos de poder local e, posteriormente, regional, das áreas que formariam os territórios das cidades mais importantes na formação econômica e político-administrativa do país.

---

<sup>47</sup> Segundo Garcez (1990, p. 25), o alvazil “era um funcionário que mais tarde veio a ser denominado vereador. Observa-se que a principal função do vereador não era a de julgar, mas de fazer posturas e cuidar da política econômica da povoação em que era estabelecido”.

As Ordenações Afonsinas (século XV), Manuelinas (1514) e Filipinas (1603), que, regendo Portugal, regeram o Brasil desde seu descobrimento até a Independência, transplantaram o modelo municipal lusitano para nosso País, com as mesmas atribuições políticas, administrativas e judiciais. Assim, governava o município uma Câmara Municipal constituída de um Presidente, três Vereadores, um Procurador, dois Almotacés, um Escrivão, um Juiz de Fora vitalício e dois Juizes Comuns, eleitos com os Vereadores.

Os municípios tinham por sede uma vila que, dependendo da importância política e econômica ou da quantidade de habitantes, poderia alcançar foros de cidade ou ser transferida para outro núcleo de povoação. Segundo Wehling & Wehling (1994, p. 80), “no século XVI, a vila tinha por finalidade fixar a colonização portuguesa num núcleo que deveria irradiar a autoridade metropolitana, suas leis e determinações e, ao mesmo tempo, polarizar as atividades e interesses dos moradores”. Exatamente por isso,

As cidades e vilas da rede colonial, correspondentes à civilização agrária, eram, essencialmente, centros de cominação colonial criados, muitas vezes, por atos expressos da Coroa para defesa da costa, como Salvador, Rio de Janeiro, São Luís, Belém, Florianópolis e outras. Exerciam, como função principal, o comércio de serviços aos setores produtivos, na qualidade de agências reais de cobrança de impostos e taxas, de concessão de terras, de legitimação de transmissões de bens por herança ou por venda e de julgamento nos casos de conflito. Além dessas funções, prestavam assistência religiosa, associada quase sempre com atividades escolares de nível primário e propedêutica do sacerdócio. Proviam, também, assistência médica para os casos desesperados, resistentes às mezinhas domésticas tradicionais. Sua vida girava em torno dessas atividades e da segunda função básica, que era a de empórios de importação de escravos e manufaturas e de exportação do açúcar, mais tarde do ouro, pedras preciosas e poucas outras mercadorias. (RIBEIRO 1995, p. 195)

Além disso, as cidades (Salvador, Rio de Janeiro e Filipéia) e vilas fundadas ao longo do século XVI tinham algumas características em comum:

- origem administrativa e militar;
- cerimônia solene de fundação (instalação do pelourinho e da Câmara; limitação do termo municipal e do rocio, elevação dos muros);
- escassa população inicial (em absoluto contraste com a pompa da fundação), crescente ao longo do século;

- instabilidade da localização (sua sede podia ser transferida, a depender das circunstâncias);

- espontaneidade anárquica da formação, em contraste, por exemplo, com o planejamento das cidades e vilas da América espanhola.

Holanda (1960, p. 46) arrola e explica as normas da vida das cidades:

A legislação de circunstância e local, do período anterior à Independência, compunha-se de cartas de lei; cartas-patentes; alvarás e provisões reais; regimentos; estatutos; pragmáticas; forais; concordatas; privilégios; decretos; resoluções de consulta, portarias e avisos.

Cartas de lei e cartas-patentes eram emanadas dos reis e das resoluções por eles assinadas. Continham disposições gerais de duração de um mínimo de um ano para mais. Já os alvarás e provisões reais tinham duração anual. Regimentos, estatutos, pragmáticas, concordatas e privilégios eram publicados em textos de lei. Os regimentos regulavam serviços administrativos devendo enquadrar-se nas Ordenações. Estatutos regulavam corporações e estabelecimentos de ensino. Pragmáticos coíbiam abusos nos costumes. Forais deviam incluir os bandos e as posturas municipais. Os primeiros eram publicados oralmente, porque lidos em praça pública, depois de toques de tambor; as posturas municipais eram leis dos antigos Senados das Câmaras. As portarias ou cartas de secretarias regulavam caso por caso, sem prejudicar terceiros.

Apesar de praticamente subjugados pelo poder centralizador das Capitâneas, os municípios, através das Câmaras, sempre buscaram autonomia e independência administrativa da Metrópole, apoiados pela Igreja, nunca pelos donatários, e conseguiram algumas vitórias, desafiando a Coroa, como no caso da criação de novas vilas sem autorização real, como exemplificam os fatos registrados em Campos, Parati e Pindamonhangaba, no século XVII.

A situação de subjugo das municipalidades em relação às Capitâneas só começou a mudar a partir de meados do século XVIII, com a ascensão ao poder do Marquês de Pombal que, aproveitando da reclamação dos campistas, passou a incorporar todas as donatarias.

O Quadro 2 mostra o crescimento da rede urbana e da população do Brasil-Colônia:

**Quadro 2: Brasil – rede urbana colonial (apud RIBEIRO 1995, p. 195)**

	fins do século XVI		fins do século XVII		fins do século XVIII	
n° de cidades	3		7		10	
n° de vilas	14		51		60	
população das principais cidades e vilas	Salvador	15000	Salvador	30000	Salvador	40000
	Recife / Olinda	5000	Recife	20000	Recife	25000
	São Paulo	1500	São Paulo	3000	Rio de Janeiro	43000
	Rio de Janeiro	1000	Rio de Janeiro	4000	Ouro Preto	30000
					São Luís	20000
					São Paulo	15000
população do Brasil	60.000		300.000		3.000.000	

Segundo Ribeiro (1995, p. 196-7),

O crescimento dos centros urbanos dá lugar a uma burocracia civil e eclesiástica da mais alta hierarquia e a um comércio autônomo e rico, integrado quase exclusivamente por reinóis. Mesmo estes, porém, só alcançavam categoria social respeitável e se integravam na classe dominante, quando se faziam também proprietários de terras e fazendeiros. Só nas regiões mineradoras se implanta uma verdadeira rede urbana independente da produção agrícola, contando com uma ponderável camada intermediária de modos de vida citadinos.

Aglomerados menores surgiram no interior de cada área produtiva para exercer funções especiais, à medida que a população aumentava e se concentrava. Tais são os vilarejos estradeiros, que serviam de pouso nas longas viagens entre os núcleos ocupados do interior, ou que apareciam onde se impusesse a necessidade de baldear cargas de uma estrada a um rio navegável, ou para a travessia deste. É o caso, também, das feiras de gado de todo o mediterrâneo interior, algumas das quais alcançariam grande expressão, como a de Campina Grande, Sorocaba, Feira de Santana, campo Grande e outras. (...)

Essas cidades e vilas, grandes e pequenas, constituíam agências de uma civilização agrário-mercantil, cujo papel fundamental era gerir a ordenação colonial da sociedade brasileira, integrando-a no corpo de tradições religiosas e civis da Europa pré-industrial e fazendo-a render proventos à Coroa portuguesa. Como tal, eram centros de imposição de idéias e das crenças oficiais e de defesa do velho corpo de tradições ocidentais, muito mais que núcleos criadores de uma tradição própria.

Abreu (1996, p. 146-7) informa que “ao obter sua independência política em 1822, o país contava com 219 núcleos urbanos, a grande maioria de tamanho quase insignificante, três quartos dos quais estabelecidos nos últimos cem anos”. Segundo Silva (2004, p. 35 e 37),

Após a proclamação da Independência do Brasil, com a outorga da Constituição brasileira de 1824, o quadro mudou à medida que era facultado às províncias subdividirem seus territórios, o que antes dependia do poder central. (...) Na antiga Capitania da Bahia, por exemplo, foram criadas 63 vilas entre 1827 e 1889, número superior

ao somatório daquelas criadas nos séculos XVI, XVII e XVIII. A origem e desenvolvimento dessas circunscrições têm a ver com espaços de delimitação política e administrativa do território, oriundos das relações de poder político local e regional.

Até a Independência, os governos locais eram formados por uma única instituição, as Câmaras Municipais. Durante o processo de emancipação, com as autoridades portuguesas sendo contestadas em várias regiões, as municipalidades assumiram a direção dos negócios políticos, tornando-se peças fundamentais para o arranjo de forças em torno do imperador D. Pedro I.

Já em 3 de junho de 1822, um decreto do então Príncipe-regente encarrega as municipalidades de organizarem as eleições para a Assembléia Constituinte de 1823. Assim, as municipalidades iniciam o império como a instância de governo que efetivamente representava a nação.

Os primeiros atos do Império continuaram os esforços por auto-organizar-se politicamente. Assim, em 23 de outubro de 1823, uma lei:

- transformou as antigas capitanias em províncias;
- criou a função de presidente de província – em geral, com as mesmas funções executivas dos antigos governadores de capitanias sem, contudo, exercer funções legislativas ou judiciárias, nem de polícia –; e
- conservou o município como base da administração.

A despeito disso, cada província era dividida em comarcas, nessa época, jurisdição de caráter não só judicial, como também administrativo. Em visita ao Brasil durante o Primeiro Reinado, o artista francês Jean-Baptiste Debret fez as seguintes anotações sobre a divisão da Bahia:

Divide-se em quatro comarcas.

A primeira, de Bahia, compreende as cidades de São Salvador, Abadia, Mirandela, Abrantes, Pedra Branca, Água Fria, Santo Amaro da Purificação, Pombal, Soure, São Francisco da Barra, Sergipe do Conde, Nossa Senhora de Nazaré, Jaguaribe, Itapicuru de Cima, Inhambupe de Cima, Vila do Conde, Maragogipe, Vila Nova de Santo Antônio del Rei, Cachoeira.

A segunda comarca, de Porto Seguro, compreende a cidade do mesmo nome e as de Alcobaça, Vila Verde, Caravelas, Belmonte, Vila Viçosa, Trancoso, Porto Alegre, Prado, São Mateus.

A terceira comarca, de Ilhéus, compreende as cidades de São Jorge, São Miguel da Barra, Rio de Contas, São Sebastião de Maraú, Nova Olivença, Valença, Camamu, Igrapiunha, Cairu, Serinhaém, Boipeba e Santo André de Santarém.

A quarta comarca, de Jacobina, compreende as cidades de Jacobina, Santo Antônio do Urubu de Cima, Vila Nova da Rainha, Vila Nova do Príncipe e Rio das Contas. (DEBRET, (18[??]))

A essa época, o mapa da Bahia não corresponde ao que ele é hoje, porque as regiões hoje conhecidas por Médio São Francisco e Oeste não lhe integravam o território, mas o mineiro, como, aliás, bem demarca o viajante ao descrever a província de Minas: “Divide-se em seis comarcas. (...) A sexta, do Rio São Francisco, compõem-se das cidades de Campo Largo, São Francisco das Chagas, Pilão Arcado” (Debret ([18[??])), cidades que originaram, respectivamente, os atuais municípios do Oeste e do Médio São Francisco baianos e de parte do Sub-médio São Francisco.

Pouco tempo depois, já durante o Segundo Reinado, o historiador alemão Gottfried Handelman teceu o seguinte comentário a respeito da Bahia:

A atual província da Bahia abrange a totalidade restante do antigo governo geral do mesmo nome, as três velhas capitânias da Bahia, Ilhéus e Porto Seguro, e, além disso, desde 3 de junho de 1820, ainda uma considerável porção do antigo território pernambucano à margem esquerda do rio São Francisco; ao todo, uma área de cerca de 14 mil léguas quadradas, com a população de 1 milhão de almas, aproximadamente, das quais, entretanto, a maior parte está estabelecida na pequena porção norte da faixa da costa, em torno da Baía de Todos os Santos. (HANDELMANN, 1978, p. 341)

A Constituição de 1824 determina que o poder das Câmaras Municipais é exclusivamente administrativo. Todas as posturas municipais deviam ser aprovadas pelos Conselhos Gerais das Províncias, cada qual com seis membros, que auxiliavam o presidente e exerciam o poder legislativo.

Em 1º de outubro de 1828, uma lei imperial passou a determinar que as Câmaras Municipais deveriam ser compostas de nove vereadores, exceto as dos municípios pequenos, que deveriam ter somente sete.

Durante todo o Império, as municipalidades conservaram sua influência e poder sobre as eleições de deputados, contando sempre com a ajuda da Igreja. No entanto, segundo Mattoso (1992, p. 248),

Ao longo dos 67 anos de governo imperial, as instâncias municipais e provinciais tiveram destinos diversos. A evolução política e administrativa refletiu a determinação com que o Estado desejava controlar todas as atividades da vida pública brasileira. Manipulou-se a instituição do governo provincial para restringir o poder municipal – tarefa árdua, contestada com mais ou menos sucesso, o que

provocou um encaminhamento por etapas, cujos resultados nem sempre corresponderam ao que as partes envolvidas desejaram.

Assim, no gradual processo de restrição das prerrogativas municipais, cabe mencionar a importância do Ato Adicional de 1834, que reestruturou a divisão de poderes nas províncias, criando as Assembléias Provinciais, compostas de deputados eleitos com a articulação das diversas Câmaras Municipais, em substituição aos antigos Conselhos Provinciais:

A Assembléia tornou-se uma instituição poderosa. Controlava, ao mesmo tempo, as câmaras municipais e o presidente e podia legislar sobre assuntos que, nas monarquias unitárias da Europa ocidental, eram reservadas ao poder central. Ela podia criar novas paróquias e termos, com todo o aparato judiciário, eclesiástico e escolar correspondente, decidia sobre desapropriações, elaborava o orçamento da Província, suprimia impostos, criava ou extinguiu postos de funcionários públicos (estipulando seus salários), organizava a Polícia e assim por diante. A Assembléia Provincial controlava, pois, estreitamente as Câmaras Municipais, transformadas em simples órgãos executivos, ao mesmo tempo que também controlava o presidente. (MATTOSO, 1992, p. 249)

Como começaram a surgir dúvidas sobre o conteúdo do Ato Adicional, em 12/05/1840, foi editada uma Lei Interpretativa, que retirou o que restava de poder às municipalidades, pois os juízes de paz (magistrados eleitos nos municípios, dotados de funções judiciárias e policiais) foram substituídos por magistrados de carreira que, nomeados pelo governo central, acumularam as funções de delegados de polícia, passando a chefiar os subdelegados. Com isso, os Municípios passaram a ser tutelados, perdendo a função judicante, que lhes dera prestígio e poder no período colonial. Portanto, pode-se dizer que o Império congelou as instituições municipais, impedindo-lhes a dinâmica e a ação e reduzindo-as ao imobilismo e à apatia.

Da subestima forçada e do imobilismo imposto, sob o Império, o Município vai ser objeto de manipulação ostensiva por parte das oligarquias estaduais, visto que o poder político se concentra nas mãos dos velhos caciques, que dominavam, por gerações, a política estadual, a ponto de a União ser débil diante deles, assim eram débeis os Municípios. Para se manterem no poder ou para continuarem a ter o poder em suas mãos, Governadores ou Presidentes estaduais usavam os Municípios como massa de



manobra para as eleições, evidentemente manipuladas, mas que garantiam a permanência dos oligarcas e do *status quo*.

Tal era o descaso em relação ao Município (cuja influência servia para o jogo político apenas), que a primeira Constituição da República só lhe dedica o artigo 68, que diz: "Os Estados organizar-se-ão de forma a que fique assegurada a autonomia dos Municípios, em tudo que diga respeito ao seu peculiar interesse."

Sem diretrizes definidas, portanto, os Municípios ficaram sujeitos aos interesses e às feições que lhe desse o Estado, o que acabou propiciando numerosas intervenções do Estado, abusos só estancados pela reforma constitucional de 1926, ao conceder à União o direito de intervir nos Estados para proteger a autonomia municipal, também reforçada graças aos movimentos políticos do tenentismo, que levaram à Revolução de 30. Entre as metas revolucionárias, estava a redução do poder do Estado e o fortalecimento da União e dos Municípios, tirando-os dos excessos do controle estadual.

No entanto, a autonomia municipal não se concretizou. Ao contrário, chegou-se para uma centralização absoluta, com a dissolução de todos os órgãos legislativos do País, incluindo-se as Câmaras Municipais. Foram nomeados Interventores para os governos Estaduais e o Chefe do Executivo passou a ser chamado Prefeito, em todos os municípios. Formulou-se, na época, um interessante princípio de divisão do trabalho governamental: a União normatiza, o Estado adapta e o Município executa. Utópica para a época, ainda não concretizável à beira do século XXI, a idéia permanece e contém a essência do que poderia ser a colaboração mais efetiva do Município para com as outras esferas de governo, na realização do bem comum.

Os fatos políticos dos anos 1930-1934 pressionaram Getúlio Vargas a convocar uma Assembléia Constituinte, cujos trabalhos culminaram na Constituição de 16 de julho de 1934. Restabelecia-se a Federação, reduzia-se a competência dos Estados, inclusive sobre a organização municipal, cuja autonomia adquire nível de importância equivalente à da União e à dos Estados, explícita e claramente definida no artigo 13. Estatui-se, então, a eletividade dos Prefeitos e dos Vereadores (podendo os primeiros ser eleitos

pelos segundos); são decretados determinados tributos, com destinação de suas rendas e organizam-se os serviços públicos locais.

Quanto aos tributos, a Constituição criou o sistema de partilha, ou seja, os Estados entregariam aos Municípios: (a) metade do imposto arrecadado de indústrias e profissões (o que, dada a liberdade anterior de organização municipal, já acontecia em alguns Estados); e (b) o produto do imposto de renda sobre a cédula rural.

Apesar de a Constituição de 1934 ser derogada pela de 1937, os horizontes abertos para os Municípios não mais seriam esquecidos e consolidariam a tendência de lhes ampliar o papel e garantir a autonomia, tornando-a mais imune ao jogo dos Estados e das oligarquias regionais.

Durante o Estado Novo, viveu-se um centralismo nunca antes visto no Brasil: dissolveram as Câmaras Legislativas e os Estados passaram a ser governados por Interventores Federais, a quem cabia a escolha dos Prefeitos. Todavia, duas situações garantiram a sobrevivência dos Municípios, em meio à centralização absoluta: a manutenção da arrecadação municipal sobre indústrias e profissões e a criação, nos Estados, de Departamentos de Assuntos Municipais que, em princípio, pretendiam controlar os governos locais, mas, por outro lado, tinha funções de assistência técnica que muito contribuiu para a racionalização das administrações municipais.

Graças à presença de nomeados municipalistas, na Constituinte de 1946, o Município ganhou raízes mais profundas no texto, na sequência, inclusive, do que já haviam esboçado na reforma de 1926 e na Carta de 1934. Podemos assim resumir a nova feição do Município:

- é uma divisão político-administrativas, junto à União e os Estados;
- Prefeitos e Vereadores são eleitos pelo povo;
- mantém, como privativos, cinco impostos;
- podem cobrar taxas por serviços e contribuições de melhoria;
- as intervenções municipais (extremamente livres, até então) só podem ocorrer, agora, sob duas condições: atraso no pagamento de dívida fundada ou de empréstimo garantido pelo Estado.

Não obstante suas novas prerrogativas, o Município sofre limitações (com raras exceções, nas Capitais de Estado, estâncias hidrominerais e municípios definidos como relevantes para a defesa nacional, os Prefeitos não eram eleitos, mas nomeados pelo Governador do Estado; além disso, nos municípios dos Territórios Federais, não havia Câmaras de Vereadores), que demarcavam desigualdade de direitos entre os Municípios.

Considerada uma das maiores obras políticas da Constituinte de 1946, não obstante as polêmicas, o capítulo dos tributos partilhados acabou vitorioso, derrotando a idéia de uma distribuição proporcional à contribuição de cada unidade federativa. Assim, exceto as capitais, cada Município receberia, por exemplo, 10% da arrecadação do Imposto de Renda (federal), o que propiciava uma justa distribuição de receita, favorecendo os Municípios mais pobres. A receita partilhada incluía outros tributos e atingia os que viessem a surgir, criando um federalismo que muito ampliava o campo e a intensidade das relações entre as três esferas de governo.

Contudo, embora o fortalecimento das finanças municipais e a descentralização da distribuição das receitas públicas abrissem horizontes para a melhoria da prestação de serviços à comunidade pelos Municípios, os velhos costumes começaram a voltar, no sentido de os Estados ambicionarem as fontes de renda municipais de que se podiam servir, com maior ou menor desenvoltura<sup>48</sup>. Assim, poucos deles repassaram aos Municípios o excesso de arrecadação sobre as rendas municipais e a União continuou a ser relapsa em pagar as cotas do Imposto de Renda, sempre atrasadas e, não raro, dependente de influências políticas para serem liberadas. Por outro lado, nem os próprios Municípios se esforçavam em utilizar todo o seu potencial arrecadador de tributos.

Além disso, com a falsa visão de que poderiam arrecadar mais recursos federais, por conta das cotas de impostos restituíveis, brotaram Municípios em todos os Estados, em proporções evidentemente alarmantes, evidenciando a falta de critério e, como era de se esperar, o inverso dos

---

<sup>48</sup> Ainda sob a vigência da Constituição de 1946, é de se registrar que também o Supremo Tribunal Federal emitiu acórdãos favoráveis aos Municípios, em questões de autonomia política, administrativa e financeira, porque os Estados ainda insistiam em invadir a esfera municipal, questionando matéria tributária, a ver se lhe tiravam tributos devidos.

benefícios esperados. Uma febre de criação de Municípios atingiu todos os Estados, com destaque para São Paulo, Minas Gerais, Bahia<sup>49</sup>, Ceará e Paraná: o Amazonas, por exemplo, de 44, passou a ter, em pouco tempo, 296.

O país crescia, urbanizava-se e a população aumentava, exigindo mais serviços públicos municipais. Cresciam a inflação e as dificuldades para os Municípios receberem suas cotas estaduais e federais. A demanda de serviços e a falta de recursos eram crescentes, com a pulverização de unidades municipais, sem a correspondente capacidade financeira; os Municípios não adotaram fórmulas capazes de estimular a arrecadação própria e, com isto, muitos se acomodaram a viver de repasses, situação muito comum ainda hoje.

Inspirado pelo IBGE e reforçado pela criação da Associação Brasileira de Municípios, o municipalismo agitou o Congresso, clamando pela maior autonomia financeira dos Municípios e pela abolição de Prefeitos nomeados.

Não obstante consolidada posição de importância, o Município não pôde gozar de seus direitos nem expandi-los por força da centralização federal, vista como caminho necessário e indispensável ao desenvolvimento nacional. Ficaram relegadas conquistas duramente alcançadas, frustrando-se, assim, as expectativas de um municipalismo com vida própria conquistadas em 1946.

Embora as Constituições militares (1967 e 1969) tenham mantido as conquistas municipais anteriores, a centralização de poderes na União as empalideceu, pois se regrediu ao sistema de nomeação de Prefeitos para Capitais, estâncias hidrominerais e municípios considerados de interesse da segurança nacional e limitaram as funções das Câmaras, absorvidas pelo Executivo municipal. Porém, ainda nos momentos mais críticos dos desvios democráticos, elas nunca foram postas em recesso (com raríssimas e isoladas exceções), e nelas o debate nunca deixou de se efetivar.

A Constituição de 1988 liquidou a questão sobre a natureza do Município, inserindo-o expressamente como ente federativo autônomo, condição garantida pela:

---

<sup>49</sup> Entre 1955 e 1958, foi Governador da Bahia o Sr. Antônio Balbino de Carvalho Filho, natural da cidade de Barreiras, no extremo oeste do Estado, na época o maior município brasileiro, com 29.323 Km<sup>2</sup>. Nesta época, uma Lei Estadual proibindo a criação de novos municípios, revogada com a aprovação de proposta do governador. Por isso, o início da década de 1960 presenciou um verdadeiro *boom* de criação de municípios na Bahia.

a) auto-regulamentação – cada Município se organiza de acordo com sua Lei Orgânica própria, ditada e promulgada pela Câmara Municipal, o que rompe com a interferência do legislador ordinário estadual em seus assuntos<sup>50</sup>;

b) eleição direta a cada 4 anos e simultânea em todo o país, do Governo local, constituído dos poderes Executivo (exercido pelo Prefeito, seu vice e Secretários) e Legislativo (exercido pela Câmara de Vereadores); e

c) pela receita própria – além das privativas, lhe são atribuídas receitas compartilhadas com a União (IR, ITR, FPM) e com os Estados (ICMS).

Ressalte-se, ainda, a existência de unidades administrativas no interior dos municípios, normalmente estabelecidos através de leis ordinárias das Câmaras Municipais sancionadas pelo Prefeito: no distrito-sede, zona urbana ou cidade, os sub-distritos (e dentro deles, subdivisões intra-urbanas, os bairros); na zona rural, os distritos (sediados em vilas) e os povoados.

A despeito de todas essas conquistas, atualmente os municípios brasileiros não gozam de uma situação de equilíbrio financeiro. A demanda popular por serviços públicos eficientes, mormente nas áreas de educação, habitação e infra-estrutura urbana, saúde e saneamento básico, constitui um desafio aos gestores públicos, visto que, em geral, ela não vem acompanhada do crescimento da arrecadação municipal, e eles têm de trabalhar com orçamentos curtos e já muito comprometidos, além de combater e prevenir a máquina administrativa municipal contra a corrupção.

Num Estado com de 417 municípios e diversas localidades ávidas por emancipação, questões municipalistas são relevantes, principalmente as relativas ao planejamento estratégico das ações de fomento às atividades produtivas de seus municípios, visando não só ao aumento da arrecadação, mas, sobretudo, à melhoria da qualidade de vida da população.

Como esta tese envolve o estudo da toponímia histórica dos municípios da Bahia, na próxima seção, situaremos a atual conjuntura sócio-econômica desse Estado e suas RE, apresentando um panorama histórico de sua constituição territorial.

---

<sup>50</sup> Como pessoa jurídica, o Município exerce direitos e contrai obrigações. Seu domicílio civil é o do seu distrito sede; seu foro, o da comarca ou termo judiciário a que pertencer, uma vez que nem sempre o Município é sede judiciária, o que se define por lei estadual.

### 3.2 Formação territorial das Regiões Econômicas da Bahia

A Bahia é uma das macro-unidades da República Federativa do Brasil, ao lado de outros 25 Estados e do Distrito Federal. Estado Nordestino de maior extensão (564.273 Km<sup>2</sup>, correspondente à área de muitos países europeus) e população (13.07.250 habitantes, segundo o censo 2000), possui também o maior litoral (922 Km) entre os Estados brasileiros.

Sua capital é Salvador, atualmente a terceira maior cidade brasileira em tamanho e em população (quase 2,5 milhões de habitantes), fundada em 1549 pelo primeiro Governador-Geral do País, o fidalgo português Tomé de Souza, para ser a primeira capital da América Portuguesa, *status* de que gozou até 1763, quando o perdeu para o Rio de Janeiro.

Não só por isso a Bahia é, historicamente, o berço da formação do país, mas também porque, no seu litoral sul, especificamente, no atual município de Porto Seguro, ocorreu o atracamento da frota “descobridora” comandada por Pedro Álvares Cabral em 1500.

O atual território baiano originou-se a partir da divisão do Brasil em Capitânicas Hereditárias. Herdamos, por assim dizer, o território das seguintes donatarias originais<sup>51</sup>: Baía de Todos os Santos (criada em 1534, revertida à Coroa portuguesa em 1548), São Jorge dos Ilhéus e Porto Seguro – abandonadas por seus capitães, adquiridas pela Coroa e incorporadas à Bahia em 1754 e 1759, respectivamente –, além de um significativo trecho da de Pernambuco, incorporado já no século XIX.

Nos primeiros séculos da colonização, além de sede política e administrativa, a Bahia funcionou como eixo de desenvolvimento econômico de toda região: no século XVI, foi o maior centro de extração de pau-brasil e ponto de partida da penetração da pecuária bovina pelos sertões do país; no século XVII, maior pólo produtor de açúcar, tabaco e algodão; e, nos dois séculos seguintes, o maior receptor do tráfico negreiro.

---

<sup>51</sup> Além das áreas das donatarias originais acima citadas, a Bahia ainda se compõe do território de duas outras capitânicas criadas já pelos primeiros governadores gerais: Itaparica (1558-1706) e Peroaçu, Paraguaçu ou Recôncavo (1566-meados do século XVIII).

Contudo, o advento do ciclo minerativo no século XVIII deslocou os interesses da metrópole para a região das minas, ocasionando, em 1763, a transferência da capital da colônia para o Rio de Janeiro, centro urbano dotado de porto mais próximo das regiões auríferas. O declínio econômico da cidade e de todo o Recôncavo gerou um forte sentimento nativista e lutas pela emancipação política, como a Conjuração Baiana ou Revolta dos Alfaiates (1798), movimento popular veladamente apoiado pelas elites latifundiárias que propunha a independência e o estabelecimento de uma República calcada no ideário da Revolução Francesa.

Outro aspecto curioso de sua história é que foi, à época da emancipação política brasileira, o último reduto de resistência portuguesa. Por isso, sua independência só ocorreu após uma guerra sangrenta, finda quase um ano depois do grito do Ipiranga: em 2 de julho de 1823, cercado por mar e por terra, o general Madeira de Melo, comandante das forças portuguesas abandona Salvador, triunfalmente invadida pelas patrióticas libertadoras.

No século XIX, durante o Império, como todo o nordeste, a província da Bahia sofreu com a decadência da economia açucareira. Apesar do surgimento de novas áreas de prosperidade econômica, como a zona cacaueteira no sul do estado e a de mineração na Chapada Diamantina, o empobrecimento é geral.

Nos sertões do norte e do oeste, ao longo da bacia do São Francisco, a agropecuária de subsistência garante a sobrevivência da população, submetida ao poder das oligarquias e sujeita à influência de líderes messiânicos, como Antônio Conselheiro, fundador do arraial de Canudos, que, visto como ameaça à República e à ordem social, foi destruído por tropas federais em 1897, após intensos combates.

Durante a República Velha, a Bahia permaneceu isolada do poder central, vindo, inclusive a sofrer intervenção federal e a ter sua capital bombardeada em 1912, numa represália ao apoio dado pelo governo local à oligarquia paulista, contrária ao governo do Marechal Hermes da Fonseca, por sinal, baiano e ex-governador do próprio Estado!

Com o início da Era Vargas (1930-1945), o Estado afastou-se novamente do governo federal, de forma que seu processo de industrialização só se inicia nos anos 1950, com a descoberta de petróleo no Recôncavo

(1953), a construção da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso (1954) e a abertura da rodovia Rio-Bahia (1957).

Na década seguinte, passa a pertencer à região Nordeste e a ser atendido pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (doravante, SUDENE), de que recebe recursos, sobretudo para a ampliação da agricultura irrigada na bacia do São Francisco.

A partir de 1974, esse cultivo fica sob supervisão da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (doravante, CODEVASF). Ainda nessa década, incentivos fiscais favorecem a implantação do Pólo Industrial de Aratu e do Pólo Petroquímico de Camaçari, na Região Metropolitana de Salvador (doravante RMS), o maior centro industrial do nordeste.

Responsável por grande parcela do PIB industrial, a indústria petroquímica baiana foi decisiva para que o estado apresentasse as empresas de mais elevada média de crescimento em 1999: 27,4%. Na lista das dez maiores empresas do Estado, o Pólo Petroquímico de Camaçari emplacou quatro. A explicação pode estar na alta da cotação do preço do petróleo no mercado internacional, puxando o preço dos derivados. Ainda assim, o governo vem procurando reduzir a dependência em relação ao Pólo Petroquímico, incentivando o surgimento de pólos industriais de pequeno (o de calçados em Itapetinga) e médio (o pólo de informática de Ilhéus e a montadora Ford, em Lauro de Freitas, na RMS) portes em outras áreas do Estado e vem fomentando a atividade turística, com a criação de seis áreas de oferecimento de produtos turísticos diferenciados no Estado: Salvador, Recôncavo, Costa do Dendê, Costa do Descobrimento, Chapada Diamantina, Costa das Baleias e Costa do Sauípe.

Além disso, os investimentos públicos e privados feitos nos últimos 15 anos permitiram o surgimento de pelo menos três novas áreas prósperas, concentradoras de grandes empreendimentos: o Baixo-médio São Francisco (fruticultura irrigada voltada ao mercado externo), o Oeste (granicultura irrigada volta para o mercado externo<sup>52</sup>) e Sul do Estado (durante anos dedicado ao

---

<sup>52</sup> Apesar da safra recorde de 2000, a soja, principal produto agrícola da região, vem deixando de ser o centro das atenções dos agricultores, que passaram a apostar, também no milho, no algodão e no café.



cacau, recentemente voltado para o turismo). As duas primeiras revelam potencial para atividades ligadas ao agronegócio, baseadas principalmente na agricultura irrigada, expondo os contrastes de um Estado com  $\frac{2}{3}$  de seu território no semi-árido. Surgem também áreas de forte cultivo da mamona, melancia, melão, manga e feijão.

Na pecuária, a criação de caprinos adapta-se às condições do semi-árido e traz bom retorno econômico. O Estado chegou a ter o mais expressivo plantel caprino do país (4 milhões de reses), mas a seca de 1998 trouxe uma certa decadência dessa atividade, ficando a Bahia com o segundo maior rebanho brasileiro. Já a criação de bovinos atinge a expressiva marca de 10 milhões de cabeças.

Desde 1991, o governo baiano mantém as despesas com o funcionalismo abaixo dos 60% exigidos pela Lei Camata para esse fim. Além disso, iniciou uma reforma administrativa, com extinção, fusão e incorporação de órgãos, entidades e empresas estatais e lançou um programa de privatizações, concessões de serviços públicos e terceirizações, que repassou à iniciativa privada setores como a distribuição de energia elétrica, os serviços de exploração do transporte marítimo em torno da Baía de Todos os Santos, o controle acionário do antigo banco do Estado e duas rodovias.

Na área rural, a cobertura de esgoto sanitário alcança apenas 17,8% das residências. Em 1999, o IBGE registra 45,38 mortes por mil crianças nascidas vivas no estado. Na educação, a taxa de analfabetismo, segundo o governo da Bahia, é de 24,9%. Entre as pessoas com mais de 50 anos, esse índice fica próximo dos 50%. Nos ensinos fundamental e médio, entre 1994 e 1997, o estado sobe dez posições no ranking nacional: deixa a 18ª posição para ocupar a 8ª, conforme estatísticas do MEC. A escolarização no ensino fundamental também cresce na década de 90: passa de 77% em 1991 para 94,7% em 1998.

Como já se disse, atualmente, a Bahia se encontra dividida em 15 regiões econômicas (RE), criadas para facilitar o planejamento e execução de ações governamentais de fomento às atividades econômicas e às ações sociais governamentais. Passamos a apresentá-las, em seus aspectos gerais.

Constituído de 23 municípios, o Oeste destaca-se como a quarta em arrecadação de ICMS, dada a pujança de suas atividades nos setores componentes do chamado agronegócio exportador, com destaque, no setor primário, para a agricultura irrigada de grãos e pecuária extensiva, sobretudo bovina; no secundário, para o beneficiamento de produtos primários; no terciário, para o comércio e escoamento da produção.

Tal situação privilegiada se deve ao implemento de modernas técnicas de irrigação a partir de 1970, em projetos situados em diversos municípios da região, o que lhe serviu de atrativo para um grande contingente de imigrantes, sobretudo sulistas, chegados a partir do asfaltamento do trecho Brasília-Barreiras da BR 020, que liga a Capital federal à cearense. Além desse, outro fator interveniente foi a descoberta de tecnologia para a recuperação dos cerrados, que abrangem considerável parcela da região (8 milhões de ha).

Ocupando quase uma posição de vassalagem em relação ao Oeste e ao Sub-médio São Francisco, o Médio São Francisco vem tentando desenvolver sua vocação histórica como zona de criação de gado bovino e caprino e explorar novas atividades, a exemplo do turismo ecológico e rural (experiências incipientes), merecendo destaque, ainda, pelo turismo religioso sazonal, quando da época da tradicional romaria de Bom Jesus da Lapa.

Destacado pela produção fruticultora irrigada voltada para a exportação, o Baixo-Médio (ou Sub-médio) São Francisco é a terceira região mais rica do Estado, comportando 2 regiões administrativas e 8 municípios. Assim como o Oeste, embora seja uma zona de colonização antiga, essa Região Econômica constitui uma fronteira agrícola recente, visto que seu atual desenvolvimento se deve à instalação de projetos da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) que datam da década de 70 do século passado. Por outro lado, como adiante se verá, diferentemente do Oeste, esta região sempre esteve mais integrada ao resto da Bahia pela presença de estradas (caminhos de tropeiros, estradas de terra, vias férreas, rodovias asfaltadas) interligando-a não somente à Capital como também a outras regiões.

A Região de Irecê ocupa a Chapada Diamantina Setentrional. Politicamente, comporta 2 regiões administrativas e 19 municípios. Sua

economia baseia-se na agricultura de sequeiro (principalmente do feijão e da mamona), no comércio, numa incipiente pecuária de bovinos e caprinos e no extrativismo mineral, atividade esta muito mais tímida e localizada. Um outro destaque da região é a presença marcante de sítios arqueológicos, que poderiam fomentar o seguimento histórico da atividade turística se o foco de atenção das autoridades regionais e estaduais nessa direção se movesse.

Com 24 municípios, o Piemonte da Chapada tem relevância no contexto do extrativismo mineral baiano, dadas as expressivas ocorrências de ouro, pedras para construção e areia (Jacobina e Ourolândia), manganês (Pindobaçu), esmeraldas, calcáreo e cromo (Campo Formoso), barita (Miguel Calmon), etc. Na economia regional, essa indústria extrativista representa muito mais que as demais indústrias de transformação, por atingir expressão em nível estadual. Ainda no setor primário, destacam-se a agricultura (mandioca, milho e seus produtos) e a pecuária (bovina e caprina) de subsistência. Além disso, há um potencial sub-explorado para o turismo de aventura, sobretudo em Jacobina.

Já o Nordeste Baiano compõe-se de 47 municípios, 25 dos quais, curiosamente, têm menos de 50 anos e, destes, 16 surgiram entre o início da década de 1950 e o da Ditadura Militar, especialmente no biênio 1961-1962, o que pode dar a falsa impressão de ser essa uma área de ocupação recente. Na verdade, o surgimento de tantos municípios nesse biênio é fenômeno geral do Estado, quiçá do país, explicado pelo favorecimento da legislação da época a emancipações. Por outro lado, a região é de colonização antiga, já do século XVII, por iniciativa das dois maiores clãs latifundiários brasileiros, a Casa da Ponte (Guedes de Brito) e a Casa da Torre (Garcia d'Ávila).

O Litoral Norte – região de grande potencial para o turismo ecológico, rural e histórico –, se compõe de 20 municípios.

A RMS foi criada na década de 1970 na tentativa de fomentar o desenvolvimento da Capital baiana e das cidades circunvizinhas mais próximas. Atualmente composta de dez municípios, é a região mais econômica e socialmente desenvolvida do Estado, devido à grande concentração de indústrias de beneficiamento de produtos primários (principalmente em Salvador) e de indústrias químicas, petroquímicas e automobilísticas (Lauro de

Freitas, Camaçari, Candeias e Madre de Deus), à presença de dois grandes portos marítimos (Aratu e Salvador), de um pujante e bem articulado do setor de serviços (órgãos governamentais, comércio e bancos, universidades, faculdades, escolas e centros profissionalizantes, sindicatos, hospitais e clínicas, etc.) e ao forte implemento, sobretudo nos últimos 20 anos, da indústria do turismo (Salvador, Lauro de Freitas, orla de Camaçari e de Vera Cruz) e da indústria cultural (praticamente restrita à Capital).

Apesar de tudo isso, pode-se visualizar grandes espaços de muita desigualdade social entre:

- a Capital e os municípios continentais, de um lado, e os insulares (já que Vera Cruz é situado em ilhas da baía de Todos os Santos), do outro;
- os municípios continentais litorâneos (Camaçari, Candeias, Madre de Deus e Lauro de Freitas) e os interioranos (Dias D'Ávila e Simões Filho);
- as sedes de cada município e seus povoados, distritos e vilas;
- os centros de cada sede municipal e suas periferias.

Felizmente, desde a década de 1990, na Bahia, como um todo, mas, principalmente na RMS, vem crescendo o número de organizações não-governamentais, cujo trabalho, silencioso e voluntário, vem lenta e persistentemente ajudando alguns setores do Poder Público mais preocupados com as questões sociais a diminuir os efeitos dessas desigualdades.

A Região do Paraguaçu é composta de 42 municípios, cuja história está diretamente ligada à conquista da bacia do rio Paraguaçu, constituindo-se numa zona de ocupação das mais antigas da Bahia, ao lado da RMS e do Recôncavo Sul. Enquanto os municípios situados à beira dos rios sempre tiveram sua economia ligada ao cultivo e beneficiamento da cana-de-açúcar e da mandioca, os mais distantes desses mananciais sempre se ligaram à atividade da pecuária bovina e caprina extensivas (esta mais recente), tendo muitos deles surgido de antigos pontos de apoios de estradas de transporte de gado e outras mercadorias entre os sertões ou entre estes e a Capital.

Na região, digno de nota é o município de Feira de Santana, segundo maior em população e arrecadação do Estado, dada a sua intensa produção econômica, mormente nas tradicionais atividades agropecuárias regionais, na

fruticultura e no setor de serviços. O município também se destaca no setor educacional (a Universidade estadual aí instalada possui cursos na área de saúde entre os melhor avaliados pelo MEC) e de transportes por se constituir no maior eixo rodoviário do Norte-Nordeste brasileiro.

Extensa área que ocupa a região central do Estado, a Chapada Diamantina é um prolongamento do Sistema Orográfico do Espinhaço, separando o vale do rio São Francisco, a oeste, dos terrenos que, a leste, se estendem até o litoral. O clima da região é tropical semi-úmido, com as precipitações pluviométricas máximas ocorrendo entre os meses de novembro e fevereiro (750 a 1300mm), e as mínimas entre maio e setembro. A temperatura da área é amena com uma média anual em torno de 20°C. Sua ocupação da Chapada data pelo menos do final do século XVII, feita inicialmente pelos currais de gado da Casa da Torre e, já nas centúrias seguintes, por aventureiros em busca de ouro, esmeraldas e dos diamantes que nomeiam a região. Só no século XIX surgem inúmeros núcleos de povoamento, alguns dos quais, origem dos atuais municípios da região.

A Serra Geral se compõem de 29 municípios e é a menos urbanizada entre as RE baianas. Talvez por isso, destaque-se na produção agropecuária. Mais recentemente, alguns de seus municípios têm atraído algumas indústrias de beneficiamento de couro, subproduto da pecuária bovina, importante atividade regional desde o início da ocupação dessas paragens.

O Sudoeste compõe-se de 30 municípios, destacando-se economicamente pela produção de café, mandioca e hortifrutigranjeiros e pela pecuária bovina de corte. Ainda não oferece infraestrutura para o turismo, embora esse possa ser praticado com o auxílio da comunidade local.

O Recôncavo Sul é uma das zonas de mais antiga colonização da Bahia. Conquistada em boa parte já no século XVI, sempre esteve associada à agroindústria canavieira. Além disso, suas vilas foram as primeiras na Bahia a aclamar D. Pedro I imperador e defensor perpétuo do Brasil, tendo uma delas (Cachoeira) sido capital provisória da Província até a definitiva tomada de Salvador da resistência armada portuguesa à emancipação brasileira. Atualmente, a região tem 32 municípios.

Região da antiga capitania de São Jorge dos Ilhéus, anexada à Bahia no século XVIII, o Litoral Sul tem 49 municípios. Do início da colonização até o final do século XIX, a economia da região se sustentou da extração madeireira e da cultura da cana-de-açúcar. Contudo, no final daquela centúria, a introdução do cacau fez recrudescer a antiga monocultura, dando início à fase de um novo produto-rei, que se estenderia até a década de 1980, descontinuamente, visto que, ao longo desse tempo, várias foram as épocas de crise, seguidas de recuperação e novas decadências. Contudo, após a última grande crise, do início dos anos de 1990, a partir de um zoneamento da costa baiana pelo governo do Estado, em busca de oferecer produtos diferenciados para a crescente indústria turística regional, parte da região passou a pertencer à chamada Costa dos Descobrimento, parte à chamada Costa do Dendê, atraindo visitantes e distribuindo-os em outros municípios fora do circuito Ilhéus-Itabuna.

O Extremo Sul é uma região pertencente à antiga capitania de Porto Seguro, local de extrema importância histórica, visto que foi o ponto de atracação da esquadra cabraliana em nosso território. Como desde o seu surgimento a antiga capitania sofreu inúmeros problemas, ela foi extinta e anexada à da Bahia ainda no século XVIII. A região faz limites com o Estado do Espírito Santo e comporta 16 municípios: Alcobaça, Belmonte, Caravelas, Eunápolis, Guaratinga, Ibirapóã, Itabela, Itagimirim, Itamaraju, Itanhém, Itapebi, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Porto Seguro, Prado, Santa Cruz Cabralia, Teixeira de Freitas e Vereda.

Com o intuito de subsidiar a interpretação dos dados toponímicos das diversas sincronias de que trata este trabalho, apresentamos a seguir o resultado de uma extensão pesquisa bibliográfica sobre a formação histórica de cada uma das RE baianas acima caracterizadas, exceto sobre a RMS, cujo desenvolvimento histórico está diretamente ligado ao da Capital e ao do próprio Estado, já explorados, em linhas gerais, ao longo desta seção.

### *3.2.1 O antigo território do Além-São Francisco, atuais Oeste da Bahia e Médio São Francisco Baiano*

A região Oeste da Bahia teve seu espaço geográfico formado pelo rio São Francisco e seus afluentes, caminhos naturais para bandeirantes e colonizadores que, a partir do início da colonização brasileira, começaram a penetrar no seu interior.

Junto com a região hoje conhecida por Médio São Francisco baiano, o Oeste já pertenceu a Pernambuco e a Minas Gerais, sendo integrada à Bahia em 1828, de quando passaram a ser chamadas de Além-São Francisco, denominação ainda em curso até aproximadamente os anos de 1970.

As nomenclaturas “Além-São Francisco” e “Médio São Francisco” fazem referência ao rio São Francisco, único veio fluvial permanente de grande porte do Nordeste do Brasil, nascente na serra da Canastra, no sertão mineiro, e corrente, ao longo de seus 2700 Km de extensão, pelos Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas, motivo pelo qual é chamado “rio da integração nacional”.

A área banhada pelo rio e seus afluentes forma o Vale do São Francisco, que abriga uma população estimada em 15 milhões de pessoas, irregularmente espalhadas por 503 municípios, numa área total de 640 mil Km<sup>2</sup>, e suas águas abastecem a Grande Belo Horizonte, o Distrito Federal e o Polígono das Secas.

Para sistematização geográfica, o Vale do São Francisco é dividido em quatro grandes zonas:

- Alto-Médio: da nascente à cidade mineira de Pirapora;
- Médio: de Pirapora a Remanso, na Bahia;
- Submédio ou Baixo-Médio: de Remanso a Paulo Afonso;
- Baixo: de Paulo Afonso até a foz do rio, na divisa de Sergipe e Alagoas.

Liderado por Américo Vespúcio, um grupo de colonizadores encontrou o grande rio pela primeira vez em 4 de outubro de 1501, dia dedicado no calendário hagiológico católico a São Francisco de Assis, pelo que o curso d'água ganhou o nome que tem.

Em 1530, quando D. João III dividiu o Brasil em capitanias e ofereceu Pernambuco ao fidalgo Duarte Coelho Pereira, este enviou emissários para fazerem o reconhecimento do campo, que voltaram com informações de que a faixa de terras a ele destinadas era seca mas, seguindo o ângulo formado pelo rio São Francisco, havia uma região extremamente fértil e favorável à agricultura. Assim, o fidalgo exigiu que essa promissora faixa de terras integrasse sua capitania, como condição para aceitar a doação.

Aceita a condição e uma vez donatário, um dos primeiros atos de Pereira foi ordenar a construção de barcos acima da Cachoeira de Paulo Afonso para empreender, entre 1540 e 1550, uma expedição de subida do Rio São Francisco a fim de avaliar as potencialidades do seu vale. Ao longo dessa empresa, vários sítios naturais foram descobertos e considerados de fato relevantes para a colonização.

Contudo, somente em 1549, com a chegada do primeiro Governador-Geral do Brasil, Tomé de Souza, iniciou-se a exploração do grande rio.

Para dinamizar a economia da florescente Salvador, em dezembro de 1551, o Governador mandou buscar gado de Cabo Verde e África e distribuiu aos colonos. Recebendo duas vacas, o jovem Garcia D'Ávila<sup>53</sup> – criado do governador e almoxarife da capital da colônia –, entregou o cargo para dedicar-se à criação, já possuindo, um ano depois, 200 cabeças de gado. Em nome do rei, Tomé lhe cedeu terras em Itapuã, onde construiu a Casa da Torre. Muito alta, com sinais luminosos, avisava à cidade a aproximação de navios inimigos.

Em 1553, por ordem do rei D. João III, o Governador Tomé de Souza determinou sua exploração a Bruza Espinosa, que penetrou nos sertões saofranciscenses acompanhado o padre Aspilcueta Navarro. O roteiro dessa viagem e uma carta do prelado são os primeiros documentos descritivos do rio.

Contudo, a ocupação das margens do caudal começou realmente a ocorrer a partir da concessão de sesmarias a duas das mais influentes famílias do Brasil-Colônia, a Casa da Ponte e a Casa da Torre<sup>54</sup>. Assim, em 1573, de

---

<sup>53</sup> Garcia D'Ávila era casado com a índia Francisca Rodrigues, de quem teve uma filha em 1553, Isabel D'Ávila, por sua vez, casada em primeiras núpcias com Gil Vicente de Vasconcelos, morto em combate com os Tupinambás, e em segundas, com Diogo Dias, neto de Caramuru e Catarina Paraguaçu, com o qual iniciou a formação de uma extensa árvore genealógica, centralizada na Casa da torre, residência oficial dos Ávilas.

<sup>54</sup> O último documento conhecido sobre a casa da Torre é o título de propriedade passado pelo imperador D. Pedro I em dezembro de 1822 ao coronel Antonio Joaquim Pires de Carvalho e



forma hoje considerada abusiva, Garcia d'Ávila, chefe desta última, apossou-se de mais de 70 léguas de terra entre os rios São Francisco e Parnaíba, no Piauí, constituindo o maior latifúndio de que se tem notícia na história (cerca de 800 mil Km<sup>2</sup>). Por sua vez, Antônio Guedes de Brito, líder do outro clã, recebeu, a título de indenização pelos serviços prestados durante guerras, 960 Km de rio, desde o Morro do Chapéu (BA) até o rio das Velhas (MG).

Com a pecuária, a colonização avançou pelo interior do país, em duas frentes de penetração:

- os sertões de fora – partiam de Pernambuco, penetrando nas donatarias de Itamaracá, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará;
- os sertões de dentro – partiam da Bahia e, ao longo do curso do rio São Francisco, iam para o oeste em direção ao Piauí e ao Ceará ou até atingir o Norte de Minas Gerais.

Segundo Wehling & Wehling (1994, p. 118),

As fazendas de gado tinham evidente vantagem sobre os latifúndios do açúcar. Eram necessários pouco capital e pouca mão-de-obra para manter uma grande propriedade, enquanto a agricultura exigia investimentos maciços, além de conjuntura internacional favorável para a obtenção de bons preços de venda. Além disso, numa colônia em que a alimentação era pouco diversificada e as deficiências nutricionais eram sérias por causa do predomínio da monocultura e a escassez de abastecimento, a pecuária contribuiu com carne e leite para melhorar o padrão alimentar.

Sendo Salvador mais próxima da margem esquerda do São Francisco que o eixo Olinda/Recife, os baianos foram se apossando das terras da região, aí estabelecendo núcleos de criação de gado bovino, agricultura de vários produtos de subsistência e de cana-de-açúcar. Enfrentando perigos e dificuldades, desbravaram novas terras, implantando às margens férteis dos rios uma civilização agrário-pastoril, em que também se praticava a mineração, nos locais onde existiam riquezas dessa natureza.

Em outro tipo de empreitada, iniciada na região a partir de 1641 por monges capuchinhos bretões, as missões foram outro fator favorecedor da ocupação das margens do rio. Normalmente, os aldeamentos eram instalados nas ilhas formadas ao longo do curso do rio e, vez por outra, havia conflitos

---

Albuquerque (Barão e depois Visconde da Torre de Garcia d'Ávila), "em respeito aos grandes merecimentos e relevantes serviços prestados com honra e patriotismo, dedicação e entusiasmo a bem do Estado e da gloriosa causa da Independência e constituição do Império".

entre os religiosos e os vaqueiros da Casa da Torre que, em tempos de estiagem, empurravam os rebanhos para comer a lavoura dos índios.

Ao longo do São Francisco, viviam índios de diversas nações Tupi (Abaeté, Tamoio, Kataguá, Tabajara, Tupiná, etc.) e Jê (Akroá, Arikobé, Xakriaba, Karipó, Kariri, etc.). A gradual penetração da colonização levou ao extermínio dessas populações, por doenças, guerras ou pela miscigenação.

A ocupação do interior era dificultada pela resistência dos índios, pelo grande surto de epidemias que afligia os penetrantes e pelos ataques de animais selvagens. Com o tempo, as dificuldades foram superadas e a fixação no interior efetivada, marcando o extermínio de raças de índios.

Como necessitassem de proteção contra o ataque de índios e da presença de instituições do governo colonial que legitimassem seus atos, ao longo de 20 anos, os colonizadores enviaram ao rei português, D. Pedro II, pedidos de autorização para a instalação de povoados na região, finalmente concedidos pela Carta de Évora, dirigida em 2 de dezembro de 1698 ao 32º Governador Geral do Brasil, D. João de Lancastre, que implanta os primeiros núcleos oficiais de colonização lusitana na região, geograficamente dispostos num perímetro quadrangular, como estratégia de defesa, os povoados de:

- Campo Largo<sup>55</sup> (atual Taguá), situado à margem esquerda do rio Grande, a 80 Km abaixo de onde surgiria Barreiras;
- Santa Rita (atual Santa Rita de Cássia), à margem esquerda do rio Preto; e
- Parnaguá, hoje no Estado do Piauí, junto à lagoa do mesmo nome; e a Vila de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande<sup>56</sup> – primeiro município da margem esquerda do São Francisco, com jurisdição por toda a região, estendendo-se até a fronteira com Goiás, Minas e Piauí.

---

<sup>55</sup> Campo Largo foi fundado em fazenda adquirida em carta de sesmaria ao donatário pernambucano pelo coronel José Lopes Coutinho do Bonfim. O povoado serviu de base para a irradiação do processo civilizatório por toda a área, vindo a constituir-se em município por um Alvará Régio de 3 de julho de 1820, englobando toda a atual região Oeste, exceto os territórios do antigo arraial de Santa Rita – núcleo humano coetâneo –, e dos que surgiram a partir dele.

<sup>56</sup> A Vila da Barra originou-se da Fazenda Barra do Rio Grande, estabelecida em 1670 por Garcia D'Ávila. A introdução da mão-de-obra negra escrava data dos princípios da povoação, tendo em vista as terras apropriadas para o cultivo da cana-de-açúcar e para a criação de gado bovino. O povoado recebeu pessoas do Piauí, Pernambuco, São Paulo, Minas Gerais, Holanda (os Wanderley), de Flandres (os Hendel) e da Itália (os Mariani e os Leoni). Quando os holandeses dominaram Pernambuco, o Conde Maurício de Nassau enviou colonizadores de sua nacionalidade para o Vale do São Francisco porque o considerava um verdadeiro celeiro.

As boiadas e tropas com os produtos agrícolas do Maranhão, do Piauí e de Goiás faziam seu caminho até as localidades às margens do rio Preto (afluente do São Francisco), seguindo para a Barra. Pelos mesmos rios escoavam as riquezas brotadas às suas margens, sendo aos poucos abertas as primitivas estradas, por onde as boiadas e as tropas de burros carregadas de mantimentos chegavam aos mercados consumidores na Chapada Diamantina ou em Feira de Santana.

Além disso, subiam o curso do São Francisco, dirigindo-se à região das Minas Gerais, fomentando o surgimento e desenvolvimento de diversos núcleos humanos na atual região econômica do Baixo-Médio São Francisco. Para Minas, a região exportava o sal produzido na Barra e em Cotegipe, assim como as boiadas e vários gêneros empregados na alimentação da população ocupada da empresa colonial mineradora.

Embora fundada e colonizada por baianos, a Barra pertencia a Pernambuco. Essa contradição terminou por criar atritos entre as duas capitanias sobre a qual delas a região pertencia. Segundo IBGE (1958, p. 53),

a dúvida se dirimiu em janeiro de 1715, por Carta Régia que mandava adjudiciar à administração pernambucana toda a margem esquerda do rio São Francisco, até o rio Caririnha, continuando, porém, sujeita às justiças da cidade da Bahia até 1734, quando passou para a jurisdição da ouvidoria ou comarca de Jacobina.

Em 1810, a pedido dos pernambucanos, D. João VI criou na região a Comarca do Sertão de Pernambuco, posteriormente Comarca do Rio São Francisco, com sede na Barra e extensão até a fronteira com Minas Gerais. Devido às revoltas de 28 de maio de 1817, que pretendiam separar Pernambuco do resto do país, a Comarca foi anexada a Minas que, por dificuldades em administrá-la, logo a devolveu à sua origem.

---

Segundo Almeida (1999), “sua presença em nossa região evidencia-se no tipo físico que predomina na área de Aricobé, município de Angical, e na zona rural de Catolândia e Cotegipe: pessoas de feições finas, olhos azuis e cabelos louros, bem diversos dos descendentes de portugueses, índios e negros”. Será? Não seriam esses tipos descendentes dessas famílias européias que se instalaram, alguns anos mais tarde à expulsão dos holandeses, na florescente Vila da Barra? Por meio da Carta Régia de 5 de dezembro de 1752, o povoado foi promovido a Vila. Sua economia girava em torno da lavoura e da criação e beneficiamento de gado e da pesca. Era uma sociedade heterogênea e cosmopolita, que incluía até mesmo os filhos bastardos de vigários e religiosos, quase todos vindos de Portugal. Trazidos da África como escravos, os negros representavam, igualmente, papel da maior relevância.

Em 1824, os pernambucanos fizeram uma nova revolução para separar-se do Brasil e implantar a Confederação do Equador. Como retaliação à província rebelde, uma vez sufocada a sublevação, D. Pedro I reanexou a Comarca de São Francisco a Minas Gerais, mas dada a dificuldade de administração mineira chegar à região, ela foi incorporada à Bahia em 1828:

A margem esquerda do rio São Francisco pertencia à província de Pernambuco até o ano de 1828, quando foi anexada à Bahia. Declarou em carta datada de 1700 o governador de Pernambuco, Dom Fernando Mascarenhas e Lencastro: ‘– À Casa da Torre, os herdeiros de Antônio Guedes de Brito e Domingos Afonso Sertão são senhores de todo o sertão de Pernambuco’. E Borges de Barros, em sua obra ‘Bandeirantes e sertanistas’, informa: ‘A colonização da parte ocidental do rio São Francisco, na região que vai de Casa Nova a Remanso, a Pilão Arcado, a Barra do Rio Grande, Santa Rita do Rio Preto, Campo Largo, Barreiras, Correntina e rio Carinhã, obedeceu nos séculos XVII e XVIII à orientação das Casas da Torre e da Ponte’. (IBGE, 1958, p. 38)

Como Pernambuco não se conformasse com a perda de tão importante território, surgiu uma complicada questão política entre as duas províncias, que se arrastou ao longo de todo o governo imperial. Assim, por exemplo, durante o Segundo Reinado, o deputado pernambucano Luís Cavalcanti apresentou o projeto de criação da Província do Rio São Francisco, com capital na Barra, alegando que a distância entre as capitais da Bahia e de Pernambuco inviabilizava uma boa administração da região. Com a oposição de deputados das duas províncias e a fortíssima resistência do Barão de Cotegipe, latifundiário da região e Primeiro-Ministro de D. Pedro II, esse projeto foi rejeitado, bem como outro, congênere, do político baiano Fernandes da Cunha.

Nessa mesma época, começa a se registrar a navegação mercante ao longo do rio São Francisco, embora a navegação em si tenha se iniciado ainda no século XVI, com pequenas embarcações. Os primeiros estudos para esse tipo de aproveitamento foram elaborados durante o Segundo Reinado:

- em 1852, o engenheiro francês Emmanuel Liais foi contratado por Dom Pedro II para estudar o rio e as possibilidades de desenvolvimento da navegação das nascentes a Pirapora, observando o curso do rio das Velhas até Guaicuí; ainda existe um exemplar do seu relatório, denominado *Hidrografia do Alto São Francisco e do Rio das Velhas* (1865);

- em 1855, novamente o engenheiro alemão Henrique Halfeld foi contratado pelo Império para desenvolver estudos semelhantes da cachoeira

de Pirapora até sua foz, no Oceano Atlântico, daí resultando o relatório *Atlas e Relatório do Rio de São Francisco desde a Cachoeira de Pirapora até ao Oceano Atlântico*, datado de 1860; e

- em 1880, o Conselheiro Cansanção de Sinimbu encomendou ao engenheiro americano Robert Milnors um estudo sobre a navegação do São Francisco. Dessa viagem, participou o engenheiro Teodoro Sampaio que, no retorno, percorreu sozinho todo o interior do Médio São Francisco em direção leste, alcançando a cidade de Cachoeira, no Recôncavo Baiano.

A despeito desses esforços, ao longo do século XIX, o implemento da navegação no rio São Francisco ficou apenas no papel, só tomando corpo em 1902, com a chegada dos grandes barcos a vapor, protagonistas do desenvolvimento da região. Durante o primeiro período republicano (1889-1930), esse foi o único fato relevante para a região que, até a década de 1950, viveu um ciclo de prosperidade impulsionada pelo comércio do peixe e outros produtos escoados através dos vapores. Além disso, a essa rede fluvial de integração norte-sul do país, somava-se uma crescente rede ferroviária.

Durante a II Guerra Mundial (1939-1945), descobriu-se o rio como importante caminho seguro para o transporte de tropas, o que levou ao investimento em obras para seu desimpedimento. Com o fim do conflito e da Era Vargas, foi criada a CHESF para explorar o potencial energético do rio.

A partir de 1946, iniciam-se as primeiras intervenções governamentais no Vale do São Francisco. A Constituição reconhece a importância do rio e determina, em seu artigo 29, a execução de um plano de aproveitamento de suas possibilidades econômicas num prazo de 20 anos. Cria-se, então, a CVSF e a CHESF, responsáveis pelo controle das águas para a navegação e para a geração de energia, respectivamente. Além de controlar o regime do rio, essas entidades – que só entrariam em funcionamento nove anos depois –, também levariam infra-estrutura básica às localidades ribeirinhas.

Na década de 1960, uma mudança na política de transportes do país privilegiou a construção de rodovias para beneficiar as montadoras estrangeiras aqui implantadas, acarretando o imediato abandono das ferrovias e hidrovias. Além disso, a rede rodoviária desenvolvida desde então quase não incluiu o vale sãofranciscano, de forma que, sem os vapores e nada que os substituísse, a região (exceto o Alto Vale) entrou em franco declínio econômico

e seus municípios passaram a viver exclusivamente do fraco comércio local, dos serviços públicos, da pesca e da agricultura de subsistência.

Em 1973, a crise do petróleo desencadeia ações visando a ampliar a produção energética do país. Com isso, a CHESF inicia a construção da represa de Sobradinho (concluída em 1980), segundo maior lago artificial do mundo, obrigando as 72 mil famílias das cinco cidades submersas pelo lago a se deslocarem para projetos de colonização em terras afastadas do rio, sem água encanada ou luz elétrica.

Em 1974, foi criada a CODEVASF para implementar o aproveitamento de um potencial de 800 mil hectares de terras aptas para o plantio através da agricultura irrigada, cuja área já atualmente atinge cerca de 200 mil hectares.

De toda forma, ao longo de boa parte do século XX, o território baiano da margem direita do São Francisco até a fronteira com Minas Gerais, Goiás e Piauí – o Além-São Francisco, denominação que mostrava uma exclusão da região do foco de interesses da Bahia –, foi constantemente reivindicado pelos Estados vizinhos. Além disso, parcela da população passou a sonhar com a criação de um novo Estado, o do São Francisco, com capital em Barreiras<sup>57</sup>.

Diante dessas aspirações populares, surgiu a necessidade de a Bahia integrar a região às suas políticas públicas, constituindo, no final dos anos de 1980, duas Regiões Econômicas no distante Além-São Francisco (o Oeste e o Médio São Francisco) e uma terceira, que engloba o Norte do Estado banhado pelo grande rio (o Sub-médio ou Baixo-médio São Francisco).

Talvez por isso, o governo estadual tenha tomado algumas iniciativas, instalando na região uma sucursal da EBDA, um *campus* da UNEB, uma unidade da ADAB e, mais recentemente, a CRN; investindo, ainda, em pesquisas e projetos voltados ao desenvolvimento da agrícola e na construção de estradas entre as várias sedes municipais, nas décadas de 1980 e 1990.

Uma atividade econômica ainda incipiente na região é o turismo, que poderia ter êxito em várias de suas vertentes, principalmente a rural, a ecológica e a histórica, dada à pujança da atividade agropecuária na região e à

---

<sup>57</sup> Durante a última Assembléia Constituinte, Pernambuco, Minas Gerais e Goiás apresentaram projetos visando à anexação da área. Além disso, o cidadão barreirense Marlan Rocha enviou a um deputado por Roraima um projeto de emancipação que, apresentado, não foi aceito.

existência de inúmeros sítios naturais e arqueológicos<sup>58</sup> e de centros históricos em vários municípios. Para tanto, seriam necessários investimentos não só nas vias de acesso às localidades, como também na infra-estrutura hoteleira e urbana e em recursos humanos qualificados para a atividade.

A despeito de toda sua força econômica e do potencial para um maior desenvolvimento, o Oeste da Bahia é uma região carente no plano social. Comparado ao de outras regiões igualmente ricas do Estado e do País, seu IDH é baixo. Mesmo o maior município da região (Barreiras), carece de infra-estrutura de rede de esgotos no centro de sua sede e, em vários de seus bairros populares, distritos e povoados rurais, ainda não há água encanada; além disso, a população não dispõe de um sistema de saúde eficiente, pois há poucos centros de saúde e apenas um único hospital público regional de grande porte e o único de médio porte encontra-se em fase de desativação.

Embora sem a mesma força econômica do Oeste, o Médio São Francisco se destaca com relativa produção de grãos e de gado de corte de subsistência, tendo no turismo um potencial ainda pouco e mal explorado, visto existirem sítios de possível exercício de várias modalidades dessa atividade. Assim, Barra, Ibotirama e Paratinga<sup>59</sup> seriam excelentes núcleos para o turismo (pré-)histórico, rural e de aventura; também Bom Jesus da Lapa, segundo maior centro de peregrinação católica do país, poderia investir nesses mesmos segmentos, pois dispõe de patrimônio (pré-)histórico e natural para isso.

Seria interessante, portanto, que políticas públicas de promoção social e de segurança humana fossem bem efetivadas na antiga região do Além-São Francisco, visando não só ao aumento do índice de desenvolvimento humano, com a diminuição das desigualdades sociais, mas também e a melhoria da qualidade de vida da população, como um todo, e a geração de divisas para o próprio Estado.

---

<sup>58</sup> Desde a pré-história, o Oeste era habitado por grupos humanos que deixaram muitos vestígios em sítios arqueológicos já estudado por cientistas do Museu Nacional e da UFMG, tendo-se descoberto, inclusive, as ruínas de uma cidade pré-histórica (cf. Almeida 1999).

<sup>59</sup> No início do século XVII, Garcia d'Ávila estabeleceu-se na margem direita do São Francisco, fundando uma fazenda que, evoluindo rapidamente, originou a Vila de Santo Antônio do Urubu de Cima, atual Paratinga, município dotado de patrimônio arquitetônico colonial, de grutas e cavernas com marcas de presença animal e humana pré-históricas.

### 3.2.2 A Região Econômica do Baixo-Médio São Francisco

De um modo geral, o Médio e o Sub-médio São Francisco representam o trecho navegável do rio. Contudo, no Sub-médio a atividade navegadora é dificultada pelas constantes corredeiras. Essa dificuldade de acesso à região fez com que sua colonização se desse em duas épocas distintas, distantes quase um século uma da outra.

Assim é que, vindos de Olinda (fundada em 1534) e de Salvador (1549), os primeiros exploradores desse trecho do rio iniciaram-se no extremo a jusante, fundando estabelecimentos pioneiros (povoados, igrejas, locais de culto e vilas), cujo número cresceu ainda no final do século XVI. Um certo número desses núcleos transformou-se, mais tarde, em algumas das atuais cidades e vilas.

Também aqui, a pecuária constituiu-se na primeira atividade econômica, e muitas fazendas de gado foram estabelecidas durante os anos iniciais da colonização.

Embora novos estabelecimentos fossem fundados no século seguinte, nenhum movimento efetivo de penetração ocorreu até o final do século XIX e início do século XX. Em geral, apenas as extremidades da região foram alvo mais constante de ocupação.

Em finais do século XVII, a atividade mineradora começou a florescer na região, declinando já por volta de 1850 e sendo substituída pela agricultura na mesma época em que começava a se registrar a navegação mercante ao longo do rio São Francisco, de fato implementada a partir da introdução dos vapores, em 1902, e de uma modesta malha ferroviária a partir do início dos anos de 1920, crescente ao longo dos anos até a década de 1950, quando a região passa a experimentar um ciclo de prosperidade impulsionada pelo comércio do peixe e de outros produtos escoados através dos vapores.

Como destacamos, a partir de 1946, iniciaram as primeiras intervenções governamentais na região com o surgimento da CVSF e da CHESF. Contudo, como na década de 1960, uma mudança na política de transportes do país acarretou o imediato abandono dos transportes ferroviário e fluvial, todo o Vale (exceto a zona Alta), entrou em franco declínio econômico e



seus municípios passaram a viver exclusivamente do fraco comércio local, dos serviços públicos, da pesca e da agricultura de subsistência.

Por incrível que pareça, essa situação que só começa a mudar a partir da crise do petróleo de 1973, que obriga o Governo Federal a investir na ampliação da produção energética do país, resultando na construção da represa de Sobradinho (concluída em 1980) e a transferência de contingentes populacionais residentes na área inundada para novas cidades, algumas das quais, criadas no meio do nada.

Paralelamente, decidiu-se implementar na região o aproveitamento de um potencial de 800 mil ha. de terras aptas para o plantio através da agricultura irrigada. Para tanto, criou-se, em 1974, a CODEVASF. Atualmente, a área irrigada atinge cerca de 200 mil hectares. Segundo Valente (2000, p. 17),

Os projetos de irrigação desenvolvidos pela CODEVASF, mal administrados, além de privilegiarem os grandes produtores em detrimento dos pequenos, já apresentam falhas. Cappio (2000) aponta que três afluentes do rio já chegam a secar por causa do descontrole da captação da água para irrigação: os rios Verde e Gortuba, norte de Minas, e o Salitre, em Juazeiro, na Bahia. 50% dos solos nos projetos oficiais da CODEVASF e do Departamento Nacional de Obras contra a Seca estão em processo de salinização por defeitos de irrigação.

Assim, nos últimos 40 anos, a história do Vale do São Francisco, como um todo, e do Sub-médio, em particular, pautou-se pela intervenção direta do Estado<sup>60</sup>, não só no provimento e criação de infra-estrutura física e de serviços, como também na esfera de produção propriamente dita. Inicialmente, tal comportamento ditou-se pelos imperativos do processo de consolidação do parque industrial do centro-sul do país.

Ao se definir uma estratégia de aproveitamento dos recursos hídricos do Baixo-médio São Francisco pela produção de energia, de forma a excluir quase a totalidade de alternativas de uso do rio, criou-se também uma estreita dependência entre a economia local e o capital do setor energético.

---

<sup>60</sup> Atualmente, diversos órgãos e instituições Federais atuam na região, com destaque para a SUDENE, o DNOCS, a CODEVASF, o IBAMA, o MMA, a CHESF, o DNAEE, a UNIVASF. Além deles, merecem destaque alguns órgãos e instituições Estaduais ou suas concessionárias: a EMBASA, a COELBA, a CERB, a CAR, a CRN, a EBDA, a UNEB.

Contudo, atualmente, com o esgotamento das possibilidades de novos aproveitamentos hidroelétricos na região, estabelece-se um impasse diante do futuro econômico da sub-região, notadamente do município de Paulo Afonso.

Entre as diversas estratégias de desenvolvimento em estudo, adquiriram maior relevância junto aos setores sócio-econômicos locais as relacionadas ao aproveitamento do potencial turístico e do potencial de recursos hídricos remanescentes em projetos de irrigação, que possibilitaram o cultivo voltado, especialmente, para exportação de lavouras de cebola, tomate, melão, melancia, frutas cítricas, banana, uva e manga.

Neste sentido, é inquestionável o dinamismo que a agricultura irrigada imprimiu a Juazeiro, hoje considerado um dos principais centros urbanos do Estado, o único dos municípios da região a contar com distrito industrial.

Esses projetos<sup>61</sup> suscitaram diferentes níveis e intensidades de impactos, em razão de, à época de sua implantação, os municípios já apresentarem uma estrutura sócio-econômica consolidada, haja vista a localização dos perímetros irrigados em áreas de ocupações mais antigas, próprias de culturas de sequeiro, voltadas para a subsistência (feijão, mandioca, milho) ou para o consumo animal (palma forrageira), atividades socialmente importantes – por empregarem boa parte da mão-de-obra local –, embora marginais do ponto de vista técnico.

A principal atividade pecuária da região é a caprino-ovinocultura, desenvolvida de forma extensiva, com um plantel de raça indefinida e baixo valor zootécnico criado solto na caatinga. Só as fêmeas paridas e os cabritos têm algum tipo de manejo: eles, manutenção em cercado de vegetação nativa; elas, recolhimento diário a curral rústico.

Na região, o extrativismo mineral mais expressivo ocorre em Pilar, à cabeceira do rio Curaçá, onde a Caraíbas Metais retira cobre refinado no Pólo Petroquímico de Camaçari. Além disso, em Araras e Patamuté, há jazidas de

---

<sup>61</sup> O marco inicial da agricultura irrigada na região foi o Projeto Mandacaru, implantado pela CODEVASF em Juazeiro em 1973: 405 ha, 40 pequenos produtores; produção: hortigranjeiros e uva. Além dele, merecem destaque: dois projetos com o mesmo perfil produtivo, o Curaçá: (Juazeiro, 4.436 ha, 266 pequenos agricultores e 15 empresários) e o Maniçoba (Juazeiro, 4.317 ha, 232 agricultores e 53 empresários); o Tourão (10.454 ha, 32 pequenos produtores e 34 empresas; produção: agroindústria da cana-de-açúcar e o Senador Nilo Coelho (Casa Nova e Petrolina (PE), 15.348 ha, 1.427 pequenos produtores e 129 empresas; produção: frutas para exportação e hortaliças).

mármore destinada ao mercado interno e, ao longo da BR 407, nas localidades de Carnaíbas do Sertão e Juremal, dá-se a extração de pedras calcáreas para a composição de calçamento macadamizado para passeios públicos e de blocos de rocha calcáreas que, uma vez queimados em fornos simples, reativados com água e triturados até pó, formam matéria-prima para a construção civil e resíduos terrígenos usados como corretivo de solo.

Como se vê, o extrativismo mineral produz pouco impacto ambiental na região. A atividade de maior risco talvez seja agricultura irrigada por dois motivos:

1) o desmatamento às margens do São Francisco, de seus afluentes e de suas nascentes provoca o assoreamento de seu leito;

2) além disso, o uso indiscriminado e por vezes abusivo das águas, pode provocar a desperenização do rio da integração nacional.

Hoje, essa discussão é bastante pertinente devido à retomada de um antigo projeto de transposição das águas do Velho Chico, que polariza discussões em diversos setores interessados da sociedade civil organizada. Seus defensores vêem nele a solução para o drama da falta d'água no Nordeste. Por outro lado, seus críticos dizem que, além de não resolver o problema, sua aplicação implicaria a absoluta decadência econômica e ambiental de todo o Vale, sobretudo das partes que integram o chamado Polígono das Secas<sup>62</sup> e os recentes pólos de agricultura irrigada do cerrado baiano e do entorno do eixo Juazeiro-Petrolina. O debate permanece e, embora fosse necessário aprofundá-lo nacionalmente, tende a se encerrar, visto que, nos últimos anos, o orçamento da União vem destinando verbas para o início da execução das obras.

---

<sup>62</sup> Polígono das secas é um território reconhecido pela legislação como sujeito a períodos críticos de prolongadas estiagens, majoritariamente situado, no Nordeste, embora se estenda ao norte mineiro. Trata-se de divisão político-administrativa, sem corresponder à zona semi-árida, pois apresenta diferentes zonas geográficas com distintos índices de aridez: de áreas com características estritamente de seca e paisagem de semi-deserto, a áreas com balanço hídrico positivo.

### 3.2.3 A Região Econômica de Irecê

O povoamento dessa região iniciou-se no século XVI com as primeiras tentativas de interiorização do território colonial pela Coroa portuguesa com o objetivo de abastecer de produtos de subsistência e carne bovina o litoral.

Desde 1663, residia em Morro do Chapéu o fidalgo português Antônio Guedes de Brito, filho de Antônio de Brito Corrêa, um dos líderes da resistência portuguesa à invasão holandesa à Bahia. Guedes de Brito fora incumbido pelo rei de Portugal de pacificar a região do rio São Francisco, atormentada por bandidos, índios não-assimilados e quilombolas. Sua ação foi rápida e, em pouco tempo, a região estava dominada. Por seus serviços, foi recompensado com a doação de uma sesmaria remuneratória de 160 léguas de terras que abrangia o atual território de Irecê e de diversos outros atuais municípios, transformando-se no maior latifundiário de toda a Bahia e no patriarca ancestral de uma das mais notáveis famílias de nobres luso-brasileiros, a Casa da Ponte.

Um de seus descendentes foi D. João Saldanha de Gama e Melo Torres, sexto Conde da Ponte e governador da Bahia entre 1805 e 1810. Em 21/02/1807, junto com sua esposa, Maria Constança de Saldanha Oliveira e Souza, ele desmembrou da sesmaria a Barra de São Rafael e a vendeu a Filipe Alves Ferreira e Antônio Teixeira Alves. Como a Barra de São Rafael era muito grande, a parte dela chamada Lagoa Grande foi vendida a Joaquim Alves Ferreira, Joaquim Gomes Pereira e Domiciano Barbosa Pereira que, por sua vez, a revenderam a João José da Silva Dourado em 29/08/1840.

Curiosamente, a partir dessa época, com a descoberta de ouro na Serra do Assuruá (atual município de Gentio do Ouro), começou a se povoar a região sem o conhecimento do seu proprietário legal. Em 1877, um grupo de forasteiros chegou a um lugar de abundante água, caça e terrenos férteis, requisitos básicos para sua sobrevivência, e se implantou inicialmente embaixo de uma secular quixabeira, em torno da qual foram, aos poucos, construindo suas moradas e dando início ao povoado depois chamado Caraíbas, origem do município de Irecê. Daí foram surgindo outros núcleos, a exemplo de América Dourada, Rochedo (atual Ibititá), Canarana e Canal (atual João Dourado). A fertilidade dos solos e a existência de um lençol aquífero subterrâneo na região resultaram em boas safras de milho, feijão e algodão, entre outras.

Nessa mesma época, a implantação da navegação fluvial pelo rio São Francisco ajudou a estabelecer fluxos migratórios e mercantis, inter e intra-regional, interligando o semi-árido baiano ao litoral. Assim, nesse momento, a cidade de Xiquexique, estrategicamente localizada, constituiu-se no maior centro urbano regional.

Anos depois, chegaram à localidade os herdeiros dos terrenos, entre eles, Martiniano e Clemente Marques Dourado, que, junto com muitos outros, promoveram o desenvolvimento da região, implantando lavouras de algodão e criações de gado e trazendo importando produtos para lá serem vendidos.

A despeito desse povoamento inicial relativamente antigo, essa região permaneceu isolada do litoral e, conseqüentemente, com povoamento rarefeito, até fins do século XIX e inícios do século XX, com a implantação da rede ferroviária que interligou o litoral ao interior do Estado.

Durante um período muito extenso, sua produção econômica foi restrita às culturas de subsistência (feijão, milho, mandioca) ou à pecuária bovina. Tratava-se, pois, de um espaço regional que, como a maioria das regiões do Estado, mantinha poucas relações com os circuitos produtivos que, enfim, determinavam a dinâmica econômica da Bahia. Evidentemente, esse tipo de inserção na economia estadual, marcada pelo isolamento e pelo caráter extremamente modesto das atividades, impôs à região condicionamentos muito específicos à sua dinâmica demográfica, sobretudo quanto à sua capacidade de atrair (ou expulsar) população, mas também quanto ao ritmo de reprodução demográfica resultante do crescimento vegetativo.

Os primeiros sinais de rompimento desse quadro só ocorrem no início da década de 1940, quando se passa a registrar uma incipiente mecanização da agricultura em Irecê. Nesse momento, iniciativas pioneiras na cultura do algodão despertaram o governo para a excelência dos solos desse município, levando a Secretaria de Agricultura do Estado a enviar tratores alugados a preços módicos e a abrir linhas de crédito para aquisição de outros implementos. Também outros órgãos oficiais passaram a atuar na região, como a CVSF e o Banco do Brasil que, após 1953, iniciou a concessão de créditos aos agricultores locais. Além de contribuir para fixar os nascidos na área, essas condições deram início a um inusitado processo de atração de migrantes, revertendo parte da histórica tendência de a região ser emigradora.

No entanto, na virada das décadas de 1960 e 1970, a economia da região passa a apresentar um movimento de expansão, assentado, sobretudo, na cultura consorciada de feijão, milho e mamona. Certamente, um conjunto de fatores favoráveis propiciou a emergência da região como produtora de grãos. Porém, duas novas circunstâncias parecem ter-se sobreposto às demais: a implantação de um sistema viário com capacidade de atender eficazmente ao escoamento da produção e as facilidades encontradas na obtenção de crédito agrícola não apenas farto, como também altamente subsidiado.

A combinação desses dois fatores viabilizou potencialidades produtivas até então represadas. Conforme salientam diversos estudos, a boa qualidade do solo mantinha-se à margem da agricultura comercial, em virtude, principalmente, da precariedade, senão da absoluta ausência, de uma rede viária capaz de integrar a região com o resto do Estado e do País. Por outro lado, a fragilidade econômica dos agricultores locais – fruto, entre outras coisas, do próprio isolamento físico a que estavam submetidos –, os impedia, nas condições normais de mercado, de ter acesso a crédito bancário, tornando inviável um efetivo processo de expansão de seus negócios.

Em suma, a boa qualidade de solo, associada a políticas que, simultaneamente, lhe desbloquearam física e financeiramente os potenciais, possibilitou movimentos expansivos na economia e na população, fazendo da região, no primeiro caso, a maior produtora baiana e nordestina de grãos na década de 1980 e, no segundo, mantendo o elevado ritmo de crescimento demográfico verificado já a partir da década de 1940.

Entretanto, nem sob um nem sob outro aspecto, a região pode ser considerada um todo homogêneo, em que pese o fato de sua economia estar fundamentalmente assentada na cultura do feijão (e, em menor medida, na de milho e mamona) e de apresentar uma evolução demográfica em que as semelhanças se sobrepõem às diferenças. Com efeito, os municípios situados à margem dessa configuração produtiva dominante apresentam dinâmicas econômicas típicas de áreas estagnadas.

De todo modo, importa ressaltar que as transformações ocorridas no núcleo dinâmico da economia regional influenciaram, em maior ou menor medida, todo o contexto regional. Tanto as altas taxas de crescimento demográfico observadas até a década de 1980 quanto o próprio arrefecimento

desse ritmo na seguinte não podem ser corretamente interpretados sem se considerar a influência decisiva dos movimentos expansivos ou regressivos da economia local, o que certamente não implica negar a importância dos componentes demográficos no perfil da população da região.

Dessa forma, o platô, sede da maior parte dos municípios da região, mesmo com a escassez de chuvas, foi privilegiado com investimentos estatais e incentivos creditícios destinados à agricultura, transformando-se num dos maiores centros produtores de feijão do Estado e do Nordeste. Já o Baixo de Irecê e as demais áreas da região – em que pese a existência de água e a antiguidade de muitos núcleos populacionais – tiveram contra si a inexistência de uma política agrícola mais agressiva, formada por grandes latifúndios.

Tais aspectos negativos dificultaram a fixação de núcleos nesse espaço, fazendo com que Xiquexique perdesse parte da polarização exercida na região. Em Gentio do Ouro, com o saturamento da exploração aurífera e posterior da do cristal de rocha, formaram-se correntes migratórias em direção ao platô, atraídas pela crescente atividade agrícola.

De todo modo, importa ressaltar ser o primeiro período um quadro de influência do ambiente econômico, sobretudo através da pequena (ou nula) capacidade de atrair migrantes, além do fato de a produção agrícola de então, basicamente familiar e de subsistência, apresentar pequena tendência de expulsão da mão-de-obra, salvo em momentos de longa estiagem.

Quanto ao segundo período, o desenvolvimento e modernização da produção levaram os saldos migratórios a se apresentar, presumivelmente, sempre positivos, tanto pelo poder de atração das novas atividades às populações vizinhas quanto pela presença significativa de pequenas e médias propriedades no contexto produtivo local.

Na atual fase de declínio da atividade produtiva, observa-se um rápido movimento de retração do crescimento demográfico, com alguns municípios apresentando perda absurda da população, sobretudo na zona rural.

Talvez se vislumbre uma solução para o problema de falta d'água a partir do término das obras de canais de irrigação nos Baixios de Irecê que, cumprindo o seu papel, poderão redimensionar a produção de grãos e atrair de volta os filhos da região que foram tentar a vida em outras paragens.

### 3.2.4 O Piemonte da Chapada

Os primeiros habitantes do Piemonte da Chapada – cujo nome faz referência à encosta da Chapada Diamantina –, foram os Payayá, índios provavelmente pertencentes ao tronco dos Kariri, que ocupavam o vale do Paraguaçu setentrional, principalmente a Serra do Orobó. Espalhavam-se por toda a Chapada e Encosta (Piemonte), misturados com outras diversas tribos.

A colonização da região tem sua origem ligada aos principais acontecimentos históricos do Brasil e da Bahia nos séculos XVII e XVIII, principalmente à catequese, à escravização dos índios, ao ciclo do gado e à corrida em busca de ouro e pedras preciosas.

Em princípios do século XVII, a corrida de bandeirantes às minas de ouro ensejou a corrente inicial do devassamento e povoação da região. A notícia de exploração de minérios fez fluir ao lugar numerosos contingentes humanos ávidos por ouro.

O primeiro a aqui chegar foi Belchior Dias Moréya, o Muribeca, neto de Caramuru. Percorreu os sertões de Jacobina e afirmou a descoberta de minas de ouro, prata, pedras preciosas e salitre. Em 1595 ou 1596, chefiou uma expedição que, beirando o Rio Itapicurú, adentrou o sertão, aí permanecendo por oito anos. Em 1612 foi para Portugal e daí, até a Corte da Espanha, declarou os valores achados em requerimento, mas não foi atendido e voltou sem efeito ao Brasil. Por não revelar as minas, foi preso durante dois anos e condenado a pagar 9 mil cruzados, pois os governadores de Pernambuco e da Bahia (os primos D. Luíz e D. Francisco de Souza) lhe haviam custeado a jornada. Aconselhado por Pedro Garcia, o Velho e por outros parentes a não revelar as minas, mas pagar a multa, Belchior aquiesceu, foi solto e voltou para as suas fazendas no rio Real, onde faleceu em 1619. Assim, as minas de ouro de Jacobina ficaram desconhecidas por quase mais um século.

Belchior Dias Moréia deixou por sucessor de sua casa um filho natural havido da união com uma índia da aldeia do Jarú, a quem chamavam Robério Dias, homem de poucos bríos, pouca atividade e temeroso, que não só não quis seguir aquela empresa, como também perdeu todas as memórias e roteiros de viagem de seu pai.



O primeiro registro histórico do povoamento data de 1697, quando foi instalado pelos franciscanos o núcleo pioneiro de toda a região, o Arraial da Missão de Nossa Senhora das Neves do Sahy.

Neste período, no litoral da Bahia – maior centro produtor da Colônia –, predominava a cultura exportadora da cana-de-açúcar. No entanto, apesar de ser uma atividade econômica de subsistência e menos importante, a pecuária possuía grande potencial de crescimento, pois crescia cada vez mais a demanda de carne e de animais de tração para os engenhos e o transporte de cargas. Àquela época, a estratégia da Coroa Portuguesa voltava-se para a ocupação efetiva do território brasileiro, integrando o interior ao litoral. Nesse contexto, mesmo com as dificuldades devidas às condições climáticas desfavoráveis ao povoamento da região, a pecuária foi um dos maiores instrumentos da Coroa para atingir esse objetivo.

Nesse sentido, em 1652, chegou à região Antônio de Brito Correia, arrendatário do chefe da Casa da Ponte, que estabeleceu currais para criatório.

Antonio da Silva Pimentel foi o quarto possuidor das terras de Jacobina, antes pertencentes a Antônio Correia de Brito e Antônio Guedes de Brito. Desejando construir nas terras de Jacobina uma Igreja, pediu permissão ao Rei de Portugal, D. Pedro II, que lhe concedeu alvará em de maio de 1705.

A exploração aurífera prosseguia fora do controle oficial e em escala tão crescente que, em 13 de maio de 1726, para melhor garantir a arrecadação de impostos, a metrópole determinou que o Governador da Província criasse duas casas de fundição, uma em Jacobina (instalada em 5 de janeiro de 1727) e outra em Rio de Contas. O resultado foi surpreendente e auspicioso, arrecadando-se, não obstante a difícil fiscalização sobre essa atividade, só em Jacobina, em apenas dois anos, cerca de 1750 toneladas de ouro.

Com o progresso das minas, a Coroa promoveu o barulhento arraial à categoria de vila mediante Carta Régia de D. João V, datada de 5 de agosto de 1720. Com o nome de Vila Santo Antônio de Jacobina, a nova povoação integrava as freguesias de Santo Antônio de Pambu e de Santo Antônio do Urubu, estendia-se por cerca de 300 léguas<sup>63</sup>, abrangendo desde o rio de Contas até os limites de Sergipe, inclusive a Cachoeira de Paulo Afonso. O

---

<sup>63</sup> Em 1837, pela Lei Provincial n.49, de 15 de março, o já imenso território do município foi acrescido das terras de Mundo Novo, cuja descoberta se atribui a José Carlos da Mota.

lugar escolhido para sua sede foi a Missão do Sahy, e sua instalação ocorreu em 2 de junho de 1722, em solenidade presidida pelo Cel. Pedro Barbosa Leal, representante do Vice-Rei e Governador da Bahia, Vasco Fernandes César.

Por situar-se distante das minas, a sede da vila foi mudada em 15 de fevereiro de 1724, para a Missão do Bom Jesus da Glória (atual Campo Formoso), outra aldeia de índios, fundada em 1706 também por missionários franciscanos que tentaram catequizar dos Paiaíá. Nesse local, fundaram Igreja e Convento de Bom Jesus da Glória.

Reunida extraordinariamente em 21/10/1822, a Câmara Municipal da Vila, prestou solidariedade e fidelidade ao Imperador que declarara a Independência do país há pouco mais de um mês. Finda a guerra de independência no ano seguinte e constituído o primeiro mapa do país, a Vila de Jacobina passou a figurar como município fundador da Província da Bahia (aliás, o maior deles!), do qual surgiram 169 dos atuais 417 municípios baianos.

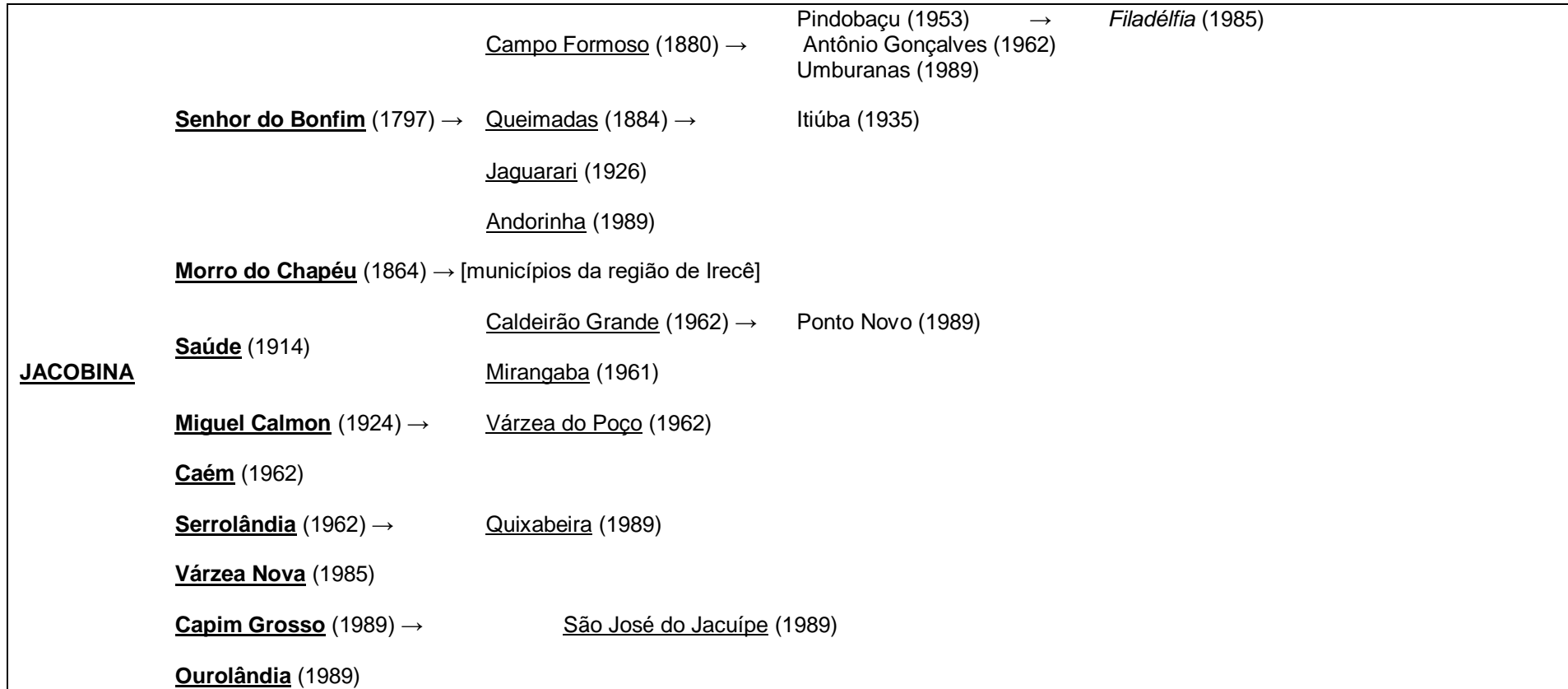
O esquema da próxima página dá a dimensão do papel desempenhado por Jacobina na formação territorial da Bahia, na medida que mostra a relação desse município com todos os demais de sua região.

Como se pode observar, já em fins do século XVIII, da Vila de Jacobina surgia a Vila Nova da Rainha (atual Senhor do Bonfim), que, por sua vez, em 1880 e em 1884, respectivamente, originaria a Vila de Campo Formoso e a Vila Bela de Santo Antônio das Queimadas (atual, Queimadas). Daquela, por sua vez, se desmembraram Pindobaçu (1953; e deste, Filadélfia, em 1985), Antônio Gonçalves (1962) e Umburanas (1989); e desta, Itiúba (1935). Posteriormente, Senhor do Bonfim originou, ainda, Andorinha (1989).

A partir de 1848, a notícia da descoberta de diamantes na Chapada Diamantina determinou o êxodo de grande número de mineiros, seguindo-se, então, prolongada fase de paradeiro, que provocou o declínio das atividades locais, causa da demora para a elevação da vila à categoria de cidade, o que só ocorreu em 1880, pela Lei Provincial 2.049, de 28 de julho, que lhe valeu o título de Agrícola Cidade de Santo Antônio de Jacobina.

Nesse meio tempo, em 1864, Jacobina desmembrou Morro do Chapéu que, por sua vez, deu surgimento, ao longo do século XX, uma boa parte da Região Econômica de Irecê, como já demonstramos.

**Esquema 1: Formação territorial do Piemonte da Chapada a partir das sucessivas divisões do município de Jacobina**



Em 1858, o governo iniciou ambicioso projeto de interligação do litoral baiano com o sertão, construindo o trecho Calçada/Aratu de uma ferrovia. As duas mais florescentes vilas da região – Jacobina e Senhor do Bonfim –, foram incluídas no projeto. O ramal entre elas só ficou pronto em 1920; antes, em 1887, inauguraram a ligação Itiúba-Senhor do Bonfim, que passou

a ser elo entre o Piemonte da Chapada e o Baixo-Médio São Francisco, integrado à ferrovia desde a década de 1870.

Dessa forma, foi sendo constituído um sistema ferroviário que terminou por integrar as principais cidades do Piemonte, do Sertão Sanfranciscano e do Nordeste da Bahia ao sul do país. Com isso, a ferrovia exerceu influência fundamental na estrutura e desenvolvimento da região e de suas cidades mais importantes, em especial em referência ao aumento da dinâmica comercial em função da maior agilidade no transporte de mercadorias e do acesso facilitado. Além disso, a partir de seus salários, os empregados da via férrea exerceram uma outra forma de influência, em termos econômicos, principalmente, com a geração de um movimento comercial considerável, e também em termos sociais. O *boom* da ferrovia, que vai dessa época até meados da década de 1940, também é identificado com o auge cultural da região.

Durante a primeira república – quando, como se sabe, as sedes municipais deixaram de se chamar vilas –, Jacobina desmembrou:

- Saúde (1914) – que, por sua vez, ensejou em 1961 e 1962, respectivamente, Mirangaba e Caldeirão Grande, do qual, em 1989, se formou Ponto Novo; e

- Miguel Calmon (1924) – de onde surgiu Várzea do Poço (1962).

Interessante que, durante a vigência de regimes totalitários da nossa história republicana, houve pouca ou nenhuma criação de novos municípios. Na Bahia, nota-se essa tendência durante a Era Vargas (1930-1945) e a Ditadura Militar (1964-1985). Por outro lado, entre esses marcos históricos, o Estado passou por *booms* de criação de municípios e Jacobina gerou os seguintes rebentos: em 1962, Caém e Serrolândia, do qual, por sua vez, Quixabeira (1989); em 1985, Várzea Nova e, em 1989, Orolândia e Capim Grosso, do qual, no mesmo ano (!), São José do Jacuípe.

Voltando à economia, com relação aos metais preciosos, um dos fundamentos da região, as jazidas de ouro da região representam cerca de 85% das reservas estaduais. Atualmente, uma grande empresa atua no setor, a Mineração Morro Velho S/A, ao lado de outras, pequenas, ou de pessoas físicas. A obtenção do mineral empregado pelas empresas exige uso de cianeto, substituído pelos pequenos grupos de garimpeiros por mercúrio. Ambos os processos representam alto risco de poluição dos corpos d'água.

Talvez por isso, a mineradora conte com barragens de rejeitos, que funcionam como bacias de decantação dos efluentes líquidos, reduzindo parcialmente as cargas poluidoras que chegam aos mananciais receptores.

Com relação à extração de pedras para a construção civil, merece destaque a produção de mármore em Ourolândia, responsável por cerca de 25% da produção estadual de mármore e granito.

A cobertura vegetal se constitui em um dos principais recursos naturais usados pelo homem para a satisfação de suas necessidades vitais, sendo, por isso, o mais forte e diretamente afetado por sua ação. Contudo, o extrativismo não tem representatividade, pois se refere a produtos alimentares, merecendo destaque apenas a coleta do umbu – usado no fabrico de sucos, sorvetes e licores –, com uma média de 5.435 ton/a, com destaque para Jaguarari.

Na área de fibras, destaca-se a exploração do cipó do caroá – do qual se retiram fibras longas, sedosas, finas, resistentes e de grande impermeabilidade –, e da piaçava, usada no fabrico de vassouras e fibras de cobertura de quiosques.

Embora não seja atividade de grande expressão econômica, a extração e o comércio de plantas medicinais em feiras livres são muito praticados.

A mais importante exploração de origem vegetal é a extração de madeira, desenvolvida através do corte seletivo e/ou raso da vegetação, principalmente nas áreas de florestas e caatingas ainda existentes<sup>64</sup>, destacando-se Serrolândia e Itiúba na produção de carvão vegetal; Campo Formoso e Jaguarari na de lenha, além de Jacobina, na de madeira em toras.

A pecuária predominante na região é a de corte semi-intensivo, praticada com uso de pastagens plantadas, arraçamento e mineralização animal para os rebanhos dos médios e grandes produtores, enquanto os pequenos se limitam ao pastoreio extensivo, com forrageiras nativas. Destaca-se em primeiro plano o rebanho bovino, tanto em número de cabeças como em valor, tendo respectivamente no município de Jacobina seu principal produtor.

O segundo rebanho em importância é o caprino, uma das principais fontes de rendas dos pequenos produtores, além de suplemento alimentar das

---

<sup>64</sup> Pela ampla e permanente presença na região, o madeirismo é uma das atividades de maior impacto ambiental. Principais produtos: angico, maçaranduba, pau-de-rato, bucho de veado, pau-d'arco, jurema, caraibeira, mangue vermelho, itapicuru, aroeira, baraúna, canafístula, turco.

famílias através do consumo do leite e da carne. Sua criação extensiva utiliza forrageiras nativas, principalmente leguminosas e gramíneas. Os principais rebanhos estão concentrados em Itiúba, Campo Formoso e Senhor do Bonfim.

Das atividades econômicas desenvolvidas em toda a região, a agricultura constitui uma das principais fontes de renda e desenvolvimento regional, destacando-se a cultura de milho e feijão consorciados à de mandioca e sisal, desenvolvidos em propriedades de pequeno e médio porte, algumas poucas irrigadas. Dentre os perímetros irrigados, destacam-se os projetos:

- Jacurici – com 109 ha irrigados, localizado às margens do açude Rômulo Campos, no município de Itiúba, implantado pelo DNOCS<sup>65</sup>;
- Baixa do Anastácia – com 2 ha irrigados, no município de Jacobina;
- Caldeirão Grande – com 2 ha irrigados, em Caldeirão Grande.

As áreas entre a Serra de Jacobina e o acesso a Miguel Calmon são irrigadas e basicamente ocupadas por pequenos irrigantes, que fazem a captação de água no rio das Cabaceiras, afluente do Itapicuru Mirim. Nelas são cultivadas as mais diversas plantações. A maior parte da produção é escoada para Feira de Santana e Salvador.

Além dessas áreas, há uma série de pequenas propriedades, sempre localizadas às margens de rios e riachos, onde se pratica a pequena irrigação, como é o caso dos municípios de Saúde, Caém, Ponto Novo e outros.

A região lentamente vem sendo incorporada à nova geografia turística da Bahia. Sua diversidade de ambientes naturais e o expressivo patrimônio cultural tornam-na atraente mercado para o ecoturismo e seus segmentos. Contudo, para o completo aproveitamento desse imenso potencial, faltam investimentos públicos em infra-estrutura que garantam o suporte a essas atividades e à valorização e conservação do meio ambiente.

---

<sup>65</sup> Atualmente administrada pelo DNOCS, a área irrigada do Jacurici possui cerca de 65 ha, explorados por 20 famílias integrantes de uma cooperativa que atua com empresas que lhes determinam o plantio, fornecem sementes e assistência técnica e compram toda a produção. Além disso, existe também uma estação experimental do CNPMF da EMBRAPA, em convênio com a prefeitura de Itiúba, onde está sendo avaliado o comportamento de pomar de *citrus* consorciado com outras culturas (maracujá, feijão, milho, abacaxi, etc.).

### 3.2.5 O Nordeste e o Litoral Norte do Estado da Bahia

Neste tópico, trataremos da história de duas RE inseridas na bacia do rio Itapicuru, ao longo da qual lhes surgiram os primeiros núcleos de povoamento, o que lhes dá uma certa homogeneidade étnica, histórica, econômica e social. Além disso, posteriormente, elas protagonizaram o drama da Guerra de Canudos (1893-1897).

Ao longo dos quase 500 anos da ocupação dessa bacia, diversos fatos se deram, determinando as variadas formas dos atuais espaços geoeconômicos. Como em todo o Nordeste brasileiro, a área se caracteriza historicamente por ciclos de desenvolvimentos muito desiguais, especialmente no interior do semi-árido, onde ocorre o secular problema das secas.

As terras do Nordeste baiano pertenciam ao maior latifúndio já existente na América, a Casa da Torre de Garcia D'Ávila e seus descendentes, que seguia da Praia do Forte até o Maranhão, abrangendo boa parte do interior do atual Nordeste brasileiro.

Também o Sargento-mór Antônio Guedes de Brito, Senhor da Casa da Ponte e Regente do São Francisco, possuía grandes porções de terra na Bahia, em especial numa região conhecida como Sertão dos Tocós. Como começaram a surgir desentendimentos entre os dois clãs a respeito dos limites das terras, seus chefes resolveram fixar os limites de suas propriedades, ficando com a Casa da Ponte entre outras, as terras que correspondem à região do atual município de Queimadas.

Para atender às necessidades litorâneas de cada vez mais bois para o abastecimento alimentar, transporte e movimentação dos engenhos de cana-de-açúcar e, com a proibição da criação de gado a menos de 10 léguas do litoral, a região passa a ser amplamente explorada.

A expansão do povoamento e colonização do Litoral Norte e do vale do Rio Real começa na segunda metade do século XVI e é levada a cabo pelo primeiro Francisco Dias D'Ávila (1576-1650), neto do primeiro Garcia D'Ávila por linha materna e bisneto de Caramuru, por linha paterna. Seguindo os passos do avô, dedicou-se à conquista e ocupação do vale, daí expulsando os indígenas e provendo os meios para auxiliar os jesuítas a aldear os grupos

submetidos, a fim de proteger seus currais dos ataques dos grupos “bravios”, vindo a ser nomeado capitão da gente entre os rios Jacuípe e Real em 1631.

Nos negócios, Francisco Dias D’Ávila encontrou excelentes aliados na família de sua esposa, Maria Pereira, como o sogro, Manuel Pereira Gago, seu procurador enquanto penetrava pelo sertão, e o cunhado, Antônio Pereira – companheiro nas jornadas de avanço de seus domínios até o São Francisco.

Com a invasão holandesa e a expansão dos currais em direção à nascente do São Francisco, novas estradas, mais interioranas foram abertas. Cachoeira, no limite superior do Paraguaçu, e Juazeiro, no limite inferior do Sub-médio São Francisco, eram pontos inicial e final dessas novas rotas.

O chefe da Casa da Torre também participou da reação à invasão holandesa à Bahia, interrompendo um pouco suas atividades sertanistas para empenhar-se na defesa do litoral, sendo regamente recompensado com novas doações de sesmarias, inclusive os domínios sobre as terras e minas que viesse a descobrir através do roteiro deixado por Belchior Dias Moréia.

Suas investidas militares acompanhadas da criação de fazendas de gado e núcleos de povoamento tiveram decisiva importância na integração de Jacobina, Itapicuru, Rio Real e Itabaiana com o São Francisco. Constitui este primitivo itinerário da “estrada de condução do gado do Piauí”, só mais tarde desviado para a Passagem de Juazeiro.

Subindo a estrada de Cachoeira, chegava-se à atual Feira de Santana, onde se estabelecia uma divisão em dois caminhos, um dos quais seguia pela atual Ipirá, Mundo Novo e Jacobina, subdividindo-se em dois outros caminhos: um para Remanso e interior do Piauí; outro, para Juazeiro e interior de Pernambuco. A outra variante partinte de Feira passava pela atual Irará, Conceição do Coité, Queimadas, Senhor do Bonfim e Juazeiro, ultrapassando o São Francisco rumo a Pernambuco e Ceará. Posteriormente, esse passou a ser o caminho da Ferrovia Bahia-São Francisco (1876/1896). Ainda havia uma estrada entre Jacobina e Bonfim. Assim foram surgindo os caminhos da boiadas, principal fator responsável da colonização dessa área.

Um desses currais foi fixado exatamente às margens do Rio Vaza-Barris, em razão de suas fortes terras, possivelmente no lugar por onde padres franciscanos tinham passado em missão, topando com índios MOUNGURU e que em 1702, outros viajantes já tinham colocado o nome de Santa Brígida.



Todavia, pesquisas históricas revelam, quase com precisão, que muito antes, nos idos de 1669, índios Kiriri e Kariaká, remanescentes dos Tupinambá e Tupinikim, já habitavam e eram assistidos por missionários num lugar oficialmente descoberto e fundado por Garcia D'Ávila chamado Jeremoabo. Conflitos entre os colonos da Casa da Torre e os missionários ocasionaram a expulsão destes e dos Kiriri para regiões de Natuba (atual Nova Soure), Santa Teresa de Canabrava (atual Ribeira do Pombal), Itapicuru, Massacará e Saco dos Morcegos (atual Mirandela), onde já encontraram missões jesuíticas.

Embora, como ressaltado, haja registro de remanescentes Tupi na região, boa parte de seus índios são da matriz etnolinguística (macro-)Jê, que deixou marcas na toponímia. Assim, segundo Sampaio (1957, p. 51-2),

Transpondo-se o São Francisco em direção ao sul, penetra-se de novo numa região ingrata por inclemência do céu e se vai atravessando a bacia elevada do Várzea Barris, antes de ganhar os trechos mais esparsos e mais deprimidos das chapadas baianas que, depois do salto de Paulo Afonso, depois de Canudos e de Monte Santo, levam a Itiúba, ao Tombador e ao Assuruá. Aí, nesse trecho do pátrio território, aliás dos mais ingratos, onde outrora se refugiaram os perseguidos destroços dos Oriz, Proká e Kariri, de novo aparecem, designando os lugares, os nomes bárbaros de procedência tapuia que nem o português nem o Tupi logrou suplantar. Lêem-se, então, no mapa da região, com a mesma frequência dos acidentes topográficos, os nomes como Pambu, Patamoté, Xingó, Bedengó, Propriá, Cumbe, Massacará, Cocorobó, Tragogó, Canché, Chorrochó, Quincunca, Cochó, Sento Sé, Assuruá, Xiquexique, Jequié, Sincorá, Catulé ou Catolé, Mucugê, Jussiape, Gagau, Orobó, Procá, Cocobocó e outros igualmente bárbaros e estranhos.<sup>66</sup>

Disso tudo, é importante ressaltar que, associada à atividade agrícola suplementar de culturas essenciais de subsistência, a pecuária possibilitou a ocupação e o povoamento da maior parte da bacia do Itapicuru, desde Senhor do Bonfim, no extremo norte, até as regiões litorâneas, passando por Monte Santo, Queimadas, Inhambupe, Tucano, Euclides da Cunha, Ribeira do Pombal, Itapicuru e outros grandes centros econômicos regionais, localidades

---

<sup>66</sup> Da lista de nomes indicados na citação como de procedência Tapuia, ou seja, indígena não-Tupi, há alguns de origem Tupi: Chorrochó, Jequié, Jussiape, Mucugê (v. verbetes no vol. 2); Orobó, (*orobó*, 'var. de urubu'); Propriá (< *popiaba*, 'ferrão de vespa ou dente de cobra', cf. Silveira Bueno, 1998); Assuruá (*úasu*, 'grande' + *roy*, 'seixo'; 'grande seixo, muito cascalho', cf. Id.). Do Kikongo e do Kimbundo, línguas africanas, provêm, respectivamente, Cumbe (*nkumbi*, 'aldeia') e Catolé (*katolé*, 'palmeira'). Do Kariri, Sento Sé (v. verbe no vol. 2), Cocorobó ('terreno, barranco', cf. Dantas [(s.d.)]) e Quincunca ('bico da coruja', cf. Silveira Bueno, 1998). De origem não-Tupi não-indicada são, Sincorá ('fome'; cf. Nascentes, 1952), Bedengó ('lugar onde caiu um aerólito', cf. Silveira Bueno, 1998) e Xiquexique.

emergentes entre o final do século XVII e início do século XVIII, ao longo do qual cresceram, sob influxo da pecuária extensiva, o que condicionou a formação da estrutura fundiária da região, caracterizada por uma forte concentração da posse e do uso das terras, ainda hoje bastante expressiva.

As primeiras localidades elevadas a municípios na região foram Itapicuru (Itapicuru de Cima) e Água Fria (São João Batista de Água Fria), ainda no século XVIII. Delas, após a Independência e ainda no século XIX, surgiram Jeremoabo, Monte Santo, Tucano, Cícero Dantas, Serrinha, Queimadas, Paripiranga e Glória.

Na segunda metade do século XIX e início do século XX, a implantação do sistema ferroviário criou as condições para um vigoroso ciclo de desenvolvimento da bacia do Itapicuru. A construção da via férrea foi iniciada em 1860, partindo de Salvador em três direções: norte, noroeste e sudeste, interligadas na região central da Bahia.

Em direção norte, a ferrovia acompanhou o litoral, de modo geral, passando pelo baixo Itapicuru, penetrando em seguida no território sergipano, até Aracaju; continuando em direção ao baixo São Francisco e, no princípio do século XX, chegou a Propriá, vinculando os portos de Aracaju e Salvador à navegação do Baixo São Francisco.

Ao mesmo tempo, outra linha contornava o Recôncavo para possibilitar o escoamento da produção de açúcar, mandioca e fumo para Salvador. A ferrovia servia, entre outros, aos centros de Santo Amaro, Conceição de Feira, Cachoeira São Félix e Cruz das Almas, aonde chegou em 1881.

Ainda nessa época, outro ramal saía de Alagoinhas rumo a Noroeste, seguindo o antigo caminho de gado que, de Feira de Santana, atravessava o sertão rumo a Juazeiro e Oeiras, no Piauí. Este ramal cruza diagonalmente a bacia do Itapicuru, passando por Queimadas e Senhor do Bonfim.

A ferrovia possuía, ainda, um importante ramal entre Senhor do Bonfim a laçu, acompanhando a escarpa da Chapada Diamantina, servindo, assim, a uma área onde a mineração e a agricultura eram as principais atividades.

A implantação do sistema ferroviário possibilitou a expansão das atividades econômicas em toda a bacia do Itapicuru, possibilitando o crescimento de importantes núcleos urbanos ao longo dos trilhos, a exemplo de Queimadas, e Senhor do Bonfim e Alagoinhas.

### 3.2.6 O território da antiga Capitania do Peroaçu, Paraguaçu ou Recôncavo

As atuais RE do Paraguaçu e do Recôncavo Sul têm histórias intimamente ligadas, já que compuseram uma donataria desmembrada da Baía de Todos os Santos em 1566 pelo terceiro Governador-Geral, Mém de Sá, e dada a Álvaro da Costa, filho do segundo Governador-Geral, Duarte da Costa, em recompensa a sua atuação na guerra contra os índios habitantes da região.

Desde o governo de seu pai, Álvaro se empenhava em pacificar ou exterminar índios rebeldes dos arredores de Salvador e terras além. Quando em 1555, os Tupinambá atacaram alguns engenhos de açúcar e tomaram algumas reses pertencentes a Garcia D'Ávila, Álvaro comandou 70 homens a pé e alguns a cavalo contra a aldeia da Praia Grande, vencida e incendiada; 160 contra a aldeia de Itapuã; 200 contra o cerco ao engenho de Antônio Cardoso de Barros. Após o desbaratamento desse foco de insurreição, os índios remanescentes se refugiaram numa aldeia além do Rio Vermelho; foram igualmente atacados e vencidos, muitos dizimados; os sobreviventes, reduzidos e obrigados a reconstruir as roças destruídas. Mém de Sá continuou a conquista das terras além de Matuím e Mataripe e guerreou contra os índios dos vales do Iguape e do Rio Paraguaçu. Nesses movimentos, Álvaro da Costa atuou firmemente, merecendo do governador a doação da referida donataria. Curiosamente, o maior engenho localizado nessa nova Capitania era do próprio Mém de Sá. Após sua morte, a propriedade foi herdada por seu genro, o Conde de Linhares, pelo que ficou conhecida como Engenho do Conde, cujas terras originaram posteriormente o município de Conde.

Segundo Tavares (1981), em meados do século XVIII a região já possuía três vilas – Maragogipe, Cachoeira e Nossa Senhora da Purificação (atual Santo Amaro) –, e os seguintes núcleos de povoamento com o *status* de freguesia: Nossa Senhora da Encarnação do Passé, São Gonçalo dos Campos, Nossa Senhora do Socorro, Nossa Senhora do Ó de Paripe, Nossa Senhora do Monte, São Gonçalo da Vila de São Francisco, São Felipe, Nossa Senhora da Piedade de Matoim, São Miguel de Cotegipe, Nossa Senhora da Madre de Deus do Boqueirão (atual Madre de Deus), São Sebastião do Passé, São Domingos de Saubara (atual Saubara), Nossa Senhora do Desterro do Oiteiro Redondo, São Pedro de Muritiba (atual Muritiba), São Pedro de Traripe,

São Thiago do Iguape e Nossa Senhora de Oliveira dos Campos (atual vila de Oliveira dos Campinhos).

O Recôncavo Sul está localizado entre 12° 23' e 13° 24' de latitude Sul e 38° 38' e 40° 10' de longitude Oeste, o que lhe confere características de clima tropical. Com área de 10.015 km<sup>2</sup> (1,7% do Estado), essa região congrega 33 municípios, liderados, de acordo com a classificação elaborada pelo IBGE, por um Centro Sub-Regional Santo Antônio de Jesus, tendo como Centros de Zona as cidades de Amargosa, Mutuípe, Cruz das Almas, Cachoeira-São Félix, Castro Alves e Santo Amaro. A população total da região, segundo dados do IBGE, em 1995, era de 633.331 habitantes, correspondente a 5,3% do total do Estado. Sua taxa de urbanização estava em torno de 52% no mesmo ano, o que confirma o estágio de estagnação em que vivem as sedes da região, com índices demográficos abaixo da média estadual.

Em termos naturais, o Recôncavo Sul apresenta uma relativa homogeneidade de fatores físicos (clima, solo, relevo, regime fluviométrico e pluviométrico, dentre outros), o que lhe confere um conjunto de características específicas de ambiente tropical, desde as áreas planálticas a Oeste até as planícies flúvio-marinhas a leste.

A maior parte de seus solos é do grupo Latossolo e Podzólico, de baixa fertilidade, utilizados para a pecuária extensiva (ocupante de 52,5% das terras) e para o cultivo de citrus, cana-de-açúcar e mandioca. A pluviosidade entre 1.100 e 2.000 mm de chuvas anuais, a temperatura acima de 18°C e o relevo basicamente modelado em tabuleiros facilitaram o estabelecimento dessas atividades.

Das incumbências trazidas por Martim Afonso de Sousa quando chegou à Bahia, uma era desenvolver a cultura da cana-de-açúcar. Um fidalgo português chamado Paulo Dias Adorno iniciou o cultivo à margem esquerda do Paraguaçu, facilitando o acesso de embarcações que levavam do Recôncavo. De seu engenho de açúcar nasceu Cachoeira, cuja produção açucareira alicerçou a economia regional praticamente até o final do século XIX.

Assim, ao longo dos séculos, o Recôncavo – cuja denominação tradicional remete diretamente ao seu papel de periferia da capital e ao seu formato em torno da Baía de Todos os Santos –, sustentou a base econômica

da Bahia e o abastecimento da Capital, com suas lavouras e engenhos de cana-de-açúcar, suas lavouras de tabaco seus currais de criação de gado.

A região também serviu de espaço de gestação e reelaboração das manifestações culturais mais típicas da Bahia, na medida que foi o palco da miscigenação étnica e cultural, primeiramente entre brancos e índios, depois entre esses, seus descendentes e os africanos continuamente introduzidos ao longo de mais de três séculos de tráfico negroiro.

Além disso, conforme já destacado, durante a luta pela emancipação política brasileira e da guerra de independência travada na Bahia, o Recôncavo teve papel primordial na articulação do interior do Estado em torno da causa nacional e mesmo na administração da nascente Província, visto que, até a retomada de Salvador, último reduto de forças portuguesas no Brasil, a cidade de Cachoeira funcionou como Capital provincial provisória. Bandeira retrata a atuação do Recôncavo nesse processo com as seguintes palavras:

No dia 29 de junho [de 1822] as vilas de Santo Amaro e São Francisco do Conde juraram adesão à regência de D. Pedro, e o mesmo ocorreu em Maragogipe e na longínqua vila de Inhambupe, ao tempo em que os moradores levantavam trincheiras em diferentes pontos do Recôncavo, particularmente nos rios de Cachoeira e Santo Amaro, a fim de impedir o acesso de esquadilhas portuguesas, e montavam aquelas velhas peças de artilharia, quase desfogonadas, em carretas mal construídas, para enfrentar a ameaça que partia de Salvador. Sem dúvida alguma, graças a essas vilas e cidades do Recôncavo, a campanha de independência tomou impulso na Bahia, impedindo que as forças portuguesas acantonadas em Salvador segregassem aquela província do resto do Brasil. (BANDEIRA, 2000, p. 406)

A região manteve função abastecedora de Salvador e a sua condição hegemônica em relação ao interior da Bahia até há algumas décadas, quando se deu o declínio das suas bases produtivas face aos baixos preços dos produtos exportados no mercado internacional, à obsolescência tecnológica das suas unidades transformadoras e à concorrência de outros países e regiões do Brasil no mercado do açúcar e do fumo.

Em paralelo a esse processo de decadência, que o transformou no que a literatura econômica caracteriza como *região velha*, dois outros fatores concorrentes deram contornos dramáticos à perda de posição regional no contexto estadual: a descoberta, exploração e esgotamento dos poços de petróleo da PETROBRÁS entre 1940 e 1980, com sua ilusória explosão de

prosperidade e rápido declínio; e a implantação do sistema rodoviário do Estado, com o traçado das principais vias-tronco privilegiando outras áreas próximas à capital na função articuladora com o pólo dinâmico do Sudeste do Brasil, substituindo com vantagens a modalidade fluvial-marítima e sua articulação com a ferrovia no trecho Salvador-Nazaré das Farinhas-Jequié.

A implantação da indústria dinâmica na RMS, nas cidades de Camaçari (Pólo Petroquímico) e Simões Filho (Centro Industrial de Aratu), proporcionou as condições para o desenvolvimento de um pólo urbano-industrial de elevado poder germinativo na área de influência direta da Capital, fazendo convergir para a sua periferia milhares de pessoas oriundas de outras áreas, e especificamente do Recôncavo, reduzindo ainda mais as suas possibilidades de recuperação econômica, face ao esvaziamento das cidades e zonas rurais.

Na medida em que possibilitou o surgimento de novas cidades e a consolidação ou expansão de antigas (Feira de Santana, Jequié, Vitória da Conquista e Itabuna), a construção de rodovias abriu caminho para a desagregação do sistema funcional-urbano do Recôncavo, com:

- as sedes do espaço da monocultura do açúcar (Santo Amaro, Cachoeira, São Félix) sendo capturadas pela influência de Feira de Santana;
- as vinculadas à exploração petrolífera passando ao domínio direto de Salvador e Alagoinhas; e
- as cidades fumageiras e do Vale do Jiquiriçá deslocando-se para órbita de Santo Antônio de Jesus, no eixo da BR 101-sistema *ferry boat*, sob a influência compartilhada de Valença, Gandu e mesmo de Jequié, via Jaguaquara, nas articulações das BR-101 e BR-116.

Assim caracterizado, o Recôncavo, hoje, apresenta-se como espaço de interação de áreas de influência urbana distintas, resultantes da conformação do sistema rodoviário e da superposição dos efeitos atracionais das novas atividades produtivas centralizadas na RMS, em Feira de Santana e nas zonas policultoras de Valença e Santo Antônio de Jesus, configurando-se esta última sede como pólo regional em formação, graças à sua localização na BR 101, embora de alcance limitado devido ao forte poder atrativo de outras grandes cidades sobre os municípios componentes da região, e secundariamente, por sedes com potencial de negócios menor ou equivalente ao seu.

### 3.2.7 A Chapada Diamantina

A ocupação da Chapada data pelo menos do final do século XVII, feita inicialmente pelos currais de gado da Casa da Torre e, já nas centúrias seguintes, por aventureiros de várias partes do país, que iam para lá em busca de ouro, esmeraldas e dos diamantes que nomeiam a região.

A extração de diamantes na área, atividade que sobrevive até os dias atuais, foi iniciada em fins do século XVIII, atingindo seu auge em meados do século XIX, quando a vila de Santa Isabel do Paraguaçu (atual Mucugê) chegou a ter uma população superior a 25.000 pessoas.

Em 1844, a descoberta de diamantes na região de Mucugê levou a Chapada Diamantina a ser estudada intensivamente. O trabalho mais antigo é o relatório do Inspetor Geral dos Terrenos Diamantinos da Província da Bahia, Benedito Marques da Silva Acauã, apresentado ao Governo Imperial em 15 de abril de 1847. Neste trabalho é feita uma descrição da geomorfologia e dos recursos minerais da região.

Em 1905, Derby discorreu sobre a geologia e geomorfologia das regiões de Santa Isabel do Paraguaçu (atual Mucugê), Xiquexique (atual Igatu), Andaraí, Lençóis e Palmeiras, sem, entretanto, denominar as unidades estratigráficas. No ano seguinte, veio a denominar o pacote metassedimentar inferior da Chapada Diamantina de Grupo Paraguaçu e o superior de Grupo Lavras.

Em 1910, a cerca de 150 km a nordeste do Morro do Pai Inácio, na serra do Tombador, Branner descreveu as formações Tombador e Caboclo, sugerindo que os conglomerados diamantíferos que afloram acima deles nos arredores de Morro do Chapéu e em Ventura, fossem correlacionados ao Grupo Lavras de Derby (1906).

Em 1959, W. Kegel descreveu na seção Seabra-Lençóis-Amparo (localidade situada 40km oeste de Itaberaba) e que inclui a área do Morro do Pai Inácio, toda a sequência clástica aflorante neste trecho da Chapada Diamantina, distinguindo as unidades Lavras Superior, Médio e Inferior, aquelas equivalentes, respectivamente, aos grupos Lavras e Paraguaçu, no sentido Derby (1906).

Na região, o cenário montanhoso abriga uma extraordinária variedade de ecossistemas (cerrado, mata atlântica, campos rupestres e caatinga). Os monte Tabor (Morrão) e Calumbi (Morro do Camelo), o Pai Inácio e o Morro Branco do Paty desafiam o tempo e alimentam as lendas locais<sup>67</sup>. Alguns dos principais rios da Bahia (o Paraguaçu e o de Contas), que escondem suas nascentes nas encostas da Chapada, cavaram profundos *canions* nas serras e planícies, gerando cenários de divina beleza, como a Cachoeira da Fumaça, as grutas de Iraquara e o Poço Encantado.

As serras oferecem sustento a jagatiricas, onças, mocós, veados, teiús e seriemas. Os maciços de quartzita resistiram a erosão iniciada no pré-cambriano, formando torres minerais chamadas *tepuy* pelos índios Maraká e Kariri que dominaram a região antes da chegada dos primeiros bandeirantes por volta de 1750. Os *tepuy* mais representativos, com altitudes médias de 1450 metros, se espalham pelos municípios de Palmeiras, Lençóis e Mucugê.

Um patrimônio natural tão belo e rico merecia proteção oficial do Estado, demanda lentamente atendida a partir de 1985, com a implantação do Parque Nacional da Chapada Diamantina, um dos mais fascinantes parques naturais brasileiros, sediado em Palmeiras e atualmente em processo de implementação sob a égide do IBAMA. O advento desse espaço de preservação ambiental vem fomentando o turismo histórico, ecológico e de aventura, além das atividades a ele associadas nessa região que, desde pelo menos as décadas de 1920 e 1930, experimentava uma fase de estagnação econômica, apesar de já ter vivido períodos de apogeu.

---

<sup>67</sup> Assim, por exemplo, a denominação Morro do Pai Inácio está relacionada a uma lenda de um escravo Inácio que namorava escondido a filha de seu senhor, proprietário de grandes garimpos de diamante. Este, descobrindo o fato, colocou vários capangas à procura do cativo. Em fuga, Inácio procurou guarida no topo do morro, mas, sem escapatória, abriu seu guarda-chuva e saltou. Conta-se que, após o salto, muitos conseguiram vê-lo correndo no vale próximo para nunca mais ser encontrado.



### 3.2.8 A Serra Geral e o Sudoeste da Bahia

Localizada no Sudoeste da Bahia, estendendo-se, na região, no sentido Norte-Sul, a Serra Geral ou Serra Geral do Espinhaço é uma formação geológica datada do período cretáceo inferior. Nesse acidente geográfico, localiza-se o Território de Identidade Sertão Produtivo, constituído por 19 municípios: Brumado, Caculé, Caetité, Candiba, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Guanambi, Ibiassucê, Ituaçu, Iuiu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Rio do Antônio, Sebastião Laranjeiras, Tanhaçu e Urandi.

A Serra Geral figura como um elo entre a Chapada Diamantina, ao Norte, e a Serra do Espinhaço, ao Oeste, o que daria às três configurações uma provável origem orográfica comum, formando uma mesma cordilheira num passado remoto. Sua formação se deve ao derrame de lavas sobre a superfície (derrame de *trapp*), ocorrido por meio de fraturas observadas em alguns locais pelos diques de diabásio. Por ser formado por rochas vulcânicas básicas (basaltos) e intermediárias (riodacitos), com intercalações de arenitos finos, em geral, seu solo é muito escuro e fértil, o que, no entanto, por si só, não favorece a atividade agrícola, devido ao clima semiárido e à escassez de chuvas (índice pluviométrico inferior a 800 mm anuais). Apesar disso, a região registra um grande complexo hidrográfico, único no Nordeste brasileiro, com mais de 70 nascentes de vários rios (alguns pertencentes à Bacia do São Francisco) e inúmeras cachoeiras<sup>68</sup>.

A região se situa no bioma da Caatinga, ocupante de 844.453 km<sup>2</sup> (9,9% do território nacional), abrangendo todo o Nordeste brasileiro. No período chuvoso, o colorido diversificado das flores contrasta com o aspecto agressivo da vegetação, cujas espécies mais comuns são o angico, a aroeira, a baraúna, o cedro, a imbuia, o ipê, o jatobá, o juazeiro, a maniçoba, a macambira, o mandacaru, o pau d'arco, a peroba, a sucupira, o umbu e a umburana. Entre elas, há árvores (8 a 12 metros), arbustos (2 a 5 metros) e ervas (abaixo de 2 metros), todas adaptadas ao clima seco como forma de proteção (Cf. BRASIL e VALEC, 2008).

---

<sup>68</sup> Só no município de Riacho de Santana, por exemplo, mais de 25 cachoeiras já foram catalogadas, algumas possuindo mais de 80 metros de queda d'água.

Por outro lado, a fauna é bem mais diversificada: há 143 espécies de mamíferos (19 endêmicas), a maioria generalista e sem adaptações fisiológicas para as condições naturais da região; 347 de aves (20 em risco de extinção, 15 delas endêmicas), 207 de répteis e 240, de peixes. Contudo, “se considerássemos as ilhas relictuais de matas, como os brejos florestados e enclaves de outros tipos de paisagens mais méxicas, sem a fâcie típica das Caatingas, estes números aumentariam muito” (BRASIL e VALEC, 2008, p.8).

Pesquisas mineralógicas apontaram a existência de extensa jazida de ferro, explorada desde 2007. Além desse mineral, a região produz mármore e granitos diversos, um tipo de talco conhecido como pedra-giz (Brumado), ametistas e urânio, tendo este mineral sua principal mina brasileira em Caetité.

Em termos de ocupação humana, originalmente, evidências arqueológicas apontam que a nação indígena predominante na região era a Kamakan, pertencente ao tronco etnolinguístico Macro-jê. Contudo, o início da colonização altera profundamente essa paisagem cultural.

Ao longo do século XVII, a capitania da Bahia era constituída de povoações localizadas entre Salvador e o Recôncavo. A incorporação do interior se deu através de missões religiosas posteriores aos meados do século XVII e da iniciativa de aventureiros em busca de minérios e índios para escravizar. Dessa dupla empreitada resultou o estabelecimento da primeira vila distante da costa, no final daquela centúria – Santo Antônio de Jacobina (1697) – emergida da descoberta de minas de salitre por Belchior Dias Moréya, o Muribeca, um pouco antecedida da instalação de missão religiosa franciscana a Missão de Nossa Senhora das Neves do Sahy (cuja sede ainda hoje existe), junto aos índios paiaíás. (Cf. Costa, 1998; Lemos, 1995)

Por outro lado, desde o século XVI, com a proibição da criação de gado nas regiões litorâneas, o Governo-geral incentivava a penetração da empresa colonial no interior da capitania. Assim, por exemplo, o governador Tomé de Souza doou a seu ajudante de ordens, Garcia d’Ávila, um casal de gado bovino e uma sesmaria que, partindo da Ilha de Itaparica para o continente, se estendia por Itapagipe, no plano baixo da cidade de Salvador, e cortava seu atual território no sentido leste-oeste, atingido Itapuã, daí se estendendo até a atual divisa entre Bahia e Sergipe.

No final da centúria seguinte, como recompensa pelos esforços e empréstimos feitos à coroa portuguesa durante a resistência à invasão holandesa, os Garcia d'Ávila ampliaram seus domínios em direção ao oeste, atingindo o atual Oeste baiano e parte dos atuais estados do Piauí, Pernambuco e Minas Gerais. Constituíram, assim, o morgadio<sup>69</sup> da Casa da Torre<sup>70</sup>, o maior latifúndio da história!! (Cf. Bandeira, 2000)

No caso da Serra Geral, a historiografia regional – Fagundes (1998), Santos (1997), Cotrim (1997), entre outros – demonstra a existência de importantes propriedades de criação de gado após meados do século XVIII, quando a região registra intensa movimentação e processos criminais e cíveis evidenciam sua organização social e importância econômica e a instalação de outro grande latifúndio baiano a partir da doação, pelo Estado português, a Antônio Guedes de Brito, de terras no sertão dos rios São Francisco, Pardo, de Contas e Jacobina além do sertão de Tocós e Tucanos (região às margens do rio Itapicuru), como indenização pelos trabalhos e gastos prestados durante a resistência à invasão holandesa. Posteriormente, essas terras passariam a ser denominadas morgadio Guedes de Brito ou Casa da Ponte.

Das atividades de criação de gado Vacum, surgem fazendas e os primeiros currais, mais tarde vilas e povoados, processo de ocupação feito com a expulsão/ dizimação de alguns povos indígenas ou a incorporação de outros:

Os caboclos – antigas denominações dos índios tapuias que habitavam essa região – foram os melhores companheiros dos brancos, principalmente na lida do gado, uma vez que eles não se adaptaram, com os negros, às lidas das roças. Nas malocas das terras que margeavam os grandes rios, os colonizadores viviam de boa convivência com eles (os caboclos), herdando muitos dos seus costumes gentílicos e de suas idiossincrasias. Isso explica, com surge, na era oitocentista, o arraial de Nossa Senhora do Rosário do Gentio. (COTRIM, 1997, p.18).

Essa convivência entre colonos e indígenas nos sertões pode ser explicada pelo trabalho missionário dos jesuítas que, cumprindo funções religiosas,

---

<sup>69</sup> Morgadio: “Instituição de origem feudal, o morgado constituía-se de patrimônio vinculado, indivisível e inalienável, transferível hereditariamente ao primogênito, de modo assemelhado às monarquias hereditárias. Imediatamente após a extinção da propriedade vinculada o Brasil, em 1835, os Saldanhas da Gama concluíram o imenso loteamento daqueles sertões da Bahia e Minas Gerais, esmigalhando o megalatifúndio sesmeiro”. (FAGUNDES, 1998, p.68).

<sup>70</sup> As ruínas de sua sede, o único castelo medieval da América, com imensa torre de vigia (donde o nome Casa da Torre), fica no distrito de Açú da Torre, então chamado Tatuapara.

tinham a incumbência de fundar vilas no interior da capitania. Todavia, com a concessão das terras as famílias d'Ávila e Guedes Brito, as missões foram expulsas. Assim, entre os séculos XVIII e XIX, a pecuária extensiva tornou-se atividade significativa, contribuindo para o povoamento da região, a formação das vilas e arraiais e o desenvolvimento da policultura, com a produção de gêneros alimentícios e de gado de corte, responsável pelo abastecimento das regiões litorâneas dominadas pela monocultura canavieira.

Entre os anos de 1809 e 1832, período de conclusão dos testamentos e inventários das terras da Casa da Ponte, Fagundes (1998, p.74), destaca a situação do antigo morgadio na virada do século. “[...] a administração dos bens da Casa da Ponte na Bahia e Minas Gerais dividia-se em cinco ‘distritos’: Jacobina, Xique-xique, Rio de Contas, Urubu, Caetité e Rio Pardo”.

Tratemos brevemente de Caetité, mais antigo núcleo de povoamento da Serra Geral, cujos primeiros núcleos se originaram ainda no século XVIII:

Segundo mapa das fazendas existentes, neste sertão em princípio do século XVIII, umas foram passadas pelos paulistas ou por eles doadas; outras foram compradas da Casa da Ponte. Duas destas são de 1710, a de Caetité e a da Boa Vista, este atual distrito de Brejinho das Ametistas. As outras eram: Brejo das Carnaíbas, do Mestre de Campo Pedro Leolino Mariz, ‘onde há roçado e engenho de cana’, de 1720; Barroca (antiga Umburanas); Jacaré (atual Caculé); Barrocão (Santa Luzia); São João (Lagoa Real), datando as quatro últimas de 1753. (SANTOS, 1997, p.18-19).

Inicialmente, Caetité era uma aldeia de índios: segundo algumas fontes, caetés; segundo outras (Cf. Santos, 1997), tupinaés e pataxós. A colonização iniciou com a exploração de ouro e a região se tornou passagem obrigatória e ponto de abastecimento e repouso para as bandeiras do sul para as Minas do Rio de Contas e Monte Alto. No começo do século XVIII, surgiu a povoação de Caitaté, tempos depois, Caiteté. Em 1740, foi construída uma capela sob a invocação de Santa Ana; por Alvará Régio de 1754, o arraial foi elevado a freguesia com o nome de Santa Ana do Caiteté. Em 5 de abril de 1810, deu-se a emancipação e a mudança do topônimo para Vila Nova do Príncipe e Santa Ana do Caiteté. Em 1867, o nome atinge sua condição atual.

Ao longo do século XIX, ocorrem novas divisões administrativas, em virtude do aumento da população, que se estendia até norte de Minas Gerais.

O termo de Caetité compunha-se, em 1855, de três freguesias: Santana de Caetité, Nossa Senhora do Rosário do Gentio (Ceraíma) e Santo Antônio da Barra (Condeúba). A primeira subdividia-se em três distritos de paz: vila de Caetité, Canabrava e Bonito (Caldeiras e Iaporã) e Bom Jesus dos Meiras (Brumado). (COTRIM, 1997, p.20).

Em síntese, as sucessivas divisões territoriais ocorridas ao longo do século XIX destacam a influência religiosa na formação dos povoados já a partir de seus nomes:

- em 1840, Mãe de Deus e dos Homens (atual Palmas de Monte Alto) e Nossa Senhora das Vitórias (atual Vitória da Conquista);
- em 1849, Nossa Senhora do Rosário do Gentio (atuais Ceraíma e Guanambi);
- em 1857, Nossa Senhora da Boa Viagem das Almas (atual Jacarací);
- em 1860, Senhor Bom Jesus, depois Senhor Bom Jesus dos Meiras (atual Brumado);
- em 1876, Santo Antônio das Duas Barras, depois Duas Barras (atual Urandí);
- em 1877, São Sebastião do Amparo das Umburanas, depois anexada a Urandí, atual distrito de Guirapá, em Pindaí;
- em 1880, São Sebastião do Cisco, depois transferida para Caculé (atual Ibiassucê).

Além dessas, outras divisões demonstram a dinâmica administrativa de Caetité, com a formação de novos distritos, como Canabrava (depois Canabrava dos Caldeiras), criado em outubro de 1833. Igualmente, a freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Riacho de Santa Anna manteve os mesmos limites e mais tarde passaria ao domínio de Monte Alto.

O crescimento da economia e da política local levou a antiga vila de Caetité à categoria de cidade no ano de 1867.

Com grande extensão territorial, Caetité já possuiu vários distritos ao longo da história. Em 1911, eram dez: Aroeiras, Caculé, Canabrava, Bonito, Lagoa Real, Rio do Antônio, Caetité, Santa Luzia, Passagem de Areia, São Sebastião de Caetité. Em 1933, apenas cinco: Caetité, Brejinho das Ametistas, Canabrava dos Caldeiras, Bonito e Lagoa Real. Em 1937, incorporou o Junco Grande, que, no ano seguinte, pelo Decreto-Lei Estadual nº 11.089, teve o nome alterado para Manilhasse, junto com Canabrava dos Caldeiras, reduzido

para Caldeiras. Em 1943, Bonito passou a Igaporã, por sua vez, desmembrado em 1953, ano da criação de Pajeú do Vento. Em 1960, Caetité se compunha de seis distritos: Brejinho das Ametistas, Caetité, Caldeiras, Maniassu, Lagoa Real e Pajeú do Vento. Somente em 1989, Lagoa Real se emancipa (Lei Estadual nº 5.025). Desde 1995, Caetité tem 5 distritos: a sede, Brejinho das Ametistas (24 Km), Caldeiras (60 Km), Maniaçu (28 Km) e Pajeú (26 Km). Além deles, há povoados de maior importância, com número significativo de moradores: Anguá, Campinas, Juazeiro, Santa Luzia e Umbuzeiro.

Atualmente, Caetité faz divisa com os municípios de Igaporã, Guanambi, Pindaí, Licínio de Almeida, Caculé, Ibiassucê, Lagoa Real, Livramento do Brumado, Paramirim, Tanque Novo e Macaúbas, sendo este o único a não pertencer à sua comarca entre o século XIX e a metade do século XX. Na verdade, de seu antigo território, originaram-se 47 municípios.

Apesar de desde o início do século XVIII já contar com um florescente núcleo de povoamento – Caetité –, a que se juntaram dois outros, no final dessa mesma centúria – Maracás e Vitória da Conquista –, pode-se dizer que a Serra Geral e o Sudoeste, também chamado de Planalto da Conquista, são áreas de colonização recente, na medida em que, só nas primeiras décadas do século passado a expansão cacauieira do vizinho Litoral Sul e a chegada de ramais da Estrada de Ferro Leste Brasileira a pequenas povoações lhes impulsionaram o crescimento econômico, fazendo com que, aos poucos, se tornassem distritos e, posteriormente, pleiteassem a emancipação.

Especificamente no Sudoeste, é marcante a presença de duas colônias européias: a italiana – implantada no último quartel do século XIX – e a alemã, da época da II Guerra Mundial.

No final do século XIX, uma epidemia de varíola, conhecida como bexiga preta, alastrou-se pela região, dizimando, em pouco tempo, boa parte da população, sobretudo, do município de Maracás. Os médicos da região apenas conseguiram implantar um rústico e improvisado isolamento em uma porção de terras cedida pela fazenda Aperta Mão, para onde eram levados os doentes. Encabeçada pela família Scopetta, a colônia italiana da região, ligando o fato ao sinistro episódio da peste romana do século XIII – quando Roque, jovem cristão de Montpellier, na França, renunciou à opulência da casa real para se dedicar ao tratamento dos pestíferos –, recorreu à intercessão do

santo. Como, logo após a invocação, a moléstia foi debelada, sem explicação ou muita interferência humana, atribuiu-se esse fato à intervenção do sobrenatural, de forma que, a partir daí, estabeleceu-se na região o culto a São Roque (tornado, inclusive, segundo padroeiro do município de Maracás), posto sob a responsabilidade da colônia italiana.

A migração alemã para região inicia após 31/08/1942, quando o Brasil declarou guerra contra os países do Eixo – Alemanha, Itália e Japão. Conforme determinação das potências aliadas, por precaução, todos os cidadãos oriundos de países inimigos residentes em países da Aliança deveriam ser vigiados e até detidos. Os cidadãos alemães e seus descendentes brasileiros residentes na Bahia foram inicialmente recolhidos em Itabuna e posteriormente transferidos para uma colônia nos limites do município de Maracás. A escolha da localidade se deu devido a dois fatores: o clima – mais temperado que o da capital ou do Recôncavo –, e a dificuldade de locomoção, por haver apenas duas precárias rodovias ligadas a ramais da Estrada de Ferro Leste Brasileiro. Segundo Fonseca (2006, p. 192-3), mesmo forçada, a presença alemã foi decisiva para a implementação, na região, da energia elétrica, das primeiras atividades manufatureiras, de novos estilos de arquitetura e traços de pintura e de hábitos de alimentação mais saudáveis.

### *3.2.9 O Litoral e o Extremo Sul*

O Extremo Sul corresponde à parte do território da Capitania de Porto Seguro, doada a Pero do Campo Tourinho que, vendendo tudo o que possuía em Portugal e, acompanhado dos dois filhos, veio tomar posse de suas léguas de terra no Brasil, fundando a Vila de Porto Seguro algumas léguas além do sítio histórico do atracamento da esquadra cabraliana.

Na época da descoberta do Brasil, na região que corresponde ao atual Extremo Sul da Bahia, vivam povos de muitas etnias: a faixa costeira era ocupada pelos Tupinikim e o interior, pelos Pataxó, Maxacali, Botocudo, Puri e Kamakã, entre outros. Os Tupis foram subjugados pelos colonizadores e cristanizados pela Igreja. O contato com os colonizadores resultou no contágio de doenças como varíola, sarampo e gripes. Além disso, as ações colonizadoras destruíram-lhes a cultura e a identidade. Coube aos indígenas

do interior oferecer resistência à dominação e organizar ataques aos povoados dos portugueses. Os confrontos entre índios e colonizadores se repetiram ao longo do tempo até o final do século XIX, motivados principalmente pela agroindústria açucareira e a necessidade de mão-de-obra. Como os escravos africanos tinham preço elevado, a solução era a captura e a escravização indígena. De meados do século XIX, um ofício assinado pelo subdelegado de polícia do Prado mostra o costume de envolver “índios mansos” nas expedições para conquistar novos territórios ou capturar outros índios.

Embora de início tenha conseguido êxitos na administração de suas terras com o comércio de pau-brasil e a paulatina instalação de engenhos de cana-de-açúcar, o donatário não conseguiu manter uma harmonia muito duradoura com os índios ou os colonos, nem com esses dois grupos entre si, de forma que, em 1543, ele foi vítima de uma falsa acusação de prática heresia e, por isso, mandado responder processo no Santo Ofício em Portugal, de onde, embora absorvido, nunca foi permitido retornar.

Após a sua morte, herda-lhe a donataria o filho mais velho, Fernão, que a deixa em testamento a sua irmã Leonor que, em 1559, a vende ao proprietário do Engenho Santa Cruz, o Primeiro Duque de Aveiro, sucedido por seu segundo filho, D. Pedro Diniz de Lencastre em 1571 e, este, por seu irmão, D. Álvaro, cuja morte fez surgir uma longa e complicada demanda judicial em torno da sucessão da casa ducal dos Aveiros. Assim, em 1759, quando era donatário o Marquês de Gouveia, a Coroa confiscou-lhe a capitania, incorporando-a a Bahia.

Os colonizadores instalaram núcleos de ocupação do território, em caráter provisório, sendo os primeiros em Porto Seguro e Caravelas. Nesses núcleos, eram construídas capelas, centros de administração, postos para armazenamento de madeira e fortificações para proteger os portugueses dos ataques dos índios e até dos franceses e holandeses.

Ao longo do século XVIII, os seguintes povoados foram elevados à condição de vila: Caravelas (1700), Alcobaça (1772), Prado (1765), Viçosa (1768, atual Nova Viçosa), e São Jose de Porto Alegre (1755 ou 1769, atual Mucuri). Estas vilas foram criadas segundo a política de urbanização e povoamento da coroa portuguesa.



Por volta de 1830, levas de suíços e alemães se deslocaram para Mucuri e Nova Viçosa, onde estabeleceram em fazendas de café na chamada Colônia Leopoldina, em homenagem à primeira imperatriz brasileira. A mão-de-obra utilizada era escrava. Em 1853, cerca de 90% do café exportado pelo porto de Salvador era proveniente dessa colônia. Apesar disso, as dificuldades de povoamento do Extremo Sul persistiram, pois a imigração subvencionada foi suspensa depois que mais, alegando dificuldades de alimentação e comunicação, temor dos nativos e insalubridade, de 50% dos estrangeiros abandonaram a região em direção a Santos e ao Rio de Janeiro.

As divisões territoriais e a instalação de unidades político-administrativas foram ocorrendo desde o início do século XVIII (Caravelas), mas sobretudo no século XX, depois de 1950, demonstrando que a região foi uma das últimas a se desenvolver em relação às demais.

Até a década de 1970, perdido na mata atlântica que ainda restava no interior baiano, o vilarejo de Teixeira de Freitas era apenas uma referência para os seus próprios e poucos moradores. A constituição do município é muito recente. Até há pouco tempo, 1986, o núcleo urbano possuía uma situação muito singular. A sua subordinação administrativa era dividida entre dois municípios. A vila que lhe dá origem se localizava exatamente na linha divisória entre Alcobaça e Caravelas, estando algumas ruas em um município e outras no seu vizinho. Contudo, nem um nem outro possuía qualquer mecanismo legal e constante para o acompanhamento e a fiscalização sobre o que e como se construía. Assim o núcleo urbano ia se estendendo, desorientado.

A partir da década de 1970, com a construção da BR 101, e num movimento que já havia se iniciado alguns anos antes com pouca intensidade, a mata vai sendo derrubada e substituída por pastagens. Inicialmente, num processo mais lento, chegaram os criadores do interior baiano. Após a construção da rodovia, vieram principalmente os criadores mineiros e os madeireiros capixabas que, numa conjugação de interesses, intensificaram a tomada da mata. O núcleo então começa a ganhar força. O solo se mostrava adequado para a agricultura. A fase do “milagre brasileiro” promove a expansão do mercado consumidor no sul do país. As terras de Teixeira de Freitas passam a atrair migrantes agricultores e empresas cooperativas, sedentos de produção e lucro rápido.

A chegada das serrarias foi decisiva no grande aumento do movimento na já dinâmica região e reforçou a tendência de expansão de todo o comércio. O beneficiamento da madeira, a agricultura produtiva, um mercado comprador assegurado, o gado se reproduzindo nas pastagens e a rodovia abrindo as portas ao migrante ávido de oportunidades aceleram o crescimento do povoado, que estava ainda na dependência político-administrativa de Alcobaça e Caravelas.

No próximo capítulo, refletiremos sobre a constituição do português brasileiro e a formação da toponímia nacional. Num primeiro momento, caracterizamos a realidade de multilinguismo do Brasil-Colônia, explicitando os papéis dos diferentes estratos etnolinguísticos dessa sociedade e seus múltiplos contatos para, em seguida, tratar de como o Brasil se torna, a partir da segunda metade do século XVIII, um país de língua majoritária portuguesa; enfim, apontamos os fatos sócio-históricos posteriores ao século XIX que tiveram consequências na história e na variação linguísticas posterior do país. Num segundo momento, tratamos da herança Tupi e africana para o português brasileiro, em geral e, especificamente, para a toponímia.

## 4 - A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO E SEUS REFLEXOS NA FORMAÇÃO DA TOPONÍMIA

### 4.1 Os diferentes estratos etnolinguísticos do português brasileiro

#### 4.1.1 O estrato nativo

Apesar da enorme bibliografia existente sobre as línguas brasilíndias desde o início da colonização, constata-se, paradoxalmente, um relativo desprestígio acadêmico do seu papel para a constituição da variedade brasileira de português. De forma alguma esta afirmativa pretende olvidar os esforços de abnegados indianistas como Theodoro Sampaio, Frederico Edelweiss, Plínio Salgado, Carlos Drummond e Aryon Rodrigues, do próprio Mattoso Câmara Jr., e de outros estudiosos, como Charlotte Emerich, Yonne Leite, Maria Vicentina Dick, Adair Pimentel e Eduardo Navarro. Contudo, quando aqui se fala em escassez de estudos das línguas ameríndias, quer-se dizer que, do total de línguas indígenas brasileiras, pouquíssimas foram estudadas ou por falta de um método científico adequado, nos tempos pregressos, ou por uma ausência de interesse governamental em integrar o índio à sociedade brasileira, diminuindo os efeitos da aculturação se sem dizimá-lo, como fizeram os colonizadores.

Esse desprestígio vigente na academia desce para as instâncias anteriores da educação formal, em cujos manuais destinados ao ensino de Língua Portuguesa ou de História do Brasil nada ou quase nada se diz sobre as culturas ou sobre as línguas autóctones brasileiras. Nesses últimos, faz-se, como bem observou Leite (1996b, p. 248):

a referência às populações indígenas no tempo passado, como se não mais existissem: os primeiros habitantes do Brasil moravam em tabas, tinham um cacique chamado morubixaba e falavam o dialeto Tupi-Guarani. Homogeneiza-se, assim, uma realidade que, de fato, mesmo na época da conquista, era, e continua sendo, muito complexa, quer da perspectiva sociocultural, quer linguística.

Da educação formal advêm esses estereótipos, que penetram e reforçam o preconceito social contra as populações indígenas, encaradas sempre como sinônimo de selvageria, rusticidade e subdesenvolvimento,

atributos paradoxalmente transferidos pelo brasileiro para si mesmo e para o país, através de expressões da fraseologia popular, como, por exemplo, “fazer um programa de índio” ou “país tupiniquim”.

As razões para o desprestígio das línguas indígenas brasileiras residem, portanto, em fatos histórica e socialmente condicionados: ao longo da colonização, os índios e com eles, obviamente, suas línguas, foram expulsos do litoral para o interior, ou simplesmente sofreram um processo de quase total aniquilamento. Do total deles em 1500 – algo entre 6 e 10 milhões<sup>71</sup>, falantes de cerca de 1300 línguas (cf. TEIXEIRA,1995) –, hoje há apenas 218 povos, algo entre 329 mil (números da FUNAI) e 700 mil (números do IBGE) pessoas (cf. PORTELA; MINDLIN, 2004), falantes de aproximadamente 180 línguas, distribuídas em 35 famílias (algumas isoladas) e dois troncos linguísticos. Certos esses números, nesses pouco mais de 500 anos, foram exterminados algo entre 93% e 99,45% da população indígena brasileira original e a maioria absoluta de suas línguas, de que não se tem qualquer registro.

Como se vê, atualmente ainda pouco se sabe dos índios brasileiros. Em sua maioria, cada vez mais linguística e culturalmente distantes de suas raízes, devido ao contato com a “civilização” e seus costumes, aparatos, comodidades e língua, eles perdem, como, aliás, sempre perderam, apesar da heróica resistência étnica de algumas nações, a sua identidade cultural, o que dificulta e redimensiona qualquer pesquisa científica que os tenha por objeto. Além disso, o interesse oficial e o esforço da sociedade em efetivar-lhes a cidadania, preservando-lhes a cultura, é apoucado e reflete-se em mínimas ações, levando-os a ter, hoje, o seguinte perfil:

(...) os grupos nativos apresentam-se como minorias ou manchas populacionais, alguns em acomodação com a população cabocla ou ribeirinha. O índio urbano, na periferia das metrópoles, como ocorre em São Paulo com os Guarani, vê-se, paulatinamente, imerso na cultura local, vivendo em condições de miséria, pela própria situação econômica: a terra é pobre nas cercanias das cidades, a alimentação deficitária, os recursos escassos, o sistema produtivo quase nenhum. Vivem os remanescentes índios de pequenos trabalhos domésticos, em sítios e chácaras das redondezas, constituindo mão de obra barata, sem retorno. Não se integram, com poucas exceções, à camada portuguesa tornada brasileira, como aconteceu

---

<sup>71</sup> São várias as projeções sobre a quantidade de línguas e a população autóctones brasileiras, tanto no início da colonização quanto atualmente. Rodrigues (1993) refere-se a 1300 línguas no atual território brasileiro em 1500 e a cerca 180 línguas atualmente faladas, silenciando no que tange à população. Ribeiro (1995) e Melatti (1993) falam em 70 a 100 mil índios e em 140 línguas indígenas atualmente. Pelo caráter mais recente da informação, preferiu-se citar os dados de Portela; Mindlin (2004).

com os negros coloniais. Estão ainda ligados à terra perdida, a manutenção de hábitos (...) é fruto não apenas de uma tradição, mas de uma falta de opções: continuam sendo a sociedade de ausências, como os primeiros estudiosos os definiam, um povo sem governo, sem rei, sem fé, sem poder, sem ordem. (DICK 2000, p. 297)

De toda sorte, o conhecimento disponível sobre os povos e línguas indígenas brasileiras é, em sua maior parte, sobre os do tronco Tupi, abundantemente descrito desde o início da colonização. Como, neste trabalho, pretendemos nos debruçar mais detidamente sobre a toponímia dessa origem, precisamos demarcar exatamente o que chamamos língua Tupi, visto serem grandes as controvérsias teóricas em torno desse termo.

Assim, sucintamente, cabe-nos dizer que chamamos de Tupi ou Tupi-antigo a língua falada pelas populações indígenas pertencentes ao tronco étnico Tupi que habitavam as costas brasileiras entre os atuais Estados do Pará e de São Paulo, registrada nos séculos XVI e XVII pelos jesuítas em suas gramáticas<sup>72</sup> e já chamada, então, língua brasílica.

Há uma controvérsia em torno dessa nomenclatura. Assim, por exemplo, Rodrigues (1986) argumenta ser mais apropriado chamá-la Tupinambá, pois essa seria a variedade geográfica predominante num trecho muito maior de nossa costa (do Nordeste ao Rio de Janeiro), sendo o Tupi uma variedade de menor expressão, falada quase exclusivamente na capitania de São Vicente e no planalto de Piratininga.

Contudo, como demonstra Edelweiss (1969), o Tupinambá, como fala majoritária da costa nordestina à fluminense, apresentava ao menos três variedades geográficas, correspondentes, grosso modo, às áreas da baía de Guanabara (Rio de Janeiro), da baía de Todos os Santos (Bahia) e da ilha de São Luís (Maranhão), não servindo, portanto, para designar a língua, em si, mas um conjunto de dialetos majoritários.

Além disso, Edelweiss (1969) faz uma espécie de reconstrução histórica dos sentidos atribuídos ao termo Tupi. Inicialmente, seria sinônimo de Tupiniquim, designando a variedade linguística própria da capitania de São

---

<sup>72</sup> Duas são as gramáticas Tupi escritas no período colonial por jesuítas: a de José de Anchieta (1595), extremamente valorosa, não só por dar as primeiras informações acerca da língua no século inicial da colonização, mas também pela originalidade do próprio estudo, em que aparecem pela primeira vez nas descrições linguísticas conceitos como o de posposição e o de prefixo modo-temporal; e a de José Figueira (1620). Navarro (1995) compara-as.

Vicente e do planalto de Piratininga (atual Estado de São Paulo) e, um pouco mais ao norte, da capitania do Espírito Santo. Com o tempo, graças ao fato de ser também lexema constituinte do nome de várias tribos de um mesmo tronco etnolinguístico<sup>73</sup>, o termo Tupi generalizou-se, distinguindo-se de Tupiniquim, que ficou restrito à variedade vicentina da língua.

Edelweiss (1969) destaca, ainda, duas razões para o uso do vocábulo Tupi como designativo da chamada língua brasílica dos séculos XVI e XVII:

- possui “base histórica das mais vestutas, pois data dos primeiros tempos da conquista” (EDELWEISS 1969, p. 69), designando índios de várias tribos do grupo etnolinguístico Tupi, como demonstra o trecho do auto *Na aldeia de Guaraparim* (Anchieta 1999) citado por Navarro (2004);

- ademais, ele é hoje um conceito “neutro, alheio a peculiaridades tribais, a fatores exclusivos, que delimitam, entre si, outras denominações locais” (EDELWEISS, 1969, p. 70) ou, nos termos de Navarro (2004), tem “larga difusão, muita aceitação em geral”, “caráter de denominador comum”.

Por sua vez, considerando a questão a partir de aspectos linguísticos presentes em textos não-analisados pelos especialistas anteriormente citados (a ausência da consoante final na forma afirmativa dos verbos e a ausência do pronome objetivo *i* na voz causativa), Navarro (2004) conclui que a oposição entre Tupinambá e Tupi estabelecida por Rodrigues (1986), embora real, é irrelevante na caracterização e denominação da língua então falada, porque as diferenças elas eram desprezíveis, a ponto de serem usadas numa mesma obra literária (o *Auto de São Lourenço*), e corrobora a argumentação de Edelweiss (1969), acrescentando uma razão para chamar Tupi a língua brasílica dos séculos XVI e XVII: boa parte de sua literatura (dramática e lírica) foi escrita nessa variedade.

Assim, neste trabalho, “por Tupi-antigo não queremos pensar no Tupi de São Vicente, mas naquilo que falavam os Tupi, os Tupinaé, os Tupinikim, os

---

<sup>73</sup> Os nomes dos vários povos costeiros tinham o elemento estrutural comum tupi-, como mostram estes exemplos: Tupinambá (< *tupi anamba*, “parentes dos Tupi”), Tupinikim (< *tupi na kiya*, “prole dos Tupi”), etc. Outros grupos, embora não tenham o nome composto pelo elemento tupi-, tem-no composto por lexemas comuns a diversos falares da costa, como é o caso dos Tamoio (< *tamuya*, “avós”), antigos habitantes do Rio de Janeiro e Espírito Santo, e dos Potiguara ~ Petiguara (< *potim guara*, “coletores de camarão”), nação ainda hoje representada por esparsas tribos entre a Paraíba e o Rio Grande do Norte, cujo nome originou o gentílico deste Estado.

Tupinambá, os Tamoio, os Potiguar, etc., de forma tão generalista quanto é a forma Língua Brasília”. (NAVARRO 2004)

Uma vez conceituado o que aqui entendemos por Tupi, Tupi-antigo ou língua brasílica, é mister tecer algumas considerações sobre alguns aspectos gerais da mudança histórica desse idioma, necessárias à compreensão do que chamamos de toponímia brasileira (e, por conseguinte, baiana) de origem Tupi.

Segundo Pereira (2001), os diferentes grupos Tupi espalhados pela costa brasileira no início da colonização procediam de um mesmo grupo étnico-linguístico originário das planícies bolivianas, de onde teriam migrado sucessivamente para o Caribe e para diversas regiões da América do Sul, diferenciando-se enquanto povo e divergindo linguisticamente.

Especificamente, os grupos invasores do atual território brasileiro avançaram a partir dos rios amazônicos para os meios fluviais nordestinos, fixando-se na região antes habitada por populações Macro-jê, e penetraram ao longo da bacia amazônica para o Pantanal, atingindo o atual território paraguaio, onde, com o Guarani-antigo, fixaram o tronco linguístico –, e rumando para leste/nordeste, encontraram a outra leva migratória, já fixada.

Esses movimentos migratórios levaram cerca de 150 a 200 anos para ocorrer. No entanto, tal lapso temporal não foi longo o suficiente para acentuar diferenças significativas entre as falas das diversas populações, constituintes do que aqui designamos como Tupi-antigo.

Como dissemos, com o início da colonização, os europeus passaram a conviver com o Tupi-antigo e a utilizá-lo como instrumento da conquista territorial e da catequese, descrevendo-a e registrando o seu uso em gramáticas, catecismos, vocabulários e textos literários, e tornando-a objeto de ensino a índios e colonos, nos colégios que se iam estabelecendo no país, tornando-a a principal, mas não a única, *língua geral* ou *koiné* da colonização:

Essa língua geral ter-se-ia transmitido pela oralidade, sem controle da escolarização sistemática e em situação de aquisição imperfeita no sentido de que nesse contexto e aquisição estariam indivíduos pertencentes a situações bilíngues (português /língua geral) ou multilíngues (português/ língua geral/ línguas indígenas e/ou africanas). Só podemos idealizar essa língua geral como heterogênea desde o século XVI, heterogeneidade essa que se tornará mais complexa ao longo da diacronia da colonização.

(MATTOS E SILVA, 2004, p. 78)

Sobre a vivacidade do intercâmbio linguístico luso-tupi em São Paulo, que pode ser entendido numa perspectiva mais ampla, para a maior parte do país, o padre Antônio Vieira (apud Silva Neto 1986, p. 51) deixou o seguinte testemunho em meados do século XVII: “as famílias dos portugueses, e índios em São Paulo estão tão ligadas hoje umas com as outras, que (...) a língua que nas ditas famílias se fala, é a dos índios, e a Portuguesa a vão os meninos aprender à escola”. Isto confirma a afirmação de Houaiss (1985, p. 49) de que, nessa época, “como língua falada, o (...) português tinha caráter de insularidade nos centros urbanos emergentes”, que se constituíam não só como ilhotas lusófonas e, num sentido mais amplo, culturais lusitanas.

Dado esse fecundo bilinguismo apontado por Vieira, outros tantos tupinismos deviam estar adaptados à língua portuguesa nesse tempo, pois alguns são até registrados em escritos literários de Gregório de Matos:

Indo à caça de *Tatus*,  
Encontrei *Guatimondé*  
na cova de hum *Jacaré*  
tragando treze *Teiús*:  
eis que dois *Surucucus*  
como dois *Jaratacacas*  
vi vir atrás de umas *Pacas*  
e a não ser um *Pereâ*  
creio, que o *Tamanduá*  
não escapa as *Gebiracas*. (MATOS, 2005, p. 58)

Contudo, saindo posteriormente de São Paulo para o Maranhão, o próprio Vieira dá o seguinte testemunho do início do declínio da língua geral da costa já no fim do século XVII:

Quão praticada fosse a [língua] do Brasil nessa província, bem o testifica a primeira arte ou gramática dela, de que foi autor e inventor o grande Anchieta(...) Bem o testificam as outras que depois saíram mais abreviadas, e os vocabulários tão copiosos, e o catecismo tão exato. (...) Sobretudo o testifica o mesmo uso de que nos lembramos os velhos, em que a nativa língua portuguesa não era mais geral entre nós do que a brasílica. (...) Isto é o que alcancei, mas não é isto o que vejo hoje, não sei se com maior sentimento, ou maior admiração. (...) E que direi eu ao Colégio da Bahia, ou o que me dirá ele a mim, quando nessa comunidade é já tão pouco geral a língua chamada geral do Brasil, que são muito contados aqueles em que se acha. (VIEIRA 1940, p. 423-6)

Assim, segundo Edelweiss (1969), em torno da segunda metade do século XVII e início do século XVIII, o Tupi-antigo começou a sofrer mudanças



que, ao longo de mais dois séculos, o deturparam completamente, vindo a constituir o Nheengatu, erroneamente chamado Tupi moderno. Examinando essas idéias, vemos que, de fato, o Tupi registrado pelos jesuítas em gramáticas e vocabulários do início da colonização já difere da língua registrada em catecismos e vocabulários da virada dos séculos XVII e XVIII, o que sugere estar o idioma, a essa época, vivendo outra fase histórica, que se pode chamar Tupi-médio, língua geral ou brasileiro, como prefere Edelweiss.

Como sabemos, o século XVIII presenciou a penetração da colonização para os rincões do interior e o ciclo minerativo. Com a febre de ouro, fundaram-se vilas e cidades em pontos distantes do litoral e os indígenas foram, gradativamente, empurrados ainda mais para as regiões inóspitas e ainda não-conquistadas do Planalto Central ou exterminados pelas guerras ou pelas epidemias. O início dessa centúria foi também a época das missões jesuítas e bandeirantes nas bacias dos rios Paraná e Prata, ao sul, e a sua segunda metade, a vez da conquista da bacia amazônica, ao norte.

Esse caminho bipartido do brasileiro acabou lhe gerando uma variedade sulista e uma nortista. Esta, a língua geral amazônica (LGA), na nomenclatura adotada por Rodrigues (2006), desenvolveu-se a partir da ação colonizadora na bacia amazônica – iniciada com a conquista do Maranhão aos franceses em 1615 e concluída por portugueses e luso-brasileiros até o final do século XIX – e foi fixada também pelas missões religiosas. Ainda falada na região norte, em sua forma historicamente modificada, conhecida por Nheengatu, desempenha os papéis de língua materna da população cabocla, língua franca entre índios e não-índios e entre índios de grupos distintos. Contudo, como registra Rodrigues (2006), já no início do século XX, seu uso

[...] foi ficando limitado a algumas ilhas populacionais nos rios Tapajós, Madeira e Solimões, mas com um grande reduto no alto rio Negro e em seus afluentes, principalmente no Içana e Uaupés. [...] Nas duas últimas décadas, o exército brasileiro passou a atuar mais intensamente no nordeste amazônico, recrutando seus contingentes na própria região e proibindo entre os recrutas o uso de outras línguas que não o português. Assim, está hoje em franco declínio a LGA, que tem como núcleo urbano mais importante, onde ainda é falada por uma parte dos moradores, a cidade de São Gabriel da Cachoeira, no rio Negro. (RODRIGUES, 2006, p. 150)

Por outro lado, com base no Tupinambá vicentino, a variedade austral avançou rumo ao interior dos atuais Estados paulista, paranaense, goiano e

(sul)matogrossense, atingindo o Paraguai, onde, em contato com outros falares e com o espanhol, confundiu-se com o Guarani-antigo, base do Guarani-moderno, idioma ainda hoje falado naquele país, em adstrato com o espanhol.

Apesar de ter sido o veículo de entrada da incipiente colonização da região das Minas Gerais, a língua geral do sul foi logo eliminada da região, devido ao acentuado

desenvolvimento urbano e da força da mineração no conjunto da economia, assentada no uso do escravo africano. Os índios, na região mineradora, foram sendo massacrados e empurrados progressivamente para além das fronteiras da ocupação lusitana.

(DICK; SEABRA, 2001)

Quanto às causas do declínio da língua geral sulina nessa época, é razoável que se coloquem, ao lado de um maior fluxo migratório português, atraído pela febre do ouro, a assimilação de parte dos índios, a sua sensível diminuição pelo extermínio (por guerra ou epidemias trazidas pelos brancos) ou pelo rechaçamento dos não-assimilados para o interior, e a assimilação, pelo mameluco, da língua portuguesa e de outros traços culturais europeus, que lhe representavam meios de ascensão social.

Além disso, como língua de Estado, ensinada na escola às novas gerações, o português foi, paulatinamente, ganhando terreno em relação a ela, mesmo durante os anos da União Ibérica (1580-1640), mormente nas áreas mais próximas ao centro político-administrativo da colônia, a Bahia, onde a imigração de reinóis passou a ser maior e mais constante.

Dois outros fatores de relevância para o extermínio e o encerramento dos brasilíndios, suas culturas e línguas foram a legislação pombalina publicada a partir de 1727 (que culmina com a criação de um Diretório em 1757, tornando obrigatório o uso da língua portuguesa nas províncias do Pará e do Maranhão, posteriormente estendido para a toda colônia), e, em 1759, a expulsão definitiva dos jesuítas, paradoxalmente os maiores defensores e aculturadores dos índios. Apesar das várias objeções ao Diretório, ele foi efetivamente aplicado e, quando da sua abolição por uma Carta Régia de 1798, o português já se havia imposto em regiões brasileiras tipicamente Tupi. Nos dizeres de Araújo (2001), “a política do idioma executada pelo Marquês de Pombal resultou na consolidação da língua portuguesa na América”.

O fato é que, no final do século XVIII, quando da suspensão do Diretório, a variedade sulista do brasileiro já tinha sido extinta e a nortista já começava a assumir a forma de Nheengatu ou Tupi-moderno, nomenclatura rejeitada por Edelweiss (1969), que a considera um modo de falar estropiado, dada a quantidade de lusismos vocabulares e sintáticos nele verificados. Por nossa parte, contudo, não vemos nenhum inconveniente na sinonímia entre Tupi-moderno e Nheengatu, pois o consideramos uma longa série de modificações históricas sofridas por essa língua, à medida em que entrou em contato com o português, com outras línguas indígenas e com as mais variadas línguas africanas<sup>74</sup>.

Assim, sem esgotar o assunto, podemos dizer que a língua Tupi que serve de base para a nossa toponímia tem pelo menos três etapas históricas:

1) Tupi, Tupi-antigo ou língua brasílica – língua do grupo indígena majoritário do litoral brasileiro à época do “descobrimento”, falada nos séculos XVI e XVII pela maior parte da população integrada à empresa colonizadora e registrada em gramáticas e vocabulários por religiosos, principalmente jesuítas;

2) Tupi-médio, língua geral (ou *koiné*) costeira ou brasileiro – língua falada no final do século XVII e início do século XVIII em toda a costa brasileira (ao lado do português, restrito a ambientes citadinos e aristocráticos) e levada por bandeirantes e exploradores para o interior do país, o que levou ao surgimento de duas variedades:

a) a sulista ou Tupi-austral – extinta no final do século XVIII;

b) a nortista – base do Nheengatu;

3) Tupi-moderno ou Nheenhatu – variedade posterior ao século XIX, ainda hoje (e cada vez menos) registrada entre populações caboclas ribeirinhas pouco (ou não-)integradas à sociedade brasileira na região amazônica.

---

<sup>74</sup> Escusamos a posição de Edelweiss primeiramente em seu culto à língua Tupi dos primeiros séculos de colonização e, além disso, na própria concepção de sua época sobre a mudança linguística. Só para lembrar, muitos filólogos a ele coetâneos consideravam as línguas românicas fruto de deturpações do latim falado por gente iletrada, descuidada e ignorante.

#### 4.1.2 O estrato colonizador português

Com base em dados sócio-históricos e a partir da perspectiva da língua portuguesa, é possível delimitar dois grandes períodos da história da língua portuguesa no Brasil, por sua vez, divisíveis em fases:

**a) 1º período:** do início da colonização até 1757 – da implantação à imposição do *status* de língua oficial; compreende as seguintes fases:

- do início da colonização ao fim do século XVII – fase de um generalizado multilinguismo luso-ameríndio até certo ponto permitido e mesmo incentivado pelo Estado português;
- do fim do século XVII até 1757 – fase de surgimento de uma legislação indigenista, paulatinamente limitadora dos usos das línguas indígenas na emergente sociedade luso-brasileira;

**b) 2º período:** a partir de 1757 – da imposição do *status* de língua oficial à condição de língua majoritária; compreende as seguintes fases:

- de 1757 ao início da era republicana – fase da imposição do caráter oficial da língua portuguesa no Brasil e da emergência de traços morfossintáticos do português brasileiro em oposição ao lusitano;
- da consolidação da República à atualidade – fase de consolidação das diferenças linguísticas entre o português brasileiro e o lusitano.

Passemos a considerar cada um desses períodos e fases.

Embora descoberto em 1500, o Brasil só começou a ser efetivamente colonizado cerca de 30 anos depois. Com a chegada dos primeiros colonos, o português começou a ser transplantado para o esse país. Mas que língua era essa que aqui iniciava uma nova fase de sua história? Antigamente cria-se que a maioria dos colonos para cá enviados nessa época tivesse origem na região Sul de Portugal. Contudo, descobertas documentais mais recentes evidenciaram que os primeiros portugueses a se estabelecerem no Brasil provinham de todas as regiões de Portugal. Contudo, resta saber como se explica o fato de o português brasileiro atual muito se aproximar dos falares setentrionais portugueses. A resposta não é tão complicada. Inseridos numa realidade em que teriam de conviver com línguas totalmente diversas da sua, os colonos portugueses, tacitamente, eliminaram de sua fala os traços característicos de seus dialetos regionais, utilizados apenas em ambiente

doméstico. Da eliminação desses dialetismos, resultou um idioma comum a todos, bastante semelhante aos falares lusitanos do sul. No Brasil, essa média linguística comum, passou a sofrer a concorrência, primeiramente das inúmeras línguas ameríndias e, depois, dos inúmeros idiomas africanos aqui introduzidos.

A concorrência da língua portuguesa com as línguas indígenas não era algo previsto pelos portugueses, pois estes não imaginavam encontrar por aqui a diversidade de línguas com que se vieram a deparar. Já a concorrência com as línguas africanas foi algo não só previsto, como também planejado, visto que o próprio Estado português introduziu no país a população africana, na condição de mão-de-obra escrava. O tráfico negreiro para o Brasil iniciou-se pouco depois de 1532, ano da pioneira expedição colonizadora, liderada por Martim Afonso de Souza, que fundou a vila de São Vicente, no litoral paulista. Segundo consta, nessa época um navio negreiro trazia em média 150 a 300 negros, todos eles falantes de diferentes línguas. Era essa uma estratégia para evitar a comunicação e, conseqüentemente, os motins ao longo da travessia e, posteriormente, já em terra, no interior dos mercados negreiros e das senzalas. Juntamente com o português, todas essas línguas constituíam um complexo quadro de um multilinguismo generalizado, que se estenderá até pelo menos a segunda metade do século XVII, em todo país, decrescendo, desde então até hoje, quando sobrevive, *mutatis mutandis*, em algumas regiões.

A partir da perspectiva da língua portuguesa, Houaiss (1985) propõe um quadro descritivo da intercomunicação linguística no Brasil quinhentista, no qual havia:

1) grupos lusófonos muito minoritários, cuja práxis linguística, em português, já foi mencionada;

2) grupos interlinguageiros de relações entre aborígenes e colonos, com base na língua geral costeira (Tupi-antigo) ou qualquer outra, mediado ou não por intérpretes (os línguas);

3) grupos interlinguageiros de relações entre aborígenes, com base na língua geral costeira ou qualquer outra.

Para as duas centúrias seguintes, ele visualiza uma outra situação, marcada por:

1) um aumento da lusofonia, sustentada pela imigração relativamente intensificada e pela descendência, já que, para o mestiço, sobretudo o habitante dos incipientes centros urbanos emergentes, a língua portuguesa passara a representar meio de ascensão social;

2) a prática intensiva da língua geral do sul ao nordeste do país por grupos interlinguageiros de relações entre índios, portugueses e africanos;

3) contatos interlinguageiros novos e efêmeros de relações entre aborígenes e portugueses, com base em línguas gerais distintas da costeira<sup>75</sup>, normalmente extintas até o início do século XVIII.

Com a extinção da língua geral sulista no final do século XVIII e a impossibilidade de uso, pelos africanos, de suas línguas nativas na comunicação com outros estratos etnolinguísticos da sociedade colonial<sup>76</sup> – já que, como escravos, tinham a obrigação de falar a língua de seus senhores –, abriu-se um espaço para a emergência de um português aprendido a partir de um padrão irregular, origem do verdadeiro português brasileiro, o popular.

Embora durante a colonização a política tivesse um centro (inicialmente Salvador, depois o Rio de Janeiro), tanto a língua quanto a cultura lusitana floresciam apenas em ilhas ao redor dos centros urbanos emergentes em cada capitania. Logo após a Independência, temia-se que a Assembléia Nacional Constituinte de 1823 se tornasse uma grande babel, visto que, até então, o português do Brasil evoluía sem ter um centro aglutinador das várias normas linguísticas lentamente constituídas.

Alguns estudiosos costumam apontar que, com o início dos trabalhos da Assembléia de 1823, esse temor se desfez, pois se percebeu que, a despeito das diferenças de vocabulário e sotaque, a fala das províncias, representadas pelos parlamentares, não eram tão diferentes entre si a ponto de constituírem dialetos. Contudo, essa idéia precisa ser revista, já que os membros da Assembléia provinham de uma mesma elite social inicialmente educada nas capitais provinciais e depois no eixo Lisboa/Coimbra, cujo grau de

---

<sup>75</sup> “Em quaisquer casos de línguas gerais, ocorria já não diglossia, mas o bilinguismo: cada grupo indígena – assim como cada grupo africano ou português conexo – mantinha sua língua para comunicação intragrupal e usava a língua geral para a comunicação intergrupala, mormente quando um dos interlocutores fosse português ou seu descendente”. (HOUAISS 1985, p. 50)

<sup>76</sup> A despeito disso, como se verá no próximo tópico, há registros históricos do uso de línguas africanas no Brasil e, inclusive, de uma língua geral africana.

escolarização e prestígio social serviam de força centrípeta para seus usos linguísticos. Certamente, as classes sociais inferiores deviam ser um mosaico de inúmeras variedades linguísticas, algumas das quais já afastadas não só das normas literária e culta do Brasil e Portugal daquela época desde o século XVIII, como sugerem alguns estudos recentes.

Com o romantismo, obras literárias de caráter nacionalista preconizam usos linguísticos não-referendados pela tradição gramatical portuguesa, gerando polêmicas entre os intelectuais da época acerca da existência ou não de uma língua brasileira já distinta da existente em Portugal. O primeiro escritor a desenvolver esse tipo de literatura foi Alencar, sobre o qual afirma Trouche:

Destacamos sua perspectiva de abasileiramento do 'instrumento das idéias', isto é, a idealização da língua como meio de constituição de uma nova forma de observar, descrever e viver uma outra visão de mundo, sempre como a necessária afirmação política da nacionalidade brasileira, em contraposição a Portugal. Alencar buscou, sobretudo, a independência estética e linguística do escritor brasileiro – talvez, principalmente, a sua própria liberdade estilística, já que tomou a si a responsabilidade pela construção do nosso imaginário nacional, através de seus romances de fundação, e da representação de uma identidade linguística para o Brasil recém-independente.

(TROUCHE, 2001)

O embate entre os intelectuais prolongou-se durante todo o século XIX. Apesar da falta de embasamento científico (muitas vezes, mesmo o da época) de inúmeros debatedores, a polêmica revela o entrelaçamento da questão linguística com a idéia de uma nação livre a ser construída pelos brasileiros.

Embora até patrocine as manifestações culturais ufanistas, o Império brasileiro assume a nacionalização do português como parte de sua política linguística e cultural, declarando-o, na Constituição de 1824, língua nacional de todos os brasileiros, exemplo seguido pelas demais Cartas Magnas (exceto a de 1891, que não trata da matéria), até a de 1967.

Um outro fato linguístico destacável no Brasil na segunda metade do século XIX e ao longo das primeiras décadas do século XX foi o decorrente da imigração de colonos de origem européia (italianos, alemães, poloneses, ucranianos, tchecos, russos, etc.) e asiática (japoneses, árabes de várias procedências, coreanos, chineses, etc.) inicialmente para suprir a ausência de mão-de-obra para as lavouras cafeeiras, provocada pela abolição e pelo deslocamento dos antigos escravos para os centros urbanos. Cada um desses povos trouxe consigo sua cultura, dialetos e idiomas, chamados genericamente

línguas de imigração recente, instalando-os nas regiões onde passaram a viver, constituindo, ao longo do século XX, várias ilhotas linguísticas no Brasil, nas quais seus descendentes lhes conservam o falar e outros costumes. Assim, hoje, “grande parte dos membros dessas minorias européias e asiáticas é bilíngue em sua língua materna e em português” (RODRIGUES 2006, p. 153). Contudo, exceto em relação ao alemão, ao italiano e sua(s) comunidade(s) – sobre cuja implantação, bilinguismo com o PB, interferência deste e neste (via herança lexical), há um número já considerável de estudos sistêmicos e relativamente adensados (cf. Altenhofen, 2000) –, a contribuição das demais comunidades imigrantes e a relação de suas línguas com o PB não vêm sendo estudada pela nossa academia, constituindo uma lacuna a ser urgentemente preenchida. Sobre a maioria delas há, no máximo, trabalhos genéricos sobre os empréstimos lexicais, em que se identificam vocábulos de uso geral, em todo o país, e aqueles bem mais arealmente localizados, que acabaram aprofundando as diferenças regionais do PB.

Até o advento da Constituição 1988, a situação dessas e de outras comunidades bilíngues (como as indígenas) era bastante complicada, porque o Estado não lhes reconhecia a existência. Neste sentido, um importante aspecto da atual Carta Magna referente à nossa realidade linguística é a caracterização do Brasil como um país de língua oficial portuguesa; traduzindo: o Estado brasileiro admite que, embora majoritário, o português não é o idioma de todos os seus cidadãos, abrindo a possibilidade de essas minorias linguísticas serem inicialmente escolarizadas em suas línguas maternas. A partir dessa prerrogativa, alguns municípios resultantes de antigos núcleos de colonos europeus, em suas Leis Orgânicas, oficializaram, ao lado do português, a língua materna de sua população, em que é feita a escolarização inicial. Este dado da realidade linguística brasileira aponta um aspecto básico de nossa problemática alfabetização, pois, se em relação às línguas de imigrantes, é relativamente mais fácil a solução (material e mestres para a alfabetização e escolarização nessas línguas não são difíceis de se encontrar) e se mesmo algumas línguas autóctones já estão suficientemente estudadas a ponto de possuir material didático e humano para a empreitada, sua implementação, na maioria dessas, ainda é uma utopia.



Quanto à posição do português brasileiro face ao lusitano, sobretudo no século XX, aumentou a distância entre esses dois blocos linguísticos em razão dos avanços tecnológicos do período: não existindo um procedimento unificado para a incorporação de novos termos à língua, certas palavras passaram a ter formas diferentes nos dois países (comboio e trem, autocarro e ônibus, pedágio e portagem, fila e bicha, farinha e mandioca, só para citar algumas diferenças vocabulares). Por outro lado, ao longo de todo o século XX, acentuaram-se as diferenças entre o português lusitano e o brasileiro, principalmente nos planos fonético e sintático, já existindo até estudiosos mais radicais a afirmar a existência de dois idiomas distintos nos dois países, o português e o brasileiro, dotados de um acervo lexical comum.

Além disso, o individualismo e nacionalismo próprios do Romantismo intensificaram o projeto de criação de uma literatura nacional expressa no PB, argumento retomado pelos modernistas de 22, que defendiam a necessidade de romper com os modelos tradicionais portugueses e privilegiar as peculiaridades do falar brasileiro. A abertura por eles conquistada consagrou literariamente a norma brasileira, gerando desacordos aparentemente insuperáveis entre esta e a expressão literária de até então.

A despeito disso, ao longo do século XX, a gramática normativa continuou a realizar esforços pela preservação de formas cada vez mais distantes da fala da maioria plena dos brasileiros. A disparidade entre a utopia linguística da norma padrão e os falares reais do PB obstaculiza o efetivo exercício da cidadania por muitos, que desconhecem seus direitos e deveres escritos na lei, por não saberem ler ou por não atribuírem sentido ao que lêem. Isto demonstra o caráter político de questões linguísticas e a urgência de Estado e sociedade promoverem a alfabetização e o letramento e, simultaneamente, se engajarem numa reforma na norma padrão da língua, a despeito dos argumentos contrários de setores tradicionais de nossa sociedade que veriam nessa ação um crime contra a língua de Machado, Eça, Vieira, Camões, etc.

#### 4.1.3 O estrato colonizador africano

O terceiro estrato etnolinguístico a tratar é o africano, introduzido no Brasil como mão-de-obra escrava, como se sabe. Não se pode tentar entender sua participação na formação do país sem mencionar sua condição de seu ingresso nesse contexto, afinal “foi sob o regime escravocrata que o negro entrou no Brasil, o que desde logo caracterizou sua situação; o que passou a participar da formação brasileira não foi puramente o negro da África, mas o negro escravo”. (DIEGUES JR., 1952, p. 35)

A mais antiga referência à importação de escravos africanos para o Brasil data de uma carta escrita em 1533 por Pero de Góis, na qual pede ao rei de Portugal a liberação de impostos para um lote de 17 “peças” trazidas da Guiné, região inicial do embarque de escravos para o Brasil. Era essa uma mão-de-obra necessária à agroindústria açucareira recentemente instalada pelo colonizador metropolitano no nordeste do país.

Para exercer esse papel, inicialmente, foram convocados os índios da costa; contudo, praticantes de uma cultura coletora, eles pouco se adaptaram às duras jornadas de trabalho na lavoura. Disso, aliás, lhes vem, ainda hoje, o questionável estereótipo de preguiçosos, afinal, não se pode acusar de preguiçoso alguém que se recusa a trabalhar em algo que não é seu, sem receber qualquer benefício em troca. Nesse sentido, a preguiça deve ser atribuída ao português<sup>77</sup> que, não podendo livremente escravizar o índio – menos protegido pela porosa legislação portuguesa que pela ordem dos jesuítas –, introduziu no país mão-de-obra africana, mais barata e rentável, que beneficiaria não só os colonos, como a própria Coroa.

Embora a escravidão seja quase tão antiga quanto a humanidade e fosse até mesmo praticada entre povos africanos antes da colonização<sup>78</sup>,

---

<sup>77</sup> Segundo Rosa (1997), isto, aliás, já fizeram Nicolau Clenardo (1502) – “Se há um povo dado à preguiça, sem ser o português, então não sei eu onde ele exista... Esta gente tudo prefere suportar a aprender uma profissão qualquer” –; John Luccock (1808), para quem os brancos brasileiros se sentiam fidalgos demais para trabalhar em público; e Thomas Ewbank (1858), que registrou que no Brasil, um jovem branco “preferia morrer de fome a abraçar uma profissão manual” e era “o trabalho desonroso”. Também no século XVIII, em cartas ao rei de Portugal, o educador baiano Luis Vilhena chamou o Brasil de “berço da preguiça”. (VILHENA 1969)

<sup>78</sup> Segundo Tavares (2001, p. 57-8), é “necessário esclarecer que o escravo na África não tinha a mesma condição que o escravo no Brasil. Com efeito, as tribos em que se dividiam os povos africanos transformavam em escravos os prisioneiros de guerra e os que se endividavam, mas eles podiam ser incorporados às tribos que os escravizavam”.

jamais o comércio de escravos fora um negócio tão organizado, permanente e vultoso como após os portugueses estabelecerem, no início do século XVI, uma vasta rota triangular entre África, Europa e América e transformarem milhões de negros em mercadoria. No interior desse negócio – em seguida também explorado por holandeses, ingleses, franceses, alemães, suecos, dinamarqueses, italianos e espanhóis –, manufaturas européias eram levadas a entrepostos na costa ocidental africana, onde eram trocadas por escravos que, transportados para o Brasil, eram cambiados por açúcar, enviado, nos mesmos navios, para a Europa, onde sua revenda gerava imensos lucros.

No século seguinte, a despeito de os maiores lucros desse comércio já estarem com holandeses e ingleses, os traficantes negreiros luso-brasileiros se tornaram os maiores da história pela criação de um sistema mais eficiente, com base na troca das peças humanas por cachaça e tabaco de terceira, baratos e abundantes no Brasil e apreciadíssimos na África.

Esse mercado floresceu até 1815, quando, já em plena Revolução Industrial, a Inglaterra, sentindo seus interesses pelos mercados consumidores africanos e americanos ameaçados, proibiu o tráfico negreiro internacional. A despeito disso e da proibição idêntica, pelo Brasil, em 1853, “o último desembarque de escravos africanos na Bahia ocorreu em 1852, na Pontilha, ilha de Itaparica. Mas há registros ingleses de desembarques de escravos em outros pontos do litoral brasileiro até 1880”. (TAVARES, 2003, p. 57)

Em pouco mais de três séculos, algo entre 5 e 8 milhões de africanos foram introduzidos como escravos no Brasil. Ao longo desse período, o tráfico foi feito a partir de quatro áreas da costa africana, que acabaram definindo os chamados ciclos da escravidão atlântica caracterizados no Quadro 4, exposto na próxima página. Contudo, essa divisão deve ser considerada válida em suas linhas gerais, afinal, conforme assinala Petter (2006, p. 124),

o final de um ciclo não significa a interrupção da chegada de negros da região precedente [...], mesmo porque a política de Portugal sempre foi a de promover a mistura das diferentes etnias africanas, para impedir a concentração de africanos de uma mesma origem numa mesma capitania.

**Quadro 3: Ciclos da escravidão atlântica, produção econômica a eles associada no Brasil, época, origem dos negros traficados, línguas africanas introduzidas no Brasil**

ciclos da escravidão	produção econômica	época	origem dos negros	línguas africanas introduzidas no Brasil
da Guiné	cana-se-açúcar e de tabaco e à pecuária bovina	século XVI	África ao norte do Equador, do Senegal à Nigéria	línguas dos grupos Atlântico Ocidental (wolof, fulani, diolá), Mandê (mandê, malinkê, mandinga, bambarra), Voltaico (gur, senufo, mossi, grunce) e Kwá (iorubá, ibô, fon, ewe, nupe ou tapa, twi-fante, axante); e, da subfamília chádica, o hauçá
do Congo-Angola	cana-se-açúcar e de tabaco e à pecuária bovina	século XVII	África Equatorial e Central	línguas do grupo banto - as principais: Kikongo, Kimbundo e Umbundo; além delas: duala, fang, anjico, betê, tekê, gombê, tetela, bembé, conjo, ruanda-rundi, maçaba, kamba, kuria, tongue, sukuna, suaíle, xambala, jaga, imbala, kioko, pende, songa, luba, lunda, bamba, tonga, nianza, manda, makua, makonde, herero, kuaniama, xona, rongá, zulu
costa da Mina	exploração de ouro e diamantes	século XVIII	África ao norte do Equador, do Senegal à Nigéria	línguas dos grupos já introduzidos no século XVI
da ilegalidade ou da baía de Benin*	cafeicultura	após 1831	várias áreas, em especial Angola e Moçambique	línguas do grupo bantu, sobretudo o Kikongo, o Kimbundo e o Umbundo

\* Esta última nomenclatura vale para esse ciclo apenas na Bahia.

Por outro lado, essa diversidade linguística africana enriqueceu sobremaneira o contexto multilingue do Brasil nos séculos XVI e XVII, já tratado. Inicialmente, os negros desenvolveram entre si um falar de intercuro nos porões dos navios negreiros ou nas senzalas dos mercados de escravos e engenhos no Brasil. Contudo, para se comunicar com a nova sociedade em que foram inseridos, acabaram também aprendendo alguma *koiné* indígena, de base Tupi ou não, e/ou um português extremamente simplificado, já que seu *status* social o obrigava a falar a língua de seu senhor:

Cabe ao senhor ou, com mais frequência, ao feitor a missão de ensinar ao recém-desembarcado os rudimentos do idioma. O aprendizado também se faz com os seus companheiros de corvéia ou com o capelão, que não seria presença muito frequente nas fazendas. Além disso, os senhores não eram exigentes. Um conhecimento precário da língua, que permitisse a compreensão das ordens, é considerado suficiente na maioria dos casos. Só os domésticos se tornam bilíngues e, seus filhos, criados, na primeira

infância, com os do senhor, aprendem melhor o português e empobrecem o seu conhecimento em relação à língua africana dos pais. (MATTOS E SILVA, 2004, p. 98)

Contudo, dois documentos remanescentes da era colonial registram a existência de línguas africanas em uso no Brasil. O mais antigo deles, uma gramática de 48 páginas do kimbundo, foi escrito pelo padre jesuíta Pedro Dias em Salvador, em 1694, e publicado em Lisboa, em 1697, com o curioso título de *A arte da língua de Angola, oferecida a Virgem Senhora Nossa do Rosário, Mãe e Senhora dos mesmos Pretos*. Atestando o emprego corrente dessa língua africana no Brasil àquela época, este texto permite se correlacionar

[...] a data da redação da gramática (1694) à da destruição do Quilombo de Palmares (1695). Poderia, então, ter sido o quimbundo, como pensam muitos estudiosos, a língua africana utilizada naquela comunidade constituída em sua maioria por negros fugitivos.

(PETER, 2006, p. 127)

O outro documento foi redigido em Vila Rica, atual Ouro Preto, em Minas Gerais, em 1731 ou 1741 e tem por título *Língua geral de Mina, traduzida ao nosso idioma por Antônio da Costa Peixoto, curioso nesta Ciência e graduado na mesma faculdade: Évora*. Segundo Peter, é esse

o documento mais importante e 'precioso' sobre as línguas africanas no Brasil, porque testemunha a existência de uma língua veicular africana designada como Língua Geral, provavelmente em referência à língua geral indígena. [...] Muito embora o manuscrito [...] ainda aguarde ser analisado com maior profundidade, [...] pode-se assegurar que se trata de um documento revelador de um fato linguístico inédito: a presença de uma língua veicular africana, sem qualquer mescla com o português, seja no léxico, na sintaxe, ou mesmo na morfologia. (PETER, 2006, p. 128-9)

Embora o século XIX não ofereça documentação linguística africana no Brasil, como os precedentes, os dados levantados por Nina Rodrigues no final dessa centúria indicam a existência de um plurilinguismo africano em Salvador e uma peculiar forma de uso do português pelos negros. Além disso, nesse século, em apenas um único fato uma língua africana introduzida no Brasil (o nagô ou iorubá) mereceu relativo destaque: a série de sublevações de negros malês – um grupo heterogêneo de africanos usuários do português, alguns islamizados e dizem até alfabetizados em língua árabe, procedentes de várias etnias (haussá, nagô, jeje, tapa, mandinga) –, ocorrida entre 1807 e 1835 no Nordeste, tendo como epicentro a Bahia. O último desses levantes ocorreu em

Salvador, em 1835, quando um grupo de negros planejou tomar a cidade e a invadiu, mas, uma vez delatado, foi esmagado.

A importância desse fato está em ele desmentir um discurso até bem recentemente transmitido pela historiografia brasileira ao senso comum, pelo qual os escravos se adaptaram bem ao regime tirânico a eles imposto no Brasil, país em que, sobretudo devido à intensa miscigenação entre servos e senhores, a escravidão teria sido branda, tese defendida, entre outros, por Freyre (2002). Em verdade, como destaca Tavares (2001, p. 58), a resistência do negro à ordem social escravocrata em que o inseriram assumiu formas várias, que iam do simples envenenamento dos senhores e seus familiares, passando pela fuga e constituição de mocambos e quilombos, até as revoltas e levantes, como a dos malês, anteriormente destacada.

A despeito disso tudo, a indicação, na tabela 1, das principais línguas africanas introduzidas no país em cada um dos ciclos é feita de maneira indireta, com base no aporte vocabular de procedência africana do português brasileiro e suas variedades regionais, já que é difícil

[..] precisar, no emaranhado de línguas existentes na África, quais dentre elas foram faladas por cerca de cinco a oito milhões de indivíduos trazidos para o Brasil por mais de três séculos consecutivos, se faltam os documentos oficiais referentes ao tráfico, queimados para obedecer à circular governamental de 13 de maio de 1891, e a documentação existente, como os raros testemunhos que ficaram da época quanto à maneira como vivia a massa escrava, não leva em consideração a variedade étnica do negro.

(PESSOA DE CASTRO, 2006, p. 93)

O contingente populacional africano introduzido no país durante a era colonial anteriormente destacado originou, ao longo da história, desproporções dos percentuais de população negra ou afrodescendente em relação às outras matrizes etnolinguísticas, como demonstra o Quadro 5:

**Quadro 4: Percentual dos grupos étnicos na formação da população brasileira dos séculos XVI ao XIX, com base nos censos demográficos do período**

	1583	1798	1850	1890
<b>índios</b>	32,25%	7,69%	3,76%	não contabilizados
<b>brancos</b>	43,17%	31,09%	30,94%	43,96%
<b>negros</b>	24,58%	41,09%	31,17%	14,64%
<b>mestiços</b>	não contabilizados	19,32%	34,13%	41,40%

\* Fontes: MATTOS E SILVA (2004, p. 33-42; 125-9) e MATTOS E SILVA (2006).

Aliada aos fatores já mencionados em tópico anterior, essa vantagem numérica da população negra e afrodescendente teria contribuído para a extinção da variedade sulista de língua geral Tupi na segunda metade do século XVIII,

[...] dando lugar à emergência de dialetos afro-brasileiros nas senzalas, plantações, minas e quilombos e, mais tardiamente, em núcleos urbanos da costa, até o seu estabelecimento sob a forma de falares isolados de comunidades negras em zonas rurais brasileiras.  
(PESSOA DE CASTRO, 2006, p. 94)

A despeito da desproporção populacional destacada no Quadro 4, a constante presença do elemento colonizador europeu – nunca inferior a 30% da população recenseada –, junto a outros fatores<sup>79</sup>, impediu a formação de crioulos temporalmente estáveis de base portuguesa no Brasil (BAXTER; LUCCHESI 2006), embora não se descarte a possibilidade de, em áreas laterais específicas, de predomínio de população negra e/ou mestiça isolada, terem-se produzido situações de transmissão linguística irregular bastante próxima da criouliização.

A partir da segunda metade do século XVIII, a série de fatores sócio-históricos mencionados conduziu à definição do Brasil como um país majoritariamente de língua nem indígena nem africana, de forma que o multilinguismo mais ou menos generalizado, a depender da conjuntura histórica, dos séculos anteriores, localiza-se em determinadas regiões<sup>80</sup>, abrindo espaço, então, para a emergência de uma língua geral brasileira, continuadora do português, com uma das seguintes configurações, a depender do *status* social do falante: um português europeizado – origem do português culto brasileiro –, ou um português africanizado – origem do português popular brasileiro:

O português do Brasil, naquilo em que ele se afastou (...) do (...) de Portugal, é, antes de tudo, o resultado de um compromisso entre duas forças dinamicamente opostas e complementares, ou seja, por um lado, a imantação dos sistemas (...) africanos em direção ao

<sup>79</sup> A ausência de vida social e familiar entre a população escrava, provocada pelas condições sub-humanas de sua exploração, pela alta taxa de mortalidade e pelos sucessivos deslocamentos; o uso de línguas francas africanas como instrumento de interação dos escravos segregados e foragidos; o incentivo à proficiência em português; a maior integração social dos escravos urbanos, domésticos e das zonas mineradoras; a miscigenação racial.

<sup>80</sup> As áreas além da fronteira da civilização luso-brasileira de então, para onde fugiram os índios não integrados.

sistema do português e, em sentido inverso, um movimento do português em direção aos sistemas (...) africanos, sobre uma matriz indígena pré-existente e mais localizada no Brasil. Consequentemente, o português de Portugal, arcaico e regional, foi ele próprio, de certa forma, mais ou menos africanizado pelo fato de uma longa convivência. A complacência ou resistência em face dessas influências mútuas é uma questão de ordem sociocultural, e os graus de mestiçagem linguística correspondem, mas não de maneira absoluta, aos graus de mestiçagem biológica que se processam no país. (PESSOA CASTRO, 2006, p. 111)

Ora, segundo Mattos e Silva, isso explica atual a polarização sociolinguística do português brasileiro:

No português brasileiro, convivem normas vernáculas ou o português popular brasileiro e normas cultas ou o português culto dos brasileiros que atingem nível de escolaridade mais alto, para além da norma padrão, lusitanizante, ainda veiculadas pelas gramáticas normativas, sendo impossível deixar de afirmar que a interação social no Brasil, (...) permite o trânsito entre falantes do português popular e do português culto, num entrecruzar-se de possibilidades que justifica a afirmativa da heterogeneidade social do português brasileiro. (MATTOS E SILVA, 2004, p. 99)

Nesse contexto, três fatores merecem destaque:

a) a ação socializadora da mulher negra que, no âmbito da família colonial, servia de ama-de-leite para a prole dos seus senhores<sup>81</sup>, de mucamas para suas senhoras ou senhorinhas e, sobretudo, mas não exclusivamente, nas zonas açucareiras e fumageiras nordestinas, de válvula de escape da libido de seus senhores, da qual se originaria uma enorme bastardia mestiça<sup>82</sup>;

b) o tráfico de influências exercido pelo chamado negro ladino, aquele que, tendo cedo aprendido a se comunicar na língua de seus senhores, participava das duas comunidades sociolinguísticas e, fazendo-se ouvir por ambas, exercia sobre elas influências diferenciadas; e

c) o isolamento territorial sobre o qual o Brasil foi mantido por sua antiga metrópole até 1808 favoreceu um ambiente social e linguístico

<sup>81</sup> Segundo Rosa (1997, p. 78), “no Brasil, como em Portugal, mãe que se prezasse jamais amamentava o próprio bebê”, tarefa reservada às “mães-pretas”.

<sup>82</sup> Freyre (2002) atribui à amamentação em seio negro a paixão sexual desenvolvida pelos herdeiros da casa-grande por “mulheres de cor”. Contudo, não apenas esse aspecto psicológico explicaria o assédio dos senhores às fêmeas da senzala; havia nos senhores um desejo, consciente ou não, de fazer a escrava reproduzir um novo servo, o que o levava a possuí-la: “Não existe escravidão sem depravação sexual. Em primeiro lugar, o próprio interesse econômico a favorece, criando nos proprietários imoderado desejo de possuir o maior número possível de crias” (FREYRE 2002, p. 436). Por outro lado, Tavares (2001, p. 58), registra raros casos de união entre mulheres luso-brasileiras com africanos.



conservador e de tendência niveladora, mais aberta à aceitação de empréstimos mútuos entre as diversas línguas em contato.

A transformação do Rio de Janeiro em capital do império português e a abertura dos portos brasileiros às nações amigas por D. João VI em 1808 iniciam um processo de intensa urbanização em todo o Brasil, exigindo a fixação nas cidades emergentes de novos contingentes africanos, num país de população já de maioria negra ou afrodescendente.

Quase 50 anos depois, a proibição do tráfico atlântico para o Brasil levou a uma intensificação do tráfico interno, de forma que o excedente de escravos em regiões onde sua força de trabalho já não era tão necessária (o Nordeste do país e a zona da mineração) foi enviada para as áreas que dela necessitavam (o Sudeste cafeeiro e, em menor medida, a Amazônia extratora de borracha), o que favoreceu a difusão desse português geral brasileiro e, em certo sentido, a sua homogeneização.

Esta hipótese interpretativa da formação do português brasileiro aponta para os escravos africanos e seus descendentes brasileiros um novo papel fundamental na nossa história: o de difusor desse português geral brasileiro:

A presença maciça dos africanos e afrodescendentes que a demografia histórica demonstra; a atuação constante dos escravos nas grandes frentes de economia da colonização; a mobilidade geográfica decorrente das vicissitudes econômicas de seus senhores e da economia brasileira; os diversificados e múltiplos papéis por eles desempenhados na sociedade colonial rural e urbana; o significado social e linguístico dos espaços ilegítimos da escravidão permitem embasar o meu ponto de vista interpretativo de que é esse segmento numeroso e operante – os africanos e afrodescendentes – o agente principal da difusão do português em território brasileiro na sua face majoritária, a popular ou vernácula. (MATTOS E SILVA, 2004, p. 106)

Por outro lado, dependendo das configurações históricas locais, o predomínio indígena ou negro ou ambos, em convívio com o português, resultou em perfis diferenciados, a se considerar o conjunto brasileiro. Do entrecruzar-se de inúmeras variantes, definem-se e emergem os traços típicos do português brasileiro, língua nacional que, entre as possibilidades de escolha disponíveis na provável diversidade de então, seleciona o estruturalmente mais simples e o menos socialmente estigmatizado.

Mesmo rara, a presença da escola e de um ainda fraco e localizável desenvolvimento cultural letrado fez entrar em cena uma norma gramatical

explicitada e coercitiva, até então incidente sobre uma minoria expressiva, sobrepondo-se às normas sociais consensuais dos diversos grupos, sobretudo após a fuga da Família Real portuguesa e sua corte para o Brasil (1808).

Enfim, um conjunto de mudanças morfossintáticas inter-relacionáveis marcadamente presentes em textos da passagem do século XIX para o século XX – o que lhes aponta maior antiguidade na fala –, pode ser entendido como indicador de mudança de parâmetros do português brasileiro, configurando, na realidade, um sistema linguístico diferente e oposto ao português lusitano, com o qual guarda, cada vez mais, apenas uma base lexical comum.

Como se vê, esse novo olhar evidencia um papel muito mais significativo dos estratos etnolinguísticos nativos e africanos na formação do português brasileiro: para ambos, a apropriação e transformação da língua do estrato opressor graças ao modelo simplificado que ele mesmo lhes forneceu; para o estrato negro, a grande obra de difusão desse novo vernáculo. Assim, essa interpretação atribui a essas gentes uma ação mais relevante em nossa formação social que o imputado pela historiografia oficial. Contudo,

Esta hipótese de trabalho envolve a decisão política de admitir (...) que o africano adquiriu o português como segunda língua e foi o principal responsável pela difusão da língua portuguesa em território brasileiro. Caso contrário, não conseguiremos ultrapassar o nosso conhecimento atual do assunto, e o negro continuará sendo tratado como personagem omissa e silente na história e por ela omitido e silenciado. (PESSOA CASTRO, 2006, p. 111)

A seguir, trataremos de alguns aspectos da herança lexical indígena e africana do português brasileiro. Para tanto, inicialmente traçaremos um panorama sobre a constituição do léxico do português; em seguida, apontaremos as dificuldades da pesquisa dos vocabulários africano e indígena do português brasileiro e, enfim, esboçaremos o papel das línguas africanas e trataremos da contribuição do Tupi-antigo para a formação desse acervo vocabular, em geral e, especificamente, do acervo toponímico.

## 4.2 Aspectos da herança vocabular ameríndia e africana para o PB

O léxico português constitui-se de elementos próprios, herdados do latim vulgar ibérico e do latim litúrgico e de outras línguas, de dominação ou não, que entraram em contato com o sermo vulgaris ibericus ao longo do processo multissecular de constituição da língua.

Além desse já considerável acervo, há ainda vocábulos adotados de línguas estrangeiras, o empréstimo. Há três tipos de empréstimo, diferenciáveis de acordo com a forma de adoção: o (de)calque (“empréstimo de tipos frasais”, para Câmara Jr. 1986, p. 105), a adaptação fonética, morfológica e/ou ortográfica e a incorporação na forma original.

No português, constituem empréstimos palavras de línguas européias congêneres ou não com cujas culturas o povo português sempre esteve em contato; palavras originárias do latim e do grego eruditos (principalmente termos da filosofia, das artes e da ciência), importadas no início da era moderna; e palavras de línguas asiáticas, africanas e americanas com que o português entrou em contato a partir das Grandes Navegações.

Dentre essas últimas, que figuram como empréstimos íntimos (os surgidos da convivência entre duas línguas num mesmo território), destacam-se, mormente no português do Brasil, os africanismos e os indigenismos, que passamos a explorar.

O estudo do vocabulário brasileiro procedente das línguas nativas, os problemas são muitos. Inicialmente, porque a maioria delas foi extinta sem ser ao menos registrada. Algumas chegaram a ser em parte documentadas, mas, infelizmente, esses registros se perderam, daí resultando as dificuldades para a pesquisa nessa área. Devido à escassez de informações sobre a contribuição de outras línguas ameríndias, neste estudo faremos referência apenas à contribuição Tupi ao léxico do português brasileiro, visto ser essa a língua brasílica melhor e mais abundante e antigamente documentada.

#### 4.2.1 O vocabulário de origem Tupi do PB

Nesta parte do nosso léxico, Seraine (1950) identificou os seguintes agrupamentos semânticos:

- acidentes geográficos: soipé;
- alimentos: beiju, carimã, mingau, moqueca, paçoca, pipoca, etc.;
- fauna nativa: arara, ariranha, capivara, curió, cutia, etc.;
- fenômenos naturais: piracema, pororoca, etc.;
- flora nativa: abacaxi, buriti, cajá, canjarana, caju, etc.;
- nomes populares de doenças: caruara, catapora, pereba, etc.;
- nomes populares de partes do corpo: mocotó, piroca, etc.;
- nomes populares referentes a pessoas: babaquara, caboclo, capenga, carioca, cunhã, jururu, sapeca, etc.;
- objetos: cumbuca, cuia, peteca, tipóia, etc.;
- personagens do folclore: caapora, guajara, lara, etc.;
- tópicos: biboca, brocotó, catinga, tapera, tijuco, toca, etc.).

Ainda Seraine (1950) registra fatos semânticos curiosos no uso de tupinismos na falar popular brasileira, como transferências designativas de: animal a pessoa (“Minha sogra é uma jararaca”, “Ela é um jaburu!”); coisa a condição (“Ele está na pindaíba”); vegetal a coisa (“Isto é o maior abacaxi!”); ou expressões populares de caráter comparativo, calcadas no influxo Tupi (“olho de pitomba”, “liso que só muçu”, “besta como aruá”, “abraço de tamanduá”, etc.

Há, ainda, casos de recriação lexicais, a formação de vocábulos com raízes Tupi e sufixo derivacional português, com destaque para os verbos (capinar, atocaiar, capengar, cutucar, pitar, sapecar, etc.), e nomes (cajueiro, cajazeiro, paranaense, etc.). Note-se que este tipo de adaptação é perfeito, pois, por exemplo, a forma verbal híbrida segue o paradigma da primeira conjugação, a mais produtiva no português.

Além disso, cerca de quatro sufixos Tupi têm uma certa produtividade no português do Brasil: *-açu* e *-mirim* (acrescentados a vocábulo com intenção burlesca ou pejorativa), *-rana* (usado na formação de substantivos: canjarana) e *-oara* (produtivo na formação de gentílicos regionais: marajoara).

Além desses fenômenos e agrupamentos semânticos, podem-se identificar dois grupos de nomes próprios: 1) os antropônimos<sup>83</sup> e um sub-grupo deles, os patronímicos<sup>84</sup>; e os topônimos.

É o Tupi a segunda fonte da toponímia brasileira (a primeira é a língua portuguesa), podendo ser encontrados, por exemplo, em quatro das cinco regiões do Brasil, Estados com nomes dessa procedência: no Norte, Amapá, Pará e Tocantins; no Nordeste, Maranhão, Piauí, Paraíba, Pernambuco e Sergipe; no Centro-Oeste, Goiás; no Sul, Paraná. Há topônimos Tupi, inclusive, em áreas onde as populações primitivas tinham línguas alogênicas. Ribeiro (1995, p. 97) atribui aos bandeirantes paulistas, usuários da *koiné* costeira, a nomeação da maioria desses locais, por onde passavam em suas jornadas.

O motivo da exposição anterior sobre as etapas históricas da língua Tupi é a confusão presente na maioria dos trabalhos acadêmicos sobre toponímia brasileira dessa origem. Entre esses trabalhos, há que se distinguir os escritos nas primeiras décadas do século XX dos de autores posteriores à segunda metade dessa centúria.

Ora, no início do século XX, as condições de trabalho e o conhecimento disponível sobre as línguas, em geral e, especificamente, sobre as do tronco Tupi e seu desenvolvimento histórico, levaram os estudiosos a cometer erros de base. Entre esses autores, está o célebre Theodoro Sampaio, que viveu ainda uma época de ufanismo e lusofobia, herança do período pós-independência, por um lado e, por outro, fruto das controvérsias entre a intelectualidade portuguesa, que tecia na Europa um discurso de atrelamento

---

<sup>83</sup> Segundo Prezina (2001), “As línguas brasileiras, sobretudo o Tupi, estão presentes também nos nomes de muitos brasileiros. Essa presença foi sentida em regiões onde se falava esse idioma, como São Paulo, o Nordeste e a região Norte. Como os nomes das pessoas, que eram dados por ocasião do batismo, precisavam ser cristãos, surgiram primeiramente os apelidos indígenas. (...) Se não tivesse havido a imposição de nomes portugueses e cristãos, muitos antropônimos indígenas teriam surgido”.

<sup>84</sup> Atribui-se ao termo patronímico o sentido de nome próprio referente a família. São exemplos de patronímicos brasileiros de origem Tupi, entre outros, Acaiaba, Tupinambá, Tupiniquim, etc. Como origem deste último grupo, Edelweiss (1981) aponta curioso processo, geral no Brasil à época da emancipação política: a troca de antropônimos e patronímicos lusos por outros, de origem Tupi, de cunho nacionalista ou americano. Embora admita a incompletude de seu levantamento, ele afirma: “Principalmente durante os conflitos internacionais ou revoluções em domínios ou colônias, a mudança de nomes oriundos de países contrários é um velho costume e frequente até aos nossos dias. Uma das facetas mais peculiares em nossas lutas pela Independência é a repulsa ao apelido português, demonstrada por muitos dos patriotas mais exaltados”. (EDELWEISS 1981, p. 7) Contudo, mesmo sem descartar por completo essa tese, Ramos (1999) demonstra que nem todos os patronímicos apontados como surgidos desse processo de afirmação de nacionalidade da época da independência, o são de fato.

da vida espiritual brasileira à lusitana, e a brasileira, que rechassava essas idéias (Cf. SERPA 2000). Num contexto como esse, ele registrou o fenômeno da restauração de toponímica<sup>85</sup>: localidades primordialmente nomeadas na língua ameríndia teriam essa nomenclatura preterida por outra de origem diversa, e, posteriormente, por vontade popular, voltariam ao nome ou à língua original. Desse processo, inclusive, ele foi parte muito ativa:

De diversas companhias de estrada de ferro, chegaram-me pedidos para dar nomes Tupi, de conformidade com a feição topográfica local, às novas estações que se inauguravam ou as povoações que se iam formando ao longo dessas linhas de penetração pelos sertões apartados, e a aceitação imediata, com que tais nomes eram acolhidos pela população, bem prova a sua decidida predileção por essa maneira genuinamente nacional de designar as localidades. A tentativa, pois, de restaurar o Tupi como fator genuíno e preferencial nas denominações geográficas da nossa terra, teve tão bom êxito que até excedeu a minha expectativa.

(SAMPAIO, 1957 [1901], p. 29)

Foi nesse trabalho de “consultoria” que ele cometeu uma série de confusões etimológicas nos nomes que propunha para as localidades, que, como ele mesmo diz, os acolhiam de imediato por se tratar de formas sugeridas por um especialista. Entre esses casos, podemos citar o do topônimo baiano Irecê, por ele indicado quando da emancipação do então distrito de Caraíbas, por significar algo que bem traduzia a feição do subsolo do local: água subterrânea. Contudo, por desconhecer os caminhos históricos do Tupi-antigo e mesmo o fato de ser essa uma língua distinta do Guarani – fato atestado por Edelweiss (1957)<sup>86</sup> – no étimo proposto para essa expressão, ele mistura elementos de sincronias diferentes dessas duas línguas.

No Brasil dos últimos 50 anos, foi relativo o avanço dos estudos sobre as línguas do tronco Tupi. Hoje, com base na descrição de algumas línguas ainda faladas desse tronco e em registros de outras, já extintas, é possível fazer estudos comparativos, estabelecer (sub)famílias e até reconstruir o que

---

<sup>85</sup> Muito comum ainda nos tempos do populismo – em que, afinado a um discurso de valorização dos elementos nacionais, o governo adotou uma legislação que incentivava a substituição de topônimos portugueses por indígenas (Decreto-Lei Federal nº 3599, de 6/02/1941) – tal fenômeno, hoje, contudo, não pode ser afirmado, “pelo menos não sem um levantamento sério, a ser feito, por exemplo, através de uma consulta à lista de municípios brasileiros visitados pelo censo do IBGE nas últimas décadas”. (RAMOS 1999, p. 38)

<sup>86</sup> “Teodoro Sampaio nunca chegou, pois, a ter visão clara do grande alcance das denominações Tupi, Guarani e Nheengatu, tanto porque a sua época era obstinadamente unitária, como também, por lhe faltarem os elementos para os estudos comparativos mais aprofundados”. (EDELWEISS 1957, p. 14)

proto-Tupi. Contudo, no que se refere ao trabalho filológico sobre o Tupi-antigo – língua clássica, pois que deixou registro escrito em textos não-literários variados e literários de boa qualidade –, a confusão até certo ponto ainda impera, tanto porque muitos documentos que lhe retratam estrutura e vocabulário e surpreendem a variação e mudança ainda esperam edições críticas acuradas quanto porque ainda não se dispõe de um dicionário seguro, feito com base nas fontes quinhentistas e seiscentistas disponíveis<sup>87</sup>.

Devido a esses fatos, os trabalhos hoje disponíveis sobre a toponímia brasileira de origem Tupi, na falta de fontes atuais criteriosas, baseiam-se em estudos do início do século XX ou muitas vezes em dicionários e vocabulários ainda anteriores, nos quais incidem, em grau maior, os mesmos defeitos.

Tudo isso demonstra a necessidade de um estudo sistemático e verticalizado da toponímia brasileira de origem Tupi, tarefa proposta, em parte, neste estudo, visto ele tratar apenas da nomenclatura dos municípios baianos. De toda sorte, esperamos contribuir para o aprofundamento da discussão relativa à herança Tupi ao léxico do português brasileiro em geral e, em especial, no que se refere ao léxico toponímico.

#### *4.2.2 O vocabulário de origem africana do PB<sup>88</sup>*

Inicialmente, devemos assinalar que muitos africanismos brasileiros não nos vieram diretamente de línguas africanas introduzidas no Brasil, mas já integravam o léxico do português lusitano, visto ter sido a colonização portuguesa na África anterior à brasileira. Assim, por exemplo, já na Carta de Caminha há referências ao inhame, planta (e nome) de origem africana.

Por outro lado, por várias razões, o estudo do léxico brasileiro de origem africana é difícil:

- primeiramente, porque, como se disse, não se sabe ao certo quantas e quais foram as línguas africanas transplantadas para o Brasil ao longo entre os séculos XVI e XIX, porque os registros referentes ao tráfico negreiro

---

<sup>87</sup> Neste sentido, o Dr. Eduardo Navarro, Titular de Língua Tupi da Universidade de São Paulo, já há algum tempo vem trabalhando em monumental projeto de dicionário Tupi-antigo-português que já contava, quando dialogamos sobre o assunto, com mais de 5.000 verbetes.

<sup>88</sup> Para um aprofundamento das questões apontadas neste tópico, sugerimos a leitura de Castro (2002) e Lopes (2003), dois trabalhos muito criteriosos sobre o tema.

existentes à época da abolição foram destruídos, ao que se diz, por ordem de Rui Barbosa, que pretendia, com esse ato, apagar da história do Brasil o flagelo da escravidão;

- além disso, a herança africana à variedade brasileira de português sempre sofreu um preconceito muito maior do que a herança indígena por parte de nossa academia, essencialmente eurocentrista, de forma que os estudos existentes são sempre muito genéricos e se referem a marcas vocabulares esparsas, muitas vezes restringindo-as a determinadas áreas semânticas, as mais afeitas à herança cultural africana no Brasil;

- somadas as duas razões acima aludidas, têm-se a terceira, a grande incerteza sobre a língua de origem de alguns vocábulos e expressões seguramente africanos; muitos dicionários fazem referência apenas a uma origem africana; outros apontam com certa insegurança grupos linguísticos – sobretudo o banto (línguas kibundo, kokongo, imbundo) , o assim chamado sudanês (língua nagô ou iorubá, língua ewe ou fon). Talvez por causa disso, os dicionários históricos e etimológicos do português publicados no Brasil declarem-se tão duvidosos e entre si contraditórios na proposição de étimos ou significações de palavras de alegada origem africana.

Isto posto, podemos dizer que, nesse acervo vocabular, há itens:

- comuns às variedades lusitana e brasileira, muitas das quais arcaísmos em ambas, em geral, lexias de origens no grupo banto, introduzidas no português lusitano no início da era dos descobrimentos (por via direta ou através de outros idiomas europeus) e para cá trazidas pelos colonizadores;

- antigos, disseminados apenas no vocabulário comum do português brasileiro desde os tempos coloniais, trazidas já pelas primeiras levas de africanos para cá transplantadas, a maioria de origem banto, outras, de procedência iorubá;

- típicos do falar baiano geral, mais do de Salvador, de várias origens;

- próprios do uso das religiões afro-brasileiras, de diversas origens, a depender da gênese etnolinguística do culto.

Esse riquíssimo vocabulário – em sua maioria composto de nomes (muitos dos quais derivados das formas africanas e de híbridos), mas também de verbos (híbridos) –, distribui-se nos seguintes grupos semânticos:



- comidas e bebidas: abará, acarajé, aluá, angu, cachaça, mugunzá, vatapá, etc.;

- dança: lundu, maracatu, maxixe, samba, etc.;

- doenças: banzo, calombo, calundu, caxumba, tunga, etc.;

- fauna: calunga, camundongo, caxinguelê, macaco, marimbondo, etc.;

- flora: andu, chuchu, dendê, inhame, jiló, moranga, mulungu, etc.;

- indumentária: balangandã, canga, miçanga, tanga, etc.;

- música: agogô, batuque, berimbau, cuíca, ganzá, timbau, etc.;

- nomes populares de partes do corpo: binga, bunda, cabaço, tabaca, toba, etc.;

- nomes populares relativos a pessoas: babá, caçula, capenga, mucama, moleque, xibungo, etc.

- objetos fabricados: caçamba, cachimbo, cacimba, carimbo, etc.;

- religião: babalorixá, ebó, candomblé, ialorixá, macumba, orixá, etc.;

- tópicos: cafofo, cafua, mocambo, senzala, etc.;

- usos e costumes: cafuné, cochilo, denço, etc.;

Além disso, nossa fraseologia registra contribuições africanas (angu de caroço, estar de calundu, etc.) e nossa toponímia, a existência de algumas poucas formas (Bangu, Caxambu, Gandu, Mulungu do Morro, Quinjingue, etc.).

Isto posto, no próximo capítulo, passaremos à descrição, análise e interpretação dos dados desta pesquisa. Dividimo-lo em duas seções. Na primeira, descrevemos a toponímia dos municípios baianos das cinco sincronias estudadas, indo da mais antiga à mais recente. Em cada uma delas, descreveremos cada categoria e analisaremos os dados pertinentes em ordem decrescente de incidência no *corpus*, isto é, da categoria mais representativa para a menos.

Na segunda, referente ao plano diacrônico, analisamos os processos de mudança toponímica de cada município ao longo da história. Gostaríamos de ressaltar que todo esforço foi feito para reunir informações completas de cada uma dos 417 municípios. Contudo, lacunas poderão existir, principalmente porque para algumas localidades os dados históricos escritos são muito escassos e não tivemos condição de ir, *in loco*, buscar fontes orais em todas elas.

## 5 - DESCRIÇÃO DE DADOS

### 5.1 Os dados sincrônicos

#### 5.1.1 A sincronia 1827

A partir das informações do Quadro E (Apêndice C), observamos a seguinte distribuição percentual da toponímia dos municípios baianos em 1827:

**Quadro 5: 1827 – Número de ocorrências e distribuição percentual em ordem decrescente dos nomes dos municípios baianos por categorias toponímicas específicas**

categorias	nº de ocorrências	%
<b>hagiotopônimos</b>	15	35,71
<b>hierotopônimos</b>	4	9,53
<b>corotopônimos</b>	3	7,15
<b>ergotopônimos</b>	3	7,15
<b>animotopônimos</b>	2	4,76
<b>axiopotopônimos</b>	2	4,76
<b>fitotopônimos</b>	2	4,76
<b>geomorfotopônimos</b>	2	4,76
<b>zootopônimos</b>	2	4,76
<b>antropotopônimos</b>	1	2,38
<b>cromatotopônimos</b>	1	2,38
<b>cronotopônimos</b>	1	2,38
<b>ecotopônimos</b>	1	2,38
<b>hidrotopônimos</b>	1	2,38
<b>odotopônimos</b>	1	2,38
<b>sociotopônimos</b>	1	2,38
	42	100

Como se vê, das 14 categorias específicas registradas, a mais abundante é a dos hagiotopônimos, que reúne 15 lexias<sup>89</sup> justapostas portuguesas. Em sete desses nomes, consta um elemento de procedência Tupi, em geral o último, que retoma a nomenclatura de cursos d'água regionais (Nossa Senhora da Ajuda do Jaguaripe, Nossa Senhora do Conde de Itapicuru da Praia, etc.) ou das antigas aldeias indígenas originárias das localidades (Nossa Senhora da Assunção de Camamu, Santo Antônio da Jacobina, etc.). Neste sentido, acabam por constituir uma subcategoria especial de

<sup>89</sup> Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro, Nossa Senhora de Nazaré da Pedra Branca, Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, São Bernardo de Alcobaça, São João Batista de Água Fria, São Jorge dos Ilhéus, São José do Porto Alegre, São Pedro de Belmonte, Nossa Senhora do Rosário do Cairu, Nossa Senhora da Ajuda do Jaguaripe, Nossa Senhora da Assunção de Camamu, Nossa Senhora do Conde de Itapicuru da Praia, Santo Antônio da Jacobina, São Francisco da Barra do Sergipe do Conde e São Sebastião de Marau.

hagiotopônimos estruturalmente dotados de corônimos (hagiocorotopônimos?), igualmente representada em outras sincronias, como se verá.

Em segundo lugar, figuram os hierotopônimos<sup>90</sup>, com quatro ocorrências, todas formas portuguesas, sendo uma simples (Salvador) e as demais justapostas (Espírito Santo de Nova Abrantes, Santíssimo Sacramento das Minas do Rio de Contas e Espírito Santo do Inhambupe de Cima).

Em terceiro lugar, como categorias específicas mais representativas, cada uma com três ocorrências, figuram os:

- corotopônimos – duas formas portuguesas, uma simples (Oliveira), outra aglutinada (Santarém); e um hibridismo justaposto luso-Tupi (Itapicuru de Cima);

- ergotopônimos – formas portuguesas, sendo uma justaposta (Pilão Arcado), uma flexional (Caravelas) e outra derivada (Trancoso)

Na penúltima posição, com duas ocorrências cada, figuram os:

- animotopônimos – formas portuguesas, uma justapostiva (Valença do Santíssimo Coração de Jesus), e outra derivada (Viçosa);

- axiotopônimos – uma forma portuguesa simples (Rainha) e uma justaposta luso-Tupi (Príncipe e Santana do Caetité);

- fitotopônimos – uma forma simples Tupi (Cairu) e uma justaposta portuguesa (Campo Largo);

- geomorfotopônimos – formas portuguesas justapostas (Barra do Rio de Contas e Barra do Rio Grande);

- zootopônimos, uma forma simples portuguesa (Urubu) e uma forma aglutinada Tupi (Boipeba).

Em última posição, com um só nome, figuram o:

- antropotopônimo, forma simples portuguesa (Pombal);

- cromatotopônimo, forma simples portuguesa (Verde);

- cronotopônimo – forma justaposta portuguesa (Nova Soure);

- ecotopônimo, forma derivada portuguesa (Abadia);

- hidrotopônimo, forma aglutinada de procedência Tupi (Maragogipe);

- odotopônimo, forma simples portuguesa (Prado);

---

<sup>90</sup> Considerando que os hagiotopônimos são, na verdade, hipônimos dos hierotopônimos, temos esta categoria como a mais abundante desta sincronia.

- sociotopônimo, forma justaposta portuguesa (Porto Seguro).

Cruzando todas essas informações, chega-se ao quadro-resumo 1:

**Quadro-resumo 1: 1827 – Toponímia dos municípios baianos: categorização, procedência e processos de formação**

categorias	FORMAS DE ORIGEM PORTUGUESA					HIBRIDISMOS LUSO-TUPI	TUPINISMOS	
	simples	flexão	derivação	justaposição	aglutinação	justaposição	simples	aglutinação
animotopônimos	–	–	1	1	–	–	–	–
antropotopônimos	1	–	–	–	–	–	–	–
axiotopônimos	1	–	–	–	–	1	–	–
corotopônimos	1	–	–	–	1	1	–	–
cromatotopônimos	1	–	–	–	–	–	–	–
cronotopônimos	–	–	–	1	–	1	–	–
ecotopônimos	–	–	1	–	–	–	–	–
ergotopônimos	–	1	1	1	–	–	–	–
fitotopônimos	–	–	–	1	–	–	1	–
geomorfotopônimos	–	–	–	3	–	–	–	–
hagiotopônimos	–	–	–	8	–	7	–	–
hierotopônimos	1	–	–	2	–	1	–	–
hidrotopônimos	–	–	–	–	–	–	–	1
odotopônimos	1	–	–	–	–	–	–	–
sociotopônimos	–	–	–	1	–	–	–	–
zootopônimos	1	–	–	–	–	–	–	–

### 5.1.2 A sincronia 1890

A partir das informações do Quadro D (Apêndice C), observamos a seguinte distribuição percentual da toponímia dos municípios baianos em 1890:

**Quadro 6: 1890 – Número de ocorrências e distribuição percentual em ordem decrescente dos nomes dos municípios baianos por categorias toponímicas específicas**

categorias	nº de ocorrências	%
hagiotopônimos	28	28,56
fitotopônimos	12	12,24
geomorfotopônimos	10	10,20
corotopônimos	7	7,14
animotopônimos	6	6,12
hidrotopônimos	6	6,12
hierotopônimos	6	6,12
sociotopônimos	5	5,10
zootopônimos	4	4,08
ergotopônimos	3	3,06
cronotopônimos	2	2,04
ecotopônimos	2	2,04
etnotopônimos	2	2,04
antropotopônimos	1	1,02
cromatotopônimos	1	1,02
litotopônimo	1	1,02
mitotopônimos	1	1,02
odotopônimos	1	1,02

Como demonstra o quadro acima, também nesta sincronia, a categoria toponímica mais abundante é a dos hagiotopônimos, que reúne 28 formas<sup>91</sup> justapostas portuguesas, dez das quais pertenceriam à categoria especial de hagiotopônimos estruturalmente dotados de corônimos.

A segunda categoria específica mais abundante é a dos fitotopônimos, composta por 12 formas, sendo:

- oito portuguesas, três das quais flexionais (Canavieiras, Macaúbas e Umburanas), duas derivadas (Campestre e Juazeiro) e três justapostas (Campo Formoso, Campo Largo e Mata de São João);

<sup>91</sup> São esses os nomes: Nossa Senhora do Bom Conselho de Amargosa, Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, Nossa Senhora da Ajuda do Jaguaripe, Nossa Senhora da Assunção de Camamu, Nossa Senhora da Conceição do Riachão do Jacuípe, Nossa Senhora do Conde de Itapicuru da Praia, Nossa Senhora do Patrocínio do Coité, Nossa Senhora do Remanso de Pilão Arcado, Santa Isabel do Paraguaçu, Santana do Catu, Santa Rita do Rio Preto, Santana do Camisão, Santo Amaro, Santo Antônio da Glória do Cural dos Bois, Santo Antônio de Jesus, Santo Antônio das Queimadas, São Bernardo de Alcobaça, São Felipe, São Félix, São Francisco da Barra do Sergipe do Conde, São Gonçalo dos Campos da Cachoeira, São Jorge dos Ilhéus, São José do Porto Alegre, São José do Riacho da Casa Nova, São Pedro do Belmonte, São Vicente Férrer de Areia, Senhor do Bonfim de Xique-xique, Vila Agrícola de Nossa Senhora do Alívio do Brejo Grande.

- três formas justapostas de procedência Tupi (Caetité, Cairu e Condeúba);

- uma forma híbrida luso-ameríndia (Pambu/Capim Grosso<sup>92</sup>).

Com 10 ocorrências, a terceira categoria mais abundante é a dos geomorfotopônimos, entre os quais há uma forma aglutinada Tupi (Itaparica), uma derivada portuguesa (Serrinha) e oito justapostas portuguesas (Abrantes do Espírito Santo, Baixa Grande, Barra do Rio de Contas, Barra do Rio Grande, Brotas de Macaúbas, Monte Alegre, Monte Alto e Morro do Chapéu).

A quarta categoria específica mais expressiva é a dos corotopônimos, representados por sete nomes. São portuguesas as quatro formas simples (Lençóis, Nazaré, Olivença e Santarém); são de procedência Tupi uma forma simples (Carinhanha) e outra, justaposta (Andaraí); registra-se também um hibridismo justaposto luso-Tupi (Itapicuru de Cima).

Em quinta posição, como categorias específicas mais representativas, com seis ocorrências cada, figuram os:

- animotopônimos – formas portuguesas, sendo: uma simples (Vitória), uma derivada (Viçosa) e quatro justapostas (Bom Conselho, Bonfim, Purificação dos Campos, Valença);

- hidrotopônimos – uma forma aglutinada Tupi (Maragogipe) e cinco formas portuguesas, sendo três justapostas (Cachoeira da Abadia, Entre Rios e Riacho de Santana) e duas flexionais (Alagoinhas e Poções).

- hierotopônimos – formas portuguesas, sendo: uma simples (Salvador), as demais, justapostas (Bom Jesus do Rio de Contas, Bom Jesus dos Meiras, Coração de Jesus do Monte Santo e Santa Cruz e Espírito Santo do Inhambupe de Cima).

Com cinco ocorrências, a sexta categoria específica mais representativa é a dos sociotopônimos, formas justapostas, sendo uma de procedência Tupi (Jeremoabo) e as demais, portuguesas (Feira de Santana, Minas do Rio de Contas, Porto de Santa Maria da Vitória do Rio Corrente e Porto Seguro).

---

<sup>92</sup> Remetemos o leitor ao verbete CURAÇÁ do segundo volume desta Tese.

A sétima categoria específica mais abundante é a dos zootopônimos, representada por quatro formas simples de procedência Tupi (Maraú, Orobó, Tucano e Urubu)<sup>93</sup>.

A oitava categoria mais abundante é a dos ergotopônimos, com três formas portuguesas: uma derivada (Trancoso) e duas flexionais (Caravelas e Maracás).

Na penúltima posição, com duas ocorrências cada, estão os:

- cronotopônimos – formas justapositivas, sendo uma híbrida luso-Tupi (Nova Boipeba) e outra portuguesa (Nova Soure).

- ecotopônimos – formas derivadas portuguesas (Barracão e Curralinho)

- etnotopônimos – uma forma simples de provável origem Kariri (Sento Sé) e uma aglutinada de procedência Tupi (Taperoá).

Em última posição, com um só nome, figuram o:

- antropotopônimo, forma simples portuguesa (Pombal);
- cromatotopônimo, forma simples portuguesa (Verde);
- litotopônimo, forma aglutinada Tupi (Jacobina)
- mitotopônimo, forma flexional portuguesa (Almas) e;
- odotopônimo, forma simples portuguesa (Prado).

Cruzando todas essas informações, chega-se ao quadro-resumo 2, exposto na próxima página.

---

<sup>93</sup> Interessante notar que, na língua de origem, o Tupi, Orobó e Urubu são variantes fonéticas.

**Quadro-resumo 2: 1890 – Toponímia dos municípios baianos: categorização, procedência e processos de formação**

categorias	FORMAS DE ORIGEM PORTUGUESA				HIBRIDISMOS LUSO-TUPI	TUPINISMOS			FORMA DE ORIGEM KARIRI
	simples	flexão	derivação	justaposição	justaposição	simples	justaposição	aglutinação	simples
animotopônimos	1	–	1	4	–	–	–	–	–
antropotopônimos	1	–	–	–	–	–	–	–	–
corotopônimos	4	–	–	–	1	1	1	–	–
cromatotopônimos	1	–	–	–	–	–	–	–	–
cronotopônimos	–	–	–	1	1	–	–	–	–
ecotopônimos	–	–	2	–	–	–	–	–	–
ergotopônimos	–	2	1	–	–	–	–	–	–
etnotopônimos	–	–	–	–	–	–	–	1	1
fitotopônimos	–	3	2	3	–	–	3	–	–
geomorfotopônimos	–	–	1	9	–	–	–	1	–
hagiotopônimos	–	–	–	28	–	–	–	–	–
hidrotopônimos	–	2	–	3	–	–	–	1	–
hierotopônimos	1	–	–	5	–	–	–	–	–
litotopônimo	–	–	–	–	–	–	–	1	–
mitotopônimos	–	1	–	–	–	–	–	–	–
odotopônimos	1	–	–	–	–	–	–	–	–
sociotopônimos	–	–	–	4	–	–	1	–	–
zootopônimos	–	–	–	–	–	4	–	–	–

OBSERVAÇÃO: Não indicamos neste quadro a situação sui generis desta sincronia, a referente a um município dotado de dois nomes oficiais: Pambu – de provável origem Kariri –, e Capim Grosso, forma portuguesa.



### 5.1.3 A sincronia 1940

A partir das informações do Quadro C (Apêndice C), observamos a seguinte distribuição percentual da toponímia dos municípios baianos em 1940:

**Quadro 7: 1940 – Número de ocorrências e distribuição percentual em ordem decrescente dos nomes dos municípios baianos por categorias toponímicas específicas**

categorias	nº de ocorrências	%
corotopônimos	34	22,66
hidrotopônimos	17	11,34
fitotopônimos	15	10
hagiotopônimos	14	9,33
geomorfotopônimos	12	8
antropotopônimos	10	6,67
animotopônimos	8	5,34
hierotopônimos	8	5,34
ergotopônimos	6	4
zootopônimos	6	4
litotopônimo	5	3,33
etnotopônimos	3	1,98
sociotopônimos	3	1,98
ecotopônimos	2	1,34
poliotopônimos	2	1,34
axiotopônimos	1	0,67
estematotopônimos	1	0,67
higienotopônimos	1	0,67
historiotopônimos	1	0,67
odotopônimos	1	0,67

Como demonstra a tabela 3, a categoria toponímica mais representativa nesta sincronia é a dos corotopônimos, com 34 ocorrências:

- 12 formas simples de procedência portuguesa (Alcobaça, Brumado, Cipó, Correntina, Lençóis, Nazaré, Rio Branco, Rio de Contas, Rio Real, Santa Luzia, Santarém e Soure);
- 21 formas simples de procedência Tupi<sup>94</sup> (Andaraí, Aratuípe, Cairu, Camaçari, Capivari, Carinhanha, Catu, Condeúba, Cotegipe, Inhambupe, Itaparica, Itiúba, Jaguarari, Jaguaripe, Jiquiriçá, Mucugê, Mucuri, Paramirim, Pojuca, Una e Urandi); e
- um hibridismo justaposto luso-Tupi (Itapicuru de Cima).

A segunda categoria toponímica mais abundante é a dos hidrotopônimos, com 17 ocorrências:

<sup>94</sup> Embora os étimos desses nomes apontem para processos de composição, como o leitor poderá conferir no Anexo B, consideramo-los formas simples, uma vez que são corônimos. Na verdade, as formas compostas seriam os hidrotopônimos originais.

a) nove formas de procedência Tupi, sete justapostas (Ipiaú, Ipirá, Irecê, Itacaré, Itiruçu, Ituaçu, Jacaraci) e duas aglutinadas (Maragogipe e Mutuípe);

b) um hibridismo justaposto luso-Tupi (Riachão do Jacuípe); e

c) sete formas portuguesas: duas simples (Cachoeira e Remanso), três flexionais (Alagoinhas, Brejões e Poções), duas justapostas (Entre Rios e Riacho de Santana).

A terceira categoria mais numerosa é a dos fitotopônimos, que estão assim distribuídos:

a) 11 formas portuguesas, sendo duas simples (Prado e Xique-xique), duas derivadas (Angical e Juazeiro), três flexionais (Canavieiras, Macaúbas e Palmeiras) e quatro justapostas (Campo Formoso, Mata de São João, Oliveira dos Brejinhos e Palmas de Monte Alto);

b) quatro de origem Tupi, sendo duas simples (Jandaíra e Maraú) e duas aglutinadas (Caeté e Muritiba).

A quarta categoria mais incidente é a dos hagiopônimos, com 14 formas de origem portuguesa, das quais uma é aglutinada (Santana) e 13, justapostas (Santa Inês, Santa Maria, Santa Terezinha, Santo Amaro, Santo Antônio, Santo Estevão do Jacuípe, Santo Inácio, São Felipe, São Félix, São Francisco, São Gonçalo dos Campos, São Miguel das Matas e São Sebastião).

A quinta ordem mais numerosa (12 ocorrências) é a dos geomorfotopônimos, dez dos quais portugueses, entre eles, uma forma simples (Barra), uma flexional (Barreiras), duas derivadas (Esplanada e Serrinha), e seis justapostas (Baixa Grande, Barra da Estiva, Brotas de Macaúbas, Monte Alegre, Monte Santo e Morro do Chapéu); e duas formas aglutinadas de procedência Tupi (Ibipetuba e Itambé).

A sexta categoria mais representativa é a dos antropotopônimos, com dez nomes portugueses, dos quais três simples (Anchieta, Pombal e Seabra), os demais, justapostos (Afonso Pena, Castro Alves, Cícero Dantas, Djalma Dutra, Euclides da Cunha, Nilo Peçanha e Ruy Barbosa).

Na sétima posição como categorias mais incidentes (oito ocorrências cada), figuram os animotopônimos e os hierotopônimos. Entre estes, há duas formas simples: uma de procedência Tupi (Curaçá), outra, portuguesa (Salvador); as demais são justapostas portuguesas (Bom Jesus da Lapa,

Conceição da Feira, Conceição do Coité, Cruz das Almas, Santa Cruz Cabrália e Santíssimo Coração de Maria). Aqueles são formas portuguesas: uma simples (Glória), uma aglutinada (Belmonte), uma derivada (Amargosa), cinco, justapostas (Boa Nova, Bom Sucesso, Bonfim, Mundo Novo e Valença).

Na oitava posição entre as categorias mais representativas estão os ergotopônimos e os zootopônimos, com seis ocorrências cada. Entre aqueles, há três formas de procedência Tupi (a aglutinada Jequié e as justapostas Itaquara e Paripiranga); e três portuguesas (a justaposta Pilão Arcado e as flexionais Caravelas e Maracás); entre esses, há cinco formas simples – uma Kimbunda (Caculé) e quatro Tupi (Guanambi, Irará, Tucano e Uauá) – e a forma justaposta Tupi Camamu.

Com cinco ocorrências, a quartúltima categoria menos numerosa é a dos litotopônimos, em que há: duas formas simples portuguesas (Areia e Lage), duas formas justapostas Tupi (Itaberaba e Itabuna) e uma forma aglutinada Tupi (Jacobina).

Na antepenúltima posição, com apenas três ocorrências cada, estão os etnotopônimos e os sociotopônimos. Entre estes, formas justapostas: uma Tupi (Jeremoabo), as demais, portuguesas (Feira de Santana e Porto Seguro); entre aqueles, há uma forma simples de provável origem Kariri (Sento Sé), uma aglutinada Tupi (Taperoá) e uma flexional portuguesa (Ilhéus).

Na penúltima posição como taxes mais representativas (apenas duas ocorrências cada), estão os ecotopônimos e os poliotopônimos. Entre estes, há duas formas justapostas, uma Tupi (Ubaitaba), outra portuguesa (Vila Velha); entre aqueles, uma forma aglutinada de procedência Tupi (Jaguaquara) e uma justaposta portuguesa (Casa Nova).

Como classes menos incidentes (apenas uma ocorrência cada), estão: o axiotopônimo Conde, o higienotopônimo Saúde e o historiotopônimo Conquista, formas simples portuguesas; o estematopônimo Queimadas, forma flexional portuguesa; o meteorotopônimo Brumado e o odotopônimo Encruzilhada, formas derivadas portuguesas e o somatotopônimo justapositivo de origem Tupi Camamu.

Cruzando todas essas informações, chega-se ao quadro-resumo 3, exposto na próxima página.

Quadro-resumo 3: 1940 – Toponímia dos municípios baianos: categorização, procedência e processos de formação

categorias	FORMAS DE ORIGEM PORTUGUESA				HIBRIDISMOS LUSO-TUPI		TUPINISMOS			AFRICANISMOS	FORMA DE ORIGEM KARIRI
	simples	flexão	derivação	justaposição	simples	justaposição	simples	justaposição	aglutinação	simples	simples
animotopônimos	1	–	1	5	1	–	–	–	–	–	–
antropotopônimos	3	–	–	7	–	–	–	–	–	–	–
axiotopônimos	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
corotopônimos	16	–	–	–	–	1	16	–	–	–	–
ecotopônimos	–	–	–	1	–	–	–	–	1	–	–
ergotopônimos	1	2	–	1	–	–	–	2	1	–	–
estematotopônimos	–	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–
etnotopônimos	–	1	–	–	–	–	1	–	–	–	1
fitotopônimos	2	3	2	4	–	–	2	–	2	–	–
geomorfotopônimos	1	1	2	6	–	–	–	–	2	–	–
hagiotopônimos	–	–	–	13	1	–	–	–	–	–	–
hidrotopônimos	1	–	3	3	–	1	–	7	2	–	–
hierotopônimos	1	–	–	6	–	–	1	–	–	–	–
higienotopônimos	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
historiotopônimos	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
litotopônimo	2	–	–	–	–	–	–	2	1	–	–
meteorotopônimos	–	–	1	–	–	–	–	–	–	–	–
odotopônimos	–	–	1	–	–	–	–	–	–	–	–
poliotopônimos	–	–	–	1	–	–	–	1	–	–	–
sociotopônimos	–	–	–	2	–	–	–	1	–	–	–
zootopônimos	–	–	–	–	–	–	4	1	–	1	–

#### 5.1.4 A sincronia 1970

A partir das informações do Quadro B (Apêndice C), observamos a seguinte distribuição percentual da toponímia dos municípios baianos em 1970:

**Quadro 8: 1970 – Número de ocorrências e distribuição percentual em ordem decrescente dos nomes dos municípios baianos por categorias toponímicas específicas**

<b>categorias</b>	<b>nº de ocorrências</b>	<b>%</b>
corotopônimos	43	12,75
hidrotopônimos	41	12,16
fitotopônimos	39	11,57
geomorfotopônimos	35	10,38
antropotopônimos	32	9,5
zootopônimos	19	5,63
hagiotopônimos	18	5,34
hierotopônimos	15	4,5
ergotopônimos	14	4,15
poliotopônimos	14	4,15
litotopônimo	13	3,85
animotopônimos	12	3,56
axiotopônimos	10	2,96
etnotopônimos	5	1,48
cronotopônimos	4	1,18
ecotopônimos	4	1,18
sociotopônimos	4	1,18
odotopônimos	3	0,9
astrotopônimos	2	0,59
somatotopônimos	2	0,59
cardinotopônimo	1	0,3
dirrematopônimos	1	0,3
estematopônimos	1	0,3
higienotopônimos	1	0,3
historiotopônimos	1	0,3
meteorotopônimos	1	0,3
mineratopônimo	1	0,3
mitotopônimo	1	0,3

Conforme acima exposto, nesta sincronia, as classes toponímicas mais expressivas são os corotopônimos, com 43 formas, assim distribuídas: uma forma derivada de procedência portuguesa (Olindina); as demais são formas simples, de diferentes procedências: três africanas (Gongoji, Gandu e Quinjingue.); uma francesa (Caém); 17 portuguesas (Água Fria, Alcobaça, Brumado, Cafarnaum, Camaçari, Candeal, Carinhanha, Cipó, Firmino Alves, Gavião, Lençóis, Nazaré, Rio de Contas, Rio do Antônio, Rio do Pires, Rio Real e São Desidério); 21 Tupi<sup>95</sup> (Andaraí, Aramari, Aratuípe, Cairu, Catu,

<sup>95</sup> Ver nota anterior.

Condeúba, Inhambupe, Itanhém, Itaparica, Itapicuru, Itiúba, Jaguarari, Jiquiriçá, Mortugaba, Mucugê, Mucuri, Paramirim, Pojuca, Una, Urandi e Utinga).

Com 41 ocorrências, a segunda categoria mais incidente é a dos hidrotopônimos, em que há:

- um hibridismo justaposto luso-Tupi (Itaju do Colônia);
- 11 formas portuguesas – uma simples (Cachoeira), uma flexional (Brejões), três derivadas (Alagoinhas, Correntina e Remanso), seis justapostas (Entre Rios, Riachão das Neves, Riachão do Jacuípe, Riacho de Santana, Ribeira do Amparo e Ribeira do Pombal) – ; e
- 29 formas Tupi – 12 aglutinadas (Boquira, Chorrochó, Coribe, Cotegipe, Igaporã, Itajuípe, Itapebi, Ituberá, Macarani, Maragogipe, Mutuípe e Pindaí) e 17 justapostas (Iaçu, Ibicaraí, Iguai, Ipiaú, Ipirá, Irecê, Itacaré, Itagi, Itagimirim, Itamari, Itororó, Ituaçu, Jacaraci, Jaguaripe, Paratinga, Piripá e Uibaí).

A terceira categoria mais abundante é a dos fitotopônimos, com 39 nomes. Entre os portugueses, há: cinco formas simples (Canarana, Cansanção, Jussara, Prado e Xiquexique), três derivadas (Angical, Boninal, Juazeiro), quatro flexionais (Canavieiras, Cocos, Macaúbas, Palmeiras), oito justapostas (Campo Alegre de Lourdes, Campo Formoso, Floresta Azul, Mata de São João, Oliveira dos Brejinhos, Palmas de Monte Alto, Pau Brasil e Tabocas do Brejo Velho). Entre os de procedência Tupi, registram-se seis formas aglutinadas (Buerarema, Ibiraporã, Jeremoabo, Jitaúna, Muritiba e Pindobaçu), 12 justapostas (Acajutiba, Biritinga, Caatiba, Caetité, Ibirapitanga, Ibirataia, Ibotirama, Ipécaetá, Macajuba, Piritiba, Sapeaçu e Ubatã) e uma simples (Maraú).

A quarta categoria mais abundante é a dos geomorfotopônimos, com 35 formas, assim distribuídas:

- um hibridismo justaposto luso-Tupi (Morpará);
- 18 formas portuguesas, sendo uma simples (Barra), uma flexional (Barreiras), uma aglutinada (Planalto), quatro derivadas (Esplanada, Pedrão, Planaltino e Serrinha) e 11 justapostas (Baixa Grande, Barra da Estiva, Barra do Choça, Barra do Mendes, Barra do Rocha, Brotas de Macaúbas, Monte Santo, Morro do Chapéu, Serra Dourada, Serra Preta e Várzea do Poço); e

- 16 formas de procedência Tupi, sendo sete aglutinadas (Aporá, Botuporã, Ibititá, Itambé, Itarantim, Itiruçu e Potiraguá) e nove justapostas (Ibiassucê, Ibicoara, Ibipeba, Ibiquera, Ibitiara, Itabuna, Itapetinga, Itapitanga e Itaquara).

A quinta categoria mais incidente é a dos antropotopônimos, com 32 nomes, dos quais apenas um homenageia uma mulher; além disso, registram-se uma forma simples de procedência alemã (Wagner) e uma outra, portuguesa (Seabra), origem também das demais, justapositivas<sup>96</sup>.

Como sexta categoria mais abundante, estão os zootopônimos, representados por 19 nomes, dentre os quais:

- duas formas simples de origem africana (Caculé e Candiba);
- uma híbrida flexional de procedência luso-Tupi (Ouriçangas);
- cinco formas portuguesas, sendo duas flexionais (Antas e Cordeiros) e três simples (Jandaíra, Tucano e Uauá); e
- 11 de procedência Tupi, sendo seis simples (Anajé, Guanambi, Ichu, Irará, Itanagra e Uruçuca) e cinco justapostas (Camamu, Guaratinga, Iramaia, Macururé e Tanhaçu).

Com 18 nomes<sup>97</sup>, todos justapositivos e de procedência portuguesa, os hagiotoopônimos são a sexta categoria mais representativa.

A sétima categoria mais abundante é a dos hierotopônimos, com 15 formas, das quais: duas de origem Tupi: uma simples (Curaçá), outra justaposta (Ipupiara); e 13 portuguesas, dentre as quais uma simples (Salvador), uma flexional (Milagres) e onze justapostas (Conceição da Feira, Conceição do Almeida, Conceição do Coité, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Cruz das Almas, Livramento do Brumado, Santa Cruz Cabrália, Santa Cruz da Vitória, Santaluz e Vera Cruz).

---

<sup>96</sup> São elas: Amélia Rodrigues, Antônio, Cardoso, Antônio Gonçalves, Aurelino Leal, Cândido Sales, Castro Alves, Cícero Dantas, Dário Meira, Elísio Medrado, Érico Cardoso, Euclides da Cunha, Firmino Alves, Lafayette Coutinho, Lauro de Freitas, Licínio de Almeida, Manoel Vitorino, Marcionílio Souza, Medeiros Neto, Miguel Calmon, Muniz Ferreira, Nilo Peçanha, Paulo Afonso, Pedro Alexandre, Ruy Barbosa, Sátiro Dias, Sebastião Laranjeiras, Simões Filho, Souto Soares, Teodoro Sampaio e Wenceslau Guimarães

<sup>97</sup> São eles: Bom Jesus da Lapa, Santa Bárbara, Santa Brígida, Santa Inês, Santa Maria da Vitória, Santa Terezinha, Santaluz, Santana, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, Santo Estevão, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Gonçalo dos Campos, São Miguel das Matas, São Sebastião do Passe e Senhor do Bonfim.

Na oitava posição como *taxes* mais incidentes figuram os ergotopônimos e os poliotopônimos, com 14 formas cada. Entre os ergotopônimos, há: uma forma simples de procedência africana (Maiquinique), especificamente, Kikongo; um hibridismo luso-Tupi flexional (Maracás); três formas de procedência Tupi, sendo uma aglutinada (Jequié) e duas justapostas (Irajuba e Paripiranga); e 8 formas portuguesas, sendo uma simples (Mascote), três flexionais (Candeias, Caravelas e Poções), duas justapostas (Caldeirão Grande e Pilão Arcado) e três derivadas (Malhada, Tanquinho e Tremendal).

Já os poliotopônimos estão assim distribuídos: uma forma híbrida justapositiva de raízes anglo-helênicas (Teolândia); uma justapositiva de raízes gregas (Crisópolis); duas de procedência Tupi, sendo uma simples (Mairi) e a outra, justaposta (Ubaitaba); e dez híbridas justapositivas de raízes luso-européia (Baianópolis, Brejolândia, Canápolis, Catolândia, Cravolândia, Cristópolis, Retirolândia, Serrolândia, Teofilândia e Santanópolis).

Com 13 ocorrências, a oitava categoria mais numerosa é a dos litotopônimos, em que há: oito formas portuguesas – uma simples (Laje), quatro derivadas (Almadina, Lajedão, Lajedinho e Lamarão), três justapostas (Barro Preto, Malhada de Pedras e Terra Nova); e cinco Tupi: uma aglutinada (Jacobina), quatro, justapostas (Ibicuí, Ibipitanga, Itaberaba e Itaetê).

A décima categoria mais significativa é a dos animotopônimos, com 12 ocorrências: uma forma híbrida justapositiva luso-Tupi (Boa Vista do Tupim); duas formas aglutinadas de procedência Tupi (Botuporã e Mirangaba); e dez formas portuguesas: duas aglutinadas (Amargosa e Belmonte), três simples (Glória, Valença e Valente) e cinco justapostas (Belo Campo, Boa Nova, Formosa do Rio Preto, Mundo Novo e Vitória da Conquista).

Na décima-primeira posição entre as *taxes* mais representativas, figuram os axiotopônimos, com dez nomes, entre os quais, há: duas formas de origem Tupi: uma aglutinada (Abaíra), outra justaposta (Abaré); e oito formas portuguesas: uma simples (Conde), as demais, justapostas (Cardeal da Silva, Coronel João Sá, Dom Basílio, Dom Macedo, Governador Mangabeira, Presidente Dutra e Presidente Jânio Quadros).

A décima-segunda categoria mais numerosa é a dos etnotopônimos, representada por cinco formas: uma simples de provável procedência Kariiri



(Sento Sé), uma justaposta de origem Tupi (Taperoá) e três portuguesas – uma justaposta (Gentio do Ouro), duas flexionais (Ilhéus e Rodelas).

Na décima-terceira posição entre as categorias mais abundantes, estão os cronotopônimos, os ecotopônimos e os sociotopônimos, com quatro ocorrências cada. Todos os cronotopônimos são formas justapostas: três tem procedência portuguesa (Nova Canaã, Nova Soure e Nova Viçosa), o outro é hibridismo luso-Tupi (Nova Itarana). Três dos ecotopônimos são formas justapositivas, sendo uma de procedência portuguesa (Casa Nova), as demais, Tupi (Aiquara e Iraquara), língua da qual provém a única forma aglutinada (Jaguaquara). Entre os sociotopônimos, há três formas justapostas portuguesas (Feira de Santana, Porto Seguro e Salinas da Margarida) e uma aglutinada de origem Tupi (Ubaíra).

Com apenas três ocorrências, a terceira categoria menos incidente é a dos odotopônimos – uma forma portuguesa derivada (Encruzilhada) e duas formas Tupi, uma justaposta (Itapé), a outra, aglutinada (Jussiape).

Empatadas, como penúltimas classes e duas lexias cada, estão:

- os astrotopônimos – duas formas justapostas Tupi (Araci e Coaraci);
- os historiotopônimos – duas formas portuguesas, uma flexional (Caravelas), outra, justaposta (Contendas do Sincorá); e
- os somatotopônimos – formas justapostas de procedência Tupi (Camacan e Piatã).

As categorias menos incidentes registraram apenas uma ocorrência cada. Entre os nomes de origem portuguesa, há um cardinotopônimo derivado (Central), um estematopônimo flexional (Queimadas) e um higienotopônimo simples (Saúde). Entre os de procedência Tupi, há três formas aglutinadas (o dimensiotopônimo Aporá, o mineratopônimo Itagiba e o mitotopônimo Anguera) e duas justapostas (o dirrematopônimo Tapiramutá, e o meteorotopônimo Aracatu).

Cruzando e sintetizando todas essas informações, chega-se ao quadro-resumo 4, exposto na próxima página.

Quadro-resumo 4: 1970 – Toponímia dos municípios baianos: categorização, procedência e processos de formação

categorias	FORMAS DE ORIGEM PORTUGUESA				HIBRIDISMOS LUSO-TUPI		TUPINISMOS			FORMA DE ORIGEM AFRICANA	FORMA DE ORIGEM KARIRI	FORMAS DE ORIGEM EUROPÉIA		
	simples	flexão	derivação	justaposição	simples	justaposição	flexão	simples	justaposição	aglutinação	simples	simples	simples	hibridismo
animotopônimos	3	–	–	5	2	1	–	–	–	1	–	–	–	–
antropotopônimos	1	–	–	31	–	–	–	–	–	–	–	–	1 (alemão)	–
astrotopônimos	–	–	–	–	–	–	–	–	2	–	–	–	–	–
axiotopônimos	1	–	–	6	–	–	–	–	1	1	–	–	–	–
cardinotopônimo	–	–	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
corotopônimos	20	–	1	–	–	–	–	18	–	–	3	–	1 (francês)	–
cronotopônimos	–	–	–	3	–	1	–	–	–	–	–	–	–	–
dirrematopônimos	–	–	–	–	–	–	–	–	1	–	–	–	–	–
ecotopônimos	–	–	–	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
ergotopônimos	–	2	3	2	–	–	1	–	2	1	1	–	–	–
estematotopônimos	–	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
etnotopônimos	–	2	–	1	–	–	–	–	1	–	–	1	–	–
fitotopônimos	5	4	3	8	–	–	–	1	11	6	–	–	–	–
geomorfotopônimos	1	1	4	11	1	1	–	–	9	7	–	–	–	–
hagiotopônimos	–	–	–	17	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–
hidrotopônimos	1	1	3	6	–	1	–	–	17	12	–	–	–	–
hierotopônimos	1	1	–	11	–	–	–	1	1	–	–	–	–	–
higienotopônimos	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
historiotopônimos	–	1	–	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
litotopônimo	1	–	4	3	–	–	–	–	4	1	–	–	–	–
meteorotopônimos	–	–	–	–	–	–	–	–	1	–	–	–	–	–
mineratopônimo	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1	–	–	–	–
mitotopônimo	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1	–	–	–	–
odotopônimos	1	–	–	–	–	–	–	–	1	1	–	–	–	–
poliotopônimos	–	–	–	–	–	–	–	1	1	–	–	–	–	1 (anglo-helênico) 4 (luso-helênico) 6 (luso-anglo)
sociotopônimos	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1	–	–	–	–
somatotopônimos	–	–	–	–	–	–	–	–	1	–	–	–	–	–
zootopônimos	3	2	–	–	–	–	1	6	9	1	2	–	–	–

### 5.1.5 A atual sincronia

A partir das informações do Quadro A (Apêndice C), observamos a seguinte distribuição percentual da toponímia dos municípios baianos em 2000:

**Quadro 9: 2000 – Distribuição percentual em ordem decrescente dos nomes dos municípios baianos por categorias toponímicas**

categorias	nº de ocorrências	%
corotopônimos	55	13,19
fitotopônimos	49	11,75
geomorfotopônimos	45	10,80
hidrotopônimos	41	9,85
antropotopônimos	39	9,35
hagiotopônimos	24	5,75
zootopônimos	24	5,75
ergotopônimos	17	4,07
litotopônimos	17	4,07
poliotopônimos	17	4,07
hierotopônimos	16	3,83
animotopônimos	13	3,11
axiotopônimos	11	2,65
cronotopônimos	9	2,16
ecotopônimos	7	1,67
sociotopônimos	6	1,45
etnotopônimos	5	1,2
odotopônimos	5	1,2
astrotopônimos	2	0,48
cardinotopônimos	2	0,48
estematotopônimos	2	0,48
historiotopônimos	2	0,48
meteorotopônimos	2	0,48
mitotopônimos	2	0,48
somatotopônimos	2	0,48
dirrematopônimos	1	0,24
higienotopônimos	1	0,24
mineratopônimos	1	0,24

Conforme demonstrado, a categoria toponímica mais representativa é a dos corotopônimos, com 55 formas que retomam a nomenclatura original de cursos d'água, cidades, continentes, serras e ilha. Todos são formas simples, exceto as portuguesas Olindina (derivada) e América Dourada (justaposta). Quanto à procedência, 26 são Tupi<sup>98</sup> (Andaraí, Aramari, Aratuípe, Cairu, Catu, Condeúba, Coribe, Cotegipe, Igrapiúna, Inhambupe, Itanhém, Itaárica, Itapicuru, Itiúba, Jaguarari, Jaguaripe, Jiquiriçá, Jucuruçu, Mortugaba, Mucugê, Mucuri, Paramirim, Pojuca, Una, Urandi e Utinga); 25 portuguesas (Água Fria, Alcobaça, Bonito, Brumado, Cafarnaum, Camaçari, Candeal, Cipó, Correntina,

<sup>98</sup> Ver nota 52.

Fátima, Filadélfia, Gavião, Lençóis, Nazaré, Ribeirão do Largo, Rio de Contas, Rio do Antônio, Rio do Pires, Rio Real, São Desidério, Vereda, além das duas já citadas); três africanas (Gandu, Gongoji e Quinjingue); e uma francesa (Caém).

Como segunda categoria mais representativa, figuram os fitotopônimos, com 49 formas, assim distribuídas:

a) uma híbrida luso-Tupi, de estrutura flexional (Caraíbas);

b) 25 portuguesas, das quais:

- uma aglutinada (Boninal);
- três derivadas (Angical, Juazeiro e Quixabeira);
- quatro simples (Canarana, Cansanção, Jussara e Xiquexique);
- seis flexionadas (Araçás, Canavieiras, Cocos, Macaúbas, Palmeiras e Umbranas); e

- 11 justapostas (Campo Alegre de Lourdes, Campo Formoso, Capim Grosso, Floresta Azul, Mata de São João, Mulungu do Morro, Muquém do São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Palmas de Monte Alto, Pau Brasil e Tabocas do Brejo Velho).

c) 22 Tupi, das quais:

- quatro simples (Guajeru, Jaborandi, Macajuba e Maraú);
- seis aglutinadas (Buerarema, Jeremoabo, Jitaúna, Maetinga, Muritiba e Pindobaçu); e

- 12 justapostas (Acajutiba, Biritinga, Buritirama, Caatiba, Caetité, Ibirapitanga, Ibirapoã, Ibirataia, Ibotirama, Ipecaetá, Piritiba, Sapeaçu e Ubatã).

Como terceira categoria mais numerosa estão os geomorfotopônimos, representados por 44 formas, assim distribuídas:

a) três híbridas luso-Tupi, dos quais:

- uma aglutinada (Morpará);
- duas justapostas (Itabela e Itaguaçu da Bahia);

b) 24 de procedência portuguesa, dos quais:

- uma simples (Barra);
- uma aglutinada (Planalto);
- sete derivadas (Barreiras, Esplanada, Lapão, Pedrão, Planaltino, Serrinha e Varzedo);

- 15 justapostas (Baixa Grande, Barra da Estiva, Barra do Choça, Barra do Mendes, Barra do Rocha, Barro Alto, Brotas de Macaúbas, Monte Santo, Morro do Chapéu, Pé de Serra, Serra Dourada, Serra Preta, Várzea da Roça, Várzea do Poço e Várzea Nova);

c) 17 de procedência Tupi, dos quais:

- seis aglutinadas (Aporá, Botuporã, Ibititá, Itambé, Itarantim e Potiraguá);

- 11 justapostas (Apuarema, Ibiassucê, Ibicoara, Ibipeba, Ibiquera, Ibitiara, Itabuna, Itapetinga, Itapitanga, Itaquara e Itatim).

Na quarta posição como categorias mais abundantes, estão os hidrotopônimos, com 42 formas, assim distribuídas:

a) uma forma híbrida luso-Tupi, de estrutura justaposta (Itaju do Colônia);

b) 14 formas de procedência portuguesa, dos quais:

- uma simples (Cachoeira);

- uma flexional (Alagoinhas);

- duas derivadas (Brejões e Remanso);

- nove justapostas (Cabaceiras do Paraguaçu, Entre Rios, Lagoa Real, Piraí do Norte, Riachão das Neves, Riachão do Jacuípe, Riacho de Santana, Ribeira do Amparo e Ribeira do Pombal);

c) 27 formas de procedência Tupi, dos quais:

- 11 aglutinadas (Boquira, Chorochó, Igaporã, Itajuípe, Itiruçu, Ituberá, Jussari, Macarani, Maragogipe, Mutuípe e Pindaí); e

- 17 justapostas (Iaçu, Ibicaraí, Iguai, Ipiaú, Ipirá, Irecê, Itacaré, Itagi, Itagimirim, Itamari, Itapebi, Itororó, Ituaçu, Jacaraci, Paratinga, Piripá e Uibaí).

A quinta categoria mais numerosa é a dos antropotopônimos, representados por 39 formas, assim distribuídas:

a) três formas simples procedentes do Velho Mundo, mas não portuguesas: Banzaê (persa), Wagner (alemão) e Wanderley (holandês);

b) 36 formas portuguesas, uma das quais simples (Seabra), as demais, justapostas (Amélia Rodrigues, Antônio Cardoso, Antônio Gonçalves, Aurelino Leal, Cândido Sales, Castro Alves, Cícero Dantas, Dário Meira, Dias D'Ávila, Elísio Medrado, Érico Cardoso, Euclides da Cunha, Firmino Alves, João

Dourado, Lafayete Coutinho, Lauro de Freitas, Licínio de Almeida, Luís Eduardo Magalhães, Manoel Vitorino, Marcionílio Souza, Medeiros Neto, Miguel Calmon, Muniz Ferreira, Nilo Peçanha, Paulo Afonso, Pedro Alexandre, Rafael Jambeiro, Ruy Barbosa, Sátiro Dias, Sebastião Laranjeiras, Simões Filho, Souto Soares, Teixeira de Freitas, Teodoro Sampaio e Wenceslau Guimarães).

Ainda em referência aos antropotopônimos, vamos deixar o registro de alguns fatos a serem posteriormente retomados:

- apenas um homenageia uma figura feminina (Amélia Rodrigues);
- três se referem a famílias (Banzaê, Seabra e Wanderley), embora os dois últimos citados sejam, em verdade, homenagem a dois políticos, integrantes desses núcleos familiares;
- 17 são homenagens a figuras da política;
- 16 honram personalidades não-oriundas da política, mas de relevantes serviços prestados à comunidade.

Na sexta posição entre as categorias mais abundantes, com 24 ocorrências cada, figuram:

1) os hagiopônimos, 24 formas de procedência portuguesa, sendo uma aglutinada (Santana) e as demais, justapostas (Bom Jesus da Lapa, Bom Jesus da Serra, Santa Bárbara, Santa Brígida, Santa Inês, Santa Maria da Vitória, Santa Rita de Cássia, Santa Terezinha, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, Santo Estevão, São Domingos, São Felipe, São Félix, São Félix do Coribe, São Francisco do Conde, São Gabriel, São Gonçalo dos Campos, São José da Vitória, São José do Jacuípe, São Miguel das Matas, São Sebastião do Passe e Senhor do Bonfim); e

2) os zootopônimos, assim distribuídos:

- a) a forma híbrida flexional luso-Tupi Ouriçangas;
- b) dois de procedência africana e de estrutura simples (Caculé e Candiba);
- c) nove de procedência portuguesa, sendo: três de estrutura flexionada (Antas, Ouricangas e Cordeiros); e seis de estrutura simples (Andorinha, Carinhanha, Iuiu, Jandaíra, Tucano e Uauá);

d) 14 de procedência Tupi, sendo seis de estrutura simples (Anajé, Guanambi, Ichu, Irará, Itanagra e Uruçuca), um aglutinado (Saubara) e cinco justapostos (Camamu, Guaratinga, Iramaia, Macururé e Tanhaçu).

Na sétima posição como categorias mais abundantes, com 17 ocorrências cada, figuram os ergotopônimos, os litotopônimos e os poliotopônimos. Entre estes, há:

a) duas formas justapostas de raízes gregas (Crisópolis e Eunópolis);

b) duas formas de procedência Tupi, uma simples (Mairi), outra justaposta (Ubaitaba)

c) uma forma híbrida de elementos anglo-helênicos e estrutura justapositiva (Teolândia);

d) doze formas luso-européias, sendo três aglutinadas (Santanópolis, Serrolândia e Teofilândia) e nove justapostas (Baianópolis, Brejolândia, Canápolis, Catolândia, Cravolândia, Cristópolis, Heliópolis, Ouroândia e Retirolândia).

Entre os litotopônimos, há:

a) 10 formas portuguesas, sendo: duas simples (Laje e Tremendal), quatro derivadas (Almadina, Lajedão, Lajedinho, Lamarão), uma flexional (Barrocas) e quatro justapostas (Barro Preto, Lajedo do Tabocal, Malhada de Pedras e Terra Nova);

b) seis formas Tupi, sendo duas aglutinadas (Itamaraju e Jacobina) e as demais, justapostas (Ibicuí, Ibipitanga, Itaberaba e Itaetê).

Por sua vez, os ergotopônimos estão assim distribuídos:

a) uma forma africana, de estrutura simples (Maiquinique);

b) quatro Tupi, sendo: uma de estrutura simples (Arataca), duas justapostas (Irajuba e Paripiranga) e uma aglutinada (Jequié);

c) 12 portuguesas: uma de estrutura simples (Mascote); três justapostas (Caldeirão Grande, Pilão Arcado e Tanque Novo); três derivadas (Malhada, Mirante e Tanquinho); e cinco flexionais (Candeias, Caravelas, Maracás, Pintadas e Poções).

Na oitava posição como categorias mais abundantes, com 16 lexias cada, estão os hierotopônimos, que se encontram assim distribuídos:

a) um Tupi, de estrutura simples (Curaçá);

b) 15 portugueses, sendo: um simples (Salvador), dois flexionais (Caetanos e Milagres) e os demais, justapostos (Conceição da Feira, Conceição do Almeida, Conceição do Coité, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Cruz das Almas, Livramento de Nossa Senhora, Madre de Deus, Santa Cruz Cabrália, Santa Cruz da Vitória, Santaluz e Vera Cruz).

A nona categoria mais abundante é a dos animotopônimos, com 13 nomes, assim distribuídos quanto à procedência:

a) um Tupi, de estrutura aglutinada (Mirangaba);

b) 12 portugueses, sendo: um aglutinado (Belmonte), dois derivados (Amargosa e Mansidão), três simples (Glória, Valença e Valente) e seis, justapostos (Belo Campo, Boa Nova, Boa Vista do Tupim, Formosa do Rio Preto, Mundo Novo e Vitória da Conquista).

A décima categoria mais numerosa é a dos axiotopônimos (11 nomes), que têm a seguinte distribuição quanto à procedência:

a) duas formas Tupi, uma aglutinada (Abaíra), outra justaposta (Abaré);

b) nove formas portuguesas, sendo: uma simples (Conde), e as demais, justapostas (Cardeal da Silva, Coronel João Sá, Dom Basílio, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Presidente Dutra, Presidente Jânio Quadros e Presidente Tancredo Neves).

A sexta categoria menos representativa é a dos cronotopônimos, representada por nove formas justapostas de procedência portuguesa (Nova Canaã, Nova Fátima, Nova Ibiá, Nova Itarana, Nova Redenção, Nova Soure, Nova Viçosa, Novo Horizonte e Novo Triunfo).

A quinta categoria menos abundante é a dos ecotopônimos, com sete formas, assim distribuídas: quatro de procedência Tupi, sendo duas aglutinativas (Iraquara e Jaguaquara) e uma justapostiva (Aiquara); do mesmo tipo da de três formas portuguesas (Casa Nova, Sítio do Mato e Sítio do Quinto), língua de origem da única forma derivada (Sobradinho).

A quarta categoria menos representativa é a dos sociotopônimos, com seis nomes, assim distribuídos: uma forma de procedência Tupi e estrutura aglutinada (Abaíra); e cinco portuguesas, justapostas (Capela do Alto Alegre, Feira da Mata, Feira de Santana, Porto Seguro e Salinas da Margarida).

Na terceira posição entre as categorias menos incidentes (5 nomes cada) estão os odotopônimos e os etnotopônimos. Entre os etnotopônimos,



registram-se de uma forma simples de provável origem Kariri (Sento Sé) e de uma justaposta Tupi (Taperoá), além de três portuguesas: uma justaposta (Gentio do Ouro) e duas flexionais (Ilhéus e Rodelas). Entre os odotopônimos, observam-se dois nomes de origem Tupi, um justaposto (Itapé), outro aglutinado (Jussiapé); e três portugueses, um simples (Prado), um justaposto (Ponto Novo), outro derivado (Encruzilhada).

Na segunda posição, como categorias menos incidentes (apenas dois nomes cada), figuram os:

- astrotopônimos: formas justapostas de procedência Tupi (Araci e Coaraci)
- cardinotopônimos: formas derivadas de procedência lusitana (Central e Nordestina);
- estematopônimos: formas portuguesas, uma derivada (Ajustina), outra, flexional (Queimadas);
- historiotoopônimos: formas portuguesas, uma simples (Canudos), outra, justaposta (Contendas do Sincorá);
- meteorotopônimos: uma forma simples portuguesa (Matina), outra, justaposta Tupi (Aracatu)
- mitotopônimos: duas formas de procedência Tupi, uma aglutinada (Anguera), outra justaposta (Ipupiara);
- somatotopônimos: formas justapositivas de procedência Tupi: Camacã e Piatã.

Como categorias menos incidentes (só um nome cada), estão o dimensiotopônimo Aporá (aglutinado Tupi); o dirrematopônimo Tapiramutá (justapositivo Tupi); o higienotopônimo Saúde (simples português); e o mineratopônimo Itagiba (justapositivo Tupi).

Cruzando e sintetizando todas essas informações, chega-se ao quadro-resumo 5, exposto na próxima página.

Quadro-resumo 5: 2000 – Toponímia dos municípios baianos: categorização, procedência e processos de formação

categorias	ORIGEM														
	PORTUGUESA (236 = 56,59% do total)					LUSO-TUPI (5 = 1,19% do total)			TUPI (139 = 33,33% do total)			AFRICANA (9 = 2,15% do total)	KARIRI (1 = 0,23% do total)	OUTRAS (19 = 4,55% do total)	
	simples	flexão	derivação	justaposição	aglutinação	justaposição	aglutinação	flexão	simples	justaposição	aglutinação	simples	simples	simples	hibridismos
animotopônimos	3	–	2	6	1	–	–	–	–	1	2	–	–	–	–
antropotopônimos	1	–	–	35	–	–	–	–	–	–	–	1	–	1 (alemão) 1 (holandês)	–
astrotopônimos	–	–	–	–	–	–	–	–	–	2	–	–	–	–	–
axiotopônimos	1	–	–	8	–	–	–	–	–	1	1	–	–	–	–
cardinotopônimos	–	–	2	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
corotopônimos	21	–	1	1	–	–	–	–	25	–	–	3	–	1 (francês)	–
cronotopônimos	–	–	–	9	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
dirrematopônimos	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1	–	–	–	–	–
ecotopônimos	–	–	1	3	–	–	–	–	–	1	–	–	–	–	–
ergotopônimos	1	5	2	4	–	–	–	–	1	2	1	1	–	–	–
estematopônimos	–	1	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
etnotopônimos	–	2	–	1	–	–	–	–	–	1	–	–	1	–	–
fitotopônimos	4	6	3	11	1	–	–	1	4	12	6	–	–	–	–
geomorfotopônimos	1	–	7	15	1	2	1	–	–	11	5	–	–	–	–
hagiotopônimos	–	–	–	24	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
hidrotopônimos	1	1	2	9	–	1	–	–	–	17	11	–	–	–	–
hierotopônimos	1	2	–	12	–	–	–	–	1	–	–	–	–	–	–
higienotopônimos	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
historiotopônimos	1	–	–	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
litotopônimos	2	1	4	4	–	–	–	–	–	4	2	–	–	–	–
meteorotopônimos	1	–	–	–	–	–	–	–	–	1	–	–	–	–	–
mineratopônimos	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1	–	–	–	–	–
mitotopônimos	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1	1	–	–	–	–
odotopônimos	1	–	1	1	–	–	–	–	–	1	1	–	–	–	–
poliotopônimos	–	–	–	–	–	–	–	–	1	1	–	–	–	2 (grego)	5 (luso-anglo) 7 (luso-helênico) 1 (anglo-hlenico)
sociotopônimos	–	–	–	5	–	–	–	–	–	–	1	–	–	–	–
somatotopônimos	–	–	–	–	–	–	–	–	–	2	–	–	–	–	–
zootopônimos	6	3	–	–	–	–	–	–	6	8	2	2	–	–	–
TOTAL	46	21	26	139	4	3	1	1	38	68	33	9	1	6	13

## 5.2 Descrição dos dados diacrônicos: as mudanças toponímicas

A partir dos estudos preliminares do nosso *corpus*, observamos que os topônimos dos atuais municípios baianos passaram, ao longo da história por mudanças que atingiram ora o seu termo genérico, ora o específico. Embora neste estudo interesse-nos as alterações dos termos específicos, pudemos notar um curioso tipo de alteração dos termos genéricos, que passamos a explicar brevemente, por se constituir tema de interesse para futuras frentes de trabalho. Nessas mudanças – em geral sistemáticas, ocorridas especificamente durante o período do Império, embora algumas localidades tenham adentrado até mesmo a Era Vargas com essas denominações –, os termos genéricos passam de simples (Aldeia, Vila, Cidade, etc.) a compostos (Vila Bela, Vila Nova, Vila Imperial, etc.), como se o denominador quisesse louvar a localidade ou destacar-lhe uma característica: Vila de Santo Antônio de Jacobina > Agrícola Cidade de Jacobina (destaques: mudança do *status* político e traço de sua cultura material), Bonfim > Cidade Nova da Revolução (louvor à primeira cidade baiana a aderir à República), Santíssimo Sacramento de Itaparica > Intrépida Ilha de Itaparica > Denodada Ilha de Itaparica (intrépida e denodada por seu papel no processo de independência da Bahia).

Com base no registro dos sucessivos nomes atribuídos a cada um dos municípios constante do segundo volume desta tese, observamos que, dos atuais municípios baianos, apenas 62 conservaram seus topônimos originais: Abaré, Andaraí, Andorinha, Antas, Apuarema, Araçás, Aramari, Baixa Grande, Banzaê, Barra do Mendes, Belo Campo, Brejões, Caetanos, Cafarnaum, Cansanção, Canudos, Caraíbas, Chorrochó, Cocos, Encruzilhada, Esplanada, Firmino Alves, Ibiquera, Itabela, Itatim, Itiruçu, Iuiu, Jaguarari, Jitaúna, Lagoa Real, Lajedinho, Lajedo do Tabocal, Lamarão, Lapão, Macarani, Maetinga, Maiquinique, Malhada, Malhada de Pedras, Mansidão, Nova Redenção, Novo Horizonte, Ouriçangas, Pedrão, Pintadas, Ponto Novo, Porto Seguro, Riacho de Santana, Ribeirão do Largo, Rio do Antônio, Salvador, Santa Cruz da Vitória, Santa Inês, São Domingos, São Gabriel, São José do Jacuípe, Serra do Ramalho, Souto Soares,

Uauá, Várzea da Roça, Várzea Nova e Varzedo. Os demais sofreram um total de 706 mudanças toponímicas, assim distribuídas:

**Quadro 10: Distribuição percentual decrescente dos tipos de mudança toponímica<sup>99</sup>**

tipos	nº de ocorrências	percentual
mudanças totais isoladas	392	55,53%
mudanças totais combinadas	152	21,53%
mudanças formais combinadas	84	11,9%
regressões isoladas	34	4,81%
mudanças formais isoladas	20	2,83%
traduções isoladas	12	1,70%
mudanças internas isoladas	9	1,27%
regressão combinada	3	0,43%

Do quadro acima, depreendemos a seguinte descrição:

1) a maior parte das mudanças toponímicas (544) é do tipo total, isolada ou associada a outros tipos;

2) registram-se 104 mudanças formais, isoladas ou associadas a outros tipos;

3) há, ainda:

a) nove mudanças internas isoladas: Beritinga > Biritinga; Caitaté > Caitité; Guaraci > Coaraci; Igarapiúna > Igrapiúna; Juçari > Jussari; Morro do Paramirim > Morpará; Peripá > Piripá; Vanderlei > Wanderley; Xique-xique > Xiquexique;

b) 37 regressões, sendo:

- 34 isoladas: Areia > São Vicente Ferrer de Areia > Areia; Barra da Estiva > Jussiape > Barra da Estiva; Barreiras > Governador Antônio Balbino > Barreiras; Barro Preto > Governador Lomanto Júnior > Barro Preto; Boa Nova > Poções > Boa Nova; Boipeba > Taperoá > Boipeba; Bonfim > Revolução > Bonfim; Caem > Anselmo da Fonseca > Caem; Campo Largo > Nossa Senhora de Santana do Campo Largo > Campo Largo; Casa Nova > Nova Casa Nova > Casa Nova; Conceição do Almeida > Afonso Pena > Conceição do Almeida; Conquista > Vitória > Conquista; Feira de Santana > Feira > Feira de Santana; Gameleira > São João da Gameleira > Gameleira; Itanhém > Água Fria > Itanhém; Itaparica > Santíssimo Sacramento de Itaparica > Itaparica; Jussiape > Barra da Estiva > Jussiape; Milagres > Nossa Senhora dos Milagres > Milagres; Mucuri > São José

<sup>99</sup> Reveja a tipologia das mudanças toponímicas propostas nesta Tese nas páginas de 59 a 63.

de Porto Alegre > Mucuri; Pilão Arcado > Nova Pilão Arcado > Pilão Arcado; Poções > Boa Nova > Poções (dois registros); Poções > Djalma Dutra > Poções; Santo Antônio de Jesus > Santo Antônio > Santo Antônio de Jesus; São Gonçalo dos Campos > São Gonçalo > São Gonçalo dos Campos; São Sebastião > São Sebastião das Cabeceiras do Passé > São Sebastião; São Sebastião > São Sebastião do Caetité > São Sebastião; Sento Sé > Nova Sento Sé > Sento Sé; Terra Nova > Terra Boa > Terra Nova; Una > Cachoeirinha > Una; Una > Santo Antônio da Barra do Una > Una; Utinga > Bela Vista > Utinga; Wagner > Itacira > Wagner;

- duas internas: Juciape > Caraguataí > Jussiape; Centucé > Manuel Vitorino > Sento Sé; e

- uma externa (por tradução): Preguiça > Conceição > Aiquara;

c) 12 externas (por tradução) isoladas: Almas > Anguera; Barro Vermelho > Ibipitanga; Bebedouro > Iguaba; Beija-flor > Guanambi; Cajueiro > Acajutiba; Espera d'Anta > Tapiramutá; Monte Belo > Botuporã; Rio Branco > Paratinga; Riacho das Pedras > Itagi; Rochedo > Ibititá; Serra Negra > Voturuna; Toca da Onça > Jaguaquara;

Entre as mudanças totais, contam-se:

a) 392 isoladas: Abadia > Cerpa Forte; Açu da Torre > Itanagra; Agenor de Freitas > Barrocas; Água Bela > Bom Jesus; Água Branca > Doutor Alfredo Martins; Água Comprida > Simões Filho; Água Fria > Medeiros Neto; Água Fria > Nova Canaã; Água Fria > São João Batista de Água Fria; Água Preta > Uruçuca; Água Quente > Érico Cardoso; Água Quente > Morro do Fogo; Alegre > Coribe; Alferes > Riachuelo; Almas de Sincorá > Iracema; Anchieta > Piatã; Andrada > Camamu; Arco Verde > São Miguel; Areia > Ubaíra; Arraial > Nossa Senhora do Remanso do Pilão Arcado; Arribal Saia > Santa Luzia; Assunção > Boquira; Baforé > Itapitanga; Baixa do Jacuípe > Feira do Berimbau; Barracão > Rio Real; Barrageira > Patos; Barreiras > Governador Antônio Balbino; Barro Preto > Governador Lomanto Júnior; Bebedouro > Sátiro Dias; Belém > Natal; Berimbau > Macacos; Boa Esperança > Mirante; Boa Sentença > Tamburi; Boa Vista > Tabajara; Boa Vista do Bom Conselho > Serra Preta; Boa Vista do Jacarandá >

Mascote; Boca do Mato > Nossa Senhora da Boa Nova; Boipeba > Nilo Peçanha; Boipeba > Taperoá; Bom Conselho > Cícero Dantas; Bom Jardim > Jardinópolis; Bom Jesus > Vila Rica; Bom Jesus do Rio de Contas > Anchieta; Bom Jesus do Rio de Contas > Remédios; Bom Jesus dos Meiras > Brumado; Bom Jeus > Ibirapoã; Bom Sucesso > Ibitiara; Bonfim > Macururé; Bonfim > Revolução; Boqueirão > Bom Jardim; Borda da Mata > Jequié; Brejinho Grande de Oliveira > Oliveira dos Brejinhos; Bruacas > Campo de São João; Brumado > Livramento; Burieta > Teolândia; Burieta da Palha Mole > Entroncamento; Buritinho > Cristópolis; Burundanga > Tabocas; Cabeças > Governador Mangabeira; Cachoeira da Abadia > Jandaíra; Cachoeira de Manuel Roque > Imbuira; Cachoeira do Pau > Ibirapitanga; Cachoeirinha > Wagner; Caém > Anselmo da Fonseca; Cajazeiras > Nossa Senhora do Desterro; Cajueiro > Crisópolis; Cajueiro > Nordestina; Caldeirão > Itaquara; Camateí > Sebastião Laranjeiras; Camisão > Ipirá; Campestre > Dr. Seabra; Campo Alegre > Catita; Campo de São João > Barro Alto; Campo Grande > Alferes; Campo Largo > Barão de Cotegipe; Campo Largo > Nossa Senhora de Santana do Campo Largo; Campos de São João > Lençóis; Canabrava > Miguel Calmon; Canabrava > Vanderlei; Canabrava do Gonçalo > Uibaí; Canal > João Dourado; Candeal > Cordeiros; Capela > Piraí do Norte; Capivari > Macajuba; Capuame > Dias d'Ávila; Caraíbas > Irecê; Carnaíba > Beija-flor; Casa da Nação > Cipó de Leite; Cascavel > Igarassu; Catita > Campo Alegre de Lourdes; Catuiçara > Teodoro Sampaio; Centucé > Manuel Vitorino; Cerpa Forte > Cachoeira da Abadia; Chapada > Lagoa; Chapada Velha > Nossa Senhora de Brotas de Macaúbas; Chumbo > Santo Antônio; Cinco Vargens > Piritiba; Coité > Macaúbas; Conceição do Almeida > Afonso Pena; Conquista > Vitória; Corujão > Gandu; Crioulos > Nossa Senhora do Livramento das Minas do Rio das Contas; Cuia > São Desidério; Cumbe do Major > Euclides da Cunha; Curral > São João Batista do Jeremoabo do Sítio de Cima; Currallinho > Castro Alves; Currallinho > Ibirocaim; Cururupeba > Madre de Deus; Delfino > Umburanas; Desabafo > Capelinha; Destampina > Itapira; Divino Espírito Santo > Poções; Dois Irmãos > São Sebastião; Doutor Alfredo Martins > Rio Novo; Doutor Alfredo Martins > Ubatã; Duas Barras > Gentio; Duas Barras > Urandi; Duro > Mar

Grande; Engenho de Cipó > Açú da Torre; Entroncamento > Marabá; Escondido > Itamaraju; Esconso > Iraporanga; Espírito Santo de Nova Abrantes > Parafuso; Faisqueira > Tabocas; Fazenda do Gado > Juciapé; Feira do Berimbau > Conceição do Jacuípe; Feirinha do Mocó > Monte Alverne; Forquilha > Paulo Afonso; Fortaleza de São João > Jordão; Frade > Itinga; Freguesia Velha > Campo Formoso; Fundão > Fortaleza de São João; Funis > Faisqueira; Furado > Tanque Novo; Gado Bravo > Licínio de Almeida; Gameleira > Pindaí; Gameleira do Assuruá > Santo Inácio; Gameleira dos Machados > Aracatu; Gatos > Jaborandi; Gentio > Santa Rita das Duas Barras; Guarani > Boninal; Guarani > Ibicuí; Guloso > Novo Triunfo; Guloso > Sítio do Quinto; Ibiaguí > Canápolis; Ibipetuba > Santa Rita de Cássia; Ibirocaim > Dom Basílio; Ibitiguira > Planaltino; Igarassu > Ibicoara; Igatiquira > Cravolândia; Iguaba > Coronel João Sá; Iguaçu > Itaetê; Imbuíra > Manoel Vitorino; Indaiá > Wenceslau Guimarães; Ipecacuanha > Tesouras; Ipitanga > Lauro de Freitas; Iracema > Iramaia; Iraporanga > Campestre; Itabaína > Presidente Tancredo Neves; Itacaré > Guaraci; Itaipava > Poiri; Itanhém > Água Fria; Itapicuru de Cima > Santa Brígida; Itapira > Ubaitaba; Itapiru > Teofilândia; Itapuy > Itororó; Itinga da Serra > Antônio Gonçalves; Jaquetão > Guaratinga; Jardinópolis > Ibotirama; Jibóia > Monte Cruzeiro; Jiquiriçá > Areia; Joanina > Presidente Jânio Quadros; Joanópolis > Anajé; João Pessoa > Iraquara; Jordão > Ipupiara; Juciapé > Caraguataí; Jussiapé > Barra da Estiva; Km 64 > Eunápolis; Laços > Porcos; Lagoa da Canabrava > Jussara; Lagoa da Malva > Boa Vista; Lagoa da Tábua > Peripá; Lagoa do Dutra > Presidente Dutra; Lagoa Grande > Triunfo; Lagoa Queimada > Irajuba; Laje do Rio das Almas > Palmeiras; Lajes > Santíssimo Coração de Maria; Lamarão > Pindobaçu; Lapa > Traripe; Larga da Conceição > Riachão das Neves; Lavrinhas > Iguaí; Limoeiro > Barro Preto; Livramento das Minas do Rio de Contas > Brumado; Macacos > Itacaré do Almada; Macacos > Nossa Senhora da Abadia; Macuco > Buerarema; Mãe d'Água de Cipó > Casa da Nação; Malhada Vermelha > Nossa Senhora do Patrocínio do Coité; Manga > Beritinga; Mar Grande > Vera Cruz; Marabá > Mimoso; Mariquita > Tabocas do Brejo Velho; Marobá > Nova Viçosa; Marucá > Lapa; Matas > Matina; Matas de Simão Dias > Malhada Vermelha; Mimoso > Rancho Grande; Mimoso do

Oeste > Luis Eduardo Magalhães; Miranda > Mulungu do Morro; Missão de Nossa Senhora da Conceição de Nova Soure > Natuba; Missão de Nossa Senhora das Neves do Sahy > Senhor do Bonfim da Tapera; Missão do Aricobé > Santana do Sacramento do Angical; Mocambo > Candiba; Mocambo > Nova Olinda; Monte Alegre > Mairi; Monte Alverne > Fátima; Monte Cruzeiro > Santa Terezinha; Monte Negro > Camaçari; Morro > Senhor Bom Jesus da Lapa; Morro do Fogo > Água Quente; Morro do Fogo > Ribeiro; Mucuri > São José de Porto Alegre; Natal > Potiraguá; Natuba > Soure; Nossa Senhora da Assunção de Camamú > Andrada; Nossa Senhora da Conceição de Campinhos > Viçosa; Nossa Senhora da Glória do Rio das Éguas > Correntina; Nossa Senhora das Graças > Maracás; Nossa Senhora das Graças do Morro do Chapéu > Morro do Chapéu; Nossa Senhora de Nazaré da Pedra Branca > Tapera; Nossa Senhora do Alívio do Brejo Grande > Ituaçu; Nossa Senhora do Bom Conselho dos Montes do Boqueirão > Bom Conselho; Nossa Senhora do Carmo do Morro do Fogo > Água Quente; Nossa Senhora do Desterro > Dário Meira; Nossa Senhora do Desterro do Outeiro Redondo > Senhor Deus Menino de São Félix; Nossa Senhora do Livramento do Brejo Grande > Barracão; Nossa Senhora do Monte do Itapicuru da Praia > Conde; Nossa Senhora Mãe de Deus e dos Homens > Praia das Palmas de Monte Alto; Nova Conquista > Cândido Sales; Nova Esperança > Itarantim; Novo Amparo > Heliópolis; Novo Horizonte > Boa Vista do Jacarandá; Novo Paraíso > Elísio Medrado; Orobó > Itaberaba; Orobó > Ruy Barbosa; Ouro Preto > Piranji; Palestra > Palestina; Palha > Espera d'Anta; Palhas > Bela Vista de Utinga; Pambu /Capim Grosso > Curaçá; Papagaio > Caem; Parafuso > Monte Negro; Parreiras > Camateí; Passagem de Jacobina > Esconso; Passagem do Bom Jardim > Boqueirão; Patos > Ipecaetá; Patrocínio do Coité > Paripiranga; Pau Ferro > Frade; Pedra Branca > Itamari; Pedrinhas > Gongoji; Peixe > Campo Alegre; Penamar > Serra Dourada; Periperi de Poções > Planalto; Perna Aberta > São José do Itanhém; Pina > Juçari; Piquiriçá > Monte Santo; Piragiba > Muquém do São Francisco; Piranji > Itajuípe; Piratiji > Rafael Jambeiro; Poço > Tapiracanga; Poço do Manoel Félix > João Pessoa; Poções > Boa Nova; Poções > Djalma Dutra; Poiri > Aurelino Leal; Ponta do Sequeiro do Espinho > Ouro Preto; Porcos



> Tanhaçu; Porto de Santa Cruz > Quaraçu; Porto do Vapor > Morro do Paramirim; Pouso Alegre > Almadina; Preguiça > Conceição; Purificação dos Campos > Irará; Quaraçu > Nova Conquista; Quaresma > Santanópolis; Queimada > Boa Vista; Rainha > Bonfim; Rancho Grande > Mimoso do Oeste; Rapa-Tiçã > Água Branca; Raso > Araci; Remédios > Bom Sucesso; Riachão > Contendas do Sincorá; Riachão > Nossa Senhora da Conceição do Gavião; Riachuelo > Mirangaba; Ribeira do Pau Grande > Amparo; Ribeira do Rio Preto > Santa Rita; Ribeirão das Águas Sumidas > Floresta Azul; Rio do Peixe > Capim Grosso; Rio Fundo > Muniz Ferreira; Rio Preto > Burieté; Rio Preto > Ibipetuba; Roça de Dentro > Central; Salgada > São Gonçalo de Amarante de Itiúba; Santa Clara > Serra da Onça; Santa Luzia do Lajedo > Capivari; Santa Rita > Duas Barras; Santa Rita > Itaju; Santa Rosa > Guajeru; Santa Rosa > Pau Brasil; Santa Tereza de Jesus dos Kariris de Canabrava > Pombal; Santarém > Serinhaém; Santo André de Serinhaém > Nova Santarém; Santo Antônio > Trindade; Santo Antonio da Barra > Condeúba; Santo Antônio de Duas Barras > Umburanas; Santo Inácio > Gentio do Ouro; São Bento > Cascavel; São Bento de Inhatá > Marucá; São Francisco do Cajueiro > Sousa Peixoto; São Gonçalo > Penamar; São João > Barreiras; São João > Joanina; São João Batista de Água Fria > Nossa Senhora da Purificação dos Campos; São João do Alípio > Wazzu; São João do Paraguaçu > Mucugê; São José do Itanhém > Teixeira de Freitas; São Miguel > Itaipava; São Miguel da Barra Rio de Contas > Itapira; São Paulo > Caatiba; São Pedro > Gameleira dos Machados; São Rafael > Caraíbas; São Roque > Dom Macedo Costa; São Sebastião > Caturama; São Sebastião > Doutor Alfredo Martins; São Sebastião > Ibiassucê; Senhor Bom Jesus da Boa Vida > Candéal; Senhor da Santa Vera Cruz > Duro; Senhor do Bonfim da Tapera > Rainha; Serinhaém > Ituberá; Serra da Onça > Vargito; Serra do Mocó > Feirinha do Mocó; Serrote da Aldeia > Sobradinho; Sítio > Guloso; Sítio Novo > Paraguassu; Sítio Pedra da Floresta > Lajedão; Sobrado > Aporã; Sousa Peixoto > Novo Paraíso; Sumidouro > Guarani; Sussuarana > Velho; Tabajara > Mortugaba; Tabocas > Abaíra; Tabocas > Indaiá; Tabocas > Itabuna; Tabocas > Itamari; Tabocas > Itapira; Tabuleiro > Ibiá; Tamboatá > Santana de Serrinha; Tamburi > Marcionílio Souza;

Tapera > Jibóia; Tapera de Paulo Afonso > Forquilha; Tapiracanga > Baianópolis; Tatuí > Serrote da Aldeia; Teriguatiba > Antônio Cardoso; Tesouras > Ibirataia; Tim Tim > Três Irmãos; Tiririca do Assuruá > Ibipeba; Tiririca do Bode > Itaguaçu da Bahia; Traripe > Amélia Rodrigues; Três Irmãos > Bonfim; Três Morros > Lafayete Coutinho; Trindade > Jucuruçu; Triunfo > Quinjingue; Uberlândia > Teriguatiba; Umburanas > Duas Barras; Umburanas > Uberlândia; Una > Cachoeirinha; Una > Santo Antônio da Barra do Una; Urubu > Rio Branco; Utinga > Bela Vista; Vargito > Camacã; Várzea d'Água > Quixabeira; Várzea do Curral > Filadélfia; Veados > Nova Itarana; Velho > Campo Largo; Venda > Tabocas; Verruga > Itambé; Viçosa > Marobá; Vila Rica > Cajueiro; Vitória > Conquista; Voturuna > Pedro Alexandre; Wagner > Itacira; Wazzu > São João; Xapuri > Arataca; Zorobabel > Rodelas;

b) 47 por ampliação com conservação lexical: Amparo > Ribeira do Amparo; Areia > São Vicente Ferrer de Areia; As Queimadas > Santo Antônio das Queimadas; Barra do Rio Grande do Sul > São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande; Bonfim > Senhor do Bonfim; Boqueirão dos Parreiras > Santo Antônio do Boqueirão do Parreira; Brejo Grande > Nossa Senhora do Alívio do Brejo Grande; Brejo Grande > Nossa Senhora do Livramento do Brejo Grande; Cabaceiras > Cabaceiras do Paraguaçu; Caitité > Santa Ana do Caiteté; Campos da Cachoeira > São Gonçalo dos Campos; Canabrava > Santa Tereza de Jesus dos Kariris de Canabrava; Canavieiras > São Boaventura do Poxim de Canavieiras; Caravelas > Santo Antônio do Rio das Caravelas; Casa Nova > Nova Casa Nova; Catão > Catolândia; Coité > Conceição do Coité; Conquista > Vitória da Conquista; Curral dos Bois > Santo Antônio da Glória do Curral dos Bois; Fátima > Nova Fátima; Ibiá > Nova Ibiá; Itaparica > Santíssimo Sacramento de Itaparica; Itapicuru de Baixo > Nossa Senhora do Monte do Itapicuru da Praia; Itinga > Itinga da Serra; Jequiriçá > Capela Nova de Jiquiriçá; Lagoa do Cisco > São Sebastião do Cisco; Milagres > Nossa Senhora dos Milagres; Monte Alto > Palmas de Monte Alto; Monte Santo > Coração de Jesus de Nossa Senhora da Conceição do Monte Santo; Morro do Fogo > Nossa Senhora do Carmo do Morro do Fogo; Mutum > Mutuipe; Natuba > Missão de Nossa Senhora da Conceição do

Natuba; Nazaré das Farinhas > Nossa Senhora de Nazaré; Nossa Senhora da Abadia > Assunção de Nossa Senhora da Abadia; Passagem do Juazeiro > Nossa Senhora das Grotas do Juazeiro; Passagem do Macamamu > Nossa Senhora da Assunção de Camamú; Pedra Branca > Nossa Senhora de Nazaré da Pedra Branca; Pilão Arcado > Nova Pilão Arcado; Pombal > Ribeira do Pombal; Remédios do Rio de Contas > Bom Jesus do Rio de Contas; Riachão > Nossa Senhora da Conceição do Riachão do Jacuípe; Santa Ana do Caiteté > Príncipe e Santa Ana do Caiteté; São Sebastião > São Sebastião das Cabeceiras do Passé; Sapé Grande > Nossa Senhora da Conceição do Sapé; Sento Sé > Nova Sento Sé; Soure > Nova Soure; Tremendal dos Ferraz > Bom Jesus do Tremendal;

c) 89 por redução com conservação lexical: Coqueiro da Água Comprida da Mata de S. João > Sr. do Bonfim da Mata de S. João; Coração de Jesus de N. Sra. da Conceição do Monte Santo > Coração de Jesus do Monte Santo; Barão de Cotegipe > Cotegipe; Barra do Rio Grande > Barra; Bela Vista de Utinga > Utinga; Bom Jesus do Tremendal > Tremendal; Boqueirão das Parreiras > Parreiras; Brejo do Pé de Serra > Pé de Serra; Caldeirão do Boi Valente > Valente; Canabrava do Miranda > Miranda; Capela Nova de Jiquiriçá > Jiquiriçá; Divino Espírito Santo do Inhambupe de Cima > Inhambupe de Cima; Dr. Seabra > Seabra; Gameleira > São João da Gameleira; Itapicuru de Cima > Itapicuru; Larga Bonita > Bonito; Minas do Rio das Contas > Rio de Contas; Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaripe > Jaguaripe; Nossa Senhora da Boa Nova > Boa Nova; Nossa Senhora da Conceição do Gavião > Gavião; Nossa Senhora da Conceição do Mundo Novo > Mundo Novo; Nossa Senhora da Conceição do Riachão do Jacuípe > Riachão do Jacuípe; Nossa Senhora da Conceição do Sapé > Sapé; Nossa Senhora da Conceição Nova da Feira > Conceição da Feira; Nossa Senhora da Purificação dos Campos > Purificação dos Campos; Nossa Senhora da Saúde de Jacobina > Saúde; Nossa Senhora das Candeias > Candeias; Nossa Senhora das Dores de Igarapiúna > Igarapiúna; Nossa Senhora das Dores de Monte Alegre > Monte Alegre; Nossa Senhora das Grotas do Juazeiro > Juazeiro; Nossa Senhora de Brotas de Macaúbas > Brotas de Macaúbas; Nossa Senhora de Nazaré > Nazaré; Nossa Senhora de Nazaré do Itapicuru de Cima > Itapicuru de Cima; Nossa

Senhora do Bom Conselho de Amargosa > Amargosa; Nossa Senhora do Bom Sucesso da Cruz das Almas > Cruz das Almas; Nossa Senhora do Livramento e Minas do Rio das Contas > Minas do Rio das Contas; Nossa Senhora do Ó de Ipojuca > Pojuca; Nossa Senhora do Resgate das Umburanas > Umburanas; Nossa Senhora do Rosário do Cairu > Cairu; Nossa Senhora do Rosário do Orobó > Orobó; Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira > Cachoeira; Nova Laje > Laje; Nova Olinda > Olindina; Nova Santarém > Santarém; Nova Valença do Santíssimo Coração de Jesus > Valença; Pires > Rio do Pires; Porto de Santa Maria da Vitória do Rio Corrente > Santa Maria; Príncipe e Santa Ana do Caiteté > Caetité; Rio Alegre > Alegre; Rio Novo de Guarani > Guarani; Sant'Ana do Camisão > Camisão; Santa Bárbara da Claricéia > Santa Bárbara; Santa Luzia do Barro Vermelho > Barro Vermelho; Santa Rita do Rio Preto > Rio Preto; Santana de Serrinha > Serrinha; Santana do Aratuípe > Aratuípe; Santo Amaro de Ipitanga > Ipitanga; Santo Antonio da Barra do Sítio de Condeúba > Santo Antonio da Barra; Santo Antônio da Glória do Curral dos Bois > Glória; Santo Antônio das Queimadas > Queimadas; Santo Antônio de Alagoinhas > Alagoinhas; Santo Antônio de Boipeba > Boipeba; Santo Antônio de Jacobina > Jacobina; Santo Antônio do Boqueirão do Parreira > Boqueirão de Parreiras; Santo Antônio do Rio das Caravelas > Caravelas; Santo Antônio do Urubu de Cima > Urubu; Santo Antônio dos Viajantes de Orobó Grande > Orobó; São Bernardo de Alcobaça > Alcobaça; São Boaventura do Poxim de Canavieiras > Canavieiras; São Domingos de Saubara > Saubara; São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande > Barra do Rio Grande; São Gonçalo de Itiúba > Itiúba; São Gonçalo dos Campos > São Gonçalo; São João Batista da Água Fria > Água Fria; São João Batista do Jeremoabo do Sítio de Cima > Jeremoabo; São Jorge dos Ilhéus > Ilhéus; São José da Carinhanha > Carinhanha; São José do Riacho da Casa Nova > Casa Nova; São Miguel de Taperogá > Taperoá; São Pedro de Belmonte > Belmonte; São Pedro do Monte de Muritiba > Muritiba; São Sebastião de Vereda > Vereda; São Sebastião do Maraú > Maraú; Senhor Bom Jesus da Lapa > Lapa; Senhor Deus Menino de São Félix > São Félix do Paraguaçu; Senhor do Bonfim da Mata

de São João > Mata; Senhor do Bonfim de Xique-Xique > Xique-xique; Várzea Formosa > Formosa; Coração de Jesus do Monte Santo > Monte Santo;

d) 16 com conservação apenas, sendo:

- oito com elementos do mesmo idioma: Brejo Velho > Brejolândia; Capela do Almeida > Conceição do Almeida; Cipó das Cabeças > Engenho de Cipó; Ouro Branco > Orolândia; Retiro > Retirolândia; Santa Luzia > Santaluz; Serrote > Serrolândia; Carurenha > São José da Carinhanha (constando, neste último, também, uma mudança interna);

- oito com elementos traduzidos para outro idioma: Bonito > Igarorã; Buriti dos Viana > Buritirama; Caldeirão Grande > Itaguaçu; Itaguira > Itaju do Colônia; Itaguaçu > Caldeirão Grande; Paraocara > Rio Fundo; Ribeiro > Paramirim; Rio Novo > Ipiaú;

Entre as mudanças formais, contam-se:

a) 20 isoladas: Campo Alegre > Várzea do Poço; Canabrava > Canarana; Capoeira > Candéal; Comercinho do Major Fulgêncio > Lavrinhas; Djalma Dutra > Miguel Calmon; Golfo > Ponta do Sequeiro do Espinho; Jacaré > Caculé; Miguel Calmon > Djalma Dutra; Missão do Bom Jesus da Glória > Freguesia Velha; Nossa Senhora da Conceição de Itapuã (1861) > Santo Amaro de Ipitanga; Nossa Senhora da Madre Deus > São Pedro do Rio Grande; Palmeiras > Tabocas; Paraguassu > Iaçú; Porto Feliz > Sítio do Mato; Rancho Velho > Porto do Vapor; Santa Isabel > São João do Paraguaçu; Santa Rita das Duas Barras > Santo Antônio de Duas Barras; Santo Antônio > Santana da Aldeia; Triunfo > Guloso; Umbuzeiro do Morro > Canabrava do Miranda;

b) 32 por ampliação e com conservação lexical: América > América dos Dourados; Barra > Barra do Rocha; Boa Vista > Boa Vista do Bom Conselho; Boa Vista > Boa Vista do Tupim; Bom Jesus > Bom Jesus da Serra; Brejo ou Brejinho > Brejinho Grande de Oliveira; Canabrava > Canabrava do Gonçalves; Capelinha > Capela do Alto Alegre; Cumbe > Cumbe do Major; Divino Espírito Santo de Inhambupe > Divino Espírito Santo do Inhambupe de Cima; Formosa > Formosa do Rio Preto; Gameleira > Gameleira do Assuruá; Itagi > Itagimirim; Itatinga > Itapetinga; Lagoa > Lagoa da Canabrava; Lapa > Bom Jesus da Lapa; Livramento

> Livramento de Brumado; Mata > Mata de São João; Nossa Senhora da Ajuda > Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira; Nossa Senhora do Resgate > Nossa Senhora do Resgate das Umburanas; Pambu > Pambu /Capim Grosso; Salinas > Salinas da Margarida; Santa Cruz > Santa Cruz Cabrália; Santa Maria > Santa Maria da Vitória; Santa Rita > Santa Rita do Rio Preto; Santo André > Santo André de Serinhaém; São José > São José da Vitória; São Miguel > São Miguel das Matas; São Sebastião > São Sebastião do Caetité; São Sebastião > São Sebastião do Passe; Sapé > Sapeaçu; Triunfo de Antas > Triunfo;

c) 32 por redução com conservação lexical: Água Preta do Mocambo > Água Preta; América dos Dourados > América Dourada; Assunção de Nossa Senhora da Abadia > Assunção; Bom Jesus do Campo Seco > Bom Jesus dos Meiras; Cipó de Leite > Cipó; Feira de Santana > Feira; Inhambupe de Cima > Inhambupe; Itacaré do Almada > Itacaré; Itaúna > Itapé; Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro > Santo Amaro; Nossa Senhora do Patrocínio do Coité > Patrocínio do Coité; Nossa Senhora do Remanso do Pilão Arcado > Remanso; Praia das Palmas de Monte Alto > Monte Alto; Retiro Velho > Retiro; Santa Rosa do Panasco > Santa Rosa; Santana do Catão > Catão; Santana do Catu > Catu; Santana do Sacramento do Angical > Angical; Santana dos Brejos > Santana; Santíssimo Coração de Maria > Coração de Maria; Santo Antônio de Jesus > Santo Antônio; Santo Estevão do Jacuípe > Santo Estevão; São Felipe das Roças > São Felipe; São Félix > São Félix do Coribe; São Félix do Paraguaçu > São Félix; São Francisco da Barra do Sergipe do Conde > São Francisco do Conde; São Gonçalo de Amarante da Serra da Itiúba > São Gonçalo de Itiúba; São Gonçalo de Amarante de Itiúba > São Gonçalo de Amarante da Serra da Itiúba; São Pedro do Rio Grande > São Pedro de Belmonte; São Roque do Bate Quente > São Roque; São Sebastião do Cisco > São Sebastião; Tanque do Gonzaga > Tanquinho;

d) 17 com conservação apenas: Bom Jesus dos Limões > Bom Jesus do Rio de Contas; Boqueirão de Parreiras > Boqueirão das Parreiras; Feira dos Mata > Feira da Mata; Itaju > Itaguira; Itamari > Itapebi; Itapira > Itacaré; Itapira > Itagiba; Lagoa de Canabrava > Lagoa do Dutra; Livramento de Brumado >

Livramento de Nossa Senhora; Missão de N. Sra. da Conceição do Natuba > Missão de Nossa Senhora da Conceição de Nova Soure; N. Sra. do Livramento das Minas do Rio das Contas > N. Sra do Livramento e Minas do Rio das Contas; Pedras > Itapiru; Queimadas > Adustina; Santana da Aldeia > Santana do Aratuípe; Santo Estevão Velho > Santo Estevão do Jacuípe; Terra Nova > Terra Boa; Tiririca do Bode > Tiririca do Assuruá;

e) duas internas: Aporã > Aporá; Enchu > Ichu;

f) uma externa (por tradução): Palestina > Ibicarai;

Descritos os dados referentes à mudança toponímica, cabe-nos, o próximo capítulo, proceder à análise e interpretação dos dados descritos neste, abordando, inicialmente a questão da motivação, estrutura, origem e tendências na definição de escolha dos nomes dos municípios baianos. Além disso, trataremos com mais vagar da toponímia baiana de procedência Tupi e africana e, em seguida, das relações entre toponímia e poder, buscando entender a relação entre a Igreja e a política na formação da nomenclatura dos municípios da Bahia.

Enfim, faremos uma exposição panorâmica da toponímia baiana objeto deste estudo e encaminharemos o trabalho para as suas considerações finais.

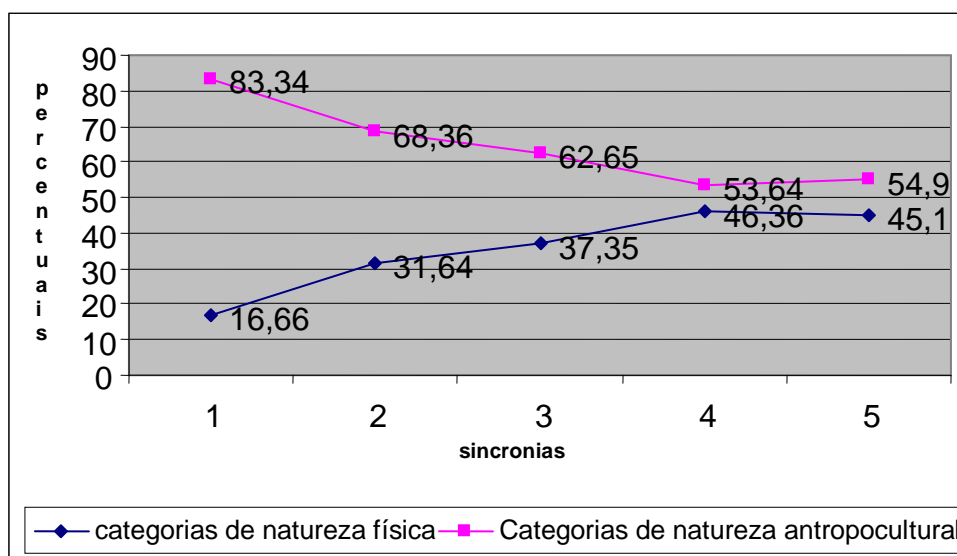
## 6 – ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

### 6.1 Nomenclatura dos municípios baianos: motivação, estrutura, origem e tendências na definição de escolha

Nesta seção, pretendemos entender o processo de nomeação dos municípios baianos. Para tanto, procederemos à análise dos dados anteriormente descritos com vistas a identificar: a natureza (taxes toponímicas gerais), morfologia e origem dos nomes fixados em cada diferente sincronia; bem como as tendências na definição e escolha dos nomes.

Quanto ao primeiro aspecto, observou-se o predomínio de categorias de natureza antropocultural, conforme mostra o Gráfico 1:

**Gráfico 1: Trajetória das categorias de natureza física e das categorias de natureza antropocultural na nomeação de municípios baianos, ao longo das cinco sincronias<sup>100</sup>**



Muito maior na primeira sincronia, esse predomínio está representado no gráfico pela distância entre os pontos azul e rosa. Nas duas seguintes, a desproporção entre essas duas taxas gerais atingiu um índice pouco maior que 50%, diminuindo a distância entre os dois pontos. Na penúltima, observa-se uma maior aproximação desses sinais, o que indica simultaneamente um decréscimo dos

<sup>100</sup> Neste trabalho, no eixo das sincronias dos gráficos, o número 1 equivale a 1827, o número 2, a 1890, o número 3, a 1940, o número 4, a 1970 e o número 5, a 2000.

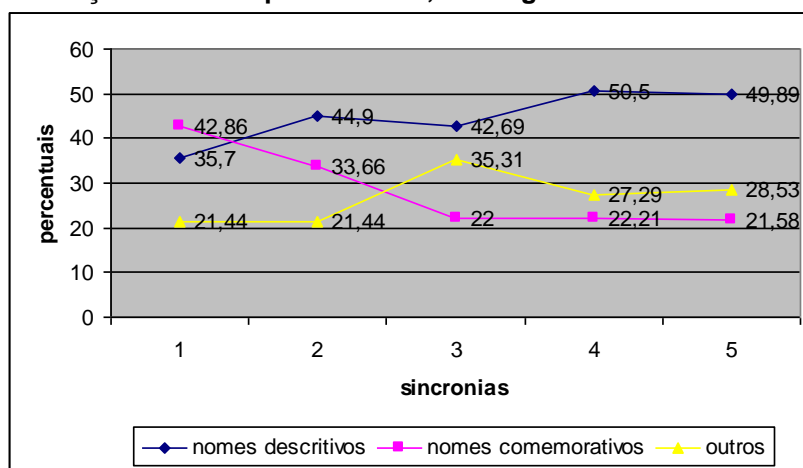


topônimos das taxas de natureza antropocultural e um acréscimo dos de natureza fixa. Na última sincronia, houve uma ligeiríssima alteração, em sentido oposto, que, praticamente, não altera o quadro anterior.

Cabe-nos agora examinar se, de fato, há uma oposição entre a nomeação por descrição do local e a por homenagem a personalidades ilustres ou a integrantes do devocionário popular e se a maioria dos topônimos dos municípios baianos foi estabelecido por esses mecanismos. Esta última possibilidade se confirma pelo fato de reunirem as categorias descritivas (todas as de natureza física, exceto os astrotopônimos, além dos animotopônimos e dos cronotopônimos) e as comemorativas (antropotopônimos, axiotopônimos, hagiotopônimos e hierotopônimos) a maioria dos topônimos estudados.

Observando os índices desses mecanismos de nomeação ao longo das sincronias, chegou-se ao Gráfico 2, que aponta numa direção um pouco distinta do seu congêneres anterior: uma disparidade inicial entre os dois mecanismos, com predomínio da homenagem, tende a se acentuar a partir da segunda sincronia, atingindo uma estabilidade nas três sincronias mais recentes, a despeito de uma ligeira variação entre as duas últimas.

**Gráfico 2: Trajetória do percentual dos nomes descritivos e dos comemorativos na nomeação de municípios baianos, ao longo das cinco sincronias**

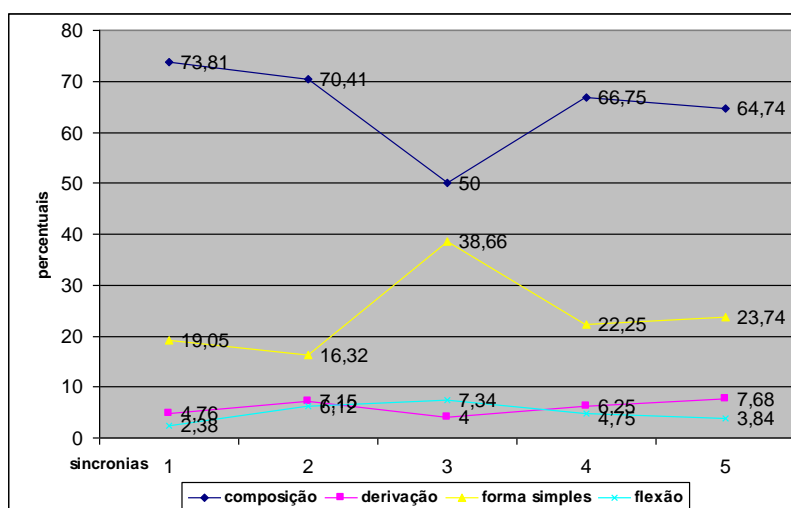


Por outro lado, comparados a esses dois arquétipos toponímicos (descrição e homenagem), outros processos foram pouco representativos em todas as sincronias: nas duas primeiras, atingem o mesmo índice, que se eleva na terceira e, a partir da quarta, tem leve alteração, que não altera seu papel no todo.

Dado o predomínio, na nomenclatura descritiva, de formas Tupi, na próxima subseção, analisaremos toda a toponímia dessa origem. Da mesma forma, na subseção 3, dada a relevância dos nomes comemorativos ao longo da história baiana, analisaremos a relação entre suas quatro categorias específicas e o poder, o que demonstrará ser a toponímia sensível a aspectos um tanto melindrosos da vida social.

Sistematizando os dados relativos à estrutura dos topônimos ao longo das sincronias estudadas, chegamos ao Gráfico 3, que mostra o predomínio de formas simples e compostas na nomeação dos municípios baianos, confirmando o pressuposto 1.a) de nossa pesquisa:

**Gráfico 3: Trajetória do percentual dos processos de formação lexical ao longo das cinco sincronias**



Além disso, nota-se que outros processos morfológicos, como a derivação e a flexão, estiveram presentes em todas as sincronias. Observa-se, também, uma relativa simetria entre os processos morfológicos mais representativos, entre si, a partir da terceira sincronia: a queda do índice das formas compostas é compensada pelo aumento do das formas simples ou vice-versa. Como isto também se dá entre os processos menos incidentes, talvez se relacione às tendências de nomeação de cada época, sobre as quais começamos a tratar.

Com base em outros estudos, fontes historiográficas e nos dados aqui expostos, foi possível levantar tendências de nomeação dos municípios na Bahia,

em diferentes épocas, e verificar a hipótese Ramos e Venâncio (2002) sobre a unidirecionalidade descontínua da mudança toponímica.

Assim, já desde o Descobrimento e as primeiras expedições de reconhecimento da costa, numa tentativa de estabelecer o domínio e algum conhecimento sobre a nova terra, os colonizadores atribuíram nomes lusitanos aos acidentes naturais com que se iam deparando, optando, nesses atos de nomeação, por referências à folhinha hagiológica romana, daí resultando uma série de topônimos, como, por exemplo, Monte Pascoal, Cabo de São Roque, Cabo de Santo Agostinho, Baía de Todos os Santos, Angra dos Reis Magos, Ilha de Santa Catarina, etc.; por esse motivo, segundo Dick (2000, p. 300)

a posse da terra foi intermediada pela espiritualidade da linguagem religiosa. (...) Visualizava-se nos mapas da América indígena o modo de pensar da Europa católica; só mais tarde, com a permanência e com o aprendizado da língua, a nomenclatura revelou a sua parte cabocla, voltando às origens, muitas vezes num paralelismo denominativo.

É desse segundo momento a adoção pelos portugueses de alguns nomes indígenas, especialmente Tupi, já existentes em inúmeros acidentes geográficos, ou a atribuição de outros pelos bandeirantes, mesmo em regiões não-habitadas por usuários dessa língua. Nesse sentido, conforme ressalta Dick (2000, p. 307), “o léxico do português do Brasil e a toponímia aplicada foram estruturados, historicamente, com base na dialetologia tupi, entre os séculos XVI/XVIII e a esse período remonta-se sua origem”. Em geral, como se disse, esses nomes têm um caráter descritivo, manifestado de dois modos:

- direto – apenas quando o vocábulo toponímico básico aparece isolado (v.g., Pará < Tp.-ant. “rio, caudal” ) ou acompanhado de adjetivo (v.g., Paratinga, < Tp.-ant *pará* + *tinga* “branco”; donde: “rio branco”); ou

- indireto ou por associação – quando o vocábulo toponímico básico aparece em construções genitivas que o associam ao elemento possuidor, como em Mucuri (< Tp.-ant. *mucura* “raposa” + *y* “rio”; donde: “rio das raposas”) ou Iraquara (< Tp.-ant. *irará* “formiga” + *kûara* “buraco”; donde: “buraco das formigas”).

Além desses, são outros exemplos de topônimos dessa época: Capuame (in. séc. XVI, atual Dias d’Ávila), Itaparica (in. séc. XVI), Tatuí (f. séc. XVI, atual

Sobradinho), Natuba (f. séc. XVI, atual Nova Soure), Cururupeba (m. séc. XVI atual Madre de Deus), Catuiçara (in. séc. XVII, atual Teodoro Sampaio), Maragogipe (1693); Mucuri (in. séc. XVIII), Caitaté (in. séc. XVIII, atual Caetité), Poxim (in. séc. XVIII, atual Canavieiras), Piquiriçá (in. séc. XVIII, atual Monte Santo), Carurenha (1712, atual Caririnha), Tamboatá (1716, atual Serrinha), Itacaré (1732).

Avaliando o papel desses dois estratos toponímicos iniciais (o lusitano e o Tupi) e suas diferentes concepções, Dick (1992, p. 87) afirma que:

Assim como a primitiva toponímia lusitana que aqui se implantou deixou entever, em sua tipologia fundamental, a mentalidade portuguesa de Quinhentos, voltada, ainda, para a exaltação dos bens espirituais e para o desejo de propagar o santo nome de Cristo e seus ensinamentos, entre os povos pagãos, bem como os princípios dominantes do Catolicismo, enquanto sistema de vida, outra era a intencionalidade expressa nos topônimos indígenas. Voltados para a circunstância imediata da terra, ou do seu próprio meio ambiente, refletiam o posicionamento do homem americano frente à sua visão de mundo.

À medida que surgiam pequenos núcleos populacionais (missões religiosas sob égide jesuítica, arraiais, povoados), de exploração econômica (currais, locais de pouso e comércio) ou de peregrinação religiosa (capela, ermida, etc.), passou-se a:

a) associar uma nomenclatura indígena a:

- uma referência geográfica: Itapicuru de Baixo (m. séc. XVI, atual Conde), Itapicuru de Cima (1727, atual Itapicuru), ; ou
- um orago católico ou santo padroeiro (fazendo surgir um hagiotopônimo) ou outro elemento sagrado (fazendo surgir um hierotopônimo): Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaripe (m. séc. XVI, atual Jaguaripe), Nossa Senhora da Assunção de Macamamu (1560, atual Camamu), São Miguel de Taperogué (1561, atual Taperoá), Santo Antônio de Biopeba (1565, atual Nilo Peçanha), Santo Amaro de Ipitanga (1578, atual Lauro de Freitas), Nossa Senhora do Rosário do Cairu (1608, atual Cairu), São Bento de Inhatá (1622, atual Amélia Rodrigues), Divino Espírito Santo de Inhambupe (1624, atual Inhambupe), Canabrava de Santa Tereza dos Kariris (1662, atual Ribeira do Pombal), Nossa Senhora de Nazaré do Itapicuru de Cima (1680, atual Itapicuru), Arraial da Missão do Bom Jesus da Glória (1692,

atual Campo Formoso), Arraial da Missão de Nossa Senhora das Neves do Sahy (1697, atual Senhor do Bonfim), São Sebastião do Maráu (1718, atual Maráu), Santo Antonio da Barra do Sítio de Condeúba (1745), Nossa Senhora dos Prazeres do Inhambupe (in. séc. XVIII, atual Entre Rios);

- ou ainda a elementos dessas duas naturezas, gerando sintagmas toponímicos de tamanho avantajado, em geral, posteriormente reduzidos: São João Batista do Jeremoabo do Sítio de Cima (1688, atual Jeremoabo), São Sebastião das Cabeceiras do Passe (1718, atual São Sebastião do Passé);

b) adotar nomes portugueses,

- às vezes, o do proprietário do sítio, modelo onomástico antigo, em voga até já bem adentrado o século XX: Tapera de Paulo Afonso (f. séc. XVI, atual Paulo Afonso), Vila de Andrada (1613, atual Camamu), Boqueirão dos Parreira (1742, hoje Sebastião Laranjeiras), Canabrava do Gonçalo (1850, hoje Uibaí), Poço do Manoel Félix (1886, atual Iraquara), Conceição do Almeida (1890), Gameleira dos Machados (in. séc. XX, atual Aracatu), Tanque do Gonzaga (in. séc. XX, atual Tanquinho), Cachoeira de Manuel Roque (1934, atual Manoel Vitorino), Joanina (1944, atual Presidente Jânio Quadros), Lagoa do Dutra (1945, atual Presidente Dutra);

- outras vezes, emprestando-lhe um sentido religioso: Santo André (in. séc. XVII, atual Ituberá), São Pedro (1604 > São Pedro do Monte de Muritiba [1705], atual Muritiba), Rancho Velho (m. séc. XVII, atual Morpará), Curral (1669), Campo Largo (1698, atual Cotegipe), Santo Antônio do Urubu de Cima (1710, atual Paratinga), Brejo Grande (1720, atual Ituaçu).

A chamada Era Pombalina (1750-1770) representou para Portugal um período de laicização do Estado, com a retirada da Igreja e seus prepostos de inúmeras esferas da administração pública, como, por exemplo, a educação em geral, e indígena, em especial. Entre outras ações, o Diretório dos Índios de 1758 determinou a substituição da nomenclatura espontânea indígena por outra, em língua portuguesa, inclusive com alguns nomes importados da toponímia lusitana em localidades com mais de 50 moradias, de forma que, na Bahia: Natuba (séc. XVI) > Nossa Senhora da Conceição do Natuba (in. séc. XVIII) > Nossa Senhora

da Conceição de Nova Soure (1754), Mucuri (in. séc. XVIII) > São José de Porto Alegre (1755), Piquiriçá (in. séc. XVIII) > Monte Santo (1755).

Um outro efeito da Era Pombalina na toponímia brasileira foi a mudança em muitos nomes de inspiração religiosa, pelo corte da referência ao orago, daí decorrendo uma série de simplificações toponímicas, processo estendido até o fim da República Velha (1930): São Miguel de Taperogua (1561) > Taperoá (1847), Espírito Santo do Inhambupe de Cima (1727) > Inhambupe de Cima (1801) > Inhambupe (1889), Santo Antônio do Urubu de Cima (1710) > Urubu (1750); São Sebastião do Maraú (1718) > Maraú (1761), Poxim (in. séc. 18) > São Boaventura do Poxim de Canavieiras (1718) > Canavieiras (1833), Santo Antônio de Jiquiriçá (ant. 1833) > Jiquiriçá (1833), Nossa Senhora do Resgate das Umburanas (1843) > Umburanas (1844), Nossa Senhora do Rosário do Orobó (1843) > Orobó (1877), Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaripe (m. séc. XVI) > Jaguaripe (1899), Santo Antônio dos Viajantes de Orobó Grande (1884) > Orobó (1914).

Além disso, e talvez o mais grave, pelas consequências futuras<sup>101</sup>, a laicização do Estado português levou ao surgimento de uma toponímia em homenagem a integrantes da casa reinante portuguesa (e depois brasileira) ou a outros ocupantes do poder político, processo continuamente crescente até hoje comum<sup>102</sup>: Canabrava de Santa Tereza de Jesus dos Kariris (1666) > Pombal (1758), Caitaté (in. séc. XVIII) > Santa Ana do Caiteté (1740) > Vila Nova do Príncipe e Santa Ana do Caiteté (1810), Nossa Senhora do Monte do Itapicuru da Praia (1702) > Conde (1806), Orobó (1914) > Ruy Barbosa (1943), Ibirocaim (1953) > Dom Basílio (1953), Poiri (1943) > Aurelino Leal (1961), Paratiji > Rafael Jambeiro (1985), Itabaína (in. séc. XX) > Presidente Tancredo Neves (1989), Mimoso do Oeste (1984) > Luís Eduardo Magalhães (2000).

Com o fim da Era Pombalina (1757), parte da toponímia de procedência indígena anteriormente substituída foi restaurada: Nossa Senhora da Conceição de Nova Soure (1754) > Natuba (1893).

<sup>101</sup> Ver discussão detalhada desses aspectos no tópico 3 desta seção.

<sup>102</sup> Em poucos casos, houve a substituição de topônimos de outra taxa por antropotopônimos em homenagem a não-ocupante do poder: Traripe (1944) > Amélia Rodrigues (1961), Itacira (1934) > Wagner (1962), Teriguatiba (1943) > Antônio Cardoso (1962).

O nacionalismo posterior à Independência refletiu-se na toponímia brasileira com a adoção de (ou substituição de nomenclatura anterior por) nomes relacionados à história do país<sup>103</sup> ou nomes de origem Tupi<sup>104</sup>, geralmente cunhados por especialistas da época, alguns com certa propriedade, outros, nem tanto, como, aliás, ressalta Dick (2000, p. 303-4):

Não há dúvida para nós de que, dos grupos indígenas absorvidos pela sociedade euro-brasileira, não restou apenas um estado de espírito, mas uma nostalgia do não-ser-mais-índio, da perda de raízes paradoxalmente necessárias para o ethos do país. À busca desse rosto índio perdido contrapõe-se a escolha de nomes ditos da terra para locais não originalmente cruzados pelos autóctones, gerando falsas interpretações de sentido e de atuação temporal. São designativos a-históricos, que interessam ao lexicólogo, mas que, dificilmente, se contextualizam, em adequação toponomástica; fixam-se nos locais de batismo e chegam a transformá-lo em marcas de colonização, apesar de nenhum lastro de pertinência objetiva. (grifos da autora)

Exemplificam essas mudanças ou adoções toponímicas: Nossa Senhora do Alívio do Brejo Grande (1867) > Ituaçu (1868), Pambu /Capim Grosso (1854) > Curaçá (1890), Gado (m. séc. 19) > Jussiape (1890), Santo Antonio da Barra (1860) > Condeúba (1889), Caldeirão Grande (1875) > Itaguaçu (in. séc. XX), Purificação dos Campos (1842) > Irará (1895), Orobó (1877) > Itaberaba (1897), Almas (1855) > Anguera (1890), Santana do Aratuípe (1890) > Aratuípe (1891), Boa Viagem e Almas (1880) > Jacaraci (1902), Santa Isabel (1887) > São João do Paraguaçu > Mucugê (1907), Arraial do Ribeiro (1902) > Paramirim (1909), Toca da Onça (1912) > Jaguaquara (1915), Sumidouro (ant. 1915) > Guarani (1915), Pau Ferro (f. séc. 19) > Itinga (1916), Santa Rita das Duas Barras (1877) > Duas Barras (1918) > Urandi (1918), Beija-flor (1880) > Guanambi (1919), Itapuy (1858) > Itororó (1922), Preguiça (m. séc. XIX) > Aiquara (1924), Cachoeirinha (1923) > Una (1924), Lagoa da Tábua > Piripá (1926), São Rafael (1807) > Caraíbas (1840)

<sup>103</sup> No nosso *corpus*, são escassos os exemplos de historiotopônimos: Alferes (f. séc. XIX, ref. a Tiradentes, que tinha essa patente militar) > Riachuelo (1904, ref. a uma das batalhas decisivas da Guerra do Paraguai – atual Mirangaba), Canudos (1985, ref. ao arraial sertanejo destruído pelo exército brasileiro no final do século XIX), Contendas do Sincorá (1961, ref. a lutas de terra havidas na região da Serra do Sincorá), Conquista (1891 – atual Vitória da Conquista, ref. à vitória brasileira na guerra de independência).

<sup>104</sup> Relembramos que, segundo Edelweiss (1981), esse fenômeno atingiu também a antroponímia. (V. nota 48)

> Irecê (1926), Caldeirão (1918) > Itaquara (1926), Verruga (ant. 1927) > Itambé (1927), Wagner (1891) > Itacira (1934), Palmeiras (1919) > Indaiá (1938), Monte Negro (1925) > Camaçari (1938), Cachoeira de Manuel Roque (1934) > Imbuíra (1938), Quaraçu (dec. 1940), Nossa Senhora do Resgate das Umburanas (1843) > Teriguatiba (1943), Sítio Novo (1922) > Paraguassu (1929) > Iaçú (1943), São Miguel (1934) > Itaipava (1938) > Poiri (1943), Santo Antônio do Boqueirão do Parreira (1884) > Camateí (1944), Curralinho (1926) > Ibirocaim (1953), Sapé Grande (in. séc. XIX) > Sapé (1890) > Sapeaçu (1954), etc.

Esse fenômeno se estendeu até pelo menos a metade do século XX, por refletir processos mais gerais de (re)construção identitária, ocorridos em dois grandes momentos da história artística brasileira, o Romantismo e o Modernismo. Nesses momentos, cada qual dotado de peculiaridades cuja análise não cabe a este estudo, buscou-se resgatar ao ostracismo determinados traços das antigas culturas indígenas e alçá-los ao *status* de elementos da identidade nacional.

Além disso, um outro fator justifica a extensão desse fenômeno até essa época é a promulgação do Decreto-Lei Federal nº 5901, de 21 de outubro de 1943, que determinava a eliminação de homonímia entre municípios brasileiros, permanecendo com o nome o mais antigo, e incentivava aos que deveriam mudar de nome, a adoção de topônimos Tupi.

Dos meados dos anos de 1950 até os dias atuais, o crescente atrelamento da economia e da cultura brasileira à norte-americana tem causado a substituição de topônimos anteriores por outros, em que se verifica a presença dos sufixos -pólis e -lândia, provenientes, respectivamente, do grego e do inglês: Tapiracanga (1954) > Baianópolis (1961), Ibiaguí (in. séc. XIX) > Canápolis (1962), Igatiqira (m. séc. XIX) > Cravolândia (1962).

Relacionadas aos vários casos de mudança toponímica anteriormente arrolados, essas tendências não confirmam a hipótese de Ramos e Venâncio (2002) assumida como pressuposto 3.b) deste estudo, pois alguns exemplos:

a) a negam completamente:



- Barra do Rio Grande do Sul (1670) > São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande (1752) > Barra do Rio Grande (1873) > Barra (1958) –, ou seja, nome descritivo > nome religioso > nome descritivo;

- São João (1870) > Barreiras (1961) > Governador Antônio Balbino > Barreiras, ou seja, nome religioso > descritivo > pessoal > descritivo;

- Agenor de Freitas (in. séc. 20) > Barrocas (1950), ou seja, nome pessoal > nome descritivo;

- Sumidouro (ant. 1915) > Guarani (1915) > Boninal (1961), ou seja, nome descritivo > nome indígena > nome descritivo;

- Nossa Senhora da Glória do Rio das Éguas (1866) > Correntina (1891), ou seja, nome religioso > nome descritivo;

- Arraial Velho (séc. 17) > Campo Largo (1698) > Barão de Cotegipe (1925) > Cotegipe (1931), i.e., nome descritivo > nome pessoal > nome descritivo;

- São Francisco do Cajueiro (1890) > Souza Peixoto (1938) > Novo Paraíso (1953) > Elísio Medrado (1962), ou seja, nome religioso > nome pessoal > nome descritivo > nome pessoal;

b) outros a corroboram:

- Brejo Velho (in. séc. 20) > Brejolândia (1962), ou seja, nome descritivo > nome com sufixo -polis ou -lândia;

- Santana de Catão (1895) > Catão (déc. 1940) > Catolândia (1962), ou seja, nome religioso > nome pessoal > nome com sufixo -polis ou -lândia;

- Santana do Catu (1895) > Catu (1931), i.e., nome religioso > nome indígena;

- Itapicuru de Baixo (séc. XVI) > Nossa Senhora do Monte (1621) > Nossa Senhora do Monte do Itapicuru da Praia (1702) > Conde (1806), ou seja, nome descritivo > nome religioso > nome pessoal;

- Santo Antonio da Barra (1860) > Condeúba (1889), ou seja, nome religioso > nome indígena;

- Lages (séc. 18) > Santíssimo Coração de Maria (1848) > Coração de Maria (1891), nome descritivo > nome religioso;

- Igatiquira > Cravolândia (1962), ou seja, nome indígena > nome com sufixo -polis ou -lândia;

c) outros, ainda, não são contemplados por ela, que não categoriza ao menos um dos elementos da sequência de mudanças toponímicas:

- Várzea do Curral > Filadélfia – neste caso, o elemento não categorizado é o último;

- Corujão (f. séc. 19) > Gandu (1958) – neste, ambos;

- Nossa Senhora da Conceição do Gavião > Gavião – neste, ambos;

- Gameleira (1890) > Assuruá (1927) > Santo Inácio (1933) > Santo Inácio do Assuruá (1935) > Santo Inácio (1938) > Gentio do Ouro (1953) – neste, os dois primeiros e o último;

- Curral dos Bois (séc. 18) > Santo Antônio da Glória do Curral dos Bois (1842) > Glória (1931) – neste, o último;

- Ipecacuanha > Tesouras (1933) > Ibirataia (1943) – neste, o segundo;

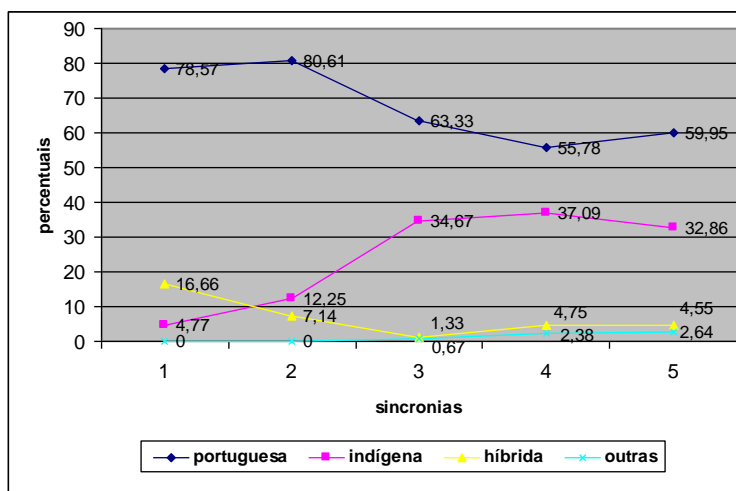
- Remédios do Rio de Contas (f. séc. 17) > Bom Jesus do Rio de Contas (1891) > Remédios do Rio de Contas (1900) > Remédios (1909) > Bom Sucesso (1921) > Ibitiara (1943) – neste, o primeiro, o terceiro e o quarto.

A partir desses dados, não é possível determinar um percurso unidirecional para a mudança toponímica, embora não ignoremos essa possibilidade, já demonstrada em outro *corpus*. Para negá-la ou afirmá-la (e, por conseguinte, considerar o caso baiano como uma sua exceção), em sua totalidade, seria necessário confrontar os resultados desta pesquisa e da de Ramos e Venâncio (2002) a *corpora* de outros Estados.

Examinando os dados relativos à origem dos topônimos das cinco sincronias estudadas, chegamos ao Gráfico 4. Na linha rosa, estão representados os topônimos Tupi e o único Kariri; na amarela, as formas luso-Tupi – presentes em todas as sincronias –, e as (luso)-européias, essas posteriores ao século XX; na azul clara, as africanas, presentes já na terceira sincronia, e as de línguas euro-asiáticas modernas (alemão, francês, holandês e persa), próprias das duas últimas. Tudo isto confirma o pressuposto 1.f) desta pesquisa, afinal:

a) a língua portuguesa é a maior fonte da toponímia dos municípios baianos; por isso, não se pode identificar área de maior influência portuguesa, visto ser geral a presença de topônimos dessa origem em todo o Estado;

**Gráfico 4: Procedência idiomática da toponímia referente aos municípios baianos ao longo das cinco sincronias**



b) em suas diferentes etapas históricas, o Tupi é a segunda maior fonte da toponímia estudada em todas as sincronias, possuindo algumas áreas de influência, que serão delimitadas ao final da próxima subseção;

c) em todas as sincronias consideradas, é ínfima a presença africana entre os nomes dos municípios baianos, motivo pelo qual não é possível evidenciar áreas de influência dessa matriz etnolinguística nesse nível da descrição. Contudo, os dados do Anexo C mostram uma maior incidência de topônimos dessa origem no nível inferior (vilas, distritos e povoados), o que nos leva a crer que talvez outras pesquisas as possam identificar. Além disso, como se verá na seção 3, os dados históricos possibilitam identificar uma concentração de topônimos de origem africana numa determinada área do Estado da Bahia entre o final do século XIX e início do século XX, numa época em que as localidades assim nomeadas tinham *status* político inferior ao atual.

Cabe-nos agora examinar mais detidamente os nomes de origem Tupi e africana que, ao longo da história, fizeram referência aos municípios baianos.

## 6.2 A toponímia municipal baiana de origem Tupi

*“O tempo mudou os símbolos da fé, diluiu as inscrições sagradas, e relegou para a penumbra da arqueologia o que foi vivo e útil”.*  
(TORGA, 1996, p. 39)

Entre os 417 atuais municípios baianos, 136 tem nomes de procedência Tupi, o que corresponde a 32,61% do total, fazendo dessa língua, conforme dito, a segunda fonte da toponímia analisada nesta tese.

Além disso, conforme se vê no Quadro 11, salvo a RMS, todas as RE têm municípios com nomes de origem Tupi, o que, em parte, desmente o pressuposto 2.a) desta pesquisa, segundo o qual haveria uma concentração de topônimos dessa procedência em áreas de colonização antiga, sobretudo no Recôncavo, região que, nesse aspecto, ocupa a quinta posição, estando atrás mesmo de zonas colonizadas bem mais recentemente, como a Serra Geral e o Sudoeste.

**Quadro 11: Número de ocorrências e distribuição percentual da toponímia de procedência Tupi referente aos atuais municípios baianos por RE**

Regiões Econômicas	nº de ocorrências	%
Litoral Sul	30	22,05
Chapada Diamantina	16	11,76
Serra Geral	15	11,02
Sudoeste	15	11,02
Paraguaçu	13	9,55
Recôncavo Sul	10	7,35
Extremo Sul	8	5,9
Litoral Norte	7	5,15
Nordeste	7	5,15
Irecê	4	2,95
Piemonte da Chapada Diamantina	4	2,95
Médio São Francisco	3	2,21
Oeste	3	2,21
Sub-médio São Francisco	1	0,73

A explicação para esse contra-senso encontra-se no fato de que, da independência até os meados da década de 1950, foi bastante comum no Brasil a nomeação de novos acidentes humanos ou a substituição de topônimos de acidentes humanos antigos por nomes novos, de procedência Tupi, conforme ressaltado na seção anterior. Assim, muitos municípios criados nesse período em

áreas de colonização recente adotaram nomes Tupi, tornando-as, em média, muito mais abundantes em topônimos dessa procedência que zonas mais antigamente povoadas, como as da faixa litorânea, conforme se vê no Quadro 12:

**Quadro 12: Distribuição da toponímia de procedência Tupi referente aos atuais municípios baianos por regiões fisiológicas**

Regiões Econômicas	nº de ocorrências	nº de REs	média proporcional
Serra Geral e Planalto da Conquista	30	2	15
Faixa Litorânea	55	5	11
Vale do Paraguaçu e Nordeste	20	2	10
Chapada Diamantina	24	3	8
Vale do São Francisco	7	3	2,33

Comparando a quantidade total de municípios dessas regiões fisiológicas com a de municípios com nomes Tupi, chegamos ao Quadro 13,

**Quadro 13: Distribuição por regiões fisiológicas do total de municípios baianos atuais em comparação com os municípios baianos com nomes de procedência Tupi**

Regiões Econômicas	nº total de municípios	municípios com nomes de procedência Tupi	
		nº	%
Serra Geral e Planalto da Conquista	68	30	44,11
Faixa Litorânea	137	55	40,14
Chapada Diamantina	76	24	31,57
Vale do Paraguaçu e Nordeste	89	20	22,46
Vale do São Francisco	47	7	14,89

cujos dados evidenciam a existência de duas grandes áreas de marcante presença Tupi: de um lado, a Serra Geral e o Planalto da Conquista e, de outro, a Faixa Litorânea. Esta, uma zona de colonização temporalmente recuada, reflete, autenticamente, uma influência dos antigos falantes do Tupi-antigo, pouco importando se índios ou colonizadores; aquela, por ter-se integrado ao resto do Estado mais ultimamente, reflete os modismos de sua época de incorporação.

A maioria desses nomes se refere a elementos físicos<sup>105</sup>, o que pode ser interpretado “como uma reação favorável à própria presença dos fatores

<sup>105</sup> Além dessas taxes mais destacadas, esse conjunto de nomes registra também dois astrotopônimos – que, por coincidência possuem a mesma tradução, “sol”: Araci e Coaraci –; e dois somatotopônimos: Camacan (< Tp.-Ant. *kama* “seio” + *kuã* “bico”; donde: “bico do peito, teta”) e Piatã (<Tp.-Ant. *py* “pé” + *atã* “duro”; donde: “pé duro, firme, vigoroso”; ou *pyá* “coração” + *atã* “duro”; donde: “coração duro, rígido, cruel”).

mesológicos e a um maior envolvimento do índio com as características específicas dos acidentes” (DICK, 1992, p. 42). Nesse conjunto, destacam-se os topônimos que resgatam elementos da fauna e da flora, acidentes hidrográficos, acidentes de relevo e outros eventos ligados à terra.

Alguns dos fitotopônimos e zootopônimos recuperam espécies de suas regiões<sup>106</sup>, como mostra o Quadro 14:

**Quadro 14: Zonas fisiológicas baianas de incidência de municípios com topônimos de origem Tupi referentes à fauna e à flora**

zona fisiológica	nº de ocorrências	%	topônimos	espécie referida
Serra Geral e Planalto da Conquista	4		Anajé <u>Guajeru</u> Guanambi Tanhaçu	<i>Rupornis magnirostris</i> (gavião-carijó) <i>Chrysobalanus icaco</i> (guajeru) (beija-flor) <i>Tayassu peccari</i> (queixada)
Planície Costeira (Norte)	3		<u>Camacari</u> <sup>107</sup> Itanagra Macururé	<i>Terminalia fagifolia</i> e <i>Caraipa fasciculata</i> gênero de ave sul-americana ave da família dos buconídeos
Planície Costeira (Sul)	5	28,57	Camamu Guaratinga <u>Maraú</u> Saubara Uruçuca	gênero de ave sul-americana <i>Casmerodius Albus</i> (garça branca) <i>Passiflora</i> (esp. de maracujá) espécie tamanduá <i>Melípona quaripuncata</i> , <i>Ihering</i> (esp. abelha)
Planície do Paraguaçu	3	21,43	Ichu <sup>108</sup> Irará <u>Macajuba</u>	<i>Nectarina Lecheguana</i> , Latr. (esp. vespa) <i>Anhinga anhinga</i> (esp. de formiga) <i>Acrocomia aculeata</i> , (coco-de-catarro)
Oeste	1	7,15	<u>Jaborandi</u>	<i>Othonia corcovadensis</i> (jaborandi)

(\*) Neste quadro, aparecem sublinhados os nomes referentes à flora.

Em Albino (2002, p. 405) encontramos a seguinte explicação da presença desses elementos na toponímia de uma região:

Os elementos da flora de uma região sempre foram motivo de inspiração e de indagação para o homem, visto que eles ocupam um lugar

<sup>106</sup> A toponímia histórica também apresenta esse tipo de dado: Catuiçara (< *katu* “bom” + *ysara* “juçara”; donde: “boa juçara”, espécie de planta da subfamília das xeroxilíneas – atual Teodoro Sampaio), Orobó (< Tp.-Ant. ~ *urubu* “urubu” – atuais Itaberaba e Ruy Barbosa), Pirajiba (< Tp. Ant. *pirá* “peixe” + *îuba* “amarelo”; donde: “peixe amarelo, dourado: *Salminus maxiolus*” – atual Muquém do São Francisco) e Tamboatá (< Tp. Ant. *tamuatá*, “espécie de peixe: *Cataphractus Callicythus*” – atual Serrinha).

<sup>107</sup> O caminho desta forma, de nome comum a corotopônimo é interessante: inicialmente, designa as duas espécies nativas indicadas no quadro; daí, passa a denominar um rio e, por extensão, a cidade às suas margens.

<sup>108</sup> Os dados históricos registram que esse município já teve por nome a forma *enxu*, que lhe corresponde em Tupi-antigo.

importante no comércio, na agricultura, na medicina, na higiene, enfim, no cotidiano do ser humano. (...) A Toponímia, por sua vez, não poderia agir de forma diferente, utilizando-se, então, dos elementos da flora como fonte contínua de motivação. A abundância de nomes de lugares relacionados à vegetação explica-se, portanto, pelo fato de os vegetais estarem estreitamente ligados à sobrevivência dos grupos humanos (da mesma forma que os animais) e por essa razão são frequentemente empregados nas designações de acidentes geográficos. O homem, ao nomear os lugares por onde passa e onde se estabelece, olha ao redor, perscruta a natureza, identifica-se com ela e, para distingui-la de outro espaço, dá-lhe um nome tirado, muitas vezes, do ambiente que o envolve, seja uma erva, uma árvore, uma raiz, uma fruta, uma flor, uma semente.

A fauna e a flora estão referidas na toponímia baiana de origem Tupi por alguns morfemas recorrentes, entre os quais:

1) os seguintes lexemas:

a) KAÁ ('mato') – que, no sintagma toponímico, pode ocupar a posição:

- inicial: Caatiba (< *kaá* 'mato' + *-tyba* 'suf. colet.'; donde: 'matagal'), Caetité (< *kaá* 'mato' + *etê* 'verdadeiro' + *etê* 'verdadeiro'; donde: 'matagal'); ou
- medial: Ipecaetá (< *yby* 'terra' + *kaá* 'mato' + *-etá* 'suf. pl.'; donde: 'terra de muito mato, matagal' ou *ipê* 'ipê' + *kaetá* 'mata'; donde: 'mata de ipê')

b) MBIRITY ('buriti') – sempre em posição inicial e como elemento determinado, como se vê em Buritirama (*mbyryty* 'buriti' + *rama* 'o que será buriti'; donde: 'broto ou semente de buriti') e Muritiba (< *mbyriti* 'buriti' + *-tyba* 'suf. colet.'; donde: 'buritizal');

c) TINGA (branco) – sempre em posição final, em função determinante, como em Biringa (< *piri*, 'junco' + *tinga*, 'branco'; donde 'junco esbranquiçado') e Maetinga (< *mbayba* 'embaúba' + *tinga* 'branco'; donde: 'embaúba branca');

d) UÁÇU ('grande') – sempre em posição final, como em Pindobaçu (< *pindoba*, 'palmeira' + *uasu*, 'grande'; donde: 'palmeira grande') e Sapeaçu (< *sapé* 'sapé' + *uasu* 'grande'; donde: 'sapé grande');

e) YBÁ ('árvore, madeira, p/ ext. flecha') – sempre em posição inicial como elemento determinado e em relação genitiva, como em Uibaí (< *u-yba*, 'flecha' + *y*, "rio"; donde: 'rio da flecha') e Ubaíra (< *yba* 'flecha' + *îara* 'senhor'; donde: 'flecheiro'); e

f) YBYRÁ ('árvore') – sempre em posição inicial acompanhado de elemento determinante, como se vê em Buerarema (< *ybyrá* 'árvore' + *nema* 'fedida'; donde: 'árvore fedida'), Ibirapitanga (< *ybyrá* 'árvore' + *pitanga* 'vermelho'; donde: 'árvore vermelha, o pau-brasil'), Ibirapoã (< *ybyrá* 'árvore' + *puã* 'alto'; donde: 'árvore alta') e Ibirataia (< *ybyrá* 'árvore' + *taya* 'queimar'; donde: 'árvore que queima, a pimenteira');

2) os seguintes gramemas:

a) -RAMA<sup>109</sup> ("suf. fl. IdFt") – sempre em posição final, como em Buritirama e Ibotirama (< *potira* 'flor' + *rama* 'suf. IdFt'; donde: 'o que será flor; botão de flor');

b) -TYBA ('suf. coletivizador') – sempre em posição final, como em: Acajutiba (< *akaíu*, 'caju' + *tyba*, 'suf. colet.>'; donde: 'cajueiral'), Caatiba, Muritiba, Piritiba (< *piri* 'junco' + *-tyba* 'suf. colet.>'; donde: 'juncal').

Há ainda três topônimos de procedência Tupi referentes a espécies da fauna e flora cujos formantes são lexemas de pouca incidência. Dois deles apresentam estrutura de determinado + determinante – Jitaúna (< *îataí* 'jataí' + *una* 'preta'; donde: 'jataí preta') e Ubatã (< *ybá* 'madeira' + *atã* 'duro, rígido'; donde: 'madeira dura, madeira-de-lei') –; o outro, estrutura genitiva: Iramaia (< *irá* 'mel' + *maia* 'mãe'; donde: 'mãe do mel, a abelha mestra').

Em referência à flora, destacam-se, ainda, dois corotopônimos<sup>110</sup> – pois designam originalmente rios e, depois, os municípios às suas margens: Cairu (<Tp.-Ant., forma simples, 'cairu, gênero de ervas da família das hidrocólitas') e Condeúba (< Tp. Ant. *kondá* 'caracol' + *yba* 'árvore'; donde: 'árvore dos caracóis').

Por outro lado, ligado à fauna, há também:

1) o dirrematopônimo Tapiramutá (< Tp.-Ant. *tapira* 'anta' + *mutá* 'esperando'; donde: 'esperando a anta');

<sup>109</sup> Lexema também identificado na formação do animotopônimo Caturama (< *katu* "bom" + *rama*; donde: "o que há de ser bom").

<sup>110</sup> Segundo Albino (2002, p. 447), a classificação desses nomes como corotopônimos "não é o mais importante, mas sim o fato de o denominador procurar recuperar por meio dos vocábulos fossilizados as características de uma realidade ambiental diversificada".



2) ecotopônimos baseados no lexema QUARA<sup>111</sup> ('buraco'), localizado sempre em posição final e em relação genitiva com outro lexema, indicativo da espécie animal: Aiquara (*ai* 'preguiça', donde: 'buraco da preguiça'), Iraquara (*irá* 'formiga'; donde: 'buraco da formiga') e Jaguaquara (*îagûara* 'onça, jaguar'; donde: 'buraco da onça ou do jaguar');

3) o ergotopônimo Irajuba (< *irá* 'mel' + *yuba* 'amarelo' donde: 'mel amarelo'), este indiretamente, pelo fato de ser o mel produto da abelha;

4) o odotopônimo Jussiape (*y* 'água' + *u* 'beber' + soó 'animal e, por extensão, caça' + *ape* 'onde'; donde: 'onde a caça bebe água'); e, na toponímia histórica,

5) o somatotopônimo Tapiracanga (< *tapira*, 'anta', + *akanga*, 'cabeça'; donde: 'cabeça de anta' – atual Baianópolis).

Dos atuais municípios baianos cujos nomes de procedência Tupi fazem referência à água, alguns são propriamente hidrotopônimos, enquanto outros, por nomearem originalmente cursos d'água, são considerados, neste estudo, corotopônimos.

Entre eles, o lexema de maior incidência é Y ("água e, por extensão, curso d'água, rio"). Segundo Albino (2002, p. 453),

Os povos indígenas brasileiros costumavam designar os seus cursos de água pelo próprio termo comum, pois não viam a necessidade de buscar qualquer outra marca de relevância. Bastava, no momento de se referirem a tais topônimos, indicar, simplesmente, o denominador básico (rio, córrego, água ou lago) ou acrescentar a estes uma indicação de cor, volume, natureza da corrente, etc. Por isso, o denominativo mantinha com o meio originário uma relação associativa ou descritiva. Dessa forma, é comum encontrar na hidrografia (...) os termos genéricos indígenas 'y/i' (água) e 'paraná' (rio), acrescidos de um índice circunstancial que descreve um aspecto próprio do acidente e revela a maneira lógica que o indígena possuía de identificar o topônimo por si mesmo.

Nos sintagmas toponímicos em que aparece, esse lexema é elemento determinado, ocupando posição:

<sup>111</sup> Segundo os dados históricos do *corpus* desta pesquisa, este formante teve pouca produtividade na toponímia dos municípios baianos de outrora, só se encontrando num único registro, Quaraçu (< *kûara* "buraco" + *ûasu* "grande"; donde: "buraco grande"), atualmente Cândido Sales.

a) inicial ou final e acompanhado de determinante adjetival (3 ocorrências): laçu ou (< y ‘rio’ + *uaçu* ‘grande’; donde: ‘rio grande’), Jacaraci (< *îakarâ* ‘curto’ + y ‘rio’; donde: ‘rio curto’), Utinga (< y ‘rio’ + *tinga* ‘branco’; donde: ‘rio branco’);

b) final e em relação genitiva (15 ocorrências): Andaraí (< *andirá* ‘morcego’ + y ‘rio’; donde: ‘rio dos morcegos’), Capivari (< *capivara* ‘capivara’ + y ‘rio’; donde: ‘rio das capivaras’), Ibicaraí (< *ibikara* ‘ibicara’ + y ‘rio’; donde: ‘rio das ibicaras’), Iguai (< *ikûá* ‘enseada’ + y ‘rio’; donde: ‘rio da enseada’), Ipiaú (< y ‘rio’ + *piaûa* ‘piaba’; donde: ‘rio das piabas’), Ipirá (< y ‘rio’ + *pirá* ‘peixe’; donde: ‘rio do peixe’), Itagi<sup>112</sup> (< *ita* ‘pedra’ + y ‘rio’; donde: ‘rio das pedras’), Itagimirim (< *ita* ‘pedra’ + y ‘rio’ + *mirĩ* ‘pequeno’; donde: ‘rio das pedras pequenas’), Itamari<sup>113</sup> (< *itá* ‘pedra’ + *marã* ‘desordenada’ + y ‘rio’; donde: ‘rio das pedras desordenadas’), Itapebi (< *itá* ‘pedra’ + *peba* ‘chato’ + y ‘rio’; donde: ‘rio da pedra chata, rio da laje’), Jaguarari (< *îagûararé* ‘jaguar diferente, cão’ + y, ‘rio’; donde: ‘rio do cachorro’), Jussari (< *îusara* ‘juçara’ + y ‘rio’; donde: ‘rio das juçaras’), Mucuri (*mucura*, ‘raposa’ + y ‘rio’; donde: ‘rio das raposas’), Pindaí (< *pindá* ‘anzol’ + y “rio”; donde: ‘rio do anzol’), Uibaí;

c) medial, em relação genitiva e função ablativa<sup>114</sup> (11 ocorrências): Aratuípe (< *aratu* ‘espécie de caranguejo’ + y ‘rio’ + *pe* ‘em’; donde: ‘no rio dos aratus’), Coribe (< *kuri*, ‘barro vermelho’ + y, ‘rio’, + *pe*, ‘em’; donde: ‘no rio do barro vermelho’), Cotegipe (*kutia*, ‘cotia’ + y, ‘rio’, + *pe* ‘em’; donde: ‘no rio das cutias’), Inhambupe (< y, ‘rio’ + *nhambu*, “perdiz” + *pe*, “em”; donde: “no rio da perdiz’), Irecê (< y ‘rio’ + *resé* ‘sob’; donde: ‘água subterrânea’), Itajuípe (< *ita* ‘pedra’ + *îuba* ‘amarela’ + y ‘rio’ + *pe* ‘em’; donde: ‘no rio do ouro’), Jacuípe (< *îaku* ‘jacu’ + y ‘rio’ + *pe* ‘em’; donde: ‘no rio dos jacus’), Jaguaripe (< *îagûara* ‘onça, jaguar’ + y ‘rio’ + *pe* ‘em’; donde: ‘no rio das onças ou dos jaguares’), Maragogipe

<sup>112</sup> A forma Itagi também aparece nos dados históricos desta pesquisa, como um antigo nome do atual município de Itagimirim.

<sup>113</sup> A forma Itamari também aparece nos dados históricos desta pesquisa, como um antigo nome do atual município de Itapebi.

<sup>114</sup> Segundo Dick (1992, p. 69), a função ablativa, definida pela presença da posposição *pe* (Tp.-ant. “em, a, para, por”) como dado externo ao sintagma toponímico, representa o “testemunho de uma forma sintática em desuso”.

(< *marau* ‘marau’ + *y* ‘rio’ + *pe* ‘em’; donde: ‘no rio dos maraus’), Mutuípe (< *mutum* ‘mutum’ + *y* ‘rio’ + *pe* ‘em’; donde: ‘no rio dos mutuns’).

O lexema *Y* entra, ainda, como constituinte imediato de outros lexemas Tupi de menor incidência na formação de topônimos referentes aos municípios baianos, os cinco primeiros do Quadro 15:

**Quadro 15: Lexemas Tupi do campo semântico “água” de baixa incidência na toponímia dos municípios baianos**

lexema	tradução	topônimos
itu (< <i>y-tu</i> )	cachoeira	Ituaçu e Ituberá
kyra (< <i>y-ra</i> )	chuva	Boquira
upaba (< <i>y-paba</i> )	lagoa	Piripá
<i>y-apó</i>	pântano	Igaporá, Pojuca
<i>y-torôro</i>	cachoeira	Itororó
pará	rio extenso, caudaloso	Paramirim e Paratinga
xoró	jorrar	Chorrochó

São 21 os nomes Tupi de referência à terra, sendo alguns geomorfotopônimos, outros, litotopônimos e estando localizados em quatro diferentes zonas fisiológicas, discriminadas no Quadro 16:

**Quadro 16: Zonas fisiológicas baianas de incidência de municípios com topônimos de origem Tupi referentes à terra**

zona fisiológica	nº de ocorrências	%	topônimos
Serra Geral e Planalto da Conquista	7	33,33	Ibiassucê, Ibicuí, Itambé, Itapetinga, Itaquara, Itarantim e Potiraguá;
Chapada Diamantina	6	28,56	Ibicoara, Ibipeba, Ibipitanga, Ibitiara, Ibititá e Jacobina
Planície Costeira (Sul)	5	23,8	Apuarema, Itabuna, Itapitanga, Itamaraju e Itatim
Planície do Paraguaçu	3	14,28	Ibiquera, Itaberaba e Itaetê

Entre eles predominam nomes formados por justaposição<sup>115</sup> e o lexema de maior incidência é ITÁ (“pedra”), que aparece como elemento determinado, nos seguintes padrões de formação lexical:

a) em posição inicial com determinante adjetival (10 ocorrências)<sup>116</sup>:  
Itaberaba (< *itá* ‘pedra’ + *beraba* ‘brilhante’; donde: ‘pedra brilhante, cristal,

<sup>115</sup> Apenas 6 (seis) deles topônimos são formados por aglutinação: Ibititá, Itamaraju, Itambé, Itarantim, Jacobina e Potiraguá.

<sup>116</sup> Há que se registrar as formas Itaguaçu (< Tp-ant. *itá*, “pedra” + *uasú*, “grande”; donde: “pedra grande”), que aparece como formante no topônimo híbrido Itaguaçu da Bahia e na toponímia histórica, como nome anterior do atual município de Caldeirão Grande; e Itaju (*itá* “pedra” + *îuba*

diamante'), Itabuna (< *itá* 'pedra' + *una* 'preta'; donde: 'pedra preta'), Itaetê (< *itá* 'pedra' + *etê* 'verdadeiro'; donde: 'pedra verdadeira'), Itagiba (< *itá* 'pedra' + *îuba* 'amarela'; donde: 'pedra amarela, ouro'), Itamaraju (< *itá* 'pedra' + *marã* 'desordenado' + *îu* 'retirada'; donde: 'pedra retirada do rio'), Itambé (< *itá* 'pedra' + *aîmbé* 'pontudo'; donde: 'pedra pontiaguda'), Itapitanga (< *itá* 'pedra' + *pitanga* 'vermelho'; donde: 'pedra vermelha'), Itatim (< *itá* 'pedra' + *tim* 'nariz, ponta'; donde: 'pedra pontuda');

b) em posição inicial e relação genitiva (3 ocorrências): Itapé (< *itá* 'pedra' + *pé* 'caminho'; donde: 'caminho de pedra'), Itaquara (< *itá* 'pedra' + *kûara* 'buraco'; donde: 'buraco da pedra') e Itarantim (< *itá* 'pedra' + *rãĩĩ* 'diadema'; donde: 'diadema de pedra').

Um outro lexema de grande incidência é YBY ('terra'), que aparece como elemento determinado, com os seguintes padrões de formação lexical:

a) em posição inicial com determinante adjetival (5 ocorrências): Botuporã (*yby* 'terra' + *tyra* 'acúmulo, monte' [; donde: *yby-tyra* 'montanha'] + *porãga* 'bonito'; donde: 'montanha bonita'), Ibicuí (*yby* 'terra' + *kûí* 'fino'; donde: 'terra fina, areia'), Ibipeba (*yby*, 'terra' + *peba*, 'chata'; donde: 'terra chata, planície'), Ibipitanga (*yby* 'terra' + *pitanga* 'vermelho'; donde: 'terra vermelha, barro'), Ibiquera (*yby* 'terra' + - (g)ûera 'suf. fl. Pt2'; donde: 'o que foi terra, terra antiga'), Ibitiara (*yby* 'terra' + *tîara* 'pintado'; donde: 'terra pintada, terra tingida').

b) em posição inicial e relação genitiva (2 ocorrências): Ibicoara (*yby* 'terra' + *kûara* 'buraco'; donde: 'buraco da terra, cova') e Ibititá (*yby* 'terra' + *tyra* 'acúmulo, monte' [; donde: 'montanha'] + *itá* 'pedra'; donde: 'pedra da montanha, rochedo');

c) em posição inicial e em construção ablativa (2 ocorrências): Ibiassucê (*yby* 'terra' + *ã* 'alto' [; donde 'planalto'] + *susé* 'sobre'; donde: 'sobre o planalto').

Além desses, entre os topônimos de origem Tupi referentes à terra, há lexemas de baixa incidência (com uma ocorrência cada), que aparecem como elemento determinado, nos seguintes padrões de formação lexical:

---

"amarela"; donde: "pedra amarela, ouro"), que aparece nos dados históricos desta pesquisa, como um antigo nome do atual município de Itaju do Colônia, de cujo topônimo híbrido, como se vê, é também elemento constituinte.

a) em posição inicial, com determinante adjetival:

- A: Aporá (*a*, 'altura, por extensão, monte' + *poranga*, 'bonito'; donde: 'monte bonito');

- APUÃ: Apuarema (*a*, 'altura' + *puã* 'redonda' [; donde: 'colina'] + *nema* 'fétido'; donde: 'colina fétida');

- ÎA-KÛA: Jacobina (*îa-kûa* 'cascalho' + *apina* 'limpo, descoberto'; donde: 'cascalho limpo, descoberto');

b) em posição final e relação genitiva: IKÛÁ: Potiraguá (*potira* 'flor' + *ikûá* 'enseada'; donde: 'enseada da flor').

Considerando o total dos atuais municípios baianos analisados nesta seção, são poucos os referentes a elementos de natureza antropocultural; eles estão distribuídos em nove categorias específicas, conforme o Quadro 17.

**Quadro 17: Categorias referentes a elementos de natureza antropocultural presentes na toponímia de origem Tupi dos atuais municípios baianos: número de ocorrências e percentual em ordem decrescente**

categorias	nº de ocorrências	%
ergotopônimos	4	20
animotopônimos	3	15
ecotopônimos	3	15
axiotopônimos	2	10
mitotopônimos	2	10
odotopônimos	2	10
sociotopônimos	2	10
etnotopônimos	1	5
poliotopônimos	1	5

Nesse pequeno conjunto de nomes, é possível identificar:

1) duas formas simples: Arataca ('arataca') e Mairi ('cidade');

2) alguns lexemas recorrentes:

a) ABÁ ('homem') – sempre em posição inicial, aparecendo como elemento determinado acompanhado de determinante adjetival, como em Abaíra (< *abá*, 'homem' + *îara*, 'senhor'; donde: 'senhor de homens', por extensão, 'patrão, amo') ou Abaré (< *abá*, 'homem' + *ré*, 'diferente'; donde: 'homem diferente', por extensão, 'padre');

b) CATU ('bom') – como forma simples, nomeando inicialmente um rio e, por extensão, a cidade à sua margem, ou como elemento em composição com o sufixo de IdFt *-rama*, como em Caturama (v. nota);

c) ÎARA ('senhor') – sempre em posição final, aparecendo como elemento determinante em relação genitiva, como em Ipupiara (<*ipy* [*ip* 'fundo' + *y* 'água'; donde: 'fundo d'água', por extensão] 'fonte d'água' + *ip* 'fundo' + *îara* 'senhor'; donde: 'senhor do fundo da fonte d'água') ou Ubaíra.

d) MORÃ ('povo') – sempre em posição inicial, aparecendo como elemento determinado acompanhado de determinante adjetival (Mirangaba < *morã*, 'povo' + *angaba* 'coitado'; donde: 'povo coitado, digno de dó') ou em relação genitiva (Mortugaba < *morã* 'povo' + *tokaba* 'habitação'; donde: 'habitação do povo, povoação, povoado');

e) ÛARA ('morador') – sempre em posição final, aparecendo como elemento determinado em relação genitiva: Taperoá (<*tapera* 'ruína' (< *taba* 'aldeia' + *ûera* 'suf. IdPt2') + *ûara* 'morador'; donde: 'morador da ruína');

f) UNA ('preto') - como forma simples, nomeando inicialmente um rio e, por extensão, a cidade à sua margem, ou em posição final e em relação genitiva, como em Igrapiúna (< *ygara* 'canoa' + *pi* 'pele, casca' + *una* 'preto'; donde: 'canoa da casca preta').

Além desses, há lexemas com uma só ocorrência, como os de Anguera (< *anhã* 'alma' + *-gûera* 'sufixo indicativo de Pt2'; donde: 'antiga alma, fantasma'), Jequié (<*îeki*, 'covo' + *ré*, 'diferente'; donde: 'covo diferente') e Paripiranga (<*pari*, 'cerca' + *piranga*, 'vermelho'; donde: 'cercado vermelho').

Por sua vez, nossos dados históricos revelam a recorrência desses e de outros lexemas na toponímia dos municípios baianos em outras épocas, o que confirma o pressuposto 2.c) desta pesquisa, como se vê no Quadro 18:

Quadro 18: Produtividade de lexemas Tupi na toponímia histórica dos municípios baianos

lexema	toponímia antiga	étimo	toponímia atual
KAÁ	Capuame	<i>kaá</i> 'mato' + <i>puã</i> 'redondo'; donde: 'mato redondo, capão'	Dias d'Ávila
	Ipecacuanha	<i>ypy</i> 'pé' + <i>kaá</i> 'mato' + <i>gûê</i> 'vômito'; donde: 'raiz vomitiva'	Ibirataia
IKUA	Igatiquire	<i>ikûá</i> 'enseada' + <i>tikira</i> 'vertente'; donde: 'enseada da vertente'	Cravolândia
ITÁ	Itacira	<i>itá</i> 'metal' + <i>syra</i> 'enxada'; donde: 'enxada de metal'	Wagner
	Itaguaçu	<i>itá</i> , 'pedra' + <i>ûasu</i> , 'grande'; donde: 'pedra grande'	Caldeirão Grande
	Itaguira	<i>itá</i> 'pedra' + <i>guir</i> 'sob'; donde: 'sob a pedra'	Itaju do Colônia
	Itaipava	<i>itá-ĩ</i> 'pedra pequena' + <i>paba</i> 'banco'; donde: 'banco de pedrinha'	Aurelino Leal
	Itajuí	<i>itá</i> 'pedra' + <i>ĩuba</i> 'amarela' + <i>y</i> 'rio'; donde: 'rio do ouro'	Formosa do Rio Preto
	Itapira	<i>itá</i> 'pedra' + <i>apira</i> 'empinada'; donde: 'pedra empinada'	Ubaitaba
	Itapuã	<i>itá</i> 'pedra' + <i>puã</i> 'redonda'; donde: 'pedra redonda'	Lauro de Freitas <sup>117</sup>
	Itapuí	<i>itá</i> 'pedra' + <i>poĩ</i> 'delgado'; donde: 'pedra delgada, xisto'	Ilororó
	Itatinga	<i>itá</i> , 'pedra' + <i>tinga</i> 'branco'; donde: 'pedra branca'	Itapetinga
Itaúna	<i>ita</i> 'pedra' + <i>una</i> 'preta'; donde: 'pedra preta'	Itapé	
PARÁ	Paraguaçu <sup>118</sup>	<i>pará</i> 'rio extenso' + <i>ûasu</i> 'grande'; donde: 'rio extenso, caudaloso'	laçu
PEBA	Cururupeba	<i>kururu</i> 'sapo' + <i>peba</i> 'chato'; donde: 'sapo achatado'	Madre de Deus
	(Nova) Boipeba	<i>mboi</i> 'cobra' + <i>peba</i> 'chato'; donde: 'cobra achatada'	Nilo Peçanha
TYBA	Natuba	<i>ananas</i> 'ananás' + <i>-tyba</i> 'suf. colet.'; donde: 'ananazal'	Nova Soure
	Teriguatiba	<i>terĩguá</i> 'vespa' + <i>-tyba</i> 'suf. colet.'; donde: 'vespeiro'	Antônio Cardoso
Y	Iguaba	<i>y</i> 'água, rio' + <i>u</i> 'beber' + <i>isaba</i> 'lugar'; donde: 'lugar de beber água'	Coronel João Sá
	Iguaçu	<i>y</i> 'água, rio' + <i>uaçu</i> 'grande'; donde: 'rio grande'	Itaetê
	Ipitanga	<i>y</i> 'água, rio' + <i>pitanga</i> 'vermelho'; donde: 'rio vermelho'	Antônio Gonçalves Lauro de Freitas
	Paratiji	<i>piraty</i> 'tainha' + <i>y</i> 'água, rio'; donde: 'rio das tainhas'	Rafael Jambeiro
	Piranji	<i>piranga</i> 'vermelho' + <i>y</i> 'água, rio'; donde: 'rio vermelho'	Itajuípe
	Traripe	<i>tarayr</i> 'traíra' + <i>y</i> 'água, rio' + <i>pe</i> 'em'; donde: 'no rio das traíras'	Amélia Rodrigues
	Itinga	<i>y</i> 'água, rio' + <i>tinga</i> 'branco'; donde: 'rio branco'	Antônio Gonçalves <sup>119</sup>
YBY	Ibiagui	<i>ibyá</i> , 'escarpada' + <i>guy</i> , 'sopé'; donde: 'sopé da escarpada'	Canápolis
	Ibipetuba	<i>iby</i> , 'terra', + <i>pe</i> , 'em', + <i>tyba</i> , "suf. colet."; donde: 'no monte de terra'	Santa Rita de Cássia
	Ibitiguira	<i>yby</i> 'terra' + <i>tyra</i> 'acúmulo, monte' []; donde: 'montanha'] + <i>guira</i> 'pé'; donde: 'o pé da montanha, piemonte'	Planaltino
	Ibituruna	<i>yby</i> 'terra' + <i>tyra</i> 'acúmulo, monte' []; donde: 'montanha'] + <i>una</i> 'negra'; donde: 'montanha negra'	Pedro Alexandre
YBYRA	Ibirocaim	<i>ybyra</i> 'árvore' + <i>oka</i> 'casa' + <i>ĩ</i> 'pequeno'; donde: 'casinha de pau, por extensão, curral'	Dom Basílio

<sup>117</sup> Itapuã é apenas um formante do topônimo Nossa Senhora da Conceição de Itapuã, um dos antigos nomes do atual município de Lauro de Freitas.

<sup>118</sup> Embora atualmente a Bahia não tenha município baiano assim denominado, este topônimo lhe nomeia um dos principais rios e é constituinte de outro, nomeador de município (Cabaceiras do Paraguaçu), função igualmente cumprida outrora (São João do Paraguaçu, atual Mucugê).

<sup>119</sup> Itinga integra a toponímia histórica do atual município de Antônio Gonçalves por duas vezes: como nome (1916) e como formante (Itinga da Serra).

### 6.3 A toponímia municipal baiana de origem africana

Entre os atuais municípios baianos, seis têm nomes correspondentes a formas simples de procedência africana (Banzaê, Caculé, Candiba, Gandu, Gongoji, Maiquinique) e apenas um tem nome luso-africano (Mulungu do Morro), o que representa somente 1,67% do total, dado surpreendente por ser a Bahia o Estado brasileiro de maior percentual de população afrodescendente e de maior influência cultural africana do país e de ser Salvador, sua capital, a cidade de maior população negra ou afro-descendente fora da África.

Observando esse conjunto de topônimos, percebemos que:

a) todos procedem de línguas banto: ou do Kimbundo (Banzaê, Caculé, Candiba e Gandu) ou do Kikongo (Gongoji e Maiquinique);

b) há um equilíbrio entre o número de ergotopônimos (ambos Kikongo) e o de zootopônimos (ambos Kimbundo);

c) embora grande a distância entre os municípios nomeados por esses topônimos, exceto Banzaê e o híbrido, os demais se situam em RE contíguas: o LS (Gandu e Gongoji), a SG (Caculé e Candiba) e o SW (Maiquinique), o que talvez indique pequena área descontínua de influência africana;

d) todos aparecem em 1970 e um deles (Caculé) já em 1940;

e) anteriormente a 1940, não há municípios baianos com nomes de origem africana, embora haja povoados, como demonstra o quadro abaixo:

**Quadro 19: Povoados baianos (hoje municípios) que, entre o início do século XIX e 1940, tinham nomes africanos, suas respectivas RE, categoria toponímica, procedência e atuais nomes**

R.E.	DATA	ANTIGO POVOADO/ TOPÔNIMO	CATEGORIA	PROCEDÊNCIA	MUNICÍPIO ATUAL/ TOPÔNIMO
NE	in. s. 19	Mocambo	ecotopônimo	kimbundo	Olindina
PAR	1914	Feira do Berimbau	sociotopônimo	luso-africana	Conceição do Jacuípe
LS	in. s. 20	Água Preta do Mocambo	hidrotopônimo	luso-africana	Uruçuca
LS	f. s. 19	Burundanga	ergotopônimo	kikongo	Itabuna
LS	f. s. 19	Berimbau	ergotopônimo	kimbundo	Coaraci
LS	in. s. 20	Macacos	zootopônimo	luso-africana	Coaraci
LS	1910	Macuco	ergotopônimo	kimbundo	Buerarema
SG	in. s. 19	Mocambo	ecotopônimo	kimbundo	Candiba

Os dados acima também demonstram que, nessa época:



a) havia uma concentração de povoados com nomes de origem africana no LS e na SG, regiões que, junto com o SW, concentram, hoje, descontinuamente, os municípios com topônimos dessa procedência;

b) se por um lado havia bases lexicais recorrentes na formação desses topônimos (mocambo e berimbau), aparecendo em formas simples ou híbridas, por outro, havia as com só uma ocorrência (burundanga, macaco, macuco);

c) os topônimos registrados pertencem a línguas do grupo banto;

d) ao se emanciparem, esses povoados trocaram de nomes, preferindo formas Tupi ou portuguesas (inclusive híbridas), havendo somente um caso de mudança para topônimo de mesma origem (Mocambo > Candiba).

Uma rápida observação nos quadros 1 e 2 do Anexo B evidencia a presença, ainda hoje, de numero relativamente pequeno de povoados e distritos na Bahia com nomes de base africana espalhados em várias regiões. Algumas bases são recorrentes (cacimba, mocambo, mulungu), outras têm só uma ocorrência (cafundó, canché, maxixe, mozondó, quingó, xuque, etc.).

Cruzando todas essas observações com aspectos sócio-históricos anteriormente discutidos, podemos interpretar a contribuição africana para a macrotoponímia baiana nos seguintes termos:

1) os topônimos baianos de procedência africana, os atuais e os de sincronias pretéritas, originam-se de línguas do grupo banto, sobretudo o Kikongo e o Kimbundo, introduzidos no Brasil nos séculos XVII e XIX;

2) é do século XIX o advento do ciclo cacauero, responsável pela incorporação ao resto da Bahia do LS, da SG e do SW, REs que, com certa descontinuidade territorial, concentram, hoje, os municípios com nomes de origem africana, mas que, segundo demonstra o Quadro 18, também concentravam povoados com nomes dessa origem, em geral trocados por formas Tupi ou portuguesas quando de suas emancipações;

3) não havendo causa estrutural para a baixa incidência de nomes de procedência africana na Bahia, hoje e outrora, bem como para a mudança dos nomes de distritos, povoados e vilas ao se emanciparem, esses fenômenos só podem ser explicados por fatores sócio-históricos, o principal deles, a nosso ver, o

desprezo da sociedade em geral e, sobretudo, de seus dirigentes políticos – responsáveis, enfim, pela criação de novos municípios –, à herança cultural e linguística africana para o (português do) Brasil.

Antes de encerrarmos este capítulo e encaminharmos as conclusões, na próxima subseção, examinaremos a relação entre toponímia e poder político, com base em dados do nosso *corpus*.

#### **6.4 Toponímia e poder: a Igreja e a política na formação da toponímia dos municípios da Bahia**

Partindo do princípio de que “o topônimo não é algo estranho ou alheio ao contexto histórico-político da comunidade”, mas, do contrário, “reflete, de perto, a própria substância ontológica do social, onerado que está de uma profunda carga significativa” (DICK 1992, p. 50), nesta seção, pretendemos discutir a relação entre toponímia e poder e mostrar como a homenagem aos detentores do poder secular do Estado ou do poder religioso da Igreja e à própria Igreja, enquanto instituição, através de seus santos, são fontes recorrentes da toponímia dos municípios da Bahia ao longo da história, exercendo, desta forma, uma forte influência na vida e na identidade da população de cada município do Estado.

A partir dos dados coletados, foi possível identificar a existência de pelo menos quatro categorias toponímicas comemorativas: por um lado, rendendo homenagem a santos do hagiológico romano e a entidades ou objetos sagrados cristãos, os hagiotopônimos e alguns hierotopônimos e poliotopônimos; por outro lado, fazendo referência a ocupantes do poder político (e, às vezes, também religioso) os axiotopônimos e alguns antropotopônimos e poliotopônimos.

A relação entre toponímia e homenagem ao poder é muito evidente em relação aos antropotopônimos e aos axiotopônimos, nomes em geral sistemáticos, estabelecidos por Lei, normalmente sem consulta prévia à população interessada e a ela impostos pelas autoridades, em substituição a outros nomes. Embora quase sempre prevaleçam, há casos em que a mudança de um topônimo qualquer

para outro, em honra a um ocupante do poder não é aceito pela população, levando o legislador a rever sua decisão<sup>120</sup>.

Em relação a isso, costuma-se fazer a seguinte crítica: a criação de novos topônimos mediante mecanismos artificiosos, pouco espontâneos não é, provavelmente, a fórmula mais recomendável nem satisfatória. É neste sentido, por exemplo, a seguinte avaliação de Ventura (200[?]):

Desde meados do século XIX que a toponímia revestiu no nosso país o papel de instrumento privilegiado de difusão política e de reprodução social, servindo ao mesmo tempo como veículo de afirmação do poder. Paralelamente, constituiu uma maneira legítima de homenagear quantos pugnaram pela continuidade e/ou dignificaram a identidade local ou nacional. De um lado, o caciquismo, o imobilismo e a estratificação sociais, a propaganda a regimes e a políticas. Do outro, os valores universais da solidariedade, da doação e da dignificação do Homem, ao lado do interesse coletivo e dos laços de agregação identitária.

A ela corrobora Dick (1998, p. 99-100):

Na prática universalista do ato denominativo, nivelam-se os bons e os maus, os poderosos e os fracos, os pusilâmines e os capacitados. Tudo é homenagem, culto à personalidade do indivíduo, sacralização em vida de um procedimento que os modernos institucionalizaram como medida *post-mortem*. Nomes assim constituídos destacam a relação dominante/dominado, ou melhor dizendo, o poder do mando e da sujeição, mesmo nas regiões em que o exercício de autoridade não se define pelo continuísmo ou pela transmissão hereditária.

Desses dois aspectos apontados, interessa-nos o primeiro, que não consideramos legítimo (pois, conforme pondera Dick (1984, p. 44-5), “a Toponímia não deveria, de fato, acobertar finalidades bajulatórias, a fim de que seus objetivos últimos e a seriedade de seus conceitos não se deturpem ao longo das exemplificações”), embora venha se tornando, mormente na Bahia, prática muito comum ultimamente, a partir de caso que passamos a relatar.

Em 1999, com a morte de Luís Eduardo Magalhães – ex-deputado federal e filho do senador e principal cacique político baiano durante quase meio século, Antônio Carlos Magalhães –, uma liderança do oeste baiano propôs à Câmara de Vereadores do município de Barreiras a alteração, por Lei, do nome do seu principal distrito fora de sede, de Mimoso do Oeste para Luís Eduardo Magalhães,

---

<sup>120</sup> Remetemos o leitor ao verbete BARREIRAS do Glossário Toponímico dos Municípios Baianos, constante do segundo volume.

sugestão prontamente aceita. Em menos de seis meses, essa mesma liderança propôs à Assembléia Legislativa a emancipação do distrito, o que foi votado e aprovado em março do ano seguinte, numa onda de homenagens menos ao filho que ao pai, que incluiu a atribuição do nome daquele ao aeroporto da capital baiana, a inúmeras escolas estaduais e a parques metropolitanos, ruas, praças, avenidas, etc. Após a emancipação, Luis Eduardo Magalhães passou a ser o município que mais cresce na Bahia, não só pelo seu dinamismo econômico e populacional, como também por sua capacidade de atrair investimentos externos e pela prodigalidade de investimentos estaduais aí alocados<sup>121</sup>.

A partir desse mau exemplo, lideranças de outros prósperos distritos fora de sede de municípios do oeste baiano vinham tentando aprovar, em suas respectivas Câmaras de Vereadores, a mudança de seus nomes – Bela Vista, Roda Velha e Placas –, respectivamente, para Antônio Carlos Magalhães, Roberto Marinho (conhecido amigo do ex-senador) e ACM Neto, ao tempo em que tramitavam, na Assembléia Legislativa, processos em prol de suas emancipações. Contudo, com a derrota das forças carlistas nas eleições estaduais em 2006 e a consequente ascensão de seus opositores ao poder, por um lado e, por outro, com a morte do ex-senador em 2007, esses Projetos de Lei foram retirados da pauta das Câmaras Municipais e da Assembléia Legislativa, o que demonstra o grande casuísmo que os movia.

Não se pode considerar legítimo esse processo de atribuição toponímica; é, antes, demagógico, proselitista, antidemocrático, abusivo e antropológica e sociologicamente absurdo, pois, uma vez atribuído a um lugar, um topônimo passa a integrar a identidade do povo aí residente; passa a haver a associação

---

<sup>121</sup> A despeito disso tudo, a emancipação foi eivada de falhas: o plebiscito realizado consultou apenas a população do então-distrito, quando deveria ter sido dirigido a toda a população barreirense; além disso, o desmembramento foi aprovado por lei estadual, num tempo em que não havia a lei complementar federal regulatória desse tipo de questão exigida pela Carta Magna vigente. Essas irregularidades levaram ao questionamento da constitucionalidade do processo junto à Suprema Corte. Enquanto ainda detinha o poder no Estado e exercia enorme influência na União, o extinto senador ACM manteve a ação direta de inconstitucionalidade relativamente estacionada. Contudo, com a perda de seu prestígio nacional, sua derrocada na política baiana e seu falecimento, a ação foi julgada procedente e o Supremo deu prazo até março de 2009 para a realização do plebiscito e aprovação de uma nova lei emancipatória. Caso isso não ocorra, o município retornará à condição de distrito de Barreiras.

automática entre o povo e o nome do lugar e, conseqüentemente, a pessoa também referida. Assim, por exemplo, no oeste baiano, os luiseduardenses chegam a ser chamadas de “netos de ACM” por habitantes de outros municípios, o que na Bahia, a despeito dos quase quinquagenários pretensos super-poderes do extinto senador, não é mérito para absolutamente ninguém.

Já Cavalcanti (1918) afirmava com vigor:

Que a mudança de um nome geográfico exprima uma transição política de alta significação na história de um povo, uma ocupação estrangeira colonial ou guerreira, um fato, em suma, que constitua uma etapa no seu desenvolviment histórico, compreende-se, tolera-se, justifica-se. (...) Não se justifica, pois, a prática de mudar essas denominações tópicas, quer para substituí-las por nomes geográficos eventualmente já existentes noutras circunscções do mesmo ou de outro país, quer para trocá-las em condenáveis gestos de lisonja, por nomes de individualidades em evidência no mundo político-social. (CAVALCANTI, 1918, p. 167-8)

Ventura (200[?]) propõe soluções para os problemas acima levantados:

Uma idéia perfeitamente exequível seria inaugurar por esse país fora um processo inédito de seleção de topônimos, um processo realmente democrático: ouvir os cidadãos, as suas propostas, as suas opiniões. E deixar de ouvir apenas os membros das Comissões Municipais de Toponímia, cuja atividade muitas vezes se situa entre a passividade e a ignorância, nomeadamente quando autorizam a substituição em centros históricos da toponímia funcional, antiga, por homenagens, quantas vezes contingentes ou duvidosas. Aliada a esta, outra medida para tornar completamente transparente este processo de ‘canonização civil’ seria adotar procedimentos similares aos da canonização religiosa: instituir nomeadamente um ‘advogado do diabo’ que exigisse provas da relevância da personalidade a homenagear, sem as buscar apenas junto de sabichões que apenas sabem orientar os seus interesses ou junto daqueles que em vida, por esta ou por aquela razão de proximidade, dependem do visado.

Em 1827, registra-se na Bahia apenas três municípios (equivalentes a 7,13% do total, à época) cujos nomes homenageiam explicitamente o poder: Príncipe e Santana do Caetité (atual Caetité), Rainha (atual Senhor do Bonfim) e Pombal (atual Ribeira do Pombal), único nome comemorativo da siconia seguinte, na qual equivale a 1,02% dos topônimos municipais registrados.

Em 1940, dos dez antropotopônimos denominativos de municípios baianos, sete se referiam a ocupantes do poder, sendo um a forma herdada da siconia anterior (Pombal) e as demais, inovações (Afonso Pena, Cícero Dantas, Djalma Dutra, Nilo Peçanha, Ruy Barbosa, Seabra); esse conjunto de nomes

atingia seis regiões do Estado (o Oeste, o Nordeste, a RMS, o Recôncavo Sul, a Chapada Diamantina e o Litoral Sul), o que já demonstra uma ampliação do fenômeno estudado, em relação às sincronias anteriores. Além deles, registrava-se também um axiotopônimo (Conde).

Em 1970, dos 32 antropotopônimos registrados, a metade homenageia ocupantes do poder político. Algumas formas são herdadas de sincronias anteriores (Cícero Dantas, Djalma Dutra, Nilo Peçanha, Pombal Ruy Barbosa, Seabra), outras representam inovações (Aurelino Leal, Cândido Sales, Firmino Alves, Lafayette Coutinho, Lauro de Freitas, Manoel Vitorino, Medeiros Neto, Miguel Calmon, Muniz Ferreira, Sebastião Laranjeiras e Souto Soares). Entre os axiotopônimos, registram-se oito formas, uma herdada da sincronia anterior (Conde), as demais, inovadoras (Cardeal da Silva, Coronel João Sá, Dom Basílio, Dom Macedo, Governador Mangabeira, Presidente Dutra e Presidente Jânio Quadros). Ademais, alguns poliotopônimos rendem graças a líderes políticos regionais ou suas famílias, em geral antigas proprietárias das terras que originaram os municípios: Catolândia, Cravolândia e Teofilândia. Essas formas se conservam até os dias atuais, sem acréscimos.

Atualmente, dos 38 antropotopônimos designativos de municípios baianos, 21 são homenagens explícitas ao poder e estão representados em todas as regiões do Estado: 17 deles já existiam em sincronias anteriores (Aurelino Leal, Cândido Sales, Cícero Dantas, Djalma Dutra, Firmino Alves, Lafayette Coutinho, Lauro de Freitas, Manoel Vitorino, Medeiros Neto, Miguel Calmon, Muniz Ferreira, Nilo Peçanha, Pombal, Ruy Barbosa, Seabra Sebastião Laranjeiras e Souto Soares); os demais (João Dourado, Luís Eduardo Magalhães, Rafael Jambeiro e Wanderley) são novos. Alguns apresentam o nome completo do homenageado; outros, só seu(s) nome(s) de família; um, o prenome, como base de uma composição justapositiva.

Registram-se nove axiotopônimos, referentes a ocupantes de postos do governo civil (Governador Mangabeira, Presidente Dutra, Presidente Jânio Quadros, Presidente Tancredo Neves), a nobres (Conde – referencia ao terceiro conde dos Arcos, proprietário do engenho que originou o município), a lideranças

políticas (Coronel João Sá) e a autoridades eclesiásticas (Dom Basílio, Dom Macedo Costa, Cardeal da Silva), aqui incluídas porque, sem dúvida, ao longo da história, a Igreja exerceu enorme força política, por meio de seus agentes.

Ao que nos parece, ao longo dos séculos, os topônimos que homenageiam autoridades políticas, civis e religiosas vêm ganhando espaço, num processo ainda vigente, com ligeiras variações, em relação a um outro tipo de topônimo que também homenageia agentes de um outro tipo de poder, o poder sobrenatural. Estamos, portanto, nos referindo aos hierotopônimos, em geral e, especificamente, aos hagiotopônimos, aqueles em honra aos santos católicos que, de certa forma, também legitimam o poder temporal da Igreja.

A existência de hagiotopônimos e de hierotopônimos cristãos é fruto de uma tradição geral européia e, especificamente ibérica, de 'doar' ao santo de devoção a nova localidade. Em outras épocas de nossa história, sobretudo no início da colonização, várias localidades surgiram ao redor de capelas, pequenas igrejas, mosteiros ou monumentos de devoção católica e, ao longo do tempo, vieram a originar municípios. Isso demonstra não só o aspecto antropológico da fé de nossos ancestrais, como também o prestígio e o poder da Igreja, poder esse que ultrapassava as esferas religiosas, penetrando nas seculares, como bem atestam inúmeros fatos de nossa história:

O fervor religioso dos que primeiros se arriscaram no *mare tenebrosum* e seus seguidores na dilatação das raias do mundo antigo, o zelo dos missionários apostólicos a embrenharem-se em nossas impervias matas e longínquos sertões, a operosidade indefesa dos fundadores de templos e ermidas com os seus padroeiros e oragos milagrosos, o espírito de fidelidade popular às pias tradições da metrópole, eis em bloco as causas dessa multiplicidade extraordinária de nomes religiosos no Brasil. (CAVALCANTI, 1918, p. 170)

Contudo, nos nossos dias, a presença desses nomes necessariamente não indica a existência desse sentimento devocional. Nos dizeres de Donada (200[?])c),

Seria absurdo pretender extrair 'significados literais', no momento atual, de uns esquemas e formas de denominação implantados há vários séculos. O fato de que na nomenclatura municipal existiam hagiotopônimos não deve ser entendido tanto como sinal de fervor religioso, mas como reflexo da antiga organização de povoamento em pequenas demarcações eclesiásticas, as freguesias ou paróquias. (...) Considerar que os nomes, com seu significado primitivo, possam trazer remanescentes indesejáveis é um pensamento de todo

pueril. O uso de uma denominação implica, progressivamente, o esquecimento ou a perda de seu significado originário.

Em todas as sincronias investigadas, os hierotopônimos cristãos em geral são uma categoria bastante representativa. Contudo, uma observação dos dados das diversas sincronias aponta uma permanência com ligeira variação histórica.

Assim, na primeira sincronia analisada, 1827, entre os municípios de então, havia um total de 18 hierotopônimos<sup>122</sup> (equivalentes a 45,23% do total), todos cristãos, sobre os quais vale ressaltar que:

1) alguns se referem a mais de um santo (*Nossa Senhora da Assunção de São Boaventura do Poxim de Canavieiras, Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro*);

2) alguns possuem bases que apontam para topônimos de origem indígena já integrados ao português brasileiro, que, à época, cremos já não fossem transparentes para a maioria da população, constituindo, portanto, fósseis linguísticos (*poxim, cairu, macaúba, jacobina*);

3) a base portuguesa mais recorrente (portanto, o santo mais homenageado), é *Nossa Senhora*, o que se repete nas demais sincronias.

O Quadro 20 traz a distribuição desses topônimos, considerando as atuais Regiões Econômicas do Estado<sup>123</sup>:

**Quadro 20: Distribuição regional dos hierotopônimos referentes a municípios baianos em 1827**

Região Econômica	quantidade	%
Chapada Diamantina	1	5,55
Piemonte da Chapada	1	5,55
Nordeste	2	11,12
Litoral Norte	3	16,67
RMS	1	5,55
Recôncavo Sul	3	16,67
Litoral Sul	4	22,22
Extremo Sul	3	16,67

<sup>122</sup> São eles: Espírito Santo do Inhambupe de Cima, Nossa Senhora da Ajuda do Jaguaripe, Nossa Senhora da Assunção de Camamu, Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro, Nossa Senhora de Nazaré da Pedra Branca, Nossa Senhora do Conde de Itapicuru da Praia, Nossa Senhora do Rosário de Cairu, Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, Salvador, Santíssimo Sacramento das Minas do Rio de Contas, Santo Antônio da Jacobina, São Bernardo de Alcobaça, São Francisco da Barra do Sergipe do Conde, São João Batista de Água Fria, São Jorge dos Ilhéus, São José do Porto Alegre, São Pedro de Belmonte e São Sebastião de Maraú.

<sup>123</sup> Em algumas das atuais RE, não houve registro de hagiopônimos em 1827.



Na segunda sincronia analisada, entre os municípios de então, havia 34 hierotopônimos cristãos (equivalentes a 34,69% do total). O Quadro 21 traz a distribuição regional desses hierotopônimos<sup>124</sup>:

**Quadro 21: Distribuição regional dos hierotopônimos referentes a municípios baianos em 1890**

<b>Região Econômica</b>	<b>quantidade</b>	<b>%</b>
<b>Oeste</b>	1	3,125
<b>Sub-médio São Francisco</b>	2	6,25
<b>Irecê</b>	1	3,125
<b>Chapada Diamantina</b>	2	6,25
<b>Nordeste</b>	4	12,5
<b>Litoral Norte</b>	2	6,25
<b>RMS</b>	2	6,25
<b>Paraguaçu</b>	3	9,375
<b>Recôncavo Sul</b>	8	25
<b>Serra Geral</b>	2	6,25
<b>Litoral Sul</b>	1	3,125
<b>Extremo Sul</b>	4	12,5

Em relação à sincronia anterior, observamos que:

a) sete nomes mudaram de categoria, pela perda da(s) referência(s) ao(s) santo(s) católico(s): Nossa Senhora da Assunção de São Boaventura do Poxim de Canavieiras, Nossa Senhora de Nazaré da Pedra Branca, Nossa Senhora de Santana do Campo Largo, Nossa Senhora do Livramento e Minas do Rio de Contas, Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, Santo Antônio de Jacobina;

b) um desapareceu: São João Batista de Água Fria;

c) nove nomes se mantiveram inalterados: Espírito Santo do Inhambupe de Cima, Nossa Senhora da Ajuda do Jaguaripe, Nossa Senhora da Assunção de Camamu, Salvador, São Bernardo de Alcobaça, São Francisco da Barra do Sergipe do Conde, São Jorge dos Ilhéus, São José do Porto Alegre, São Pedro de Belmonte;

d) um foi reduzido, mas permaneceu na categoria (Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro > Santo Amaro); e

<sup>124</sup> Em algumas das atuais RE, não houve registro de hagiopônimos em 1889.

e) 22 surgiram: Bom Jesus do Rio de Contas, Bom Jesus dos Meiras, Coração de Jesus do Monte Santo, Nossa Senhora da Conceição do Riachão do Jacuípe, Nossa Senhora do Alívio do Brejo Grande, Nossa Senhora do Bom Conselho de Amargosa, Nossa Senhora do Patrocínio do Coité, Nossa Senhora do Remanso de Pilão Arcado, Santa Cruz, Santa Isabel do Paraguaçu, Santa Rita do Rio Preto, Santana do Camisão, Santana do Catu, Santo Antônio da Glória do Curral dos Bois, Santo Antônio das Queimadas, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Gonçalo dos Campos da Cachoeira, São José do Riacho da Casa Nova, São Vicente Férrer de Areia e Senhor do Bonfim de Xique-xique.

Entre os municípios de 1940, havia 21 hierotopônimos cristãos (14% do total). O Quadro 22 traz a distribuição regional desses nomes<sup>125</sup>:

**Quadro 22: Distribuição regional dos hagiopônimos referentes a municípios baianos em 1940**

Região Econômica	quantidade	%
Oeste	2	9,525
Médio São Francisco	1	4,76
Sub-médio São Francisco	1	4,76
Irecê	1	4,76
Litoral Norte	1	4,76
RMS	2	9,525
Paraguaçu	4	19,05
Recôncavo Sul	8	38,10
Sudoeste	1	4,76

Em relação à sincronia anterior, observamos que:

a) 26 nomes mudaram de categoria, pela perda da(s) referência(s) ao(s) santo(s) católico(s)<sup>126</sup>;

b) 4 não se alteraram (Salvador, Santo Amaro, São Felipe e São Félix);

<sup>125</sup> Em algumas das atuais RE, não houve registro de hagiopônimos em 1940.

<sup>126</sup> Bom Jesus do Rio de Contas, Bom Jesus dos Meiras, Coração de Jesus do Monte Santo, Espírito Santo do Inhambupe de Cima, Nossa Senhora da Ajuda do Jaguaripe, Nossa Senhora da Assunção de Camamu, Nossa Senhora da Conceição do Riachão do Jacuípe, Nossa Senhora do Alívio do Brejo Grande, Nossa Senhora do Bom Conselho de Amargosa, Nossa Senhora do Patrocínio do Coité, Nossa Senhora do Remanso de Pilão Arcado, Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, Santa Isabel do Paraguaçu, Santa Rita do Rio Preto, Santana do Camisão, Santana do Catu, Santo Antônio da Glória do Curral dos Bois, Santo Antônio das Queimadas, São Bernardo de Alcobaça, São Francisco da Barra do Sergipe do Conde, São Jorge dos Ilhéus, São José do Porto Alegre, São José do Riacho da Casa Nova, São Pedro de Belmonte, São Vicente Férrer de Areia e Senhor do Bonfim de Xique-xique.

c) 2 foram reduzidos, mas ficaram na taxa (Santo Antônio de Jesus > Santo Antônio e São Gonçalo dos Campos da Cachoeira > São Gonçalo); e

d) 15 surgiram: Bom Jesus da Lapa, Conceição da Feira, Conceição do Coité, Cruz das Almas, Curaçá, Santa Inês, Santa Maria, Santa Terezinha, Santana, Santíssimo Coração de Maria, Santo Estevão do Jacuípe, Santo Inácio, São Francisco, São Miguel das Matas e São Sebastião.

Ao longo do período entre 1940 e 1970, principalmente entre 1960 e 1962<sup>127</sup>, foram emancipados antigos povoados e distritos rurais, surgidos e/ou crescidos em torno de capelas, templos, mosteiros, lugares de devoção que conservaram os nomes de seus oragos. Assim, em 1970, há 32 hierotopônimos (9,5% do total), distribuídos regionalmente conforme o Quadro 23.

**Quadro 23: Distribuição regional dos heirotopônimos referentes a municípios baianos em 1970**

<b>Região Econômica</b>	<b>quantidade</b>	<b>%</b>
<b>Oeste</b>	2	6,25
<b>Médio São Francisco</b>	1	3,125
<b>Sub-médio São Francisco</b>	1	3,125
<b>Irecê</b>	1	3,125
<b>Piemonte da Chapada</b>	1	3,125
<b>Nordeste</b>	4	12,5
<b>Litoral Norte</b>	1	3,125
<b>RMS</b>	3	9,375
<b>Paraguaçu</b>	4	12,5
<b>Recôncavo Sul</b>	10	31,25
<b>Litoral Sul</b>	1	3,125
<b>Extremo Sul</b>	1	3,125
<b>Serra Geral</b>	1	3,125
<b>Sudoeste</b>	1	3,125

Em relação à sincronia anterior, observamos que:

a) 17 se mantiveram inalterados: Bom Jesus da Lapa, Conceição da Feira, Conceição do Coité, Cruz das Almas, Curaçá, Salvador, Santa Cruz Cabralia, Santa Inês, Santa Terezinha, Santana, Santo Amaro, Santo Inácio, São Felipe, São Félix, São Gonçalo dos Campos, São Miguel das Matas e São Sebastião;

<sup>127</sup> Durante esse triênio, foram criadas cerca de 180 das atuais 417 municipalidades baianas.

b) três foram ampliados, mas permaneceram na categoria (Santa Maria > Santa Maria da Vitória, Santo Antônio > Santo Antônio de Jesus e São Francisco > São Francisco do Conde);

c) dois foram reduzidos, mas permaneceram na categoria (Santíssimo Coração de Maria > Coração de Maria, Santo Estevão do Jacuípe > Santo Estevão); e

d) dez surgiram: Conceição do Almeida, Conceição do Jacuípe, Livramento do Brumado, Milagres, Santa Bárbara, Santa Brígida, Santa Cruz da Vitória, Santaluz, Senhor do Bonfim e Vera Cruz.

Atualmente, há 40 hierotopônimos (equivalentes a 9,6% do total) que, somados a três poliotopônimos referentes a figuras devocionais (equivalentes a 0,71% do total de topônimos), estão distribuídos nas seguintes RE do Estado:

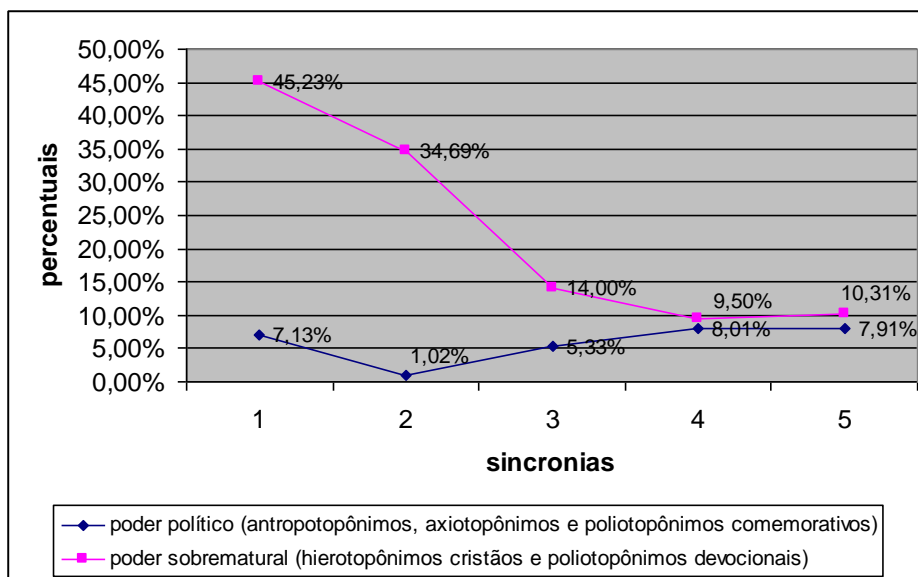
**Quadro 24: Distribuição regional dos hierotopônimos e poliotopônimos devocionais referentes a municípios baianos em 2000**

Região Econômica	quantidade	%
Oeste	5	11,62
Médio São Francisco	1	2,33
Sub-médio São Francisco	1	2,33
Irecê	1	2,33
Piemonte da Chapada	2	4,65
Paraguaçu	7	16,27
Nordeste	4	9,30
Litoral Norte	1	2,32
RMS	4	9,30
Reconcavo Sul	9	20,93
Litoral Sul	3	6,98
Extremo Sul	1	2,33
Serra Geral	1	2,33
Sudoeste	3	6,98

Em relação à sincronia anterior, verifica-se a conservação de todos os nomes considerados nesta análise; além do surgimento de 12 formas, aí já incluídos os poliotopônimos (Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cristópolis, Madre de Deus, Santanópolis, Santa Rita de Cássia, São Domingos, São Félix do Coribe, São Gabriel, São José da Vitória, São José do Jacuípe e Teolândia).

Sistematizando a trajetória dos nomes comemorativos referentes ao poder político e dos nomes ligados a elementos devocionais cristãos, ao longo das quatro sincronias, chegamos ao Gráfico 5:

**Gráfico 5: Trajetória dos topônimos referentes ao poder político e ao poder sobrenatural na nomeação de municípios baianos, ao longo das cinco sincronias**



A partir desses dados e de informações de natureza histórica, podemos concluir que, ao longo das duas primeiras sincronias estudadas, não houve mudança drástica na situação das homenagens ao poder político e ao poder sobrenatural na atribuição dos nomes de municípios na Bahia. A partir da terceira sincronia, houve um crescimento das referências ao poder político e de um decréscimo significativo das referências ao poder sobrenatural, movimento que parece ter-se estabilizado a partir da quarta sincronia em direção à atual, embora alguns dados mostrem a permanência do avanço das homenagens ao poder secular, como o mau exemplo luseduardense, já relatado.

## 7 - RETOMADAS E PROSPECÇÕES

Cumprindo parte do primeiro objetivo da pesquisa de que resultou esta tese, pudemos identificar o significado e a origem de todos os topônimos levantados, em cada sincronia.

Além disso, evidenciou-se a existência de duas grandes áreas de marcante presença da toponímia de procedência Tupi: de um lado, a Serra Geral e o Planalto da Conquista e, de outro, a grande Faixa Litorânea. Esta, por ser uma zona de colonização temporalmente recuada, reflete, autenticamente, uma influência dos antigos falantes do Tupi-antigo, pouco importando se índios ou colonizadores; aquela, por ter-se integrado ao resto do Estado mais ultimamente, reflete os modismos de sua época de incorporação.

Não foi possível evidenciar a existência de áreas de influência africana amplas como as de influência Tupi, dada a exiguidade de topônimos procedentes dessa matriz etnolinguística entre os municípios baianos. Contudo, foi possível apontar uma ampla área descontínua que concentra os cinco topônimos de procedência africana atuais, que começa no Litoral Sul, passa pela Serra Geral e atinge o Sudoeste. Além disso, o levantamento complementar de dados constante do Anexo C desta Tese mostra uma maior incidência de topônimos dessa origem na nomenclatura de vilas, distritos e povoados baianos, o que indica que, talvez, futuras pesquisas consigam identificar outras áreas dessa influência.

Da mesma forma, não foi possível identificar área de maior influência portuguesa na toponímia dos municípios baianos, visto ser geral a presença de topônimos dessa origem em todo o Estado.

Com base na análise de dados exposta no capítulo anterior, cabe-nos, agora, verificar a pertinência dos pressupostos de estudo expostos no capítulo introdutório. Nesse sentido, confirmamos:

a) a existência de uma oposição entre nomes descritivos e nomes comemorativos, o que demonstra serem esses processos não só os mais recorrentes, como também constituírem arquétipos toponímicos, conforme

caracterização de Dick (1990). Além disso, ao longo das duas primeiras sincronias, não observamos mudança significativa nos mecanismos de atribuição toponímica aos municípios baianos, que variavam, em geral, entre a descrição ou a comemoração. Quanto a esse último mecanismo, a partir da terceira sincronia, houve um crescimento das referências ao poder político e de um decréscimo significativo das referências ao poder sobrenatural, movimento estabilizado a partir da quarta sincronia, embora alguns dados mostrem a permanência do avanço das homenagens ao poder secular.

b) a composição e a formação simples como os processos lexicais mais recorrentes na toponímia dos municípios baianos, embora outros mecanismos – como a derivação e a flexão –, estejam presentes em todas as sincronias<sup>128</sup>;

c) o registro, em todo o Estado, da toponimização de acidentes geográficos, ou seja, de situações em que o nome de um AG passa a referir-se a um AH: Coribe, Inhambupe, Itapicuru, Morro do Chapéu, Rio do Antônio, Rio do Pires, Serra do Ramalho, etc.

A recorrência a determinados itens lexicais na formação da toponímia dos municípios baianos é fenômeno incidente, sobretudo, entre os nomes Tupi. Dessa origem, identificamos lexemas (*kaá, ikûá, itá, kûara, mbyryty, pará, peba, tinga, ûasu, y, ybá, yby, ybyra*) e gramemas (*-rama, -tyba, -ûera*) muito recorrentes; dentre aqueles, alguns (*itá, y e yby*) se destacam por exercerem função de elemento determinado ocupando, no sintagma toponímico, pelo menos três posições: inicial ou final (acompanhado de determinante adjetival) e medial (em relação genitiva pura ou ainda acrescida de construção locativa). Além disso, observamos que a maior parte dos lexemas é de conteúdo descritivo: *aimbé, angaba, apina apira, atã, beraba, e, etê, ã, îuba, kuí, marã, mirĩ, nema, peba, piranga, poranga, puã, põi, ré, tĩ, tîara, tinga, ûasu, una* e verificamos que alguns lexemas de baixa incidência aparecem isolados: *arataka, katu, mairi, una*, etc.

Entre os lexemas de origem portuguesa, têm alguma incidência: Antônio, barra, bom (boa), conceição, dom, formoso(a), monte, morro, Nossa Senhora,

<sup>128</sup> Além disso, a relativa simetria observada entre os processos morfológicos mais representativos, de um lado, e os menos incidentes, do outro, a partir da terceira sincronia, talvez se relacione às tendências de nomeação de cada época.

novo(a), presidente, ribeira, santo(a) ~ são, além de brejo laje planalto, rio, várzea, campo, cana e seus derivados.

Não se verificou, contudo, a concentração de fósseis linguísticos (formas opacas de procedência indígena ou africana) na nomenclatura de municípios mais antigos, visto que alguns dos mais recentes também são nomeados por esse tipo de topônimo.

Voltando aos pressupostos de trabalho relativos aos processos gerais de mudança toponímica, constatamos que, de fato, do período posterior à Independência até os meados da década de 1950, foi comum na Bahia a substituição de formas portuguesas por outras, de procedência Tupi.

Já o padrão descontínuo de mudança toponímica observado por Ramos e Venâncio (2002) num *corpus* mineiro não foi completamente confirmado no *corpus* baiano, pois houve situações que o negaram e outras a que ele não se aplicou por não categorizar ao menos um dos elementos da sequência de mudanças toponímicas; por isso, a despeito desse padrão ter sido demonstrado em outro *corpus*, até que ele seja testado em outros *corpora*, afirmamos não existir unidirecionalidade descontínua na mudança toponímica.

Até aqui, cumprimos os objetivos do primeiro volume desta tese: descrever sincrônica e diacronicamente a toponímia dos municípios baianos, analisando-lhe os processos de mudança e interpretando-lhe alguns aspectos significativos.

Gostaríamos de encerrar esta tese com uma fala semelhante a de um pai com grandes expectativas em relação a seu rebento, pois assim nos sentimos em relação a este trabalho, que esperamos seja o primeiro de muitos passos da pesquisa toponímica na Bahia. Temos a esperança de que os dados nele sistematizados suscitem outros estudos monográficos e até mesmo outros atlas toponímicos sobre o corpus estabelecido no Apêndice D, vindo este a se constituir, futuramente, o primeiro tomo de uma obra maior e melhor (pois aprimorada), provavelmente coletiva (pois poderá ser fruto do labor de outros estudiosos), o Atlas Toponímico do Estado da Bahia (ATEBA), variante regional completa (pois sincrônica e histórica), do Atlas Toponímico do Brasil.



## REFERÊNCIAS

### 1. Dicionários e outras obras de referência

BORBA, Francisco S. **Dicionário de usos do português do Brasil**. São Paulo: Ática, 2002

BUENO, Francisco Silveira. **Grande dicionário etmológico-prosódico da língua portuguesa**. São Paulo: Brasília, 1974.

CALDAS AULETE, J. **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. Lisboa: 1981.

CÂMARA CASCUDO, Luís da. **Dicionário do folclore brasileiro**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998 [1954].

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. **Dicionário de linguística e gramática**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1986 [1956].

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 2.ed. rev/aum.) Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário histórico das palavras de origem Tupi**. 2.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1988.

FERNANDES, Francisco; LUFT, Celso Pedro; GUIMARÃES, F. Marques. **Dicionário brasileiro globo**. 49.ed. São Paulo: Globo, 1988.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário básico da língua portuguesa**. 27.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958, vol. 20-21.

LOPES, Nei. **Novo dicionário banto do Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

MACHADO, José Pedro. **Dicionário etimológico da língua portuguesa: com a mais antiga documentação escrita conhecida de muitos dos vocábulos estudados**. São Paulo: Confluência, 1965, 3 vol., 2351p.

METZGER, Bruce M; COOGAN, Michael D. (Orgs.). **Dicionário da bíblia: pessoas e lugares**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, v. 1.

MEYERS, Eric M. "Jordão, rio". In: METZGER, Bruce M; COOGAN, Michael D. (Orgs.) **Dicionário da Bíblia: pessoas e lugares**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, vol. 1, p. 165.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Bloch, 1965, v.1.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário etimológico da língua portuguesa: nomes próprios**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1952, v. 2.

OLIVER, Nelson. **Todos os nomes do mundo**: origem, significado e variantes de mais de 6.000 nomes próprios. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

SILVEIRA BUENO, Francisco da. **Vocabulário Tupi-guarani-português**. 6. ed. rev./aum. São Paulo: Éfeta, 1998.

WEISZFLOG, Walter (ed.). **Michaelis**: moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 1998.

## 2. Referências sobre Teoria Linguística

ALTENHOFEN, Cléo Vilson. “O português em contato com as línguas de imigrantes no sul do Brasil”. In: GÄRTNER, Eberhard; HUNDT, Christine; SCHÖNBERGER, Axel (eds). **Estudos de geolinguística do português americano**. Frankfurt am Main: TFM, 2000, p. 71-93.

ARAÚJO, Ruy Magalhães de. “As reformas pombalinas e seus efeitos no bilinguismo”. **Cadernos do CNLF**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 6, 2001.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. Dialetologia: trilhas seguidas, caminhos a perseguir. **DELTA**, São Paulo, vol.17, n°. spe, p.25-44, 2001. Disponível em: <www.alib.ufba.br>.

CASTRO, Yeda Pessoa de. “A matriz africana no português do Brasil”. In: CARDOSO, Suzana Alice M.; MOTA, Jacyra de Andrade; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Orgs.). **500 anos de história linguística do Brasil**. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006, p. 81-116.

HOUAISS, Antônio. **O português do Brasil**. Rio de Janeiro: Unibrade, 1985.

LEITE, Yonne. “As línguas indígenas e a diversidade linguística brasileira”. In: Suzana Alice Marcelino da Silva Cardoso. (org.) **Diversidade linguística e ensino**. Salvador: Edufba, 1996a, p. 81-90.

LEITE, Yonne. As línguas da família Tupi-Guarani: uma proposta de análise. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE LÍNGUA E LITERATURA, 28. **Anais do...** Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Língua e Literatura, 1996b, p. 248-58.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan. “Processos de crioulização na história sociolinguística do Brasil”. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTTA, Jacyra Andrade; MATTOS E SILVA, Rosa Virginia (Orgs.). **500 anos de história linguística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006, p. 163-218.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. “Uma compreensão histórica do português brasileiro: velhos problemas repensados”. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTTA, Jacyra Andrade; Id. (Orgs.). **500 anos de história linguística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006, p. 219-54.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. **A publicação linguística do Renascimento às Missões e as gramáticas Tupi de José de Anchieta e Luís Figueiras**. 1995. Tese – Doutorado em Letras. São Paulo: FFLCH/ USP.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. **Método moderno de Tupi antigo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

PESSOA DE CASTRO, Yeda. “A matriz africana no português do Brasil”. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTTA, Jacyra Andrade; MATTOS E SILVA, Rosa Virginia (Orgs.). **500 anos de história linguística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006, p. 81-116.

PETER, Margarida Maria Taddoni. “Línguas africanas no Brasil”. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTTA, Jacyra Andrade; MATTOS E SILVA, Rosa Virginia (Orgs.). **500 anos de história linguística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006, p. 117-42.

RAMOS, Ricardo Tupiniquim. “Variação linguística individual ao longo do tempo: um estudo de caso a partir de reentrevista a informante do Projeto NURC-Salvador”. Congresso Nacional de Linguística e Filologia, 1. **Anais do...** Rio de Janeiro: UERJ, 1997.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. “As outras línguas da colonização do Brasil”. In: CARDOSO, Suzana Alice M.; MOTA, Jacyra de Andrade; MATTOS E SILVA, Rosa Virginia (Orgs.). **500 anos de história linguística do Brasil**. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006, p. 143-61.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. **Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas**. São Paulo: Loyola, 1986.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. **DELTA**, Campinas, vol. 9, no. esp., p. 83-103, 1993.

ROSSI, Nelson (Org.). **Atlas prévio dos falares baianos**. Salvador: UFBA/ Instituto de Letras. Edição digitalizada, 2006 [1963].

SILVA, Augusto Soares da. “Sobre a estrutura da variação lexical: elementos de lexicologia cognitiva”. Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, 11. **Actas do...** Lisboa: APL/Colibri, 1993, vol. 3, p. 413-23.

TEIXEIRA, Raquel. “As línguas indígenas no Brasil”. In: SILVA, Aracy; Grupioni, Luís Donizetti (orgs.). **A temática indígena na escola**. Brasília: MEC/ MARI/ UNESCO, 1995, p. 292-311.

TROUCHE, Lygia Maria Gonçalves. A natureza da língua do Brasil e sua ligação com uma construção do nacional no século XIX. **Cadernos do CNLF**, Rio de Janeiro, ano. 5, n. 6, 2001.

ULLMANN, Stephen (1973). **Semântica: uma introdução à ciência do significado**. 3.ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1973.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Tradução: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

### 3. Referências teóricas sobre Onomástica e Toponímia

AGUILERA, Vanderci de Andrade. "Dialetolegia e toponímia". In: MOTA, Jacyra Andrade e CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (orgs.). **Documentos 2: projeto Atlas Linguístico do Brasil**. Salvador: Quarteto, 2006, p. 129-46.

AGUILERA, Vanderci de Andrade. Taxonomia de topônimos: problema sem solução?". **SIGNUM: estudos da linguagem**, Londrina, ano 1, n. 2, p. 125-37, out/1999.

AGUILERA, Vanderci de Andrade; BERGANTINI, Vivian. Nome e lugar: o lugar da mulher na toponímia paranaense. **BOLETIM 42: revista da área de humanas**, Londrina, p. 147-60, jan.-jun/2002.

ALBINO, Lúcia **A relação da hidronímia com a história do Paraná: uma descrição diacrônico-contrastiva**. 2004. Dissertação – Mestrado em Estudos da Linguagem. Londrina, UEL.

ALBINO, Lúcia. "O resgate do nacional na denominação dos municípios paranaenses". **SELISIGNO, 2. Anais do...** Londrina: EDUEL, 2002, p. 445-56.

ALMEIDA, Maria Antonieta Carbonari de. "A memória resgatada na toponímia paranaense". **SELISIGNO, 2. Anais do...** Londrina: EDUEL, 2002, p. 513-20.

ALMEIDA, Maria Antonieta Carbonari de. "O signo toponímico e sua significação na sociedade". **SELISIGNO, 2. Anais do...** Londrina: EDUEL, 2000, p. 11-9.

ALMEIDA, Maria Antonieta Carbonari de. Uma nova denominação dos municípios paranaenses. **Revista do GELNE**, Fortaleza, ano 1, n. 2, p. 48-50, 1999.

BRAGANÇA JR., Álvaro Alfredo. **A morfologia sufixal indígena na formação de topônimos do estado do Rio de Janeiro**. 2002. Disponível em: <[www.filologia.org.br/pub\\_outras/sliit01/sliit01\\_29-48.html](http://www.filologia.org.br/pub_outras/sliit01/sliit01_29-48.html)>. Acesso: 15/02/2005.

BRITO, Adriano Naves de. **Nomes próprios: semântica e ontologia**. Brasília: EdUnB, 2003.

CABRERA, Julio. "O arpão e a rede: modos de pescar objetos". In: BRITO, Adriano Naves de. **Nomes próprios: semântica e ontologia**. Brasília: EdUnB, 2003, p. 9-17.

CARDOSO, Armando Levy. **Toponímia brasílica**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.

CARDOSO, Elisângela Costa Rebello. **Especificidades da motivação toponímica na microrregião de Campo Mourão**. 1996. TCC - Especialização em Língua Portuguesa. Londrina, UEL.

CARVALINHOS, Patrícia de Jesus. A onomástica e o resgate semântico: as Antas. **Estudos Linguísticos**, 2004. p. 274-9.

CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa. "Pelos caminhos da toponomástica". In: Congresso Brasileiro de Geographia, 5. Salvador, 7 a 16/09/1916. **Annaes do...** Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1918, v. 2, p. 164-78.

DARGEL, Ana P. T. Patrício. **Entre buritis e veredas**: o desvendar da toponímia do Bolsão Sul-matogrossense. 2003. Dissertação – Mestrado em Letras. Três Lagoas, UFMS.

DAUZAT, Albert. **Le noms de lieux**. Paris: Payot, 1971 [1928].

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral (1994). “Toponímia e línguas indígenas do Brasil”. **Estudos avançados**, São Paulo, ano 8, n. 22, p. 435-6, 1994. Disponível em: <[www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141994000300059&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000300059&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso: 1º/02/2007.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral (1999). Métodos e questões terminológicas na onomástica: estudo de caso; o Atlas Toponímico do Estado de São Paulo”. **Investigações**: linguística e teoria literária, Recife, 9:119-48, 1999.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. A estrutura do signo toponímico. **Língua e literatura**, Recife, ano 9, no. 9, p. 287-91, 1980

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1990.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Aspectos de etnolinguística na toponímia carioca e paulistana**: contrastes e confrontos. 2004. Disponível em: <[www.filologia.org.br](http://www.filologia.org.br)>. Acesso: 8/04/2005.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Aspectos históricos de microtoponímia no Brasil. **Separata da revista de história**, São Paulo, n. 116, p. 43-54, 1984.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Atlas toponímico: um estudo de caso. **Acta semiotica et linguistica**, São Paulo, ano 6, p.27-44, 1996.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Interrelação léxico e cultura na América indígena: estudo de caso. **Acta semiotica et linguistica**, São Paulo, ano 10, p. 295-309, 2000.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. O léxico toponímico: marcadores e recorrências linguísticas”. **Revista brasileira de linguística**, São Paulo, ano 8, n. 1, p.59-67, 1995.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Os nomes como marcadores ideológicos. **Acta semiotica et linguistica**, São Paulo, ano 8, p. 97-122, 1998.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e antroponímia no Brasil**: coletânea de estudos. 3.ed. São Paulo: EDUSP, 1992.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Caminho das águas, povos dos rios: uma visão etnolinguística da toponímia brasileira. Rio de Janeiro, **Cadernos do CNLF**, vol. 5, n. 6, 2001.

DONADA, Joan Tort. **La toponímia com a camp de coneixement interdisciplinari**: algunes bases teòriques i epistemològiques per a l'estudi dels noms de lloc. 200[?]a. Disponível em: <[www.ub.es/geocrit/nova.htm](http://www.ub.es/geocrit/nova.htm)>. Acessado em 27/5/2005,

DONADA, Juan Tort. Los cambios de nombre de los municipios durante la revolución y la guerra civil españolas (1936-1939): el caso de Cataluña. **Scripta Nova**: revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, ano 7, n. 133, 15/01/2003. Disponível em: <[www.ub.es/geocrit/sn/sn-133.htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-133.htm)>. Acesso: 27/05/2005.

DONADA, Juan Tort. **Toponímia y marginalidad geográfica**: los nombres de lugar como reflejo de una interpretación del espacio. 200[?]. Disponível em: <[www.ub.es/geocrit/nova.htm](http://www.ub.es/geocrit/nova.htm)>, acessado em 27/05/2005, às 18:55h.

DONADA, Juan Tort. **Toponímia y território**: los nombres de los núcleos de población de la comarca del Baix Camp, Tarragona, desde una perspectiva onomasiológica. 200[?]. Disponível em: <[www.ub.es/geocrit/nova.htm](http://www.ub.es/geocrit/nova.htm)>. Acesso: 27/05/2005.

EDELWEISS, Frederico G. "Introdução à 4ª edição". In: SAMPAIO, Theodoro. **O Tupi na geografia nacional**. 4.ed. Salvador: Câmara Municipal, p. 1-18.

EDELWEISS, Frederico G. **Estudos Tupis e tupi-guaranis**. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1969.

EDELWEISS, Frederico G. Os topônimos indígenas do Rio de Janeiro quinhentista. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, 68(275):80-134, 1968.

FRANCISQUINI, Ignez de Abreu. **O nome e o lugar**: uma proposta de estudos toponímicos da microrregião de Paranavaí. 1998. Dissertação – Mestrado em Letras. Londrina, UEL.

GONSALVES, Doraci da Luz. **Um estudo da toponímia da porção sudoeste do Mato Grosso do Sul**: acidentes físicos e humanos. 2004. Dissertação – Mestrado em Letras. Três Lagoas, UFMS.

ISQUERDO, Aparecida Negri. A toponímia como signo de representação de uma realidade. **Fronteiras**: revista de História da UFMS, Campo Grande1(2):27-46, jul.-dez/1997.

LA CONSERVACIÓN de la toponímia árabe en el medio rural. Disponível em: <[www.medievalum.com](http://www.medievalum.com)> . Acesso em 27/04/2005.

LAFUENTE, J. L. Corral. **Toponímia de origen árabe de entidades de población y de carácter macrogeográfico**. Disponível em: <[www.155.210.60.15/ATLAS\\_HA/30-39/38.html](http://www.155.210.60.15/ATLAS_HA/30-39/38.html)>. 199[?]. Acesso: 25/04/2005.

LIMA, Ivone Alves de. A motivação religiosa nos topônimos paranaenses. **Estudos linguísticos**, São José do Rio Preto, n. 27, p. 422-8, 1998.

MEICHTRY, Norma, CENSABELLA, Marisa, LIÑAN, Alejandra et al.. **La toponímia como modo de expresión de la relación entre la población toba y su espacio**. 2002. Disponível em: <[www.unne.edu.ar/cyt/2002/02-Humanisticas/H-017.pdf](http://www.unne.edu.ar/cyt/2002/02-Humanisticas/H-017.pdf)>. Acesso: 27/04/2005.

MOREIRA, Hélio da Costa. **Toponímia de novos municípios paranaenses**. 2002. TCC – Especialização em Língua Portuguesa. Londrina, UEL.

OLIVEIRA, Leodmar Romam de. **Esboço de um atlas toponímico**. 2000. TCC – Especialização em Língua Portuguesa. Londrina, UEL.

PÂNDU, Pandiá; PÂNDU, Ana. **Que nome darei a meu filho?:** influência do nome, data do santo, diminutivos, etimologia, significado, variantes, história. 25.ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

PINTO, Antônio H. de Azevedo. Notas sobre toponímia mundial. **Revista de Portugal**: Série A – Língua Portuguesa, Lisboa, ano 33, n. 261, p.13-15, 1968.

PREZIA, Benedito (2001). “O Tupi nos antropônimos brasileiros”. **Porantim**, Brasília, ano 23, n. 232, p.14, jan-fev/2001.

PREZIA, Benedito. “A água na toponímia brasileira I”. **Porantim**, Brasília, ano 21, n. 217, p. 11, jul./1999d.

PREZIA, Benedito. “As pedras do caminho ou o vocábulo ITA no português do Brasil II”. **Porantim**, Brasília, ano 21, n. 215, p. 11, maio/1999b.

PREZIA, Benedito. “As pedras do caminho ou o vocábulo ITA no português do Brasil III”. **Porantim**, Brasília, ano 21, n. 216, p. 11, jun./1999c

PREZIA, Benedito. A influência do Tupi no português do Brasil. **Porantim**, Brasília, ano 20, n. 208, p. 11, set./1998.

PREZIA, Benedito. As pedras do caminho ou o vocábulo ITA no português do Brasil I”. **Porantim**, Brasília, ano 21, n. 214, p. 11, abr./1999a.

QUINTELA, Sabela P. **Toponimia americana del descubrimiento:** nombres geograficos de Don Pedro Sarmiento de Gamboa. 1994. Disponível em: <[www.revistamarina.cl/revistas/1994/6/quintela.pdf](http://www.revistamarina.cl/revistas/1994/6/quintela.pdf)>. Acesso: 27/04/2005.

RAMOS, Jânia M.; VENÂNCIO, Renato Pinto. “Topônimos mineiros: uma fonte para a história social da língua portuguesa. In: DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia; CALLOU, Dinah (Orgs.). **Para a história do português brasileiro:** notícias de *corpora* e outros estudos. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002, vol. 4, p. 112-23.

RAMOS, Ricardo Tupiniquim. **Nomes próprios de origem Tupi no Brasil do século XIX**. 1999. Dissertação – Mestrado em Letras e Linguística Salvador, ILUFBA.

RAMOS, Ricardo Tupiniquim. Preliminares de um estudo linguístico e histórico da toponímia baiana: o caso da Região Econômica Oeste – parte I. **Revista Philologus**, Rio de Janeiro, ano 10, n. 30, p. 117-25, set-dez./2004. Disponível em <[www.filologia.org.br](http://www.filologia.org.br)>.

RAMOS, Ricardo Tupiniquim. Preliminares de um estudo linguístico e histórico da toponímia baiana: o caso da Região Econômica Oeste – parte II. **Revista Philologus**, Rio de Janeiro, ano 11, n. 31, p. 102-16, jan-abr./2005 Disponível em <[www.filologia.org.br](http://www.filologia.org.br)>.

RAMOS, Ricardo Tupiniquim. Toponímia e poder: a Igreja e a política na formação da toponímia dos municípios da Bahia. **Cadernos do CNLF**, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em <[www.filologia.org.br](http://www.filologia.org.br)>.

SALGADO, Plínio. “Mistérios da toponímia brasileira”. In Id. **Como nasceram as cidades no Brasil**. São Paulo: Voz do Oeste/MEC, 1978, p. 57-66.

SAMPAIO, Theodoro. **O Tupi na geografia nacional**. 5.ed. Edição revista por Frederico Edelweiss. Salvador: Câmara Municipal, 1957.

SANTOS, Célia Dias dos (1996). **Topônimos londrinenses**: uma proposta taxonômica com base no motivo da denominação. 1996. TCC – Especialização em Língua Portuguesa.Londrina, UEL.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. **A formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais**: a toponímia da Região do Carmo. 2004. Tese – Doutorado em Letras. Belo Horizonte, UFMG.

SERAINÉ, Florival. “Topônimos de Portugal no Ceará”. **Separata da Revista De Portugal**, Lisboa, n. 27, 1962.

SOUSA, Carla Regina de. **Toponímia e entrelaçamentos históricos na rota da Retirada da Laguna**. 2006. Dissertação – Mestrado em Letras. Três Lagoas, UFMS.

TAVARES, Marineide C. **Estudo toponímico da região centro-norte de Mato Grosso do Sul**: o desvendar de uma história. 2005. Dissertação – Mestrado em Letras. Três Lagoas, UFMS.

VENTURA, Ruy. **Por uma toponímia realmente democrática**. 200[?]. Disponível em: <[www.geocities.yahoo.com.br/rsuttana/ruyvent2.htm](http://www.geocities.yahoo.com.br/rsuttana/ruyvent2.htm)>. Acesso: 27/04/2005.

ZAMARIANO, Márcia. “A toponímia paranaense: resgatando o vivido por um grupo”. In: SELISIGNO, 2. **Anais do...** Londrina: EDUEL, 2002, p. 405-16.

ZAMARIANO, Márcia. **1648 a 1853**: historiografia paranaense e sua relação com a toponímia. 2006. Dissertação – Mestrado em Estudos da Linguagem.Londrina, UEL.

ZAMARIANO, Márcia. **Estudo da toponímia de Londrina e municípios limítrofes**. 2003. TCC – Especialização em Língua Portuguesa.Londrina, UEL.

#### 4. Referências sobre História (Geral, do Brasil, da Bahia)

ABREU, José Capistrano de. **Capítulos da história colonial: 1500-1800**. Rio de Janeiro: Briguet, 1969.

ABREU, José Capistrano de. **Os caminhos antigos do povoamento do Brasil**. Brasília: EdUnB, 1993.

ABREU, Maurício de Almeida. “Pensando a cidade no Brasil do passado”. In: ABREU, Iná Elias de et al. (Orgs.) **Brasil**: questões atuais de reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p. 145-84.



ALMEIDA, Ignez Pita de. **Oeste baiano**: agenda/livro. Barreiras: Edição da Autora, 1999.

AMARAL, Braz Hermenegildo do. "Cartas XIII, XIV e XV: comentários e notas". In: VILHENA, Luís dos S. **A Bahia no século XVIII**. Salvador: Itapuã, 3 v, p. 535-45.

AMARAL, Braz Hermenegildo do. "Descrição geográfica do município de Geremoabo". In: CONGRESSO BRAZILEIRO DE GEOGRAPHIA, 5.. **Annaes do...** Salvador, 7 a 16/09/1916. Salvador: Imprensa Oficial do Estado/IGHB, 1918a, v. 2, p. 320-36.

AMARAL, Braz Hermenegildo do. "Descrição geográfica do município de Geremoabo". In: CONGRESSO BRAZILEIRO DE GEOGRAPHIA, 5.. **Annaes do...** Salvador, 7 a 16/09/1916. Salvador: Imprensa Oficial do Estado/IGHB, 1918b, v. 2, p. 337-44.

AMARAL, Braz Hermenegildo do. "Descrição geográfica do município de São José do Riacho da Casa Nova". In: CONGRESSO BRAZILEIRO DE GEOGRAPHIA, 5.. **Annaes do...** Salvador, 7 a 16/09/1916. Salvador: Imprensa Oficial do Estado/IGHB, 1918c, v. 2, p. 345-57.

ATAÍDE, Yara Dulce B. de ([s.d.]). **As origens do povo do Bom Jesus Conselheiro**. 200[?]. Disponível em: <[www.usp.br/revistausp/20/fyaratexto.html](http://www.usp.br/revistausp/20/fyaratexto.html)>. Acessado em 22/7/2005, às 18:50h.

ATAÍDE, Yara Dulce B. de. **Os construtores do sertão**: Casa da Torre. 1995. Disponível em: <[www.casadatorre.org.br/constsertao.htm](http://www.casadatorre.org.br/constsertao.htm)>. Acesso: 27/7/2005.

BAHIA. **Bahia de Todos os Santos**: Salinas da Margarida. Salvador: Bahiatura, 1999a. (Brasil, Bahia, roteiros, 13).

BAHIA. **Chapada Diamantina**: Mucugê. Salvador: Bahiatura.1999b. (Brasil, Bahia, roteiros, 14).

BAHIA. **Costa do Cacau I**: Canavieiras, Una e Santa Luzia. Salvador: Bahiatura, 1999c. (Brasil, Bahia, roteiros).

BAHIA. **Costa do Cacau II**: Ilhéus, Itacaré e Uruçuca. Salvador: Bahiatura, 1999d. (Brasil, Bahia, roteiros).

BAHIA. **Evolução territorial e administrativa do estado da Bahia**: um breve histórico. Salvador: SEI, 2003. CD-ROM. (Estudos e Pesquisas, 56).

BAHIA. **Guia cultural da Bahia**. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, 1997, 16 vol.

BAHIA. **Valença e Cairu**: Morro de São Paulo. Salvador: Bahiatura, 1999e. (Brasil, Bahia, roteiros, 1).

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O feudo**: a Casa da Torre de Garcia D'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BARREIRAS. **Resumo histórico de nossas origens**. Barreiras: Prefeitura Municipal, 2001.

BARROS, Francisco Borges de. "O município de Belmonte". In: CONGRESSO BRAZILEIRO DE GEOGRAPHIA, 5.. **Annaes do...** Salvador, 7 a 16/09/1916. Salvador: Imprensa Oficial do Estado/IGHB, 1918, vol. 2, p. 600-29.

BORGES, Carlos de Castro. "Chorographia do município de Mundo Novo". In: CONGRESSO BRAZILEIRO DE GEOGRAPHIA, 5.. **Annaes do...** Salvador, 7 a 16/09/1916. Salvador: Imprensa Oficial do Estado/IGHB, 1918, v. 2, p. 352-73.

BOSI, Alfredo. **Dialética na colonização**. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

BRASIL. Ministério dos Transportes; VALEC. **Ferrovia de integração oeste-leste (Tocantins-Bahia)**: caracterização ambiental. Brasília: MT/VALEC, 2008.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio (ed.). **História geral da civilização brasileira**: a época colonial. 2.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963, 2 vol.

COELHO FILHO, Luiz Walter. **A capitania de São Jorge e a década do açúcar (1541-1550)**. Salvador: Vila Velha, 2000.

COSTA, Affonso. "Minha terra: Jacobina de antanho e de agora". In: CONGRESSO BRAZILEIRO DE GEOGRAPHIA, 5.. **Annaes do...** Salvador, 7 a 16/09/1916. Salvador: Imprensa Oficial do Estado/IGHB, 1918, vol. 2., p. 235-319.

COTRIM, Dário Teixeira. **Distrito de Paz de Nossa Senhora do Rosário do Gentio**. Belo Horizonte: Plurart's, 1997.

CUNHA, Conceição. Evolução territorial e administrativa do estado da Bahia: um breve histórico. **Conjuntura e Planejamento**, Salvador, n. 107, p. 21-67, abril/2003.

DANTAS, P. **Viagem definitiva a Canudos**. 200[?]. Disponível em: <[www.portfolium.com.br/artigo-pdantas.htm](http://www.portfolium.com.br/artigo-pdantas.htm)>. Acesso: 22/7/2005.

DEBRET, Jean-Baptiste. **Viagem pitoresca ao Brasil**. 200[?]. Disponível em: <[www.jangadabrasil.com.br/abril44/al440400htm](http://www.jangadabrasil.com.br/abril44/al440400htm)>. Acesso: 22/7/2005.

DIEGUES JR., Manuel. **Etnias e culturas no Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde/ Serviço de Documentação, 1952.

EDELWEISS, Frederico G. **A antroponímia patriótica da independência**. Salvador: Centro de Estudos Baianos/ UFBA, 1981, 26p. (Publicações, 92).

FERRAZ, Renato José Marques; SANTOS NETO, Manoel Antônio; PINHEIRO, José Carlos da Costa. **Cartilha histórica de Canudos**. Salvador: UNEB/ Prefeitura Municipal de Canudos, 1991.

FONSECA, Clóvis Pereira da. **Maracás**: história, mitos e magia. Salvador: Secretaria Estadual de Cultura e Turismo, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. In: SANTIAGO, Salviano (Coord.). **Intérpretes do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002, vol. 2, p. 121-645.

GARCEZ, Aroldo. **A saga da lei**: o julgador, o crime, o castigo. Caxias do Sul: EDUCS, 1990.

HANDELMANN, Gottfried Heinrich. **História do Brasil**. 2.ed. São Paulo: Melhoramentos /MEC, 1978, 2v.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). **História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico**. 4ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1978, 2v.

JUNGES, Maria Dania. **O município e a saga dos pioneiros**. Luís Eduardo Magalhães: Valci, 2004.

LAPÃO. **Coletânea história de Lapão**. Lapão: Prefeitura Municipal/ Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, 200[?].

LEMONS, Doracy Araújo. **Jacobina, sua história e sua gente: memórias**. Jacobina: Edição da Autora, 1995.

LIMA, Ubiracy Pereira. **De boca em boca: a tradição cultural entre a sedução e a preservação – Itamira-BA; 1978-2000**. 2001. TCC – Especialização em Teoria e Metodologia da História [Orientador: Albertina Lima Vanconcelos]. Feira de Santana, UEFS..

MACHADO, Paulo Batista. **Cartilha histórica sobre as origens de Senhor do Bonfim**. Senhor do Bonfim: UNEB, 1993, 27p.

MAGALHÃES, Descartes Drummond. “Santa Rita do Rio Preto”. In: In: CONGRESSO BRAZILEIRO DE GEOGRAPHIA, 5.. **Annaes do...** Salvador, 7 a 16/09/1916. Salvador: Imprensa Oficial do Estado/IGHB, 1918, vol. 2, p. 554-68.

MATTOS, João. “Descrição histórico-geográfica do município de Curaçá”. In: In: CONGRESSO BRAZILEIRO DE GEOGRAPHIA, 5.. **Annaes do...** Salvador, 7 a 16/09/1916. Salvador: Imprensa Oficial do Estado/IGHB, 1918, vol. 2.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia, século XIX: uma província do império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MELATTI, Júlio Cezar. **Índios do Brasil**. 7.ed. São Paulo: HUCITEC/UNB, 1993.

MENDONÇA, Selma O. de. **Ao lusco-fusco: provérbios, cantigas-de-roda, contos, lendas e expressões regionais**. Aporá: Edição do Autor, 2000.

MORAIS, Osvaldo. **Região de Ribeira do Pombal: o agreste na boca do sertão**. 200[?]. Disponível em: <[www.minharegiao.com.br/regiaopombal.htm](http://www.minharegiao.com.br/regiaopombal.htm)>. Acesso: 24/5/2005.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma comunidade sertaneja: da Sesmaria ao latifúndio**. Feira de Santana/Salvador: UEFS/EDUFBA, 1998.

NEVES, Juvenal. **Vilarejo, a vila do bom sossego: a verdadeira história da chapada diamantina**. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 2001.

NUNES, Durval. “Minha cara mãe Calina: rios...mas, afinal de contas, o que é um rio?”. **Jornal do São Francisco**, Barreiras, ano 3, n. 43, p. 9, 30/09/2008.

OLIVEIRA NETO, José Vicente de. **O vale de um rio preto de águas cristalinas**. Campo Grande: Stil'l, 1999.

OLIVERIA, Waldir Freitas. **O Recôncavo e a história**. 2005. Disponível em: <[www.carnaxe.com.br/history/reconcavo/historia.htm](http://www.carnaxe.com.br/history/reconcavo/historia.htm)>. Acesso: 27/07/2005.

PAMPLONA, Luiz G. **Barreiras: bê-a,... da Barra prá cá!** Barreiras: Edição do Autor, 2002.

PEREIRA, Moacyr S. **Índios Tupi-guarani na pré-história: suas invasões do Brasil e do Paraguai, seu destino após o descobrimento**. Maceió: EDUFAL, 2001.

QUEIROZ, Anísio de. "Município de Juazeiro". In: In: CONGRESSO BRAZILEIRO DE GEOGRAPHIA, 5.. **Annaes do...** Salvador, 7 a 16/09/1916. Salvador: Imprensa Oficial do Estado/IGHB, 1918, vol. 2, p. 633-73.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIOS, Euclides C. **Veredas de Canabrava: raízes de amor**. Brasília, 1985.

ROCHA, Osvaldo de Alencar; MACHADO, Edimário O. **Canabrava do Gonçalo: uma vila do baixo-médio São Francisco**. 2.ed. Brasília: Edição do Autor, 1988.

ROSA, Carlos M. (ed.) **História do Brasil**. São Paulo: Folha da Manhã, 1997.

RUBEM, Jackson. **Irecê, um pedaço da Bahia**. Salvador: Royal/Print Fox, 1999.

SANTOS, Aroldo Rodrigues dos. **Memórias: de Macacos a Boquirá**. Boquirá: Ed. do Autor, 2007, 141p.

SANTOS, Helena Lima. **Caetité: pequenina e Ilustre**. 2.ed. Brumado: Tribuna do Sertão, 1997.

SERPA, Élio. Portugal no Brasil: a escrita dos irmãos desavindos. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, ano 20, n. 39, p. 69-97, 2000.

SILVA, Américo Correia da. "Memória histórico-geográfica do município de Santa Rita do Rio Preto". In: In: CONGRESSO BRAZILEIRO DE GEOGRAPHIA, 5.. **Annaes do...** Salvador, 7 a 16/09/1916. Salvador: Imprensa Oficial do Estado/IGHB, 1918, vol. 2, p. 569-600.

SILVA, Luís Cláudio Requião da. A montagem do território brasileiro e a relação entre as instâncias político-administrativas. **Coleção de idéias**, Santo Antônio de Jesus, ano 2, n. 2, p. 32-41, jan-jun/2004.

SOUSA, Maria Aparecida Silva. **A conquista do sertão da ressaca**. Vitória da Conquista: UESB, 2001.

SOUZA, José Bernardino de. "O município de Bom Conselho". In: CONGRESSO BRAZILEIRO DE GEOGRAPHIA, 5.. **Annaes do...** Salvador, 7 a 16/09/1916. Salvador: Imprensa Oficial do Estado/IGHB, 1918, vol. 2, p. 221-34.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. 10<sup>ed</sup>. Salvador: EDUFBA/EDUSP, 2003.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. 7<sup>ed</sup>. São Paulo: Ática, 1981.

VALENTE, Angélica Muniz. **Livro-reportagem: vozes do São Francisco**. Bauru: UNESP, 2000. [Relatório de Pesquisa].

VILHENA, Luís dos S. **A Bahia no século XVIII**. Salvador: Itapuã, 1969, 3 v.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. de. **Formação do Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

## 5. Referências sobre Legislação e Direito

ALAGOAS. **Constituição do Estado de Alagoas**. Maceió: Imprensa Oficial, 1947.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: 1988. 17.ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

CAMPANHOLE, Adriano; CAMPANHOLE, Hilton Lobo. **Constituições do Brasil**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 1987.

JACQUES, Paulino. **Curso de direito constitucional**. 10 ed. ref./at. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito municipal brasileiro**. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 1957.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 10 ed. São Paulo: Malheiros, 1994.

## 6. Outras referências

ADAS, Melhem. **Panorama geográfico do Brasil**: contradições, impasses e desafios socioespaciais. 3a. ed. reform. São Paulo: Moderna, 1998.

AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel de. **Teoria da literatura**. 3.ed. Coimbra: Almedina, 1979.

ALSTON, William P. **Filosofia da linguagem**. Tradução: Álvaro Cabral. 2.ed. rev. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

ARCHELA, Rosely Sampaio. **Cartografia sistemática e cartografia temática**. 200[?]. Disponível em: <[www.uel.br/projeto/cartografia](http://www.uel.br/projeto/cartografia)>. Acesso em: 15/12/2007.

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**. Coord. Geral: L. Garmus. 32.ed. Petrópolis: Vozes/ Santuário, 1997.

GOMES, Carlos. A cidade e o espaço geo-etnográfico. Disponível em: <[www.raizesdeportugal.com.br/cgomes/cidade.htm](http://www.raizesdeportugal.com.br/cgomes/cidade.htm)>. 200[?]. Acesso: 27/04/2005.

GOSHO. Português. **As escrituras de Nitiren Daishonin**. São Paulo: Brasil Seikyo, 1991, vol. 4.

MATOS, Gregório de. **Poemas satíricos**. São Paulo: Martim Claret, 2005.

MULTIMAPAS. **Mapa do Estado da Bahia**: político, rodoviário, escolar. São Paulo: Multimapas, 2001.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico**: do planejamento aos textos, da escola à academia. 2. ed. São Paulo: Rêspel, 2003.

SAMUEL, Rogel. **Novo manual de teoria literária**. 4.ed. rev./ampl. Petrópolis: Vozes, 2007.

TORGA, Miguel. **Portugal**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

## 7. Sítios da web

[www.alagoinhas.com.br/historia.asp](http://www.alagoinhas.com.br/historia.asp)

[www.banzae.ba.gov.br/a\\_cidade\\_index.html](http://www.banzae.ba.gov.br/a_cidade_index.html)

[www.barra.ba.gov.br](http://www.barra.ba.gov.br)

[www.barra-ba.com.br](http://www.barra-ba.com.br)

[www.barrabahia.kit.net](http://www.barrabahia.kit.net)

[www.carnaxe.com.br/history/reconcavo/historia.htm](http://www.carnaxe.com.br/history/reconcavo/historia.htm)

[www.casadatorre.org.br/constrsertao.htm](http://www.casadatorre.org.br/constrsertao.htm)

[www.chapadadiamantinabahia.hpg.ig.com.br](http://www.chapadadiamantinabahia.hpg.ig.com.br)

[www.cidadebrasileira.brasilecola.com/bahia/historia-arataca.htm](http://www.cidadebrasileira.brasilecola.com/bahia/historia-arataca.htm)

[www.citybrazil.com.br/ba/jeremoabo/historia.htm](http://www.citybrazil.com.br/ba/jeremoabo/historia.htm)

[www.educaterra.terra.com.br/voltaire/500br/br\\_100anos.htm](http://www.educaterra.terra.com.br/voltaire/500br/br_100anos.htm)

[www.euclidesdacunha.org/conselheiro.htm](http://www.euclidesdacunha.org/conselheiro.htm)

[www.feiradesantana.ba.gov.br](http://www.feiradesantana.ba.gov.br)

[www.filologia.org.br/pub\\_outras/sliit01/sliit01\\_29-48html](http://www.filologia.org.br/pub_outras/sliit01/sliit01_29-48html), 64 Kb

[www.ibam.org.br/publique/media/bt008p4.pdf](http://www.ibam.org.br/publique/media/bt008p4.pdf)

[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

[www.irara.com.br/localizacao.htm](http://www.irara.com.br/localizacao.htm)

[www.irecebahia.com](http://www.irecebahia.com)

[www.jeremoabo.ba.gov.br](http://www.jeremoabo.ba.gov.br)

[www.mensa.es/toponimia.html](http://www.mensa.es/toponimia.html)

[www.mma.com.br/saj/visaogeral.html](http://www.mma.com.br/saj/visaogeral.html)

[www.nipes.feiradesantana.ba.gov.br](http://www.nipes.feiradesantana.ba.gov.br)

[www.ouricangas.ba.gov.br](http://www.ouricangas.ba.gov.br)

[www.pauloafonso.ba.gov.br/index\\_historia.asp](http://www.pauloafonso.ba.gov.br/index_historia.asp)

[www.pfldabahia.org.br/municipios.asp](http://www.pfldabahia.org.br/municipios.asp)

[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituição](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituição)

[www.poco.es.ba.gov.br](http://www.poco.es.ba.gov.br)

[www.portalbrasil.net/estados\\_ba.htm](http://www.portalbrasil.net/estados_ba.htm)

[www.pt.wikipedia.org](http://www.pt.wikipedia.org)

[www.queimadasbahia.hpg.ig.com.br/](http://www.queimadasbahia.hpg.ig.com.br/)

[www.saofelix.ba.gov.br/cidade.html](http://www.saofelix.ba.gov.br/cidade.html)

[www.sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br)

[www2.uol.com.br/mochilabrasil](http://www2.uol.com.br/mochilabrasil)

## ANEXO A: GLOSSÁRIO TOPONÍMICO DOS MUNICÍPIOS BAIANOS

**ABAÍRA:** Localização: Chapada Diamantina. Criação: 22/02/1962. Município de Origem: Piatã. Categoria Toponímica: axiotopônimo. Processo Morfológico: aglutinação. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *abá*, 'homem' + *îara*, 'senhor'; donde: 'senhor de homens', por extensão, 'patrão, amo'. Nome X história do local: Em 1890, o comerciante José Joaquim Azevedo se estabeleceu à margem do caminho para Bom Jesus do Rio das Contas (atual Piatã), num lugar originalmente conhecido como Capoeira da Cana, em torno da qual surgiu o povoado que originou o município. Inicialmente, a localidade chamava-se Venda, dado o negócio lá estabelecido pelo pioneiro. Em seguida, teve o nome alterado para Tabocas, devido à grande quantidade de uma espécie de bambu existente às margens do rio Taboquinha. Pela Lei Municipal nº 35, de 24/04/1916, confirmada por Lei Estadual de 9/08 do mesmo ano, por sugestão Antônio Ribeiro de Novais, o distrito de Tabocas teve a denominação alterada para Abaíra, nome retirado de obra do romancista Lindolfo Rocha. Histórico dos nomes: Venda (d. 1890) > Tabocas (1911) > Abaíra (1916). **1827** (inexistente). **1890** – Nome: Venda. Status político: povoado. Categoria Toponímica: sociotopônimo. Processo Morfológico: forma simples. Procedência Linguística: português. Étimo: deriv. regr. vender [< *lt. vendere*, 'vender']. **1940, 1970** – Nome: Abaíra.

**ABARÉ:** Localização: Nordeste. Criação: 19/06/1962. Município de Origem: Chorrochó. Categoria Toponímica: axiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *abá*, 'homem' + *ré*, 'diferente'; donde: 'homem diferente', p/ ext., 'padre'. Nome X história do local: A região era primitivamente habitada por indígenas. Na primeira metade do século XIX, procedente de Salvador, Nicolau Tolentino veio administrar terras recebidas de seu pai por doação, organizando a fazenda Abaré, onde posteriormente edificou a capela de Santo Antônio, em torno da qual foram erguidas outras moradias, formando-se um povoado pertencente a Curaçá, com a mesma denominação da fazenda. Com a criação do município de Chorrochó, passa a integrar-lhe o território, tornando-se distrito na década de 1950. Histórico dos nomes: Desde seu surgimento, a localidade conserva o mesmo nome. **1827** (Status político: fazenda), **1890, 1940** (Status político: povoado), **1970** – Nome: Abaré.

**ACAJUTIBA:** Localização: Litoral Norte. Criação: 28/11/1952. Municípios de Origem: Esplanada e Itapicuru. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *akaîu*, 'caju' + *-tyba*, 'suf. coletivizador'; donde: 'cajueiral'. Nome X história do local:



Segundo antigos moradores, ao redor de uma feira armada sob a sombra de um cajueiro, surgiu o povoado de Cajueiro, então pertencente ao então município de Vila Rica (atual Crisópolis), extinto pela Lei Estadual nº. 442, de 22/08/1901 e restaurado pela Lei Estadual nº. 983-A, de 4/08/1913. Em 1907, surgiu a Viação Férrea Federal Leste Brasileiro entre a capital do Estado e o povoado, transformado em sede de Vila Rica pela Lei Estadual nº. 1236 de 14/05/1918. Em 23/06/1931, o Decreto Estadual nº. 7455 extinguiu o município de Vila Rica e, em 8/07 do mesmo ano, o Decreto Estadual nº. 7479 anexou seu antigo território a Esplanada. Vila Rica foi restaurada em 1933, mas novamente extinta pelo Decreto Estadual nº. 9673, de 13/08/1935, que anexou o distrito de Cajueiro ao município de Conde. Em 1937, esse distrito passa a pertencer a Esplanada e em 1/07/1944, o Decreto Estadual nº. 12978 muda-lhe o nome para Acajutiba. Histórico dos nomes: Cajueiro (1907) > Acajutiba (1944). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Cajueiro. Status político: povoado. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: derivação sufixal. Procedência Linguística: português. Étimo: Tp-ant. *akaîu* > caju ‘caju’, + pt. -eiro ‘suf. deriv.’. **1970** – Nome: Acajutiba.

**ADUSTINA**: Localização: Nordeste. Criação: 5/04/1989. Município de Origem: Paripiranga. Categoria Toponímica: estematotopônimo. Processo Morfológico: derivação sufixal. Procedência Linguística: português. Étimo: It. *ad ustus*, ‘queimado’ + ‘suf. dim. fem. pt. *ina*’; donde: ‘queimadinha’. Nome X história do local: Surge nas primeiras décadas do século XX e até a emancipação conserva o nome de Queimadas, trocado para o atual por já existir município homônimo na Bahia e a lei não permitir homonímia entre municípios. Histórico dos nomes: Queimadas > Adustina (1989). **1827, 1890** (inexistente). **1940, 1970** – Nome: Queimadas. Status político: povoado. Categoria Toponímica: estematotopônimo. Processo Morfológico: sufixação flexional. Procedência Linguística: português. Étimo: queimada [< queimar (< It. vg. \**caimare* < It. cl. *cremare*, ‘queimar’) + -d, ‘suf. PaPt’ + -a, ‘vt’] + -s, ‘suf. fl. pl.’.

**ÁGUA FRIA**: Localização: Nordeste. Criação: 28/04/1727. Município de Origem: (município originário). Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: It. *aqua*, ‘água’ + It. *frigida*, ‘fria’ donde: ‘água fria’. Nome X história do local: Em 1727, foi fundada a vila de São João Batista da Água Fria, que figura entre as municipalidades fundadoras da Bahia. O atual nome é uma referência ao rio que banha a cidade; além dele, o anterior refere-se ao orago da localidade. Histórico dos nomes: São João Batista da Água Fria (1727) > Água Fria (1954). **1827, 1890, 1940** – Nome: São João Batista da Água Fria. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: São João Batista [< são (It. *sanctu* ‘santo’ > pt. são) + João (<It. *Iohan, nis* < hb. *Yekokhanan*

'Deus é gracioso') + Batista (< gr. baptistes, 'o que batiza') + de + água [lt. *aqua*, 'água'] + fria [lt. *frigida*, *ae*, 'fria']. **1970** – Nome: Água Fria.

**AIQUARA:** Localização: Litoral Sul. Criação: 12/04/1962. Município de Origem: Jequié. Categoria Toponímica: ecotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *ai* 'preguiça' + *kûara* 'buraco'; donde: 'buraco da preguiça'. Nome X história do local: A primeira área de colonização nas terras do atual município foi a Fazenda Preguiça, então pertencente ao município de Jequié. Posteriormente, a área foi nomeada Arraial da Conceição. Em 1924, através de plebiscito, teve o nome alterado para Aiquara, tradução em Tupi-antigo do seu topônimo original. Histórico dos nomes: Preguiça (f. s. XIX) > Conceição > Aiquara (1924). **1827, 1890** (inexistente). **1940** (*Status* político: povoado), **1970** – Nome: Aiquara.

**ALAGOINHAS:** Localização: Litoral Norte. Criação: 16/06/1852. Município de Origem: Inhambupe. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: sufixação flexional. Procedência Linguística: português. Étimo: lt. *lacuna*, 'lagoa' + -inh, 'suf. dim. fem'. + -a, 'vt' + 'suf. pl. pt -s'; donde: 'lagoas pequenas'. Nome X história do local: Surge como principal entreposto comercial entre as capitânicas da Bahia e de Sergipe em 1816 com o nome de Santo Antônio de Alagoinhas, que faz referência, por um lado, ao orago da localidade e, por outro, a sua semelhança com a Capitania de Alagoas. Deve-se sua emancipação ao desenvolvimento do comércio, ainda mais favorecido no final do século XIX com a implantação da ferrovia, que faz dela a maior cidade do interior da Bahia, posto só perdido para Feira de Santana no fim da década de 1950, quando da opção do Estado brasileiro pelo modelo de transporte rodoviário em detrimento do ferroviário. Histórico dos nomes: Santo Antônio de Alagoinhas (1816) > Alagoinhas (1880). **1827** – Nome: Santo Antônio de Alagoinhas. *Status* político: povoado. Categoria Toponímica: hagiopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Santo Antônio [< pt. santo (< lt. *sanctus*, *i*, 'santo') + Antônio (< lt. *antonius*, *i*, 'inestimável')] + de + lt. *lacuna*, 'lagoa' + 'suf. dim. fem. pt. -inha' + 'suf. pl. pt -s'. **1890, 1940, 1970** – Nome: Alagoinhas.

**ALCOBAÇA:** Localização: Extremo Sul. Criação: 03/03/1755. Município de Origem: Caravelas e Prado. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: Alcobaça 'topônimo lusitano designativo de uma cidade' < ar. *al-kobasa*. Nome X história do local: Seus primeiros moradores foram os homens do capitão Francisco Martins Pereira, concessionário de sesmaria recebida em 1697. Formada uma povoação com casas de taipa e cobertas por palhas de ouricuri, foi cercada de fortes cercas como forma de evitar os animais silvestres e o ataque dos gentios.

Recebeu o nome de São Bernardo de Alcobaça, em referência ao seu orago e ao rio que corta seu território. Histórico dos nomes: São Bernardo de Alcobaça (1755) > Alcobaça (in. s. XX). **1827, 1890** – Nome: São Bernardo de Alcobaça. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: São Bernardo [são (< lt. *sanctu* ‘santo’) + Bernardo (< germ. *ber* ‘urso’ + hard ‘forte’; donde: ‘urso forte’)] + de + Alcobaça ‘topônimo lusitano designativo de uma cidade’ < ar. al-kobasa. **1940, 1970** – Nome: Alcobaça.

**ALMADINA**: Localização: Litoral Sul. Criação: 15/03/1952. Município de Origem: Coaraci. Categoria Toponímica: litotopônimo. Processo Morfológico: derivação sufixal. Procedência Linguística: português. Étimo: almadia ‘tipo de pequena embarcação africana ou asiática’ (< ar. *al-madyia*) + pt. -ina ‘suf. deriv.’. Nome X história do local: Surge nas primeiras décadas do século XX como local de passagem da escarpada do Planalto da Conquista para o litoral. Logo após sua emancipação, troca o nome de origem para o atual. Histórico dos nomes: Pouso Alegre (in. s. XX) > Almadina (1953). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Pouso Alegre. Status político: povoado. Categoria Toponímica: odotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: pouso (< lt. *pauso* ‘pouso’) + alegre (<lt. vg \* *alecris* < lt. cl. *alacris* > ‘animado’). **1970** – Nome: Almadina.

**AMARGOSA**: Localização: Recôncavo Sul. Criação: 21/04/1877. Município de Origem: Santa Terezinha. Categoria Toponímica: animotopônimo. Processo Morfológico: derivação sufixal. Procedência Linguística: português. Étimo: amargo (< lt. vg. \**amaricus* ‘adstringente’) + -osa ‘suf. deriv.’. Nome X história do local: O primeiro povoamento do local era uma aldeia de índios de nome Baetinga, que juntamente com os Kariri dominavam a região. O solo fértil atraiu os povoadores de Nazaré e de Santo Antônio de Jesus, que desbravaram as margens do rio Ribeirão e aí se estabeleceram. Município criado com a transferência da sede de Vila de Tapera (atual Santa Teresinha) para o arraial de Nossa Senhora do Bom Conselho de Amargosa. A denominação de Amargosa deve-se ao sabor amargo da carne das pombas que habitavam a região: “O topônimo Amargosa originou-se, segundo a lenda, de certa quantidade de pombas existentes na região, cuja carne tinha sabor amargo. A espécie em causa era abundante na região e constituía motivo de atração para os caçadores. O convite para a caça às formosas pombas era feito do seguinte modo: ‘vamos às amargosas?’. Daí, diz a lenda, se originou o nome do município”. (IBGE, 1958, p. 30) Histórico dos nomes: Nossa Senhora do Bom Conselho de Amargosa (1877) > Amargosa (1891). **1827** (inexistente). **1890** – Nome: Nossa Senhora do Bom Conselho de Amargosa. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística:

português. Étimo: Nossa Senhora [ nossa (< It. *nostra* ‘nossa’) + Senhora (< It. \**seniora* ‘ama’)] + de + o + conselho (< It. *consilium, i*, ‘conselho’) + de + amargosa (v. étimo acima). **1940, 1970** – Nome: Amargosa.

**AMÉLIA RODRIGUES**: Localização: Paraguaçu. Criação: 20/10/1961. Município de Origem: Santo Amaro. Categoria Toponímica: antropotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Amélia [< germ. *amal* ‘trabalho’] + Rodrigues [< Rudericus (< germ. *Hrodric* < *hruot* ‘famoso’ + *rik* ‘príncipe’; donde: ‘príncipe famoso’) + It. -is ‘suf. fl. gen./sing.’]. Nome X história do local: Em território da sesmaria doada pelo governo geral aos irmãos Luís Vaz e Manuel Pereira Paiva em 1609, transferida por testamento à Ordem dos Beneditinos em 1622, construiu-se o engenho de São Bento do Inhatá, primeiro núcleo de povoamento da região. Em 1702, edificou-se uma capela em louvor a Nossa Senhora da Lapa, em cujo entorno se formou a povoação de Lapa, elevada à condição de distrito do município de Santo Amaro em 1936. Em 1943, teve o topônimo alterado para Traripe, trocado, quando de sua emancipação, para o atual nome, que homenageia a educadora e escritora baiana Amélia Rodrigues, natural do engenho São Bento do Inhatá, origem da municipalidade. Histórico dos nomes: São Bento de Inhatá (1622) > Marucá > Lapa > (1702) > Traripe (1943) > Amélia Rodrigues (1961). **1827, 1890, 1940** – Nome: Lapa. Status político: povoado. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: It. *lapa* < celt. *lappa* ‘lapa’. **1970** – Nome: Amélia Rodrigues.

**AMÉRICA DOURADA**: Localização: Irecê. Criação: 25/02/1985. Município de Origem: Irecê. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: América [< Américo (< germ. *amal* ‘trabalho’ + *rik* ‘príncipe’; donde: ‘príncipe laborioso’) + -a “suf. fl. fem.”] + Dourada [< It. *deaurata, ae*, ‘dourada’]. Nome X história do local: A origem do município deve-se aos filhos e netos de João José da Silva Dourado que, em 1870, compraram uma fazenda, que, com o tempo, se tornou o povoado de Mundo Novo. Contudo, sabendo da existência de uma cidade já assim nomeada, mudaram-lhe o nome da localidade para América, que passou a ser chamada pelas populações vizinhas de América dos Dourados; daí, a passagem para América Dourada. Histórico dos nomes: América (1870) > América dos Dourados (in. s. XX) > América Dourada (1954). **1827** (inexistente). **1890** – Nome: América. Status político: povoado. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: Américo (< germ. *amal* ‘trabalho’ + *rik* ‘príncipe’; donde: ‘príncipe laborioso’) + pt. -a “suf. fem.” **1940** – Nome: América dos Dourados. Status político: povoado. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística:

português. Étimo: América [< Américo (< germ. *amal* 'trabalho' + *rik* 'príncipe'; donde: 'príncipe laborioso') + -a "suf. fl. fem.')] + dos [= de + o + -s 'suf. fl. pl.']] + Dourada [< lt. *deauratos*, 'dourados']. **1970** – Nome: América Dourada. Status político: distrito.

**ANAJÉ**: Localização: Sudoeste. Criação: 5/04/1962. Município de Origem: Vitória da Conquista. Categoria Toponímica: zootopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *najé* 'gavião'. Nome X história do local: Em 1938, figura como distrito de Vitória da Conquista com o nome de Joanópolis, trocado em 1944 para o atual, referente, na língua comum, a uma espécie de ave de rapina nativa (*Rupornis magnirostris*), popularmente conhecida como gavião-carijó, bastante comum na região. Histórico dos nomes: Joanópolis (1938) > Anajé (1944). **1827, 1890** (inexistente). **1940** Nome: Joanópolis. Status político: distrito. Categoria Toponímica: poliotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: luso-europeu. Étimo: João [< lt. *Iohane, is* < hb. *Yekokhanan* 'Deus é gracioso'] + gr. -pólis, 'cidade'; donde: 'cidade de João'. **1970** – Nome: Anajé.

**ANDARAÍ**: Localização: Chapada Diamantina. Criação: 19/05/1884. Município de Origem: Mucugê. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *andirá* 'morcego' + *y* 'água, rio'; donde: 'rio dos morcegos'. Nome X história do local: Seu território foi primitivamente habitado por índios Kariri. Sua colonização data de 1845 ou 1846, a partir da atividade mineradora, levada a cabo pelo capitão José de Figueiredo, seus dois filhos, genros e alguns escravos procedentes de Santa Isabel do Paraguaçu (atual Mucugê). Difundida a fama de suas minas, Andaraí foi invadida por bandos de garimpeiros provindos de Minas do Rio das Contas, Caetité e de Bom Jesus do Rio das Contas. Novas edificações surgiram, intensificou-se o comércio local, indústrias de transformação foram introduzidas e construiu-se a capela. Em 11/06/1878, a Lei Provincial nº 1811 criou o distrito de paz de Andaraí e o elevou a sede de paróquia, com território da freguesia de São João do Paraguaçu. Em 15/05/1884, a Resolução Imperial nº 2439 transformou o povoado de Xique-Xique em de distrito de paz. Quatro dias depois, a Resolução Provincial nº 2444 emancipou Andaraí, cujo nome faz referência a um rio local e o deste, presume-se, à presença de grandes grutas povoadas de morcegos. Histórico dos nomes: Desde seu surgimento, conserva o mesmo topônimo. **1827** (inexistente). **1890, 1940, 1970** – Nome: Andaraí.

**ANDORINHA**: Localização: Piemonte da Chapada Diamantina. Criação: 13/06/1989. Município de Origem: Senhor do Bonfim. Categoria Toponímica: zootopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português.

**Étimo:** It. \**harundina, ae*, ‘andorinha’, nome de várias espécies de ave (no Brasil, 14) passeriformes insetívoras da família das hirundinídeas. **Nome X história do local:** Por volta de 1885, na região, havia uma fazenda Gato, de propriedade de João Alves de Araújo, em frente à fazenda havia um rochedo branco chamado de “morro das andorinhas”, porque o local, geralmente nos fins das tardes, servia de pouso para andorinhas. Nessa época, transformou-se em ponto de encontro de tropeiros e viajantes procedentes de localidades como Sítio do Açude, Santa Rosa de Lima e outros em direção a Senhor do Bonfim e Jaguarari. Em volta da fazenda, começou a formar-se um pequeno povoado que passou a se desenvolver com a construção da estrada de acesso a Senhor do Bonfim, do qual se emancipou em 1989. **Histórico dos nomes:** Desde seu surgimento, conserva o mesmo topônimo. **1827** (inexistente). **1890** – **Nome:** Gato. **Status político:** fazenda. **Categoria Toponímica:** zootopônimo. **Processo Morfológico:** simples. **Procedência Linguística:** português. **Étimo:** < It. *catus*, i, ‘gato’. **1940, 1970** – **Nome:** Andorinha.

**ANGICAL:** **Localização:** Oeste. **Criação:** 5/07/1890. **Município de Origem:** Cotegipe. **Categoria Toponímica:** fitotopônimo. **Processo Morfológico:** derivação sufixal. **Procedência Linguística:** português. **Étimo:** angico [< ?] + -al ‘suf. deriv.’. **Nome X história do local:** Nome devido à existência de extensas matas de angico (leguminosa mimosóidea do gênero *Piptadenia*), circundadas de brejos e alagadiços. Surgiu em 1707, com a fundação de uma missão de franciscanos que catequizou os primeiros habitantes da região, os índios Arikobé. Em 1821, com a elevação de sua capela à condição de freguesia dedicada à Santana, passou a chamar-se Santana do Sacramento do Angical, nome reduzido para o atual quando da emancipação. **Histórico dos nomes:** Missão do Aricobé (1707) > Santana do Sacramento do Angical (1821) > Angical (1890). **1827** – **Nome:** Missão do Aricobé. **Status político:** povoado. **Categoria Toponímica:** sociotopônimo. **Processo Morfológico:** justaposição. **Procedência Linguística:** hibridismo luso-Tupi. **Étimo:** Missão (< It. *missio, onis*, ‘missão’) + do [= de + o] + Aricobé (< Tp.-ant. ‘etnônimo indígena’). **1890, 1940, 1970** – **Nome:** Angical.

**ANGUERA:** **Localização:** Paraguaçu. **Criação:** 20/11/1961. **Município(s) de Origem:** Feira de Santana. **Categoria Toponímica:** necrotopônimo. **Processo Morfológico:** aglutinação. **Procedência Linguística:** Tupi-antigo. **Étimo:** *anhã* ‘alma’ + *-güera* ‘suf. de Pt2’; donde: ‘o que foi alma, assombração, fantasma’. **Nome X história do local:** Região primitivamente habitada por índios Paiaiá, integrando o território de uma sesmaria concedida ao sertanista João Peixoto Viegas, pelo Governador Geral do Brasil, em 1655. Em 1855, o capitão José Marques de Oliveira Lima edificou uma escola pública e uma igreja em sua fazenda Almas, formando, então, um povoado que se tornou pouso obrigatório de tropeiros em trânsito para o porto de Cachoeira e se desenvolveu em função da cultura do fumo

e da criação de gado. Em 1890, teve o nome mudado para Anguera, que recupera, em parte, o sentido de seu topônimo original. Histórico dos nomes: Almas (1855) > Anguera (1890). **1827** (inexistente). **1890, 1940** (*Status* político: povoado), **1970** – Nome: Anguera.

**ANTAS**<sup>129</sup>: Localização: Nordeste. Criação: 13/08/1953. Municípios de Origem: Cícero Dantas e Jeremoabo. Categoria Toponímica: zootopônimo. Processo Morfológico: sufixação flexional. Procedência Linguística: português. Étimo: ar. *lamt* ‘mamífero perissodáctilo da família dos taperídeos próprio da fauna sul-americana (*Tapirus terrestris*)’. Nome X história do local: Área originalmente habitada por índios Kariri e Kaimbé. A colonização se iniciou com missões jesuíticas e com a ação de bandeirantes, já existindo núcleos esparsos de povoamento desde pelo menos o fim do século XIX. Já surge com o atual nome e como distrito de Cícero Dantas graças ao Decreto Estadual nº. 8606, de 17/08/1933. Em 30/03/1938, o Decreto Estadual 10724 o eleva à condição de vila, que se torna município pela Lei Estadual nº. 570, de 13/08/1953. Histórico dos nomes: Desde o seu surgimento, conserva o mesmo nome. **1827, 1890** (inexistente). **1940** (*Status* político: povoado), **1970** – Nome: Antas.

**ANTÔNIO CARDOSO**: Localização: Paraguaçu. Criação: 18/04/1961. Município de Origem: São Gonçalo dos Campos. Categoria Toponímica: antropotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Antônio [<lt. *antonius, i*, ‘inestimável’] + Cardoso [< cardo (< lt. *carduus, i*, ‘erva daninha’) + -oso ‘suf. deriv.’]. Nome X história do local: A primeira penetração no território se deu no final do século XVII, por jesuítas procedentes dos conventos de Cachoeira. Estabelecendo-se onde hoje se localiza a cidade, eles erigiram a capela de Nossa Senhora do Resgate, elevada a freguesia em 1843 com o nome de Nossa Senhora do Resgate das Umburanas. Em 1884, com a criação do município de São Gonçalo dos Campos, o arraial de Umburanas foi anexado a ele. Em 1938, um decreto Estadual mudou-lhe o nome para Uberlândia, novamente alterado em 1953 para Teriguatiba. Em 1962, com a emancipação, recebeu o nome de Antônio Cardoso, em homenagem a um chefe político da região. Histórico dos nomes: Nossa Senhora do Resgate (s. XVII) > Nossa Senhora do Resgate das Umburanas (1843) > Umburanas (1937) > Uberlândia (1938) > Teriguatiba (1953) > Antônio Cardoso (1962). **1827** – Nome: Nossa Senhora do

<sup>129</sup> Esta forma levanta interessante questão teórica por figurar na toponímia de Portugal, país em cuja fauna esse referente não existe. Em verdade, na variedade lusitana da língua portuguesa, a palavra designa um dólmen pré-histórico com função tumular muito comum não só Península Ibérica, como em todo o Mediterrâneo. Após examinar a questão, Carvalhinhos (2004, p. 277) conclui que “entre os diferentes espaços (Brasil e Portugal), *os referenciais mudam, apesar da forma externa ser a mesma*. Tomando como referência Hjelmslev, temos *dois conceitos distintos para uma única expressão*. É isso que caracteriza, pois, a homonímia”.

Resgate. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Nossa Senhora [< nossa (< lt. nostra, 'nossa') + senhora (< lt. *seniora*, ae 'ama, patroa, senhora') + do [= de + o] + resgate [< deriv. regr. resgatar (< lt. vg. \**reexcaptare*, 'resgatar')]. **1890** – Nome: Umburanas. Status político: povoado. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: sufixação flexional. Procedência Linguística: português. Étimo: umburana [< Tp.-ant. imbu, 'umbu' + rana, 'semelhante'; donde: 'semelhate ao umbu, nome de planta burseácea (*Bursera leptophleas*), própria da região'] + -s, 'suf. fl. pl.'. **1940** – Nome: Uberlândia. Status político: povoado. Categoria Toponímica: poliotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: luso-europeu. Étimo: uber- [< lt. uber, eris, 'peito, mama, fecundidade, fertilidade, abundância'] + lândia [< ing. *land*, 'terra' + pt. -ia, 'suf. deriv.']; donde: 'terra da abundância'. **1970** – Nome: Antônio Cardoso.

**ANTÔNIO GONÇALVES**: Localização: Piemonte da Chapada Diamantina. Criação: 5/07/1962. Município de Origem: Campo Formoso. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Antônio [<lt. *antonius*, *i*, 'inestimável'] + Gonçalves [< lt. *Gundisalvus*, *is* < germ. *gundi*, 'luta', + lt. *salvus*, 'salvo'; donde: 'invulnerável na luta)]. Nome X história do local: No final do século XIX, em território anteriormente habitado por índios Paiaia, famílias de colonos constituíram a fazenda Pau Ferro, formando mais tarde o povoado com o mesmo nome. Em 1916, a inauguração da estação ferroviária desloca os moradores para a propriedade denominada Frade, que muda o nome para Itinga. Elevado a distrito, recebeu o nome de Itinga da Serra, alterado quando de sua emancipação para o atual, uma homenagem a um natural da região que, não seguindo a tradição política da importante família de latifundiários, dedicou-se, durante décadas, à militância na medicina, pela qual salvou milhares de vidas. Histórico dos nomes: Pau Ferro (f. s. XIX) > Frade (1916) > Itinga > Itinga da Serra > Antônio Gonçalves (1962). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Itinga. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *y*, 'rio' + *tinga* 'branco'; donde: 'rio branco' (ref.: rio de águas transparentes existentes no território). **1970** – Nome: Antônio Cardoso.

**APORÁ**: Localização: Litoral Norte. Criação: 14/08/1958. Município de Origem: Inhambupe. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: aglutinação. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *a*, 'altura, por extensão, monte' + *poranga*, 'bonito'; donde: 'monte bonito'. Nome X história do local: No início do século XVII, no atual território do município, surgem fazendas de criação



de gado, da qual povoados começam a emergir, entre eles o de Itamira e o de Sobrado, este em torno da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, construída por jesuítas. Com o tempo, Itamira cresce, passando à condição de distrito do município de Inhambupe. Sobrado desenvolve-se pouco, mas tem o nome trocado para Aporã no final do século XVIII. Em meados da década de 1950, disputas políticas na região fizeram surgir a idéia de criação de um município a partir do território do distrito de Itamira e do povoado de Aporã. Coube ao comerciante e líder político Armando Xavier Santos decidir sobre a sede do novo município e, por consequência, seu nome. Como tinha negócios estabelecidos na florescente vila de Itamira e, àquela época, a cobrança de impostos só incidia sobre moradores e empresários das sedes municipais, sua escolha recaiu sobre Aporã, mudado para Aporá quando da emancipação. Criou-se, assim, uma situação não muito estranha, pelo menos na Bahia, de um distrito (Itamira) ser maior em território e população e mais economicamente desenvolvido que a própria sede. Histórico dos nomes: Sobrado (s. XVII) > Aporã (s. XVIII) > Aporá (1958). **1827, 1890, 1940** – Nome: Aporã. Status político: povoado. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: aglutinação. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: a, ‘altura, por extensão, monte’ + *poranga*, ‘bonito’; donde: ‘monte bonito’. **1970** – Nome: Aporá.

**APUAREMA**: Localização: Litoral Sul. Criação: 13/06/1989. Município de Origem: Jaguaquara e Wenceslau Guimarães. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *apuã* [< a, ‘altura’ + *puã* ‘redonda’; donde: ‘colina’] + *rema* ‘fétido’; donde: ‘colina fétida’. Nome X história do local: Sobre essa localidade, não foram encontradas informações anteriores a 1954, ano em que ela figura, já com o atual nome, entre os distritos de Jaguaquara, do qual se desmembra – juntamente parte do território de Wenceslau Guimaerães –, em virtude da Lei Estadual nº. 5003, de 13/06/1989. Histórico dos nomes: Desde o seu surgimento, a localidade conserva este nome. **1827, 1890, 1940** (inexistente). **1970** – Nome: Apuarema. Status político: distrito.

**ARAÇÁS**: Localização: Litoral Norte. Criação: 24/02/1989. Município de Origem: Alagoinhas. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: sufixação flexional. Procedência Linguística: português. Étimo: *araçá* ‘fruto de um arbusto da família das miráceas (*Psidium littorale*)’ + -s ‘suf. fl. pl.’. Nome X história do local. Em fins do século XIX, figura como freguesia, já dispondo de escola, conforme se vê na seguinte notícia, publicada no Diário de Notícias: “Foi nomeada para reger a cadeira municipal da freguesia dos Araçás, termo de Alagoinhas, a aluna mestra D. Ursulina Maria dos Santos”. (*Diário de Notícias*, 24(258):1, 17/11/1898). Em 1953, aparece como distrito do município de Alagoinhas, do qual se emancipa em 1989. Histórico dos nomes: Desde o seu surgimento, a localidade conserva este

nome. **1827** (inexistente). **1890, 1940** (*Status* político: povoado), **1970** (*Status* político: distrito) – Nome: Araçás.

**ARACATU**: Localização: Serra Geral. Criação: 12/07/1962. Município de Origem: Brumado. Categoria Toponímica: meteorotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *ará* ‘ar, dia’ + *katu* ‘bom’; donde: ‘bom dia, bom ar’. Nome X história do local: Em terras da fazenda São Pedro, de Salustiano Rodrigues, formou-se o povoado Gameleira dos Machados, topônimo alterado para o atual em 1938. Histórico dos nomes: São Pedro > Gameleira dos Machados > Aracatu (1938). **1827** (inexistente). **1890** – Nome: São Pedro. Status político: fazenda. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: são [< It. *sanctus*, *i*, ‘santo’] + Pedro [< It. *petrus*, *i*, ‘pedra’]. **1940, 1970** – Nome: Aracatu.

**ARACI**: Localização: Nordeste. Criação: 13/12/1890. Município de Origem: Serrinha. Categoria Toponímica: astrotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *ará*, “ar, dia” + *sy*, “mãe”; donde: “mãe do dia, o sol”. Nome X história do local: Em meados do século XVII, o atual território araciense começa a ser colonizado, desenvolvendo-se lentamente. Criada como freguesia do Raso pela Lei Provincial nº. 1720, de 12/04/1877, foi emancipada por ato estadual de 12/12/1890, tendo o nome mudado para Araci pela Lei Estadual nº. 575, de 21/09/1904. Extinto e reanexado a Serrinha pelo Decreto nº. 7479, de 8/07/1931, foi restaurado pela Lei Estadual nº. 863, de 14/11/1956. Histórico dos nomes: Raso > Araci. **1827** (inexistente). **1890** – Nome: Raso. Status político: município. Categoria Toponímica: dimensiotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: It. *rasus*, *i* ‘raso, rasteiro’. **1940** (*Status* político: distrito), **1970** – Nome: Araci.

**ARAMARI**: Localização: Litoral Norte. Criação: 6/09/1961. Município de Origem: Alagoinhas. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: variação de *rambari*, ‘lambari, peixe da família dos carcídeos, subfamília dos tetragonopteríneos’. Nome X história do local: Nome originalmente atribuído ao rio que banha a cidade. A linha férrea entre Alagoinhas e Juazeiro foi aberta entre 1880 e 1896 pelo governo brasileiro, que, segundo algumas fontes, deu a concessão a Miguel Argolo. Contudo, já antes disso, a localidade e/ou o rio e cujas margens se desenvolveu, já aparece no *Jornal da Bahia*: “Cada vez está se arrumando mais a ponte do Aramari”. (*Jornal da Bahia*, A23, n121, 30/05/1875, p2, col.1, Notícias Diversas) Em volta da estação construída às margens do rio Aramari, surgiu um povoado homônimo,

que, crescendo, foi elevado a distrito em 1953. Emancipou-se em 1961. Histórico dos nomes: Desde o seu surgimento, a conserva este nome. **1827** (inexistente). **1890, 1940** (*Status* político: povoado), **1970** (*Status* político: distrito) – Nome: Aramari.

**ARATAÇA**: Localização: Litoral Sul. Criação: 9/05/1985. Município de Origem: Una. Categoria Toponímica: ergotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: Tupi-médio. Étimo: *ará* ‘ave’ + *taka* ‘pegar’; donde: ‘armadilha para pegar aves, arapuca’. Nome X história do local: Em 1938, em terras do município de Una, surge a fazenda Xapury, dedicada à cacauicultura, em torno do qual, aos poucos, surge um povoado. Em 1953, seu fundador, Manoel Almeida, troca-lhe o nome para Arataca. No ano seguinte, é elevado à condição de distrito. Histórico dos nomes: Xapuri (1938) > Arataca (1953). **1827, 1890, 1940** – Nome: Xapuri. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: ?. **1970** – Nome: Arataca.

**ARATUÍPE**: Localização: Recôncavo Sul. Criação: 7/02/1890. Municípios de Origem: Nazaré e Santo Antônio de Jesus. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *aratu* ‘espécie de caranguejo’ + *y* ‘rio’ + *pe* ‘em’; donde: “no rio dos aratus”. Nome X história do local: Após receber uma doação de sesmaria, Paulo de Argolo Menezes fundou um aldeamento destinado à catequese, a que deu o nome de Santo Antônio, posteriormente alterado para Sant’Ana da Aldeia. Essa aldeia recebeu índios em processo de aculturação vindo da Casa da Torre para dar combate aos Aimoré, habitantes originais da região. Pela Resolução Provincial nº. 132, de 2/07/1840, criou-se a Freguesia de Santana da Aldeia. O município foi criado com territórios desmembrados de Nazaré e de Santo Antônio de Jesus, com a denominação de Sant’Ana do Aratuípe (1890), simplificado para Aratuípe em 1891, numa referência ao rio que banha a cidade. Histórico dos nomes: Santo Antônio (s. XVIII) > Santana da Aldeia > Santana do Aratuípe (1890) > Aratuípe (1891). **1827** (*Status* político: povoado), **1890** (*Status* político: município) – Nome: Santana da Aldeia. Categoria Toponímica: hagiopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: pt.: Santana [< santa (< lt. *sancta*, *ae*, ‘santa’) + Ana (< lt. *Ana*, *ae* < hb. *hannah*, ‘graça’)] + da [= de + a] + aldeia [< ar. *al-daya*, ‘pequena povoação’]. **1940, 1970** – Nome: Aratuípe.

**AURELINO LEAL**: Localização: Litoral Sul. Criação: 15/12/1961. Município de Origem: Itacaré. Categoria Toponímica: hagiopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Aurelino [< Aurélio (< lt. *Aurelius* < *aurum*, *i*, ‘ouro’ + -ilius, ‘suf. deriv.’; donde: ‘filho do ouro’) + -ino, ‘suf. deriv. dim.’] + Leal [< lei (< lt. *lex*, *gis*, ‘lei’) + -al, ‘suf. deriv.’]. Nome X história do

local: Seus primeiros habitantes foram os Pataxó, aldeados à margem do rio Gongogí, em terras do então município de Barra do Rio de Contas (atual Itacaré). Com a construção da estrada de ferro Ilhéus-Ubaitaba, formou-se o povoado de São Miguel, denominação sucessivamente alterada para Itaipava (1938) e Poiri (1943). Município foi criado com sede no distrito de Poiri por força da lei Estadual de 15/12/1961, recebendo a denominação de Aurelino Leal, em homenagem a um político da região. Histórico dos nomes: São Miguel (1934) > Itaipava > Poiri (1943) > Aurelino Leal (1961). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Itaipava. Status político: povoado. Categoria Toponímica: ergotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *itá-ĩ* ‘pedra pequena, pedregulho’ + *paba* ‘banco’; donde: ‘banco de pedregulho’. **1970** – Nome: Aurelino Leal.

**BAIANÓPOLIS**: Localização: Oeste. Criação: 30/07/1961. Município de Origem: Barreiras. Categoria Toponímica: poliotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: luso-europeu. Étimo: pt. baiano [< Bahia + -ano] + gr. –pólis, ‘cidade’; donde: ‘cidade dos baianos’. Nome X história do local: A localidade surge no século XIX em terras do então município de Campo Largo (atual Cotegipe). Quando da emancipação de Barreiras, passa a pertencer a esse município, do qual se torna distrito em 1954, com o nome de Tapiracanga (< Tupi-ant. *tapira*, ‘anta’, + *akanga*, ‘cabeça’; donde: ‘cabeça de anta’). O atual nome parece ser uma homenagem do legislador à própria população baiana, situação justificável numa região que historicamente já pertenceu a outros dois Estados e cuja posse pela Bahia sempre foi contestada por um deles (Pernambuco). Histórico dos nomes: Poço (s. XIX) > Tapiracanga (1954) > Baianópolis (1961). **1827** (inexistente). **1890, 1940** – Nome: Poço. Status político: povoado. Categoria Toponímica: ergotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: lt. *puetus, i*, ‘buraco, fossa, poço’. **1970** – Nome: Baianópolis.

**BAIXA GRANDE**: Localização: Paraguaçu. Criação: 17/07/1885. Município de Origem: Ipirá. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: baixa [< lt. *bassa, ae*, ‘baixa’] + grande [< lt. *grans, ndis*, ‘grande’]. Nome X história do local: Em terras da fazenda Cais, pertencente a dona Ana Ribeiro Soares, seu filho, capitão Manuel Ribeiro Soares, edificou capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição na margem esquerda da Estrada Real Camisão-Monte Alegre-Mundo Novo, próxima à venda do Lajedo; em torno da capela começou a surgir um pequeno núcleo urbano, transformado em distrito com o nome de Baixa Grande pela Lei Provincial nº. 1195, de 26/04/1872. Emancipado por força da Resolução Provincial nº. 2502, de 17/07/1885, foi suspenso pela Lei Estadual nº. 640, de 12/05/1906, tendo sua

sede transferida para povoação de Santa Luzia do Lajedo, que, assim, se emancipa com o nome de Capivari (atual Macajuba). Em 28/07/1910, foi restaurado pela Lei Estadual nº. 806, com território desmembrado de Capivary, sendo reinstalado dois anos depois. Em 8/07/1931, foi novamente extinto pelo Decreto Estadual nº. 7479, sendo anexado a Monte Alegre (atual Mairi). Em 31/05/1933, foi novamente restaurado pelo Decreto Estadual nº. 8453. Histórico dos nomes: Desde o seu surgimento, a localidade conserva este nome. **1827** (*Status* político: povoado), **1890, 1940, 1970** - Nome: Baixa Grande. Status político: município.

**BANZAÊ**: Localização: Nordeste. Criação: 24/02/1989. Município de Origem: Ribeira do Pombal. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: Kimbundo. Étimo: *mbanza*, 'aldeia'. Nome X história do local: Área original e permanentemente ocupada por índios Kiriri, só reconhecida pelo poder público como tal em 1990, sendo finalmente demarcada pelo Decreto nº. 98828, de 15 de janeiro desse ano. Já com o atual nome, a localidade surge em meados da década de 1940, sendo emancipada pela Lei Estadual nº. 4485 de 24/02/1989. Segundo fontes historiográficas disponíveis, Banzaê era sobrenome do primeiro morador da localidade, Zé Banzaê, a quem se atribui uma improvável origem iraniana e ao topônimo, portanto, uma falsa procedência persa. Na verdade, o nome tem procedência africana, acima apontada. Histórico dos nomes: Desde o seu surgimento, a localidade conserva este nome. **1827, 1890, 1940** (inexistente). **1970** – Nome: Banzaê. Status político: povoado.

**BARRA**: Localização: Médio São Francisco. Criação: 5/12/1752. Município de Origem: (município fundador). Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: It. vg. \**barrā*, *ae* < gaul. *barrum* 'barro, lodo'. Nome X história do local. Em 1670, Garcia D'Ávila fundou a Fazenda da Barra do Rio Grande do Sul, origem do atual município da Barra, na confluência dos rios Grande e São Francisco. Por Carta Régia de 1752, o povoado surgido no território da sesmaria foi elevado à condição de sede de município com o nome de Vila de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande. Em 1873, deu-se a promoção da vila à condição de Cidade Florescente da Barra do Rio Grande, posteriormente simplificado para Barra. Histórico dos nomes: Barra do Rio Grande do Sul (1670) > São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande (1752) > Barra do Rio Grande (1890) > Barra (1940). **1827** – Nome: São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande. Status político: município. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: São Francisco [< são (< It. *sanctus*, *i*, 'santo') + Francisco (< it. *Francesco* < germ *frank*, 'franco, livre' + -

*iskus* ‘suf. indic. gent.’; donde: ‘nascido na liberdade’)] + das [= de + a + -s, ‘suf. fl. pl.’] + chagas + da [= de + a] + barra [< lt. vg. \**barra* < gaul. *barrum* ‘barro, lodo’] + do [= de + o] + rio [< lt. *riuus, i*, ‘curso d’água’] + grande [< lt. *grans, ndis*, ‘grande’] + do [= de + o] + sul [< fr. arc. *su* < angl.-sax *sûth*, ‘sul’]. **1890** – Nome: Barra do Rio Grande. Status político: município. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: barra [< lt. vg. \**barra* < gaul. *barrum* ‘barro, lodo’] + do [= de + o] + rio [< lt. *riuus, i*, ‘curso d’água’] + grande [< lt. *grans, ndis*, ‘grande’]. **1940, 1970** – Nome: Barra.

**BARRA DA ESTIVA**: Localização: Chapada Diamantina. Criação: 29/07/1920. Município de Origem: Jussiape. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: barra [< lt. vg. \**barra* < gaul. *barrum* ‘barro, lodo’] + da [= de + a] + estiva [< it. *stiva*, ‘estiva’]. Nome X história do local: Segundo IBGE (1958, p. 65), o topônimo “provém de fazer barra nas proximidades da cidade, o riacho da Prata com o riacho da Estiva”. Sobretudo no século XX, a história do município é cheia de reveses. Em finais do século XVIII, o sertanista Sebastião da Rocha Pinto chegou às margens do rio de Contas, estabelecendo as fazendas Brejo Grande e Carneiro. Com sua morte, em 1880, Manuel Saldanha da Gama, Conde da Ponte, tomou posse das terras, surgindo os primeiros habitantes dos lugarejos de Geraisinho e Ponte da Pedra. O distrito foi criado em 9/05/1884 pela Resolução Provincial nº. 2443 com a denominação de Jussiape. Anos depois, o Conselho Municipal mudou a sede para e a denominação do município para Barra da Estiva, mas tal ato foi recusado pela Lei Estadual nº. 351, de 29/05/1900. em 1º/05/1909, a Lei Estadual nº. 726 elevou o povoado de Barra da Estiva a distrito. Por força da Lei Estadual nº. 1409, de 29/06/1920, deu-se a transferência da sede do município e a mudança toponímica para Barra da Estiva. Contudo, em 13/08/1921, a Lei Estadual 1521 retornou a sede municipal para a antiga vila. Finalmente, em 15/06/1927, a Lei Estadual nº. 1985 devolveu a Barra da Estiva a condição de sede municipal em definitivo. Histórico dos nomes: Jussiape (1884) > Barra da Estiva (1920) > Jussiape (1921) > Barra da Estiva (1927). **1827** (inexistente). **1890** – Nome: Jussiape. Status político: povoado. Categoria Toponímica: odotopônimo. Processo Morfológico: aglutinação. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *y* ‘água, rio’ + *u* ‘beber’ + *soó* ‘animal e, por extensão, caça’ + *ape* ‘onde’; donde: ‘lugar onde a caça bebe água’. **1940, 1970** – Nome: Barra da Estiva.

**BARRA DO CHOÇA**: Localização: Sudoeste. Criação: 22/06/1962. Município de Origem: Vitória da Conquista. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: barra [< lt. vg. \**barra* < gaul. *barrum* ‘barro, lodo’] + do [= de + o] + choça [< ?].

Nome X história do local: No início do século XX, surgiu um arraial em torno das ruínas de uma pequena habitação situada na barra do rio Choça; daí, o seu nome. Em 1932, figura como distrito de Vitória da Conquista, do qual se emancipa quarenta anos depois. Histórico dos nomes: Barra da Choça (1933) < Barra do Choça (1936). **1827, 1890** (inexistente). **1940** (*Status* político: povoado), **1970** – Nome: Barra do Choça. Status político: município.

**BARRA DO MENDES**: Localização: Irecê. Criação: 14/08/1958. Municípios de Origem: Brotas de Macaúbas e Gentio do Ouro. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: barra [< lt. vg. \*barra < gaul. *barrum* ‘barro, lodo’] + do [= de + o] + Mendes [< lt. *Mendo, is*, ‘de Mém’]. Nome X história do local: Em 5/03/1818, Felipe Mendes de Vasconcelos adquire uma fazenda ao Conde da Ponte, batizando-a de Barra do Mendes. Seu topônimo teve origem em sua localização na barra dos riachos Vereda e Jacaré e no nome de seu proprietário. Em 1896, Clementino de Matos, chefe político de Brotas de Macaúbas, atacou e incendiou Barra do Mendes, não encontrando resistência. Em represália, líder de Barra do Mendes, coronel Militão Coelho, mandou invadir o reduto de seu inimigo, que se refugiou em Cocho do Malheiro por vários meses. Em 1917, por ação política da família Coelho, Barra do Mendes emancipa-se de Brotas de Macaúbas, deixando descontente o clã dos Matos. Em 1919, durante cinco meses e um dia, foi travada uma nova luta entre ambos os clãs, do qual os Coelhos saíram derrotados. Por exigência de Horácio de Queiroz Matos, novo líder dos vitoriosos, incluiu-se no Convênio de Lençóis, armistício assinado em 23/03/1920 pelos dois chefes políticos e mediado pelo governo do Estado, uma cláusula pela qual este promoveria, “por todos os meios ao seu alcance, a suspensão do município de Barra do Mendes e a sua incorporação ao município de Brotas de Macaúbas” (Convênio, apud NEVES, 2001, p. 28), o que foi feito. Somente em 3/03/1933, por força do Decreto Estadual nº. 8291, Barra do Mendes voltou a ser distrito, emancipando-se, definitivamente, em 1958. Histórico dos nomes: Desde o seu surgimento, a localidade conserva este nome. **1828** (*Status* político: fazenda), **1890** (*Status* político: município), **1940** (*Status* político: povoado), **1970** – Nome: Barra do Mendes. Status político: município.

**BARRA DO ROCHA**: Localização: Litoral Sul. Criação: 24/08/1961. Município de Origem: Ipiaú. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: barra [< lt. vg. \*barra < gaul. *barrum* ‘barro, lodo’] + do [= de + o] + rocha [< fr. *roche* < lt. vg. \*rocca, ‘rocha’]. Nome X história do local: Liderados por Pedro Rocha, um grupo de agricultores se instalou à altura da confluência do rio de Contas com um ribeirão, denominando a área por Barra. Em 1933, a localidade assume o atual nome, que

junta ao primitivo o nome de família do pioneiro. Histórico dos nomes: Barra > Barra do Rocha (1933). **1827, 1890** (inexistente). **1940** (*Status* político: povoado), **1970** – Nome: Barra do Rocha. Status político: município.

**BARREIRAS**: Localização: Oeste. Criação: 26/05/1891. Município de Origem: Angical. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: sufixação flexional. Procedência Linguística: português. Étimo: barreira [< barra (< lt. vg. \*barra < gaul. barrum ‘barro, lodo’) + -eir ‘suf. deriv.’ + -a ‘vt’] + -s, ‘suf. fl. pl.’]. Nome X história do local: Quando de seu surgimento em 1870, o povoado que hoje sedia o município se chamava São João, dada a capela (hoje catedral) dedicada ao santo. Em 1891, com a emancipação, teve o nome trocado para Barreiras, que permaneceu até 1961, quando Lei Estadual o substituiu por Governador Antônio Balbino; mas a insatisfação popular fez cair essa disposição legal, sendo restaurado o nome anterior. Segundo IBGE (1958, p. 69), “o topônimo adveio dos grandes barrancos da margem direita do rio Grande, no porto de acesso ao lugar das primeiras penetrações”. Almeida (1999) completa a informação, dizendo: “aqui fica o porto, porque logo acima o rio Grande deixa de ser navegável, por atravessar lugares pedregosos, em que seu leito é tomado por corredeiras, com as pedras à flor d’água, a que os goianos chamavam ‘Porto das Barreiras’”. Histórico dos nomes: São João (1870) > Barreiras (1891) > Governador Antônio Balbino (1961) > Barreiras (1961). **1827** (inexistente). **1890** – Nome: São João. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: são (< lt. *sanctus*, *i*, ‘santo’) + João (< lt. *Iohane*, *is* < hb. *Yekokhanan* ‘Deus é gracioso’). **1940, 1970** – Nome: Barreiras. Status político: município.

**BARRO ALTO**: Localização: Irecê. Criação: 9/05/1985. Município de Origem: Canarana. Categoria Toponímica: litotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: barro [< lt. vg. \*barrum < gaul. *barrum* ‘barro, lodo’] + alto [< lt. *altum*, *i*, ‘alto’]. Nome X história do local: Surgiu no final do século XIX como povoado de Bruacas, nome posteriormente alterado para Campo de São João (orago da localidade) e daí para o atual, numa referência à qualidade do seu solo. Histórico dos nomes: Bruacas > Campo de São João > Barro Alto (1930). **1827, 1890** (inexistente). **1940, 1970** – Nome: Barro Alto. Status político: povoado.

**BARROCAS**: Localização: Nordeste. Criação: 30/03/2000. Município de Origem: Serrinha. Categoria Toponímica: litotopônimo. Processo Morfológico: sufixação flexional. Procedência Linguística: português. Étimo: barroca [< barro (< lt. vg. \*barrum < gaul. *barrum* ‘barro, lodo’) + -oca, ‘suf. deriv.’] + -s, ‘suf. fl. pl.’]. Nome X história do local: No início do século XX, nas terras da fazenda de Agenor de



Freitas, constrói-se uma estação da Estrada de Ferro Bahia-São Francisco. Numa homenagem ao dono das terras, coloca-se o nome da estação Agenor de Freitas. Em torno dela, cresce um povoado que, em 1953, recebe o nome de Barrocas, em referência à sua topografia: surge ao pé de uma elevação e se cresce inicialmente em direção a ela, vindo, posteriormente a ocupar a depressão às margens de um riacho intermitente. Histórico dos nomes: Agenor de Freitas (in. s. XX) > Barrocas (1953). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Agenor de Freitas. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Agenor [< gr. *Agénos* < *ágan*, ‘muito’ + *anér*, *andrós*, ‘homem’; donde: ‘muito viril’] + de + Freitas [< It. *fractas*, *tatis*, ‘quebrada, brecha, abertura desfiladeiro’]. **1970** – Nome: Barrocas. Status político: povoado.

**BARRO PRETO**: Localização: Litoral Sul. Criação: 17/04/1962. Município de Origem: Itajuípe. Categoria Toponímica: litotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: barro [< It. vg. *\*barrum* < gaul. *barrum* ‘barro, lodo’] + preto [< It. vg. *\*prettus*, *i*, < It. cl. *pressus*, *i*, ‘negro’]. Nome X história do local: Criado pelo Decreto 8678, de 1933, como distrito de Limoeiro, pertencente a Ilhéus. Em 1938, é dissolvido, passando a pertencer ao distrito de Morro Redondo, na condição de povoado, com o atual nome Barro Preto. Em 1955, com a emancipação de Itajuípe, foi incorporado a esse novo Município. Finalmente emancipado pela Lei Estadual 1678, de 17/04/1962, foi instalado no ano seguinte, quando assumira o governo do Estado o ex-Prefeito de Jequié, Lomanto Júnior. Para homenageá-lo, em 1967, a Lei Estadual 2449 alterou o nome de Barro Alto para Governador Lomanto Júnior, vontade legislativa posteriormente revogada, retomando o município sua nomenclatura anterior. Histórico dos nomes: Limoeiro (1933) > Barro Preto (1938) > Governador Lomanto Júnior (1967) > Barro Preto. **1827, 1890** (inexistente). **1940** (Status político: povoado), **1970** – Nome: Barro Preto. Status político: município.

**BELMONTE**: Localização: Extremo Sul. Criação: 23/06/1764. Município de Origem: Porto Seguro. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: belo [< It. *bellus*, *i*, ‘bonito, gracioso’] + monte [< *mons*, *ntis*, ‘monte’]. Nome X história do local: Segundo IBGE (1958a, p. 73), “o nome do município deriva-se do primitivo equívoco cometido: tendo que a cidade estava situada em algum monte que supunha belo, acharam por bem criar o brasileiro ‘Bel-monte’, derivativo de Belo Monte”. No início do século XVII, índios botocudos catequizados pelos jesuítas fundaram uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Madre Deus, em volta da qual surgiu uma povoação com o nome de São Pedro do Rio Grande, em 1694; com a emancipação, recebeu a denominação de Vila de São

Pedro de Belmonte, reduzido para Belmonte em 1891. Histórico dos nomes: Nossa Senhora da Madre Deus (in. s. XVII) > São Pedro do Rio Grande (1694) > São Pedro de Belmonte (1764) > Belmonte (1891). **1827, 1890** – Nome: São Pedro de Belmonte. Status político: município. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: São Pedro [< são (< lt. *sanctus*, *i*, ‘santo’ + Pedro (< lt. *Petrus*, *i* < *petra*, *ae* ‘pedra’; donde: ‘pedra’)] + de + Belmonte [< belo (< lt. *bellus*, *i*, ‘bonito, gracioso’) + monte (< *mons*, *ntis*, ‘monte’)]. **1940, 1970** – Nome: Belmonte.

**BELO CAMPO**: Localização: Sudoeste. Criação: 22/02/1962. Município de Origem: Vitória da Conquista. Categoria Toponímica: animotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: belo [< lt. *bellus*, *i*, ‘bonito, gracioso’] + campo [< lt. *campus*, *i*, ‘campo’]. Nome X história do local: O município surgiu a partir do desenvolvimento de um povoado em terras da fazenda Belo Campo; em 1920, torna-se distrito de Vitória da Conquista, emancipando-se 42 anos depois. Histórico dos nomes: Desde o seu surgimento, a localidade conserva este nome. **1827, 1890** (inexistente). **1940** (Status político: povoado), **1970** – Nome: Belo Campo. Status político: município.

**BIRITINGA**: Localização: Nordeste. Criação: 23/04/1962. Município de Origem: Serrinha. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *piri*, ‘junco’ + *tinga*, ‘branco’; donde ‘junco esbranquiçado’. Nome X história do local: Surgiu em 1860 com o nome de Manga, alterado, à época de sua emancipação para Biritinga. Histórico dos nomes: Manga (1860) > Beritinga (1920) Biritinga (1962). **1827** (inexistente). **1890** – Nome: Manga. Status político: povoado. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: mal. *manga* < tamul *mankay*, ‘manga’. **1940** – Nome: Beritinga. Status político: povoado. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *piri*, ‘junco’ + *tinga*, ‘branco’; donde ‘junco esbranquiçado’. **1970** – Nome: Biritinga. Status político: município.

**BOA NOVA**: Localização: Sudoeste. Criação: 26/06/1880. Município de Origem: Poções. Categoria Toponímica: animotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: boa [< lt. *bona*, *ae*, ‘boa’] + nova [< lt. *nova*, *ae*, ‘nova’]. Nome X história do local: Território originalmente habitado por índios Imboré. Por volta do início do século XIX, André da Rocha Pinto, João da Silva Guimarães e seu genro, o Capitão-mor João Gonçalves da Costa, iniciaram a exploração da região, fundando as fazendas Manga, Mimoso e Urubá. Por volta de 1860, quando já havia o povoado de Boca do Mato, ao passar pela região em missão evangelizadora em Vitória da Conquista, certo frade se

perdeu nas selvas, sendo socorrido por moradores do local. Em recompensa, ofereceu-lhes uma estampa de Nossa Senhora da Boa Nova, pedindo que construíssem uma capela, no que foi atendido. Ao redor da capela, surgiu aos poucos o povoado de Nossa Senhora da Boa Nova, elevado a distrito pela Lei Provincial nº. 1848, de 16/09/1878. Emancipado com o nome de Poções pela Lei Provincial nº. 1986, de 26/06/1880, teve a sede transferida e a nomenclatura alterada para Boa Nova pela Lei Estadual nº. 522, de 17/09/1933, foi extinto e incorporado a Poções em 20/05/1918 pela Lei Estadual 1238 e restaurado em definitivo pela Lei Estadual 1468, de 14/05/1921. Histórico dos nomes: Boca do Mato (1860) > Nossa Senhora da Boa Nova (1878) > Boa Nova (1933). **1827** – Nome: Boca do Mato. Status político: fazenda. Categoria Toponímica: somatotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: boca [lt. vg. *bucca*, ae, ‘boca’] + do [= de + o] + mato [< lt. *matta*, ae, ‘mata’]. **1890** – Nome: Nossa Senhora da Boa Nova. Status político: distrito. Categoria Toponímica: hagiopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Nossa Senhora [< nossa (< lt. *nostra*, ae, ‘nossa’) + senhora (< lt. *seniora*, ae ‘ama, patroa, senhora’)] + da [= de + a] + Boa Nova [boa (< lt. *bona*, ae, ‘boa’) + nova (< lt. *nova*, ae, ‘nova’)]. **1940, 1970** – Nome: Boa Nova. Status político: município.

**BOA VISTA DO TUPIM**: Localização: Paraguaçu. Criação: 19/07/1962. Município de Origem: Itaberaba. Categoria Toponímica: animotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Boa Vista [< boa (< lt. *bona*, ae, ‘boa’) + vista (< lt. *vista*, ae, ‘vista’) + do [= de + o] + Tupim [< Tp.-ant. *tupi*, ‘Tupi’ + *y*, ‘rio’ + *ĩ*, ‘pequeno’; donde: ‘riacho dos Tupi’]. Nome X história do local: A sede do município foi criada pela Lei nº. 7, do Conselho Municipal de Itaberaba, aprovada pela Lei Estadual nº. 1.470, de 16/05/1921, com a denominação de Boa Vista, mudada para Boa Vista do Tupim pelo Decreto-lei nº. 141, de 31/12/1943, em referência ao rio Tupim, que banha a localidade. Histórico dos nomes: Boa Vista (1921) > Boa Vista do Tupim (1943). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Boa Vista. Status político: povoado. Categoria Toponímica: animotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: boa [< lt. *bona*, ae, ‘boa’] + vista [< lt. *vista*, ae, ‘vista’]. **1970** – Nome: Boa Vista do Tupim. Status político: município.

**BOM JESUS DA LAPA**: Localização: Médio São Francisco. Criação: 18/09/1890. Município de Origem: Paratinga. Categoria Toponímica: hierotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Bom Jesus [< bom (< lt. *bonus*, i, ‘bom’) + Jesus (< lt. *Iesu*, ui < hb. *Ioshua*, *Jehoshea*, ‘Deus é a salvação’) + da [= de + a] + lapa [< lt. vg. ib. *lapa* < celt. *lappa*, ‘pedra’]. Nome X história do local: Em 1663, chegou à região um beato, que se instalou com uma

imagem do Bom Jesus dos Navegantes numa gruta localizada nas terras da Fazenda do Morro. Sua fama de milagreiro começou a atrair romeiros para a gruta, em redor da qual foi surgindo uma pequena feira com algumas habitações, já chamada arraial do Senhor Bom Jesus da Lapa em 1852. Em 1890, um Ato Estadual criou o município do Senhor Bom Jesus da Lapa, topônimo alterado para Lapa em 1931 e para Bom Jesus da Lapa em 1935. Histórico dos nomes: Morro (1663) > Senhor Bom Jesus da Lapa (1852) > Lapa (1931) > Bom Jesus da Lapa (1935). **1827** – Nome: Morro. Status político: fazenda. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: obscuro. **1890** – Nome: Senhor Bom Jesus da Lapa. Status político: município. Categoria Toponímica: hierotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Senhor Bom Jesus [< Senhor (lt. *senior*, *i*, ‘senhor, amo, patrão’) + Bom (< lt. *bonus*, *i*, ‘bom’) + Jesus (< lt. *lesu*, *ui* < hb. *ioshua*, *Jehoshea*, ‘Deus é a salvação’) + da [= de + a] + lapa [< lt. vg. ib. *lapa* < celt. *lappa*, ‘pedra’]. **1940, 1970** – Nome: Bom Jesus da Lapa.

**BOM JESUS DA SERRA**: Localização: Sudoeste. Criação: 13/06/1989. Município de Origem: Poções. Categoria Toponímica: hierotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Bom Jesus [< bom (< lt. *bonus*, *i*, ‘bom’) + Jesus (< lt. *lesu*, *ui* < hb. *ioshua*, *Jehoshea*, ‘Deus é a salvação’) + da [= de + a] + serra [< lt. *serra*, ‘montanha’]. Nome X história do local: No final do século XIX, na serra do Espinhaço, constrói-se uma capela dedicada ao Senhor Bom Jesus, em torno da qual surge, em 1938, o povoado de Água Bela, topônimo alterado em 1944 para Bom Jesus. Em 1954, a localidade é elevado à condição de distrito do município de Poções com o atual nome, em homenagem a seu orago. Histórico dos nomes: Água Bela (1938) > Bom Jesus (1944) > Bom Jesus da Serra (1954). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Água Bela. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: água [lt. *aqua*, ‘água’] + bela [lt. *bela*, *ae*, ‘bela’]. **1970** – Nome: Bom Jesus da Serra. Status político: povoado.

**BONINAL**: Localização: Chapada Diamantina. Criação: 5/06/1915. Município de Origem: Piatã. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: derivação sufixal. Procedência Linguística: português. Étimo: bonina [< esp. *bonina*, ‘bonina’] + pt. *-al* ‘suf. deriv.’ Nome X história do local: Surge no início do século XX com o nome de Sumidouro, com o qual aparece em 1911, na condição de povoado de Piatã. Em 1915, é elevado à condição de vila com o nome de Guarani, trocado em 1961 para Boninal pelo fato de, na localidade, abundarem espécies de boninas. Histórico dos nomes: Sumidouro (1911) > Guarani (1915) > Boninal (1961). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Guarani. Status político: município. Categoria Toponímica: etnotopônimo. Processo Morfológico: simples.

Procedência Linguística: português. Étimo: Tp.-ant. var. de *guarini*, ‘guerreiro, lutador’. **1970** – Nome: Boninal.

**BONITO**: Localização: Chapada Diamantina. Criação: 13/06/1989. Município de Origem: Utinga e Morro do Chapéu. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: bonito < esp. bonito [< *bueno*, ‘bom’ + -ito, ‘suf. dim.’; donde: ‘bonzinho’]. Nome X história do local: Por volta de 1890, estabeleceu-se uma rota de tropeiros entre Jacobina e Lençóis. Próximo a uma grande larga, os tropeiros faziam pouso às margens de um rio. Pela beleza do local, o rio foi nomeado Bonito e a localidade, Larga Bonita. Com o tempo, no local, surgiu um pequeno arraial, que recebeu o nome do rio que a banhava. Somente em 1932, com o estabelecimento de uma feira fixa aos domingos, a povoação toma impulso, surgindo a primeira escola em 1940 e a primeira capela, quatro anos depois. Pela Lei Estadual 5021, de 13/06/1989, deu-se a emancipação. Histórico dos nomes: Larga Bonita (f. s. XX) > Bonito (1940). **1827, 1890** (inexistente). **1940, 1970** – Nome: Bonito. Status político: povoado

**BOQUIRA**: Localização: Chapada Diamantina. Criação: 6/04/1962. Município de Origem: Macaúbas. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: aglutinação. Procedência Linguística: Tupi-médio. Étimos prováveis: *mbokira*, ‘broto, nascente d’água’; ou *mbo* ‘fazer’ + *kyra* ‘chuva’; donde: ‘lugar onde se forma chuva’. Nome X história do local: Em 1807, o Conde da Ponte vendeu a dona Florência das Neves Magalhães um grande lote de terras, que ela dividiu entre seus filhos, cabendo a Manoel Galdino das Neves Magalhães a parte denominada sítio Macacos, dada a abundância desses animais em seu território. Em 1862, já sob outra administração, constituía-se em fazenda para onde convergiam diversos colonos, fazendo surgir o povoado de Nossa Senhora da Abadia, dada a devoção dessa gente à santa. No início do século XX, passou à condição de vila com o nome de Assunção de Nossa Senhora da Abadia. Por força do Decreto-Lei Estadual nº 9300, de 29/12/1934, foi elevado à condição de distrito e teve o nome simplificado para Assunção. Por força do Decreto-Lei Estadual nº 141, de 31/12/1938, teve o topônimo alterado para Boquira, conservado após a emancipação. Histórico dos nomes: Macacos (1816) > Nossa Senhora da Abadia (1862) > Assunção de Nossa Senhora da Abadia > Assunção (1934) > Boquira (1938). **1827** – Nome: Macacos. Status político: sítio. Categoria Toponímica: zootopônimo. Processo Morfológico: sufixação flexional. Procedência Linguística: português. Étimo: macaco [< King. *makako*, ‘pequeno símio’] + -s, ‘suf. fl. pl’. **1890** – Nome: Nossa Senhora da Abadia. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hagiopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Nossa Senhora [< nossa (< lt. *nostra*, *ae*, ‘nossa’) + senhora (< lt. *seniora*, *ae* ‘ama, patroa, senhora’)] + da [= de + a] +

Abadia [< lt. vg. *abbatia*, ae < lt. cl. *abadia*, ae, 'abadia']. **1940** (*Status* político: distrito), **1970** – *Nome*: Boquira. *Status* político: município.

**BOTUPORÃ**: *Localização*: Chapada Diamantina. *Criação*: 22/03/1962. *Município de Origem*: Macaúbas. *Categoria Toponímica*: geomorfotopônimo. *Processo Morfológico*: aglutinação. *Procedência Linguística*: Tupi-médio. *Étimo*: *ybyty* 'monte, montanha, serra' + *porãga* 'belo, bonito'; donde: 'monte belo. *Nome X história do local*: Região primitivamente habitada pelos índios tuxás, foi colonizada na metade do século XVIII pelos portugueses que aí se estabeleceram constituindo famílias. Em 1926, missionários embevecidos com a beleza do monte aí existente, mandaram abrir uma estrada até o cimo do mesmo, onde edificaram um cruzeiro e denominaram Monte Belo. O arraial desenvolveu-se em função da agropecuária, sendo criado o distrito de Monte Belo em 1934. Em 1943 mudou-se-lhe o nome para Botuporã, tradução em Tupi-antigo do topônimo anterior. *Histórico dos nomes*: Monte Belo (1926) > Botuporã (1943). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – *Nome*: Monte Belo. *Status* político: povoado. *Categoria Toponímica*: geomorfotopônimo. *Processo Morfológico*: justaposição. *Procedência Linguística*: português. *Étimo*: monte [< *mons*, *ntis*, 'monte'] + belo [< lt. *bellus*, *i*, 'bonito, gracioso']. **1970** – *Nome*: Botuporã. *Status* político: município.

**BREJÕES**: *Localização*: Recôncavo Sul. *Criação*: 24/07/1924. *Município de Origem*: Amargosa. *Categoria Toponímica*: hidrotopônimo. *Processo Morfológico*: sufixação flexional. *Procedência Linguística*: português. *Étimo*: brejo [= pt. brejo (<?) + -ão [(< pt. arc. -one), 'suf. deriv. aum.']] + -s, 'suf. pl.'. *Nome X história do local*: Em 1785, Estêvão Chaves e João Guerra atingem as margens do rio Brejões e lá iniciam a cultura do café. Algum tempo depois, a região começa a receber retirantes fugindo da seca. Em 1808, uma bandeira vinda de Nazaré rumo a região de Nossa Senhora das Vitórias (hoje Vitória da Conquista) chefiada por Manuel Rovisco de Rosa Andrade apossou-se de terras alagadiças à beira de uma lagoa, estabelecendo as fazendas Lagoa da Tiririca e Boa Vista. Em 22/06/1880, a Lei Provincial nº. 1976 criou o distrito de Brejões. Em 1886, as fazendas supraditas foram objeto de duas vendas consecutivas. Em 24/07/1924, a Lei Estadual nº. 1715 emancipou o município. *Histórico dos nomes*: Desde seu surgimento, a localidade conserva o mesmo nome. **1827, 1890** (*Status* político: povoado), **1940, 1970** – *Nome*: Brejões. *Status* político: município.

**BREJOLÂNDIA**: *Localização*: Médio São Francisco. *Criação*: 16/07/1962. *Município de Origem*: Angical. *Categoria Toponímica*: poliotopônimo. *Processo Morfológico*: justaposição. *Procedência Linguística*: português. *Étimo*: brejo [= pt. brejo (<?) + -lândia [< ingl. *land*, 'terra' + pt. -ia, 'suf. deriv.']; donde: 'terra dos brejos'. *Nome X história do local*: Região inicialmente habitada por índios

Tupinikim, em fuga à colonização do litoral. No início do século XX, exploradores entraram no território em busca de metais preciosos e principalmente pelas excelentes terras agricultáveis e pastoreáveis. Algumas famílias acabaram se fixando na região, abrindo fazendas, entre elas a Brejo Velho, em torno da qual formou-se um povoado homônimo, emancipado em 1962, quando assumiu o atual nome. Histórico dos nomes: Brejo Velho (in. s. XX) > Brejolândia (1962). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Brejo Velho. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: brejo [< ?] + velho [< lt. vg. *veclus*, *i* < lt. cl. *vetulus*, *i* ‘velho’]. **1970** – Nome: Brejolandia. Status político: município.

**BROTAS DE MACAÚBAS**: Localização: Chapada Diamantina. Criação: 16/07/1878. Município de Origem: Macaúbas. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Brotas [< brota (deriv. regr. brotar < prov. *brotar* < gót. *brütên*, ‘encher brotes’) + -s, ‘suf. fl. pl’.] + de + Macaúbas [< macaúba [< Tp-ant. *makaúba* ‘macaúba, espécie de palmeira nativa (*Acrocomia sclerocarpa*)] + -s, ‘suf. fl. pl’.]. Nome X história do local: O município deve sua origem à descoberta de jazidas de carboníferos em seu subsolo em fins do século XVII pelo bandeirante Manoel Nunes Viana, fato que começou a atrair outros aventureiros para a região que, aos poucos, foram formando a povoação de Chapada Velha, originária, por sua vez, de fazenda homônima de propriedade de Antônio Alves de Oliveira. A povoação foi criada por Carlos de Araújo e a igreja matriz, levantada por Prudente Rodrigues de Araújo provavelmente em 1764. Em 1843, o alferes José de Mattos descobriu diamantes na localidade. Pela Lei Provincial nº. 256, de 17/03/1847, a capela construída por Antônio de Oliveira em honra à Nossa Senhora das Brotas foi alçada a freguesia. Em 1878, a Lei Provincial nº. 256 criou o município com o nome de Vila Agrícola de Nossa Senhora de Brotas de Macaúbas, reduzido para Brotas de Macaúbas em 1911. Histórico dos nomes: Chapada Velha (1764) > Nossa Senhora de Brotas de Macaúbas (1878) > Brotas de Macaúbas (1911). **1827** Nome: Chapada Velha. Status político: povoado. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: português. Étimo: chapada [< chapar (< lt. *klappare*, ‘chapar’) + -d, ‘suf. PaPt’ + -a, ‘vt’] + velha [< lt. vg. \**vecla*, *ae* < lt. cl. *vetula*, *ae*, ‘velha’]. **1890** – Nome: Nossa Senhora de Brotas de Macaúbas. Status político: município. Categoria Toponímica: hagiopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Nossa Senhora [< nossa (< lt. *nostra*, ‘nossa’) + senhora (< lt. *seniora*, *ae* ‘ama, patroa, senhora’) de + Brotas de Macaúbas [< brotas (< brota (< deriv. regr. brotar < prov. *brotar* < gót. *brütên*, ‘encher brotes’) + -s, ‘suf. fl. pl’.) + de + Macaúbas (< macaúba (< Tp-ant. *makaúba*

'macaúba, espécie de palmeira nativa (*Acrocomia sclerocarpa*)) + -s, 'suf. fl. pl'.)].  
**1940, 1970** – Nome: Brotas de Macaúbas.

**BRUMADO**: Localização: Serra Geral. Criação: 11/06/1877. Município de Origem: Caetité. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: brumar [< bruma (lt. *bruma*, ae, 'inverno') + r, 'suf. IfPr')] + -d, 'suf. PaPt' + -o, 'vt'. Nome X história do local: Um grupo de aventureiros liderados pelo Capitão Francisco de Souza Meira chegou à região em fins do século XVIII. Conquistando terras gradativamente pelas encostas da Serra das Almas, atingiram a bacia do rio das Contas. Daí partiram em 1813, atravessando o rio Brumado até a foz do rio do Antonio, em cujo vale permaneceram até se transferirem para outra área, onde fundaram a fazenda de Bom Jesus do Campo Seco. Em torno dessa fazenda cresceu a povoação de Bom Jesus dos Meiras, emancipada em 1877. Em 1931, o município passou a chamar-se Brumado, topônimo originalmente atribuído ao rio por lá corrente. Histórico dos nomes: Bom Jesus do Campo Seco (1813) > Bom Jesus dos Meiras (1877) > Brumado (1931). **1827** – Nome: Bom Jesus do Campo Seco. Status político: fazenda. Categoria Toponímica: hierotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Bom Jesus [< bom (< lt. *bonus*, *i*, 'bom') + Jesus (< lt. *Iesu*, *ui* < hb. *Ioshua*, *Jehoshea*, 'Deus é a salvação') + do [= de + o] + Belo Campo [< belo (< lt. *bellus*, *i*, 'belo') + campo (< lt. *campus*, *i*, 'campo')]. **1890** – Nome: Bom Jesus dos Meiras. Status político: município. Categoria Toponímica: hierotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Bom Jesus [< bom (< lt. *bonus*, *i*, 'bom') + Jesus (< lt. *Iesu*, *ui* < hb. *Ioshua*, *Jehoshea*, 'Deus é a salvação') + dos [= de + o + -s, 'suf. fl. pl.')] + Meiras [< Meira (< esp. Meira, 'um certo topônimo') + -s, 'suf. fl. pl.']. **1940** – Nome: Brumado.

**BUERAREMA**: Localização: Litoral Sul. Criação: 17/09/1959. Município de Origem: Itabuna. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: aglutinação. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *ybyrá* 'árvore' + *rema* 'fétida'; donde: 'árvore fétida'. Nome X história do local: Nos idos de 1910, formou-se um núcleo agrícola, recebendo a denominação de Macuco, cujo crescimento foi dificultado pela ausência de estradas. Ainda assim, em 1920, ganhou status de distrito do município de Itabuna. Em 1922, com a via Pontal-Macuco, a área obteve desenvolvimento, podendo tornar-se em 1930 sub-prefeitura. Teve seu topônimo alterado em 1943 para Buerarema, conservado após a emancipação. Histórico dos nomes: Macuco (1910) > Buerarema (1943). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Macuco. Status político: povoado. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: < ?. **1970** – Nome: Buerarema. Status político: município.



**BURITIRAMA:** Localização: Médio São Francisco. Criação: 9/05/1985. Município de Origem: Barra. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *mbyryty* ‘buriti’ + *rama* ‘suf. IdFt’; donde: ‘o que será buriti, a semente ou o broto do buriti’. Nome X história do local: Já na segunda metade do século XIX, iniciou-se a colonização da região, com o surgimento da Fazenda Buriti dos Viana, dedicada à pecuária bovina. Em 1893, a fazenda foi transformada em distrito pertencente ao município da Barra, do qual se emancipa com o atual nome em 1985. Histórico dos nomes: Buriti dos Viana (m. s XIX) > Buritirama. **1827** (inexistente). **1890** – Nome: Buriti dos Viana. Status político: fazenda. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: buriti [< Tp.-ant. *mbyryty* ‘buriti’] + dos [= de + o + -s, ‘suf. pl.’] + Viana [< lt. *via*, ae, ‘via, caminho’ + -ana, ‘suf. deriv. dim.’; donde: ‘pequena via, pequeno caminho, viela’]. **1940, 1970** – Nome: Buriti dos Viana. Status político: distrito.

**CAATIBA:** Localização: Sudoeste. Criação: 1º/04/1961. Município de Origem: Vitória da Conquista. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *kaá* ‘mato’ + *-tyba* ‘suf. coletivizador’; donde: ‘matagal’. Nome X história do local: Zona de colonização tardia. Em 1937, figura como distrito de São Paulo, pertencente a Vitória da Conquista. Em 1943, recebe o atual nome, conservado após a emancipação. Histórico dos nomes: São Paulo (1937) > Caatiba (1943). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: São Paulo. Status político: distrito. Categoria Toponímica: hagiopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: são [< lt. *sanctus*, *i*, ‘santo’] + Paulo [< lt. *Paulus*, *i* ‘pequeno’]. **1970** – Nome: Caatiba. Status político: município.

**CABACEIRAS DO PARAGUAÇU:** Localização: Recôncavo Sul. Criação: 13/06/1989. Município de Origem: Muritiba. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: cabaceiras [< cabaça (< ?) + -eir, ‘suf. deriv.’ + -a, ‘vt’ + -s, ‘suf. fl. pl.’] + do [= de + o] + Paraguaçu [< Tp.-ant. *pará*, ‘rio, caudal’ + *gûasu*, ‘grande’; donde: ‘rio grande, grande caldal’]. Nome X história do local: O município originou-se da constituição da fazenda Cabaceiras, às margens do rio Paraguaçu em 1559, adquirida séculos mais tardes pela família do célebre poeta Castro Alves. Em 1989, torna-se município, assumindo o atual topônimo, em referência ao seu antigo nome e ao rio que corta seu território. Histórico dos nomes: Cabaceiras (1559) > Cabaceiras do Paraguaçu (1989). **1827, 1890** (Status político: fazenda), **1940, 1970** (Status político: povoado) – Nome: Cabaceiras. Status político: fazenda. Categoria Toponímica hidrotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência

Linguística: português. Étimo: pt.: cabaceira [< cabaça (< ?) + -eir, 'suf. deriv.' + -a, 'vt'] + -s, 'suf. fl. pl.']

**CACHOEIRA**: Localização: Recôncavo Sul. Criação: 9/01/1698. Município de Origem (município originário). Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: derivação. Procedência Linguística: português. Étimo: cachão [< lt. *coctio, onis*, 'borbotão'] + -eir, 'suf. deriv.' + -a, 'vt'. Nome X história do local: Das muitas incumbências trazidas por Martim Afonso de Sousa quando chegou à Bahia, uma era a de desenvolver a cultura da cana-de-açúcar. Para tanto, com autorização da Coroa, concedeu várias sesmarias, uma das quais, situada à margem esquerda do rio Paraguaçu, ao fidalgo português Paulo Dias Adorno, que iniciou a cultura açucareira na área, onde sem dificuldades poderiam aportar com embarcações. Nesse espaço, foi edificada uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Ajuda, em volta da qual se formou a povoação. Município criado por força da Carta Régia de 27/12;1693, com a denominação de Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, o segundo município instalado no Recôncavo Baiano. A sede foi elevada à categoria de cidade através Resolução Provincial, de 13/03/1837, com a denominação de Heróica Cidade de Cachoeira, numa referência à atuação da localidade nas lutas pela Independência do Brasil na Bahia. Por Decreto Federal assinado em 13/01/1971, é considerada Cidade Monumento Nacional. Segundo Vilhena (1969, p. 482), "deriva o nome de Cachoeira de uma grande pancada, que dão as águas do rio despenhadas de uma grande altura, pouca distancia acima daquela vila". Histórico dos nomes: Nossa Senhora da Ajuda (s. XVI) > Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira (1693) > Cachoeira (1837). **1827** – Nome: Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira Status político: município. Categoria Toponímica: hagiopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Nossa Senhora [< nossa (< lt. *nostra, ae*, 'nossa') + senhora (< lt. *seniora, ae* 'ama, patroa, senhora')] + do [= de + o] + Rosário [< lt. *rosarium, i*, 'rosário'] + do [= de + o] + Porto [< lt. *portus, i*, 'porto'] + da [= de + a] Cachoeira [< cachão (< lt. *coctio, onis*, 'borbotão') + -eir, 'suf. deriv.' + -a, 'vt']. **1890, 1940, 1970** – Nome: Cachoeira.

**CACULÉ**: Localização: Serra Geral. Criação: 14/08/1919. Município de Origem: Caetitê. Categoria Toponímica: zootopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: kimbundo. Étimo: *kakolé* 'passarinho'. Nome X história do local: Em 1860, dona Rosa Prates, proprietária da fazenda Jacaré e senhora de muitos escravos (daí, talvez a origem do topônimo), doou ao Santíssimo Coração de Jesus terreno para a construção de uma capela em torno da qual se formou o povoado de Caculé, elevado a distrito pela Lei Provincial nº. 2039, de 23/07/1880 e a município pela Lei Estadual nº. 1365, de 14/08/1919. Histórico dos nomes:

Jacaré > (1860) > Caculé (1880). **1827** – Nome: Jacaré. Status político: povoado. Categoria Toponímica: zootopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: Tp.-ant. ia-karé ‘o que olha de lado’. **1890** (Status político: povoado), **1940, 1970** – Nome: Caculé. Status político: município.

**CAÉM**: Localização: Piemonte da Chapada Diamantina. Criação: 12/07/1962. Município de Origem: Jacobina. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: francês. Étimo: Caem. Nome X história do local: Á época de seu surgimento como povoado de Jacobina (fins do século XIX), a localidade recebeu o nome de Papagaio, trocado para Caém em 1918, em homenagem ao engenheiro francês, construtor de um ramal de estrada de ferro que passava pela localidade, nascido na cidade francesa homônima. Em 1963, o nome foi alterado para Anselmo da Fonseca. Contudo, como essa alteração caiu no desagrado da população, o nome anterior foi restaurado. A despeito disso, por alguma estranha razão, ainda hoje o cartório do município emite documentos em que se registra Comarca de Anselmo da Fonseca e não, Caém. Histórico dos nomes: Papagaio (f. séc. XIX) > Caém (1918) > Anselmo da Fonseca (1963) > Caém (1963). **1827** (inexistente). **1890** – Nome: Papagaio. Status político: povoado. Categoria Toponímica: zootopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: < ?. **1940** (Status político: povoado), **1970** – Nome: Caém. Status político: município.

**CAETANOS**: Localização: Sudoeste. Criação: 31/01/1989. Município de Origem: Poções. Categoria Toponímica: hierotopônimo. Processo Morfológico: sufixação flexional. Procedência Linguística: português. Étimo: Caetano [< It. *Caietanus*, *i*, ‘natural de Gaeta, antiga cidade italiana cujo nome significa ‘poço, caverna subterrânea’] + -s, ‘suf. fl. pl.’]. Nome X história do local: Segundo informações locais, o município surgiu em torno de capela construída por um religioso da ordem dos caetanos – ordem de clérigos regulares fundada em 1524 por São Caetano de Tiene e pelo cardeal Gian Pietro Caraffa, então bispo de Teate (atual Chiette), futuro papa Paulo IV; daí o seu nome. Histórico dos nomes: Desde o seu surgimento, a localidade conserva este nome. **1827, 1890** (inexistente). **1940, 1970** – Nome: Caetanos. Status político: povoado.

**CAETITÉ**: Localização: Serra Geral. Criação: 26/02/1810. Município de Origem: Jacobina. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *kaá* ‘mato’ + *etê* ‘verdadeiro’ + *etê* ‘verdadeiro’; donde: ‘matagal’<sup>130</sup>. Nome X história do local:

<sup>130</sup> Embora proponhamos esse étimo (apoiado por Silveira Bueno e por Nascentes) para a lexia, admitimos ser ela controversa. Além desse, Nascentes também lhe aponta um outro possível

Inicialmente, a localidade foi uma aldeia de índios Kaeté. A colonização iniciou com a exploração de ouro e a região se tornou passagem obrigatória e ponto de abastecimento e repouso para as bandeiras do sul para as minas do rio de Contas e Monte Alto. No começo do século XVIII, surgiu a povoação de Caitaté, que tempos depois passou a ter o nome de Caitité. Em 1740 foi construída uma capela sob a invocação de Santa Ana e o arraial foi elevado a freguesia com o nome de Santa Ana do Caiteté. Em 1810, deu-se a emancipação e a mudança do topônimo para Vila Nova do Príncipe e Santa Ana do Caiteté. Em 1867, o nome atinge sua condição atual. Histórico dos nomes: Caitaté (in. s. XVIII) > Caitité > Santa Ana do Caiteté (1740) > Príncipe e Santa Ana do Caiteté (1810) > Caetité (1867). **1827** – Nome: Príncipe e Santa Ana do Caiteté. Status político: município. Categoria Toponímica: axiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Príncipe [< lt. *princeps*, *pis*, ‘príncipe’] + e + Santa Ana [ < santa (< lt. *sancta*, *ae*, ‘santa’) + Ana (< lt. *Ana*, *ae* < hb. *hannah*, ‘graça’)] + do [= de + o] + Caetité [ < Tp.-ant. *kaá* ‘mato’ + *eté* ‘verdadeiro’ + *eté* ‘verdadeiro’; donde: ‘matagal’]. **1890, 1940, 1970** – Nome: Caetité.

**CAFARNAUM**: Localização: Irecê. Criação: 16/07/1962. Município de Origem: Morro do Chapéu. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: gr. *Kapharnaom* < hb. *kaphar*, ‘aldeia’ + *Naum*, ‘Nau, antropônimo masculino’; donde: ‘aldeia de Naum’. Nome X história do local: No final do século XIX, seu território integrava o município de Morro do Chapéu, onde foi adquirido como fazenda por Manuel Pereira do Nascimento (ou Manuel da Cruz), que aí passou a morar com o pai e o irmão, permitindo a instalação de outras pessoas, por meio de arrendamento ou venda de trechos do terreno. Quando da compra da fazenda, sugeriram-lhe pôr o nome de São Domingos, mas ele se recusou, dizendo que não daria nome de um feriado santo às suas terras. Preferiu o nome Cafarnaum que, além de lhe agradar aos ouvidos, faz referência a uma cidade palestina antiga, onde, segundo os Evangelhos, Jesus Cristo operou milagres. Histórico dos nomes: Desde o seu surgimento, a localidade conserva este nome. **1827, 1890** (inexistente). **1940** (Status político: povoado), **1970** – Nome: Cafarnaum. Status político: município.

**CAIRU**: Localização: Litoral Sul. Criação: 1608. Município de Origem: Ilhéus. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *kaá* ‘mato’ + *îuru* ‘boca’; donde: ‘boca do mato’. Nome X história do local: Topônimo originalmente atribuído ao rio que banha a cidade. Em 1553, o oficial Francisco Romero, administrador da Capitania de São

---

étimo: *ka’á-itá-eté*, ‘pedra destacada, eminente no mato’. Edelweiss desconfia de ambos: do primeiro porque, segundo ele, raras vezes *eté* é reforçado por *te*, em Tupi; do segundo, apenas diz que merece a informação ser verificada no local e nos documentos.

Jorge dos Ilhéus, encantado com a amenidade do clima e a graciosidade do local, iniciou, aí, uma povoação, enfrentando a ira dos Aimoré. Foi tornada vila em 1608, das mais importantes da colônia, inclusive sendo sede de ouvidoria da Capitania de Ilhéus com o nome de vila de Nossa Senhora do Rosário do Cairú, reduzido para Cairu em 1938. Histórico dos nomes: Nossa Senhora do Rosário do Cairu (1608) > Cairu (1938). **1827, 1890** – Nome: Nossa Senhora do Rosário do Cairu. Status político: município. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Nossa Senhora [< nossa (< lt. *nostra*, *ae*, ‘nossa’) + senhora (< lt. *seniora*, *ae* ‘ama, patroa, senhora’)] + do [= de + o] + Rosário [< lt. *rosarium*, *i*, ‘rosário’] + do [= de + o] + Cairu [< Tp.-ant. *kaá* ‘mato’ + *îuru* ‘boca’; donde: ‘boca do mato’]. **1940, 1970** – Nome: Cairu.

**CALDEIRÃO GRANDE**: Localização: Piemonte da Chapada Diamantina. Criação: 25/04/1962. Município de Origem: Saúde. Categoria Toponímica: ergotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: caldeirão [< caldeira (< lt. *caldaria*, *ae*, ‘caldeira’) + -ão, ‘suf. deriv. aum.’] + grande [< lt. *grans*, *ndis*, ‘grande’]. Nome X história do local: O território do município de Saúde pertencia ao Coronel Porfírio Ferreira, adquirido posteriormente por outras famílias que aí se estabeleceram por volta de 1875. Em virtude da dificuldade de água potável na região, os moradores fixaram-se nas proximidades de um lajedo, em cujas depressões armazenavam-se as águas das chuvas, formando, então o povoado de Caldeirão Grande, posteriormente denominado Itaguaçu. Elevada a vila em 1953, voltou a chamar-se Caldeirão Grande. Histórico dos nomes: Caldeirão Grande (1875) > Itaguaçu > Caldeirão Grande (1953). **1827** (inexistente). **1890** – Nome: Caldeirão Grande. Status político: povoado. [Demais dados, v. início do verbete]. **1940** – Nome: Itaguaçu. Status político: povoado. Categoria Toponímica: litotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *itá*, ‘pedra’ + *gûasu*, ‘grande’; donde: ‘pedra grande’. **1970** – Nome: Caldeirão Grande. Status político: município.

**CAMACAN**: Localização: Litoral Sul. Criação: 31/08/1961. Município de Origem: Canavieiras. Categoria Toponímica: somatotopônimo. Processo Morfológico: aglutinação. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *kama* ‘seio’ + *kuã* ‘bico’; donde: ‘bico do peito, teta’. Nome X história do local: Em 1892, um grupo de agricultores procedente da margem do rio Pardo, se estabeleceu nas nascentes do rio Panelão, no município de Canavieiras, surgindo daí o povoado de Santa Clara, nome posteriormente alterado para Serra da Onça (1928), Vargito (1938) e, finalmente, Camacan, quando de sua emancipação (1961). Histórico dos nomes: Santa Clara (1892) > Serra da Onça (1928) > Vargito (1938) > Camacã (1953). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Vargito. Status político: povoado.

Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: derivação. Procedência Linguística: português. Étimo: vargem [<várzea, p/ anal. c/ vocs. em -agem] + ito, ‘suf. deriv. dim.’; donde: ‘pequena várzea’. **1970** – Nome: Camacã. Status político: município.

**CAMAÇARI**: Localização: RMS. Criação: 28/09/1758. Município de Origem: Salvador. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: Tp.-ant. *kama* ‘seio’ + *sari* ‘lágrima’; donde: ‘lágrima dos seios, leite materno’; na língua comum, designa uma árvore combretácea (a *Terminalia fagifolia*) e uma ternetremácea (a *Caraipa fasciculata*). Nome X história do local: Criado por provisão do Conselho Ultramarino datada de 28/09/1758 como vila do Espírito Santo de Nova Abrantes, foi extinto pela Resolução Provincial nº. 241, de 15/04/1846 e anexado a Mata de São João, do qual se desmembrou pela Resolução Provincial nº. 310, de 3/07/1848. No ano seguinte, tendo a sede transferida para o povoado de Parafuso, adotou esse nome. Pela Lei Estadual nº. 1809, de 28/07/1925, teve a sede transferida para o distrito de Camaçari com o nome de Monte Negro, trocado para o atual – referente a um rio que lhe corta o território –, por força do Decreto-Lei nº. 10724, de 30/03/1938. Histórico dos nomes: Espírito Santo de Nova Abrantes (1758) > Parafuso (1849) > Monte Negro (1925) > Camaçari (1938). **1827** – Nome: Espírito Santo de Nova Abrantes. Status político: município. Categoria Toponímica: hierotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Espírito Santo [< espírito (< lt. *spiritus*, *us*, ‘espírito’) + santo (< lt. *sanctus*, *i*, ‘santo’)] + de + Nova [< lt. *nova*, *ae*, ‘nova’] + Abrantes [< abra (< lt. *aprat*, ‘abra’) + antes (< lt. *ante*, ‘antes’)]. **1890** – Nome: Parafuso. Categoria Toponímica: ergotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: controverso. **1940, 1970** – Nome: Camaçari.

**CAMAMU**: Localização: Litoral Sul. Criação: 25/05/1693. Município de Origem: Ilhéus. Categoria Toponímica: somatotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo<sup>131</sup>: *kama* ‘seio, peito’ + *una* ‘preto’; donde: ‘peito preto’. Nome X história do local: O povoamento teve origem em 1560, numa aldeia de índios Tupinikim, posteriormente transferida mais para o sul, fixando-se em local denominado de Passagem do Macamamu, logo elevada à condição de freguesia de Nossa Senhora da Assunção de Camamú por

<sup>131</sup> Se o étimo é seguro, o que a lexia indicava, na língua comum, é controverso. Sampaio (1957 [1901]) e Bueno (1998) informam tratar-se da designação de uma ave aquática, sem identificá-la. Segundo Ferreira (1988), trata-se de uma espécie de mandioca. Nascentes (1955), Fernandes, Luft; Guimarães (1998) e Borba (2002) registram-na como designação de uma tribo indígena que, segundo este último, não era Tupi e habitava o Ceará. Dado o recuado surgimento da localidade baiana (1560), cremos não se referir a essa tribo indígena. Quanto aos demais sentidos apontados, a dúvida persiste.

Carta Régia de 1623. Em 1631, com a oposição dos jesuítas, alcançou a condição de Vila de Andrada, nome alterado para Camamu por Ato Estadual de 1891. Histórico dos nomes: Passagem do Macamamu (1560) > Nossa Senhora da Assunção de Camamú (1623) > Andrada (1631) > Camamu (1891). **1827, 1890** – Nome: Andrada. Status político: município. Categoria Toponímica: antropotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: < ? **1940, 1970** – Nome: Camamu.

**CAMPO ALEGRE DE LOURDES**: Localização: Submédio São Francisco. Criação: 5/07/1962. Município de Origem: Remanso. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: campo [< lt. *campus, i*, ‘campo’] + alegre [< lt. vg *\*alicer, -ecris* < lt. cl. *alacer, cris*, ‘vivo, animado’] + de + Lourdes [< fr. Lourdes ‘top. cidade francesa’ < eusk. *lorde* ‘altura escarpada ou rochosa prolongada em declive’]. Nome X história do local: Município surgido no século XVII, a partir da fazenda Peixe, então integrante do território pernambucano. Em 1938, já distrito da cidade de Remanso, tinha o nome de Campo Alegre, alterado para Catita (< kimb. *kaxita* ‘marsupial delicado de hábitos noturnos’) em 1943. Em 1962, com a emancipação, assumiu o atual topônimo. Histórico dos nomes: Peixe (s. XVII) > Campo Alegre (1938) > Catita (1943) > Campo Alegre de Lourdes (1962). **1827, 1890** – Nome: Peixe. Status político: povoado. Categoria Toponímica: zootopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: lt. *pisces, cis* ‘peixe’. **1940** – Nome: Campo Alegre. Status político: povoado. fitotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: campo [< lt. *campus, i*, ‘campo’] + alegre [< lt. vg *\*alicer, -ecris* < lt. cl. *alacer, cris*, ‘vivo, animado’]. **1970** – Nome: Campo Alegre de Lourdes. Status político: município.

**CAMPO FORMOSO**: Localização: Piemonte da Chapada Diamantina. Criação: 28/07/1880. Município de Origem: Senhor do Bonfim. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: campo [< lt. *campus, i*, ‘campo’] + formoso [< lt. *formosus, i*, ‘formoso’]. Nome X história do local: Primeira povoação do norte da Bahia, surgiu em 1682 como Arraial da Missão do Bom Jesus da Glória, posteriormente elevado à condição de sede da Vila de Santo Antônio de Jacobina. Em 1770, com a transferência da sede, passou a termo da vila de Senhor do Bonfim, com o nome de Freguesia Velha. Em 1880 foi elevado à condição de Vila, já com o nome atual. Histórico dos nomes: Missão do Bom Jesus da Glória (1682) > Freguesia Velha (1770) > Campo Formoso (1880). **1827** – Nome: Freguesia Velha. Status político: povoado. Categoria Toponímica: sociotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: freguesia [freguês (< lt.

hisp. *filiuecclesiae, arum*, ‘filho da igreja’ + -ia, ‘suf. deriv.’] + velha [< lt. vg. *vecla, ae*, < lt. *vetula, ae*, ‘velha’]. **1890, 1940, 1970** – Nome: Campo Formoso. Status político: município.

**CANÁPOLIS**: Localização: Oeste. Criação: 19/07/1962. Município de Origem: Santana. Categoria Toponímica: poliotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: luso-europeu. Étimo: pt. cana [< lt. *canna, ae*, ‘cana’] + gr. -polis, ‘cidade’; donde: ‘cidade da cana’. Nome X história do local: No início do século XIX, surge uma fazenda canavieira chamada Ibiagui, que, aos poucos se desenvolve, formando um povoado. Em 1953, assume o atual nome, por ser a cana-de-açúcar sua maior fonte de riqueza. Histórico dos nomes: Ibiagui (in. s. XIX) > Canápolis (1962). **1827, 1890, 1940** – Nome: Ibiagui. Status político: povoado. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *ibyá*, ‘escarpada’ + *guy*, ‘sopé’; donde: ‘sopé da escarpada’. **1970** – Nome: Canápolis. Status político: município.

**CANARANA**: Localização: Irecê. Criação: 16/07/1962. Município de Origem: Morro do Chapéu. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: pt. cana (< lt. *canna, ae*, ‘cana’) + Tp.-ant. -rana, ‘semelhante a’; donde: ‘semelhante à cana, designação de diversas gramíneas dos gêneros *Paspalum* e *Panicum*, principalmente a *Panicum spectabile*’. Nome X história do local. No século XVII, o território era de propriedade do Conde da Ponte. Posteriormente, as terras foram adquiridas por José Miranda, que ali estabeleceu a fazenda Canabrava, aos poucos, transformada em ponto de apoio para tropeiros que comerciavam entre o Médio São Francisco e a Zona da Mata. Muitos foram ficando, formando, assim, o povoado de Canarana (meados do século XVIII), posteriormente elevado a distrito. Município criado a partir do desmembramento do território de Morro do Chapéu, compondo-se dos então distritos de Canarana e Barro Alto e de parte do de Lagoa do Boi. Histórico dos nomes: Canabrava (s. XVII) > Canarana (m. s. XVIII). **1827, 1890, 1940** (Status político: povoado), **1970** – Nome: Canarana. Status político: município.

**CANAVIEIRAS**: Localização: Litoral Sul. Criação: 9/05/1833. Município de Origem: Ilhéus. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: aglutinação. Procedência Linguística: português. Étimo: cana [< lt. cl. *canna, ae*, ‘cana’) + dos [= de + o] + Vieiras [Vieira (< vieira < lt. cl. *veneria, ae*, ‘vieira, molusco bivalve da família dos pectinídeos’) + -s, ‘suf. fl. pl.’]. Nome X história do local: Saídos de Ilhéus na primeira década do século XVIII, a família Vieira, constituída de lavradores à procura de terras férteis, instalou-se em local



denominado por Poxim, onde ergueram uma capela dedicada a São Boaventura. Apesar da prosperidade do local, devido a beligerância dos indígenas locais, seus habitantes mudaram-se para uma ilha às margens do rio Pardo. Em 1718, um Alvará Régio cria a povoação de São Boaventura do Poxim de Canavieiras. Município criado com território desmembrado de Ilhéus com a denominação de Imperial Vila de Canavieiras, por Resolução Provincial de 1833. Segundo IBGE (1958, p. 137), “a origem e o significado do topônimo, segundo a tradição, tem, como já frisamos, relação com o nome de família e a atividade dos seus primeiros colonos – os Vieiras, que possuíam grandes plantações de cana-de-açúcar. O lugar, devido a isso, teria ficado conhecido como o das ‘Canas dos Vieiras’, aparecendo no subscrito de correspondências a indicar ‘Canas-Vieiras’. Daí até o nome definitivo teria havido uma forma ortográfica intermediária: ‘Canavieiras’, como aliás ainda dizem pessoas incultas. Finalmente, o uso consagrou pelo menor esforço a designação hoje oficial de Canavieiras”. Histórico dos nomes: Canavieiras (in. s. XVIII) > São Boaventura do Poxim de Canavieiras (1718) > Canavieiras (1833). **1827** – Nome: São Boaventura do Poxim de Canavieiras. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: São Boaventura [< it. Bonaventura < *buonna*, ‘boa’ + *ventura*, ‘sorte’; donde: ‘boa sorte’] + do [= de + o] + Poxim + de + Canavieiras [< canavieira (< canavial (< cana (lt. cl. *canna*, ae, ‘cana’) + -(vi)al, ‘suf. deriv.’) + -eir, ‘suf. deriv.’ + -a, ‘vt’) + -s, ‘suf. fl. pl.’]. **1890, 1940, 1970** – Nome: Canavieiras. Status político: município.

**CANDEAL:** Localização: Paraguaçu. Criação: 23/04/1962. Município de Origem: Riachão do Jacuípe. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: derivação. Procedência Linguística: português. Étimo: candeia [< lt. *candela*, ae, ‘candeia’] + -al, ‘suf. deriv.’. Nome X história do local: Em 1881, era o desejo de Olegário Ribeiro Lima criar um povoado às margens do rio do Peixe, limite com o atual município de Tanquinho. Resolveu, então, criá-lo em uma de suas propriedades, denominada Capoeira, onde havia grande quantidade de uma planta arbustiva de nome candeia (*Lynchnophora rosmarinifolia*); donde, o nome do povoado. Em 1890, em obediência ao Decreto nº 50, de 7/12/1889, passou a integrar o município de Riachão do Jacuípe. Após o falecimento do pioneiro, seu sobrinho e sucessor político, José Rufino Ribeiro Lima, lutou pela emancipação de Candéal, obtendo-a em 1962. Histórico dos nomes: Capoeira > Candéal (1881). **1827** – Nome: Capoeira. Status político: fazenda. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *kaá* ‘mato’ *ûera* ‘sufixo de IdPt2’; donde: ‘o que foi mato’. **1890, 1940** (Status político: povoado), **1970** – Nome: Candéal. Status político: município.

**CANDEIAS:** Localização: RMS. Criação: 14/08/1958. Município de Origem: Salvador. Categoria Toponímica: ergotopônimo. Processo Morfológico: sufixação flexional. Procedência Linguística: português. Étimo: candeia [< It. *candela*, *ae*, ‘candeia’] + -s, ‘suf. pl.’. Nome X história do local: Quando de sua fundação, chamava-se Nossa Senhora das Candeias, em homenagem à padroeira, nome reduzido para o atual em 1958. Histórico dos nomes: Nossa Senhora das Candeias > Candeias (1958). **1827, 1890, 1940** – Nome: Nossa Senhora das Candeias. Status político: povoado. Categoria Toponímica: haigotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Nossa Senhora [<nossa (< It. *nostra*, *ae* ‘nossa’) + senhora (< It. *seniora*, *ae* ‘ama, patroa, senhora’) + das [= de + a + -s, ‘suf. pl.’] + candeias [candeia (< It. *candela*, *ae*, ‘candeia’) + -s, ‘suf. pl.’]. **1970** – Nome: Candeias. Status político: município.

**CANDIBA:** Localização: Serra Geral. Criação: 27/07/1962. Município de Origem: Guanambi. Categoria Toponímica: zootopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: Kimbundo. Étimo: *kandimba* ‘lebre’. Nome X história local: No início do século XIX, escravos fugidos de fazendas do município de Palmas de Monte Alto se estabeleceram no local onde se situa a cidade de Candiba, formando um quilombo denominado Mocambo. Em 1834, o padre português Francisco Moreira dos Santos fixou-se no arraial, elevado a distrito com o nome de Candiba em 1920. Histórico do nome: Mocambo (in. s. XIX) > Candiba (1920). **1827** – Nome: Mocambo. Status político: quilombo. Categoria Toponímica: ecotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: Kimbundo. Étimo: *mukambu* ‘cumeieira, pl/ ext. ‘cabana’. **1890** – Nome: Mocambo Status político: povoado. **1940** (Status político: distrito), **1970** – Nome: Candiba. Status político: município.

**CÂNDIDO SALES:** Localização: Sudoeste. Criação: 5/07/1962. Município de Origem: Vitória da Conquista. Categoria Toponímica: antropotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Cândido [< It. *candidus*, *i*, ‘branco, brilhante, puro, sereno’] + Sales [< it. Sales<sup>132</sup>, ‘top.’ < It. *sal*, *is*, ‘sal’]. Nome X história do local: Origina-se na metade do século XIX, com o estabelecimento de fazendeiros que formaram o povoado Porto de Santa Cruz. Em 1943, com a transferência da sede distrital para outro povoado alterou o nome para Quaraçu; em 1954, transferência análoga mudou-lhe o nome para Nova Conquista. A partir daí, teve o seu desenvolvimento acelerado com a construção da Rodovia BR 116 (Rio-Bahia), e da construção da ponte sobre o Rio Pardo, que corta a cidade. Assumido com a emancipação, o atual nome é uma homenagem a

<sup>132</sup> Segundo Pându; Pându (1999, p. 216), Sales é um castelo na Sabóia, onde nasceu São Francisco de Sales, no século XVI.

um antigo proprietário de terras e líder político da região. Histórico dos nomes: Porto de Santa Cruz (m. s. XIX) > Quaraçu (1943) > Nova Conquista (1954) > Cândido Sales (1962). **1827** (inexistente). **1890** – Nome: Porto de Santa Cruz. Status político: povoado. Categoria Toponímica: sociotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: porto [< It. *portus, us*, ‘porto’] + de + santa cruz [< santa (< It. *sancta, ae*, ‘santa’) + cruz (< It. *crux, crucis*, ‘cruz’)]. **1940** – Nome: Quaraçu. Status político: povoado. Categoria Toponímica: ecotopônimo. Processo Morfológico: aglutinação. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *kûara* ‘buraco’ + *ûasu* ‘grande’; donde: ‘buraco grande’. **1970** – Nome: Cândido Sales. Status político: município.

**CANSANÇÃO**: Localização: Nordeste. Criação: 12/08/1958. Município de Origem: Monte Santo. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: < ?. Nome X história do local. Na língua comum, o nome designa várias espécies vegetais das famílias das euforbiáceas (*Jatropha urens*), loasáceas (*Loasa parviflora*) e das urticáceas (*Urera baccifera*), próprias da região. Município originário de parte de fazenda homônima, onde vieram fixar residência as primeiras famílias. Em 1896, já com oito casas, serviu de pouso para as tropas federais que combatiam Antonio Conselheiro em Canudos. Graças ao dinamismo de seus moradores, teve amplo progresso e em 1920 já era um povoado pertencente a Monte Santo, com 25 casas e uma capela. Em 1933, foi elevado a vila. Nessa época, esteve constantemente sobressaltada pelo grupo de Lampião. Na década seguinte, sofreu as consequências de uma prolongada estiagem. Em 1950, já como distrito, começou a lutar por sua emancipação, conseguida graças à Lei Estadual 1018, de 12/08/1958. Histórico dos nomes: Desde o seu surgimento, conserva o mesmo nome. **1827** (inexistente). **1890, 1940** (Status político: povoado), **1970** – Nome: Cansanção. Status político: município.

**CANUDOS**: Localização: Nordeste. Criação: 25/02/1985. Município de Origem: Euclides da Cunha. Categoria Toponímica: historiotopeônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: canudo [< moç. *gannût* < It. vg. \* *cannutus* ‘semelhante à cana’ < It. cl. *cannae, ae*, ‘cana’] + -s, ‘suf. fl. pl.’ Nome X história do local: Zona de ocupação muito antiga, incorporada ao patrimônio da Casa da Torre desde pelo menos o início do século XVIII, a fazenda Canudos – assim como outras glebas do imenso latifúndio da família Garcia d’Ávila –, foi arrendada, no início do século XIX. Em 1856, sua arrendatária, dona Mariana Francisca, natural de Jeremoabo, transmitiu-lhe a posse a Lázaro Pereira Leal, Sebastião José Quadrado e Vitorino José de Santana. Em 1890, em ruínas, a fazenda já aparece no arrolamento de bens de Fiel José de Carvalho e depois, no formal de partilha, como parcela cabida à sua

filha, dona Mariana Fiel Dantas de Carvalho. Nessa fase de abandono por seus donos, Antônio Conselheiro passa a frequentar suas terras, sendo bem acolhido pelo restrito número de moradores, “tidos como arredios e inamistosos e fumantes inveterados de cachimbos de longuíssimos canudos, retirados de vegetal próprio para tal finalidade, de onde se dizia porvir o nome da minúscula povoação, já que em suas proximidades existiam em abundância os tais canudos” (FERRAZ, PINHEIRO; SANTOS NETO 1991, p. 16). Embora não pretendesse, ao estabelecer sua motrada definitiva numa porção daquela fazenda, o Conselheiro acabou se apropriando de terras de proprietário conhecido, mas ausente, fazendo surgir o arraial de Belo Monte, destruído em 1898 por campanha do exército brasileiro, que considerava seu líder um inimigo do regime republicano. Pouco tempo depois da destruição do arraial, já em 1909, reapareceram as primeiras casas da segunda Canudos. Contudo, nos primeiros decênios do século XX, “tudo ficou como estava, modorrento e cheirando a passado, até a chegada da rodovia federal. Depois, o surgimento a nove quilômetros do entroncamento de Bedengó, com a bomba de gasolina e o armazém de José Aras, trouxe o ruído de centenas de veículos que passavam diariamente demandando o Norte” (FERRAZ, PINHEIRO; SANTOS NETO, 1991, p. 56). No fim da década de 1930, em visita à localidade, Getúlio Vargas comprometeu-se em construir um açude. A elaboração do projeto da obra durou três anos: de 1946 a 1949. Em 1950, começou o desmatamento da área do açude; em 1951, a abertura da estrada entre a então BR-27 (atual BR-235) e o local da barragem, cujas escavações iniciaram em 1952. Devido à falta de recursos, entre 1952 e 1957 a obra foi paralisada, sendo retomada a partir de então no leito do rio. Em 1967, concluiu-se a barragem, que ruiu, e, por isso, foi substituída por outra, no ano seguinte, em que, graças a um pródigo e raro período de chuvas, se encheu completamente o reservatório, afundando as ruínas da segunda Canudos. A população fora previamente transferida para um lugarejo próximo a Cocorobó, onde já existia o acampamento do Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNOCS). Em 1979, o vereador Lindolfo Dantas Guedes encaminhou ao presidente da Assembléia Legislativa um requerimento acompanhado de exposição de motivos e abaixo-assinado, reivindicando a emancipação de Canudos; contudo, embora até aceite pelos edis euclidienses, a iniciativa não logrou êxito por falta de acordo quanto aos limites do novo município. Em 1982, a Lei Estadual nº. 4029 fixou a sede do distrito de Canudos no povoado de Cocorobó, elevando-o a vila. Apenas em 1985, resolvida a questão dos limites, a Lei Estadual nº. 4404 criou o município de Canudos, desmembrando-o do de Euclides da Cunha. Histórico dos nomes: Desde o seu surgimento, o município conserva o mesmo nome. **1827** (*Status* político: fazenda), **1890, 1940** (*Status* político: povoado), **1970** – Nome: Canudos. *Status* político: distrito.

**CAPELA DO ALTO ALEGRE:** Localização: Paraguaçu. Criação: 13/02/1985. Município de Origem: Riachão do Jacuípe. Categoria Toponímica: sociotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: capela [< *cappella*, ae, ‘pequena igreja’] + do [= de + o] + alto [< lt. *altus*, i, ‘alto’] + alegre [< lt. vg. *alecris*, e < lt.cl. *alacris*, e, ‘animado, vivo’]. Nome X história do local: A comunidade que deu origem ao município surgiu em 17/04/1912, quando foi celebrada a primeira missa pelo pároco de Mairi, Padre Manoel Maria, na pequena Capela construída na parte mais alta da fazenda Desabafo, de Joaquim Machado da Silva e Rosalina Gomes da Silva. Os fiéis foram edificando suas casas em volta do pequeno templo. Nessa época, o local era conhecido pelo nome de Capelinha, mais tarde alterado para Capela do Alto Alegre. A construção da estrada entre a localidade e a BR 324 facilitou o escoamento da produção de sisal e demais produtos, gerando um relativo surto de prosperidade, que levou à emancipação, concedida pela Lei nº. 4410, de 13/02/1985. Histórico dos nomes: Desabafo > Capelinha (1912) > Capela do Alto Alegre (1985). **1827, 1890** (inexistente). **1940, 1970** – Nome: Capela do Alto Alegre. Status político: povoado.

**CAPIM GROSSO:** Localização: Piemonte da Chapada Diamantina. Criação: 9/05/1985. Município de Origem: Jacobina. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: capim [< Tp.-ant. *kaá*, ‘mato’ + *pĩ*, ‘fino’] + grosso [< lt. *grossus*, i, ‘grosso’]. Nome X história do local: No século XIX, de passagem pelos sertões da Bahia, os naturalistas alemães Spix e Martius registraram a existência da Vila do Rio do Peixe, primeiro núcleo populacional do atual município de Capim Grosso, que evoluiu a partir de uma fazenda homônima, depois transformada em povoado e distrito de Jacobina, do qual se emancipou em 1985. Histórico dos nomes: Rio do Peixe (s. XIX) > Capim Grosso (déc. 1940). **1827, 1890** – Nome: Rio do Peixe. Status político: povoado. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: rio [< lt. *riuus*, i, ‘curso d’água’] + do [= de + o] + peixe [< lt. *pisces*, is, ‘peixe’]. **1940** (Status político: povoado), **1970** – Nome: Capim Grosso. Status político: município.

**CARAÍBAS:** Localização: Sudoeste. Criação: 24/02/1989. Município de Origem: Tremendal. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: sufixação flexional. Procedência Linguística: português. Étimo: Tp. caraíba [< *kará* ‘tubérculo’ + *yba* ‘árvore’; donde: ‘árvore de tubérculo’] + pt. -s ‘suf. plural’. Nome X história do local: Surge no início do século XX, com o atual nome, que, na língua comum, designa uma planta nativa da família das boragináceas (a *Cordia caloccephala*),

popularmente conhecida por claraíba ou grão-de-galo<sup>133</sup>. Em 1953, figura como distrito de Tremendal. Histórico dos nomes: Desde seu surgimento, a localidade tem este mesmo nome. **1827, 1890** (inexistente). **1940, 1970** – Nome: Caraíbas. Status político: povoado.

**CARAVELAS**: Localização: Extremo Sul. Criação: 7/06/1701. Município de Origem: Porto Seguro. Categoria Toponímica: ergotopônimo. Processo Morfológico: sufixação flexional. Procedência Linguística: português. Étimo: caravela [< cáravo (< lt. *carabus*, *i* < gr. *kárabos*, ‘embarcação’) + -ela, ‘suf. deriv. dim.’] + -s, ‘suf. fl. pl’. Nome X história do local: Sua história inicia em 1503 com a fundação de uma feitoria por Américo Vespúcio e Gonçalo Coelho, comandantes de uma expedição de reconhecimento das terras brasileiras. Somente em 1581, foi fundada a aldeia de Caravelas, elevada a município com o nome de Vila de Santo Antônio do Rio das Caravelas em 1701, alterado para Constitucional Cidade de Caravelas em 1855. Histórico dos nomes: Caravelas (1581) > Santo Antônio do Rio das Caravelas (1701) > Caravelas (1855). **1827** – Nome: Santo Antônio do Rio das Caravelas. Status político: município. Categoria Toponímica: hagiopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Santo Antônio + do [= de + o] + Rio das Caravelas [< rio (< lt. *riuus*, *i*, ‘curso d’água) + das [= de + a + -s, ‘suf. fl. pl’] + caravelas [caravela (< cáravo (< lt. *carabus*, *i* < gr. *kárabos*, ‘embarcação’) + -ela, ‘suf. deriv. dim.’) + -s, ‘suf. fl. pl’]. **1890, 1940, 1970** – Nome: Caravelas.

**CARDEAL DA SILVA**: Localização: Litoral Norte. Criação: 30/06/1962. Município de Origem: Entre Rios. Categoria Toponímica: axiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: cardeal [< lt. *cardinalis*, *e*, ‘cardeal, principal, fundamental’] + da [= de + a] + Silva [< lt. cl. *silva*, *ae*, ‘bosque, selva’]. Nome X história do local: Em 1943, figura como distrito de Entre Rios com o nome de Divina Pastora, posteriormente reduzido para Pastora e, enfim, trocado para o atual, em homenagem a Dom Augusto Álvaro da Silva, Cardeal Arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil entre a década de 1930 e 1960, figura de grande influência política no Estado durante seu ministério. Histórico dos nomes: Desde o seu surgimento, a localidade conserva este nome. **1827, 1890, 1940** (inexistente). **1970** – Nome: Cardeal da Silva.

<sup>133</sup> Não fosse a marcante presença dessa árvore na região, poder-se-ia apontar como étimo do topônimo a forma do Tupi-antigo *kara’iwa*, “coisa sagrada, homem santo, feiticeiro, europeu, homem branco”, cuja multiplicidade de sentidos é assim justificada: “viria da denominação dos feiticeiros e sacerdotes indígenas que, pelas suas qualidades, inspiravam respeito e tinham supremacia nas tribos; por extensão, o vocábulo passaria a nomear os conquistadores, o homem branco”. (HOUAISS 2001, p. 617)

**CARINHANHA:** Localização: Médio São Francisco. Criação: 6/07/1832. Município de Origem: Barra. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: Tp.-ant.: var. de *karurenha*, ‘carurenha, espécie de peixe típica do Vale do São Francisco’. Nome X história do local: Segundo Amaral (1969, p. 535), “Caririnha (...) foi uma antiga fazenda, na barra do rio deste nome, pertencente a Jacó de Alcamin Ferreira, o qual construiu ali sobrado e um rico oratório dedicado a São Caetano”. Já em 1712, a localidade era povoado de Carunhenha, sujeito ao curato do Brejo do Salvador; em 1813, com a criação da freguesia de São José da Carinhanha, ganhou o *status* de distrito; em 1832, tornou-se município e teve o nome reduzido para Caririnha, originalmente atribuído ao rio que banha a cidade. Histórico dos nomes: Carurenha (1712) > São José da Carinhanha (1813) > Carinhanha (1832). **1827** – Nome: São José da Carinhanha. Status político: distrito. Categoria Toponímica: hagiopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: São José [< são (< lt. *sanctus*, *i*, ‘santo’) + José (< lt. *Iosephus*, *i* < hb. *Yosef*, ‘aquele que acrescenta’) + da [= de + a] + Caririnha [Tp.-ant.: var. de *karurenha*, ‘carurenha’]. **1890, 1940, 1970** – Nome: Carinhanha. Status político: município.

**CASA NOVA:** Localização: Submédio São Francisco. Criação: 20/06/1879. Município de Origem: Remanso. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: casa [< lt. *casa*, *ae*, ‘casa’] + nova [< lt. *nova*, *ae*, ‘nova’]. Nome X história do local: Inicialmente, o território casanovense pertencia a Pernambuco; depois, ficou sob administração mineira, em seguida, baiana. A localidade surge em terras adquiridas pelo português José Manuel Viana de Castro e desbravadas por ele e seus três filhos, Francisco, Joaquim e Clemente. Em redor dos currais por eles criados surgiu um pequeno povoado, que se tornou conhecido pela descoberta das minas de salitre e pelas passagens de boiadas do Piauí. Em 1879, emancipou-se de Remanso com o nome de Vila Nova de São José do Riacho da Casa Nova, simplificado para o atual em 1931. Como, com a construção da barragem de Sobradinho, a sede do município seria inundada, a CHESF a transferiu para um novo local em 1974 e o município passou a chamar-se Nova Casa Nova, nome posteriormente reduzido até mesmo pela redundância do sintagma. Retomado, o atual topônimo é uma referência ao riacho homônimo que banha a cidade. Histórico dos nomes: São José do Riacho da Casa Nova (1879) > Casa Nova (1931) > Nova Casa Nova (1974) < Casa Nova. **1827** (inexistente). **1890** – Nome: São José do Riacho da Casa Nova. Status político: município. Categoria Toponímica: hagiopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: São José [< são (< lt. *sanctus*, *i*, ‘santo’) + José (< lt. *Iosephus*, *i* < hb. *Yosef*, ‘aquele que acrescenta’)] + do [= de + o] + riacho [< esp. *riacho*, ‘riacho’] + da [=

de + a] + Casa Nova [< casa (< lt. *casa*, ae, 'casa') + nova (< lt. *nova*, ae, 'nova')]. **1940, 1970** – Nome: Casa Nova. Status político: município.

**CASTRO ALVES**: Localização: Recôncavo Sul. Criação: 26/06/1880. Município de Origem: Cachoeira. Categoria Toponímica: antropotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Castro [< lt. *castrum*, i, 'fortaleza, castelo'] + Alves [< Álvares < Álvaro < (ingl. arc. *aelf*, 'elfo, gênio' + *ara*, *are* 'proteção, refúgio'; donde: 'gênio protetor']. Nome X história do local: No princípio do século XVIII, a sesmaria de Aporá foi desmembrada em duas, uma das quais doadas a João Evangelista de Castro Tanajura que, para colonizá-la, distribuiu terras, com a condição de serem iniciadas plantações e construídas moradias e currais. Uma das construções, erguida pelo capitão-mor Antônio Brandão Marinho Falcão, a Fazenda Curralinho, alcançou progresso devido ser pouso obrigatório de tropeiros que viajavam do Recôncavo para a região de Rio de Contas e para Minas Gerais. Município criado com território desmembrado de Cachoeira e com a denominação de Vila de Curralinho, em 1880. Em 1900, recebeu o nome de Castro Alves, em homenagem ao vate a quem serviu de local de nascimento. Histórico dos nomes: Curralinho (s. XVIII) > Castro Alves (1900). **1827** (Status político: povoado), **1890** – Nome: Curralinho. Status político: município. Categoria Toponímica: sociotopônimo. Processo Morfológico: derivação. Procedência Linguística: português. Étimo: curral [< ?] + -inh, 'suf. deriv. dim.' + -o, 'vt'. **1940, 1970** – Nome: Castro Alves.

**CATOLÂNDIA**: Localização: Oeste. Criação: 27/07/1962. Município de Origem: Barreiras. Categoria Toponímica: poliotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: luso-europeu. Étimo: Catão [< lt. *Cato*, *onis*, 'Catão'] + ingl. -land, 'terra'; donde: 'terra de Catão'. Nome X história do local: Segundo Almeida (1999), "o pioneiro do município era conhecido pelo apelido de Lão e fundou a fazenda Santana, com um grande curral, onde hoje é a sede do município. O Sr. Agostinho José de Lima, que tinha o apelido de Catão, casou-se com a filha do pioneiro Lão e se mudou para o local, onde evoluiu um povoado, conhecido como Santana do Catão". Sua elevação a distrito deu-se por Ato Estadual de 10/04/1895. Na década de 1940, deu-se a redução do nome para Catão e, quando de sua emancipação, a troca para o atual topônimo. Histórico dos nomes: Santana do Catão (m. s. XIX) > Catão (dec. 1940) > Catolândia (1962). **1827** (inexistente). **1890, 1940** – Nome: Santana do Catão. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Santana [< santa (< lt. *sancta*, ae, 'santa') + Ana (< hb. *Hannah* 'graça')] + do [< de + o] + Catão [< lt. *Cato*, *onis*, 'Catão']. **1970** – Nome: Catolândia. Status político: município.



**CATU:** Localização: Litoral Norte. Criação: 26/06/1868. Município de Origem: São Francisco do Conde. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: Tp.-ant. *katu*, 'bom'. Nome X história do local: Topônimo originalmente atribuído ao rio que banha a cidade. Território originalmente habitado por índios Pataxó e Tupinikim, mais tarde expulsos para os sertões pelos colonos portugueses. Até 1782, são imprecisas e vagas as notícias históricas. A área onde foi edificada a cidade integrava terras do conde da Ponte, para onde afluiu grande número de colonos. Em 1787, coube ao Arcebispo da Bahia, Dom Antônio Correia, fundar a freguesia de Santana do Catu na vastidão daquelas terras. Em 1830, no local, deu-se uma reunião de padres para demarcarem os limites de suas freguesias, divisas essas reconhecidas em 1863 pelo presidente da Província, Dr. José Bonifácio Vasconcelos de Azambuja. O município de Santana do Catu surgiu em virtude da Lei Provincial nº. 1058, de 26/06/1868. Teve o nome simplificado para o atual pelo Decreto Estadual nº. 7455, de 23/06/1931. Histórico dos nomes: Santana do Catu (1895) > Catu (1931). **1827** (inexistente). **1890** – Nome: Santana do Catu. Status político: município. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: portuguesa. Étimo: Santana [< santa (< It. *sancta*, *ae*, 'santa') + Ana (< It. *Ana*, *ae* < hb. *hannah*, 'graça')] + do [= de + o] + Catu [< Tp.-ant. *katu*, 'bom']. **1940, 1970** – Nome: Catu.

**CATURAMA:** Localização: Chapada Diamantina. Criação: 13/06/1989. Município de Origem: Botuporã. Categoria Toponímica: animotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *katu*, 'bom' + *rama* 'suf. IdFt'; donde: 'o que será bom, o bom porvir'. Nome X história local: Região primitivamente habitada pelos índios Tuxá, foi colonizada na metade do século XVIII por famílias portuguesas. A sede do atual município surge no início do século XIX, como povoado do município de Botuporã. Histórico dos nomes: São Sebastião (in. s. XIX) > Caturama (1840). **1827, 1890** (inexistente). **1940, 1970** (Status político: povoado) – Caturama.

**CENTRAL:** Localização: Irecê. Criação: 12/08/1958. Município de Origem: Xiquexique. Categoria Toponímica: cardinotopônimo. Processo Morfológico: derivação. Procedência Linguística: português. Étimo: centro (< It. *centrum*, *i* < gr. *kenrum*, 'centro') + -al, 'suf. deriv'. Nome X história do local: No início do século XIX, acompanhados de seu pai, Isidro, e do cunhado, Chico, os irmãos Manoel e Lúcio Ferreira saíram de Riacho Largo em busca de novas terras para plantio, viajando sempre em direção ao nascente, abrindo picadas no meio da caatinga. Após alguns dias de jornada, pela manhã, Manoel seguiu alguns pássaros que voavam numa só direção e encontrou uma toca com uma pequena quantidade de água, da qual todos se serviram e próximo da qual fizeram as primeiras roças. O

fato de morarem em Riacho Largo, ou seja, ao redor daquela toca, levou-os a chamar a localidade de fazenda Roça de Dentro, que já figura como povoado de Xiquexique em 1855. Em 1928, por ser ponto de passagem obrigatório para quem quisesse cruzar a região, teve o nome trocado para Central, conservado após a emancipação. Histórico dos nomes: Roça de Dentro (in. s. XIX) > Central (1928). **1827, 1890**(Status político: povoado) – Nome: Roça de Dentro. Status político: fazenda. Categoria Toponímica: sociotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: roça [< deriv. regr.: ‘roçar’ < lt. vg. \**ruptiare*, ‘romper’] + de + dentro [< lt. *de* + *intro*]. **1940** (Status político: povoado), **1970** – Nome: Central. Status político: município.

**CHORROCHÓ**: Localização: Nordeste. Criação: 22/08/1919. Município de Origem: Curaçá. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: aglutinação. Procedência Linguística: Tupi-antigo<sup>134</sup>. Étimo: *xoró*, “jorrar” ou “correntoso, ruidoso”, em referência a quedas d’água existentes nas proximidades. Nome X história do local: Em 1860, surge uma pequena povoação formada por casebres, que se desenvolveu após a chegada de Antônio Conselheiro, construtor de uma igreja sob a invocação do Senhor do Bonfim, que passou a atrair novos agrupamentos populacionais. Emancipado em 1919, foi extinto e anexado a Curaçá em 1924, sendo restaurado por Lei Estadual de 12/12/1952. Histórico dos nomes: Desde o seu surgimento, o município conserva o mesmo nome. **1827** (inexistente). **1890**, 1940 (Status político: povoado), **1970** – Nome: Chorrochó. Status político: município.

**CÍCERO DANTAS**: Localização: Nordeste. Criação: 9/06/1875. Município de Origem: Jeremoabo. Categoria Toponímica: antropotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Cícero [< lt. *Cicero*, *onis* < *cicero*, *onis*, ‘grão-de-bico’] + Dantas [< de + antas (= anta (< ar. hisp. *lampt*) + -s, ‘suf. fl. pl.’)]. Nome X história do local: Área originalmente habitada por povos indígenas cuja presença pode ser inferida pelos achados arqueológicos (urnas funerárias foram encontradas durante a construção do estádio municipal). Alguns dados históricos sobre os aldeamentos vizinhos nos permitem estimar que sua colonização se iniciou em meados do século XVII, sendo o lugar pouso para o vaqueiros das fazendas dos senhores da Casa da Torre. A primeira comunidade foi obra das entradas que se embrenhavam no

<sup>134</sup> Há quem aponte outras origens. Mattos (1918, p. 427), por exemplo, lhe aponta uma gênese lendária: “nos primeiros tempos, os viandantes que por lá passavam, aludindo talvez à prudência ou parcimônia de seus poucos habitantes, diziam: ‘Aqui é o chora-chora’, que, por corruptela, passou a chamar-se Chorrochó”. Sampaio (1955) lhe aponta provável origem no Kariri, sem indicar qualquer étimo. A hipótese que apontamos é plausível com o meio físico, com a antiga população indígena da região e com a estrutura do Tupi-antigo.

sertão da Bahia, à procura de metais preciosos e de novas terras para o desenvolvimento agrícola e pecuário. Em 1812, o frei Apolonio de Todi construiu a Igreja Matriz e a capela da Santa Cruz, elevada a freguesia de Nossa Senhora do Bom Conselho dos Montes do Boqueirão, por meio do Alvará Régio de 27/09/1817. Município criado com território desmembrado de Jeremoabo, e denominação de Bom Conselho, por Resolução Provincial, de 09/06/1875. Em 1905, recebia o nome de Cícero Dantas, em homenagem a Cícero Dantas Martins (1838-1903), o Barão de Jeremoabo, um dos maiores latifundiários do Nordeste brasileiro, líder político regional durante o fim do Império e início da República, exatamente durante o período do surgimento e queda de Canudos, para cuja destruição foi uma das forças concorrentes. Em 1931, foi extinto e anexado a Paripiranga, sendo restaurado por Decreto Estadual de 27/05/1933. Histórico dos nomes: Nossa Senhora do Bom Conselho dos Montes do Boqueirão (1817) > Bom Conselho (1875) > Cícero Dantas (1905). **1827** – Nome: Nossa Senhora do Bom Conselho dos Montes do Boqueirão. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Nossa Senhora [< nossa (< lt. *nostra*, *ae*, ‘nossa’) + senhora (< lt. *seniora*, *ae* ‘ama, patroa, senhora’)] + do [= de + o] + bom [< lt. *bonus*, *i*, ‘bom’] + conselho [< lt. *consilium* *i*, ‘conselho’] + dos [= de + o + -s, ‘suf. fl. pl’] + montes [< montes (< lt. *mons*, *ntis*, ‘monte’ + -s, ‘suf. fl. pl.’] + do [= de + o] + Boqueirão [< boca (lt. vg. *bucca*, *ae*, ‘boca’) + -eir, ‘suf. deriv.’ + -ão, ‘suf. deriv. aum.’]. **1890** – Nome: Bom Conselho. Status político: município. Categoria Toponímica: animotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: bom [< lt. *bonus*, *i*, ‘bom’] + conselho [< lt. *consilium* *i*, ‘conselho’]. **1940, 1970** – Nome: Cícero Dantas.

**CIPÓ**: Localização: Nordeste. Criação: 8/07/1921. Municípios de Origem: Ribeira do Pombal, Ribeira do Amparo e Nova Soure. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: cipó. Nome X história do local: Topônimo originalmente atribuído ao rio que banha a cidade. Na língua comum, designa diversas plantas sarmentosas ou trepadeiras que pendem das árvores e nelas se balançam. Por volta de 1730, instigado pelo uso das águas termais que brotavam da margem direita do Rio Itapicuru, o padre Antônio Monteiro Freire informou ao vice-rei do Brasil da época sobre a possibilidade do uso destas águas. Nas décadas posteriores, o desinteresse dos governantes foi visivelmente sentido. Em 1831, chamava-se Mãe d’Água de Cipó. Na segunda metade da década seguinte, as águas foram analisadas. Em 1843, o nome foi alterado para Casa da Nação (1843). No início do século XX, já havia casas de banho, para tratamento e curas de enfermidades. Em 1918, alterou-se-lhe novamente o nome para Cipó de Leite e, em 1927, para Cipó. A partir de 1928, passou a crescer em função das águas, culminando com

sua emancipação em 1931. Histórico dos nomes: Mãe d'Água de Cipó (1831) > Casa da Nação (1843) > Cipó de Leite (1918) > Cipó (1927). **1827** (inexistente). **1890** – Nome: Casa da Nação. Status político: povoado. Categoria Toponímica: ecotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: casa [< lt. *casa*, *ae*, 'morada, habitação'] + da [= de + a] + nação [< lt. *natio*, *onis*, 'nação']. **1940, 1970** – Nome: Cipó. Status político: município.

**COARACI**: Localização: Litoral Sul. Criação: 12/12/1952. Município de Origem: Ilhéus. Categoria Toponímica: astrotopônimo. Processo Morfológico: aglutinação. Procedência Linguística Tupi-antigo. Étimo: *ikó* "este" + *ará* "dia" + *sy* "mãe"; donde: "a mãe deste dia, o sol". Nome X história do local: A partir da Fazenda Berimbau, formou-se uma povoação que recebeu a denominação de Macacos, posteriormente alterada para Itacaré do Almada. Elevada a distrito em 1933, tem o nome simplificado para Itacaré, integrando o município de Ilhéus. Em 1938, o topônimo é alterado para Guaraci, e mais uma vez alterado, em 1943, para Coaraci. Histórico dos nomes: Berimbau > Macacos > Itacaré do Almada > Itacaré (1933) > Guaraci (1938) > Coaraci (1943). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Guaraci. Status político: distrito. Categoria Toponímica: astrotopônimo. Processo Morfológico: aglutinação. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: variação de *coaraci*. **1970** – Nome: Coaraci. Status político: município.

**COCOS**: Localização: Oeste. Criação: 14/08/1958. Município de Origem: Cariranha. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: sufixação flexional. Procedência Linguística: português. Étimo: coco [< lt. *cucus*, *us* 'coco, papão'] + -s 'suf. pl.'. Nome X história do local: O município surgiu devido a uma disputa política e territorial entre o Major Leônidas de Araújo Castro, de Santa Maria da Vitória, e o Coronel João Duque, de Carinhanha. Após um combate travado em Samambaia, os dois fizeram um acordo dividindo entre si a área em lide: Rio Alegre (atual Coribe) ficou com Santa Maria da Vitória e Cocos permaneceu em Cariranha. Nome devido às abundantes plantações de coco de buriti existentes na localidade. Histórico do nome: Desde o seu surgimento, o município conserva o mesmo nome. **1827** (inexistente). **1890, 1940** (*Status político*: povoado), **1970** – Nome: Cocos. Status político: município.

**CONCEIÇÃO DA FEIRA**: Localização: Paraguaçu. Criação: 23/07/1926. Município de Origem: Cachoeira. Categoria Toponímica: hierotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: conceição [< concepção (< lt. *conceptio*, *onis*, 'concepção') + da [= de + a] + feira [< lt. *feria*, *ae*, 'feriado']]. Nome X história do local: A localidade surge como freguesia de Nossa Senhora da Conceição Nova da Feira, em 1847. Segundo IBGE (1958, p. 177), "na freguesia da Conceição, existia a feira mais importante da região e, por isso,

os que a ela se reportavam, diziam ‘Conceição da Feira’; essa a origem do topônimo”. Em 1926, torna-se município com território desmembrado de Cachoeira e a atual denominação. Extinto em 1931, foi anexado a Cachoeira, sendo restaurado ainda nesse ano. Foi mais uma vez extinto em 1943 e retomado no ano seguinte com o mesmo território e a mesma denominação. Histórico dos nomes: Nossa Senhora da Conceição Nova da Feira (1847) > Conceição da Feira (1926). **1827** (inexistente). **1890** – Nome: Nossa Senhora da Conceição Nova da Feira. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Nossa Senhora da Conceição [< nossa (< lt. *nostra*, ae, ‘nossa’) + senhora (< lt. *seniora*, ae ‘ama, patroa, senhora’) + da [= de + a] + conceição (< concepção (< lt. *conceptio*, *onis*, ‘concepção’))] + nova [< lt. *nova*, ae, ‘nova’] + da [= de + a] + feira [< lt. *feria*, ae, ‘feriado’]. **1940** (Status político: povoado), **1970** – Nome: Conceição da Feira. Status político: município.

**CONCEIÇÃO DO ALMEIDA**: Localização: Recôncavo Sul. Criação: 18/06/1890. Município de Origem: São Felipe. Categoria Toponímica: hierotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: conceição [< concepção (< lt. *conceptio*, *onis*, ‘concepção’) + do [= de + o] + Almeida [< ar. *al-mayda*, ‘a mesa’]. Nome X história do local: Em meados do século XIX, uma aglomeração formada em torno de uma capela construída sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, recebeu o nome de Capela do Almeida, devido ao fato dos proprietários do terreno serem da família Almeida Sande. Emancipado em 1890, recebeu o nome de Conceição do Almeida, alterado em 1909 para Afonso Pena e restaurado em 1943. Histórico dos nomes: Capela do Almeida (m. s. XIX) > Conceição do Almeida (1890) > Afonso Pena (1909) > Conceição do Almeida (1943). **1827** (inexistente). **1890** – Nome: Conceição do Almeida. Status político: município. (Demais dados, ver o início do verbete). **1940** – Nome: Afonso Pena. Categoria Toponímica: antropotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Afonso [< germ. *Adalfuns* < *athal*, ‘nobre’ + *funs(a)*, ‘pronto, inclinado’; donde: ‘inclinação nobre’] + Pena [< lt. *penna*, ae, ‘pena’]. **1970** – Nome: Conceição do Almeida.

**CONCEIÇÃO DO COITÉ**: Localização: Nordeste. Criação: 18/12/1890. Município de Origem: Riachão do Jacuípe. Categoria Toponímica: hierotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: conceição [< concepção (< lt. *conceptio*, *onis*, ‘concepção’) + do [= de + o] + coité [Tp.-ant.: *kuîa*, ‘cuiá’ + *eté*, ‘verdadeira’; donde: ‘a cuiá verdadeira’]. Nome X história do local: Originou-se no início do século XIX a partir de pouso de tropeiros que se deslocavam de Feira de Santana a Jacobina. Como no local havia fonte d’água usada pelos tropeiros para consumo próprio e da tropa, surgiu o arraial de Coité,

porque os tropeiros pernoitavam sob o abrigo de uma cabaceira, árvore que, em Tupi-antigo, é chamada *kuia-etê*. Para ser elevada a freguesia, seria necessária a doação de terras a um padroeiro, o que fez João Benevides com uma área, onde edificou a igreja de Nossa Senhora da Conceição, em 9/05/1855. A partir de então, seu gradual desenvolvimento levou à emancipação, já com o atual nome. Histórico dos nomes: Coité (in. s. XIX) > Conceição do Coité (1890). **1827** – Nome: Coité. Status político: povoado. Categoria Toponímica: ergotopônimo. Processo Morfológico: aglutinação. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *kuia*, ‘cuia’ + *etê*, ‘verdadeira’; donde: ‘a cuia verdadeira’. **1890, 1940, 1970** – Nome: Conceição do Coité. Status político: município.

**CONCEIÇÃO DO JACUIPE**: Localização: Paraguaçu. Criação: 18/07/1961. Município de Origem: Santo Amaro. Categoria Toponímica hierotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: conceição [< concepção (< lt. *conceptio, onis*, ‘concepção’) + do [= de + o] + Jacuípe [< Tp.-ant. *îaku*, ‘jacu’ + *y*, ‘rio’ + *pe*, ‘em’; donde: ‘no rio dos jacus’]. Nome X história do local: O povoamento de seu território teve início no século XVII, por portugueses que ali estabeleceram engenhos de cana-de-açúcar. A primeiras referências históricas ao município de Conceição de Jacuípe datam de 1889, quando ali chegou o Sr. Tucides de Moraes que edificou a primeira casa no lugarejo, pertencente a Santo Amaro. Seu nome inicial foi Baixa do Jacuípe, devido à sua localização na baixada onde nasce o rio Jacuípe. Em 1914, surgiu uma feirinha que servia para a comercialização de pequenos produtos, visitada por violeiros, pandeiristas, tocadores de berimbau, surgindo entre eles o autor de trova cujo final falava numa feira de berimbau; daí o segundo nome da povoação, Feira de Berimbau. Em 30/12/1953, a Lei nº. 628 transformou o povoado de Berimbau em vila de Conceição do Jacuípe, nome conservado após a emancipação e referente à santa padroeira, Nossa Senhora da Conceição, e ao rio Jacuípe, que lhe corta o território. Histórico dos nomes: Baixa do Jacuípe (1898) > Feira do Berimbau (1914) > Conceição do Jacuípe (1953). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Feira do Berimbau. Status político: povoado. Categoria Toponímica: sociotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: feira [< lt. *feria, ae*, ‘feriado’] + do [= de + o] + berimbau [< ?]. **1970** – Nome: Conceição do Jacuípe. Status político: distrito.

**CONDE**: Localização: Litoral Norte. Criação: 24/11/1806. Município de Origem: Itapicuru. Categoria Toponímica: axiotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: comes, itis, ‘aio, séquito’. Nome X história do local: Território inicialmente habitado por índios Tupinambá. Com o início da colonização, passou a integrar a sesmaria de Garcia d’Ávila, passando a

produzir cana-de-açúcar, fumo e gado de corte com a força de trabalho de índios e africanos. Em 1621, a área à margem esquerda do rio Itapicuru é doada aos jesuítas, que aí instalam a povoação de Itapicuru de Baixo e constróem a capela de Nossa Senhora do Monte. Carta Régia de 7/01/1702 institui a freguesia de Nossa Senhora do Monte do Itapicuru da Praia. A emancipação dá em 24/11/1800, quando se adota o atual nome, em referência a Dom Fernando de Noronha, terceiro Conde dos Arcos, genro e herdeiro do terceiro Governador-geral do Brasil, Mém de Sá. Em 1931, o município é extinto e anexado a Esplanada, sendo restaurado com sede trocada para Ribeira do Conde por Decreto Estadual de 24/01/1935. Histórico dos Nomes: Itapicuru de Baixo (1621) > Nossa Senhora do Monte do Itapicuru da Praia (1702) > Conde (1800). **1827, 1890, 1940, 1970** – Nome: Conde.

**CONDEÚBA**: Localização: Serra Geral. Criação: 11/06/1860. Município de Origem: corotopônimo. Categoria Toponímica: simples. Processo Morfológico: Tupi. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *kondá* ‘caracol e, p/ ext., retorcido’ + *yba* ‘árvore’; donde: ‘árvore retorcida’. Nome X história local: Topônimo originalmente atribuído ao rio que banha a cidade. Em 1705, na fazenda de João Gonçalves da Costa, à margem direita do rio Gavião, foi construída a capela de Santo Antônio da Barra do Sítio de Condeúba, posteriormente destruída e substituída por outra maior em 1765. Tornou-se distrito graças à Lei Provincial nº. 413, de 19/05/1851. A povoação crescera e pela Lei nº 809, de 11/06/1860, foi desmembrada de Caetité com a denominação de vila de Santo Antônio da Barra. Em 1889, teve o nome reduzido para Condeúba. Histórico do nome: Santo Antonio da Barra do Sítio de Condeúba (1745) > Santo Antonio da Barra (1860) > Condeúba (1889). **1827** – Nome: Santo Antonio da Barra do Sítio de Condeúba. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Santo Antônio [< santo (< Lt. *sanctus*, *i*, ‘santo’) + Antônio (< Lt. *antonius*, *i*, ‘inestimável’)] + da [= de + a] + barra [(*< Lt. vg. \*barra < gaul. barrum* ‘barro, lodo’)] + do [= de + o] + sítio [< ?] + de + condeúba [< Tp.-ant. *kondá* ‘caracol e, p/ ext., retorcido’ + *yba* ‘árvore’; donde: ‘árvore retorcida’]. **1890, 1940, 1970** – Nome: Condeuba. Status político: município.

**CONTENDAS DO SINCORÁ**: Localização: Serra Geral. Criação: 6/10/1961. Município de Origem: Ituaçu. Categoria Toponímica: historiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: contendias [< contenda (deriv. regr. *contender* < Lt. *contendere*, ‘disputar’) + -s, ‘suf. fl. pl.’] + +

do [= de + o] + Sincorá [< Tap<sup>135</sup>. *sinkorá*, 'fome']. Nome X história do local: Em 1926, começaram as escavações para a passagem da Estrada de Ferro Leste Brasileiro na fazenda Riachão, incrementando o seu povoamento e crescimento econômico. Discordâncias entre os engenheiros responsáveis pela obra originaram o nome de Contendas, acrescido do nome do rio (e serra do) Sincorá, que banha a região. Histórico dos nomes: Riachão (in. s. XX) > Contendas do Sincorá (1926). **1827, 1890** (inexistente). **1940** (*Status* político: povoado), **1970** – Nome: Contendas do Sincorá. Status político: município.

**CORAÇÃO DE MARIA**: Localização: Paraguaçu. Criação: 10/03/1891. Município de Origem: Irará. Categoria Toponímica: hierotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: coração [< lt. vg. *coratione* < lt. cl. *cor*, *cordis*, 'coração'] + de + Maria [< sanscr. *Maryâh*, 'virtude, pureza, virgindade']. Nome X história do local: Na primeira metade do século XVIII, na fazenda pertencente a Bento Simões, havia um povoado conhecido por Lages, pelo fato de existir aí água potável abundante, onde foi erguida uma capela coberta de palha consagrada ao Santíssimo Coração de Maria, partindo daí o progresso do lugarejo. Em meados de 1848, chegou aí um missionário jesuíta que iniciou a construção da igreja matriz do Santíssimo Coração de Maria em substituição à capela. Em 1891, deu-se a emancipação, já com o atual nome. Histórico dos nomes: Lajes (m. s. XVIII) > Santíssimo Coração de Maria (1848) > Coração de Maria (1891). **1827** – Nome: Lajes. Status político: povoado. Categoria Toponímica: litotopônimo. Processo Morfológico: sufixação flexional. Procedência Linguística: português. Étimo: laje [< ?] + -s, 'suf. fl. pl.'. **1890** – Nome: Santíssimo Coração de Maria. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hierotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: santíssimo [< lt. *sanctissimus*, *i*, 'santíssimo'] + Coração de Maria [< coração (< lt. vg. *coratione* < lt. cl. *cor*, *cordis*, 'coração') + de + Maria (< sanscr. *Maryâh*, 'virtude, pureza, virgindade')]. **1940, 1970** – Nome: Coração de Maria. Status político: município.

**CORDEIROS**: Localização: Serra Geral. Criação: 28/12/1961. Município de Origem: Condeúba. Categoria Toponímica: antropotopônimo. Processo Morfológico: sufixação. Procedência Linguística: português. Étimo: cordeiro [< lt. *cordarius*, *i*, 'cordeiro'] + -s, 'suf. fl. pl.'. Nome X história do local: Nos meados do século XIX, o capitão Manoel Cordeiro da Silva iniciou a construção da capela do Senhor Bom Jesus da Boa Vida, numa localidade pertencente ao município de Condeúba, formando-se o povoado de Candéal. Por influência da família do

<sup>135</sup> Neste ponto, seguimos informação de Nascentes (1952), que aponta para o termo origem Tapuia, ou seja, indígena, mas não-Tupi, sem identificar, contudo, a língua.



militar, em 1938, o povoado passou a chamar-se Cordeiros, nome alterado em 1944 para Mandacaru, substituído pelo antecessor quando da emancipação, em 1961. Histórico do nome: Senhor Bom Jesus da Boa Vida (m. s. XIX) > Candear (1933) > Cordeiros (1938) > Mandacaru (1944) > Cordeiros (1961). **1827** (inexistente). **1890** – Nome: Candear. Status político: povoado. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: candeia [< It. *candela*, *ae*, ‘candeia’] + -al, ‘suf. deriv.’. **1940** (Status político: povoado), **1970** – Nome: Cordeiros. Status político: município.

**CORIBE**: Localização: Oeste. Criação: 14/08/1958. Município de Origem: Santa Maria da Vitória. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *kuri*, ‘barro vermelho’ + *y*, ‘rio’, + *pe*, ‘em’; donde: ‘no rio do barro vermelho’. Nome X história do local: Em seu surgimento, no final do século XIX, chamava-se Rio Alegre e foi objeto de ferrenhas disputas entre Santa Maria da Vitória e Carinhanha, ao qual foi incorporado em 1931, como Sub-Prefeitura, estatuto modificado em 1932, que o transformou em distrito pertencente a Santa Maria da Vitória. Em 1938, teve o nome reduzido para Alegre e, em 1943, alterado para o atual, originalmente atribuído ao rio que corta a cidade. Histórico do nome: Rio Alegre (f. s. XIX) > Alegre (1938) > Coribe (1943). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Alegre. Status político: distrito. Categoria Toponímica: animotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: It. vg *\*alicer*, *alecris* < It. cl. *alacer*, *alacris*, ‘vivo, animado’]. **1970** – Nome: Coribe. Status político: município.

**CORONEL JOÃO SÁ**: Localização: Nordeste. Criação: 28/07/1962. Município de Origem: Jeremoabo. Categoria Toponímica: axiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: coronel [< fr. *colonel* < it. *colonello*, ‘comandante de uma coluna’] + João [< It. *Iohane*, *is* < hb. *Yekokhanan* ‘Deus é gracioso’] + Sá [< got. *saá*, ‘sala’]. Nome X história do local: Território inicialmente habitado por indígenas e posteriormente integrado à sesmaria da Casa da Torre. Sua colonização iniciou-se no século XVIII, com o estabelecimento de fazendas de criação de gado por aventureiros que, juntas, formaram o arraial de Bebedouro, elevado a distrito em 1927. Em 1943, o topônimo foi alterado para Iguaba e, em 1962, com a emancipação, para o atual, em referência a João Borges Sá, latifundiário e líder político da região durante os primeiros anos da República; responsável pelo desenvolvimento de muitas vilas de seu tempo e, principalmente, pela emancipação de Uauá. Histórico dos nomes: Bebedouro (s. XVIII) > Iguaba (1943) > Coronel João Sá (1962). **1827, 1890, 1940** – Nome: Bebedouro. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hidrotopônimo.

Processo Morfológico: derivação. Procedência Linguística: português. Étimo: bebedouro [< beber (< lt. *bibere*, 'beber, ingerir líquido') + -douro, 'suf. deriv.']. **1970** – Nome: Coronel João Sá. Status político: município.

**CORRENTINA**: Localização: Oeste. Criação: 15/05/1866. Município de Origem: Cariranha. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: corrente [lt. *currens, ntis*, 'curso'] + -in, 'suf. deriv. dimin.' + -a, 'vt'. Nome X história do local: A descoberta de minas de ouro nas margens do rio das Éguas (antigo rio Rico, atual Correntina) deu-se no início de 1700. Sabe-se que em 1791 o padre Anacleto Pereira dos Santos já minerava em território do atual município. Além dele, outros aventureiros percorriam os rios da região, na tentativa de penetrar nos atuais Estados de Goiás e Mato Grosso. Entre esses, deve-se destacar Francisco José Teixeira que, a partir de 1792, iniciou uma verdadeira corrida do ouro em direção ao rio das Éguas, criando o núcleo habitacional de que se originou a cidade. O crescente povoado recebeu o nome de Nossa Senhora da Glória do Rio das Éguas, sendo elevado a freguesia em 1806. Em 1866, a Lei Provincial nº. 973 criou o município. Sua instalação e a posse de seu primeiro intendente (Severiano Antônio de Magalhães) se deram em 13/05/1867. Em 1880, uma Resolução Provincial o extinguiu, transferindo sua sede para o arraial de Porto de Santa Maria da Vitória. Devido à inconformidade dos habitantes, uma Resolução Provincial de 1886 revogou a anterior, restaurando o município. Porém, disputas políticas favoreceram novamente Santa Maria da Vitória, que o reincorporou em 1888. Finalmente, em 1891, o Governador José Gonçalves da Silva restaurou novamente o município e trocou-lhe o nome para Correntina, nome originalmente atribuído a um dos rios que corta o seu território. Histórico dos nomes: Nossa Senhora da Glória do Rio das Éguas (1866) > Correntina (1891). **1827** (inexistente). **1890** – Nome: Nossa Senhora da Glória do Rio das Éguas. Status político: município. Categoria Toponímica: hagiopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Nossa Senhora [nossa (< lt. *nostra*, 'nossa') + senhora (< lt. *seniora, ae* 'ama, patroa, senhora')] + da [= de + a] + glória [< lt. *gloria, ae*, 'bem-aventurança, esplendor, grande mérito'] + do [= de + o] + rio [< lt. *riuus, i*, 'curso d'água] + das [de + a + -s] + éguas [< égua (< lt. *equa, ae*, 'égua') + -s 'suf. pl.']. **1940, 1970** – Nome: Correntina.

**COTEGIPE**: Localização: Oeste. Criação: 31/05/1933. Município de Origem: Barra. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *kutia*, 'cotia' + *y*, 'rio', + *pe* 'em'; donde: 'no rio das cutias'. Nome X história do local: Seu núcleo original foi o Arraial Velho, da fazenda Sussuarana, do Coronel José Lopes Coutinho do Bonfim, adquirida ainda no século XVII. Em 1698, o 32º Governador-Geral do

Brasil reconheceu-lhe a existência, dando-lhe o nome de arraial do Campo Largo. Contudo, o sítio original foi abandonado em decorrência de uma enchente, sendo o povoado transferido para o Alto do Umbuzeiro, onde ergueram uma capela dedicada a Nossa Senhora de Santana do Campo Largo, onde se reinstalou a freguesia ou paróquia. Em 1820 criou-se o município de Campo Largo, desmembrando-o da Barra. Em 1925, o distrito de Avaí do Brejo Grande foi elevado à condição de sede do novo município de Barão de Cotegipe, a que Campo Largo passou a integrar com o nome de Taguá. Em 1931, o município de Barão de Cotegipe foi extinto e anexado a Angical e, em 1933, restaurado com o nome de Cotegipe. Histórico dos nomes: Sussuarana > Velho (s. XVII) > Campo Largo (1698) > Nossa Senhora de Santana do Campo Largo > Campo Largo (1820) > Barão de Cotegipe (1925) > Cotegipe (1933). **1827, 1890** – Nome: Campo Largo. Status político: município. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: campo [< lt. *campus*, *i*, ‘campo’] + largo [< *largus*, *i*, ‘largo, extenso’]. **1940, 1970** – Nome: Cotegipe.

**CRAVOLÂNDIA**: Localização: Sudoeste. Criação: 16/07/1962. Município de Origem: Santa Inês. Categoria Toponímica: poliotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: luso-europeu. Étimo: cravo [< lt. *clavus*, *us*, ‘prego’] + -lândia [< ingl. -land, ‘terra’ + pt. -ia, ‘suf. deriv.’]; donde: ‘terra dos cravos’. Nome X história do local: No início do século XX, surge como Igatiquira, conservado até sua emancipação em 1962, quando recebe a atual denominação em homenagem a Mário Cravo, comerciante e líder político da região de Alagoinhas durante o início da Era Vargas. Histórico dos nomes: Igatiquira (in. s. XX) > Cravolândia (1962). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Igatiquira. Status político: povoado. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *ikûá* ‘baía, enseada’ + *tikira* ‘vertente’; donde: ‘enseada da vertente’. **1970** – Nome: Cravolândia. Status político: município.

**CRISÓPOLIS**: Localização: Nordeste. Criação: 26/08/1898. Município de Origem: Itapicuru. Categoria Toponímica: poliotopônimo. Processo Morfológico: aglutinação. Procedência Linguística: grego. Étimo: *krisós*, ‘ouro’ + *-pólis* ‘cidade’; donde: ‘cidade do ouro’. Nome X história do local: Seu povoamento iniciou-se na segunda metade do século XIX, por fazendeiros que ali se estabeleceram, formando as fazendas Dendê de Cima e Dendê de Baixo. Na década de 1880, com a chegada de Antônio Conselheiro, formou-se o povoado de Bom Jesus, onde o profeta do sertão construiu uma igreja e um cruzeiro em 1892. Município criado com o nome de Vila Rica, e com o território desmembrado de Itapicuru, por Lei Estadual nº. 272, de 26/08/1898, foi extinto e anexado a Itapicuru em 1901.

Restaurado por Lei Estadual nº. 983-A, de 4/08/1913, com sede na povoação de Cajueiro (atual Acajutiba), foi novamente extinto e anexado a Esplanada pelo Decreto nº. 7479, de 8/07/1931, sendo restabelecido pelo Decreto nº. 8464, de 1º/06/1933 e outra vez extinto e incorporado a Itapicuru pelo Decreto Estadual nº. 9673, de 13/08/1935. Em 1938, assumiu o nome atual. Foi restaurado definitivamente pela Lei Estadual nº. 1638, de 12/03/1962. Histórico dos nomes: Bom Jesus (déc. 1880) > Vila Rica (1898) > Cajueiro (1913) > Crisópolis (1938). **1827** (inexistente). **1890** – Nome: Bom Jesus. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hierotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: bom [< Lt. *bonus*, *i*, ‘bom’] + Jesus [< Lt. *lesu*, *ui* < hb. *loshua*, *Jehoshea*, ‘Deus é a salvação’]. **1940** (Status político: povoado), **1970** – Nome: Crisópolis. Status político: município.

**CRISTÓPOLIS**: Localização: Oeste. Criação: 19/07/1962. Município de Origem: Angical. Categoria Toponímica: poliotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: luso-grego. Étimo: pt. *Cristo* (< gr. *kristós* ‘ungido’) + gr. *-pólis* ‘cidade’; donde: ‘cidade de Cristo’. Nome X história do local: Antigamente, onde hoje se localiza a sede municipal, havia a fazenda de Antônio José Antunes Aurora, propriedade abundante em burutizais, de forma que a povoação ali formada chamou-se inicialmente Buritizinho. Em 1920, por iniciativa do fazendeiro, foi construída uma capela dedicada ao Menino Deus. Próximo dali, surgiu o povoado de Cantinho. No fim da década de 1950, o desenvolvimento dessas duas localidades e também da de Mata do Cedro gerou nos moradores o desejo de emancipação, prontamente apoiado por políticos da região. Assim, em 19/07/1962, uma Lei Estadual elevou Buritizinho a sede do município de Cristópolis, nome sugerido pelo padre Francisco Valdemar Antunes por causa da devoção popular local ao Menino Deus. Histórico dos nomes: Buritizinho (in. s. XX) > Cristópolis (1962). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Buritizinho. Status político: povoado. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: derivação sufixal. Procedência Linguística: português. Étimo: buriti [< Tp.ant. *mbyryty* ‘buriti, espécie de palmeira (*Mauritia vinifera* Mart.) + -(z)inh, ‘suf. deriv.’ + pt. -o, ‘v.t.’]. **1970** – Nome: Cristópolis. Status político: município.

**CRUZ DAS ALMAS**: Localização: RS. Criação: 29/07/1897. Município de Origem: São Félix. Categoria Toponímica: hierotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: cruz [< Lt. *crux*, *cis*, ‘cruz’] + das [= de + a + -s, ‘suf. fl. pl’] + almas [< alma (< Lt. *anima*, *ae*, ‘espírito’) + -s, ‘suf. fl. pl’]. Nome X história do local: No século XVIII, procedentes de Cachoeira, seus povoadores iniciais estabeleceram a cultura da cana-de açúcar, fundaram engenhos e iniciaram a construção de um arraial, fundado em 1897 com o nome de Nossa Senhora do Bom Sucesso da Cruz das Almas, simplificado para Cruz

das Almas em 1921. Cruz das Almas nasceu à margem da estrada real que, partindo de São Félix para sudoeste, se dirigia ao rio de Contas e seguia rumo a Minas Gerais e a Goiás. Explica-se o nome pela existência de um grande cruzeiro fincado numa encruzilhada, onde se faziam orações e era ponto de referência como "Alia na Cruz das Almas". Histórico dos nomes: Nossa Senhora do Bom Sucesso da Cruz das Almas (1897) > Cruz das Almas (1921). **1827, 1890** (inexistente). **1940, 1970** – Nome: Cruz das Almas.

**CURAÇA**: Localização: Submédio São Francisco. Criação: 6/06/1853. Município de Origem: Juazeiro. Categoria Toponímica: hierotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *kurasá* 'cruz', p/ adaptação fonética<sup>136</sup>. Nome X história do local: Em 1562, o jesuíta Luís de Grã iniciou os trabalhos de catequese com os índios que habitavam o Vale do São Francisco. Pelos idos de 1593, o bandeirante Belchior Dias Moreira chegou às Terras do Pambú, que passou a ser a primeira sede do Município. Na ocasião, o bandeirante desbravou também a Serra do Ouricurí (atual Serra da Borracha). Com o aparecimento de uma imagem do Santo Antônio no lugar denominado Pambú (palavra provavelmente Kariri, segundo Sampaio (1957)), foi edificada uma capela, formando um povoado, visitado, em 1671, pelos capuchinhos Martins de Nantes e Francisco Domfort. Por força Imperial do Decreto de 6/07/1832, deu-se sua emancipação. Em 6/07/1853, a Resolução nº. 488 transferiu sua sede para a povoação de Capim Grosso, passando o município a se chamar Pambu /Capim Grosso, situação *sui generis* por se ter um local com dois nomes oficiais ao mesmo tempo. Pelo Ato nº. 59 de 10/07/1890, o município assumiu o atual nome. Histórico dos nomes: Pambu (1853) > Pambu /Capim Grosso (1854) > Curaçá (1890). **1827** (inexistente). **1890, 1940, 1970** – Nome: Curaçá.

**DÁRIO MEIRA**: Localização: Litoral Sul. Criação: 12/04/1962. Município de Origem: Boa Nova. Categoria Toponímica: antropotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Dário [< It. *Darius*, *i* < gr. *Dareios* < pers. *Dara* < *dara*, 'soberano'] + Meira [< esp. Meira, 'um certo topônimo']. Nome X história do local: No período correspondente a 1744 a 1779, os bandeirantes Raimundo da Costa Gonçalves, João da Silva Guimarães e André da Rocha Pinto encontraram indígenas das tribos Aimoré e Mongoio, com os quais percorreram as regiões banhadas pelos rios Gongogí e Novo em busca de terras e metais preciosos. Somente em 1909, com a chegada do sargento Jerônimo Rego Moitinho, sua esposa, filhos e agregados à região, surgiu a primeira propriedade rural, a Fazenda Cajazeira, em função da abundância das

<sup>136</sup> Em Tupi não havia encontros consonantais; daí, o surgimento do fonema [ u ] entre o [ k ] e o [ r ]. O som [ z ], também inexistente na língua indígena, foi interpretado como [ s ], e o [a] final surge do fato de, naquela língua, não haver sílaba travada em [ s ] .

cajazeiras, árvore da família das anacardiáceas (*Spondias lutea*). Conforme o relato popular, ao chegar ao local, o militar teve a sua esposa Ana gravemente ferida por uma flecha indígena e, em virtude disso, prometeu metade de suas terras a Nossa Senhora do Desterro, caso ela melhorasse. Como ela se recuperou, ele doou as terras, surgindo, daí um povoado, elevado à condição de distrito pela Lei nº. 1728, de 10/08/1924, com o nome de Nossa Senhora do Desterro, trocado, quando de sua emancipação, para o atual, que homenageia um farmacêutico de relevantes serviços prestados ao município. Histórico dos nomes: Cajazeiras (1909) > Nossa Senhora do Desterro (1923) > Dário Meira (1962). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Nossa Senhora do Desterro. Status político: distrito. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Nossa Senhora [< nossa (< lt. *nostra*, ae, ‘nossa’) + senhora (< lt. *seniora*, ae ‘ama, patroa, senhora’) + do [= de + o] + desterro [< dev. de desterro < des-, ‘pref. deriv.’ + terra (< lt. *terra*, ae, ‘terra’) + -o, ‘vt’]. **1970** – Nome: Dário Meira. Status político: município.

**DIAS D’ÁVILA**: Localização: RMS. Criação: 25/02/1985. Município de Origem: Camaçari. Categoria Toponímica: antropotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Dias [< dia (< lt. *dies*, ei, ‘dia’) + -s, ‘suf. pl.’] + d’Ávila [< de + a + vila (< lt. *vila*, ae, vila, sítio)]. Nome X história do local: Referência a Francisco Dias D’Ávila (1576-1650), neto de Garcia D’Ávila por linha paterna e bisneto de Caramuru por linha materna, herdeiro de duas das mais ilustres famílias baianas do século XVI, cujas posses soube ampliar. Latifundiário, sertanista, pecuarista, concluiu as obras da Casa da Torre iniciadas por seu avô e muito expandiu os seus domínios. Em seu surgimento, a localidade era uma feira de gado chamada Capuame e fundada pelo ilustre sertanista que hoje homenageia e cujo nome passou a adotar a partir de 1928. Histórico dos nomes: Capuame (s. XVI) > Dias d’Ávila (1928). **1827, 1890** – Nome: Capuame. Status político: povoado. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *kaa* ‘mato’ + *puã* ‘redondo’; donde: ‘mato redondo, capão’. **1940, 1970** – Nome: Dias d’Ávila. Status político: povoado.

**DOM BASÍLIO**: Localização: Serra Geral. Criação: 5/04/1962. Município de Origem: Livramento de Nossa Senhora. Categoria Toponímica: axiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: dom [< lt. *dominus*, i, ‘amo, patrão, senhor’] + Basílio [< gr. Basíleios, Basílios, < basíleios, ‘régio, de origem real’]. Nome X história local: Seu povoamento teve início em 1715 com a chegada de paulistas à procura de ouro. Em 1926, foi criado o distrito de Curralinho, mudado para Ibirocaim (< Tp.-Ant. *ybyra* ‘árvore’ + (*r*)oka ‘casa’ + *ĩ* ‘pequeno’; donde: ‘pequena casa de pau’, p/ ext., ‘curral’) em 1943 e

Dom Basílio em 1953. Histórico dos nomes: Curralinho (1926) > Ibirocaim (1943) > Dom Basílio (1953). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Curralinho. Status político: distrito. Categoria Toponímica: sociotopônimo. Processo Morfológico: derivação sufixal. Procedência Linguística: português. Étimo: curral [<?] + -inh, ‘suf. deriv. dimin.’ + -o, ‘vt’. **1970** – Nome: Dom Basílio. Status político: município.

**DOM MACEDO COSTA**: Localização: Recôncavo Sul. Criação: 4/04/1962. Município de Origem: São Felipe. Categoria Toponímica: axiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Dom [< Lt. *dominus, i*, ‘amo, patrão, senhor’] + Macedo [< Lt. *Macedo, onis*, ‘macedônio’] + Costa [< Lt. *costa, ae*, ‘costa, lado’]. Nome X história do local: Localidade surgida no século XVII, em região primitivamente habitada pelos índios Maraká, com o estabelecimento de agricultores precedentes de Maragojipe. De uma das fazendas, formou-se a povoação de São Roque do Bate Quente, topônimo simplificado para São Roque no início do século XX e trocado para Dom Macedo Costa – em homenagem a um bispo de Belém (Pará) dos tempos do Império –, em 1962, pouco antes de sua emancipação. Histórico dos nomes: São Roque do Bate Quente (s. XVII) > São Roque (in. s. XX) > Dom Macedo Costa (1962). **1827, 1890** – Nome: São Roque do Bate Quente. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hagiopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: São Roque [< são (Lt. *sanctus, i*, ‘santo’) + Roque (< Lt. Rocu, Rohcus < germ. *hroc, hrocch*, ‘gritar, bramir, rugir’; donde: “aquele que grita’)] + do [= de + o] + Bate [< Lt. vg. *\*battit* < Lt. vl. *batuit*, ‘bate’] + Quente [< Lt. *calens, ntis*, ‘estar quente’]. **1940** – Nome: São Roque. Status político: povoado. hagiopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: são [< Lt. *sanctus, i*, ‘santo’] + Roque [< Lt. Rocu, Rohcus < germ. *hroc, hrocch*, ‘gritar, bramir, rugir’; donde: “aquele que grita’]. **1970** – Nome: Dom Macedo Costa. Status político: município.

**ELÍSIO MEDRADO**: Localização: Recôncavo Sul. Criação: 20/07/1962. Município de Origem: Santa Terezinha. Categoria Toponímica: antropônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Elísio [< gr. Elysiion, ‘do Elísio’] + Medrado [< PaPt medrar < Lt. *medrare*, ‘medrar, crescer’; donde: ‘crescido, desenvolvido’]. Nome X história do local: Primitivamente habitada por índios Kariri e Sabujá, a localidade surge com a chegada de agricultores ali estabelecidos em virtude da fertilidade das terras. A povoação foi criada como distrito desmembrado de Monte Cajueiro, como São Francisco do Cajueiro por Lei Municipal de 12/11/1890, nomenclatura mudada para Sousa Peixoto (1938), Novo Paraíso (1953) e, finalmente, Elísio Medrado (1962), em homenagem ao ex-deputado homônimo, constituinte baiano em 1946. Histórico dos nomes: São Francisco do Cajueiro (1890) > Sousa Peixoto (1938) > Novo

Paraíso (1953) > Elísio Medrado (1962). **1827** (inexistente). **1890** – Nome: São Francisco do Cajueiro. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: São Francisco [< são (lt. *sanctus*, *i*, ‘santo’) + Francisco (< it. *Francesco* < germ *frank*, ‘franco, livre’ + *-iskus* ‘suf. indic. gent.’; donde: ‘nascido na liberdade’)] + do [= de + o] + cajueiro [< pt. caju (< Tp. *kaïu*, ‘caju’) + eir-, ‘suf. deriv.’ + -o, vt’]. **1940** – Nome: Souza Peixoto. Status político: povoado. Categoria Toponímica: antropotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Souza [lt. *sausa*, ‘ferido, enfermo, angustiado, perturbado, roto’] + Peixoto [< peixe (< lt. cl. *pisces*, *is*, ‘peixe’) + -oto, ‘suf. deriv. dim.’; donde: ‘peixinho’]. **1970** – Nome: Elísio Medrado.

**ENCRUZILHADA**: Localização: Sudoeste. Criação: 17/06/1921. Município de Origem: Vitória da Conquista. Categoria Toponímica: odotopônimo. Processo Morfológico: derivação. Procedência Linguística: português. Étimo: encruzilhar [< lt. *encrucicare*, ‘encruzilhar’] + -d, ‘suf. fl. PaPt’ + -a, ‘vt’]. Nome X história do local: Surgiu no início do século XX como povoado do município de Vitória da Conquista, emancipando-se em 1921. Em 1943, perdeu sua autonomia, sendo incorporado a Macarani, que acabava de se emancipar. Em 1952, foi restaurado e reinstalado em 1955. O nome deve-se ao fato de se encontrar num cruzamento de duas importantes rodovias. Histórico dos nomes: Desde o seu surgimento, a localidade conserva este nome. **1827, 1890** (inexistente). **1940, 1970** – Nome: Encruzilhada.

**ENTRE RIOS**: Localização: Litoral Norte. Criação: 3/04/1872. Município de Origem: Inhambupe. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: entre [< lt. *inter*, ‘entre’] + rios [< rio (<< lt. *riuus*, *i*, ‘curso d’água’) + -s, ‘suf. fl. pl.’]. Nome X história do local: Região originalmente ocupada por índios Tupinambá. A colonização se iniciou ainda no século XVI, com a concessão de sesmarias à Casa da Torre de Garcia D’Ávila. O povoado inicial, onde foi erguida a capela de Nossa Senhora dos Prazeres, nasceu às margens dos rios Joanes, Itapicuru e Inhambupe, daí a denominação de Entre Rios. Histórico dos nomes: Desde seu surgimento, a localidade conserva o mesmo nome. **1827, (Status político: povoado), 1890, 1940, 1970** – Nome: Entre Rios.

**ÉRICO CARDOSO**: Localização: Chapada Diamantina. Criação: 16/09/1878. Município de Origem: Rio de Contas. Categoria Toponímica: antropotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Érico [< germ. *Erarich* < *era*, ‘águia’, + *rich*, ‘rei’; donde: ‘o que reina como águia’] + Cardoso [< cardo (< lt. *carduus*, *us*, ‘cardo’) + -os, ‘suf. deriv.’ + -o, ‘vt’]. Nome X história do local: No início do século XVIII, começa a colonização do território com



a procura de ouro por portugueses e brasileiros no Morro do Fogo, no Vale do Paramirim, onde se fixaram formando o arraial do Morro do Fogo: “Parece que o nome lhe vê, de fogueiras que eles acendiam no alto do monte Pará se não perderem uns dos outros” (AMARAL, 1969, p. 541). Em 1843, foi criada a freguesia de Nossa Senhora do Carmo do Morro do Fogo, transferida em 1875 para o arraial de Água Quente, emancipado em 1878 pela Lei Provincial nº. 1849, com o nome de Industrial Vila de Água Quente, porque havia “ali duas vertentes de águas termais saturadas de sais de soda” (AMARAL, 1969, p. 541). Extinto pela Resolução Provincial nº. 2175, de 20/06/1881, foi restaurado por um Ato Estadual em 1890, novamente extinto pela Lei Estadual nº. 469, de 16/07/1902 e definitivamente restaurado pela Lei Estadual nº. 1659, de 5/04/1962, com o nome de Água Quente, trocado para o atual pela Lei Estadual 4483, de 15/07/1985, em homenagem a um líder político da região. Histórico dos nomes: Morro do Fogo (in. s. XVIII) > Nossa Senhora do Carmo do Morro do Fogo (1843) > Água Quente (1875) > Érico Cardoso (1985). **1827** – Nome: Morro do Fogo. Status político: arraial. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: portuguesa. Étimo: Morro [< ?] + do [= de + o] + fogo [< lt. *focus, us*, ‘fogo’]. **1890 (Status político: município), 1940 (Status político: povoado), 1970** – Nome: Água Quente. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: portuguesa. Étimo: água [< lt. *aqua, ae* ‘água’] + quente [< lt. *caldens, ntis*, ‘caldente’].

**ESPLANADA**: Localização: Litoral Norte. Criação: 10/06/1912. Município de Origem: Conde. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: derivação. Procedência Linguística: português. Étimo: [< fr. *esplanade* < it. *spianata*, ‘esplanada; “terreno plano e descoberto, geralmente formado em frente de um edifício” (CUNHA, 1986, p. 325’]. Nome X história do local: O atual Município de Esplanada (nome em referência ao planalto onde se localiza) teve sua origem em arraial pertencente ao município do Conde, havendo logrado considerável progresso o advento da estrada de ferro, antiga Viação Férrea Leste Brasileira (atual Ferrovia Atlântica), cujo final de linha se situava na vizinha localidade de Timbó. Entre 1904 e 1908, Frei José de Monsano, capuchinho em missão catequética na região, construiu um convento para ministrar a doutrina cristã e abrigar pessoas idosas e a Escola Marista, posteriormente extinta. Município criado pela Lei Estadual nº 889, de 10/06/1912. Pelo Decreto 7.479, de 8/07/1931, foi-lhe anexado o território do extinto município de Vila Rica e criada uma sub-prefeitura na antiga Vila do Conde. Histórico dos nomes: Desde seu surgimento, conserva o mesmo nome. **1827, 1890** (inexistente). **1940, 1970** – Nome: Esplanada.

**EUCLIDES DA CUNHA:** Localização: Nordeste. Criação: 11/06/1898. Município de Origem: Monte Santo. Categoria Toponímica: antropotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Euclides [< gr. *Euklês* < *eukleés*, 'ilustre, glorioso' + -ides, 'suf. deriv. ind. descendência.']; donde: 'filho de Euclês'] + da [= de + a] + Cunha [< cunho (< lt. cl. *cuneus*, *i*, 'peça de ferro ou madeira talhada em ângulo introduzida em fendas para abri-las ainda mais') + -a, 'vt']. Nome X história do local: Surge no início do século XIX com o nome de Cumbe, posteriormente alterado para Cumbe do Major e, finalmente, para o nome atual, em homenagem ao engenheiro carioca formado pela Academia Militar, celebrizado como escritor com a obra *Os Sertões* (1902), mais que uma narrativa, uma análise social, antropológica, filosófica e política do episódio da Guerra de Canudos, ocorrido na região em que se localiza o município. Histórico dos nomes: Cumbe (in. s. XIX) > Cumbe do Major > Euclides da Cunha. **1827, 1890** – Nome: Cumbe. Status político: povoado. Categoria Toponímica: poliotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: Kikongo. Étimo: *nkumbi*, 'cidade'. **1940, 1970** – Nome: Euclides da Cunha.

**EUNÁPOLIS:** Localização: Extremo Sul. Criação: 12/05/1988. Municípios de Origem: Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália. Categoria Toponímica: poliotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: grego. Étimo: *eun*, 'bom' + *polis*, 'cidade'; donde: 'boa cidade'. Nome X história do local: Eunápolis nasceu com a construção da rodovia Rio-Bahia. Inicialmente, um agrupamento de casas para abrigar os trabalhadores deu origem a um vilarejo conhecido por Km 64, posteriormente alterado para Eunápolis. Antes de sua emancipação, chegou a entrar para o célebre Guinness, o livro dos recordes, por ser o maior povoado do mundo. Histórico dos nomes: Km 64 (m. s. XX) > Eunápolis. **1827, 1890, 1940** (inexistente). **1970** – Nome: Eunápolis. Status político: povoado.

**FÁTIMA:** Localização: Nordeste. Criação: 1º/04/1985. Município de Origem: Cícero Dantas. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: ar. *Faatima* < pers. *faatima*, 'mulher que desmama seus filhos'. Nome X história do local: Em meados do século XX, surge um pequeno arraial na Serra do Mocó, herdando-lhe o nome. Com a institucionalização do povoado, assume o nome de Monte Alverne, trocado para Feirinha do Mocó devido à existência em seu território da principal feira do entorno da serra. Quando de sua emancipação, adotou o nome da cidade lusitana de aparição de Nossa Senhora de Fátima devido à devoção de um líder político da região à santa. Histórico dos nomes: Serra do Mocó (data) > Feirinha do Mocó (data) > Monte Alverne (1944) > Fátima (data). **1827, 1890** (inexistente). **1940,**

**1970** – Nome: Feirinha do Mocó. Status político: povoado. Categoria Toponímica: sociotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: feirinha [< feira (< lt. *feria*, ae, ‘feriado’) + -inh, ‘suf. deriv. dim.’ + -a, ‘vt’] + do [= de + o] + mocó [Tp. ant., mokó, ‘mocó, mamífero roedor da família dos cavídeos’].

**FEIRA DA MATA**: Localização: Médio São Francisco. Criação: 24/02/1989. Município de Origem: Carinhanha. Categoria Toponímica: sociotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: feira [< lt. *feria*, ae, ‘feriado’] + da [= de + a] + mata [lt. *matta*, ae, ‘esteira de junco’]. Nome X história do local: Região originalmente habitada por índios Kaipó, vencidos pelo bandeirante Manuel Nunes Viana, que estabeleceu na região o primeiro núcleo colonizador. Em meados da década de 1940, na localidade havia famosas feiras das frutas organizadas pelos membros da família Da Mata, semanalmente armada sob um pé de juá, passando o local a ser chamado Feira dos Mata. Com o passar do tempo, a perda da motivação original transformou esse topônimo no atual. Histórico dos nomes: Feira dos Mata > Feira da Mata. **1827, 1890, 1940** (inexistente). **1970** – Nome: Feira da Mata. Status político: povoado.

**FEIRA DE SANTANA**: Localização: Paraguaçu. Criação: 10/01/1833. Município de Origem: Cachoeira. Categoria Toponímica: sociotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo feira [lt. *feria*, ae, ‘feriado’] + de + Santana [< santa (< lt. *sancta*, ae, ‘santa’) + Ana (< lt. *Ana*, ae < hb. *hannah*, ‘graça’)]. Nome X história do local: No século XVIII, o casal Domingos Barbosa de Araújo e Anna Brandoa ergueu uma capela na Fazenda Sant’Anna dos Olhos D’Água, em homenagem à sua santa de devoção, Senhora Sant’Anna, fazendo surgir um ponto obrigatório de tropas, viajantes e tropeiros procedentes do alto sertão baiano e de outros Estados a caminho do porto de Cachoeira, então a vila mais importante da Bahia. Surgia ali um cada vez mais próspero comércio de gado, ao lado de uma feira periódica. O crescente ritmo de desenvolvimento do povoado exigiu a construção de ruas largas, onde começaram a ser instaladas casas comerciais em grande quantidade, para atender à crescente população. Em 9/05/1833, deu-se a criação do município com o nome de Villa do Arraial de Feira de Sant’Anna. Em 16/06/1873, sua sede foi elevada ao *status* de cidade e o seu topônimo, simplificado para Feira de Santana, novamente simplificado para Feira pelos Decretos Estaduais n.ºs. 7455 e 7479, de 23/06 e 8/08/1931, respectivamente. Em 30 /11/1938, o Decreto Estadual n.º. 11.089 restaurou a denominação anterior (Feira de Santana), desde então, conservada. Histórico dos nomes: Santana dos Olhos d’Água (s. XVIII) > Feira de Santana (1832) > Feira (1931) > Feira de Santana (1938). **1827** – Nome: Santana

dos Olhos d'Água. Status político: fazenda. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Santana [< santa (< lt. *sancta*, ae, 'santa') + Ana (< lt. *Ana*, ae < hb. *hannah*, 'graça')] + dos [= de + o + -s, 'suf. pl.'] + olhos [< olho (lt. *oculus*, i, 'olho') + d'água [de + água (<lt. *aqua*, ae, 'água')]. **1890, 1940, 1970** – Nome: Feira de Santana.

**FILADÉLFIA**: Localização: Piemonte da Chapada Diamantina. Criação: 9/05/1985. Município de Origem: Pindobaçu. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: gr.: *philos*, 'amor' + *delphos*, 'irmão'; donde: 'amor fraterno, amizade'. Nome X história do local: Surge como um pouso de tropeiros em demanda de Jacobina, com o nome de Várzea do Curral. Quando de sua emancipação trocou o nome para o atual, em referência a uma cidade homônima norte-americana. Histórico dos nomes: Várzea do Curral (datas) > Filadélfia (1985). **1827, 1890, 1940** (inexistente). **1970** – Nome: Várzea do Curral. Status político: povoado. Categoria Toponímica geomorfotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: várzea [< ?] + do [= de + o] + curral [<?].

**FIRMINO ALVES**: Localização: Sudoeste. Criação: 27/07/1962. Município de Origem: Ibicaraí. Categoria Toponímica: antropotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Firmino [Firmo (< lt. *firmus*, i, 'firme, forte vigoroso') + -in, 'suf. deriv. dim.' –o, 'vt'] + Alves [~ Álvares < Álvaro (< ingl. arc. *aelf*, *elf*, 'elfo' + *ara*, *are*, 'proteção'; donde: 'gênio protetor')]. Nome X história do local: Em 1953, já figura como distrito de Ibicaraí; em 1961, assume o atual nome, em homenagem a um comerciante natural de Itabuna que liderou sua emancipação. Histórico dos nomes: Desde o seu surgimento, o município conserva o mesmo nome. **1827, 1890, 1940** (inexistente). **1970** – Nome: Firmino Alves.

**FLORESTA AZUL**: Localização: Litoral Sul. Criação: 23/04/1962. Município de Origem: Ibicaraí. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: floresta [< fr. arc. *forest* < lt. vg. *florestis* (*silva*, ae), '(bosque) externo'] + azul [fr. *azur* < lt. vg. *azurium*, i, < pers. *lāzwārd*, 'azul']. Nome X história do local: Com a abertura da estrada Itambé-Palestina (atual Ibicaraí), em local denominado Ribeirão das Águas Sumidas, formou-se o povoado de Floresta Azul, elevado à condição de distrito de Itabuna em 1953. Histórico dos nomes: Ribeirão das Águas Sumidas (in. s. XX) > Floresta Azul. **1827, 1890** (inexistente). **1940** (Status político: povoado), **1970** – Nome: Floresta Azul.

**FORMOSA DO RIO PRETO:** Localização: Oeste. Criação: 21/12/1961. Município de Origem: Santa Rita de Cássia. Categoria Toponímica: animotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: formosa [< lt. *formosa*, ae, 'cheia de forma'] + do [= de + o] + rio [< lt. *riuus*, i, 'curso d'água'] + preto [[t. vg. \**prettus*, i < lt. cl. *pressus*, i, 'negro']]. Nome X história do local: Entre 1706 e 1707, uma missão de jesuítas chegou à localidade de Itajuí para evangelizar os índios da região e ali criaram capela dedicada ao Sagrado Coração de Jesus, posteriormente transformada em freguesia de Nossa Senhora de Santana do Campo Largo. Ainda no século XVIII, o fidalgo degradedo português João Amado Viana fixou-se no local, fundando a fazenda Canabrava, posteriormente adquirida pelo Coronel Francisco Ângelo, genro de D. Maria Ana de Almeida Rocha, proprietária da fazenda Várzea Formosa. Em 1804, a capela de Santa Rita tornou-se freguesia e a fazenda passou a integrar-lhe a jurisdição. Em 1840, Formosa passou a integrar o novo município de Santa Rita, como distrito. Em 1900, o senador piauiense Joaquim Nogueira Paranaguá apresentou e aprovou um pedido de direito à navegabilidade do rio Preto. Em 1905, o governador baiano José Marcelino, um entusiasta da navegação fluvial, tomou parte da viagem inaugural do vapor Presidente Dantas, que subiu o rio Preto, passando por Santa Rita e Formosa, atingindo São Marcelo, já em território piauiense. A partir daí, a navegação a vapor passou a favorecer o desenvolvimento dessa região. Nos anos de 1950, sob a liderança do vereador Jorge Fidelis e do advogado Djalma Bessa teve início a luta pela emancipação do município, ocorrida em 1961, já com o nome atual. Histórico dos nomes: Capela do Sagrado Coração de Jesus (1706) > Freguesia de Nossa Senhora de Santana do Campo Largo > Várzea Formosa (s. XVIII) > Formosa (1840) > Formosa do Rio Preto (1943). **1827 (Status político: povoado), 1890 (Status político: distrito), 1940** – Nome: Formosa. Categoria Toponímica: animotopônimo. Processo Morfológico: derivação sufixal. Procedência Linguística: português. Étimo: lt. *formosa*, ae, 'cheia de forma'. **1970** – Nome: Formosa do Rio Preto.

**GANDU:** Localização: Litoral Sul. Criação: 18/07/1958. Município de Origem: Ituberá. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: Kikongo. Étimo: *ûandu*, 'feijão'. Nome X história do local: A faixa de terra onde se localiza, hoje, o município de Gandu, foi adquirida em 1912 por José Amado da Costa, vindo da cidade de Areia (atual Ubaíra) em busca de solo fértil para a cultura do cacau. Essa fazenda, que situava-se nas matas de Santarém (hoje Ituberá), foi denominada, na época, de "Corujão" devido a grande quantidade de corujas que ali faziam pousada. Em 1919 Corujão era, já, um arraial de 37 palhoças e 15 casas de taipa. Mais tarde esse arraial tomou o mesmo nome do rio Gandu, que o banha e tem nascente na Serra da Pedra Chata. Pelo Decreto Estadual nº. 1008, de 28/07/1958, foi emancipado. Histórico dos nomes: Corujão

(s. XIX) > Gandu. **1827, 1890** – Nome: Corujão. Status político: fazenda. Categoria Toponímica: zootopônimo. Processo Morfológico: derivação sufixal. Procedência Linguística: português. Étimo: coruja [< ?] + -ão, 'suf. deriv. aum.'. **1940** (Status político: distrito), **1970** – Nome: Gandu.

**GAVIÃO**: Localização: Paraguaçu. Criação: 19/03/1985. Município de Origem: Riachão do Jacuípe. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: < germ. *gavilane*, 'gavião, pequena ave de rapina da família dos falconídeos (*Falco nisus*)'. Nome X história do local: Surge em 1878, em terras da fazenda pecuarista Riachão, situada à margem esquerda do rio Jacuípe, como povoado do então município de Santana do Camisão (atual Ipirá), com o nome de Nossa Senhora da Conceição do Gavião, reduzido para a condição atual em 1933, em referência ao rio que lhe corta o território. Histórico dos nomes: Riachão (1855) > Nossa Senhora da Conceição do Gavião (1878) > Gavião (1933). **1827** (inexistente). **1890** – Nome: Nossa Senhora da Conceição do Gavião. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hagiopônimo. Processo Morfológico: justaposição; Procedência Linguística: português. Étimo: Nossa Senhora [< nossa (< lt. *nostra*, ae 'nossa') + senhora (< lt. *seniora*, ae 'ama, patroa, senhora')] + da [= de + a] + conceição [< pt. concepção < lt. *conceptio*, onis, 'concepção']. **1940, 1970** – Nome: Gavião. Status político: povoado.

**GENTIO DO OURO**: Localização: Irecê. Criação: 9/07/1890. Município de Origem: Xiquexique. Categoria Toponímica: etnotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: gentio [< lt. *gentile*, *is*, 'gentil'] + do [= de + o] + ouro [lt. *aurum*, *i*, 'ouro']. Nome X história do local: Em fins do século XVIII, a descoberta de minas de ouro, diamantes e cristal atraiu aventureiros para a região, ocasionando o surgimento de um povoado, emancipado por ato estadual de 1890 com a denominação de Gameleira, trocada para Gameleira do Assuruá em 1927. Extinto pelo Decreto Estadual nº. 7479, de 8/07/1931, foi restaurado em 1933 com sede no distrito de Santo Inácio, vindo a adotar esse nome em 1938, trocado para o atual pela Lei Estadual nº. 628, de 30/12/1953. Histórico dos nomes: Gameleira (1890) > Gameleira do Assuruá (1927) > Santo Inácio (1938) > Gentio do Ouro (1953). **1827 (Status político: povoado), 1890** – Nome: Gameleira. Status político: município. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: derivação. Procedência Linguística: português. Étimo: gamela [< lt. *camella*, ae, 'pequeno vaso para beber'] + -eir, 'suf. deriv.' + -a 'vt'. **1940** – Nome: Santo Inácio. Status político: município. Categoria Toponímica: hagiopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: santo [< lt. *sanctus*, *i*,

‘santo’] + Inácio [< lt. *Ignacius*, *i*, < gr. *Ignatiós* < *ignatiós*, ‘filho’]. **1970** – Nome: Gentio do Ouro.

**GLÓRIA:** Localização: Nordeste. Criação: 1º/05/1886. Município de Origem: Jeremoabo. Categoria Toponímica: animotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: lt. *gloria*, *ae*, ‘bem-aventurança, esplendor, grande mérito’. Nome X história do local. Território originalmente habitado por índios, integrado à colonização graças ao ciclo de entradas. Ainda no século XVIII, chamava-se Curral dos Bois, em referência à pecuária, sua atividade econômica predominante. Em 1842, passou a chamar-se Santo Antônio da Glória do Curral dos Bois, devido à fundação de uma igreja dedicada a esse santo. Teve o nome reduzido para o atual em 1931. Histórico dos nomes: Curral dos Bois (s. XVIII) > Santo Antônio da Glória do Curral dos Bois (1842) > Glória (1931). **1827** – Nome: Curral dos Bois. Status político: povoado. Categoria Toponímica: sociotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: curral [< ?] + dos [= de + -o + -s, ‘suf. fl. pl.’] + bois [< boi (< lt. *bos*, *bovis*, ‘boi’) + -s, ‘suf. fl. pl.’]. **1890** – Nome: Santo Antônio da Glória do Curral dos Bois. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Santo Antônio da Glória [< santo (< lt. *sanctus*, *i*, ‘santo’) + Antônio (< lt. *antonius*, *i*, ‘inestimável’) + da (= de + a) + Glória (lt. *gloria*, *ae*, ‘bem-aventurança, esplendor, grande mérito’)] + do [= de + o] + Curral dos Bois [< curral [< ?] + dos [= de + -o + -s, ‘suf. fl. pl.’] + bois [< boi (< lt. *bos*, *bovis*, ‘boi’) + -s, ‘suf. fl. pl.’]. **1940, 1970** – Nome: Glória.

**GONGOGI:** Localização: Litoral Sul. Criação: 12/04/1962. Município de Origem: Ubaitaba. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: Kikongo. Étimo: *gongodi* ‘mergulhão, uma espécie de inseto’. Nome X história do local: Nas primeiras décadas do século XX, em torno de uma capela dedicada a Santana começam a surgir moradias, constituindo o povoado de Pedrinhas que, em 1953, figura como distrito de Ubaitaba. Em 1962, quando de sua emancipação, assume o atual topônimo, originalmente atribuído o rio que banha a cidade. Histórico dos nomes: Pedrinhas (1953) > Gongoji (1962). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Pedrinhas. Status político: povoado. Categoria Toponímica: mineratotopônimo. Processo Morfológico: sufixação. Procedência Linguística: português. Étimo: pedrinha [< pedra (< lt. *petra*, *ae*, ‘pedra’) + -inh, ‘suf. deriv. dim.’ + -a, ‘vt’] + -s, ‘suf. fl. pl.’. **1970** – Nome: Gongoji.

**GOVERNADOR MANGABEIRA:** Localização: Recôncavo Sul. Criação: 14/03/1962. Município de Origem: Muritiba. Categoria Toponímica: axiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo:

Governador [< *gubernator, oris*, 'governador'] + Mangabeira [< mangaba (< Tp.-ant. *mangaûa*, 'mangaba') + -eira, 'suf. deriv.']. Nome X história do local: Região inicialmente habitada por índios Tupinambá. Com o desenvolvimento da cultura de cana-de-açúcar, formou-se, em 1881, o povoado de Cabeças, origem da atual sede, topônimo alterado para o atual em 1962, numa homenagem a Otávio Mangabeira, governador do Estado entre 1947 e 1951. Histórico dos nomes: Cabeças (1881) > Governador Mangabeira (1962). **1827, 1890, 1940** – Nome: Cabeças. Status político: povoado. Categoria Toponímica: somatotopônimo. Processo Morfológico: sufixação. Procedência Linguística: português. Étimo: cabeça [< lt. vg. *capítia*, ae < lt. cl. *caput, is*, 'cabeça'] + -s, 'suf. fl. pl.'. **1970** – Nome: Governador Mangabeira.

**GUAJERU**: Localização: Serra Geral. Criação: 25/02/1985. Município de Origem: Condeúba. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *guaïeru* 'guajeru, planta da família das rosáceas (*Chrysobalanus icaco*)'. Nome X história local: Originou-se no início do século XIX, quando fazendeiros penetraram no sertão e, com base em trabalho escravo, formaram povoados e vilarejos, alguns dos quais prosperaram, a despeito do fracasso da maioria. O povoado surgiu com um pequeno grupo de famílias onde hoje está a chamada Rua Velha e durou cerca de 100 anos. A igreja de Santa Rosa do Panasco (espécie de capim abundante na região) foi construída por volta de 1880, passando por duas grandes reformas tempos depois. Como na época das chuvas o arraial era inundado e as casas caíam, sendo preciso reconstruí-las, por volta de 1920 os moradores resolveram se mudar para um sítio mais alto, ao redor da igreja. Elevado a distrito de Santa Rosa pela Lei Municipal nº. 4, de 19/02/1893, assumiu o atual nome em 1944. Foi emancipado pela Lei Estadual nº. 4402, de 25/02/1985. Histórico do nome: Santa Rosa do Panasco (1880) > Santa Rosa (1893) > Guajeru (1944). **1827** (inexistente). **1890** – Nome: Santa Rosa do Panasco. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hagiopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Santa Rosa [< santa (< lt. *sancta, ae*, 'santa') + Rosa (< lt. *rosa, ae*, 'rosa') + do [= de + o] + panasco [< ?]. **1940** – Nome: Santa Rosa. Status político: distrito. Categoria Toponímica: hagiopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: santa [< lt. *sancta, ae*, 'santa'] + Rosa [< lt. *rosa, ae*, 'rosa']. **1970** – Nome: Guajeru. Status político: distrito.

**GUANAMBI**: Localização: Serra Geral. Criação: 14/08/1919. Município de Origem: Palmas de Monte Alto. Categoria Toponímica: zootopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *guanumby* 'beija-flor'. Nome X história do local: Por volta da metade do século XIX, uma



cafetina devota de Santo Antônio chamada Bela e sua filha Flor construíram uma casa de taipa para funcionar um bordel nas proximidades do rio Belém, na margem direta do rio Carnaíba de Dentro, em terras da fazenda Carnaíba. Desde então, para ali convergiram os moradores da vizinhança que, juntamente com elas, todos os anos, mais costumeiramente no dia 13 de junho, rezavam benditos e ladainhas em louvor ao santo. Esse encontro transformou-se rapidamente num festejo animado de muitos dias, fazendo surgir, aos poucos, outras casas. Em 1870, a doação de parte da fazenda à freguesia de Santo Antônio iniciou um povoado apelidado de Quebra, sobretudo porque arruinava financeiramente quem ali permanecia à procura de farra. Durante as festas religiosas de Santo Antônio, era comum iniciar os folguedos apenas depois que todos os foliões, mais interessados na farra que no culto, ensejavam o fim da cerimônia e, para isso, suplicavam: "Beija, Flor! Beija, Flor!". Assim, como lembrança àquele momento, o povo passou o lugar de Beija-Flor. Em 1880, foi criado o distrito de paz de Beija-flor, emancipado com o nome atual em 1919. Histórico dos nomes: Carnaíba (antes de 1870) > Quebra (1870) > Beija-flor (1880) > Guanambi (1919). **1827** (inexistente). **1890** – Nome: Beija-flor. Status político: povoado. Categoria Toponímica: zootopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: beija [< deriv. regr. beijar (< lt. *basiare*, 'beijar')] + flor [< lt. *flos*, *oris*, 'flor']. **1940, 1970** – Nome: Guanambi.

**GUARATINGA**: Localização: Extremo Sul. Criação: 31/08/1961. Município de Origem: Porto Seguro. Categoria Toponímica: zootopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *gûará*, 'garça' + *tinga*, 'branco'; donde: 'garça branca'. Nome X história do local: Sua história tem origem numa fazenda ocupada por posseiros vindos de Minas Gerais, fundadores de um arraial, a que denominaram Jaquetão. Em 1940, a área ganhou prosperidade, devido aos preços do cacau no mercado externo, cultura introduzida há algum tempo no vale do Buranhém. Em 1953, ganhou foros de distrito, subordinado a Porto Seguro, recebendo o topônimo atual. Histórico dos nomes: Jaquetão > Guaratinga (1953). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Jaquetão. Status político: povoado. Categoria Toponímica: ergotopônimo. Processo Morfológico: derivação sufixal. Procedência Linguística: português. Étimo: jaqueta [< fr. mod. *jaquette* < fr. arc. *jaque*, 'jaqueta'] + -ão, 'suf. deriv. aum.'. **1970** – Nome: Guaratinga.

**HELIÓPOLIS**: Localização: Nordeste. Criação: 11/04/1985. Município de Origem: Ribeira do Amparo. Categoria Toponímica: poliotopônimo. Processo Morfológico: aglutinação. Procedência Linguística: grego. Étimo: *hélíos*, 'sol' + *polis*, 'cidade'; donde: 'cidade do sol'. Nome X história do local: Em seu surgimento, nas primeiras décadas do século XX, chamava-se Novo Amparo – numa referência a Amparo

(atual Ribeira do Amparo), município do qual era povoado. Obtendo rápido crescimento, ganhou a condição de distrito no final da década de 1960, já com o nome de Heliópolis, mantido após a emancipação. Histórico dos nomes: Novo Amparo (in. s. XX) > Heliópolis (f. déc. 1960). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Novo Amparo. Status político: povoado. Categoria Toponímica: cronotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: novo [lt. *novus, i*, ‘novo’] + amparo [< deriv. regr. amparar (< lt. *anteparare*, ‘proteger, defender’)]. **1970** – Nome: Heliópolis. Status político: distrito.

**IAÇU**: Localização: Paraguaçu. Criação: 14/08/1958. Município de Origem: Santa Terezinha. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *y* ‘rio’ + *uaçu* ‘grande’; donde: ‘rio grande’. Nome X história do local: Surge por força da Resolução Municipal nº. 3, de 19/04/1922, confirmada pela Lei Estadual 1509, de 3/08 do mesmo ano, na condição de distrito de Santana com o nome de Sítio Novo, nome trocado para Paraguassu em 1929 e para Iaçu em 1943. Histórico dos nomes: Sítio Novo (1922) > Paraguassu (1929) > Iaçu (1943). **1827, 1890**: (inexistente). **1940** – Nome: Paraguassu. Status político: distrito. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *pará* ‘rio’ + *ûaçu* ‘grande’; donde: ‘rio grande’. **1970** – Nome: Iaçu.

**IBIASSUCÊ**: Localização: Serra Geral. Criação: 18/07/1962. Município de Origem: Caculé. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *yby* ‘terra’ + *ã* ‘alto’ + *susé* ‘sobre’; donde: ‘sobre o planalto’. Nome X história do local: Originalmente, a região eram habitada por índios Kaeté. Em fins do século XIX, em terras da fazenda Lagoa do Cisco, às margens do Rio das Antas ou Jacaré e da Lagoa do Tamboril, surgiram as primeiras casas e a capela de São Sebastião, formando o povoado de São Sebastião do Cisco que, inicialmente, pertenceu ao município de Caetité a depois, com a emancipação política de Caculé, passou a integrar-lhe o território, na condição de distrito. Em 1920, sua denominação foi alterada para São Sebastião; em 1933, para São Sebastião do Caetité, voltando a São Sebastião em 1938. Finalmente com o Decreto Estadual nº 141, de 1943, passou a ser nomeado Ibiassucê. Com seu desenvolvimento gradual, a população ansiava pela sua emancipação, que só veio se deu com o Decreto nº 1724, de 18/07/1962. Histórico dos nomes: Lagoa do Cisco (f. s. XIX) > São Sebastião do Cisco > São Sebastião (1920) > São Sebastião do Caetité (1933) > São Sebastião (1938) > Ibiassucê (1943). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: São Sebastião. Status político: distrito. Categoria Toponímica: hagiopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: *são* [lt. *sanctus, i*, ‘santo’]

+ Sebastião [< lt. *Sebastianus*, *i* < gr. Sebastianós < *sebastós*, 'sagrado']. **1970** – Nome: Ibiassucê.

**IBICARAÍ:** Localização: Litoral Sul. Criação: 22/10/1952. Município de Origem: Itabuna. Categoria Toponímica: litotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *yby* 'terra' + *karay* + 'sagrado'; donde: 'terra sagrada'. Nome X história do local: Em 1916, Manoel Marques Primo comprou uma pequena roça situada à margem esquerda do rio Salgado para onde seus familiares se dirigiram para iniciar a cultura do cacau. No ano seguinte, como fruto dessa imigração e da expansão natural do agronegócio cacaueiro, formava-se um pequeno povoado, onde a população se reunia ao redor de um barracão central para realizar pequenos negócios e colocar a conversa em dia. Em razão destas costumeiras reuniões, o local ganhou o nome de Palestra. Em 1920, por sugestão de Aurélio Caldas, seu nome passou a ser Palestina. Em 1937, foi elevado à condição de vila, desmembrada de Itabuna por força da Lei Estadual nº. 451, de 22/10/1952, assumindo o atual nome, tradução em Tupi-antigo da expressão "terra santa", pelo qual é conhecida a região da Palestina, que lhe cedeu o antigo topônimo. Além da sede, faziam parte do território do novo município os distritos de Floresta Azul, Santa Cruz da Vitória, Firmino Alves, Itororó (hoje, emancipados) e Itaiá e os povoados de Cajueiro, Saloméia, Santa Isabel, Coquinhos, Ponto do Astério, Ipiranga, Rio do Meio, Jussara e Itati. Histórico dos nomes: Palestra (1917) > Palestina (1920) > Ibicaraí (1952). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Palestina. Status político: distrito. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: lt. *Palestina*, *ae* [< *filistinus*, *i*, 'filisteu' + -ina, 'suf. deriv.']; donde: 'terra dos filisteus']. **1970** – Nome: Ibicaraí.

**IBICOARA:** Localização: Chapada Diamantina. Criação: 20/07/1962. Município de Origem: Mucugê. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo Processo Morfológico: justaposição Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *yby* 'terra' + *kûara* 'buraco'; donde: 'buraco da terra'. Nome X história do local: No início do século XIX, com a procura de ouro na Chapada Diamantina, surgiu o povoado de São Bento como ponto de descanso de tropeiros e garimpeiros em trânsito entre Mucugê e Andaraí. No final dessa mesma centúria, teve o nome trocado para Cascavel. Em 1938, passou a chamar-se Igarassu e, em 1944, foi transformado em distrito com o nome de Ibicoara, conservado após a emancipação. Histórico dos nomes: Povoado de São Bento (in. s. XIX) > Cascavel (f. s. XIX) > Igarassu (1938) > Ibicoara (1944). **1827, 1890, 1940** (inexistente). **1970** – Nome: Ibicoara.

**IBICUI:** Localização: Sudoeste. Criação: 12/12/1952. Município de Origem: Poções. Categoria Toponímica: litotopônimo. Processo Morfológico: justaposição.

Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *yby* ‘terra’ + *kúí* ‘fino’; donde: ‘terra fina, areia’. Nome X história local: Área originalmente habitada por índios Tapajó e Kamakã, expulsos em 1782. Até 1913, o território do atual município de Ibicuí chamava-se Rio Novo de Guarani. Nesse ano, José Veiga e Marcelino Silva Novo e suas famílias instalaram-se na região, formando as primeiras pastagens lavouras de milho, feijão, mandioca, fumo e café. Em 1942, já na condição de distrito do município de Poções, passou a chamar-se Guarani, imediatamente alterado para Ibicuí por já existir um município com esse nome em Minas Gerais e a legislação da época não admitir a adoção de um mesmo topônimo por localidades distintas. Histórico dos Nomes: Rio Novo de Guarani (1913) > Guarani (1942) > Ibicuí (1942). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Rio Novo de Guarani. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Rio Novo [< rio (*riuu*, *i*, ‘curso d’água’) + novo (< lt. *novus*, *i*, ‘novo’)] + de + Guarani [<?]. **1970** – Nome: Ibicuí.

**IBIPEBA**: Localização: Irecê. Criação: 19/09/1961. Município de Origem: Gentio do Ouro. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *yby*, ‘terra’ + *peba*, ‘chata’; donde: ‘terra chata, planície’. Nome X história do local: Em 1884, liderados por José Antônio Alves Barreto, alguns caçadores provenientes de Lagoa Grande avistaram um pequeno rebanho caprino margeando uma lagoa rodeada de uma gramínea conhecida por tiririca; da associação desses elementos, batizaram o local como Tiririca do Bode, posteriormente trocado para Tiririca do Assuruá. Somente em 1961, com sua emancipação, a localidade passa a chamar-se Ibipeba. Histórico dos nomes: Tiririca do Bode (1884) > Tiririca do Assuruá (1910) > Ibipeba (1961). **1827** (inexistente). **1890** – Nome: Tiririca do Bode. Status político: povoado. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: tiririca [< Tp.-ant. *tyryryk-a*, ‘cortante, vibrante, ref. a(o) efeito da folha de) uma espécie de planta da família das ciperáceas (*Cyperus brasiliensis*)’] + do [= de + o] + bode [< ?]. **1940** – Nome: Tiririca do Assuruá. Status político: povoado. fitotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: tiririca [< Tp.-ant. *tyryryk-a*, ‘cortante, vibrante, ref. a(o) efeito da folha de) uma espécie de planta da família das ciperáceas (*Cyperus brasiliensis*)’] + do [= de + o] + Assuruá [< Tp.-ant. *assuru* ‘gaiola’ + *a* ‘altura, p/ ext. montanha’; donde: ‘montanha da gaiola’]. **1970** – Nome: Ibipeba.

**IBIPITANGA**: Localização: Chapada Diamantina. Criação: 16/07/1962. Município de Origem: Camamu. Categoria Toponímica: litotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *yby* ‘terra’ + *pitanga*

‘vermelho’; donde: ‘terra vermelha, barro vermelho’. Nome X história do local: Em torno de capela dedicada a Santa Luzia e erguida em terras da fazenda Barro Vermelho, surge o povoado de Santa Luzia do Barro Vermelho na última década do século XIX. Por volta de 1920, o topônimo sofre redução para Barro Vermelho, expressão traduzida em 1937 para o Tupi-antigo, configurando a atual nomenclatura. Histórico dos nomes: Barro Vermelho (f. séc. XIX) > Santa Luzia do Barro Vermelho > Barro Vermelho (± 1920) > Ibipitanga (1937). **1827** (inexistente). **1890** – Nome: Santa Luzia do Barro Vermelho. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Santa Luzia [< santa (< lt. *sancta*, *ae*, ‘santa’) + Luzia (< it. *Lucia* < lt. *Lucia*, *ae* < gr. *Loukía*, ‘a luminosa’)] + do [= de + o] + Barro Vermelho [barro (< lt. vg. *\*barrum* < gaul. *barrum* ‘barro, lodo’) + vermelho (< lt. *vermiculus*, *i*, ‘vermelho)]. **1940 (Status político: povoado), 1970** – Nome: Ibipitanga.

**IBIQUERA**: Localização: Paraguaçu. Criação: 20/08/1958. Município de Origem: Itaberaba. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *yby* ‘terra’ + *-gûera* ‘sufixo de Pt2’; donde: ‘o que foi terra, terra antiga’. Nome X história do local: Surge em 1933, como distrito do município de Itaberaba, emancipando-se quinze anos depois. Histórico dos nomes: Desde o seu surgimento, a localidade conserva o mesmo nome. **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Ibiquera. Status político: distrito. **1970** – Nome: Ibiquera.

**IBIRAPITANGA**: Localização: Litoral Sul. Criação: 3/08/1961. Município de Origem: Camamu. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *ybyrá* ‘árvore’ + *pitanga* ‘vermelho’; donde: ‘árvore vermelha, o pau-brasil’. Nome X história do local: O povoamento do território iniciou-se em 1915, com a formação de um povoado denominado Cachoeira do Pau, elevado a distrito em 1938 com o nome de Ibirapitanga, conservado após a emancipação. Histórico dos nomes: Cachoeira do Pau (1915) > Ibirapitanga (1938). **1827, 1890** (inexistente). **1940 (Status político: distrito), 1970** – Nome: Ibirapitanga.

**IBIRAPOÃ**: Localização: Extremo Sul. Criação: 20/07/1962. Município de Origem: Caravelas. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *ybyrá* “árvore” + *puã* “alto”; donde: “árvore alta”. Nome X história do local: Sua colonização foi tardia, ocorrendo apenas na segunda metade do século XIX, com a construção da ferrovia Bahia-Minas. Além disso, o extrativismo vegetal, principalmente o de madeira de lei, trouxe colonos alemães e aventureiros de Minas, aumentando a

população do local. Em 1945, a povoação recebia o nome de Bom Jesus, alterado para Ibirapoã quando de sua elevação a distrito em 1953. Município criado por Lei Estadual de 20/07/1962. Histórico dos Nomes: Bom Jeus (1945) > Ibirapoã (1953). **1827, 1890, 1940** (inexistente). **1970** – Nome: Ibirapoã.

**IBIRATAIA**: Localização: Litoral Sul. Criação: 10/11/1960. Município de Origem: Ipiaú. Categoria Toponímica. Processo Morfológico. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *ybyrá* ‘árvore’ + *taya* ‘queimar’; donde: ‘árvore que queima, a pimenteira’. Nome X história do local: Por volta de 1914, os pioneiros deste município se fixaram às margens do rio da Formiga, em local com uma infinidade de plantas medicinais, formando o povoado de Ipecacuanha (< Tp.-ant. *ypy-kaá* “pé de mato, raiz” + *gũẽ* “vômito”; donde; “raiz vomitiva”), nome em referência a uma fazenda da região. Em 1933, já sob a jurisdição de Rio Novo (atual Ipiaú), tornou-se distrito com o nome de Tesouras, alterado para Ibirataia em 1943. Histórico dos nomes: Ipecacuanha (± 1914) > Tesouras (1933) > Ibirataia (1943). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Tesouras. Status político: distrito. Categoria Toponímica: ergotopônimo. Processo Morfológico: sufixação flexional. Procedência Linguística: português. Étimo: tesoura [< lt. *tonsoira*, ae, ‘tonsura’] + -s, ‘suf. pl.’. **1970** – Nome: Ibirataia. Status político: povoado.

**IBITIARA**: Localização: Chapada Diamantina. Criação: 20/02/1891. Município de Origem: Piatã. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *yby* ‘terra’ + *tîara* ‘pintado’; donde: ‘terra pintada, terra tingida’. Nome X história do local: Em fins do século XVII, bandeirantes penetraram no território deste município à procura de ouro e pedras preciosas. Entretanto, vendo que as terras se prestavam à agropecuária, começaram a se fixar no local, formando a pequena povoação de Remédios do Rio de Contas, logo elevada à freguesia com o nome de Nossa Senhora dos Remédios. Em 1891, foi criado o município de Bom Jesus do Rio de Contas, alterado, em 1909, para Remédios. Em 1921, transferiu-se a sede municipal para o arraial de Bom Sucesso, havendo também a mudança do topônimo. Supresso o município em 1931, foi restaurado em 1934 e, em 1943, recebeu o atual nome. Histórico dos nomes: Remédios do Rio de Contas (f. s. XVII) > Nossa Senhora dos Remédios > Bom Jesus do Rio de Contas (1891) > Remédios (1909) > Bom Sucesso (1921) > Ibitiara (1943). **1827, 1890** – Nome: Remédios do Rio de Contas. Status político: povoado. Categoria Toponímica: ergotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: remédios [remédio (< lt. *remedium*, i, ‘remédio’) + -s, ‘suf. pl.’] + do [= de + o] + Rio de Contas [< Rio (lt. *riuus*, i, ‘curso d’água’) + de + contas (conta (deriv. regr. contar < lt. *computare*, ‘contar’) + -s, ‘suf. pl.’)]. **1940** – Nome: Bom Sucesso. Status político: município. Categoria Toponímica: animotopônimo.

Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: bom [lt. *bonus*, *i*, bom] + sucesso [< lt. *sucessus*, *i*, 'bom acontecimento, êxito,']. **1970** – Nome: Ibitiara.

**IBITITÁ**: Localização: Irecê. Criação: 17/10/1961. Município de Origem: Irecê. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *ibytyra* 'montanha' + *itá* 'pedra'; donde: 'montanha da pedra, rochedo'. Nome X história do local: No final do século XIX, os irmãos Martiniano, Clemente e Benigno Marques Dourado fundaram a localidade com o nome de Rochedo, com o qual figura como distrito de Irecê em 1943. No ano seguinte, tem o nome traduzido para o Tupi-antigo, passando a chamar-se Ibititá<sup>137</sup>. Histórico dos nomes: Rochedo (f. s. XIX) > Ibititá (1944). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Rochedo. Status político: povoado. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: derivação. Procedência Linguística: português. Étimo: rocha [fr. *roche* < lt. vg. *\*rocca*, *ae*, 'rocha'] + -edo 'suf. dim.'. **1970** – Nome: Ibititá.

**IBOTIRAMA**: Localização: Médio São Francisco. Criação: 14/08/1958. Município de Origem: Paratinga. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *potira* 'flor' + *rama* 'suf. IdFt'; donde: 'o que será flor; botão de flor'. Nome X história do local: Em 1732, surge a primeira fazenda que recebe o nome de Bom Jardim, devido a grande quantidade e variedade flores existentes nessa propriedade. Esta fazenda pertencia a Dona Joana Guedes de Brito, filha de Antônio Guedes de Brito, o primeiro Conde da Ponte que, por volta de 27/08/1663, recebeu por doação do rei de Portugal uma sesmaria que ia do Morro do Chapéu à nascente do Rio das Velhas. Desde essa época, há referências à Passagem do Bom Jardim como local de passagem obrigatória para quem quisesse cortar o rio São Francisco entre Campo Largo (atual Cotegipe) e a Barra do Rio Grande (atual Barra). Em 1820, a localidade passa a integrar a Fazenda do Boqueirão, já arraial do Bom Jardim em 1834. Em 1931, foi transformado em vila e teve o nome mudado para Jardinópolis em 1943, e para Ibotirama em 1944. Histórico dos nomes: Passagem do Bom Jardim (1732) > Boqueirão (1820) > Bom Jardim (1832) > Jardinópolis (1943) > Ibotirama (1944). **1827** – Nome: Boqueirão. Status político: fazenda. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: derivação. Procedência Linguística: português. Étimo: boca [< lt. *bucca*, *ae*, 'abertura'] + pt. -eir, 'suf. deriv.' + pt. -ão, 'suf. deriv. aum.' **1890, 1940** – Nome: Bom Jardim. Status político: povoado. Categoria Toponímica: animotopônimo. Processo Morfológico:

<sup>137</sup> Merece registro um nome popular atribuído na região ao município: Chifrolândia, uma referência irreverente ao adultério feminino, prática que, segundo a fala popular regional, não a podemos confirmar, tem muita incidência por lá.

justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: bom [It. *bonus*, *i*, 'bom'] + jardim [< fr. *jardin*, 'jardim']. **1970** – Nome: Ibotirama.

**ICHU**: Localização: Paraguaçu. Criação: 30/07/1962. Município de Origem: Riachão do Jacuípe. Categoria Toponímica: zootopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: variante da forma padrão *enxu*, designativa de um inseto da família dos vespídeos (*Nectarina Lecheguana*, Latr.), popularmente conhecida por vespa social. Nome X história do local: Foram os índios Biringa os primitivos habitantes do território desse município. Até 1926, existia apenas uma fazenda denominada Enxu, se tornaram frequentes celebrações de batizados, missas, casamentos e outros atos religiosos, por falta de outro lugar mais apropriado. Só no ano seguinte, com o surgimento das primeiras casas em torno da sede da fazenda, teve início a construção de uma capela dedicada ao Sagrado Coração de Jesus. Com o tempo, o povoado se desenvolveu, já que os proprietários da referida fazenda se incumbiram de construir casas que vendiam ou emprestavam e fazendeiros vizinhos também aí investiram com outras construções. Em 1935, a denominação Enxu teve a grafia alterada para Ichú. Histórico dos nomes: Enchu (1926) > Ichu (1935). **1827, 1890** (inexistente). **1940 (Status político: povoado), 1970** – Nome: Ichu.

**IGAPORÃ**: Localização: Serra Geral. Criação: 25/05/1953. Município de Origem: Caetité. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: aglutinação. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *y-apó* 'pântano' + *porãga* 'bonito'; donde: 'pântano bonito'. Nome X história do local: O povoamento do território iniciou-se por volta de 1870, com a chegada das famílias Brito e Pinheiro de Azevedo. Construída a capela de Nossa Senhora do Livramento em 1871, formou-se o povoado de Bonito, elevado a distrito com o nome de Igaporã pelo Decreto nº. 12978, de 1º/01/1944. Em 30/12 do mesmo ano, foi emancipado pela Lei Estadual nº. 638. Em 7/02/1958, foi executado o mandato judicial do estado da Bahia, que considerou inconstitucional a criação do município, fazendo-o retornar a Caetité, como distrito. Registra-se que, na época, o distrito de Pajéu do Vento não se conformou em pertencer a Igaporã e por meio de plebiscito, voltou a ser distrito de Caetité. Por força da Lei 2308, de 1º/09/1960, foi restaurado. Histórico dos nomes: Bonito (1871) > Igaporã (1944). **1827** (inexistente). **1890, 1940** – Nome: Bonito. Status político: povoado. Categoria Toponímica: animotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: esp. bonito [< *bueno*, 'bom' + *-ito*, 'suf. dim.'; donde: 'bonzinho']. **1970** – Nome: Igaporã.

**IGRAPIÚNA**: Localização: Litoral Sul. Criação: 24/02/1989. Município de Origem: Camamu. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *ygara* 'canoa' + *pi* 'pele, casca' + *una*



‘preto’; donde: ‘canoa da casca preta’. Nome X história do local: Topônimo originalmente atribuído ao rio que banha a cidade. Igarapiúna surgiu de uma aldeia de índios Tupinikim. A partir do início do século XVIII, os portugueses foram atraídos para o local, iniciando os cultivos de mandioca, arroz e cana-de-açúcar, sendo dessa época o princípio da construção da Igreja de Nossa Senhora das Dores, padroeira da localidade. A pequena aldeia desenvolveu-se com base na agricultura e na exportação, por via marítima, dos seus produtos para a capital do Estado, tornando-se um dos principais produtores de mandioca da Região. Surge em 1701 com o nome de Nossa Senhora das Dores de Igarapiúna. Em 28/12/1797, foi decretada a elevação da aldeia à condição de distrito. Em 1875, é registrado como Igarapiúna<sup>138</sup>. É emancipado em 1892, mas perde sua autonomia em 30/11/1928, quando anexado a Camamu, na condição de distrito. A partir dos anos de 1950, a introdução de novos cultivos e a intensificação das culturas de dendê e do cacau promoveram o desenvolvimento da sua agricultura em bases diversificadas, de acordo com a característica predominante em toda a região dos Tabuleiros de Valença. Como os benefícios decorrentes do crescimento do setor primário foram reduzidos, a população de Igarapiúna tentou por sucessivas vezes a emancipação. O primeiro pedido nesse sentido ocorreu em 1962, mas foi negado. Em 1980, nova solicitação foi encaminhada à Assembléia Legislativa do Estado, sendo aprovada por projeto de Lei e por plebiscito. O município de Igarapiúna foi criado pela Lei Estadual nº 4.835 de 25/02/1989. É extinto em 1938, sendo restaurado em 1989, quando assume a atual condição. Histórico dos nomes: Nossa Senhora das Dores de Igarapiúna (1701) > Igarapiúna (1875) > Igarapiúna (1989). **1827** – Nome: Nossa Senhora das Dores de Igarapiúna. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Nossa Senhora das Dores [= Nossa (< It. *nostra*, ae, ‘nossa’) + senhora (< It. *seniora*, ae ‘ama, patroa, senhora’) + das [= de + a + -s, ‘suf. fl. pl.’)] + de + Igarapiúna [< Tp.-ant. *ygara* ‘canoa’ + *pi* ‘pele, casca’ + *una* ‘preto’; donde: ‘canoa da casca preta’]. **1890, 1940, 1970** – Nome: Igarapiúna. Status político: povoado. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *ygara* ‘canoa’ + *pi* ‘pele, casca’ + *una* ‘preto’; donde: ‘canoa da casca preta’.

**IGUAÍ**: Localização: Sudoeste. Criação: 12/12/1952. Município de Origem: Poções. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *ikûá* ‘enseada’ + *y* ‘rio’; donde: ‘rio da enseada’. Nome X história do local: Na maior parte de sua

<sup>138</sup> Na edição do dia 2/04/1875 do Jornal da Bahia, lê-se: “Em virtude de recomendações do subdelegado de *Igarapiúna*, foi capturado no dia 24 do mês próximo passado o criminoso de morte Manuel Marcelino Barbosa”. (*Jornal da Bahia*, 22(78):2, 2/04/1875, col.1)

extensão, o território deste município constituía-se de matas virgens e rios e contava com uma esparsa população nativa e de poucos imigrantes. Poucas eram as fazendas, entre elas a Iracema e a Planície. Em 1929, com a chegada de uma caravana de tropeiros vinda de Rio de Contas e de outros grupos de pessoas interessadas em colonizar a área, decidiu-se pela criação de um núcleo de povoamento em terras das duas supra citadas propriedades. Fundada em 1930, a povoação chamou-se inicialmente Comercinho do Major Fulgêncio, pioneiro na sua administração. Mais tarde, passou a chamar-se Lavrinhas, por ser grande parte da população oriunda da zona das Lavras Diamantinas. Decorrido algum tempo e em virtude de ficar a povoação às margens do rio Gongogi, onde os indígenas, primeiros habitantes da região, se abasteciam de água, foi-lhe dado o nome de Iguaí. O Decreto Estadual nº. 8021, de 15/03/1932, elevou a povoação a distrito pertencente ao município de Poções. Por força da Lei Estadual nº. 513, de 12/12/1952, foi emancipado. Atualmente, além da sede, fazem parte de Iguaí os distritos de Iguaiibi, Ibiporanga, Altamira, Ponto Chique e Palmeirinha.. Histórico dos nomes: Comercinho do Major Fulgêncio (1930) > Lavrinhas > Iguaí (1932). **1827, 1890,** (inexistente). **1940 (Status político: distrito), 1970** – Nome: Iguaí.

**ILHÉUS:** Localização: Litoral Sul. Criação: 26/07/1554. Município de Origem (município fundador). Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: ilhéu (< fr. arc. *isleau*, 'ilhéu') + -s, 'suf. pl.' Nome X história do local: A Capitania dos Ilhéus foi doada em 1534 a Jorge de Figueiredo Corrêa, que não veio tomar posse de suas terras e mandou em seu lugar o castelhano Francisco Romero. As terras da Capitania começavam ao sul da Ilha de Itaparica, e a primeira vila foi fundada onde hoje está localizado o povoado de Morro de São Paulo, na Ilha denominada Tinharé, município de Cairu. Após fundar a nova vila, determinou que algumas embarcações rumassem em direção ao sul para fazerem o reconhecimento das terras da Capitania. Os engenheiros da armada acharam ideal para fundar uma vila aquela localidade formada por uma baía, ladeada por dois morros. A vila de São Jorge dos Ilhéus recebeu este nome em homenagem ao donatário da Capitania e por causa das pequenas ilhas encontradas ao largo da sua costa. Embora não se tenha a data exata da fundação da vila de São Jorge dos Ilhéus, sabe-se que a freguesia data de 1556, criada pelo bispo D. Pedro Fernandes Sardinha. Sabe-se também que apenas em 1890 o nome do município foi reduzido para Ilhéus. No fim do século XVI, a produção agrícola reduzia-se à cana-de-açúcar, mantimentos e algodão, tudo em pequena quantidade, por causa da guerra com os Aimoré. Em 1563, após um surto de varíola na vila, foi criada a Santa Casa de Misericórdia, a quinta criada no Brasil. Em 1595, os franceses estiveram em Ilhéus, mas foram rechaçados pelos colonos. Data dessa época a devoção a Nossa Senhora das Vitórias, a quem os colonos atribuíam as vitórias alcançadas. Também os

holandeses lá estiveram em 1604 e em 1637, em busca de madeira contrabandeada. Por volta de 1650, a vila possuía uma aldeia de índios mansos, denominada Nossa Senhora da Escada, pertencente aos jesuítas, que construíram sua igreja por volta do ano de 1700. O verdadeiro apogeu da região aconteceu quando floresceu a cultura do cacau. Em 1746, o francês Louis Frederic Warneau trouxe do Pará as primeiras mudas do cacauzeiro, plantadas na fazenda Cubículo, de Antonio Dias Ribeiro, no atual município de Canavieiras. Entre 1816 e 1823, chegaram à região muitos estrangeiros, principalmente alemães, que gradualmente substituíram a cultura da cana-de-açúcar incrementaram pela do cacau, que experimentou um crescimento mais expressivo a partir de 1860, quando o chocolate passou a ser realmente consumido na Europa, após a adição de açúcar feita pelos espanhóis. O cacau gerou bastante riqueza, mas nunca manteve um apogeu constante, este era feito de altos e baixos, representado por crises cíclicas, desencadeadas pela falta ou pelo excesso de chuva, pelo aumento da produção e consequente queda de preços, pelo adensamento do plantio e consequente aparecimento de doenças. O apogeu econômico da cidade de Ilhéus aconteceu no início do século XX até o início da década de 1980. Como toda monocultura tende um dia a perecer, não poderia ser diferente com esta região. Os frutos de ouro ainda subsistem, mas já não podem ser assim chamados. Histórico dos nomes: São Jorge dos Ilhéus (1554) > Ilhéus (1890). **1827** – Nome: São Jorge dos Ilhéus Status político: município. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: São Jorge [são (< lt. *sanctus*, *i*, ‘santo’) + Jorge (< gr. *Geórgios* < *georgós* < *géó*, ‘terra’ + *érghon*, ‘trabalho’; donde: ‘o que trabalha na terra, agricultor’)] + dos [= de + o + -s, ‘suf. pl.’] + ilhéus [ilhéu (< fr. arc. *isleau*, ‘ilhéu’) + -s, ‘suf. pl.’]. **1890, 1940, 1970** – Nome: Ilhéus.

**INHAMBUPE**: Localização: Litoral Norte. Criação: 26/06/1801. Município de Origem: Água Fria. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *y*, ‘água, rio’ + *nhambu*, ‘perdiz’ + *pe*, ‘em’; donde: ‘no rio da perdiz’. Nome X história do local: Topônimo originalmente atribuído ao rio que banha a cidade. Entre 1572 e 1582, a catequese indígena à margem esquerda do rio Inhambupe levou ao estabelecimento de um colégio jesuítico em Água Fria e ao consequente povoamento da região. Em 1624, houve a concessão de uma sesmaria a um marechal ligado à Casa da Torre, que ergueu em suas terras a igreja do Divino Espírito Santo de Inhambupe, em redor da qual foram construindo casas. Em 11/04/1718, um Alvará Régio criou a freguesia do Divino Espírito Santo de Inhambupe de Cima, emancipada por Resolução Régia de 28/04/1727 e por Provisão Régia de 26/06/1801, que lhe reduziu o nome para Inhambupe de Cima. Por Lei Estadual de 6/08/1896, o topônimo atingiu a condição atual. Histórico dos nomes: Divino Espírito Santo de

Inhambupe (1624) > Divino Espírito Santo do Inhambupe de Cima (1727) > Inhambupe de Cima (1801) > Inhambupe (1896). **1827** – Nome: Inhambupe de Cima. Status político: município. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Inhambupe [< Tp.-ant. *y*, ‘água, rio’ + *nhambu*, ‘perdiz’ + *pe*, ‘em’; donde: ‘no rio da perdiz’] + de + Cima [< Lt. *cyma* < gr. *kyma*, ‘cume, cimo, parte mais elevada’]. **1890, 1940, 1970** – Nome: Inhambupe.

**IPECAETÁ**: Localização: Paraguaçu. Criação: 10/07/1962. Município de Origem: Santo Estevão. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimos prováveis: *yby* ‘terra’ + *kaá* ‘mato’ + *-etá* ‘sufixo plural’; donde: ‘terra de muito mato, matagal’; *ipê* ‘ipê’ + *kaetá* ‘mata’; donde: ‘mata de ipê’. Nome X história do local: O povoamento do território deste município iniciou-se por volta de 1910, quando um pioneiro ali se estabeleceu, formando a fazenda Barrageira. Em virtude da falta de gêneros alimentícios, ele edificou um armazém, incentivando a atividade comercial e atraindo novos colonos, formando-se, assim, o povoado de Patos. Em 1914, construiu-se a igreja de Nossa Senhora de Lourdes, subordinada à Paróquia de Santo Estevão. Em 1943, o nome do povoado foi mudado para Ipecaetá, conservado após a emancipação. Histórico dos nomes: Barrageira (1910) > Patos (1933) > Ipecaetá (1943). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Patos. Status político: povoado. Categoria Toponímica: zootopônimo. Processo Morfológico: sufixação flexional. Procedência Linguística: português. Étimo: pato [origem onomatopaica] + pt. -s, ‘suf. pl.’. **1970** – Nome: Ipecaetá.

**IPIAÚ**: Localização: Litoral Sul. Criação: 02/12/1933. Município de Origem: Jequié. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *piãua* ‘piaba’ + *y* ‘rio’; donde: ‘rio das piabas’. Nome X história do local: Formada por volta de 1913, a partir de um pequeno comércio de cacau denominado Rapa-Tiçã<sup>139</sup>, topônimo posteriormente trocado para Água Branca, a povoação foi elevada a distrito, sob a jurisdição de Camamú, ganhando o nome de Doutor Alfredo Martins em 1916. Em 1930, tornou-se subprefeitura com o nome de Rio Novo, passando dois anos depois a pertencer a Jequié, do qual se emancipa por força da Lei Estadual nº. 8725 de 2/12/1933. Em 1943, alterou-se o topônimo para Ipiaú. Histórico dos nomes: Rapa-Tiçã (1913) > Água Branca > Doutor Alfredo Martins (1916) > Rio Novo (1930) > Ipiaú (1943). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Rio Novo. Status político:

<sup>139</sup> Há duas versões para a origem deste curioso nome. Segundo alguns, o termo deveu-se uma briga entre duas mulheres que se serviam de lenha em brasa como arma; outros explicam que seria corruptela da palavra repartição, pois que no arraial funcionava um posto de arrecadação de tributos fiscais, instalado em 1916 pela Intendência de Camamu.

município. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: rio [< lt. *riuus, i*, 'curso d'água'] + novo [< lt. *novus, i*, 'novo']. **1970** – Nome: Ipiaú.

**IPIRÁ**: Localização: Paraguaçu. Criação: 20/04/1855. Município de Origem: Feira de Santana. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *y* 'rio' + *pirá* 'peixe'; donde: 'rio do peixe'. Nome X história do local: Município criado com território desmembrado dos municípios de Feira de Santana e Jacobina e denominação de Vila de Sant'Ana do Camisão, pela Resolução provincial nº. 520, de 20/04/1855, com os territórios das freguesias de Sant' Ana do Camisão, Nossa Senhora do Rosário do Oboró e Nossa Senhora das Dores de Monte Alegre, sendo instalado em 03/03/1856. Cidade, sede do município de igual nome, elevada a essa categoria com o nome de Camisão pela Lei estadual nº. 144, de 08/08/1896. O município recebeu o nome de Ipirá pelo Decreto estadual nº. 7.521, de 20/07/1931. Histórico dos nomes: Sant'Ana do Camisão (1855) > Camisão (1896) > Ipirá (1931). **1827** (inexistente). **1890** – Nome: Santa Ana do Camisão. Status político: município. Categoria Toponímica: hagiopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Santana [< *santa* (< lt. *sancta, ae*, 'santa') + *Ana* (< lt. *Ana, ae* < hb. *hannah*, 'graça')] + *do* [= de + o] + *camisão* [camisa (< lt. *camisia, ae*, 'camisa') + -ão, 'suf. deriv. aum.']. **1940, 1970** – Nome: Ipirá.

**IPIUPIARA**: Localização: Chapada Diamantina. Criação: 9/08/1958. Município de Origem: Brotas de Macaúbas. Categoria Toponímica: mitotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *ipy* [< *ip* 'fundo' + *y* 'água'; donde: 'fundo d'água', por extensão] 'fonte d'água' + *ip* 'fundo' + *îara* 'senhor'; donde: 'senhor do fundo da fonte d'água'. Designa um gênio das fontes d'água da mitologia Tupi: "é o gênio das fontes, animal misterioso, que os índios davam como o homem-marinho, inimigo dos pescadores, mariscadores e lavadeiras. (...) É um dos mais antigos mitos brasileiros, registrado pelos cronistas coloniais" (CÂMARA CASCUDO, 1998, p. 459). Nome X história do local: Seus primeiros habitantes eram indígenas de nação ignorada; porém, eles deixaram suas marcas (pinturas e inscrições) em diversos pontos. O primeiro colonizador dessas terras foi Carlos Rodrigues de Araújo Barreto, que arrendou a Fazenda Fundão aos herdeiros do Conde da Ponte. A descoberta de ouro na Chapada Diamantina motivou a chegada de muitos garimpeiros, formando o povoado de Fortaleza de São João. Em 1933, mudou-se-lhe o nome para Jordão e em 1944 para o atual. Histórico dos nomes: Fundão > Fortaleza de São João (s. XIX) > Jordão (1933) > Ipuipara (1944). **1827** – Nome: Fundão. Status político: fazenda. Categoria Toponímica: cardinotopônimo. Processo Morfológico: derivação. Procedência Linguística: português. Étimo: fundo [lt. *fundus, i*, 'fundo, cavidade,

lastro'] + -ão, 'suf. deriv. aum.'. **1890** – Nome: Fortaleza de São João. Status político: povoado. Categoria Toponímica: sociotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: fortaleza [< fr. arc. *forterece*/ prov. *fortaleza*, 'fortaleza'] + de + São João [são (< lt. *sanctus, i*, 'santo') + João (< lt. *Iohane, is* < hb. *Yekokhanan* 'Deus é gracioso')]. **1940** – Nome: Jordão. Status político: povoado. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: lt. *lordo, onis* < hb. *Yaaraad*, 'o que desce'<sup>140</sup>. **1970** – Nome: Ipujiara.

**IRAJUBA**: Localização: Sudoeste. Criação: 16/07/1962. Município de Origem: Santa Inês. Categoria Toponímica: ergotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *irá* 'mel' + *yuba* 'amarelo' donde: 'mel amarelo'. Nome X história local: Aparece em 1937 como distrito de Santa Inês com o nome de Lagoa Queimada, topônimo alterado para o atual em 1943. Histórico dos Nomes: Lagoa Queimada (1937) > Irajuba (1943). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Lagoa Queimada. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: lagoa [lt. *laguna, ae*, 'lagoa'] + queimada [< queimar (< lt. vg. *\*caimare* < lt. cl. *cremare*, 'queimar' + -d, suf. PaPt, + -o, 'vt')]. **1970** – Nome: Irajuba.

**IRAMAIA**: Localização: Chapada Diamantina. Criação: 28/01/1960. Município de Origem: Barra da Estiva. Categoria Toponímica: zootopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-moderno. Étimo: *irá* "mel" + *maia* "mãe"; donde: "mãe do mel, a abelha mestra". Nome X história do local: Na década de 1920, no lugar onde hoje se encontra edificada a cidade de Iramaia, existia apenas a fazenda Almas de Sincorá. Com a construção de via férrea, surgiu nesse período um próspero povoado denominado Iracema que, em 1933, foi elevado a distrito, recebendo a denominação atual em 1944. Histórico dos Nomes: Almas de Sincorá (dec. 1920) > Iracema > Iramaia (1933). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Iracema. Status político: povoado. Categoria Toponímica: antropotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: anagrama da palavra América. **1970** – Nome: Iramaia.

<sup>140</sup> Esse topônimo tem uma referência bíblica, o rio Jordão, onde, segundo os evangelhos, Jesus foi batizado. Segundo Meyers (2002, p. 165), "na Antiguidade, alguns dos afluentes do rio Jordão corriam através do vale de Hule, um lago até os tempos modernos, que se situa cerca de 300m acima do nível do mar da Galiléia; essa rápida queda de altitude, que continua mais ao sul, provavelmente explica o nome do rio".

**IRAQUARA:** Localização: Chapada Diamantina. Criação: 5/06/1962. Município de Origem: Seabra. Categoria Toponímica: ecotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *eirá* 'mel' + *kûara* 'buraco'; donde: 'buraco do mel, colméia'. Nome X história do local: Seu povoamento iniciou-se por volta de 1886, quando, atraídas pela fertilidade do solo, várias famílias aí se fixaram, formando o povoado de Poço do Manoel Félix. Elevado a distrito em 1930, teve o topônimo alterado para João Pessoa, em homenagem ao então-governador da Paraíba. Assumiu o atual nome em 1953. Histórico dos nomes: Poço do Manoel Félix (1886) > João Pessoa (1930) > Iraquara (1953). **1827** (inexistente). **1890** – Nome: Poço do Manoel Félix. Status político: povoado. Categoria Toponímica: ergotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: poço [< *puteus*, *i*, 'buraco, cavidade, poço'] + do [= de + o] + Manuel Felix [Manuel (< hb. *immánu*, 'consoco' + *El*, 'Deus'; donde: 'Deus conosco') + Félix (< lt. *felix*, *cis*, 'feliz')]. **1940** – Nome: João Pessoa. Status político: povoado. Categoria Toponímica: antropotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: João [< lt. *Iohane*, *is* < hb. *Yekokhanan* 'Deus é gracioso'] + Pessoa [< pessoa < lt. *persona*, *ae*, 'pessoa']. **1970** – Nome: Iraquara.

**IRARÁ:** Localização: Paraguaçu. Criação: 27/05/1942. Município de Origem: Água Fria. Categoria Toponímica: zootopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: variante de *arará*, espécie de formiga alada (*Anhinga anhinga*). Nome X história do local: Por volta da metade do século XVI, com o objetivo de catequizar índios, os jesuítas internaram-se pelos sertões da Bahia. Em 1652, atingiram uma aldeia tapuia, posteriormente chamada de Água Fria; aí passaram a residir e construíram uma igreja sob o orago de São João Batista, elevada à freguesia em 1718 com o nome de São João Batista de Água Fria. Estas terras faziam parte da sesmaria de Garcia d'Ávila e a criação de gado e estabelecimento de currais concorreram para o desbravamento do território a partir de 1673, assim como bandeiras à procura de ouro e pedras preciosas e caça ao índio. Em 1832, o arraial de Purificação de Campos se encontrava em maior desenvolvimento econômico do que a vila de Água Fria, o que acarretou na transferência para lá da sede da vila de São João Batista de Água Fria, com o nome de Vila de Nossa Senhora da Purificação dos Campos, extinguindo-se, assim, a de São João Batista de Água Fria. Em 1895, foi elevada à cidade com a denominação de Irará. Histórico dos nomes: Água Fria (1562) > São João Batista de Água Fria (1718) > Nossa Senhora da Purificação dos Campos (1832) > Purificação dos Campos (1842) > Irará (1895). **1827** – Nome: São João Batista de Água Fria. Status político: município. Categoria Toponímica: hagiopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: São João Batista [são (< lt. *sanctus*, *i*, 'santo') + João (< lt. *Iohane*, *is* < hb.

*Yekokhanan* ‘Deus é gracioso’)] + de + água [< It. *aqua*, *ae*, ‘água’] fria [< It. *frigida*, *ae*, ‘fria’]. **1890** – Nome: Purificação dos Campos. Status político: município. Categoria Toponímica: hierotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: purificação [< It. *purificatio*, *onis*, ‘purificação’] + dos [= de + o + -s, ‘suf. pl.’] + campos [campo (< It. *campus*, *i*, ‘campo’) + -s, ‘suf. pl.’]. **1940 (Status político: povoado), 1970** – Nome: Irará.

**IRECÊ**: Localização: Irecê. Criação: 2/08/1926. Município de Origem: Morro do Chapéu. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: y ‘água, rio’ + resé ‘sob’; donde: ‘água ou rio subterrâneo’. Nome X História do local: Adquirida ao Conde da Ponte por Joaquim Alves Ferreira, Joaquim Gomes Pereira e Domiciano Barbosa Pereira em 21/02/1807, a fazenda São Rafael se desmembrou da Barra de São Rafael, distrito do município de Morro do Chapéu. Em 29/08/1840, foi vendida a João José da Silva Dourado. Entre 1877 e 1879, uma seca terrível atraiu para seu território migrantes em busca de melhores condições de vida que, aos poucos, ergueram o arraial de Lagoa ou Brejo das Caraíbas embaixo de uma quixabeira secular que, segundo Rubem (1999), ainda existe no quintal duma casa na rua Caraíbas, centro da cidade. Posteriormente, já distrito de Morro do Chapéu, tem o nome reduzido para Caraíbas. No início do século XX, experimentou um surto de desenvolvimento alavancado pela agricultura, pela pecuária bovina e pelo comércio. Emancipado em 1926, recebeu o nome de Irecê, sugerido por Teodoro Sampaio. Histórico dos nomes: São Rafael (1807) > Lagoa de Caraíbas (1840) Caraíbas > Irecê (1926). **1827** – Nome: São Rafael. Status político: fazenda. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: são [It. *sanctus*, *i*, ‘santo’] + Rafael [< hb. Raphael < *raphá*, ‘ele curou’ + *El*, ‘Deus’; donde: “curado por Deus’]. **1890** – Nome: Caraíbas. Status político: arraial. Categoria Toponímica: etnotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: caraíba [< Tp.-ant. *kará-iwa*, ‘ente sagrado, feiticeiro; ainda no século XVI, europeu’] + -s, ‘suf. pl.’. **1940, 1970** – Nome: Irecê.

**ITABELA**: Localização: Extremo Sul. Criação: 13/06/1989. Município de Origem: Porto Seguro. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: luso-Tupi. Étimo: Tp.-ant. *itá*, ‘pedra’ + pt. bela [< It. *bella*, *ae*, ‘bela’]. Nome X história do local: Embora situada no espaço onde se iniciou a história do Brasil, a área deste município só recentemente começou a ser povoada. Primeiro, madeireiros chegaram à região, instalando acampamentos e dando início à povoação de Itabela, rapidamente ascendete devido à presença de pecuaristas. Histórico dos nomes: Desde o seu surgimento,



conserva o mesmo nome. **1827, 1890, 1940** (inexistente). **1970** – Nome: Itabela. Status político: povoado.

**ITABERABA**: Localização: Paraguaçu. Criação: 26/03/1877. Município de Origem: Ipirá. Categoria Toponímica: litotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *itá* ‘pedra’ + *beraba* ‘brilhante’; donde: ‘pedra brilhante, cristal, diamante’. Nome X história do local: Pela Resolução Provincial nº. 195, de 18/05/1843, surge como distrito do município de Camisão (atual Ipirá), com o nome de Nossa Senhora do Rosário do Orobó<sup>141</sup>. Pela Resolução Provincial nº. 1.715, de 26/03/1877, emancipou-se, tendo o nome simplificado para Orobó. Pela Lei Estadual nº. 176, de 25/06/1897, recebeu o atual nome e teve sua sede elevada à categoria de cidade. Histórico dos nomes: Nossa Senhora do Rosário do Orobó (1843) > Orobó (1877) > Itaberaba (1897). **1827** (inexistente). **1890** – Nome: Orobó. Status político: município. Categoria Toponímica: zootopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: variação de *urubu*, ‘urubu’. **1940, 1970** – Nome: Itaberaba.

**ITABUNA**: Localização: Litoral Sul. Criação: 13/09/1906. Município de Origem: Ilhéus. Categoria Toponímica: mineratotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *itá* ‘pedra’ + *una* ‘preta’; donde: ‘pedra preta’. Nome X história do local: A presença de inúmeras famílias, basicamente sertanejas e sergipanas, formou o Arraial de Tabocas, às margens do rio Cachoeira, em um local até então conhecido por Burundanga, que integrava o distrito de Cachoeira de Itabuna, pertencente a Ilhéus. O arraial foi elevado a distrito em 1906 e, em 1908, o curato de São José de Itabuna foi desmembrado da freguesia de Santa Cruz de Ilhéus. Em vista do crescente progresso da povoação, aspirações de autonomia levaram o comerciante Firmino Alves, o oficial de justiça Manuel Crescêncio e Silva, o agricultor Manuel Fogueira e outros a proporem a emancipação do distrito com o nome de Itabuna. Histórico dos nomes: Burundanga (f. séc XIX) > Tabocas (1906) > Itabuna (1908). **1827, 1890** (inexistente). **1940, 1970** – Nome: Ilhéus.

**ITACARÉ**: Localização: Litoral Sul. Criação: 20/01/1732. Município de Origem: Ilhéus. Categoria Toponímica: mineratotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *itá* ‘pedra’ + *karé* ‘torto, envergado, arcado’; donde: ‘pedra arcada’. Nome X história do local: Os habitantes originais da região eram índios Pataxó. No início do século XVIII, um

<sup>141</sup> Na edição do Jornal da Bahia do dia 04/03/1875, lê-se: “Tiveram as duas leituras quatro projetos, criando escolas primárias para o sexo feminino (...) na freguesia do Rosário do Orobó, do termo do Camisão” (*Jornal da Bahia*, 22(50):2, Notícias diversas).

núcleo de catequese jesuíta sob a invocação de São Miguel deu origem a povoação de São Miguel da Barra Rio de Contas, elevada a freguesia por Alvará Régio de 11/04/1718 e a município em 1732, por ordem de Ana Maria Ataíde e Castro, Condessa de Resende e donatária da Capitania de Ilhéus. Em 1931, com a mudança de sua sede, passou a chamar-se Itapira, nome alterado no mesmo ano para Itacaré devido a uma nova mudança de sede. Histórico dos nomes: São Miguel da Barra Rio de Contas (1718) > Itapira (1931) > Itacaré (1931). **1827, 1890** – Nome: São Miguel da Barra do Rio de Contas. Status político: município. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: São Miguel [< são (< lt. *sanctus*, *i*, ‘santo’ + Miguel (< hb. Mikhael < *mikhayáh* ‘quem é como’ + *El*, ‘Deus’; donde: ‘quem é como Deus?’)] + da [= de + a] + barra [<lt. vg. \**barra*, *ae* < gaul. *barrum* ‘barro, lodo’] + do [= de + o] + Rio de Contas [< Rio (lt. *riuus*, *i*, ‘curso d’água’) + de + contas (< conta (deriv. regr. contar < lt. *computare*, ‘contar’) + -s, ‘suf. pl.’)]. **1940, 1970** – Nome: Itacaré.

**ITAETÊ**: Localização: Paraguaçu. Criação: 25/09/1961. Município de Origem: Andaraí. Categoria Toponímica: litotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *itá* ‘pedra’ + *etê* ‘verdadeiro’; donde: ‘pedra verdadeira’. Nome X história do local: Em 1927, surge como distrito do município de Andaraí com o nome de Iguaçu (< Tp.-ant. *y* ‘rio’ + *gûaçu* ‘grande’; donde: ‘rio grande’), trocado para o atual pelo Decreto Estadual nº. 12978, de 1º/06/1944. Histórico dos nomes: Iguaçu (1927) > Itaetê (1944). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Iguaçu. Status político: distrito. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *y* ‘rio’ + *gûaçu* ‘grande’; donde: ‘rio grande’. **1970** – Nome: Itaetê.

**ITAGI**: Localização: Litoral Sul. Criação: 10/12/1960. Município de Origem: Jequié. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *itá* ‘pedra’ + *y* ‘rio’; donde: ‘rio das pedras’. Nome X história do local: Em área primitivamente habitada por índios Kotoxó, colonos à procura de terras férteis formaram a povoação de Riacho das Pedras, elevada a distrito em 1932, com o nome de Itagi, tradução aproximada do topônimo anterior em Tupi-antigo. Histórico dos nomes: Riacho das Pedras (in. s. XX) > Itagi (1932). **1827, 1890** (inexistente). **1940** (Status político: distrito), **1970** – Nome: Itagi.

**ITAGIBÁ**: Localização: Litoral Sul. Criação: 14/08/1958. Município de Origem: Boa Nova. Categoria Toponímica: mineratotopônimo. Processo Morfológico: aglutinação. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *itá* ‘pedra’ + *îuba* ‘amarela’; donde: ‘pedra amarela, ouro’. Nome X história do local: Surge em 1904

como povoação de Destampina, nome singular em referência ao local ser aberto e destampado. Elevado a distrito de Itapira (atual Ubaitaba) em 1934, conservou a denominação, alterada para Itagibá em 1938. Município criado com território desmembrado de Boa Nova, através de Lei Estadual de. Histórico dos nomes: Destampina (1904) > Itapira (1934) > Itagibá (1938). **1827, 1890** (inexistente). **1940 (Status político: distrito), 1970** – Nome: Itagiba.

**ITAGIMIRIM**: Localização: Extremo Sul. Criação: 23/04/1962. Município de Origem: Itapebi. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *itá* ‘pedra’ + *y* ‘rio’ + *mirim* ‘pequeno’; donde: ‘rio das pedras pequenas’. Nome X história do local: O desbravamento do território teve início na primeira metade do século XX, quando madeireiros instalavam acampamento na área. Na década de 40, estava formado o povoado de Itagí, elevado a distrito em 1958, quando teve o nome alterado para o atual. Histórico dos nomes: Itagi (déc. 1940) > Itagimirim (1958). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Itagi Status político: povoado. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: justaposição.. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *itá* ‘pedra’ + *y* ‘rio’; donde: ‘rio das pedras’. **1970** – Nome: Itagimirim.

**ITAGUAÇU DA BAHIA**: Localização: Irecê. Criação: 24/02/1989. Município de Origem: Xiquexique. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Itaguaçu [< Tp.-ant. *itá*, ‘pedra’ + *gûasu*, ‘grande’; donde: ‘pedra grande’] + da [= de + a] + Bahia [< fr. *baie* < esp. *bahia* < lt. *baia*, *ae*, ‘baía’]. Nome X história do local: Em 1884, liderados por José Antônio Alves Barreto, alguns caçadores provenientes de Lagoa Grande avistaram um pequeno rebanho caprino margeando uma lagoa rodeada de uma gramínea conhecida por tiririca; da associação desses elementos, batizaram o local como Tiririca do Bode, posteriormente dividido entre Xiquexique e o emergente município de Gameleira do Assuruá (atual Gentio do Ouro). A parte da Gameleira mudou o nome para Tiririca do Assuruá (atual Ibipeba (v.)); a que ficou com Xiquexique conservou a antiga denominação. Quando de sua emancipação, assumiu o atual nome, cujo primeiro formante faz referência a um monte da região. Histórico dos nomes: Tiririca do Bode (1884) > Itaguaçu da Bahia (1989). **1827** (inexistente). **1890, 1940, 1970** – Tiririca do Bode. Status político: povoado. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: tiririca [< Tp.-ant. *tyryryk-a*, ‘cortante, vibrante, ref. a(o) efeito da folha de) uma espécie de planta da família das ciperáceas (*Cyperus brasiliensis*)’] + do [= de + o] + bode [< ?].

**ITAJU DO COLÔNIA:** Localização: Litoral Sul. Criação: 19/07/1962. Município de Origem: Itabuna. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: luso-Tupi. Étimo: Itaju [< Tp.-ant. *ita* 'pedra' + *îuba* 'amarela'; donde: 'pedra amarela, ouro'.] + do [= de + o] + Colônia [<colônia < lt. *colonia, ae*, 'grupo de imigrantes']. Nome X história do local: Inicialmente, os índios Aimoré habitavam o território desse município. Já no século XX, formou-se uma povoação em torno da Fazenda Santa Rita, às margens do rio Colônia. Formada a povoação, recebeu o nome de Itajú, tornada distrito em 1953, com o topônimo alterado para Itaguira (< Tp.-ant. *itá* 'pedra' + *guir* 'sob'; donde: 'sob a pedra'). Município criado com o distrito de Itaguira, desmembrado de Itabuna, com a denominação de Itajú do Colônia, em referência ao antigo nome do distrito sede e ao do rio que o corta. Histórico dos nomes: Santa Rita (in. s. XX) > Itaju > Itaguira (1953) > Itaju do Colônia (1962). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Itaju. Status político: povoado. Categoria Toponímica: mineratotopônimo. Processo Morfológico: aglutinação. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *ita* 'pedra' + *îuba* 'amarela'; donde: 'pedra amarela, ouro'. **1970** – Nome: Itaju do Colônia.

**ITAJUIPE:** Localização: Litoral Sul. Criação: 12/12/1952. Município de Origem: Ilhéus. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: aglutinação. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *itá* 'pedra' + *îuba* 'amarela' + *y* 'rio' + *pe* 'em'; donde: 'no rio do ouro'. Nome X história do local: Conforme escrito no Livro de Tombo da Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus, feito por Frei Bento Souza, o primeiro colonizador do município foi Antônio José de Oliveira, natural do município de Camamu, chegado ao povoado pela primeira vez em 15/09/1892. Em 1893, estabeleceu-se em terras da fazenda Golfo a 1 km descendo o rio, a 4 km de sítio onde já havia parentes seus (Maria Camamu, Virgílio, Cândido e Licínio). Em 1894, chegou seu conterrâneo Pedro Portella, atraído pela já grande fama do cacau, estabelecendo-se à montante (nascente) do rio. Aos poucos, os colonos foram expulsando os mais bravios nativos da terra e aceitando a convivência dos de índole mais serena. Além desses pioneiros, destacam-se, João Ferreira, Manoel Bianco, Antônio Ciríaco, Firmo Nascimento, Henrique Berbet, João Lourenço da Rocha e Félix da Lira, adventícios entre 1892 e 1905, os irmãos Joaquim e Miguel Pinheiro, chegados nesse ano. Como uma enchente destruiu o povoado, seus habitantes se instalaram 1 Km rio acima, em nova povoação. Em 1919, houve sangrentas lutas entre as famílias de Basílio de Oliveira e Sinhô Badaró pela posse das terras. Após a construção de uma estrada-de-ferro, os construtores denominaram o local de Ponta do Sequeiro do Espinho. Em 1930, a povoação foi transformada em distrito e sub-prefeitura de Ilhéus em 1930. Em 1932, a sede do distrito foi transferida para a localidade de Ouro Preto. Em 1934, a sede do distrito foi destruída por uma nova enchente que obrigou os sobreviventes a construírem novas casas 3 km rio acima, formando um arruado,

onde, aos poucos, foram surgindo casas de negócios, entre elas o Café Pirangi (< Tp.-ant. *piranga* 'vermelho'+ y 'rio'; donde: 'rio vermelho'), nome transferido ao garçom do estabelecimento, depois ao proprietário e, por fim, à localidade. Em 1943, o topônimo alterado para Itajuípe, conservado após a emancipação. Histórico dos nomes: Golfo (1892) > Ponta do Sequeiro do Espinho (1919) > Ouro Preto (1932) > Piranji (1934) > Itajuípe (1943). **1827, 1890** (inexistente). **1940** (**Status político: distrito**), **1970** – Nome: Itajuípe.

**ITAMARAJU**: Localização: Extremo Sul. Criação: 5/10/1961. Município de Origem: Prado. Categoria Toponímica: litotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-médio. Étimo: *ita* 'pedra' + *mará* 'rio' + *îu* 'retirada'; donde: 'pedra retirada do rio'. Nome X história do local: Área de colonização tardia, inicialmente habitada por índios Pataxó. Somente por volta de 1860 iniciou-se a exploração madeireira, com a formação de um pequeno lugarejo. Durante a Guerra do Paraguai, ali se esconderam alguns desertores, levando a localidade a receber o topônimo de Escondido. Só no século XX, com a construção da rodovia Rio-Bahia, a área ganhou grande impulso, emancipando-se e adquirindo o nome atual. Histórico dos nomes: Escondido (m. s. XIX) > Itamaraju (1961). **1827** (inexistente). **1890, 1940** – Nome: Escondido. Status político: povoado. Categoria Toponímica: animotopônimo. Processo Morfológico: sufixação flexional. Procedência Linguística: português. Étimo: < pt. arc. *sconduto* < It. *absconduto*, 'escondido'. **1970** – Nome: Itamaraju.

**ITAMARI**: Localização: Litoral Sul. Criação: 18/07/1962. Município de Origem: Gandu. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-médio. Étimo: *itá* 'pedra' + *marã* 'desordenada' + y 'rio'; donde: 'rio das pedras desordenadas'. Nome X história do local: Em fins do século XIX, a extração de madeira-de-lei proporcionou, em terras do município de Ituberá, a formação do arraial de Tabocas, elevado a distrito em 1953 com o nome de Itamari. Histórico dos nomes: Tabocas (f. s. XIX) > Itamari (1953). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Tabocas. Status político: povoado. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: sufixação flexional. Procedência Linguística: português. Étimo: taboca [< Tp.-ant. *ta'ûoka*, 'taquara'] + -s, 'suf. pl.' **1970** – Nome: Itamari.

**ITAMBÉ**: Localização: Sudoeste. Criação: 12/08/1927. Município de Origem: Vitória da Conquista. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: aglutinação. Procedência Linguística: Tupi-médio. Étimo: *itá* 'pedra' + *aîmbé* 'pontudo'; donde: 'pedra pontiaguda'. Nome X história local: No início do século XIX, surge o arraial de Verruga, pertencente ao município de Vitória da

Conquista; em 1875, aparece com o nome de Itambé<sup>142</sup>. Na década de 1920, é elevado a distrito. Histórico dos nomes: Verruga (in. s. XIX) > Itambé (± 1875). **1827** (inexistente). **1890, 1940, 1970** – Nome: Itambé.

**ITANAGRA**: Localização: Litoral Norte. Criação: 30/07/1962. Município de Origem: Entre Rios e Mata de São João. Categoria Toponímica: zootopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: alteração fonética de *tangará*<sup>143</sup>. Nome X história do local: Território inicialmente habitado por índios Tupinambá. Com o início do ciclo canavieiro, ainda no século XVI, surge o engenho Cipó das Cabaças, posteriormente chamado Engenho de Cipó, nome que se manteve até meados do século XVII, quando foi trocado para Açu da Torre e em vez de um engenho, já havia uma povoação. Apenas no século XX, a localidade foi elevada a distrito. Pela Lei Estadual nº. 1767, de 30/07/1962, teve a sede alterada para a povoação de Itanagra, assumindo o atual nome, e foi emancipado de Entre Rios e Mata de São João, deixando para este sua antiga sede. Histórico dos nomes: Cipó das Cabeças > Engenho de Cipó (s. XVI) > Açu da Torre (s. XVII) > Itanagra (1962). **1827, 1890, 1940** – Nome: Açu da Torre. Status político: distrito. Categoria Toponímica: dimensiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: luso-Tupi. Étimo: Tp. *açu*, ‘grande’ + pt.: da [= de + a] + torre [< lt. *turris*, is, ‘torre’]. **1970** – Nome: Itanagra.

**ITANHÉM**: Localização: Extremo Sul. Criação: 14/08/1959. Município de Origem: Alcobaca. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *itá* ‘pedra’ + *nhaë* ‘vaso’; donde: ‘vaso de pedra’. Nome X história do local: Em 1753, vindos da cidade portuguesa de Alcobaca, Antônio Gomes Pereira e Antônio Mendes se estabeleceram às margens do rio Itanhém, formando uma pequena povoação, que recebeu o nome do curso d’água. Algum tempo depois, o sítio original teve de ser abandonado devido a uma enchente, só voltando a ser ocupado em 1918 por pecuaristas mineiros que formaram o povoado de Água Fria, topônimo alterado para Itanhém em 1938. Histórico dos nomes: Itanhém (1753) > Água Fria (1918) > Itanhém (1938). **1827, 1890** (inexistente). **1940** (Status político: povoado), **1970** – Nome: Itanhém.

**ITAPARICA**: Localização: RMS. Criação: 25/10/1831. Município de Origem: Salvador. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples.

<sup>142</sup> Na edição do Jornal da Bahia de 14/01/1875, consta: “No arraial do *Itambé*, logo que apareceu o flagelo das bexigas, saíram algumas pessoas...” (*Jornal da Bahia*, 23(9):2, 14/01/1875, col.3).

<sup>143</sup> Na língua comum, designa várias espécies de pássaros pipirídeos, encontradas em toda a América do Sul. Os machos dessas espécies executam uma dança para atrair a fêmea; daí, serem chamados “pássaros bailarinos”.

Procedência Linguística: português. Étimo: *itá*, ‘pedra’ + *pari*, ‘cercado’; donde: ‘cercado de pedra’, em referência à cerca natural de corais rodeante da ilha. Nome X história local: Designação da maior ilha da Baía de Todos os Santos e de um dos três municípios atualmente sediados nela. Já no século XVI tinha esse nome, alterado para Santíssimo Sacramento de Itaparica em 1814; daí, para Itaparica (1827). Pela participação de sua gente nas lutas em prol da Independência do Brasil na Bahia, quando de sua emancipação, recebeu do Imperador o título de Intrépida (depois trocado para Denodada), anteposto ao termo genérico de seu topônimo (Ilha de Itaparica). Histórico dos nomes: Itaparica (s. XVI) > Santíssimo Sacramento de Itaparica (1814) > Itaparica (1827). **1827** – Nome: Santíssimo Sacramento de Itaparica. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hierotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: santíssimo [< Lt. *sanctíssimus*, *i*, ‘santíssimo’] + sacramento [< Lt. *sacramentum*, *i*, ‘sacramento’] + pt. de + Itaparica [< Tp.-ant.: *itá*, ‘pedra’ + *pari*, ‘cercado’; donde: ‘cercado de pedra’]. **1890, 1940, 1970** – Nome: Itaparica.

**ITAPÉ**: Localização: Litoral Sul. Criação: 28/12/1961. Município de Origem: Itabuna. Categoria Toponímica: odotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *itá* ‘pedra’ + *apé* ‘caminho’; donde: ‘caminho de pedra’. Nome X história do local: Surge em local de feira livre e de gado com o nome de Itaúna. Em 1934, figura como distrito de Itabuna. Em 1943, assume o nome atual, mantido após a emancipação. Histórico dos nomes: Itaúna (1934) > Itapé (1943). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Itaúna. Status político: povoado. Categoria Toponímica: mineratotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *itá* ‘pedra’ + *una* ‘preto’; donde: ‘pedra preta’. **1970** – Nome: Itapé.

**ITAPEBI**: Localização: Extremo Sul. Criação: 14/08/1958. Município de Origem: Belmonte. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *itá* ‘pedra’ + *peba* ‘chato’ + *y* ‘rio’; donde: ‘rio da pedra chata, rio da laje’. Nome X história do local: Em 1910, em área pertencente ao município de Belmonte, uma forte chuva de granizo assustou uma grande parte da população do distrito de Cachoeirinha, que se transferiu para um espaço na Fazenda Pedra Branca, formando um povoado com essa denominação, elevado a distrito em 1935 com o topônimo de Itamari, modificado para o atual em 1938. Histórico dos nomes: Pedra Branca (1910) > Itamari (1935) > Itapebi (1938). **1827, 1890** (inexistente). **1940** (Status político: povoado), **1970** – Nome: Itapebi.

**ITAPETINGA**: Localização: Sudoeste. Criação: 12/12/1952. Município de Origem: Itambé. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *itá*, ‘pedra’ + *pe*, ‘em’ +

*tinga* 'branco'; donde: 'na pedra branca'. Nome X história local: A região começou a ser conhecida em 1914, quando operários da estrada entre Vitória da Conquista e Ilhéus se fixaram às margens do rio Catulé para atividades agrícolas. Na década de 1920, Augusto de Carvalho e adquiriu uma propriedade rural, demarcando nela uma área para erguer um pequeno povoado de nome Itatinga. Em 1943, já com o atual nome, passou à condição de distrito, emancipando-se em 1952. Histórico dos nomes: Itatinga (1933) > Itapetinga (1943). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Itatinga. Status político: povoado. Categoria Toponímica: mineratopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística. Étimo: Tupi-antigo. Étimo: *itá*, 'pedra' + *tinga* 'branco'; donde: 'pedra branca'. **1970** – Nome: Itapetinga.

**ITAPICURU**: Localização: Nordeste. Criação: 23/04/1727. Município de Origem: município originário. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *itá*, 'pedra' + *peba*, 'chata'; + *kuru*, 'seixo, cascalho'; donde: 'pedra chata ou laje cheia de seixos', uma descrição do leito do rio. Nome X história do local: Nome do mais importante rio do Nordeste baiano. A localidade surgiu como Nossa Senhora de Nazaré do Itapicuru de Cima (1680), em referência à padroeira e ao rio e tornou-se município por Resolução Régia de 23/04/1727, com o nome de Itapicuru de Cima. Pelo Decreto Estadual nº. 7479, de 8/07/1931, é extinto e tem o território anexado a Rio Real, sendo reinstalado pelo Decreto Estadual 8447, de 27/05/1933. Em 1946, tem o nome oficialmente reduzido para Itapicuru, embora essa redução fosse anteriormente registrada na língua corrente, como se pode observar na seguinte notícia: "Consta ter naufragado a lancha Santo Antônio, em viagem de *Itapicuru* para Una". (*Jornal da Bahia*, 22(98):2, 1º/04/1875). Histórico dos nomes: Nossa Senhora de Nazaré do Itapicuru de Cima (1680) > Itapicuru de Cima (1727) > Itapicuru (1946). **1827, 1890, 1940** – Nome: Itapicuru de Cima. Status político: município. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Itapicuru [< Tp.-ant. *itá*, 'pedra' + *peba*, 'chata'; + *kuru*, 'seixo, cascalho'; donde: 'pedra chata ou laje cheia de seixos'] + de + Cima [< lt. *cyma* < gr. *kyma*, 'cume, cimo, parte mais elevada']. **1970** – Nome: Itapicuru.

**ITAPITANGA**: Localização: Litoral Sul. Criação: 21/12/1960. Município de Origem: Ilhéus. Categoria Toponímica: mineratopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *itá* 'pedra' + *pitanga* 'vermelho'; donde: 'pedra vermelha'. Nome X história do local: Em fins do século XIX, em franco crescimento, a cultura cacaueteira proporcionou a fundação do povoado de Baforé, topônimo alterado para Itapitanga em 1931. Elevado a em distrito em 1933, emancipou-se de Ilhéus em 1960. Histórico dos nomes: Baforé (f.



s. XIX) > Itapitanga (1931). **1827, 1890** (inexistente). **1940** (*Status político*: distrito), **1970** – Nome: Itapitanga.

**ITAQUARA**: Localização: Sudoeste. Criação: 19/07/1926. Município de Origem: Santa Inês. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *itá* ‘pedra’ + *kûara* ‘buraco’; donde: ‘buraco da pedra’. Nome X história do local: Em 1918, era distrito do Município de Santa Inês com o nome de Caldeirão, alterado para Itaquara quando de sua emancipação (1926). Histórico dos nomes: Caldeirão (1918) > Itaquara (1926). **1827, 1890** (inexistente). **1940, 1970** – Nome: Itaquara.

**ITARANTIM**: Localização: Sudoeste. Criação: 1º/04/1961. Município de Origem: Macarani. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: aglutinação. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *itá* ‘pedra’ + *rãĩĩ* ‘diadema’; donde: ‘diadema de pedra’. Nome X história local: Em 1946, às margens do córrego Jundiá, Antônio Guedes Alcoforado instalou a primeira feira-livre e o arraial Nova Esperança, alcunhado Acaba. Quando de sua emancipação, assumiu o atual nome, em referência à Serra das Três Pontas, que circunda a cidade e tem o formato de um diadema. Histórico dos nomes: Nova Esperança (1946) > Itarantim (1961). **1827, 1890, 1940** (inexistente). **1970** – Nome: Itarantim.

**ITATIM**: Localização: Recôncavo Sul. Criação: 13/06/1989. Município de Origem: Santa Terezinha. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *itá* ‘pedra’ + *tim* ‘nariz, ponta’; donde: ‘pedra pontuda’. Nome X história do local: Região inicialmente habitada por índios Kariri e Sabujá, gradativamente expulsos ou dizimados por bandeiras. No local, surgiram engenhos de cana-se-açúcar e fazendas de criação, em torno dos quais, aos poucos, surgiram pequenos núcleos de habitação. Em 1953, já com o atual nome, aparece entre os povoados do município de Santa Terezinha, do qual se emancipa em 1989. Histórico dos nomes: Desde o seu surgimento, o município conserva o mesmo nome. **1827, 1890, 1940** (inexistente). **1970** – Nome: Itatim. *Status político*: povoado.

**ITIRUÇU**: Localização: Sudoeste. Criação: 18/07/1935. Município de Origem: Jaguaquara. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: aglutinação. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *ybytyra* ‘elevação, monte’ + *ûasu* ‘grande’; donde: ‘monte grande’. Nome X história local: Em 1922, figura como distrito de Jaguaquara. Emancipou-se em 18/07/1935, vindo a ser extinto e anexado a Jaguaquara em 1943. Restaurado por Decreto Estadual de 1º/06/1944. Histórico dos nomes: Desde seu surgimento, conserva o mesmo nome. **1827, 1890** (inexistente). **1940, 1970** – Nome: Itiruçu.

**ITIÚBA:** Localização: Piemonte da Chapada Diamantina. Criação: 18/01/1935. Município de Origem: Queimadas. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: < Tp.-ant. *ita* ‘pedra’ + *y* ‘rio’ + *yuba* ‘amarelo, dourado’, donde: ‘pedra do rio dourado’. Nome X história do local: Mais abaixo do sopé da serra da Itiúba, havia a fazenda Salgada, origem da atual cidade. Em fins do século XVII, a região fazia parte da freguesia velha de Santo Antônio de Jacobina. A primitiva povoação constituía a capela de São Gonçalo de Amarante de Itiúba, nome alterado para São Gonçalo de Amarante da Serra da Itiúba em meados do século XVIII. Por volta do início do século XIX, o topônimo foi reduzido para São Gonçalo de Itiúba, e, quando de sua emancipação, atinge a condição atual, referente à serra onde se localiza a sede municipal. Histórico dos nomes: Salgada (f. s. XVII) > São Gonçalo de Amarante de Itiúba > São Gonçalo de Amarante da Serra da Itiúba (m. s. XVIII) > São Gonçalo de Itiúba (in. s. XIX) > Itiúba (1935). **1827, 1890** – Nome: São Gonçalo de Itiúba. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: São Gonçalo [< são (< lt. *sanctus, i*, ‘santo’) + Gonçalo [< germ. *gundi*, ‘luta’ + lt. *saluus*, ‘invulnerável’; donde: ‘invulnerável no combate’] + de + Itiúba [< Tp.-ant. *ita* ‘pedra’ + *y* ‘rio’ + *yuba* ‘amarelo, dourado’, donde: ‘pedra do rio dourado’]. **1940, 1970** – Nome: Itiúba.

**ITORORÓ:** Localização: Sudoeste. Criação: 22/08/1958. Município de Origem: Ibicaraí. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *y* ‘água’ + *torõrõ* ‘rumorejante’; donde: ‘água rumorejante, jorro d’água’. Nome X história local: Na década de 1910, os sergipanos João Borges da Rocha Neto e João Alves de Andrade desembarcam no porto de Ilhéus, partindo para Itabuna, onde fixaram residência. Em meados de 1922, com abertura de posses na região do rio Colônia<sup>144</sup>, compraram hectares de matas para instalar uma fazenda de criação de gado. Após construir a casa de taipa para alojamento na nova propriedade, João de Andrade começou a contratar muitos homens para a derrubada das matas. Surgiram, então, problemas relacionados à compra de gêneros alimentícios, ferramentas, remédios etc., em função das distâncias e do difícil acesso aos mercados fornecedores. Para superar essa dificuldade, com o apoio de João Borges Neto, criou o seu comércinho, originando o povoado de Itapuy, alterado para Itororó quando de sua emancipação. O município é famoso pela qualidade de

<sup>144</sup> Segundo Nunes (2008), “o rio Colonia nasce na serra de São José, nos limites de Itororó com Itambé, no sudoeste da Bahia, delimitando a região cacauera da região de pecuária, separando (de primeiro) os municípios de Itabuna e Itapetinga, dividindo, lado a lado, o povoado de Bandeira do Colônia, de seu vizinho, o antigo distrito de Itapuí”, atual Itororó.

sua carne do sol. Histórico dos nomes: Itapuy (1922) > Itororó (1958). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Itapuí. Status político: povoado. Categoria Toponímica: mineratopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *ita* ‘pedra’ + *poĩ* ‘delgado’; donde: ‘pedra delgada, xisto’. **1970** – Nome: Itororó.

**ITUAÇU**: Localização: Serra Geral. Criação: 9/07/1867. Município de Origem: Mucugê. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *ytu* ‘cachoeira’ + *ûasu* ‘grande’; donde: ‘cachoeira grande’. Nome X história do local: Até os fins do século XVII, habitavam nas margens do rio das Contas os índios Maracaiaré e Tapajó. Em 1720, alguns exploradores se estabeleceram na região, chamando-a Brejo Grande. Em 1862, foi criado o distrito judiciário com sede no Brejo Grande e em 1867 o município, com o nome de Vila Agrícola de Nossa Senhora do Alívio do Brejo Grande. No ano seguinte, assumiu o atual nome. Histórico dos nomes: Brejo Grande (1720) > Nossa Senhora do Alívio do Brejo Grande (1867) > Ituaçu (1868). **1827** – Nome: Brejo Grande Status político: povoado. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: brejo [< ?] + grande [< lt. *grans, ndis*, ‘grande’]. **1890, 1940, 1970** – Nome: Ituaçu.

**ITUBERÁ**: Localização: Litoral Sul. Criação: 27/12/1758. Município de Origem: Ilhéus. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: aglutinação. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *itu* ‘cachoeira’ + *beraba* ‘brilhante’; donde: ‘cachoeira brilhante’. Nome X história local: No início do século XVIII, os jesuítas criaram a Aldeia de Santo André, elevada a freguesia por Carta Régia de 08/05/1758 com o nome de Santo André de Serinhaém. Emancipado por Carta Régia de 27/12/1758 com o nome de Nova Santarém, simplificado para Santarém em 1909, alterado para Serinhaém em 1943 e para Ituberá no ano seguinte. Histórico dos nomes: Santo André (in. s. XVIII) > Santo André de Serinhaém (1758) > Nova Santarém (1758) > Santarém (1909) > Serinhaém (1943) > Ituberá (1944). **1827, 1890** – Nome: Nova Santarém. Status político: município. Categoria Toponímica: cronotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: nova [lt. *nova, ae*, ‘nova’] + Santarém [< santa (< lt. *sancta, ae*, ‘santa’) + Irene (< lt. *Irene, is* < gr. Eiréne < eiréne, ‘paz’)]. **1940** – Nome: Santarém. Status político: município. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: Santarém [< santa (< lt. *sancta, ae*, ‘santa’) + Irene (< lt. *Irene, is* < gr. Eiréne < eiréne, ‘paz’)]. **1970** – Nome: Ituberá.

**IUIU:** Localização: Médio São Francisco. Criação: 24/02/1989. Município de Origem: Malhada. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: Tp-ant. *îuîu*, 'iuiu, designação de várias espécies de peixes teleosteos, siluriformes e doradídeos de hábitos noturnos, sendo mais comum o *Oxydoras kneri*'. Nome X história do local: Área originalmente habitada por índios Kapó. No século XVIII, foi alvo de incursões bandeirantes. Alguns desses desbravadores se fixaram na região por volta de 1712, estabelecendo pequenas criações de gado no chamado Vale do Iuiu. Com o tempo, o local tornou-se ponto de pouso e travessia de boiadas em direção a Minas Gerais, surgindo o povoado de Iuiu. Histórico dos nomes: Desde o seu surgimento, a localidade conserva o mesmo nome. **1827, 1890, 1940, 1970** – Nome. Status político: povoado. Categoria Toponímica. Processo Morfológico. Procedência Linguística. Étimo. **1890** – Nome. Status político: povoado. Categoria Toponímica. Processo Morfológico. Procedência Linguística. Étimo. **1940** – Nome. Status político: povoado. Categoria Toponímica. Processo Morfológico. Procedência Linguística. Étimo. **1970** – Nome. Status político: povoado. Categoria Toponímica. Processo Morfológico. Procedência Linguística. Étimo.

**JABORANDI:** Localização: Oeste. Criação: 15/05/1986. Município de Origem: Correntina. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *jaborandi*, 'jaborandi, nome de diversas plantas nativas das famílias das piperáceas (*Othonia corcovadensis*) e das rutáceas (*jaborandi* e *Pilocarpus senatifolius*). Nome X história do local: No início do século XX, em terras do município de Correntina, começa a se desenvolver um núcleo populacional ao redor da fazenda Gatos que, evoluindo, alcançou a condição de povoado em 1953. Com o tempo, a localidade alcançou maior desenvolvimento, suscitando o desmembramento de parte de seu território para a constituição do município de Jaborandi. Histórico dos nomes: Gatos (in. s. XX) > Jaborandi (1986). **1827, 1890** (inexistente). **1940, 1970** – Nome: Gatos. Status político: povoado. Categoria Toponímica: zootopônimo. Processo Morfológico: sufixação. Procedência Linguística: português. Étimo: gato [lt. *catus*, *i*, 'gato'] + -s, 'suf. fl. pl'.

**JACARACI:** Localização: Serra Geral. Criação: 7/06/1880. Município de Origem: Caetité. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *îakarâ* 'curto' + *y* 'água, rio'; donde: "água curta, córrego". Nome X história local: No início do século XIX, ergueram capela em torno da qual surgiu o povoado de Almas, elevado a distrito pela Lei Provincial nº. 657, de 16/12/1857, e emancipado com o nome de Boa Viagem e Almas pela Provincial nº. 1958, de 7/06/1880. Em 19/08/1920, a Lei Estadual nº. 464 deu-lhe o atual topônimo, originalmente atribuído ao córrego que

banha a cidade. Histórico dos nomes: Almas (in. s. XIX) > Boa Viagem e Almas (1880) > Jacaraci (1902). **1827** (inexistente). **1890** – Nome: Boa Viagem e Almas. Status político: município. Categoria Toponímica: animotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Boa Viagem [boa (< lt. *bona*, ae, ‘boa’) + viagem (< prov. *viatge* < lt. *viaticum*, i, ‘provisões de viagem’)] + e + Almas [= alma (< lt. *anima*, ae, ‘alma’) + -s, ‘suf. fl. pl.’]. **1940, 1970** – Nome: Jacaraci.

**JACOBINA**: Localização: Piemonte da Chapada. Criação: 5/08/1720. Município de Origem (município original). Categoria Toponímica: litotopônimo. Processo Morfológico: aglutinação. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo<sup>145</sup>: *ia-kûa* ‘espaço’ + *apina* ‘limpo, descoberto’; donde: ‘espaço limpo, descoberto’. Segundo Costa (1918, p. 253), “A significação indígena é sobremaneira lógica. O aborígine via aquelas terras todas, distensões muito longas, espaços despídos da vegetação umbrosa que se esperaria houvesse nas entranhas ignoradas dos nossos sertões, alevantando-se ali e acolá em serras gigantescas, nuas de arvoredos maiores ensombrando-as. E tudo aquilo para o íncola figurava, muito acertadamente, *jacobina*”. Nome X história do local: (v. seção 3.2.4 do primeiro volume desta tese). Histórico dos nomes: Santo Antônio de Jacobina (1720) > Jacobina (1880). **1827** – Nome: Santo Antônio de Jacobina. Status político: município. Categoria

<sup>145</sup> Embora tenhamos opinião formada, acima exposta, sobre a significação deste topônimo, admitimos que ele é extremamente controverso, havendo pelo menos três tentativas básicas de explicá-lo, cada uma delas podendo guardar variações. Inicialmente, há uma hipótese de etimologia popular, sugerida por uma lenda muito viva na região, segundo a qual “Nas terras de Jacobina vivia um casal de índios, de cujos nomes Jacob e Bina, ter-se-ia pela junção, formado o nome Jacobina. A troca de presentes, esse casal acolhia os brancos aventureiros sem animosidade, agasalhando-os em sua taba. Usando de sua influência perante os demais índios, esse casal conseguia vencer a hostilidade inerente aos aborígenes e facilitava aos aventureiros a penetração nas terras incultas da região. Jacob e a sua companheira ficaram famosos e eram ouvidos quando qualquer acontecimento havia na aldeia. A palavra do casal era oráculo sagrado. Faleceram bem velhinhos. Sempre que se fazia alguma referência às ricas minas destas paragens, dizia-se: ‘as terras de Jacob e Bina’. Unindo-se os dois nomes, acudia com precisão Jacobina”. (LEMOS 1995, p. 27) Por sua vez, Lemos (1995) defende interessante hipótese, segundo a qual, a partir de 1612, com a fundação do Forte de São Luís na ilha do Maranhão por invasores franceses, muitos missionários dominicanos católicos dessa nacionalidade, possivelmente do grupo dos jacobinos, passaram a viver reclusos em conventos da França Equinocial. Contudo, mesmo com o fim desse projeto e a expulsão definitiva dos franceses do território brasileiro em 1615, alguns desses religiosos podem ter permanecido no Brasil e se integrado pelo interior do país ao trabalho catequético de outras ordens. A citada autora aventa a seguinte possibilidade: “Não teriam esses frades dominicanos tomado parte dessas ‘entradas’, chegando também a estas terras? Não teriam dado a estas terras o nome de Jacobina como reminiscência do seu convento lá na Pátria distante?” (LEMOS 1995, p. 28). Não cremos verossímil a hipótese popular. Da mesma forma, a hipótese francesa parece carecer de sustentação histórica mais firme. Assim, salvo melhor juízo, parece-nos mais consistente a hipótese de dicionários brasileiros, em que a lexia jacobina aparece, como nome comum, com o sentido de “terreno impróprio para a lavoura, revestido de mato baixo, comumente cerrado e espinhoso” (FERREIRA 1988), situação em que geral se lhe aponta origem no Tupi-antigo.

Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Santo Antônio [< santo (< Lt. *sanctus*, *i*, 'santo') + Antônio (< Lt. *antonius*, *i*, 'inestimável')] + de + Jacobina [< Tp-ant. *ia-kûa* 'cascalho' + *apina* 'limpo, descoberto'; donde: 'cascalho limpo, descoberto']. **1890, 1940, 1970** – Nome: Jacobina.

**JAGUAQUARA**: Localização: Sudoeste. Criação: 18/05/1921. Município de Origem: Ubaíra. Categoria Toponímica: ecotopônimo. Processo Morfológico: aglutinação. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *îagûara*, 'onça, jaguar' + *kûara*, 'buraco, toca'; donde: 'toca da onça'. Nome X história local: Em sua origem, o município era uma fazenda denominada Toca da Onça, pertencente ao Cel. Guilherme Martins do Eirado e Silva e sua esposa, Maria Luzia de Souza e Silva. Em 1912, iniciou-se a construção das primeiras casas que formariam o povoado Toca da Onça, integrante do Município de Areia (atual Ubaíra). Em 1915, teve o nome traduzido para o Tupi-antigo, assumindo a condição atual. Em 1950, vindos de diversas regiões da Itália, desembarcaram em Jaguaquara 41 famílias, que receberam do Governo um pequeno lote de terra para recomeçarem a vida. Introduziram a lavoura, ainda pouco incrementada, com produtos até então desconhecidos (hortifrutigranjeiros, uva e trigo) da população e técnicas mais avançadas de cultivo. Fundaram uma Colônia, hoje desativada. Ao longo de sua história, Jaguaquara, acolheu ainda imigrantes de várias nações como Japão, Portugal, Espanha e Peru. Histórico dos nomes: Toca da Onça > Jaguaquara (1915). **1827** (inexistente). **1890** – Nome: Toca da Onça. Status político: povoado. Categoria Toponímica: ecotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: toca [< ?] + da [= de + a] + onça [< fr. mod. *once* < fr. arc. *lonce* < Lt. vg. *lyncea*, *ae* < Lt. cl. *lynx*, *cis*, 'onça, mamífero carnívoro da família dos felídeos (*Felis onca* L.)]. **1940, 1970** – Nome: Jaguaquara.

**JAGUARARI**: Localização: Piemonte da Chapada Diamantina. Criação: 6/08/1926. Município de Origem: Senhor do Bonfim. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: *îagûararé* (< *îagûara*, 'onça, jaguar' + *ré*, 'diferente'; donde: 'onça ou jaguar diferente, cão') + *y*, 'rio'; donde: 'rio do cachorro'. Nome X história do local: No final do século XVII, às margens do rio Jaguarari, surge um pequeno núcleo humano que, aos poucos, se desenvolve, transforma-se em povoado, depois distrito de Senhor do Bonfim, até que se emancipa. Histórico dos nomes: Desde o seu surgimento, o município conserva o mesmo nome. **1827, 1890 (Status político: povoado), 1940, 1970** – Nome: Jaguarari.

**JAGUARIBE**: Localização: Recôncavo Sul. Criação: 27/12/1693. Município de Origem: município originário. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo

**Morfológico:** simples. **Procedência Linguística:** Tupi-antigo. **Étimo:** *îagûara* ‘onça, jaguar’ + *y* ‘rio’ + *pe* ‘em’; donde: ‘no rio das onças’. **Nome X história do local:** Primeiro município criado no Recôncavo baiano, com a denominação de Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaripe, por base na Carta Régia de 27/12/1693. Nasceu da criação da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda. Já em 1613, como porto, era usado para carregar caravelas com dendê, coco e piaçava. Apresenta várias curiosidades: é toda ligada por túneis subterrâneos, usados pelos moradores, no passado, para se defender de ataque dos índios. Além disso, nos porões do Paço Municipal, funcionava a temível Prisão do Sal, onde os criminosos mais perigosos morriam afogados quando a maré subia e inundava suas celas. Em 1899, teve o nome oficialmente reduzido para o atual, embora já antes essa redução já ocorresse na língua comum, como se vê na seguinte nota: “Foram aprovados em última redação os seguintes projetos:(...) 284 – concedendo loterias para as matrizes de (...) Santíssimo Coração de Maria e *Jaguaripe*”. (*Jornal da Bahia*, 22(51):1, 05/03/1875, Notícias diversas). Extinto em 1931, foi anexado ao município de Aratuípe como subprefeitura. No mesmo ano, depois que os moradores, em protesto, cobriram toda a cidade de luto, foi restaurado. **Histórico dos nomes:** Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaripe (1693) > Jaguaripe (1899). **1827, 1890** – **Nome:** Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaripe. **Status político:** município. **Categoria Toponímica:** hagiotopônimo. **Processo Morfológico:** justaposição. **Procedência Linguística:** português. **Étimo:** Nossa Senhora [nossa (< lt. *nostra*, *ae*, ‘nossa’) + pt. senhora (< lt. *seniora*, *ae* ‘ama, patroa, senhora’)] + da [= de + a] + Ajuda [dev. de *ajudar* (< lt. *adjutare*, ‘ajudar, socorrer’) + de + Jaguaripe [*îagûara* “onça” + *y* “rio” + *pe* “em”; donde: “no rio das onças”]. **1940, 1970** – **Nome:** Jaguaripe.

**JANDAÍRA:** **Localização:** Litoral Norte. **Criação:** 23/04/1727. **Município de Origem:** município originário. **Categoria Toponímica:** zootopônimo. **Processo Morfológico:** simples. **Procedência Linguística:** português. **Étimo:** Tp.-ant. *îandá-eíra*, ‘jandaíra, uma espécie de abelha vermelha nativa’. **Nome X história do local:** Um dos primeiros municípios criados na Bahia e, curiosamente, um dos que manteve íntegro o seu território desde então. Surgiu em 1728 com o nome de Abadia, posteriormente trocado para Cepa Forte (1898), Cachoeira da Abadia (1903) e Jandaíra (1927). **Histórico dos nomes:** Abadia (1728) > Cerpa Forte (1898) > Cachoeira da Abadia (1903) > Jandaíra (1927). **1827, 1890** – **Nome:** Abadia. **Status político:** povoado. **Categoria Toponímica:** sociotopônimo. **Processo Morfológico:** derivação. **Procedência Linguística:** português. **Étimo:** abade [< lt. *abbas*, *adis* < gr. *abbā* < aram. *abba*, ‘pai’] + -ia, ‘suf. deriv.’. **1940, 1970** – **Nome:** Jandaíra.

**JEQUIÉ:** Localização: Sudoeste. Criação: 10/07/1897. Município de Origem: Maracás. Categoria Toponímica: ergotopônimo. Processo Morfológico: aglutinação. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *îeki*, ‘cesto para apanhar peixes, covo’ + *ré*, ‘diferente’; donde: ‘covo diferente’. Nome X história do local: O município originou-se da sesmaria do Capitão-Mor João Gonçalves da Costa, sede da fazenda Borda da Mata, mais tarde vendida a José de Sá Bittencourt, refugiado na Bahia após fracasso da Inconfidência Mineira, de 1789. Desenvolveu-se a partir do surgimento de movimentada feira que atraía comerciantes de todos os cantos da região, no final do século XIX. Pertencente ao município de Maracás de 1860 a 1880, abastecia a região Sudeste da Bahia e a bacia do Rio das Contas. Com sua morte, a fazenda foi dividida entre os herdeiros em vários lotes. Um deles, chamado Jequié, tornou-se distrito do município de Maracás pela Resolução Provincial nº. 2078, de 13/08/1880, e se emancipou pela Lei Estadual nº. 180, de 10/07/1897. Histórico dos nomes: Borda da Mata > Jequié (1897). **1827, 1890** – Nome: Borda da Mata. Status político: povoado. Categoria Toponímica: odotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: borda [< fr. *bord* < frânc. \**bord*, ‘amurada de barco’] + da [= de + a] + mata [lt. *matta*, ae, ‘esteira de junco’]. **1940, 1970** – Nome: Jequié.

**JEREMOABO:** Localização: Nordeste. Criação: 25/10/1831. Município de Origem: Itapiucuru. Categoria Toponímica: sociotopônimo. Processo Morfológico: aglutinação. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *îerimu*, ‘abóbora’ + *oabo*, ‘plantação’; donde: ‘plantação de abóbora’. Nome X história do local: Inicialmente, era uma aldeia habitada por índios Muongorú e Kariaká. Com o início da colonização, passou a integrar a sesmaria doada pelo rei de Portugal, D. João III, a Garcia d’Ávila, senhor da Casa da Torre. Grandes divergências surgiram entre Garcia D’Ávila e os jesuítas, que se opunham à escravidão dos índios, em busca de braços para o trabalho na agricultura. Em represália, Garcia d’Ávila incendiou a aldeia, reconstruindo-a depois em face de intervenção do Papa e do próprio governo colonial. No primeiro quartel do século XVII, uma religiosa fundou um aldeamento em redor da ermida de Nossa Senhora de Brotas. Em 1688, foi expedida a patente do primeiro Capitão-mor da aldeia Muongorus de Jeremoabo em favor de Sebastião Dias, sendo a localidade elevada à categoria de julgado com o nome de Cural. Em 1778, por iniciativa do Governo Geral, foi criada a freguesia de São João Batista de Jeremoabo do Sítio de Cima. Tornou-se vila pelo decreto de 25/10/1831, assumindo o atual nome. Histórico dos nomes: Cural (1669) > São João Batista do Jeremoabo do Sítio de Cima (1688) > Jeremoabo (1831). **1827, 1890, 1940, 1970** – Nome: Jeremoabo.



**JIQUEIRIÇÁ:** Localização: Recôncavo Sul. Criação: 9/05/1833. Município de Origem: Valença. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *îiki* 'sal' + *risaba* 'lugar'; donde: 'lugar do sal, salina'. Nome X história do local: Município criado com os territórios das freguesias de Santo Antônio de Jiquiriçá e Estiva, desmembrados de Valença, com a denominação de Vila de Jiquiriçá, por Resolução Provincial de 09/05/1833. Em 1868, foi extinto e incorporado à Vila de São Vicente Ferrer D'Areia (atual Ubaíra). Em 1891, um Ato Estadual o restaurou com sede na povoação de Velhas e com a denominação de Capela Nova de Jiquiriçá, simplificada em 1904 para Jiquiriçá, topônimo originalmente atribuído ao rio que banha a cidade. Histórico dos nomes: Santo Antônio de Jiquiriçá (in. s. XIX) > Jequiriçá (1833) > Capela Nova de Jiquiriçá (1891) > Jiquiriçá (1904). **1827, 1890, 1940, 1970** – Nome: Jiquiriçá.

**JITAÚNA:** Localização: Litoral Sul. Criação: 22/12/1961. Município de Origem: Jequié. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: aglutinação. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *îataí* 'jataí' + *una* 'preta'; donde: 'jataí preta'. Nome X história do local: No início do século XX, em terras do município de Ilhéus, surge a fazenda Jitaúna, em redor da qual cresce um povoado, elevado a distrito em 1926. Em 1953, seu território já pertence ao município de Jequié, do qual se emancipa em 1961. Histórico dos nomes: Desde o seu surgimento, o município conserva o mesmo nome. **1827, 1890** (inexistente). **1940 (Status político: povoado), 1970 (Status político: distrito)** – Jitaúna.

**JOÃO DOURADO:** Localização: Irecê. Criação: 9/05/1985. Município de Origem: Irecê. Categoria Toponímica: antropotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: João [< It. *Iohane*, *is* < hb. *Yekokhanan* 'Deus é gracioso'] + Dourado [< It. *deauratus*, *i*, 'dourado']. Nome X história do local. A localidade surgiu em fins do século XIX com o nome de Canal, conservado até 1985, quando foi trocado para o atual, em homenagem a João José da Silva Dourado (c. 1854-1927), latifundiário radicado em Morro do Chapéu, onde adquiriu parte da Barra de São Rafael (origem de boa parte da micro-região ireceense), e se tornou patriarca de uma das mais numerosas famílias do noroeste baiano. Histórico dos nomes: Canal (f. s. XIX) > João Dourado (1985). **1827, 1890** (inexistente). **1940, 1970** – Nome: Canal. Status político: povoado. Categoria Toponímica: ergotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: canal [< It. *canalis*, *is*, 'canal'].

**JUAZEIRO:** Localização: Submédio São Francisco. Criação: 9/05/1833. Município de Origem: Sento Sé. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: derivação. Procedência Linguística: português. Étimo: juá [< Tp.-ant. *îu-a*, 'juá,

planta alta e copada da família das ramnáceas (*Zizyphus joazeiro*)] + -(z)eir, 'suf. deriv.' + pt. -o, 'vt'. Nome X história do local: Nesse território originalmente habitado por índios Tamokin, da nação Kariri, pelos fins do século XVII, em determinado ponto da margem direita do rio São Francisco, existia um juazeiro frondoso e de muita sombra. Os boiadeiros o transformaram em ponto de descanso, chamando o lugar de Passagem do Juazeiro. Em 1706, uma missão franciscana edificou um convento e capela entronizando uma imagem da Virgem que, segundo lenda, teria sido encontrada por um índio numa gruta das imediações. Ao local deu-se o nome de Nossa Senhora das Grotas do Juazeiro. Em 1833, Lei Provincial emancipa a localidade, com o nome de Juazeiro. Histórico dos nomes: Passagem do Juazeiro (f. s. XVII) > Nossa Senhora das Grotas do Juazeiro (1706) > Juazeiro (1833). **1827** – Nome: Nossa Senhora das Grotas do Juazeiro. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Nossa Senhora [= nossa (< lt. nostra, 'nossa') + senhora (< lt. *seniora*, ae 'ama, patroa, senhora')] + das [= de + a + -s, 'suf. pl'] + grotas [= gruta (< it. *grotta* < lt. vg. *crupta* < lt.cl. *crypta*, ae < gr. *krypté*, 'cripta') + -s, 'suf. pl'] + pt. do ' = de + o] + juazeiro [< juá (< Tp.-ant. *îu-a*, 'juá') + -(z)eir, 'suf. deriv.' + pt. -o, 'vt']. **1890, 1940, 1970** – Nome: Juazeiro.

**JUCURUÇU**: Localização: Extremo Sul. Criação: 24/12/1989. Município de Origem: Itamaraju. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: *îukurutu*, 'coruja' + *ûasu* 'grande'; donde: 'coruja grande'. Nome X história do local: Topônimo originalmente atribuído ao rio que banha a cidade. Somente no início do século XX, grupos de madeireiros começaram a desbravar a região, formando o povoado de Chumbo, nome trocado em 1933 para Santo Antônio. Em 1938, é elevado à condição de distrito do município de Prado com o nome de Trindade, trocado para o atual em 1944. Histórico dos nomes: Chumbo (in. s. XX) > Santo Antônio (1933) > Trindade (1938) > Jucuruçu (1944). **1827, 1890** (inexistente). **1940, 1970** – Nome: Trindade. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hierotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: lt. cl. *trinitas*, *tatisi*, 'trindade'.

**JUSSARA**: Localização: Irecê. Criação: 24/07/1962. Município de Origem: Central. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: Tp.-ant. *îusara*, 'juçara, espécie de palmeira (*Euterpre edulis*, Mart.), típica da região. Nome X história do local: No início da década de 1920, era a vila de Chapada, nome trocado para Lagoa em 1943, para Lagoa da Canabrava em 1954 e para o atual, quando de sua emancipação. Histórico dos nomes: Chapada (déc. 1920) > Lagoa (1943) > Lagoa

da Canabrava (1954) > Jussara (1962). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Chapada. Status político: vila. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: chapado [< chapar (< lt. *klappare*, ‘chapar’) + -d, ‘suf. PaPt’ + -o, ‘vt’] + -a, ‘suf. fl. fem.’. **1970** – Nome: Jussara.

**JUSSARI**: Localização: Litoral Sul. Criação: 09/05/1985. Município de Origem: Jequié. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: aglutinação. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *îusara* ‘juçara’ + *y* ‘rio’; donde: ‘rio das juçaras’. Nome X história do local: A localidade de Arraial Pina, tornada um dos distritos mais promissores de Itabuna, com o topônimo de Juçari, conseguiu sua emancipação após plebiscito em 1985. Histórico dos nomes: Pina > Juçari > Jussari (1985). **1827, 1890** (inexistente). **1940** Nome: Pina. Status político: povoado. Categoria Toponímica: ergotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: lt. *pinna*, *ae*, ‘pina’. **1970** – Nome: Juçari. Status político: distrito.

**JUSSIAPE**: Localização: Chapada Diamantina. Criação: 26/10/1890. Municípios de Origem: Rio de Contas e Barra da Estiva. Categoria Toponímica: odotopônimo. Processo Morfológico: aglutinação. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *y* ‘água’ + *u* ‘beber’ + *soó* ‘animal’, *p/* ext., ‘caça’ + *ape* ‘onde’; donde: ‘onde a caça bebe água’. Nome X história do local: Iniciou-se o povoamento do território em meados do século XVIII, com a vinda de exploradores de ouro a Lavras Diamantinas: eles pousavam onde hoje se situa a cidade. Em 1861, alguns se estabeleceram com a criação de bovinos, ficando a localidade conhecida por Fazenda do Gado. Cresceu o povoado em função da pecuária e do fornecimento de carne do sol da região das minas. Pela Lei Provincial nº. 1638, de 14/07/1876, tornou-se distrito, emancipado por Ato Estadual de 26/10/1890 como vila de Juciape, cuja grafia foi posteriormente alterada para a atual. Pela Lei Estadual nº. 1409, de 29/07/1920, foi extinto, tendo seu território incorporado ao de Barra da Estiva na condição de distrito. Por força da Lei Estadual nº. 1521, de 13/08/1921, foi reestabelecido, voltando a ser incorporado a Barra da Estiva, como distrito de Caraguataí, por força de Lei Estadual em 1927. Em 1943, teve o nome alterado para o atual e, em 5/07/1962, foi definitivamente emancipado pela Lei Estadual nº. 1704. Histórico dos nomes: Fazenda do Gado (m. s. XVIII) > Juciape (1890) > Caraguataí (1927) > Jussiape (1943). **1827** – Nome: Fazenda do Gado. Status político: povoado. Categoria Toponímica: sociotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: fazenda [< lt. *vg.* \* *facenda*, *ae* < lt. *cl.* *facienda*, *ae*, ‘para ser feito’] + *do* [= de + o] + gado [< lt. *ganatus*, *i*, ‘gado’]. **1890** – Nome: Juciape. Status político: município. Categoria Toponímica: odotopônimo. Processo Morfológico: aglutinação. Procedência

Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *y* ‘água’ + *u* ‘beber’ + *soó* ‘animal’, p/ ext., ‘caça’ + *ape* ‘onde’; donde: ‘onde a caça bebe água’. **1940** – Nome: Caraguataí. Status político: distrito. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *karaguatá*, ‘caraguatá’ + *y*, ‘rio’; donde: ‘rio dos caraguatás’. **1970** – Nome: Jussiape.

**LAFAYETE COUTINHO**: Localização: Sudoeste. Criação: 20/02/1962. Município de Origem: Maracás. Categoria Toponímica: antropotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Lafayete [< fr. *la fayette*, ‘pequeno bosque de faias’] + Coutinho [< Couto (< coutho < lt. *cautum*, *i*, ‘abrigo, refúgio’) + -inh, ‘suf. deriv. dim.’ + -o, ‘vt’]. Nome X história do local: Na condição de distrito do município de Maracás, surge com o nome de Três Morros, trocado para o atual quando de sua emancipação, em homenagem ao ex-deputado constituinte de 1946, Lafayete Coutinho de Albuquerque. Histórico dos nomes: Três Morros > Lafayete Coutinho (1962). **1827, 1890, 1940** (inexistente). **1970** – Nome: Lafayete Coutinho.

**LAGOA REAL**: Localização: Serra Geral. Criação: 13/06/1989. Município de Origem: Caetité. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: lagoa [< lt. *laguna*, *ae*, ‘lagoa’] + real [< lt. *realis*, *e*, ‘real’]. Nome X história do local: Nome originalmente atribuído a uma lagoa local. Inicialmente, era aldeia de índios Kaeté, para onde vieram os colonizadores em busca de minérios. Com a mineração, as terras passaram a ser passagem obrigatória das bandeiras do sul para as Minas do Rio de Contas e Monte Alto, tornando-se ponto de abastecimento e descanso. Com o crescimento, tornou-se um dos maiores e mais importantes distritos de Caetité. Um importante episódio de sua história foi a passagem da Coluna Prestes que, evitando a sede municipal, atacou o distrito. Na década de 80 do século XX a população mobilizou-se numa Associação que, finalmente, obteve a emancipação do município. Histórico dos nomes: Desde seu surgimento, a localidade conserva o mesmo nome. **1827, 1890, 1940 (Status político: povoado), 1970** – Nome: Lagoa Real.

**LAJE**: Localização: Recôncavo Sul. Criação: 20/06/1905. Município de Origem: Aratuípe. Categoria Toponímica: litotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: laje [< lt. *lagea*, *ae*, ‘pedra de superfície plana, lousa’]. Nome X história do local: Uma enchente no rio Jiquiriçá provocou a total destruição de um povoamento sito à margem direita. Os habitantes imediatamente edificaram uma capela em louvor a Nossa Senhora das Dores num ponto à margem esquerda e abaixo da cachoeira do Estouro, ficando protegidos de surpresas e rigores das enchentes periódicas. Dada a existência de enormes

lajedos nas proximidades, chamaram o povoado Nova Laje, nome simplificado em 1905. Histórico dos nomes: Nova Laje > Laje (1905). **1827, 1890** (inexistente). **1940, 1970** – Nome: Laje.

**LAJEDÃO**: Localização: Extremo Sul. Criação: 16/07/1962. Município de Origem: Caravelas. Categoria Toponímica: litotopônimo. Processo Morfológico: derivação. Procedência Linguística: português. Étimo: pt.: lajedo [< laje (< ?) + -edo, 'suf. dim.')] + -ão, 'suf. deriv. aum.'. Nome X história do local: Território originalmente habitado por índios Nanuke, foi tardiamente colonizado no início do século XX. Com o desenvolvimento das atividades agrícola e da extração da madeira, formou-se uma povoação denominada Sítio Pedra da Floresta, topônimo posteriormente alterado para o atual quando de sua emancipação devido à existência de um grande lajedo nas proximidades da sede. Histórico dos Nomes: Sítio Pedra da Floresta (in. s. XX) > Lajedão (1962). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Sítio Pedra da Floresta. Status político: povoado. Categoria Toponímica: ecotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Sítio + [< ?] Pedra [< lt. *petra*, *ae*, 'pedra'] + da [= de + a] + Floresta [[< fr. arc. *forest* < lt. vg. *florestis* (*silva*, *ae*), '(bosque) externo']]. **1970** – Nome: Lajedão.

**LAJEDINHO**: Localização: Paraguaçu. Criação: 12/07/1962. Município de Origem: Ruy Barbosa. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: pt.: laje [< lt. *lagea*, *ae*, 'pedra de superfície plana, lousa'] + -edo, 'suf. deriv.' + -inh, 'suf. deriv. dim.' + -o, 'vt'. Nome X história do local: Surge em 1931, como distrito do município de Ruy Barbosa. Seu nome faz referência ao rio homônimo, que banha a região. Histórico dos nomes: Desde o seu surgimento, a localidade conserva o mesmo nome. **1827, 1890** (inexistente). **1940 (Status político: povoado), 1970** – Nome: Lajedinho.

**LAJEDO DO TABOCAL**: Localização: Sudoeste. Criação: 13/06/1989. Município de Origem: Maracás. Categoria Toponímica: litotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Lajedo [< laje (< lt. *lagea*, *ae*, 'pedra de superfície plana, lousa')] + edo, 'suf. deriv.')] + do [= de + o] + Tabocal [< taboca (<Tp.-ant. *ta'ûoka*, 'taquara') + -al, 'suf. deriv.']. Nome X história do local: Seu nome peculiar deve-se a presença de gandes bambuzais (tabocais) na época e de um enorme lajedo. Em 1938, figura entre os povoados pertencentes a Maracás, do qual passa a ser distrito em 1958. Histórico dos nomes: Desde seu surgimento, conserva o mesmo nome. **1827, 1890** (inexistente). **1940 (Status político: povoado), 1970 (Status político: distrito)** – Nome: Lajedo do Tabocal.

**LAMARÃO:** Localização: Nordeste. Criação: 20/07/1962. Município de Origem: Serrinha. Categoria Toponímica: litotopônimo. Processo Morfológico: derivação. Procedência Linguística: português. Étimo: lama [< lt. *lama*, *ae*, 'lama'] + -(r)ão, 'suf. deriv. aum.'. Nome X história do local: Território inicialmente habitado por índios Biritinga, teve como primeiros colonizadores os irmãos Acôncio e José Celestino de Oliveira que, em meados do século XIX, se estabeleceram em ponto que se tornou pousada de tropeiros e viajantes e foi elevado a distrito em 1920. O topônimo faz referência a uma lagoa temporária, normalmente um lamaçal nos períodos de constante estiagem. Histórico dos nomes: Desde o seu surgimento, o município conserva o mesmo nome. **1827** (inexistente). **1890 (Status político: povoado), 1940 (Status político: distrito), 1970** – Nome: Lamarão.

**LAPÃO:** Localização: Irecê. Criação: 3/07/1985. Município de Origem: Irecê. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: derivação. Procedência Linguística: português. Étimo: pt.: lapa [< lt. lus. *lapa*, *ae* < pré-celt. *lappa*, 'pedra'] + -ão, 'suf. deriv. aum.'. Nome X história do local: Por volta de 1900, as terras onde hoje se localiza o município de Lapão pertenciam a Herculano Galvão Dourado. Três amigos, Antônio Nenê de Matos, João e Pedrinho de Tal percorriam essas terras em busca de boa caca. Próxima a uma gameleira, Pedro descobriu uma gruta com boa fonte de água e, deitando-se à sombra da árvore, passou a espreitar os animais se aproximarem do minadouro para abatê-los. Seus companheiros ficaram curiosos da razão de seu constante sucesso na caça e, seguindo-o, descobriram-lhe o segredo. Como quisessem usufruir da gruta e fossem proibidos por Pedro, denunciaram-no ao proprietário das terras, que os expulsou de seu Lapão. Aos poucos, em torno da gruta, surgiu um povoado, elevado a distrito pelo Decreto-Lei Estadual nº. 16333, de 20/09/1955. Trinta anos depois, pelo Decreto-Lei Estadual nº. 4445, de 3/07/1985, a localidade foi emancipada. Histórico dos nomes: Desde o seu surgimento, o município conserva o mesmo nome. **1827, 1890** (inexistente). **1940 (Status político: povoado), 1970 (Status político: distrito)** – Nome: Lapão.

**LAURO DE FREITAS:** Localização: RMS. Criação: 27/07/1962. Município de Origem: Salvador. Categoria Toponímica: antropotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Lauro [< lt. *Laurus*, *i* < *laurus*, *i*, 'loureiro'] + de + Freitas [< lt. *fractas*, *tatis*, 'quebrada, brecha, abertura desfiladeiro']. Nome X história do local: Em 1578, em terras dos Garcia d'Ávila, surge o pequeno arraial de Santo Amaro de Ipitanga. Em 1861, a mudança de sua sede para o sítio de Itapuã ocasionou a alteração do topônimo para Nossa Senhora da Conceição de Itapuã (1861). Em 1954, já como distrito de Salvador, tem o nome de Ipitanga, alterado quando de sua emancipação para o atual, numa homenagem a Lauro Farani Pedreira de Freitas, engenheiro e político baiano,

morto de desastre aéreo em 1950, quando liderava a campanha pelo governo do Estado. Histórico dos nomes: Nossa Senhora da Conceição de Itapuã (1861) > Santo Amaro de Ipitanga (f. s. XIX) > Ipitanga (1954) > Lauro de Freitas (1962). **1827** (inexistente). **1890** – Nome: Nossa Senhora da Conceição de Itapuã. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Nossa Senhora = pt. nossa [< lt. nostra, ‘nossa’] + pt. senhora [< lt. *seniora*, ae ‘ama, patroa, senhora’] + pt. da [= de + a] + pt. conceição [< lt. *conceptio, onis*, ‘concepção’] + pt. de + pt. Itapuã [< Tp. ant.: itá, ‘pedra’ + puã, ‘redondo’; donde: ‘pedra redonda’]. **1940** – Nome. Status político: povoado. Categoria Toponímica. Processo Morfológico. Procedência Linguística. Étimo: pt. Santo Amaro [< santo (lt. *sanctus*, *i*, ‘santo’) + Amaro (< lt. *Amarus*, *i*, ‘amargo’)] + pt. de + pt. Ipitanga [< Tp.-ant.: y ‘rio’ + *pitanga* ‘vermelho’; donde: ‘rio vermelho’]. **1970** – Nome: Lauro de Freitas.

**LENÇÓIS**: Localização: Chapada Diamantina. Criação: 18/12/1856. Município de Origem: Mucugê. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: lençol [< lt. vg *\*lenteolum*, *i* < lt. cl. *linteolum*, *i*, ‘lençol’] + -s, ‘suf. fl. pl.’ Nome X história do local: O fator decisivo de colonização, povoamento e conseqüente criação do município liga-se ao ciclo das atividades mineradoras de diamantes, que provocou uma corrida de garimpeiros que não cuidaram de construir casas para se instalarem decentemente, preferindo tocas, grutas e casa cobertas de palhas ou capim. Com o afluxo de mais gente de todas as classes para exercerem artes e ofícios, faltava moradia e muitos começaram a improvisar casas com paredes e coberturas de pano branco de algodão grosso que era o tecido usado para as vestes dos garimpeiros. Em pouco tempo, havia tão grande número delas, que de longe aparentava serem lençóis brancos estendidos. Com a vinda de pessoas abastadas do Recôncavo, Litoral Sul e Alto Sertão, iniciou-se a construção de casas de taipa cobertas de telhas. Em 1844, já com o nome de Campos de São João, foi emancipado em 1856 com o nome de Comercial Vila de Lençóis, numa referência ao rio que banha a cidade. Histórico dos nomes: Campos de São João (1844) > Lençóis (1856). **1827** (inexistente). **1890, 1940, 1970** – Nome: Lençóis.

**LICÍNIO DE ALMEIDA**: Localização: Serra Geral. Criação: 12/04/1962. Municípios de Origem: Jacaraci e Urandi. Categoria Toponímica: antropotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Licínio [< lt. *Licinius*, *i* < gr. *Likínios*, ‘o que tem topete’ ou ‘o que tem nariz torto’] + de + Almeida [< ar. *al-mayda*, ‘a mesa’]. Nome X história local: Os primeiros desbravadores do município foram bandeirantes à procura de ouro e pedras preciosas. No início do século XIX, destacou-se a fazenda Gado Bravo, da família Soares. Com a chegada dos trilhos da Rede Ferroviária Federal na década de

1940, formou-se o povoado de Gado Bravo, elevado a distrito em 1953, com o nome de Licínio de Almeida, em homenagem a um dos engenheiros construtores da ferrovia, ali falecido. Histórico dos nomes: Gado Bravo (in. s. XIX) > Licínio de Almeida (1953). **1827, 1890** – Nome: Gado Bravo. Status político: fazenda. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: gado [< lt. *ganatus, i*, 'gado'] + bravo [< lt. *barbarus, i*, 'estrangeiro']. **1970** – Nome: Licínio de Almeida.

**LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA**: Localização: Serra Geral. Criação: 9/02/1724. Município de Origem: Jacobina. Categoria Toponímica: hierotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: livramento [< livrar (< lt. *liberare*, 'livrar') + -mento, 'suf. deriv.')] + de + Nossa Senhora [nossa (< lt. *nostra, ae*, 'nossa') + senhora (< lt. *seniora, ae* 'ama, patroa, senhora')]. Nome X história local: O primeiro núcleo populacional teve início em 1715 com a chegada de paulistas à procura de ouro na região e dos padres jesuítas, que construíram a capela de Nossa Senhora do Livramento. Com a mineração do ouro, o arraial primitivo teve rápido crescimento, sendo elevado a vila com o nome de Livramento das Minas do Rio de Contas, topônimo sucessivamente alterado para Vila Nova do Brumado (1880) e Livramento (1923), Livramento de Brumado (1931) e Livramento de Nossa Senhora (1952). Histórico dos nomes: Livramento das Minas do Rio de Contas (1724) > Brumado (1880) > Livramento (1923) > Livramento de Brumado (1931) > Livramento de Nossa Senhora (1952). **1827** – Nome: Livramento das Minas do Rio de Contas. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hierotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: livramento [< livrar (< lt. *liberare*, 'livrar') + -mento, 'suf. deriv.']] + das [= de + a + -s, 'suf. fl. pl.']] + minas [mina (< lt. *mina, ae*, 'mina') + -s, 'suf. fl. pl.']] + do [= de + o] + Rio de Contas Rio de Contas [< pr. Rio (lt. *riuus, i*, 'curso d'água') + de + contas (conta (deriv. regr. contar < lt. *computare*, 'contar') + -s, 'suf. pl.')]]. **1890** – Nome: Brumado. Status político: município. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: brumar [pt.: bruma (lt. *bruma, ae*, 'inverno') + r, 'suf. lfPr') + -d, 'suf. PaPt' + -o, 'vt']. **1940** – Nome: Livramento de Brumado. Status político: povoado. hierotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: livramento [< livrar (< lt. *liberare*, 'livrar') + -mento, 'suf. deriv.']] + das [= de + o] + Brumado [< pt. brumar (bruma (lt. *bruma, ae*, 'inverno') + r, 'suf. lfPr') + -d, 'suf. PaPt' + -o, 'vt.']. **1970** – Nome: Livramento de Nossa Senhora.

**LUÍS EDUARDO MAGALHÃES**: Localização: Oeste. Criação: 30/03/2000. Município de Origem: Barreiras. Categoria Toponímica: antropotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo:



Luís [< lt. *Ludovicus*, *i* < germ. *Hlodoviko* < germ. *hlot*, *hlut*, ‘famoso, célebre’ + *wig*, ‘batalha’; donde: ‘famoso na batalha, guerreiro célebre’] + Eduardo [< lt. *Eduardus*, *i* < germ. *Hadaward* < germ. *ead*, ‘riqueza’ + *ward*, ‘guardião’; donde: ‘guardião das riquezas’] + Magalhães [< celt. *magal*, ‘grande’ + lt. -an, ‘suf. deriv.’ + -is, ‘suf. fl. gen’; donde: ‘dos grandes’]. Nome X história do local: No final da década de 1950, Juscelino Kubitschek ordenou a construção da Rodovia BR 020, a Brasília-Fortaleza. Em 1957, surgiu o primeiro núcleo populacional com o nome de Buriti da Palha Mole, alterado para Entroncamento em 1968 e Marabá em 1974. No final desse decênio, às margens daquela estrada, asfaltada partir de 1972 pelo 4º Batalhão de Engenharia e Construção, a 90 Km da sede de Barreiras, inaugurou-se um posto de gasolina chamado 90, em redor do qual surgiu um loteamento urbano chamado Mimoso, topônimo logo alterado para Rancho Grande. A partir de 1980, atraídos pela disponibilidade de terras com excelente topografia e condições excepcionalmente favoráveis à agricultura mecanizada e irrigada, inúmeras famílias de agricultores sulistas migraram para a região, favorecendo o crescimento da localidade, logo um florescente povoado que, em 1984, passou a se chamar Mimoso do Oeste. Em 3/12/1997, tornou-se distrito, tendo, em 1998, o nome alterado para Luís Eduardo Magalhães, em honra ao deputado baiano homônimo, cuja contribuição para o desenvolvimento do Oeste como um todo e, em especial, para o município, é contestada por alguns setores da sociedade local, para quem essa homenagem foi um trabalho de *marketing* político favorável à emancipação, numa louvação muito maior ao pai do homenageado – o hoje também extinto ex-Senador Antônio Carlos Magalhães –, que a ele mesmo. Histórico dos nomes: Buriti da Palha Mole (1957) > Entroncamento (1968) > Marabá (1974) > Mimoso (1977) > Rancho Grande > Mimoso do Oeste (1984) > Luis Eduardo Magalhães (1999). **1827, 1890, 1940** (inexistente). **1970** – Nome: Entroncamento. Status político: povoado. Categoria Toponímica: odotopônimo. Processo Morfológico: derivação. Procedência Linguística: português. Étimo: pt. entroncamento < entocar [< pt. en-, ‘pref. deriv.’ + pt. tronco (< lt. *truncus*, *i*, ‘tronco’) + -a, ‘v.t.’ + -r, ‘suf. lFPr’] + pt. -mento, ‘suf. deriv.’.

**MACAJUBA**: Localização: Paraguaçu. Criação: 12/05/1906. Município de Origem: Baixa Grande. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *maká* ‘palmeira’ + *îuba* ‘amarelo’; donde: ‘palmeira amarela’ (Na língua comum, designa a *Acrocomia aculeata*, popularmente conhecida como coco-de-catarro). Nome X história do local: Antes de 1906, era uma povoação denominada Santa Luzia do Lajedo. Nesse ano, deram-lhe o nome de vila Capivari (< Tp.-ant. *kapi-ûara* ‘capivara’ + *y* ‘rio’; donde: ‘rio da capivara’), transferindo para lá a sede do município de Baixa Grande; em 1910, com a transferência da sede de Baixa Grande para outro sítio, passou à condição de distrito, recebendo o atual nome, conservado após sua

emancipação definitiva, em 1944. Histórico dos nomes: Santa Luzia do Lajedo > Capivari (1906) > Macajuba (1910). **1827, 1890** (inexistente). **1940 (Status político: povoado), 1970** – Nome: Macajuba.

**MACARANI**: Localização: Sudoeste. Criação: 31/12/1943. Município de Origem: Encruzilhada. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: aglutinação. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *maká* ‘palmeira’ + *rana* ‘falso’ + *y* ‘rio’; donde: ‘rio da falsa palmeira’. Nome X história local: Em 1927, já com esta denominação, foi criado como distrito do município de Encruzilhada. Em 1943, Encruzilhada teve sua sede transferida para o distrito de Macarani, então elevado à condição de município. Histórico dos nomes: Desde o seu surgimento, a localidade conserva este mesmo nome. **1827, 1890** (inexistente). **1940 (Status político: povoado), 1970** – Nome: Macarani.

**MACAÚBAS**: Localização: Chapada Diamantina. Criação: 6/07/1832. Município de Origem: Paratinga. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: sufixação flexional. Procedência Linguística: português. Étimo: macaúba [< Tp-ant. *makaúba* ‘macaúba, espécie de palmeira nativa (*Acrocomia sclerocarpa*)] + -s, ‘suf. fl. pl’. Nome X história do local: A formação do município começou em meados do século XVIII, em local denominado Coité. Com o desenvolvimento do comércio, o povoado foi ampliado até a localidade conhecida por Estiva, cujas terras pertenciam ao município de Urubu (atual Paratinga), do qual foram desmembradas em 1832, assumindo o topônimo de Macaúbas<sup>146</sup>, que faz referência a uma espécie de palmeira abundante na região. Histórico dos nomes: Coité (m. s. XVIII) > Macaúbas (1832). **1827** – Nome: Coité. Status político: povoado. Categoria Toponímica: ergotopônimo. Processo Morfológico: aglutinação. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *kuia* ‘cuia’ + *eté* ‘verdadeiro’; donde: ‘a cuia verdadeira’. **1890, 1940, 1970** – Nome: Macaúbas.

**MACURURÉ**: Localização: Nordeste. Criação: 27/07/1962. Município de Origem: Glória. Categoria Toponímica: zootopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *makuru*, “macuru” + *ré*, “diferente”; donde: “macuru diferente”. Nome X história do local: Território inicialmente habitado por índios Rodela, teve a colonização iniciada no fim do século XIX, com o estabelecimento da fazenda Tim Tim às margens do riacho homônimo. Posteriormente, a fazenda passou a chamar-se Três Irmãos. No início do século

<sup>146</sup> Na edição do dia 4/03/1875 do Jornal da Bahia, lê-se a seguinte notícia, que mostra a Vila de Macaúbas em busca de sua infra-estrutura: “Entrando em discussão o projeto n° 525, autorizando a despesa de até 4:000\$ com os reparos das casas das prisões das vilas de Urubu e Macaúbas, verificou-se não haver número, e levantou-se a sessão às 12 horas e 40 minutos”. (*Jornal da Bahia*, 22(50):2, Notícias diversas).

XX, a construção de capela dedicada ao Senhor do Bonfim atraiu moradores, dando surgimento ao povoado de Bonfim, tornado distrito em 1922. em 1938, deu-se a alteração do topônimo para Macururé que, na língua comum, designa ave da família dos buconídeos. Histórico dos nomes: Tim Tim (f. s. XIX) > Três Irmãos (1922) Bonfim (1933) > Macururé (1938). **1827, 1890** (inexistente). **1940 (Status político: povoado), 1970** – Nome: Macururé.

**MADRE DE DEUS**: Localização: RMS. Criação: 13/06/1989. Município de Origem: Salvador. Categoria Toponímica: hierotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: madre [< It. *mater, tris*, ‘mãe’] + de + Deus [< It. *deus, i*, ‘deus’]. Nome X história do local: No início do século XVI, chamava-se Cururupeba (< Tp.-ant. *kururu*, “sapo” + *peba*, “chato”; donde: “sapo achatado”), mas já em 1584 tinha o atual nome em homenagem a Nossa Senhora da Conceição, padroeira da localidade. Histórico dos nomes: Cururupeba (s. XVI) > Madre de Deus (1584). **1827, 1890, 1940, 1970** – Nome: Madre de Deus. Status político: povoado.

**MAETINGA**: Localização: Serra Geral. Criação: 9/05/1985. Município de Origem: Presidente Jânio Quadros. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: aglutinação. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *mbayba* ‘embaúba’ + *tinga* ‘branco’; donde: ‘embaúba branca’. Nome X história local: Tem início como a povoação por volta de 1876, já com esse nome que, na língua comum, designa três espécies de árvore da família das mimercófilas: a *Cecropia distachya*, a *Cecropia ololeuca* e a *Cecropia palmata*. Em 1953, figura como distrito de Condeúba. Histórico do nome: Desde seu surgimento, a localidade conserva o mesmo nome. **1827** (inexistente). **1890, 1940, 1970** – Nome: Maetinga. Status político: povoado.

**MAIQUINIQUE**: Localização: Sudoeste. Criação: 16/07/1962. Município de Origem: Macarani. Categoria Toponímica: ergotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: kicongo. Étimos prováveis: *kiniki* ‘coisa’ ou *kínika* ‘tocha de galho de árvore’. (LOPES 2003, p. 243). Nome X história local: Sobre este município, não se encontrou qualquer informação anterior a 1953, ano em que, já com este nome, figura entre os distritos de Macarani, de onde se desmembra em 1962. Contudo, como – salvo as plajenadas – nenhuma localidade já surge com o status de distrito, admite-se a década de 1940 como a do início de sua história. Histórico dos nomes: Desde seu surgimento, conserva o mesmo nome. **1827, 1890** (inexistente). **1940 (Status político: povoado), 1970** – Nome: Maiquinique.

**MAIRI:** Localização: Paraguaçu. Criação: 31/12/1857. Municípios de Origem: Ipirá e Jacobina. Categoria Toponímica: poliotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: Tupi-médio. Étimo: *mairi*, 'cidade'. Nome X história local: A sede do atual município surgiu em 1838 como distrito de Nossa Senhora das Dores de Monte Alegre, pertencendo ao município de Feira de Santana, passando a Sant'Ana do Camisão (atual Ipirá) em 1855. Nesse mesmo ano, quando de sua emancipação como vila de Monte Alegre, foi constituído pelas freguesias de Nossa Senhora das Dores de Monte Alegre e Nossa Senhora da Conceição do Gavião, desmembradas do município de Sant'Ana do Camisão (atual Ipirá) e pela freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Mundo Novo, desmembrada de Jacobina. Adotou o atual nome em 1943. Histórico dos nomes: Nossa Senhora das Dores de Monte Alegre (1838) > Monte Alegre (1857) > Mairi (1943). **1827** (inexistente). **1890, 1940** – Nome: Monte Alegre. Status político: município. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: pt.: monte [< lt. *mons, ntis*, 'monte'] + alegre [< lt. vg. *alecris*, e < lt. cl. *alacris*, e, 'vivo, animado']. **1970** – Nome: Mairi.

**MALHADA:** Localização: Médio São Francisco. Criação: 29/11/1961. Município de Origem: Carinhanha. Categoria Toponímica: ergotopônimo. Processo Morfológico: derivação. Procedência Linguística: português. Étimo: pt. malhada = malhar [< pt. malha < lt. *maleus, i*, 'malha' + -a, 'vt' + -r, 'suf. lFPr')] + pt. -do, 'suf. PaPt' + pt. -a, 'suf. fem.'. Nome X história do local: No final século XIX, a localidade surgiu em torno de um curral de gado, donde o nome malhada, em referência ao aspecto dos animais. Histórico dos nomes: Desde o seu surgimento, a localidade conserva o mesmo nome. **1827, 1890** (inexistente). **1940 (Status político:povoado), 1970** – Nome: Malhada.

**MALHADA DE PEDRAS:** Localização: Serra Geral. Criação: 12/07/1962. Município de Origem: Brumado. Categoria Toponímica: litotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: pt. malhada [= malhar (< pt. malha < lt. *maleus, i*, 'malha' + -a, 'vt' + -r, 'suf. lFPr')] + pt. -do, 'suf. PaPt' + pt. -a, 'suf. fem.']. + pt. de + pt. pedras [= pedra (lt. *petra, ae*, 'pedra' + -s, 'suf. pl.').] Nome X história do local: Em 1915, iniciou-se a formação do povoado, elevado a distrito graças ao crescimento alcançado com a chegada dos trilhos da Rede Ferroviária Federal em 1948. Segundo antigos moradores, o nome surgiu em alusão à significativa quantidade de pedras existentes no local. Histórico do nome: Desde o seu surgimento, o município conserva o mesmo nome. **1827, 1890** (inexistente). **1940 (Status político: povoado), 1970** – Nome: Malhada de Pedras.

**MANOEL VITORINO:** Localização: Sudoeste. Criação: 30/07/1962. Município de Origem: Boa Nova. Categoria Toponímica: antropotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Manuel [< hb. *Immanuel* < *immanu*, ‘conosco’ + *El*, ‘Deus’; donde: ‘Deus conosco’] + Vitorino [< Vitório (< Vitória (vitória < It. *victoria*, ae, vitória) + -o, ‘vt’) + ino, ‘suf. deriv.’; donde: ‘relativo a Vitório’]. Nome X história local: Em 1934, surge como distrito do município de Boa Nova com o nome de Cachoeira de Manuel Roque, alterado para Imbuíra em 1938. Quando de sua emancipação, assume a atual denominação, numa homenagem a Manoel Vitorino Pereira, governador do Estado entre 1889 e 1890. Histórico dos nomes: Cachoeira de Manuel Roque (1934) > Imbuíra (1938) > Manoel Vitorino (1962). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Imbuíra. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: aglutinação. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *ymbu*, ‘umbu’ + *y*, ‘rio’ + *eira* ‘doce, mel’; donde: ‘rio do umbu doce’. **1970** – Nome: Manoel Vitorino.

**MANSIDÃO:** Localização: Oeste. Criação: 26/02/1985. Município de Origem: Santa Rita de Cássia. Categoria Toponímica: animotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: It. *mansuetudo*, *dinis*, ‘mansidão’. Nome X história do local: O primeiro núcleo humano do município teria surgido com a chegada de sobreviventes do massacre de Palmares, que se refugiaram em território então pertencente a Santa Rita de Cássia, fronteira com o Piauí. No final do século XIX, a população de vários minúsculos núcleos humanos reuniu-se em torno de uma fazenda, surgindo um povoado logo chamado Mansidão, em homenagem, segundo Almeida (1999), a “um boi de carro, muito manso” que transportava pessoas e bens entre a localidade e a vila mais próxima. Histórico dos nomes: Desde o seu surgimento, o município conserva o mesmo nome. **1827, 1890** (inexistente). **1940, 1970** – Nome: Mansidão. Status político: povoado.

**MARACÁS:** Localização: Sudoeste. Criação: 19/04/1855. Município de Origem: Mucugê. Categoria Toponímica: etnotopônimo. Processo Morfológico: sufixação flexional. Procedência Linguística: português. Étimo: maracá [< Tp. *maraká* ‘chocalho’] + -s, ‘suf. plural’. Nome X história do local: O território do município foi originalmente habitado por índios Maraká. A primeira penetração do território do Município de Maracás deu-se em 1659, quando, subindo o rio Paraguaçu e tomando o rumo de Serra Geral, bandeirantes dizimaram os indígenas e assentaram residências na região, colonizando-a. Posteriormente, quando o progresso se tornou mais acentuado, foi marcado um local exato para novas residências, a uma pequena distância do rio Jiquiriçá, naquela que ainda hoje é

popularmente conhecida como “rua do Barranco”. A portuguesa Maria da Paixão doou uma légua quadrada de sua fazenda Água Fria para a edificação de uma capela sob invocação de Nossa Senhora das Graças, surgindo definitivamente neste ponto a sede do atual município. A capela foi elevada a freguesia, pela Lei Provincial nº. 169 de 25/05/1842. A partir dessa data já apresentava condições excepcionais de capacidade para a vida política e à autonomia administrativa. A Lei Provincial nº. 518, de 19/04/1855, criou o município de Maracás, com o território da freguesia de Nossa Senhora das Graças, desmembrado do de Santa Isabel de Paraguaçu (atual Mucugê). Histórico dos nomes: Nossa Senhora das Graças (1842) > Maracás (1855). **1827** (inexistente). **1890, 1940, 1970** – Nome: Maracás.

**MARAGOGIPE**: Localização: Recôncavo Sul. Criação: 16/02/1724. Município de Origem: Jaguaripe. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: aglutinação. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *maráú* ‘maráú’ + y ‘rio’ + pe ‘em’; donde: ‘no rio dos maráús’. Nome X história do local: As terras do atual município estavam inclusas no território da Capitania do Paraguaçu (ou Peroaçu), doada a Dom Álvaro da Costa, filho do segundo Governador Geral do Brasil, Dom Duarte da Costa, por Carta de Doação de 20/11/1565. O município foi criado com território desmembrado de Jaguaripe, já com a atual denominação por Carta Régia de 17/12/1693. Sua sede foi elevada a cidade por Lei Provincial de 08/05/1850, com a denominação de Patriótica Cidade de Maragogipe, devido a seu papel na guerra de Independência do Brasil na Bahia. Histórico dos nomes: Desde seu surgimento, a localidade conserva o mesmo nome. **1827, 1890, 1940, 1970** – Nome: Maragogipe.

**MARAÚ**: Localização: Litoral Sul. Criação: 23/07/1761. Município de Origem: Itabuna. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: forma simples, ‘maráú, espécie de planta passiflora’. Nome X história local: O município tem sua origem numa aldeia indígena denominada Mayra, descoberta em 1705 por frades capuchinhos italianos, que lhe deram o nome de São Sebastião de Mayrahú. Em 1718, foi elevada a freguesia, posteriormente elevada a distrito e, finalmente emancipada em 1761. Em 1838, teve o nome simplificado para o atual. Histórico dos nomes: São Sebastião do Maraú (1705) > Maraú (1838). **1827** – Nome: São Sebastião do Maraú. Status político: município. Categoria Toponímica: hagiopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: São Sebastião [< são (lt. *sanctus*, *i*, ‘santo’) + Sebastião (< lt. *Sebastianus*, *i* < gr. Sebastianós < *sebastós*, ‘sagrado’)] + do [= de + o] + Maraú [< Tp.-ant. *maráú*, ‘maráú’]. **1890, 1940, 1970** – Nome: Maraú.

**MARCIONÍLIO SOUZA:** Localização: Paraguaçu. Criação: 27/07/1962. Município de Origem: Maracás. Categoria Toponímica: antropotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Marcionilio [< Márcio (< lt. *Martius, i*, 'márcio, guerreiro') + -ílio, 'suf. deriv. dim.'; donde: 'pequeno Márcio'] + Souza [lt. *sausa*, 'ferido, enfermo, angustiado, perturbado, roto']. Nome X história do local: Surge em 1911 na condição de povoado do município de Rio de Contas com o nome de Boa Sentença, trocado para Tamburi (< Tp.-ant. *ta* 'madeira' + *mbo* 'fazer' + *y* 'água'; donde: 'madeira que verte água', referência a uma espécie de canafístula – *Peltophorum dubium* – cujo tronco, uma vez cortado, verte líquido) em 1934, quando é elevado a distrito do município de Maracás. Em 1938, assume o atual nome, em homenagem a Marcionílio Antônio de Souza, latifundiário e líder político local do final da República Velha. Histórico dos nomes: Boa Sentença (1911) > Tamburi (1934) > Marcionílio Souza (1938). **1827, 1890** (inexistente). **1940, 1970** – Nome: Marcionílio Souza.

**MASCOTE:** Localização: Litoral Sul. Criação: 19/07/1962. Município de Origem: Ilhéus. Categoria Toponímica: ergotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: < fr. *mascotte* < prov. *mascoto* < *masco*, 'sortilégio, feitiçaria'. Nome X história do local: Às margens do rio Pardo, surgiu um povoado, elevado a distrito em 1923 com o nome de Novo Horizonte. Suprimido em 1930, foi anexado, em 1933, ao distrito de Boa Vista do Jacarandá, sob a jurisdição de Canavieiras. Retornou à condição de sede distrital pela Lei Municipal nº. 1, de 7/08/1936, com o topônimo alterado para Mascote, conservado após a emancipação. Histórico dos Nomes: Novo Horizonte (1923) > Boa Vista do Jacarandá (1933) > Mascote (1938). **1827, 1890** (inexistente). **1940 (Status político), 1970** – Nome: Mascote.

**MATA DE SÃO JOÃO:** Localização: Litoral Norte. Criação: //. Município de Origem: Camaçari. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Mata [<lt. *mata, ae*, 'mata'] + de + São João [são (< lt. *sanctus, i*, 'santo') + João (< lt. *Iohane, is* < hb. *Yekokhanan* 'Deus é gracioso')]. Nome X história do local: Já no século XVI inicial sua colonização quando seu território passa a pertencer à Casa da Torre. Nessa época, forma-se o povoado de Coqueiro da Água Comprida da Mata de São João. Em 1761, seu nome é trocado para Senhor do Bonfim da Mata de São João, com o qual se emancipa em 15/04/1846. em 1931, teve o nome reduzido para Mata, novamente modificado para Mata de São João em 1938. Histórico dos nomes: Coqueiro da Água Comprida da Mata de São João (s. XVI) > Senhor do Bonfim da Mata de São João (1761) > Mata (1931) > Mata de São João (1938). **1827, 1890** – Nome: Senhor do Bonfim da Mata de São João. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hierotopônimo. Processo Morfológico: justaposição.

Procedência Linguística: português. Étimo: Senhor do Bonfim [< senhor (lt. *senior*, *is* ‘amo, patrão, senhor’) + do (= de + o) + Bonfim (< bom (< lt. *bonus*, *i*, ‘bom’) + fim (< lt. *finis*, *is*, ‘fim’))] + da [= de + a] + Mata de São João [< mata (< lt. *mata*, *ae*, ‘mata’) + de + São João (< são (< lt. *sanctus*, *i*, ‘santo’) + João (< lt. *Iohane*, *is* < hb. *Yekokhanan* ‘Deus é gracioso’)]. **1940, 1970** – Nome: Mata de São João.

**MATINA**: Localização: Médio São Francisco. Criação: 5/04/1989. Município de Origem: Riacho de Santana. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: pt. *matina* < prov.-arc. *matina*, ‘primeira parte do ofício rezado pelos padres’. Nome X história do local: Desde pelo menos o fim da década de 1830, a localidade existia com o nome de Matas, tendo sido elevada à categoria de distrito pertencente a Riacho de Santana em 1º/08/1921, a Lei Estadual nº. 1501. Em 30/11/1938, o Decreto Estadual 11089 altera-lhe o nome para Matina, designador inicial de uma lagoa. Histórico dos nomes: Matas (1921) > Matina (1938). **1827, 1890** (inexistente). **1940 (Status político: distrito), 1970** – Nome: Matina.

**MEDEIROS NETO**: Localização: Extremo Sul. Criação: 14/08/1958. Município(s) de Origem. Categoria Toponímica. Processo Morfológico. Procedência Linguística. Étimo: Medeiros [< pt.: Medeiro (< meda (lt. *meta*, *ae*, ‘meda’) + -eir, ‘suf. deriv.’ + -o, ‘vt’) + -s, ‘suf. fl. pl.’] + Neto [< lt. *nepos*, *otis*, ‘neto’]. Nome X história do local: Seus primeiros habitantes foram os índios Pataxó. Procedeu-se à colonização, quando aventureiros provenientes de Minas Gerais, descendo o rio Itanhém, chegaram próximos à foz do ribeirão Água Fria, onde fixaram moradia, chamando a localidade pelo nome do curso d’água. A atual denominação data de 1958 e homenageia o advogado e senador alcobacense Antônio Garcia de Medeiros Neto (1887-1948). Histórico dos nomes: Água Fria (1918) > Medeiros Neto (1958). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Água Fria. Status político: povoado. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: pt. água [< lt. *aqua*, *ae*, ‘água’] + pt. fria [< lt. *frigida*, *ae*, ‘fria’]. **1970** – Nome: Medeiros Neto.

**MIGUEL CALMON**: Localização: Piemonte da Chapada Diamantina. Criação: 6/08/1924. Município de Origem: Jacobina. Categoria Toponímica: antropotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Miguel [< hb. Mikhael < *mikhayáh* ‘quem é como’ + *El*, ‘Deus’; donde: ‘quem é como Deus?’] + Calmon [< pt. arc. *calmão* < (lt. *calmam*, ac. de *cauma*, *atis*, ‘calor abrasador’)]. Nome X história do local: No início do século XIX, a fazenda Canabrava foi vendida e dentro dela começou a formação de um povoado que conservou esse nome até sua emancipação em 1926, quando passou a se chamar Miguel Calmon, em homenagem a um político baiano,



ministro do ex-presidente Arthur Bernardes e primo do ex-governador da Bahia, Góes Calmon. Esse nome foi alterado para Djalma Dutra em 1930. Contudo, a população não aceitou essa mudança, fazendo retornar a nomenclatura anterior em 1944. Histórico dos nomes: Canabrava (in. s. XIX) > Miguel Calmon (1924) > Djalma Dutra (1930) > Miguel Calmon (1944). **1827, 1890** – Nome: Canabrava. Status político: povoado. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: canabrava [< cana (lt. *canna*, ae, ‘junco’) + brava (< lt. *barbara*, ae, estrangeira)]. **1940** – Nome: Djalma Dutra. Status político: município. Categoria Toponímica: antropotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Djalma [< isl. *Hjalmar* < *halm-r*, ‘elmo, pl ext. proteção’] + Dutra [< flm. *Hurtere*, ‘antrop. masc.']. **1970** – Nome: Miguel Calmon.

**MILAGRES**: Localização: Recôncavo Sul. Criação: 22/12/1961. Município de Origem: Amargosa. Categoria Toponímica: hierotopônimo. Processo Morfológico: sufixação. Procedência Linguística: português. Étimo: milagre [< lt. *miraculum*, i, ‘coisa admirável’] + -s, ‘suf. fl. pl’. Nome X história do local. Informa a tradição oral que uma figura feminina que passeava pelas elevações que contornavam a povoação era a Virgem Maria. Com a atração de inúmeros romeiros e realização de vários milagres, formou-se uma aglomeração urbana, que recebeu o nome de Nossa Senhora dos Milagres, que figura como distrito do município de Amargosa em 1958, do qual se emancipou em 22/12/1961, com o nome de Milagres a partir dos distritos de Nossa Senhora dos Milagres e Tartaruga. Histórico dos nomes: Milagres (1944) > Nossa Senhora dos Milagres (1958) > Milagres (1961). **1827, 1890, 1940** (inexistente). **1970** – Nome: Milagres.

**MIRANGABA**: Localização: Piemonte da Chapada Diamantina. Criação: 24/11/1961. Município de Origem: Saúde. Categoria Toponímica: animotopônimo. Processo Morfológico: aglutinação. Procedência Linguística: Tupi-médio. Étimo: *morã*, ‘povo’ + *angaba* ‘coitado’; donde: ‘povo coitado, digno de dó’. Nome X história do local: No final do século XIX, pessoas procedentes de Jacobina se estabeleceram na região de Campo Grande, iniciando uma povoação denominada Alferes. Em 1904, surge uma feira livre no local. No mesmo ano, mudou-se o topônimo para Riachuelo em referência à Batalha Naval de Riachuelo. Em 1943, o nome foi alterado para Mirangaba, conservado após a emancipação. Histórico dos nomes: Campo Grande > Alferes (f. s. XIX) > Riachuelo (1904) > Mirangaba (1943). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Riachuelo. Status político: povoado. Categoria Toponímica: historiotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: < esp. riacho [< rio (lt. *riuus*, i, ‘curso d’água’) + -acho, ‘suf. deriv. dim’; donde: ‘riacho’] + elo, ‘suf. deriv. dim.’; donde: ‘pequeno riacho’. **1970** – Nome: Mirangaba.

**MIRANTE:** Localização: Sudoeste. Criação: 13/06/1989. Município de Origem: Boa Nova. Categoria Toponímica: ergotopônimo. Processo Morfológico: derivação. Procedência Linguística: português. Étimo: pt.: mirante [< lt. *mirans, ntis*, 'mirante']. Nome X história do local: Região inicialmente habitada por índios Imberê e desbravada pelo capitão-mor João Gonçalves Costa e pelos bandeirantes André da Rocha Pinto e João Guimarães, que exploravam o curso do Rio de Contas ainda no século XIX. Contudo, a localidade só é registrada como povoado no censo demográfico do IBGE de 1950 já com o atual nome, conservado após a emancipação. Histórico dos nomes: Boa Esperança > Mirante (1953). **1827, 1890, 1940** (inexistente). **1970** – Nome: Mirante. Status político: povoado.

**MONTE SANTO:** Localização: Nordeste. Criação: 21/03/1837. Município de Origem: Itapicuru. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: monte [< lt. *mons, ntis*, 'monte'] + santo [< lt. *sanctus, us*, 'santo']. Nome X história do local: Referência ao monte em torno do qual cresceu a localidade, sempre um ponto de peregrinação religiosa. No século XVIII, chamava-se Piquiriçá (< Tp. Ant. *pikiri* 'peixe pequeno' + *risaba* 'lugar'; donde: 'lugar do peixe pequeno'), nome sucessivamente alterado para Monte Santo (1775), Coração de Jesus de Nossa Senhora da Conceição do Monte Santo (1790), Coração de Jesus do Monte Santo (1837) e, finalmente, Monte Santo (1929). Histórico dos nomes: Piquiriçá (s. XVIII) > Monte Santo (1755) > Coração de Jesus de Nossa Senhora da Conceição do Monte Santo (1790) > Coração de Jesus do Monte Santo (1837) > Monte Santo (1929). **1827** – Nome: Coração de Jesus de Nossa Senhora da Conceição do Monte Santo. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hierotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Coração de Jesus [< coração (< lt. vg. *coratione* < lt. cl. *cor, cordis*, 'coração') + de + Jesus (lt. *lesu, ui* < hb. *ioshua, Jehoshea*, 'Deus é a salvação')] de + Nossa Senhora da Conceição [< nossa (< lt. *nostra, ae*, 'nossa') + senhora (< lt. *seniora, ae* 'ama, patroa, senhora') + da [= de + a] + conceição (< concepção (< lt. *conceptio, onis*, 'concepção'))] + do [= de + o] + Monte Santo [< monte (< lt. *mons, ntis*, 'monte') + santo (< lt. *sanctus, us*, 'santo')]. **1890** – Nome: Coração de Jesus do Monte Santo. Status político: município. Categoria Toponímica: hierotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Coração de Jesus [< coração (< lt. vg. *coratione* < lt. cl. *cor, cordis*, 'coração') + de + Jesus (lt. *lesu, ui* < hb. *ioshua, Jehoshea*, 'Deus é a salvação')] + do [= de + o] + Monte Santo [< monte (< lt. *mons, ntis*, 'monte') + santo (< lt. *sanctus, us*, 'santo')]. **1940, 1970** – Nome: Monte Santo.

**MORPARÁ:** Localização: Médio São Francisco. Criação: 16/07/1962. Município de Origem: Brotas de Macaúbas e Oliveira dos Brejinhos. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: aglutinação. Procedência Linguística: português. Étimo: Morro [< ?] + do [= de + o] + Paramirim [< Tp.-ant. *pará*, 'rio, caudal' + *mirim*, 'pequeno'; donde: 'caudal pequeno]. Nome X história do local: Segundo a tradição corrente, as primeiras incursões no território da atual sede municipal foram feitas pelos muribecas (séc. XVII), que construíram um acampamento denominado de Rancho Velho. Contudo, a formação do povoado deu-se em consequência da chegada posterior de pescadores e da influência da localidade de Barra do Paramirim. Com o tempo, foi erigida a primeira igreja (demolida apenas em 1976), sob a invocação de São Pedro, em homenagem aos pescadores e ao proprietário das terras (Pedro Mariani). Posteriormente, o local serviu para a ancoragem de navios a vapor, ficando conhecido como Porto do Vapor. Depois, foi denominado Morro do Paramirim, por ser aí o encontro dos rios São Francisco e Paramirim. Em 1891, o fazendeiro Antônio Bitencurt Mariani fez glebas e lotes para vender a quem interessasse, atraindo os primeiros comerciantes. Por volta de 1934, já com o atual nome, era distrito judiciário do município de Brotas de Macaúbas. Emancipado por força da Lei Estadual nº. 1722, de 16/07/1962. Histórico dos nomes: Rancho Velho (s. XVII) > Porto do Vapor > Morro do Paramirim (1891) > Morpará (f. s. XIX). **1827, 1890** Nome: Rancho Velho. Status político: povoado. Categoria Toponímica: sociotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: pt. rancho [< esp. rancho, 'rancho'] + pt. velho [< lt. vg. \**veclus*, *i* < lt. cl. *vetulus*, *i*, 'velho']. **1940 (Status político: povoado), 1970** – Nome: Morpará.

**MORRO DO CHAPÉU:** Localização: Piemonte da Chapada Diamantina. Criação: 7/05/1864. Município de Origem: Jacobina. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: morro [< ?] + do [= de + o] + chapéu [< fr. arc. *chapel* (< lt. arc. *cappelus*, *i* < *cappa*, *ae*, 'capa' + *-elus*, 'suf. deriv. dim.'; donde: 'capinha')]. Nome X história do local: Ainda no século XVIII, os primeiros a penetrar nas terras da Chapada perceberam ao longe um monte com forma de chapéu, logo chamado Morro do Chapéu, ao pé do qual surge o povoado de Nossa Senhora das Graças do Morro do Chapéu, elevado a vila em 1864, já com o atual nome. Histórico dos nomes: Nossa Senhora das Graças do Morro do Chapéu (s. XVIII) > Morro do Chapéu (1864). **1827** – Nome: Nossa Senhora das Graças do Morro do Chapéu. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Nossa Senhora [< pt. nossa (< lt. *nostra*, *ae*, 'nossa') + senhora (< lt. *seniora*, *ae* 'ama, patroa, senhora') + das [= de + a + -s, 'suf. fl. pl.')] + graças [< graça (< lt. *gratia*, *ae*, 'graça, favor, benção') + -s, 'suf. fl. pl.']] + do [= de + o] + Morro do Chapéu [< morro (< ?) + do (=

de + o) + chapéu (< fr. arc. *chapel* < lt. arc. *cappellus*, *i* < *cappa*, *ae*, ‘capa’ + *-elus*, ‘suf. deriv. dim.’; donde: ‘capinha’)]. **1890, 1940, 1970** – Nome: Morro do Chapéu.

**MORTUGABA:** Localização: Serra Geral. Criação: 30/11/1961. Município de Origem: Jacaraci. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: Tupi-médio. Étimo: *morã* ‘povo’ + *tokaba* ‘habitação’; donde: ‘habitação do povo, povoação, *povoado*’. Nome X história do local: No começo do século XIX, iniciou-se o povoamento do atual território mortugabense por agropecuaristas. Em 1886, Balbino Coelho e os irmãos Carvalho compraram o sítio Lagoa da Malva. Em 1892, formou-se o povoado de Boa Vista, elevado a distrito com o nome de Tabajara (< Tp.-ant.), alterado em 1943 para o atual, uma referência ao córrego que banha a cidade. Histórico dos nomes: Lagoa da Malva (1886) > Boa Vista (1892) > Tabajara > Mortugaba (1943). **1827** (inexistente). **1890** – Nome: Lagoa da Malva. Status político: sítio. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: pt.: lagoa [< lt. *laguna*, *ae*, ‘lagoa’] + da [= de + a] + malva [*malva*, *ae*, ‘malva’]. **1940** – Nome: Tabajara. Status político: povoado. Categoria Toponímica: axiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *taba* ‘aldeia’ + *îara* ‘senhor’; donde: ‘senhor da aldeia’. **1970** – Nome: Mortugaba.

**MUCUGÊ:** Localização: Chapada Diamantina. Criação: 17/05/1847. Município de Origem: Rio de Contas. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *mukuîe*, ‘mucugê, planta nativa frutífera da família das apocináceas (*Couma rigida*). Nome X história do local: Em 1884, proveniente da região mineira de Diamantina, o vaqueiro José Pereira do Prado, conhecido por Cazuza, trazia uma boiada para Maracás, na Bahia, quando uma de suas reses se desgarrou, fazendo-o vir parar às margens do rio Cumbucas. Agachando-se para beber água, ele percebeu pedras brilhantes no leito do rio, que recolheu e levou para sua cidade, onde era comum, àquela época, o roubo de diamantes. Lá chegando, confirmou serem diamantes as tais gemas e foi preso sob a acusação de roubo. Felizmente, contou sua história e teve a chance de comprová-la, liderando uma expedição ao lugar onde havia encontrado as pedras. Com isso, as terras da região – de propriedade do Sargento-mor Francisco da Rocha Medrado –, passaram a atrair muita gente, surgindo um povoado que já contava com 30 mil habitantes (metade dos quais, garimpeiros) apenas três anos depois, época em que foi emancipado com o nome de Santa Isabel, posteriormente alterado para São João do Paraguaçu e, já em 1907, Mucugê, nome originalmente atribuído ao rio que banha a cidade. Histórico dos nomes: Santa Isabel (1887) > São João do Paraguaçu > Mucugê (1907). **1827** (inexistente). **1890** – Nome: Santa Isabel. Status político: município. Categoria

**Toponímica:** hagiotopônimo. **Processo Morfológico:** justaposição. **Procedência Linguística:** português. **Étimo:** santa [< *sancta, ae*, ‘santa’] + Isabel [< It. *Elisabeth* < hb. *Elisheba* < *El*, ‘Deus’ + *isheba* ‘juramento’; donde: ‘Deus é juramento’]. **1940, 1970** – **Nome:** Mucugê.

**MUCURI:** **Localização:** Extremo Sul. **Criação:** 3/03/1755. **Município de Origem:** Niva Viçosa. **Categoria Toponímica:** corotopônimo. **Processo Morfológico:** simples. **Procedência Linguística:** Tupi-antigo. **Étimo:** *mucura*, ‘raposa’ + *y* ‘rio’; donde: ‘rio das raposas’. **Nome X história do local:** Área originalmente habitada pelos índios Aimoré. As primeiras explorações da região datam do século XVI, devido as constantes tentativas de encontrar ouro e pedras preciosas. No início do século XVIII, alemães e suíços estabeleceram o arraial de Mucuri, onde passaram a cultivar café; em 1755, a localidade foi emancipada, ganhando o nome de vila de São José de Porto Alegre, alterado para para Mucuri em 1931, numa referência ao rio que banha a cidade. **Histórico dos nomes:** Mucuri (in. s. XVIII) > São José de Porto Alegre (1755) > Mucuri (1931). **1827, 1890** – **Nome:** São José de Porto Alegre. **Status político:** município. **Categoria Toponímica:** hagiotopônimo. **Processo Morfológico:** justaposição. **Procedência Linguística:** português. **Étimo:** pt.: São José [< *são* (< It. *sanctus, i*, ‘santo’) + José [< It. *Iosephus, i* < hb. *Yosef*, ‘aquele que acrescenta’] + de + Porto Alegre [< *porto* (< It. *portus, i*, ‘porto’) + *alegre* (< It. vg. *\*alecer, cris* < It. cl. *alacer, cris*, ‘aminado’)]. **1940, 1970** – **Nome:** Mucuri.

**MULUNGU DO MORRO:** **Localização:** Irecê. **Criação:** 13/06/1989. **Município de Origem:** Cafarnaum e Morro do Chapéu. **Categoria Toponímica:** fitotopônimo. **Processo Morfológico:** justaposição. **Procedência Linguística:** português. **Étimo:** mulungu [< Ig. afr. banto *mulungu*, ‘mulungu, leguminosa da família das papilionáceas (*Euterpe corallodendron*)’] + do [= de + o] + morro [< ?]. **Nome X história do local:** Quando surgiu, no início do século XX, era chamado Umbuzeiro do Morro, nome posteriormente alterado para Canabrava do Miranda, simplificado para Miranda em 1938. Em 1953, assume o atual nome, conservador após a emancipação. **Histórico dos nomes:** Umbuzeiro do Morro (in. s. XX) > Canabrava do Miranda (1936) > Miranda (1938) > Mulungu do Morro (1953). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – **Nome:** Miranda. **Status político:** povoado. **Categoria Toponímica:** antropotopônimo. **Processo Morfológico:** simples. **Procedência Linguística:** português. **Étimo:** < It. *miranda, ae*, ‘a que deve ser admirada’. **1970** – **Nome:** Mulungu do Morro.

**MUNDO NOVO:** **Localização:** Paraguaçu. **Criação:** 1º/03/1980. **Município de Origem:** Mairi. **Categoria Toponímica:** corotopônimo. **Processo Morfológico:** justaposição. **Procedência Linguística:** português. **Étimo:** < It. *mundus* ‘mundo’ + *novus* ‘novo’; donde: ‘mundo novo’. **Nome X história do local:** Descobertas por

José Carlos da Motta nas imediações do Morro do Chapéu, as terras do atual município de Mundo Novo pertenciam inicialmente a Jacobina. A Lei Provincial nº 669, de 31/12/1857, ali criou a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Mundo Novo, pertencente ao município de Monte Alegre (atual MAIRI); quando da criação da vila de Morro do Chapéu pela Lei provincial nº 933, de 07/05/1864, a freguesia foi incorporada a essa nova municipalidade, sendo devolvida a Monte Alegre por força da Resolução provincial nº 2111, de 23/08/1880. O Município foi criado com o nome de vila do Mundo Novo, pelo Ato Estadual de 01/03/1890, sendo sua sede elevada à categoria de cidade pela Lei estadual nº. 144, de 08/08/1896. Histórico dos nomes: Nossa Senhora da Conceição do Mundo Novo (1857) > Mundo Novo (1890). **1827** (inexistente). **1890, 1940, 1970** – Nome: Mundo Novo.

**MUNIZ FERREIRA**: Localização: Recôncavo Sul. Criação: 30/07/1962. Município de Origem: Nazaré. Categoria Toponímica: antropotopônimo. Processo Morfológico: Justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Muniz [< Lt. Munius, icis '(filho) de Múnio'] + Ferreira [< ferreiro (< Lt. *ferrarius*, *i*, 'ferreiro') + -a, 'suf. fl. fem.']. Nome X história do local: Surgiu a partir do crescimento da fazenda Paraocara, pertencente ao Barão de Taitinga, elevada a povoado do Rio Fundo por volta de 1880. Com a emancipação, assumiu o nome atual, em homenagem a um político local. Histórico dos nomes: Paraocara (in. s. XIX) > Rio Fundo (± 1880) > Muniz Ferreira (1938). **1827** – Nome: Paraocara. Status político: fazenda. Categoria Toponímica: sociotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *pará* 'rio'+ *okara* 'praça'; donde: 'praça do rio'. **1890** – Nome: Rio Fundo. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: rio [< Lt. *riuus*, *i*, 'curso d'água'] + fundo [Lt. *fundus*, *i*, 'fundo, cavidade, lastro']. **1940, 1970** – Nome: Muniz Ferreira.

**MUQUÉM DO SÃO FRANCISCO**: Localização: Médio São Francisco. Criação: 13/06/1969. Município de Origem: Barra. Categoria Toponímica: ergotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: muquém [< Tp. ant. *mokã-ẽ*, 'grelha'] + do [= de + o] + São Francisco [< são (Lt. *sanctus*, *i*, 'santo') + Francisco (< it. *Francesco* < germ *frank*, 'franco, livre' + -iskus 'suf. indic. gent.'; donde: 'nascido na liberdade')]. Nome X história do local: Em 1954, a Lei Estadual cria o distrito de Piragiba (< Tp-ant. *pira* "peixe"+ *yuba* "amarelo"; donde: "peixe amarelo, o dourado"), pertencente a Barra, emancipado em 1989 com o nome atual. Histórico dos nomes: Piragiba (1954) > Muquém do São Francisco (1969). **1827, 1890, 1940** (inexistente). **1970** – Nome: Muquém do São Francisco.

**MURITIBA:** Localização: Recôncavo Sul. Criação: 8/08/1919. Município de Origem: São Félix. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: aglutinação. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *buriti* ‘buriti’ + *-tyba* ‘suf. coletivizador’; donde: ‘buritizal’. Nome X história do local: Em 1559, escalando a serra que margeia a atual sede do município, jesuítas e exploradores portugueses alcançaram o planalto, fundando uma povoação, onde em 1640 seria erguido templo em louvor a São Pedro. Em 1705, a Coroa autoriza a criação da freguesias de São Pedro do Monte de Muritiba. Em 1875, a povoação aparece com o atual nome, embora já o tivesse adotado pelo menos desde o início daquele século<sup>147</sup>. Histórico dos nomes: São Pedro do Monte de Muritiba (1705) > Muritiba (1875). **1827, 1890, 1940, 1970** – Nome: Muritiba.

**MUTUIPE:** Localização: Recôncavo Sul. Criação: 26/06/1926. Município de Origem: Jiquiriçá. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: aglutinação. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *mutum* ‘mutum’ + *y* ‘rio’ + *pe* ‘em’; donde: ‘no rio dos mutuns’. Nome X história do local: Na última década do século XIX, surgiu a fazenda Mutum, nome dado pela abundância dessa espécie de aves no local. A fertilidade do solo, a proximidade do rio Jiquiriçá e o espírito acolhedor dos primeiros povoadores concorreram para o desenvolvimento inicial do arraial. Fator decisivo para o seu desenvolvimento foi a chegada da ferrovia Train Road de Nazaré, no seu avanço para o sudoeste baiano. Município criado em 26/07/1926 com sede no distrito de Mutum e denominação de Mutuípe. Histórico dos nomes: Mutum (± 1890) > Mutuipe (1926). **1827** (inexistente). **1890** – Nome: Mutum. Status político: fazenda. Categoria Toponímica: zootopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *mutum*, ‘mutum’. **1940, 1970** – Nome: Mutuípe.

**NAZARÉ:** Localização: Recôncavo Sul. Criação: 25/10/1831. Município de Origem: Jaguaripe. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: hb. *nazaré*, ‘guarda, sentinela’ (cf. PANDIÁ; PANDIÚ, 1999, p. 223) nome justificado pela localização a 365m acima do nível do mar da cidade galiléia homônima, onde Jesus teria vivido (METZGER; COOGAN, 2002, p. 226). Nome X história do local: Com a construção de um engenho e de uma capela em louvor a São Bento, a sesmaria de Fernão Cabral de Ataíde foi o primeiro núcleo de colonização erguido na área do atual município. No início do século XVII, com a notícia que a Virgem de Nazaré teria aparecido a uma menina, o sítio tornou-se alvo de romarias, levantando-se posteriormente uma capela em invocação de Nossa Senhora de Nazaré. Nessa

<sup>147</sup> Na edição de 15/03/1875 do Jornal da Bahia, consta: “Na freguesia de *Muritiba*, Cândido de Tal feriu com duas facadas a Manuel José do Sacramento”. (*Jornal da Bahia*, 2(60):2, 15/03/1875, col.6).

época, o local recebeu o nome de Nazaré das Farinhas (pelo qual ainda hoje é popularmente conhecido no Recôncavo Baiano), trocado para Nossa Senhora de Nazaré quando de sua emancipação. Por Resolução Provincial de 10/11/1849, sua sede foi elevada ao *status* de cidade e sua nomenclatura mudada para Constitucional Cidade de Nazaré, pelo fato de ter sido o primeiro município baiano a aclamar D. Pedro I Imperador Constitucional do Brasil. Histórico dos nomes: Nazaré das Farinhas (s. XVII) > Nossa Senhora de Nazaré (1831) > Nazaré (1849). **1827** – Nome: Nazaré das Farinhas. Status político: povoado. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Nazaré [hb. *nazaré*, ‘guarda, sentinela’] + das [= de + a + -s, ‘suf. fl. pl.’] + Farinhas [< farinha (< lt. *farina*, *ae*, ‘farinha’) + -s, ‘suf. fl. pl.’]. **1890, 1940, 1970** – Nome: Nazaré.

**NILO PEÇANHA**: Localização: Litoral Sul. Criação: 19/12/1810. Município de Origem: Cairu. Categoria Toponímica: antropotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Nilo [< lt. *Nilus*, *i*, ‘Nilo’] + Peçanha [< lt vg \* *persagna* < lt. cl. *persignata*, ‘benta’]. Nome X história do local: Em 1565, surge o povoado de Santo Antônio de Boipeba, emancipado por Alvará Régio de 1810 como nome de Vila Nova de Boipeba. Resolução Provincial de 1847 transfere-lhe a sede e muda-lhe a denominação para Taperoá. Em 30/04/1873, outra Resolução Provincial restaura-lhe a antiga sede e nome, trocado para o atual por força de Decreto Estadual de 24/12/1930, numa homenagem ao ex-presidente homônimo. Histórico dos nomes: Santo Antônio de Boipeba (1565) > Boipeba (1810) > Taperoá (1847) > Boipeba (1873) > Nilo Peçanha (1930). **1827, 1890** – Nome: Boipeba. Status político: município. Categoria Toponímica: zootopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *mboî*, ‘cobra’ + *peba*, ‘achatado’; donde: ‘cobra achatada’. **1940, 1970** – Nome: Nilo Peçanha.

**NORDESTINA**: Localização: Nordeste. Criação: 9/05/1985. Município de Origem: Queimadas. Categoria Toponímica: cardinotopônimo. Processo Morfológico: sufixação. Procedência Linguística: português. Étimo: Nordeste [< fr. nord-est, ‘nordeste’] + -in, ‘suf. deriv.’ + -a, ‘suf. fl. fem.’. Nome X história do local: No início do século XX, em terras da fazenda Cajueiro, paulatinamente se organizou um núcleo populacional que lhe herda o nome, trocado para o atual em 1953, numa referência à própria região onde se localiza o município, seja no Estado, seja no País. Histórico dos nomes: Cajueiro (in. s. XX) > Nordestina (1953). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Cajueiro. Status político: povoado. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: derivação. Procedência Linguística: português. Étimo: caju [< Tp.-ant. *akaîu*, ‘caju’] + -eir, ‘suf. deriv.’ + -o, ‘vt’. **1970** – Nome: Nordestina.



**NOVA CANAÃ:** Localização: Sudoeste. Criação: 9/11/1961. Município de Origem: Poções. Categoria Toponímica: cronotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: pt.: nova [< *nova, ae*, 'nova'] + Canaã [< ?]. Nome X história do local: Em 1909, Bernardino Matos chegou à região, estabelecendo a fazenda Nova Canaã, em torno da qual surgiu o povoado de Água Fria, elevado a distrito em 1943 com o antigo nome, mantido após a emancipação. Histórico dos nomes: Água Fria > Nova Canaã (1943). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Água Fria. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: água [< lt. *aqua, ae*, 'água'] + fria [< lt. *frigida, ae*, 'fria']. **1970** – Nome: Nova Canaã.

**NOVA FÁTIMA:** Localização: Paraguaçu. Criação: 13/06/1989. Município de Origem: Riachão do Jacuípe. Categoria Toponímica: cronotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: nova [< lt. *nova, ae*, 'nova'] + Fátima [< ar. *Faatima* < pers. *Faatima*, 'mulher que desmama seus filhos']. Nome X história do local: Em meados da década de 1940, em terras das fazendas Urubuzinho e Jardim das Flores, surge uma povoação que, em 1956, torna-se distrito com o nome de Fátima. Emancipado em 1989, adota o atual topônimo, pelo fato de já haver outro município baiano com o anterior. Histórico dos nomes: Fátima (dec. 1940) > Nova Fátima (1989). **1827, 1890, 1940** (inexistente). **1970** – Nome: Fátima. Status político: povoado. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: < ar. *Faatima* < pers. *Faatima*, 'mulher que desmama seus filhos'.

**NOVA IBIÁ:** Localização: Litoral Sul. Criação: 13/06/1989. Município de Origem: Gandu. Categoria Toponímica: cronotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Nova [< lt. *nova, ae*, 'nova'] + Ibiá [< Tp.-md. *ybyã* 'terra alta, ladeira, barranco, planalto']. Nome X história do local: Surge no início do século XX com a denominação de Tabuleiro, trocada para Ibiá em 1953. Como já existia localidade paulista com esse nome e a lei proibia homonímia entre locais, teve o nome trocado para o atual em 1954. Histórico dos nomes: Tabuleiro (in. s. XX) > Ibiá (1953) > Nova Ibiá (1954). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Tabuleiro. Status político: povoado. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: tábula [< lt. *tabula, ae*, 'táboa, mesa'] + -eir, 'suf. deriv.' + -o, 'vt'. **1970** – Nome: Nova Ibiá.

**NOVA ITARANA:** Localização: Recôncavo Sul. Criação: 20/07/1962. Município de Origem: Brejões. Categoria Toponímica: cronotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Nova [< It. *nova, ae*, ‘nova’] + Itarana [< Tp.-ant. *itá*, ‘pedra’ + rana, ‘semelhante a’; donde: ‘semelhante à pedra’]. Nome X história do local: Surge no início do século XX com o nome de Veados, alterado para Nova Itarana em 1950. Histórico dos nomes: Veados > Nova Itarana (1950). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Veados. Status político: povoado. Categoria Toponímica: zootopônimo. Processo Morfológico: sufixação. Procedência Linguística: português. Étimo: veado [< It. *venatus, us*, ‘caça’] + -s, ‘suf. fl. pl.’. **1970** – Nome: Nova Itarana.

**NOVA REDENÇÃO:** Localização: Chapada Diamantina. Criação: 24/02/1989. Município de Origem: Andaraí. Categoria Toponímica: animotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: pt.: nova [< It. *nova, ae*, ‘nova’] + redenção [< It. *redemptio, onis*, ‘redenção’]. Nome X história do local: Território primitivamente habitado por índios Kariri, começou a ser colonizado por volta de 1845 graças ao ciclo dos minérios, que atraiu garimpeiros à região. O nome é uma referência à expectativa desses mineradores em relação ao local. Histórico dos nomes: Desde seu surgimento, a localidade conserva este nome. **1827** (inexistente). **1890, 1940, 1970** (Status político: povoado) – Nome: Nova Redenção.

**NOVA SOURE:** Localização: Nordeste. Criação: 8/05/1758. Município de Origem: Itapicuru. Categoria Toponímica: cronotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Nova [< It. *nova, ae*, ‘nova’] + Soure []. Nome X história do local: Alusão à cidade portuguesa de Soure. No século XVI, chamava-se Natuba (< Tp.-ant. *ananas* “ananás” + *tyba* “sufixo coletivizador”; donde: *ananazal*), nome ampliado no século XVIII para Missão de Nossa Senhora da Conceição do Natuba, em virtude da instalação de uma missão jesuítica na localidade. Em atendimento à legislação indigenista pombalina, o nome foi trocado para Nossa Senhora da Conceição de Nova Soure em 1754, mas, com a derrogação dessas leis em 1893, retornou à condição original de Natuba. Em 1933, passou a chamar-se Soure, alterado para Nova Soure em 1935. Histórico dos nomes: Natuba (s. XVI) > Missão de Nossa Senhora da Conceição do Natuba (s. XVIII) > Missão de Nossa Senhora da Conceição de Nova Soure (1754) > Natuba (1893) > Soure (1933) > Nova Soure (1935). **1827, 1890** – Nome: Missão de Nossa Senhora da Conceição de Nova Soure. Status político: povoado. Categoria Toponímica: sociotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Missão [< It. *missio, onis*, ‘missão’] + de + Nossa Senhora da Conceição [< *nossa* (< It. *nostra, ae*, ‘nossa’) + *senhora* (< It. *seniora, ae* ‘ama, patroa, senhora’) + *da* (= de + a) + *conceição* (< *concepção* (<

lt. *conceptio, onis*, 'concepção')] + de + Nova Soure [Nova (< lt. *nova, ae*, 'nova') + Soure ()]. **1940, 1970** – Nome: Nova Soure.

**NOVA VIÇOSA:** Localização: Extremo Sul. Criação: 3/03/1755. Município de Origem: Caravelas. Categoria Toponímica: cronotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: pt.: nova [< lt. *nova, ae*, 'nova'] + viçosa [< lt. *vitiosa, ae*, 'feliz, viçosa']. Nome X história do local: A primeira notícia de povoação na região refere-se à aldeia indígenas de Campinhos, à foz do rio Peruípe. Em 1748, João Domingos Monteiro fez edificar uma capela em louvor à Nossa Senhora da Conceição, em torno da qual cresceu o povoado de Nossa Senhora da Conceição de Campinhos. Município criado em 1755 com o nome de vila Viçosa. Extinto em 1931, passou à condição de distrito de Mucuri com o nome de Viçosa, alterado para Marobá em 1943 e para Nova Viçosa em 1953. Histórico dos nomes: Nossa Senhora da Conceição de Campinhos (1748) > Viçosa (1755) > Marobá (1943) > Nova Viçosa (1953). **1827, 1890, 1940** – Nome: Viçosa. Status político: município. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: pt.: viçosa [< lt. *vitiosa, ae*, 'feliz, viçosa']. **1970** – Nome: Nova Viçosa.

**NOVO HORIZONTE:** Localização: Chapada Diamantina. Criação: 13/06/1989. Município de Origem: Ibitiara. Categoria Toponímica: animotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: pt.: novo [< lt. *novus, i*, 'novo'] + horizonte [< lt. *horizons, ontis*, 'horizonte']. Nome X história do local: Sua história teve início em fins do século XVII, quando colonizadores penetraram a região à procura de ouro. O nome indica a expectativa desses exploradores quanto ao potencial econômico da região. Histórico dos nomes: Desde o seu surgimento, o município conserva o mesmo nome. **1827, 1890, 1940, 1970 (Status político: povoado)** – Nome: Novo Horizonte.

**NOVO TRIUNFO:** Localização: Nordeste. Criação: 24/02/1989. Município de Origem: Antas. Categoria Toponímica: cronotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: novo [< lt. *novus, i*, 'novo'] + triunfo [< lt. *triumphus, i*, 'triunfo']. Nome X história do local: Em meados do século XIX, procedente do município de Antas, Antônio Guerra fundou a povoação de Triunfo de Antas. Em 1892, alçou-se a distrito de Triunfo, denominação alterada para Guloso por já haver outra localidade baiana com aquele nome (o atual município de Quinjingue). Em 1958, foi dividido em dois distritos, passando a pertencer a dois diferentes municípios: Jeremoabo e Antas. O território jeremoabense conservou o nome e, posteriormente, originou o atual município de Sítio do Quinto. O do antense foi alterado para Novo Triunfo, mantido após a emancipação. Histórico dos Nomes: Triunfo de Antas (m. s. XIX) > Triunfo

> Guloso (1892) > Novo Triunfo (1958). **1827** (inexistente). **1890** – Nome: Triunfo de Antas. Status político: povoado. Categoria Toponímica: animotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: pt.: Triunfo [< lt. *triumphus*, *i*, 'triufo'] + de + Antas [< anta (ar. *lamt* 'mamífero perissodáctilo da família dos taperídeos próprio da fauna sul-americana (*Tapirus terrestris*)' + -s, 'suf. fl. pl.']. **1940** – Nome: Guloso. Status político: distrito. Categoria Toponímica: animotopônimo. Processo Morfológico: derivação. Procedência Linguística: português. Étimo: < lt *gulosus*, *i*, 'guloso'. **1970** – Nome: Novo Triunfo. Status político: distrito.

**OLINDINA**: Localização: Nordeste. Criação: 14/08/1958. Município de Origem: Itapicuru Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: derivação. Procedência Linguística: português. Étimo: Olinda [< lt. *olida*, *ae*, 'fragrante'] + -in, 'suf. deriv. dim.' + -a, 'vt'. Nome X história do local: No século XIX, surge um pequeno povoado ao redor da fazenda Mocambo – o que lhe aponta uma possível origem quilombola. Em 1890, a construção de uma capela dedicada a São João Batista por Antônio Conselheiro deu impulso à localidade, que passou a se chamar Nova Olinda, numa alusão à cidade pernambucana de Olinda. Em 1938, a localidade foi elevada a distrito e em 1943 teve o nome trocado para o atual. Histórico dos nomes: Mocambo (s. XIX) > Nova Olinda (1890) > Olindina (1943). **1827** – Nome: Mocambo. Status político: povoado. Categoria Toponímica: poliotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: Kimbundo. Étimo: *mukambu* 'cumeieira, p/ ext. 'cabana'. **1890, 1940** – Nome: Nova Olinda. Status político: povoado. Categoria Toponímica: cronotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: nova [< lt. *nova*, *ae*, 'nova'] + Olinda [< lt. *olida*, *ae*, 'fragrante']. **1970** – Nome: Olindina.

**OLIVEIRA DOS BREJINHOS**: Localização: Chapada Diamantina. Criação: 1º/06/1891. Município de Origem: Paratinga. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: pt.: oliveira [< oliva (< lt. *oliva*, *ae*, 'oliva') + -eir, 'suf. deriv.' + -a, 'vt'] + dos [= de + o + -s, 'suf. fl. pl.'] + brejinhos [< brejo (< ?) + -inh, 'suf. deriv. dim.' + -o, 'vt' + -s, 'suf. fl. pl.']. Nome X história dos nomes: Em 1865, José Manuel Teixeira Leite, proprietário da Fazenda Brejinho (ou Brejo), erigiu uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Oliveira(s), elevada a freguesia pela Lei Provincial nº. 198, de 25/06/1880, ano de criação do arraial de Brejinho Grande de Oliveira, emancipado pelo Ato Estadual nº. 405, de 1º/06/1891 com o nome de Oliveira dos Brejinhos. Histórico dos nomes: Brejo ou Brejinho (1865) > Brejinho Grande de Oliveira (1880) > Oliveira dos Brejinhos (1891). **1827** (inexistente). **1890** – Nome: Brejinho Grande de Oliveira. Status político: arraial. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo:

pt.: brejinho [< brejo (< ?) + -inh, 'suf. deriv. dim.' + -o, 'vt'] + grande [< lt. *grans*, *ndis*, 'grande'] + de + oliveira [< oliva (< lt. *oliva*, *ae*, 'oliva') + -eir, 'suf. deriv.' + -a, 'vt']. **1940, 1970** – Nome: Oliveira dos Brejinhos.

**OURIÇANGAS:** Localização: Litoral Norte. Criação: 27/03/1962. Município de Origem: Igarapé. Categoria Toponímica: hidrotópônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: ouriçanga [< Tp.-md<sup>148</sup>. y, 'água' + rouçanga, 'frio'; donde: 'água fria'.] + -s, 'suf. fl. pl.'. Nome X história do local: Território originalmente habitado por índios Paiaíá (Kiriri). Com a colonização, os jesuítas constroem a Igreja Matriz de Nossa Senhora em 1610, ao redor da qual se agrupam algumas famílias de agricultores e pequenos pecuaristas, surgindo os primeiros armazéns que comerciavam produtos autóctones e importados de outras regiões, para lá levados em tropas de burros com cerca de 10 a 40 animais. Segundo historiadores, no final do século XIX, em suas peregrinações pela região, Antônio Conselheiro realizou uma das primeiras reformas na velha matriz de Nossa Senhora. Na época, já com o atual nome, Ouriçangas foi elevado à condição de distrito. A partir de 1960, parte da população interessada em sua emancipação passou a lutar por essa causas, efetivada em 27/03/1962. Histórico dos Nomes: Desde seu surgimento, o município conserva o mesmo nome. **1827, 1890 (Status político: povoado), 1940, (Status político: distrito), 1970** – Nome: Ouriçangas.

**OUROLÂNDIA:** Localização: Piemonte da Chapada Diamantina. Criação: 13/07/1989. Município de Origem: Jacobina. Categoria Toponímica: poliotópônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: luso-europeu. Étimo: pt. ouro [< lt. *aurum*, *i*, 'ouro'] + ingl. *land*, 'terra' + pt. -ia, 'suf. deriv.'; donde: 'terra do ouro'. Nome X história do local: No tempo em que era distrito de Jacobina, chamava-se Ouro Branco, numa alusão às abundantes jazidas de mármore lá existentes, maior riqueza do município. Após a emancipação, adotou o atual nome. Histórico dos nomes: Ouro Branco (1954) > Ourolândia (1989). **1827, 1890, 1940** (inexistente). **1970** – Nome: Ouro Branco. Status político: distrito. Categoria Toponímica: mineratotópônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: ouro [< lt. *aurum*, *i*, 'ouro'] + branco [< germ. *blank*, 'branco'].

**PALMAS DE MONTE ALTO:** Localização: Serra Geral. Criação: 19/05/1840. Município de Origem: Macaúbas. Categoria Toponímica: fitotópônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: palmas [<

<sup>148</sup> “Não raro o y inicial e médio de certos vocábulos se alterou também para o, escrevendo-se, muitas vezes, Oriçanga ou Ouriçanga por U-royçanga, ou melhor, Y-rouçanga, ‘água fria” (SAMPAIO 1957, p. 101).

palma (< It. *palma*, *ae*, 'palma') + -s, 'suf. fl. pl.']. + de + Monte Alto [< monte (< It. *mons*, *ntis*, 'monte') + alto (< It. *altus*, *i*, 'alto')]. Nome X história local: Surgiu em 1742 com a construção da capela de Nossa Senhora Mãe de Deus e dos Homens em terras do alferes Francisco Pereira de Barros. Daí surgiu a primeira povoação de Praia das Palmas de Monte Alto, emancipada pela lei providencial nº. 124 de 19/05/1840, com o nome de Monte Alto, posteriormente alterado para o atual. Histórico dos nomes: Nossa Senhora Mãe de Deus e dos Homens (1742) > Praia das Palmas de Monte Alto > Monte Alto (1840) > Palmas de Monte Alto. **1827** – Nome: Nossa Senhora Mãe de Deus e dos Homens. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: pt.: Nossa Senhora [< nossa (< It. *nostra*, *ae*, 'nossa') + senhora (< It. *seniora*, *ae* 'ama, patroa, senhora') + Mãe de Deus e dos Homens [< mãe (< pt. arc. madre < It. *mater*, *tris*, 'mãe') + de + Deus (It. *Deus*, *i*, 'Deus')] + e + dos [= de + o + -s, 'suf. fl. pl'] + homens (< homem (< It. *homo*, *inis*, 'homem' + -s, 'suf. fl. pl')] **1890** – Nome: Monte Alto. Status político: município. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: It. *mons*, *ntis* 'monte' + It. *altus*, *i* 'alto'. **1940, 1970** – Nome: Palmas de Monte Alto.

**PALMEIRAS**: Localização: Chapada Diamantina. Criação: 23/12/1890. Município de Origem: Lençóis. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: sufixação flexional. Procedência Linguística: português. Étimo: palma (< It. *palma*, *ae*, 'palma') + -eir 'suf. deriv.' + -a, 'vt' + -s, 'suf. fl. pl.' Nome X história do local: Entre 1815 e 1819, um lavrador residente no local conhecido como Olho d'Água adquiriu um pedaço de terra e aí construiu duas casas, tomando a fazenda o nome de Palmeiras. Mais tarde, com a permissão do proprietário, garimpeiros procedentes de Santa Isabel do Paraguaçu a procura de diamantes e carbonados vieram se fixar à margens do riacho Lajedinho. Com a descoberta da jazidas, formou-se um arraial rapidamente, elevado a distrito subordinado a Lençóis, emancipado em 1890 com a denominação de Vila Bela das Palmeiras. Histórico dos nomes: Desde o seu surgimento, a localidade conserva o mesmo nome. **1827 (Status político: povoado), 1890, 1940, 1970** – Nome: Palmeiras.

**PARAMIRIM**: Localização: Chapada Diamantina. Criação: 19/09/1878. Município de Origem: Érico Cardoso. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi. Étimo: *pará* 'rio, caudal' + *mirim* 'pequeno'; donde: 'caudal pequeno'. Nome X história do local: A primeira entrada no território deu-se quando, seguindo as margens do rio Brumado, bandeirantes alcançaram as minas de ouro do Morro do Fogo, nas proximidades do vale do rio Paramirim. Com a compra de terras ao Conde da Ponte, começa o ajuntamento humano que deu início ao arraial de Morro do Fogo. Com o progresso

verificado no arraial de Água Quente, em virtude da presença nele de fontes de águas termais, foi para aí transferida a sede da freguesia do Morro do Fogo em 1875 e em 1878 emancipada com o nome de Industrial Vila de Água Quente. Em 1890, foi o município restaurado com território desmembrado do de Minas de Rio de Contas. Em 1902, a sede transferida para o arraial do Ribeiro, mais desenvolvimento e bem localizado. Em 1909, recebeu o atual nome. Histórico dos nomes: Morro do Fogo (s. XVIII) > Água Quente (1878) > Morro do Fogo (1890) > Ribeiro (1902) > Paramirim (1909). **1827 (Status político: povoado), 1890** – Nome: Morro do Fogo. Status político: município. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: pt.: morro [< ?] + do [= de + o] + fogo [< lt. *focus, i*, ‘fogo’]. **1940, 1970** – Nome: Paramirim.

**PARATINGA**: Localização: Médio São Francisco. Criação: 23/03/1745. Município de Origem: Jacobina. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *pará*, ‘rio’ + *tinga*, ‘branco’; donde: ‘rio branco’. Nome X história do local: Já antes de 1710, há registros da existência do povoado de Santo Antônio do Urubu de Cima. Segundo Almeida (1999), esta seria a origem deste curioso topônimo: “Um caçador que percorria as matas da região viu de repente uma imagem de Santo Antônio, sobre a qual se projetava a sombra de um urubu, que se empoleirava no alto de uma árvore. A sombra incidia sobre a cabeça da imagem com um formato de um pálio, o que mais chamou a atenção, e logo a imagem foi trasladada para a aldeia, encontrando-se até hoje na igreja matriz, construída em homenagem ao santo”. Em 1745, deu-se a emancipação e, em 1749, a simplificação do nome para Urubu<sup>149</sup>. Adotou o nome de Rio Branco em 1912 por força da Lei 884, alterado para Paratinga em 1938. Histórico dos nomes: Santo Antônio do Urubu de Cima (in. s. XVIII) > Urubu (1749) > Rio Branco (1912) > Paratinga (1938). **1827, 1890** – Nome: Urubu. Status político: município. Categoria Toponímica: zootopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: Tp.-ant. *uru’u*, ‘urubu’. **1940, 1970** – Nome: Paratinga.

**PARIPIRANGA**: Localização: Piemonte da Chapada Diamantina. Criação: 1º/05/1886. Município de Origem: Cícero Dantas. Categoria Toponímica: ergotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *pari*, ‘cerca’ + *piranga*, ‘vermelho’; donde: ‘cercado vermelho’. Nome

<sup>149</sup> Na edição do dia 4/03/1875 do Jornal da Bahia, lê-se a seguinte notícia, que mostra a Vila de Urubu em busca de sua infra-estrutura: “Entrando em discussão o projeto n° 525, autorizando a despesa de até 4:000\$ com os reparos das casas das prisões das casas de prisão das vilas de Urubu e Macaúbas, verificou-se não haver número, e levantou-se a sessão às 12 horas e 40 minutos”. (*Jornal da Bahia*, 22(50):2, Notícias diversas).

X história do local: No início do século XIX, no território do atual município havia um aldeamento indígena numa zona coberta de densas matas, conhecida como Matas de Simão Dias. A colonização iniciou com um pequeno povoado sito num monte bastante alto de argila, donde o nome de Malhada Vermelha. Aos poucos, o povoado se desenvolveu até a fundação de uma pequena capela dedicada a Nossa Senhora do Patrocínio; em 1886, o povoado foi elevado a distrito do município de Bom Conselho dos Montes do Boqueirão (atual Cícero Dantas) e, em seguida, emancipado com o nome de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité, reduzido para Patrocínio do Coité em 1918, alterado para o atual em 1931. Histórico dos nomes: Matas de Simão Dias (in. s. XIX) > Malhada Vermelha > Nossa Senhora do Patrocínio do Coité (1886) > Patrocínio do Coité (1918) > Paripiranga (1931). **1827** – Nome: Malhada Vermelha. Status político: povoado. Categoria Toponímica: litotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: pt.: malhada [malhar (< pt. malha < lt. *maleus*, *i*, ‘malha’ + -a, ‘vt’ + -r, ‘suf. lPr’) + d-, ‘suf. PaPt’ + -a, ‘suf. fl. fem.’] + vermelho [< lt. *vermiculus*, *i*, ‘vermelho’]. **1890** – Nome: Nossa Senhora do Patrocínio do Coité. Status político: município. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Nossa Senhora [pt. nossa (< lt. *nostra*, *ae*, ‘nossa’) + senhora (< lt. *seniora*, *ae* ‘ama, patroa, senhora’) + pt. do [= de + o] + patrocínio [< lt. *patrocinium*, *i*, ‘proteção, amparo’] + pt. do [= de + o] + coité [< Tp.-ant. *kuîa*, ‘cuia’ + *etê*, ‘verdadeiro’; donde: ‘cuia verdadeira’]. **1940, 1970** – Nome: Paripiranga.

**PAU BRASIL**: Localização: Litoral Sul. Criação: 18/04/1962. Município de Origem: Canavieiras. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: pau [< *palus*, *i*, ‘pau’] + brasil [< it. *brasile*, ‘brasil’ < ?]. Nome X história do local: Numa região originalmente habitada por índios Pataxó, por volta de 1936, fundou-se o povoado de Santa Rosa, tornado distrito, em 1951. Em virtude da Lei Estadual nº. 628, de 30/12/1953, recebeu a atual nomenclatura, conservada após sua emancipação. Histórico dos nomes: Santa Rosa (1936) > Pau Brasil (1962). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Santa Rosa. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: santa [< lt. *sancta*, *ae*, ‘santa’] + Rosa [< rosa (lt. *rosa*, *ae*, ‘rosa’)]. **1970** – Nome: Pau Brasil.

**PAULO AFONSO**: Localização: Nordeste. Criação: 28/07/1958. Município de Origem: Glória. Categoria Toponímica: antropotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: pt.: Paulo [< lt. *Paullus*, *i* < *paullus*, *i*, ‘pouco, pequeno’] + Afonso [< germ. *Adalfuns* < *athal*, ‘nobre’ + *funs(a)*, ‘inclinação’; donde: ‘inclinação, aptidão nobre’]. Nome X história do local:



Em 3/10/1725, o sertanista Paulo de Viveiros Afonso recebeu do donatário de Pernambuco uma sesmaria às margens do São Francisco, limitada pelas quedas d'água por ele mesmo descobertas alguns anos antes. Somente a partir daí se encontram registros com o nome de Cachoeira de Paulo Afonso às quedas d'água entre a Bahia e Alagoas. Estendendo a propriedade para além da cachoeira, o sertanista criou, já em terras baianas, o arraial de Tapera de Paulo Afonso que, com o tempo, tornou-se povoado de Forquilha e, em 1954, foi elevado a distrito do município de Glória, com o atual nome. Histórico dos nomes: Tapera de Paulo Afonso (1725) > Forquilha > Paulo Afonso (1954). **1827, 1890** – Nome: Tapera de Paulo Afonso. Status político: povoado. Categoria Toponímica: ecotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: tapera [< Tp.-ant. tapera, 'ruína'] + de + Paulo Afonso [Paulo (< It. *Paullus*, i < *paullus*, i, 'pouco, pequeno') + Afonso (< germ. *Adalfuns* < *athal*, 'nobre' + *funs(a)*, 'inclinação'; donde: 'inclinação, aptidão nobre')]. **1940** – Nome: Forquilha. Status político: povoado. Categoria Toponímica: ergotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: esp. *horquilha*, 'forquilha', p/ adapt. fonét.. **1970** – Nome: Paulo Afonso.

**PÉ DE SERRA**: Localização: Paraguaçu. Criação: 19/03/1985. Município de Origem: Riachão do Jacuípe. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: pt.: pé [< It. *pes*, *pedis*, 'pé'] + de + serra [< It. *serra*, *ae*, 'montanha']. Nome X história do local: Por volta de 1745, três irmãos portugueses exploravam uma vasta região em busca de terras férteis próximo a Riachão do Jacuípe. Numa de suas expedições, levaram uma cadela que se perdeu, reaparecendo dias depois no acampamento. Deram-lhe água e comida, e ela, surpreendendo a todos, comeu o alimento oferecido, mas não bebeu a água, embora fosse tempo de seca. Desconfiados, passaram a observá-la. Algum tempo depois, perceberam-na adentrar uma moita de gravatá e sair de lá molhada. Assim, descobriram um minadouro, que denominaram Brejo do Pé de Serra, em torno do qual surgiu um povoado que, posteriormente, adotou o atual nome. Histórico dos nomes: Brejo do Pé de Serra (1745) > Pé de Serra. **1827, 1890** – Nome: Brejo do Pé de Serra. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: pt.; brejo [< ?] + do [= de + o] + pé [< It. *pes*, *pedis*, 'pé'] + de + serra [< It. *serra*, *ae*, 'montanha']. **1940, 1970** – Nome: Pé de Serra. Status político: povoado.

**PEDRÃO**: Localização: Litoral Norte. Criação: 12/07/1962. Município de Origem: Iará. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: derivação. Procedência Linguística: português. Étimo: pedra [< It. *petra*, *ae*, 'pedra'] + -ão, 'suf. deriv. aum.'. Nome X história do local. Sobre este município, não se

encontrou qualquer informação anterior a 1953, ano em que, já com o atual nome, figura entre os distritos de Irará, de onde se emancipa em 1962. Contudo, como – salvo as plajenadas – nenhuma localidade já surge com o status de distrito, admite-se a década de 1940 como a do início de sua história. Histórico dos nomes: Desde seu surgimento, conserva este nome, que faz referência a um grande rochedo existente no município. **1827, 1890** (inexistente). **1940 (Status político: povoado), 1970** – Nome: Pedrão.

**PEDRO ALEXANDRE**: Localização: Nordeste. Criação: 28/07/1963. Município de Origem: Jeremoabo Categoria Toponímica: antropotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Pedro [< It. *Petrus*, *i* < *petra*, *ae*, ‘pedra’] + Alexandre [< gr. *Alexandrós* < *aléxo*, ‘repelir, proteger, defender’ + *anér*, *andrós*, ‘homem’; donde: ‘o que defende os homens’]. Nome X história do local: A colonização de seu território tem início no século XVIII, com a chegada de criadores de gado ligados à Casa da Torre, atraídos pela fertilidade dos solos. Em 1927, forma-se o distrito de Serra Negra, topônimo alterado para Voturuna em 1944 e para Pedro Alexandre, quando de sua emancipação. Histórico dos nomes: Serra Negra (1927) > Voturuna (1944) > Pedro Alexandre (1962). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Serra Negra. Status político: distrito. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: serra [It. *serra*, *ae*, ‘montanha’] + negra [< It. *nigra*, *ae*, ‘negra’]. **1970** – Nome: Pedro Alexandre.

**PIATÃ**: Localização: Chapada Diamantina. Criação: 11/07/1878. Município de Origem: Rio de Contas. Categoria Toponímica: somatotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimos prováveis: *py* ‘pé’ + *atã* ‘duro’; donde: ‘pé duro, firme, vigoroso’; ou *pyá* ‘coração’ + *atã* ‘duro’; donde: ‘coração duro, rígido, cruel’. Nome X história do local: Nos meados do século XVII, exploradores de minas procedentes de São Paulo dirigiram-se para a zona onde hoje se encontra Piatã e lugares vizinhos. Com a construção de uma igreja no meio de um planalto entre o vale formado pelas serras da Tromba e de Santana, surgiu uma povoação pertencente ao município do Rio de Contas chamada Bom Jesus dos Limões que, nos princípios do século XVIII, já tinha uma população considerável e um progresso acentuado devido à exploração do minério. O distrito foi criado em 1842 e o município, em 1878, com a denominação de Bom Jesus do Rio de Contas. Em 1931, altera-se o topônimo para Anchieta e, em 1943, para Piatã. Histórico dos nomes: Bom Jesus dos Limões (m. s. XVII) > Bom Jesus do Rio de Contas (1878) > Anchieta (1931) > Piatã (1943). **1827** – Nome: Bom Jesus dos Limões. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hierotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística:

português. Étimo: Bom Jesus [< bom (< lt. *bonus*, *i*, 'bom') + Jesus (< lt. *Iesu*, *ui* < hb. *Ioshua*, *Jehoshea*, 'Deus é a salvação') + dos [= de + o + -s, 'suf. fl. pl'] + limões [< limão (< lt. méd. *limon*, *onis* < ar. *limum*, 'limão') + s]. **1890** – Nome: Bom Jesus do Rio de Contas. Status político: município. Categoria Toponímica: hierotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Bom Jesus [< bom (< lt. *bonus*, *i*, 'bom') + Jesus (< lt. *Iesu*, *ui* < hb. *Ioshua*, *Jehoshea*, 'Deus é a salvação') + dos [= de + o] + Rio de Contas [rio (lt. *riuus*, *i*, 'curso d'água') + de + contas (conta (deriv. regr. contar < lt. *computare*, 'contar') + -s, 'suf. pl.')]]. **1940** – Nome: Anchieta. Status político: município. Categoria Toponímica: antropotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: vasc. *anchi*, 'pl. de *anchia*, pântanos' + -eta, 'suf. deriv.>'; donde: 'lugar dos pântanos' (cf. NASCENTES, 1952, p. 17). **1970** – Nome: Piatã.

**PILÃO ARCADE**: Localização: Submédio São Francisco. Criação: 15/01/1810. Município de Origem: (município fundador). Categoria Toponímica: ergotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: pt. pilão [< fr. *pilon*, 'pilão'] + pt. arcade [< it. *arcato* < lt. méd. *arcatus*, *i*, 'cheio de arcos']. Nome X história do local: Em princípios do século XVIII, em uma das margens do rio São Francisco, um grupo de pescadores encontrou um pilão, com formato de uma curva em arco e, em seu acampamento, passaram a utilizá-lo para pilar o sal usado na alimentação. Ao redor do acampamento surgiu um povoado que, crescendo, foi emancipado por Alvará Régio, já com o atual nome, a partir de território da Comarca do Sertão da Capitania de Pernambuco. Por Alvará de 3/06/1820, passou a integrar a nova Comarca do São Francisco, sediada na vila da Barra e também composta pelas povoações de Carinhanha e Campo Largo. Por Alvará Imperial de 7/07/1724, essa comarca foi desmembrada de Pernambuco e incorporada a Minas Gerais, passando, por Resolução de 31/07/1827, à província da Bahia, de quem passou a ser um dos municípios fundadores. Extinto pela Resolução Provincial nº. 650, de 14/12/1857, foi incorporado a Remanso, sendo restaurado por Ato Estadual de 31/10/1890. Na década de 1970, com a construção do lago da hidrelétrica de Sobradinho, sua sede original foi transferida pela CHESF, recebendo o município o nome de Nova Pilão Arcade pela Lei Estadual nº. 3347, de 23/12/1974, posteriormente reduzido. Histórico dos nomes: Pilão Arcade (1810) > Nova Pilão Arcade (1974) > Pilão Arcade. **1827, 1890, 1940, 1970** – Nome: Pilão Arcade.

**PINDAÍ**: Localização: Serra Geral. Criação: 13/02/1962. Município de Origem: Urandi. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *pindá* 'anzol' + y 'rio'; donde: 'rio do anzol'. Nome X história do local: O povoamento teve início na fazenda Gameleira,

onde em 1890, já se formara um florescente povoado, elevado a distrito em 1919 com o nome de São João da Gameleira, simplificado para Gameleira em 1938 e mudado para Pindaí em 1944. Em 1965, em vista da grande produção de algodão na região, apresentou-se na Câmara Municipal um projeto que modificaria o nome do município para Ouro Branco, o que, porém, não vingou por coincidir com o de um então distrito de Jacobina (atual município de Ouroândia). Histórico dos nomes: Gameleira > São João da Gameleira (1919) > Gameleira (1938) > Pindaí (1944). **1827** (inexistente). **1890, 1940** – Nome: Gameleira. Status político: povoado. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: derivação. Procedência Linguística: português. Étimo: gamela [< It. camella, ae, ‘pequeno vaso para beber’] + -eir, ‘suf. deriv.’ + -a ‘vt’. **1970** – Nome: Pindaí.

**PINDOBAÇU**: Localização: Piemonte da Chapada Diamantina. Criação: 4/03/1953. Município de Origem: Campo Formoso. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: aglutinação. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *pindoba*<sup>150</sup>, ‘palmeira’ + *ûasu*, ‘grande’; donde: ‘palmeira grande’. Nome X história do local: A atual cidade de Pindobaçu nasceu de um pouso de tropeiros, localizado na estrada que demandava a Jacobina, transformando-se em povoado com o nome de Lamarão. Em 1927, tornou-se distrito do município de Campo Formoso e, em 1938, vila, assumindo o atual nome, conservado após a emancipação. Histórico dos nomes: Lamarão (in. s. XX) > Pindobaçu (1938). **1827, 1890** (inexistente). **1940 (Status político: povoado), 1970** – Nome: Pindobaçu.

**PINTADAS**: Localização: Paraguaçu. Criação: 9/05/1985. Município de Origem: Ipirá. Categoria Toponímica: ergotopônimo. Processo Morfológico: sufixação. Procedência Linguística: português. Étimo: pintada [< pintar (< It. *pinctare*, ‘figurar’) + -d, ‘suf. PaPt’ + -a, ‘suf. fl. fem.’] + -s, ‘suf. fl. pl. Nome X história do local: Em inícios do século XX, o criador de vacas pintadas Manoel Gonçalves ocupou lugar conhecido como Fazenda das Pintadas, que, com o tempo, se tornou povoado, distrito e finalmente, se emancipou. Histórico dos nomes: Desde seu surgimento, a localidade conserva o mesmo nome. **1827, 1890** (inexistente). **1940 (Status político: povoado), 1970 (Status político: distrito)** – Nome: Pintadas.

**PIRAÍ DO NORTE**: Localização: Litoral Sul. Criação: 24/02/1989. Município de Origem: Ituberá. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Piraí [< Tp.-ant. pirá

<sup>150</sup> Sobre o formante *pindoba*, Edelweiss (1968, p. 121) cita o seguinte trecho de comentário de Anchieta: “Palma ou palmeira não tem genérico. As espécies são muitas, mas nenhuma se nomeia senão pela fruta, salvo a principal delas com que se cobrem as casas, que se chama Pindoba e a fruta dela *inajá*”.

'peixe'+ y 'rio'; donde: 'rio do peixe'] + do [= de + o] + Norte [< fr. *nord*, 'norte']. Nome X história do local: No início do século XX, em torno de uma pequena capela a beira da estrada, surge o povoado de Capela que, aos poucos, se desenvolve, já figurando como distrito do município de Ituberá em 1954 com o atual nome, em referência à cidade fluminense de Piraí. Histórico dos nomes: Capela (in. s. XX) > Piraí do Norte (1954). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Capela. Status político: povoado. Categoria Toponímica: sociotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: capela [< *cappella*, ae, 'pequena igreja']. **1970** – Nome: Piraí do Norte.

**PIRIPÁ**: Localização: Serra Geral. Criação: 30/07/1962. Município de Origem: Cordeiros. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: aglutinação. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *piri* 'junco' + *upaba* 'lagoa'; donde: 'lagoa do junco'. Nome X história do local: Região inicialmente habitada por índios Botocudo. Por volta de 1917, a intensa produção de cana-de-açúcar determinou o surgimento de vários engenhos e em poucos anos já existia até um povoado denominado Lagoa da Tábua, elevado a distrito em 4/08/1926, pela Lei Estadual nº. 1901, com o atual nome, e a o município, em 30/07/1962, pela Lei Estadual nº. 1769. Histórico dos nomes: Lagoa da Tábua > Peripá (1926) > Piripá (1953). **1827, 1890** (inexistente). **1940 (Status político: povoado), 1970** – Nome: Piripá.

**PIRITIBA**: Localização: Paraguaçu. Criação: 28/11/1952. Município de Origem: Mundo Novo. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *piri* 'junco' + *-tyba* 'suf. coletivizador'; donde: 'juncal'. Nome X história do local: Surge na condição de distrito criado do município de Mundo Novo, com a denominação de Cinco Vargens pelo Decreto estadual nº. 8.881, de 05/04/1934, mudado para a de Piritiba pelo Decreto estadual nº. 11.089, de 30/11/1938. Com a Lei estadual nº. 503, de 28/11/1952, emancipa-se, sendo instalado em 07/04/1955. É extinto e reanexado a Mundo Novo face a um Acórdão do Supremo Tribunal Federal datado de 26/10/1956, sendo restaurado pela Lei estadual nº. 1.014, de 03/08/1958, e reinstalado em 07/04/1959. Histórico dos nomes: Cinco Vargens (1934) > Piritiba (1938). **1827, 1890** (inexistente). **1940 (Status político: povoado), 1970** – Nome: Piritiba.

**PLANATINO**: Localização: Sudoeste. Criação: 30/07/1962. Município de Origem: Maracás. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: derivação. Procedência Linguística: português. Étimo: pt.: planalto [< plano (< lt. *planus*, *i*, 'plano') + alto (< lt. *altus*, *i*, 'alto')] + -in, 'suf. deriv. dim.' + -o, 'vt'. Nome X história do local: Inicialmente, sua sede chamou-se Ibitiguira, nome alterado para o

atual quando de sua emancipação. Histórico dos nomes: Ibitiguira (in. s. XX) > Planaltino (1962). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Ibitiguira. Status político: povoado. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: aglutinação. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *yby* ‘terra’ + *tyra* ‘acúmulo, monte’ [; donde: ‘montanha’] + *guira* ‘pé’; donde: ‘o pé da montanha, piemonte’.

**PLANALTO**: Localização: Sudoeste. Criação: 5/04/1962. Município de Origem: Poções. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: aglutinação. Procedência Linguística: português. Étimo: pt.: plano [< lt. *planus*, *i*, ‘plano’] + alto [< lt. *altus*, *i*, ‘alto’]. Nome X história do local: Antes de sua emancipação, chamava-se Periperi de Poções; com ela, assume o atual nome, que faz referência ao acidente geográfico onde está situado. Histórico dos nomes: Periperi de Poções > Planalto (1962). **1827, 1890, 1940** (inexistente). **1970** – Nome: Planalto.

**POÇÕES**: Localização: Sudoeste. Criação: 26/06/1880. Município de Origem: Vitória da Conquista. Categoria Toponímica: ergotopônimo. Processo Morfológico: sufixação flexional. Procedência Linguística: português. Étimo: poço [< lt. *puteus*, *i*, ‘cavidade, poço’] + -ão, ‘suf. deriv. aum.’ + -s, ‘suf. fl. pl.’. Nome X história do local: Surge no início do século XIX como sede da freguesia do Divino Espírito Santo; em torno do templo, aos poucos, desenvolve-se o arraial de Poções, emancipado em 1833. Em 1903, a transferência de sua sede para a povoação de Boa Nova implicou na mudança de sua nomenclatura para a da nova sede. Em 1918, o topônimo original foi restaurado, mas em 1921, o município teve sua sede outra vez mudada para aquela povoação, recebendo de volta aquele nome; finalmente, no ano seguinte, desmembrou-se definitivamente, reassumindo seu nome original, trocado pela Assembléia Legislativa para Djalma Dutra em 1943. A insatisfação popular fez os legisladores estaduais declinarem de sua decisão em 1947, fazendo retornar o nome Poções que, segundo a tradição oral, vem do simples fato da existência de grande quantidade de poços na parte baixa da cidade, onde hoje, naturalmente é o centro. Histórico dos nomes: Divino Espírito Santo > Poções (1833) > Boa Nova (1903) > Poções (1918) > Boa Nova (1921) > Poções (1922) > Djalma Dutra (1943) Poções (1947). **1827** – Nome: Divino Espírito Santo. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hierotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: divino [*divinus*, *i*, divino] + espírito [*spiritus*, *us*, ‘espírito’] + santo [< lt. *sanctus*, *i*, ‘santo’]. **1890, 1940, 1970** – Nome: Poções.

**POJUCA**: Localização: Litoral Norte. Criação: 29/07/1913. Município de Origem: Catu. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples.

Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *y-apó*, ‘pântano’ + *îuka*, ‘estagnado’; donde: ‘pântano estagnado, podre’. Nome X história do local: Ainda no século XVI, as terras que hoje compõem a RE baiana do Litoral Norte foram doadas em sesmaria a Garcia D’Ávila, que nelas estabeleceu currais de gado e engenhos de açúcar, exterminando ou escravizando os índios Tupinambá, originais habitantes daquelas paragens. A primeira povoação surgida no território deste município data de 1684, quando, construindo moradias e engenhos, as famílias Freire de Carvalho, Veloso e Saraiva se fixaram às margens do rio homônimo, atraindo para o desenvolvimento da nascente diversos colonos, formando uma pequena povoação, denominada Nossa Senhora do Ó de Ipojuca, que, em 1875, tinha o *status* de vila<sup>151</sup>. Em 1892, deu-se a criação do distrito de Pojuca, termo do município Sant’Ana do Catu (atual Catu), do qual se emancipou graças à Lei Estadual n°. 979, de 29/07/1913. Histórico dos Nomes: Nossa Senhora do Ó de Ipojuca (1684) > Pojuca (1892). **1827, 1890** – Nome: Nossa Senhora do Ó de Ipojuca. Status político: povoado. Categoria Toponímica: heirotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Nossa Senhora da Conceição [< nossa (< lt. *nostra*, *ae*, ‘nossa’) + senhora (< lt. *seniora*, *ae* ‘ama, patroa, senhora’) + do [= de + o] + Ó [< lt. *oh*, *ó*] + de + Ipojuca [< lt. *y-apó*, ‘pântano’ + *îuka*, ‘estagnado’; donde: ‘pântano estagnado, podre’]. **1940, 1970** – Nome: Pojuca.

**PONTO NOVO**: Localização: Piemonte da Chapada Diamantina. Criação: 13/06/1989. Município de Origem: Caldeirão Grande. Categoria Toponímica: odotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: ponto [*punctum*, *i*, ‘ponto’] + novo [< lt. *novus*, *i*, ‘novo’]. Nome X história do local: Em 1953, figura como distrito do município de Saúde. Ao que parece, o nome é devido à novidade da localidade na região, à época de seu surgimento. Histórico dos nomes: Desde seu surgimento, conserva o mesmo nome. **1827, 1890, 1940** (inexistente). **1970** – Nome: Ponto Novo.

**PORTO SEGURO**: Localização: Extremo Sul. Criação: 27/05/1534. Município de Origem (município fundador). Categoria Toponímica: sociotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: porto [< lt. *portus*, *i*, ‘porto’] + seguro [< lt. *securus*, *i*, ‘seguro’]. Nome X história do local: Integrante do município de Porto Seguro, o Monte Pascoal foi o primeiro ponto de

<sup>151</sup> Na edição do dia 28/05/1875 do Jornal da Bahia, lê-se a seguinte nota: “Da vila de N. S. do Ó de Ipojuca comunicaram-nos que uma mulher ali residente e que vive de ser filha de Jerusalém, chamada Marcolina Batalha, deu a luz a uma criança do sexo masculino, e 18 dias depois, isto é, a 20 do corrente, deu a luz a mais duas crianças do mesmo sexo, declarando nenhum incômodo ter sentido no espaço de tempo decorrido entre o primeiro e o segundo parto”. (*Jornal da Bahia*, 23(120):2, Notícias Diversas).

terra avistado pela frota de Cabral, quando do “achamento” do Brasil. Na posse da nova terra, foi criada uma feitoria para servir de ponto de guarda da esquadra portuguesa. Em 1534, com a divisão administrativa do Brasil em capitânicas hereditárias, Porto Seguro passou a ser sede da Capitania doada a Pero do Campo Tourinho por Carta Régia de 27/05/1534 e Carta Foral de 23/09/1534. Histórico dos nomes: Desde o seu surgimento, o município conserva o mesmo nome. **1827, 1890, 1940, 1970** – Nome: Porto Seguro.

**POTIRAGUÁ**: Localização: Sudoeste. Criação: 6/03/1953. Município de Origem: Canavieiras. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: aglutinação. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *potira* ‘flor’ + *kûá* ‘enseada’; donde: ‘enseada da flor’. Nome X história do Local: Em 1934, em terras das fazendas Boa Vista e Fonte Nova, Bento Alves funda o povoado de Belém, elevado a distrito do município de Canavieiras com o nome de Natal pela Lei Estadual nº. 141, de 31/12/1943, trocado para Potiraguá pelo Decreto Estadual nº. 12978, de 1º/06/1944. Emancipado por força de Lei Estadual de 6/03/1953, foi extinto em 1956 e reinstalado em 3/08/1958. Histórico dos nomes: Belém (1934) > Natal (1943) > Potiraguá (1944). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Belém. Status político: povoado. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: “O significado do seu nome é provavelmente ‘casa (do deus) Lahmu’, em vez do tradicional ‘casa de pão’”. (METZER; COOGAN, 2002, p. 35). **1970** – Nome: Potiraguá.

**PRADO**: Localização: Extremo Sul. Criação: 20/10/1795. Município de Origem: Caravelas. Categoria Toponímica: odotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: It. *pratum, i*, ‘prado’. Nome X história do local: Situada em território historicamente pertencente à capitania de Porto Seguro, a área onde hoje está estabelecida a sede de Prado, à margem esquerda do rio Jucuruçu, teve origem numa aldeia de índios aimorés. O município foi criado em 1755 com a denominação de Vila Nova de Prado. Histórico dos nomes: Desde seu surgimento, a localidade conserva o mesmo nome. **1827, 1890, 1940, 1970** – Nome: Prado.

**PRESIDENTE DUTRA**: Localização: Irecê. Criação: 12/04/1962. Município de Origem: Central. Categoria Toponímica: axiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Presidente [< It. *praesidens, ntis*, ‘o que preside’] + Dutra [< flm. *Hurtere*, ‘antrop. masc.']. Nome X história local: Em 1890, surge com o nome de Lagoa de Canabrava, o que mostra sua relação genética com a antiga Canabrava do Gonçalo, atual Uibaí. Em 1945, passa a Lagoa do Dutra, em referência a Eurico Gaspar Dutra, Marechal do exército brasileiro e Presidente da República entre 1946 e 1950, porque durante a



eleição presidencial, o então candidato, não teve somente um dos votos dessa localidade. Em 1954, já como vila, assume o nome de Presidente Dutra, conservado após sua emancipação política (1962). Histórico dos nomes: Lagoa de Canabrava (1890) > Lagoa do Dutra (1945) > Presidente Dutra (1954). **1827** (inexistente). **1890, 1940** – Nome: Lagoa de Canabrava. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: lagoa [< lt. *laguna*, ae, ‘lagoa’] de + Canabrava [< cana (lt. *canna*, ae, ‘junco’) + brava (< lt. *barbara*, ae, estrangeira)]. **1970** – Nome: Presidente Dutra.

**PRESIDENTE JÂNIO QUADROS**: Localização: Serra Geral. Criação: 28/12/1962. Município de Origem: Condeúba. Categoria Toponímica: axiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Presidente [< lt. *praesidens*, *ntis*, ‘o que preside’] + Jânio Quadros [< Jânio (< lt. *Janus*, *ius*, ‘passagem arqueada, porta’ + Quadros (< quadro (< lt. *quadrum*, *i*, quadro) + -s, ‘suf. fl. pl’)]. Nome X história do local: Por volta de 1876, o tenente Alípio Ferreira estabeleceu fazendas agropecuárias na região e edificou uma capela em honra a São João, em torno do qual se desenvolveu o arraial de São João do Alípio, elevado a distrito em 1893. O nome foi sucessivamente alterado para Wazzu, Joanina e Presidente Jânio Quadros. Histórico dos nomes: São João do Alípio (1876) > Wazzu > São João (1938) > Joanina (1944) > Presidente Jânio Quadros (1961). **1827** (inexistente). **1890** – Nome: São João do Alípio. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hagiopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: São João [são (< lt. *sanctus*, *i*, ‘santo’) + João (< lt. *Iohane*, *is* < hb. *Yekokhanan* ‘Deus é gracioso’)] + do [= de + o] + Alípio [< gr. *Alypios* < *a-lupos*, ‘o que não sente tristeza’]. **1940** – Nome: São João. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hagiopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: São [< lt. *sanctus*, *i*, ‘santo’] + João [< lt. *Iohane*, *is* < hb. *Yekokhanan* ‘Deus é gracioso’]. **1970** – Nome: Presidente Jânio Quadros.

**PRESIDENTE TANCREDO NEVES**: Localização: Litoral Sul. Criação: 24/02/1989. Município de Origem: Valença. Categoria Toponímica: axiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Presidente [< lt. *praesidens*, *ntis*, ‘o que preside’] + Tancredo Neves [Tancredo (< germ. *Thancharat* < *thanc*, ‘pensar’ + *radi*, ‘conselho’; donde: “o que aconselha depois de refletir) + Neves (< neve (< lt. *nix*, *nivis*, ‘neve’) + -s, ‘suf. fl. pl’)]. Nome X história do local: Em 1953, figura como povoado de Valença com o nome de Itabaína, trocado quando de sua emancipação para o atual, em homenagem ao então recém-falecido Presidente Tancredo de Almeida Neves (1910-1985). Histórico dos nomes: Itabaína > Presidente Tancredo Neves (1989). **1827, 1890, 1940**

(inexistente). **1970** – Nome: Itabaína. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: y ‘rio’ + *taba* ‘aldeia’ + *una* ‘preto, negro’; donde: ‘rio negro da taba’.

**QUEIMADAS**: Localização: Nordeste. Criação: 20/06/18854. Município de Origem: Senhor do Bonfim. Categoria Toponímica: estematotopônimo. Processo Morfológico: sufixação. Procedência Linguística: português. Étimo: queimada [< queimar (< lt. vg. \**caimare* < lt. cl. *cremare*, ‘queimar’ + -d, suf. PaPt, + -o, ‘vt’)] + -d, ‘suf. PaPt’ + -a, ‘suf. fl. fem.’] + -s, ‘suf. fl. pl.’. Nome X história do local: Em fins do século XVII, bandeirantes em busca de Jacobina chegam ao território do atual município de Queimadas, estabelecendo duas fazendas homônimas, conhecidas como As Queimadas. Em 1826, um Alvará Régio criou a freguesia de Santo Antônio das Queimadas, posteriormente anexada a Tucano porque o Alvará que a instituiu fora cassado. Recriada em 1842, foi novamente desfeita e anexada a Vila Nova da Rainha (atual Senhor do Bonfim). Finalmente emancipada como Vila Bela de Santo Antônio das Queimadas em 20/06/1884, teve o topônimo reduzido para o atual em 1915. Histórico dos nomes: As Queimadas (f. s. XVII) > Santo Antônio das Queimadas (1826) > Queimadas (1915). **1827 (Status político: povoado)**, **1890 (Status político: município)** – Nome: Santo Antônio das Queimadas. Categoria Toponímica: hagiopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Santo Antônio [santo (< lt. *sanctus*, *i*, ‘santo’) + pt. Antônio (< lt. *antonius*, *i*, ‘inestimável’)] + das [= de + a + -s, ‘suf. fl. pl.’] + Queimadas (< queimada [< queimar (< lt. vg. \**caimare* < lt. cl. *cremare*, ‘queimar’ + -d, suf. PaPt, + -o, ‘vt’)] + -s, ‘suf. fl. pl.’]. **1940, 1970** – Nome: Queimadas.

**QUINJINGUE**: Localização: Nordeste. Criação: 15/03/1961. Município de Origem: Tucano. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: Imb. *kinjingue*, ‘quinjingue, “membranofônio de percussão direta, usado nas danças de batuque; espécie de tambor africano, de construção grosseira” (WEISZFLOG, 1998)’. Nome X história do local: Na segunda metade do século XIX, o crescimento de uma comunidade em torno da fazenda Lagoa Grande deu lugar à emergência de povoado homônimo. Em 1891, com a passagem de Antônio Conselheiro pelo localidade, ela passou a chamar-se Triunfo. Em 1917, foi elevado à condição de distrito e, em 1943, teve o topônimo alterado para Quinjingue, nome originalmente atribuído ao rio que banha a cidade. Histórico dos nomes: Lagoa Grande (m. s. XIX) > Triunfo (1891) > Quinjingue (1943). **1827** (inexistente). **1890** – Nome: Lagoa Grande. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: justaposição. Étimo: lagoa [<

lt. *laguna, ae*, 'lagoa'] + grande [< *grans, ndis*, 'grande']. **1940, 1970** – Nome: Triunfo. Status político: povoado. Categoria Toponímica: animotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: lt. *triumphus, i*, 'triunfo'.

**QUIXABEIRA**: Localização: Piemonte da Chapada Diamantina. Criação: 13/06/1989. Município de Origem: Serrolândia. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: derivação. Procedência Linguística: português. Étimo: quixaba [< Tp.-ant. *kixaba*, 'quixaba, árvore lactescente da família das sapotáceas (*Bumelia sartorum*)'] + -eir, 'suf. deriv.' + -a, 'vt'. Nome X história do local: No início do século XX, a fazenda Várzea d'Água servia de pouso a tropeiros que acorriam à região de Jacobina, daí emergindo um povoado, que assume o atual nome quando de sua emancipação. Histórico dos nomes: Várzea d'Água (in. s. XX) > Quixabeira (1989). **1827, 1890** (inexistente). **1940, 1970** – Nome: Várzea d'Água. Status político: povoado. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: várzea [< ?] + d'água [= de + água (lt. *aqua, ae*, água)].

**RAFAEL JAMBEIRO**: Localização: Paraguaçu. Criação: 9/05/1985. Município de Origem: Castro Alves. Categoria Toponímica: animotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Rafael [< hb. *Raphael* < *raphá*, 'ele curou' + *El*, 'Deus'; donde: "curado por Deus"] + Jambreiro [< jambreiro < jambo (sancr. *jambo*, 'jambo') + -eir, 'suf. deriv.' + o, 'vt']. Nome X história do local: Criado na década de 1940 como distrito de Castro Alves com a denominação de Paratiji, alterada quando de sua emancipação para a atual, que homenageia um político homônimo, deputado constituinte em 1946. Histórico dos nomes: Piratiji (d. 1940) > Rafael Jambreiro (1985). **1827, 1890** (inexistente). **1940, 1970** – Nome: Piratiji. Status político: distrito. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *piraty* 'tainha' + *y* 'rio'; donde: 'rio das tainhas'.

**REMANSO**: Localização: Submédio São Francisco. Criação: 14/12/1857. Município de Origem: Pilão Arcado. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: < lt. *remansus, i*, 'ausência de movimento'. Nome X história do local: O território do município de Remanso estava situado em terras pertencentes ao Conde da Ponte, e posteriormente, com a divisão administrativa do Brasil em províncias, passou a fazer parte da Província de Pernambuco. Sua origem foi a fazenda Arraial, onde se abrigavam os fugitivos das lutas armadas travadas em Pilão Arcado, em fins do século XVIII. Isso fez aumentar o núcleo existente às margens do São Francisco, no local onde um grande remanso formava um seguro porto de atracação. Com

seus terrenos férteis e vegetação adequada à criação do gado, o local atraiu novos moradores, que formaram rapidamente o arraial de Nossa Senhora do Remanso. Com a transferência da sede da vila de Pilão Arcado para o arraial do Remanso, em 1857, foi criado o município com o nome de Vila de Nossa Senhora do Remanso do Pilão Arcado, simplificado para Remanso em 1900. Histórico dos nomes: Arraial (f. s. XVIII) > Nossa Senhora do Remanso do Pilão Arcado (1857) > Remanso (1900). **1827** – Nome: Arraial. Status político: fazenda. Categoria Toponímica: poliotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: < pt. real (< lt. *regalis*, e, 'relativo ao rei'). **1890** – Nome: Nossa Senhora do Remanso do Pilão Arcado. Status político: município. Categoria Toponímica: hagiopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: pt. Nossa Senhora [= nossa (< lt. nostra, 'nossa') + senhora (< lt. *seniora*, ae 'ama, patroa, senhora') + pt. do [= de + o] + pt. remanso [< lt. *remansus*, i, 'ausência de movimento'] + pt. do [= de + o] + pt. Pilão Arcado [= pilão (< fr. *pilon*, 'pilão') + arcado (< it. arcato < lt. méd. *arcatus*, i, 'cheio de arcos')]. **1940, 1970** – Nome: Remanso.

**RETIROLÂNDIA**: Localização: Nordeste. Criação: 27/07/1962. Município de Origem: Conceição do Coité. Categoria Toponímica: poliotopônimo Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: luso-europeu. Étimo: retiro [< dev. de retirar (< re-, 'pref. deriv' + tirar (< ?))] + lândia [< ingl. *land*, 'terra' + pt. -ia, suf. deriv.']. Nome X história do local: No início do século XX, nas proximidades da fazenda Retiro Velho, havia uma grande cajazeira em cuja sombra se dava o abate de animais e o comércio de uma pequena feira livre, que cresceu, formando o povoado de Retiro, elevado a distrito em 1955. Quando de sua emancipação (1962), assume o atual nome, seguindo modismo da época de criar nomes de novos municípios pela justaposição de uma raiz portuguesa à raiz inglesa lândia. Histórico dos Nomes: Retiro Velho (in. s. XX) > Retiro (1955) > Retirolândia (1962). **1827, 1890 (Status político: fazenda), 1940 (Status político: povoado)** – Nome: Retiro Velho. Categoria Toponímica: sociotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: retiro [< dev. de retirar (< re-, 'pref. deriv' + tirar (< ?))] + velho [< lt. vg. *veclus*, i < lt. cl. *vetulus*, i, 'velho'] **1970** – Nome: Retirolândia.

**RIACHÃO DAS NEVES**: Localização: Oeste. Criação: 17/07/1962. Município de Origem: Cotegipe. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: pt. riachão [< pt. riacho (< cast. rio (< lt. *riuus*, i, 'curso d'água') + -acho, 'suf. dim.') + pt. -ão, 'suf. deriv.']] + pt. das [= de + a + -s] + pt. neves [= pt. neve (< lt. vg. \**nevem* < lt. cl. *nix*, *nivis*) + pt. -s, 'suf. pl.']]. Nome X história do local: Seus pioneiros solicitaram da Capitania de Pernambuco cartas de sesmarias que legitimassem a posse de terras na região.

Um deles, Ildefonso Carvalho da Cunha, acabou fundando a fazenda Larga da Conceição, em torno da qual surgiu o povoado de Riachão das Neves, em referência ao curso d'água que lhe corta o território. Histórico dos nomes: Larga da Conceição (s. XVII) > Riachão das Neves. **1827, 1890, 1940 (*Status político*: povoado), 1970** – Nome: Riachão das Neves.

**RIACHÃO DO JACUÍPE**: Localização: Paraguaçu. Criação: 1º/08/1878. Município de Origem: Jacobina. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: pt. riachão [< pt. riacho (< cast. rio (< lt. *riuus*, *i*, 'curso d'água') + -acho, 'suf. dim.')] + pt. -ão, 'suf. deriv.']] + do [= de + o] + pt. Jacuípe [< Tp-ant. *îaku*, 'jacu' + *y*, 'rio' + *pe*, 'em'; donde: 'no rio dos jacus']]. Nome X história do local: O município surgiu em começos do século XIX em terras da fazenda de criação de gado Riachão, pertencente a João dos Santos Cruz, situada à margem esquerda do rio Jacuípe, em torno de uma capela consagrada a Nossa Senhora da Conceição. Já como povoado, em 1838, é elevado a freguesia com o nome de Nossa Senhora da Conceição do Riachão do Jacuípe. No ano seguinte, pela Resolução nº. 129, é elevado ao *status* de distrito. Emancipado pela Lei Provincial nº. 1823, de 1º/08/1878, foi extinto pelo Decreto Estadual nº. 7479, de 8/07/1931 e restaurado pelo Decreto Estadual nº. 8447, de 27/05/1933, com o nome atual. Histórico dos nomes: Riachão (in. s. XIX) > Nossa Senhora da Conceição do Riachão do Jacuípe (1838) > Riachão do Jacuípe (1933). **1827** – Nome: Riachão. Status político: fazenda. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: pt. riacho [< cast. rio (< lt. *riuus*, *i*, 'curso d'água') + -acho, 'suf. dim.']] + pt. -ão, 'suf. deriv.']] **1890** – Nome: Nossa Senhora da Conceição do Riachão do Jacuípe. Status político: município. Categoria Toponímica: hagiopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Nossa Senhora [= pt. nossa (< lt. nostra, 'nossa') + senhora (< lt. *seniora*, *ae* 'ama, patroa, senhora')] + pt. da [= de + a] + pt. conceição [< lt. *conceptio*, *onis*, 'concepção']] + do [= de + o] + pt. riachão [< pt. riacho (< cast. rio (< lt. *riuus*, *i*, 'curso d'água') + -acho, 'suf. dim.']] + pt. -ão, 'suf. deriv.']] + pt. do [= de + o] + pt. Jacuípe [< Tp-ant. *îaku*, 'jacu' + *y*, 'rio' + *pe*, 'em'; donde: 'no rio dos jacus']]. **1940, 1970** – Nome: Riachão do Jacuípe.

**RIACHO DE SANTANA**: Localização: Médio São Francisco. Criação: 13/08/1878. Município de Origem: Palmas de Monte Alto. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: riacho [< cast. rio (< lt. *riuus*, *i*, 'curso d'água') + -acho, 'suf. dim.']] + de + Santana [< santa (< lt. *sancta*, *ae*, 'santa') + Ana (< lt. *Ana*, *ae* < hb. *hannah*, 'graça')]]. Nome X história do local: Já em 1758, havia o arraial do Riacho de Santana, emancipado em 1878. Histórico dos nomes: Desde seu surgimento, o

município conserva o mesmo nome. **1827 (Status político: arraial), 1890, 1940, 1970** – Nome: Riacho de Santana.

**RIBEIRA DO AMPARO:** Localização: Nordeste. Criação: 17/12/1890. Município de Origem: Ribeira do Pombal. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Ribeira [< Lt. *riparia, ae*, ‘ribeira, acima da beira’] + do [= de + o] + Amparo [< deriv. regr. amparar (< Lt. *anteparare*, ‘proteger, defender’)]. Nome X história do local: No século XVI, na área de uma aldeia indígena, os jesuítas edificaram igreja dedicada a Nossa Senhora do Amparo que, atraindo famílias, ocasionou a formação do povoado de Ribeira do Pau Grande. Emancipada por Ato Estadual de 17/12/1890 com o nome de Vila do Amparo, foi extinta e anexada a Cipó em 1931. Em 1943, teve o nome alterado para Ribeira do Amparo. Foi restaurado por Lei Estadual de 14/08/1958 com os territórios do distrito sede e do de Heliópolis. Histórico dos Nomes: Ribeira do Pau Grande > Amparo (1890) > Ribeira do Amparo (1943). **1827** – Nome: Ribeira do Pau Grande. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: ribeira [< Lt. *riparia, ae*, ‘ribeira, acima da beira’] + do [= de + o] + pau [< *palus, i*, ‘pau’] + grande [< Lt. *grans, ndis*, ‘grande’]. **1890 (Status político: município), 1940 (Status político: distrito)** – Nome: Amparo. Categoria Toponímica: animotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: < deriv. regr. amparar (< Lt. *anteparare*, ‘proteger, defender’). **1970** – Nome: Ribeira do Amparo.

**RIBEIRA DO POMBAL:** Localização: Nordeste. Criação: 8/05/1758. Município de Origem: Itapicuru. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: ribeira [< Lt. *riparia, ae*, ‘ribeira, acima da beira’] + do [= de + o] + Pombal [< pombal (< pomba (Lt. *palumba, ae*, ‘pomba’) + -al, ‘suf. deriv.’)]. Nome X história do local: No século XVI, em seu território, havia inicialmente uma aldeia de índios Kiriri conhecida como aldeia de Canabrava. Em 1667, os jesuítas lá fundaram a missão de Santa Tereza de Jesus dos Kariris de Canabrava que, com o tempo, se tornou um arraial e pouso para viajantes em direção ao São Francisco. Carta Régia de 8/05/1758 o emancipou com o nome de Vila do Pombal, em homenagem ao Marquês de Pombal, Primeiro-Ministro do rei português, D. José I. Contudo, nessa época, estava a florescente vila sob jurisdição da Capitania de Sergipe. Em 1931, já em território baiano, é extinto e anexado a Cipó, sendo restaurado por Decreto Estadual de 19/09/1933 com o atual nome. Histórico dos Nomes: Canabrava (s. XVI) > Santa Tereza de Jesus dos Kariris de Canabrava (1667) > Pombal (1758) > Ribeira do Pombal (1933). **1827, 1890** – Nome: Pombal. Status político: município. Categoria Toponímica: antropotopônimo. Processo Morfológico: derivação.

Procedência Linguística: português. Étimo: pomba [It. *palumba*, *ae*, ‘pomba’] + -al, ‘suf. deriv.’. **1940** – Nome: Ribeira do Pombal.

**RIBEIRÃO DO LARGO**: Localização: Sudoeste. Criação: 3/03/1989. Município de Origem: Encruzilhada. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: pt.: ribeirão [< ribeira (< It. *riparia*, *ae*, ‘ribeira, acima da beira’) + -ão, ‘suf. deriv. aum.’]+ do [= de + o] + largo [< It. *largus*, *i*, ‘largo’]. Nome X história do local: Em 1953, aparece como povoado do município de Encruzilhada, já com o atual nome, originalmente atribuído ao ribeirão que banha a cidade. Histórico do nome: Desde o seu surgimento, a localidade conserva este nome. **1827, 1890, 1940** (inexistente). **1970** – Nome: Ribeirão do Largo.

**RIO DE CONTAS**: Localização: Chapada Diamantina. Criação: 27/01/1724. Município de Origem: Jacobina. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: rio [It. *riuus*, *i*, ‘curso d’água’] + de + contas [conta (deriv. regr. contar < It. *computare*, ‘contar’) + -s, ‘suf. pl.’]. Nome X história do local: Topônimo originalmente atribuído ao rio que banha a cidade. Segundo Vilhena (1969, p. 504), este nome “lhe foi imposto por um acontecimento eu por tradição antiga chega aos nossos tempos, e vem a ser que, passando dois missionários a pregar o Evangelho e, chegando à margem daquele rio viram na outra margem grande multidão de gentios, e então disse um ao outro: ‘Hoje, meu Irmão, neste rio iremos às contas’; e por este dito conserva até hoje o nome de rio de Contas”. O município teve origem na última década do século XVII quando viajantes provenientes de Goiás e do norte de Minas Gerais, em demanda da cidade do Salvador, fundaram o pequeno povoado de Crioulos para lhes servir de ponto de pouso num planalto da Serra das Almas, às margens do Rio de Contas Pequeno (atual rio Brumado), sendo aí edificada uma pequena capela em louvor à Senhora de Santana. Com a vinda à região de grande número de garimpeiros, foi fundada outra povoação com o nome de Mato Grosso e erguida uma igreja sob a invocação de Santo Antônio. Com o desenvolvimento da mineração e o aumento da população, o arraial prosperou. Em 1718, foi criada a primeira freguesia do Alto Sertão Baiano ou do Sertão de Cima, a de Santo Antônio de Mato Grosso. Em 1722, quando vários povoados tinham sido fundados pelo interior da Bahia, o vice-rei fez ver ao rei de Portugal a necessidade de se criar duas vilas, as de Santo Antônio de Jacobina e a de Nossa Senhora do Livramento das Minas do Rio de Contas. Como os problemas devidos às cheias do rio eram constantes no local onde estava esta última, em 1744 mudou-se a sede da vila para o primitivo povoado de Crioulos, mais tarde denominado Vila Nova de Nossa Senhora do Livramento e Minas do Rio das Contas, posteriormente reduzido para Minas do Rio das Contas e, em 1931, para Rio de

Contas. Histórico dos nomes: Crioulos (1722) > Nossa Senhora do Livramento das Minas do Rio das Contas (1744) > Nossa Senhora do Livramento e Minas do Rio das Contas > Minas do Rio das Contas > Rio de Contas (1931). **1827, 1890** – Nome: Minas do Rio das Contas. Status político: município. Categoria Toponímica: sociotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: minas [< mina (< lt. *mina*, ae, ‘mina’) + -s, ‘suf. fl. pl.’] + do [= de + o] + Rio de Contas [< pr. Rio (lt. *riuus*, *i*, ‘curso d’água’) + de + contas (conta (deriv. regr. contar < lt. *computare*, ‘contar’) + -s, ‘suf. pl.’)]. **1940, 1970** – Nome: Rio de Contas.

**RIO DO ANTÔNIO**: Localização: Serra Geral. Criação: 27/07/1962. Município de Origem: Caculé. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: pt.: rio [< lt. *riuus*, *i*, ‘curso d’água’] + do [= de + o] + Antônio [< lt. *antonius*, *i*, ‘inestimável’]. Nome X história do local: Em 1889, surge como distrito de Caetité, já com essa denominação, originalmente atribuída ao rio que banha a região. Há ainda a lenda de que teria sido conferido ao lugar o prenome de Antônio Cunha, voluntário que partiu dali para a Guerra do Paraguai, de onde não voltou. Histórico do nome: Desde seu surgimento, conserva o mesmo nome. **1827** (inexistente). **1890, 1940 (Status político: distrito), 1970** – Nome: Rio do Antônio.

**RIO DO PIRES**: Localização: Chapada Diamantina. Criação: 17/11/1961. Município de Origem: Paramirim. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: pt: rio [< lt. *riuus*, *i*, ‘curso d’água’] + do [= de + o] + pires [< mal. *pirins*, ‘pl. de *piring*’, pires’]. Nome X história do local: Topônimo originalmente atribuído ao rio que banha a cidade. Iniciou-se o povoamento desse território por volta de 1900, quando alguns agricultores povoaram a Fazenda Pires. A expansão da lavoura e da criação de gado atraiu moradores de outros municípios que se estabeleceram no povoado, elevado a distrito em 1953, quando teve o nome alterado para o atual. Histórico dos nomes: Pires (in. s. XX) > Rio do Pires (1953). **1827, 1890** (inexistente). **1940 (Status político: povoado), 1970** – Nome: Rio do Pires.

**RIO REAL**: Localização: Litoral Norte. Criação: 1º/07/1880. Município de Origem: Itapicuru Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: rio [< lt. *riuus*, *i*, ‘curso d’água’] + real [< lt. *regale*, *is*, ‘real’]. Nome X história do local: Antes do século XVIII, era conhecida como Brejo Grande, em referência a seus terrenos alagadiços, ampliado para Nossa Senhora do Livramento do Brejo Grande em 1855. Em 1880, passou a chamar-se Barracão, nome conservado até 1931, quando foi alterado para o atual, originalmente atribuído ao rio que lhe corta o território. Histórico dos nomes: Brejo



Grande (s. XVIII) > Nossa Senhora do Livramento do Brejo Grande (1855) > Barracão (1880) > Rio Real (1931). **1827** – Nome: Brejo Grande. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Brejo Grande [< brejo (< ?) + grande (lt. *grans, ndis*, ‘grande’)]. **1890** – Nome: Barracão. Status político: município. Categoria Toponímica: ecotopônimo. Processo Morfológico: derivação. Procedência Linguística: português. Étimo: barraca [< barro (< lt. vg. \**barrum* < gaul. *barrum* ‘barro, lodo’) + -aca, ‘suf. deriv.’] + -ão, ‘suf. deriv. aum.’]. **1940, 1970** – Nome: Rio Real.

**RODELAS**: Localização: Nordeste. Criação: 30/07/1962. Município de Origem: Glória. Categoria Toponímica: etnotopônimo. Processo Morfológico: sufixação. Procedência Linguística: português. Étimo: rodela [< roda (< lt. *rota, ae*, ‘roda’) + -ela, ‘suf. deriv.’] + -s, ‘suf. fl. pl.’. Nome X história do local: Seu território integrava parte de rotas migratórias de índios nômades entre o Piauí e a Bahia. Sua colonização inicia no século XVI com a chegada da missão dos capuchinhos a terras da Casa da Torre no rio São Francisco. Os religiosos se estabeleceram numa aldeia de índios Tuxá, onde criaram uma povoação chamada Zorobabel e ergueram uma igreja em louvor a São João Batista. Em 1922, o povoado ganha o *status* de distrito do município de Glória, com o nome de Rodelas, em referência ao povo indígena que originalmente habitava suas terras. Em 1988, devido ao enchimento da barragem Luis Gonzaga/ Itaparica, a sede do município foi transferida para outra localidade. Histórico dos Nomes: Zorobabel (s. XVI) > Rodelas (1922). **1827, 1890** – Nome: Zorobabel. Status político: povoado. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: hb. *zoró*, ‘rebento’ + *Babel*, ‘Babilônia’; donde: ‘rebento da Babilônia’ (cf. METZGER; COOGAN, 2002, p. 334). **1940 (Status político: povoado), 1970** – Nome: Rodelas.

**RUY BARBOSA**: Localização: Paraguaçu. Criação: 25/06/1914. Município de Origem: Itaberaba. Categoria Toponímica: antropotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Ruy [< esp. Ruy, abrev. Rodrigo < germ. *Hrodric* < *hruot* ‘fama’ + *rik* ‘chefe’; donde: ‘chefe famoso’] + Barbosa []. Nome X história do local: Criado em 1884 como distrito de Santo Antônio dos Viajantes de Orobó Grande, pertencente ao município de Itaberaba; emancipado em 1914 como de Vila do Orobó, nome alterado para o atual em 1943, em honra ao ilustre político e jurista baiano dos fins do Império e Primeira República. Histórico dos nomes: Santo Antônio dos Viajantes de Orobó Grande (1884) > Orobó (1914) > Ruy Barbosa (1943). **1827** (inexistente). **1890** – Nome: Santo Antônio dos Viajantes de Orobó Grande. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hagiopônimo. Processo Morfológico: justaposição.

Procedência Linguística: português. Étimo: Santo Antônio [< pt. santo (< It. *sanctus, i*, 'santo') + pt. Antônio (< It. *antonius, i*, 'inestimável')] + dos [= de + o + -s, 'suf. fl. pl.'] + viajantes [< viajante (< viajar (< viagem (< prov. *viatge* < It. *viaticum, i*, 'provisões de viagem') + a, 'vt' + r, 'suf. lPr') + -nte, 'suf. PaPr') + -s, 'suf. fl. pl.']] + de + Orobó Grande [< Orobó (< Tp.-md. *orobó*, 'urubu') + grande (< It. *grans, ndis*, 'grande')]. **1940** – Nome: Orobó. Status político: município. Categoria Toponímica: zootopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: variação de *urubu*, 'urubu'. **1970** – Nome: Ruy Barbosa.

**SALINAS DA MARGARIDA**: Localização: Recôncavo Sul. Criação: 27/07/1962. Município de Origem: Itaparica. Categoria Toponímica: sociotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: salinas [< salina (< sal (It. *sal, is*, 'sal') + -in, 'suf. deriv.' + -a, 'vt') + -s, 'suf. fl. pl.']] + da [= de + a ] + Margarida [< It. *margarita, ae* < gr. *margarites*, 'pérola']. Nome X história do local: Inicialmente habitada por índios Tupinambá, as terras que hoje compõem o município de Salinas da Margarida foram ocupadas pela Capitania dos Portos de Salvador e, mais tarde, adquiridas pelo Comendador Manuel Souza Campos e João Fer, que aí instalaram duas grandes propriedades, as fazendas Conceição e Santa Luzia. Homem de visão empresarial, em uma de suas viagens a Portugal, o comendador conheceu na cidade de Aveiro algumas salinas e não lhe escapou a oportunidade de implantar no litoral de suas propriedades unidades de produção de sal marinho, aproveitando a excelência do clima e, principalmente, a grande quantidade de apicuns, que favoreciam esse tipo de exploração. De logo admitiu um sócio e contratou o técnico José Soares. Já em 1885, as primeiras salinas do Porto da Margarida estavam produzindo. A atividade atraiu muitos trabalhadores, estimulando a criação de um núcleo urbano, batizado com o nome de Salinas, e de vários povoados próximos (Arraial do Dourado, Caperengo, Queimadas, Mangueira ou Crioula, Porto da Telha ou Dendê). A economia local cresceu ainda mais com a agregação das atividades extrativistas da piaçava, dendê e da pesca. Por essa época, constatou-se ainda a existência de carbonato de cal e antracito ou carvão natural. Em 1901, já com o atual topônimo, também referente a uma senhora de prenome Margarida, primeira proprietária de terras e ainda lá residente então, foi alçada a distrito do município de Itaparica, do qual se emancipou por força da Decreto-Lei Estadual nº. 1775, de 27/07/1962. Histórico dos nomes: Salinas (1885) > Salinas da Margarida (1901). **1827** (inexistente). **1890** – Nome: Salinas. Status político: povoado. Categoria Toponímica: sociotopônimo. Processo Morfológico: sufixação. Procedência Linguística: português. Étimo: salina (< sal (It. *sal, is*, 'sal') + -in, 'suf. deriv.' + -a, 'vt') + -s, 'suf. fl. pl.']. **1940 (Status político: povoado)**, **1970** – Nome: Salinas da Margarida.

**SALVADOR:** Localização: RMS. Criação: 29/02/1549. Município de Origem: município originário. Categoria Toponímica: hierotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: salvador. Nome X história do local: A história da cidade de Salvador inicia-se em 1501, com a descoberta da Baía de Todos os Santos que, por reunir qualidades portuárias e de localização, tornou-se referência para os navegadores, passando a ser um dos pontos mais conhecidos e visitados do Novo Mundo. Além disso, a área onde ela viria a ser edificada já era habitada por europeus desde 1510, quando naufragou um navio francês de cuja tripulação fazia parte Diogo Álvares Correia, o Caramuru que, junto com a índia Catarina Paraguaçu, sua esposa, fundou uma capela em louvor a Nossa Senhora das Graças em 1534. Dois anos depois, aportou à região o donatário da Capitania da Baía de Todos os Santos, Francisco Pereira Coutinho, que fundou uma Vila nas imediações de onde hoje está a Ladeira da Barra. Os índios não gostavam dele por ser cruel e arrogante no trato. Por isso, aconteceram diversas revoltas enquanto ele esteve na povoação, uma das quais o obrigou a refugiar-se em Porto Seguro com Caramuru; na volta, enfrentando forte tormenta, o barco, à deriva, chegou à Ilha de Itaparica, onde os índios libertaram Caramuru, fizeram prisioneiro o donatário e o devoraram num ritual antropofágico. O fracasso do sistema de capitanias levou D. João III a conceber um Governo-Geral para o Brasil, centralizado na Baía de Todos os Santos, capitania readquirida pela Coroa para esse fim. Em seguida, nomeou Governador-Geral o fidalgo Tomé de Souza e deu-lhe ordens de construir uma cidade-fortaleza chamada São Salvador nas ruínas da Vila do Pereira. Chegando à localidade pela Ponta do Padrão em 29/03/1549, o Governador e sua comitiva foram aconselhados por Caramuru a edificar a cidade noutro ponto mais seguro e estratégico para a defesa e expansão do domínio lusitano, acima de uma escarpada defronte à baía e isso se fez. O dia da chegada de Tomé de Souza passou a ser considerado o fundação da primeira capital do Brasil; conta-se que, por coincidir a data com uma Sexta-feira da Paixão ele a nomeou Salvador. Histórico dos nomes: Desde o seu surgimento, conserva o mesmo nome<sup>152</sup>. **1827, 1890, 1940, 1970** – Nome: Salvador.

**SANTA BÁRBARA:** Localização: Paraguaçu. Criação: 14/12/1961. Município de Origem: Feira de Santana. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: santa (< It. *sancta*, *ae*, 'santa') + Bárbara (< It. *bárbara*, *ae*, 'estrangeira'). Nome X história do local: No início do século XIX, aventureiros iniciaram o povoamento do território com a agropecuária. A fertilidade do solo e a disponibilidade de terrenos devolutos atraíram novas famílias, formando o povoado de Santa Bárbara da Claricéia, que

<sup>152</sup> Vale esclarecer que o nome da cidade sempre foi Salvador. São Salvador foi (e é) a designação do Bispado (hoje Acerbispado) sediado na cidade, o primeiro do Brasil.

teve o nome mudado para Pacatú (< Tp-ant. *paka* ‘paca’ + *-tyba* ‘suf. coletivizador’; donde: ‘lugar onde há muitas pacas’) em 1943 e, emancipado, adotou a atual denominação. Histórico dos nomes: Santa Bárbara da Claricéia (in. s. XIX) > Pacatu (1943) > Santa Bárbara (1961). **1827, 1890, 1940** – Nome: Santa Bárbara da Claricéia. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Santa Bárbara [< santa (lt. *sancta*, *ae*, ‘santa’) + Bárbara (< lt. *bárbara*, *ae*, ‘estrangeira’)] + de + Claricéia [<?]. **1970** – Nome: Santa Bárbara.

**SANTA BRÍGIDA**: Localização: Nordeste. Criação: 27/07/1962. Município de Origem: Jeremoabo. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: santa [< lt. *sancta*, *ae*, ‘santa’] + Brígida [< fr. *Brigitte* < irl. *brig*, ‘força, poder’ + *-ite*, ‘suf. deriv.’; donde: ‘cheia de força, forte, poderosa’]. Nome X história do local: No século XVIII, era chamada Itapicuru de Cima, nome alterado em 1817 para Santa Brígida. Fontes históricas consultadas indicam que este topônimo não constitui homenagem à santa do hagiológico romano, mas à esposa do fundador do município<sup>153</sup>. Histórico dos nomes: Itapicuru de Cima (s. XVIII) > Santa Brígida (1817). **1827, 1890, 1940, 1970** – Nome: Santa Brígida.

**SANTA CRUZ CABRÁLIA**: Localização: Extremo Sul. Criação: 29/11/1833. Município de Origem: Porto Seguro. Categoria Toponímica: hierotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: santa [< lt. *sancta* ‘santa’] + cruz [< lt. *crux*, *curcis* ‘cruz’] + cabrália [< pt. Cabral ‘patr. português’ (< cabra (lt. *capra*, *ae*, ‘cabra’) + *-al* ‘suf. deriv.’) + *-ia* ‘suf. deriv.’]. Nome X história do local: É uma das mais antigas localidades baianas por nela terem sido realizadas as duas primeiras missas no Brasil, celebradas por Frei Henrique de Coimbra, capelão da armada de Pedro Álvares Cabral, em 26/04 e em 1º/05/1500, respectivamente, a primeira na extremidade sul da Baía Cabrália, mais precisamente no Ilhéu da Coroa Vermelha, e a segunda na foz do rio Mutari. Seguindo a tradição portuguesa, foi construída em 2 planos, tendo sido criada na margem norte da foz do referido rio pelo navegador português Gonçalo Coelho,

<sup>153</sup> Segundo Dick (1984, p. 47), “a precedência do nome do fundador do município pelas partículas *São* ou *Santo* é bastante comum na toponímia do Brasil, e isso dificulta a classificação terminológica, pois empresta ao topônimo uma aparência religiosa-devocional que nem sempre corresponde à realidade”. Por isso, Lima (1998) chama esse a tipo de ocorrência hagiotopônimo aparente: “Hagiotopônimos autênticos são os topônimos com inspiração religiosa, respaldada por um padroeiro homônimo. Os aparentes são os topônimos de inspiração política, isto é, cujo objetivo era homenagear pessoa relacionada aos fundadores ou a personagens influentes. Como havia lei proibindo tais homenagens a pessoas vivas, essas eram camufladas por nome de santo” (LIMA, 1998, p. 422). Contudo, neste trabalho, preferimos tomar a classe dos hagiotopônimos em sua generalidade.

comandante da segunda expedição ao Brasil, aportada à Baía Cabrália em 1503 para ali deixar os primeiros missionários, aventureiros e degredados ao lado da Santa Cruz de Posse. Naquele ano, Portugal mudou o nome de sua nova colônia de Ilha de Vera Cruz para Terra de Santa Cruz. Em 1536, Pero de Campos Tourinho, donatário da Capitania de Porto Seguro, fundou na entrada da baía uma povoação, sempre atacada pelos Aimoré. Em 1564, com a decadência total da localidade, seus últimos moradores mudaram-se para as margens do rio Sernampetiba, fundando uma nova povoação com a denominação de Santa Cruz, onde hoje se ergue a atual sede. Emancipado em 1833, com a denominação de vila de Santa Cruz, foi extinto em 1931 e anexado a Porto Seguro. Em 1933, foi restaurado com o território primitivo e a denominação de Santa Cruz Cabrália. Histórico dos nomes: Santa Cruz (1564) > Santa Cruz Cabrália (1933). **1827 (Status político: povoado), 1890** – Nome: Santa Cruz. Status político: município. Categoria Toponímica: hierotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: pt. santa [< It. *sancta* ‘santa, sagrada’] + pt. cruz (< It. *crux, crucis* ‘cruz’). **1940, 1970** – Nome: Santa Cruz Cabrália.

**SANTA CRUZ DA VITÓRIA**: Localização: Litoral Sul. Criação: 5/07/1962. Município de Origem: Ibicaraí. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: santa [< It. *sancta* ‘santa’] + cruz [< It. *crux, crucis* ‘cruz’] + da [= de + a] + vitória [< It. *victoria, ae*, ‘sucesso, bom êxito, vitória’]. Nome X história do local: Em 1953, figura como distrito de Ibicaraí, já com o atual topônimo, que traz duas referências: ao orago da localidade e ao município a que ela pertencia antes de sua emancipação. Histórico dos nomes: Desde seu surgimento, o município conserva o mesmo nome. **1827, 1890, 1940** (inexistente). **1970** – Nome: Santa Cruz da Vitória.

**SANTA INÊS**: Localização: Sudoeste. Criação: 22/07/1924. Município de Origem: Ubaíra. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: santa [< It. *sancta, ae*, ‘santa’] + Inês [< esp. *Inez* < It. *Agnes* < gr. *hagnes*, ‘pura, casta’]. Nome X história do local: Em 1893, na condição de Curato ligado ao município de Areia (atual Ubaíra), surge com o nome de Santa Inês, conservado após sua emancipação. Histórico dos nomes: Desde seu surgimento, a localidade conserva este nome. **1827, 1890** (inexistente). **1940, 1970** – Nome: Santa Inês.

**SANTALUZ**: Localização: Nordeste. Criação: 18/07/1935. Município de Origem: Queimadas. Categoria Toponímica: hierotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: santa [< It. *sancta, ae*, ‘santa’] + luz [< It. *lux, lucis*, ‘luz’]. Nome X história do local: No início do século XX, o território da fazenda Santa Luzia foi cortado pela Estrada de Ferro Leste

Brasileiro, originando-se uma estação ferroviária. Com o uso frequente dessa estação, foram edificadas casas residenciais e comerciais ao seu redor, formando-se o arraial de Santa Luzia em 1918. Município criado com a denominação de Santa Luzia por Decreto Estadual de 18/07/1935, teve o topônimo alterado para Santaluz em 1943 em função do Decreto-Lei Federal nº. 3599, de 6/09/1941. Histórico dos nomes: Santa Luzia (1918) > Santaluz (1943). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Santa Luzia. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: santa [< lt. *sancta*, *ae*, ‘santa’] + Luzia [< it. *Lucia* < lt. *Lucia*, *ae*, ‘luminosa’]. **1970** – Nome: Santaluz.

**SANTA LUZIA**: Localização: Litoral Sul. Criação: 9/05/1985. Município de Origem: Canavieiras. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: santa [lt. *sancta*, *ae*, ‘santa’] + Luzia [< it. *Lucia* < lt. *Lucia*, *ae* < gr. *Loukía*, ‘a luminosa’]. Nome X história do local: No início do século XX, a exploração diamantina atingiu o sul da Bahia. O fluxo de gente na região de Salobro levou ao surgimento de um “povoado em local próximo ao anterior, que recebeu o nome de Arriba Saia, porque ali havia muita lama e as mulheres precisavam levantar as saias para andar no lamaçal” (BAHIA, 1999d). Em 1953, recebe o topônimo atual, originalmente atribuído ao rio que lhe corta o território. Histórico dos nomes: Arribal Saia (in. s. XIX) > Santa Luzia. **1827, 1890** – Nome: Arriba Saia. Status político: povoado. Categoria Toponímica: dirrematopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: arriba [< dev. de arribar (< lt. *arripare*, ‘chegar ao porto’)] + saia [< lt. vg. *\*sagia*, *ae* < lt. cl. *sagum*, *i*, ‘manto’]. **1940, 1970** – Nome: Santa Luzia. Status político: povoado.

**SANTA MARIA DA VITÓRIA**: Localização: Oeste. Criação: 8/06/1880. Município de Origem: Correntina. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: pt. santa [< lt. *sancta*, *ae*, ‘santa’] + pt. Maria [< lt. *Maria* < hb. *Maria* < sansc. *maryâh*, ‘pureza, virtude, virgindade’] + pt. da [= de + a ] + vitória [< lt. *victoria*, *ae*, ‘sucesso, bom êxito’]. Nome X história do local: No início do século XIX, a procura de ouro fez surgir um arraial à margem esquerda do rio Corrente, num ponto que se tornou movimentado porto. Em 1850, a chegada de um construtor de barcos vindo da Barra atraiu muita gente interessada em navegação fluvial para a localidade, que cresceu a ponto de inaugurar uma capela dedicada a Nossa Senhora da Vitória, elevada a freguesia em 8/06/1880 pela Lei nº. 1960, que também extinguiu o município de Rio das Éguas, transferindo sua sede para a nova freguesia, emancipada com o nome de Porto de Santa Maria da Vitória do Rio Corrente. Devido a uma longa disputa política já relatada no histórico do município de

Correntina, Santa Maria da Vitória presenciou uma sucessão de extinções e restaurações, a última das quais ocorreu em 4/05/1888, por força da Lei Provincial n°. 2579. Em 1909, teve o nome reduzido para Santa Maria. Em 14/05/1932, o Decreto Estadual n°. 8060 anexou-lhe ao território a sub-prefeitura de Rio Alegre (até então pertencente a Carinhanha), como distrito. Em 31/12/1943, por força do Decreto Estadual n°. 141, o município perdeu parte do distrito de Inhaúmas, anexada a Correntina, encerrando o período de disputas políticas por território. No ano seguinte, adotou o atual nome. Histórico dos nomes: Porto de Santa Maria da Vitória do Rio Corrente (1880) > Santa Maria (1909) > Santa Maria da Vitória (1944). **1827** (inexistente). **1890** – Nome: Porto de Santa Maria da Vitória do Rio Corrente. Status político: município. Categoria Toponímica: sociotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: porto [< lt. *portus, us*, ‘porto’] + de + santa [< lt. *sancta, ae*, ‘santa’] + Maria [< lt. *Maria, ae* < hb. *Maria* < sansc. *maryâh*, ‘pureza, virtude, virgindade’] + da [= de + a] + vitória [< lt. *victoria, ae*, ‘sucesso, bom êxito’] + do [= de + o] + rio [< lt. *rius, i*, ‘curso d’água’] + corrente [lt. *currens, ntis*, ‘grilhão, corrente’]. **1940** – Nome: Santa Maria. Status político: município. Categoria Toponímica: hagiopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: pt. santa [< lt. *sancta, ae*, ‘santa’] + pt. Maria [< lt. *Maria* < hb. *Maria* < sansc. *maryâh*, ‘pureza, virtude, virgindade’]. **1970** – Nome: Santa Maria da Vitória.

**SANTANA**: Localização: Oeste. Criação: 26/08/1890. Município de Origem: Barra. Categoria Toponímica: hagiopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: pt. santa [< lt. *sancta, ae*, ‘santa’] + pt. Ana [< lt. *Ana, ae* < hb. *hannah*, ‘graça’]. Nome X história do local: No início do século XVII, fugindo dos colonizadores de Angical, os índios Tupinikim fixaram-se em território pertencente ao Conde da Torre, onde atualmente se localiza o município de Santana. Em 1760, o Sargento-mor Antônio da Costa Xavier foi enviado para região para fiscalizar os reideiros que trabalhavam nas terras do nobre, terminando por implantar também uma produtiva fazenda de cana-de-açúcar e pecuária bovina, em cuja administração foi sucedido por seu primogênito, Raimundo da Costa Xavier. Em torno da fazenda, desenvolveu-se um arraial pertencente ao distrito de São Gonçalo, município de Rio das Éguas (atual Correntina). Em homenagem à padroeira da capela erguida pelos fundadores, a povoação ganhou o nome de Santana dos Brejos. A rivalidade entre Santa Maria da Vitória e Rio das Éguas fez a jurisdição do povoado oscilar ao longo do século XIX, até que em 1890, um Ato Estadual criou o município de Santana dos Brejos, desmembrando-o de Santa Maria da Vitória e dando a sua sede os foros de vila, instalada no mesmo ano; em 1954 o topônimo atingiu a condição atual. Histórico dos nomes: Santana dos Brejos (1760) > Santana (1954). **1827 (Status político: povoado), 1890, 1940** – Nome: Santana dos Brejos. Status político: município.

Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: pt. santa [< lt. *sancta*, *ae*, ‘santa’] + pt. Ana [< lt. *Ana*, *ae* < hb. *hannah*, ‘graça’] + dos [= de + o + -s] + pt. brejos [= pt. brejo (<?) + pt. -s, ‘suf. pl.’]. **1970** – Nome: Santana.

**SANTANÓPOLIS**: Localização: Paraguaçu. Criação: 13/07/1962. Município de Origem: Irará. Categoria Toponímica: poliotopônimo. Processo Morfológico: aglutinação. Procedência Linguística: luso-europeu. Étimo: Santana [< santa (< lt. *sancta*, *ae*, ‘santa’) + pt. Ana (< lt. *Ana*, *ae* < hb. *hannah*, ‘graça’)] + gr. *pólis*, ‘cidade’; donde: ‘cidade de Santana’. Nome X história do local: No final do século XIX, fazendeiros aí se estabeleceram, desenvolvendo a criação de gado. Em 1910, foi criado o povoado de Quaresma, elevado a vila em 1922. Quando de sua emancipação, seu nome foi alterado para Santanópolis, por sugestão de uma professora devota da Senhora Santana. Histórico dos nomes: Quaresma (1910) > Santanópolis (1962). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Quaresma. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hierotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo. It. vg. \* *quaraesima* < lt. cl. *quadragésima*, *ae* ‘quadragésima’. **1970** – Nome: Santanópolis.

**SANTA RITA DE CÁSSIA**: Localização: Oeste. Criação: 26/01/1840. Município de Origem: Santa Maria da Vitória. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: pt. santa [< lt. *sancta*, *ae*, ‘santa’] + pt. Rita [< it. Rita ‘dim. de *Margherita*’ < lt. *margarita*, *ae* < gr. *margarites*, ‘pérola’] + pt. de + pt. Cássia [< it. *Cassia* ‘nome de cidade italiana’ < lt. *cassia*, *ae*, ‘pobre’]. Nome X história do local: Em 1640, um casal de portugueses chegou ao local onde hoje está a sede do município e ergueram uma cabana com uma pequena capela em honra a Santa Rita de Cássia. O casal desapareceu, talvez atacados pelos índios Gueren, originais habitantes da região, mas a imagem foi preservada e descoberta por José Pereira de Matos, pioneiro que estabeleceu a fazenda Ribeira do Rio Preto, depois Santa Rita. Em 1647, o índio Francisco Rodelas foi nomeado Capitão e se estabeleceu na localidade, para o qual começaram a convergir outros fazendeiros e povoadores, como os Capitães Ângelo Custódio da Rocha Medrado e João de Araújo Costa e o Visconde Garcia d’Ávila. O povoado foi oficialmente reconhecido por Carta Régia assinada em 2/12/1698 e dirigida ao 32º Governador Geral da Bahia, D. João de Lancastre. Em 1804, a capela de Santa Rita de Cássia foi elevada a freguesia. Em 26 de março do mesmo ano, a Lei Provincial nº. 119 desmembrou do território de Barra do Rio Grande o município de Santa Rita, elevando sua sede à condição de vila. Conforme já relatado no histórico de Formosa do Rio Preto (v.), no início do século XX, a introdução da navegação a vapor ao longo do rio Preto favoreceu o desenvolvimento dos municípios banhados por esse curso d’água, inclusive Santa



Rita. Em 1911, o topônimo é alterado para Santa Rita do Rio Preto; daí para Rio Preto em 1931; deste para Ibipetuba (do Tupi *iby*, “banco de areia”, + *pe*, “em”, + *tyba*, “sufixo coletivo”; donde: “no banco de areia abundante”), em 1943; e, finalmente, assumiu a nomenclatura atual em 1954. Histórico dos nomes: Ribeira do Rio Preto (s. XVII) > Santa Rita (1698) > Santa Rita do Rio Preto (1911) > Rio Preto (1931) > Ibipetuba (1943) > Santa Rita de Cássia (1954). **1827 (Status político: povoado), 1890** – Nome: Santa Rita Status político: município. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: santa [< lt. *sancta*, *ae*, ‘santa’] + Rita [< it. Rita ‘dim. de *Margherita*’ < lt. *margarita*, *ae* < gr. *margarites*, ‘pérola’]. **1940** – Nome: Rio Preto. Status político: município. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: pt. rio [< lt. *riuus*, *i*, ‘curso d’água’] + pt. preto [< lt. *vg. \*prettus*, *i* < lt. *cl. pressus*, *i*, ‘negro’]. **1970** – Nome: Santa Rita de Cássia.

**SANTA TEREZINHA**: Localização: Recôncavo Sul. Criação: 28/09/1761. Município de Origem: Cachoeira. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: santa [< lt. *sancta*, *ae*, ‘santa’] + Terezinha [< Tereza (< pt. arc. Tareja < gr. *Therasia*, ‘natural de Tera’) + -inh-, ‘suf. deriv. dim.’ + -a, ‘vt’]. Nome X história do local: Área originalmente habitada por índios Kariri e Sabujá. Com o início da colonização, os jesuítas fundaram aldeamentos denominados Caranguejo e Pedra Branca. Município criado com o nome de vila de Nossa Senhora de Nazaré da Pedra Branca, pela Provisão Régia de 28/09/1761. Em 1835, o município foi extinto e anexado a Cachoeira, sendo restaurado com sede no arraial de Tapera pela Lei Provincial nº. 360, de 19/10/1849. Em 1877, perdeu sua autonomia para o emergente município de Nossa Senhora do Bom Conselho da Amargosa (atual Amargosa), sendo novamente restaurado em 1890, com sede em Tapera mudada para Jibóia (1892), nome alterado para Monte Cruzeiro (1899), que permaneceu mesmo após a transferência da sede municipal mais uma vez para Tapera. Finalmente, a Lei Estadual nº. 1499, de 20/07/1921, alterou em definitivo seu nome para Santa Terezinha. Histórico dos nomes: Pedra Branca (s. XVI) > Nossa Senhora de Nazaré da Pedra Branca (1761) > Tapera (1849) > Jibóia (1892) > Monte Cruzeiro (1899) > Santa Terezinha (1921). **1827** – Nome: Nossa Senhora de Nazaré da Pedra Branca. Status político: município. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Nossa Senhora [< nossa (< lt. *nostra*, *ae*, ‘nossa’) + pt. senhora (< lt. *seniora*, *ae* ‘ama, patroa, senhora’)] + de + Nazaré [< hb. *nazaré*, ‘guarda, sentinela’] + da [= de + a] + Pedra [< lt. *petra*, *ae*, ‘pedra’] + Branca [< germ. *blank*, ‘branco’]. **1890** – Nome: Tapera. Status político: distrito. Categoria Toponímica: pilotopônimo. Processo Morfológico: aglutinação. Procedência Linguística: Tp.-

ant. Étimo: *taba*, ‘aldeia’ + *pûera*, ‘suf. IdPt2’; donde: ‘o que foi aldeia, aldeia abandonada’. **1940, 1970** – Nome: Santa Terezinha.

**SANTO AMARO**: Localização: Recôncavo Sul. Criação: 9/02/1725. Município de Origem: São Francisco do Conde. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: santo [< lt. *sanctus*, *i*, ‘santo’] + Amaro [< lt. *amarus*, *i*, ‘amargo’]. Nome X história do local: A primeira povoação surgiu em 1557, às margens do rio Traripe, nas proximidades do mar. Aí viveram os primeiros colonizadores, construindo habitações, estabelecimentos comerciais, capela e tendo o rio e o mar como fonte de subsistência. Na área, a fertilidade das terras do massapê e o trabalho dos colonos transformou em pouco tempo a região em importante zona produtora, onde desenvolveu a cana-de-açúcar, o fumo e a mandioca, surgindo engenhos, casas de farinha e pequenos beneficiamentos de fumo. Um incidente trágico resultante na morte de um jesuíta fez o local ficar amaldiçoado. Os colonos mudaram-se para local próximo, edificando uma nova capela, sob a invocação de Santo Amaro. Neste ponto, desenvolveu-se a cidade. Município criado com os territórios das freguesias de Nossa Senhora da Purificação de Sergipe do Conde (atual sede), São Domingos de Saubara, Nossa Senhora da Oliveira dos Campinhos e São Pedro de Traripe e Rio Fundo, desmembrados do município de São Francisco da Barra de Sergipe do Conde e com a denominação de Vila de Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro, por Carta Régia de 27/12/1693 e Provisão Régia de 09/02/1725. A sede foi elevada à categoria de cidade através Lei Provincial de 13/03/1837, com a denominação de Leal Cidade de Santo Amaro, devido a seu papel da localidade durante a Guerra de Independência do Brasil na Bahia. Histórico dos nomes: Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro (1725) > Santo Amaro (1837). **1827** – Nome: Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro. Status político: município. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Nossa Senhora [< nossa (< lt. *nostra*, *ae*, ‘nossa’) + pt. senhora (< lt. *seniora*, *ae* ‘ama, patroa, senhora’)] + da [= de + a] + purificação [< lt. *purificatio*, *onis*, ‘purificação’] + e + Santo Amaro [< santo (< lt. *sanctus*, *i*, ‘santo’) + Amaro (< lt. *amarus*, *i*, ‘amargo’)]. **1890, 1940, 1970** – Nome: Santo Amaro.

**SANTO ANTÔNIO DE JESUS**: Localização: Recôncavo Sul. Criação: 29/05/1880. Município de Origem: Nazaré. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Santo Antônio [< santo (< lt. *sanctus*, *i*, ‘santo’) + Antônio (< lt. *antonius*, *i*, ‘inestimável’)] + de + Jesus [< lt. *Iesu*, *ui* < hb. *Ioshua*, *Jehoshea*, ‘Deus é a salvação’]. Nome X história do local. Nos séculos XVI e XVII, as primeiras penetrações em seu território resultaram da colonização na área do rio Jaguaripe. As férteis matas com

madeira-de-lei e grande número de cursos d'água foram fatores decisivos para o povoamento da área, atraindo o estabelecimento de engenhos de cana-de-açúcar e plantações da mandioca. Mais que a lavoura canavieira, como aconteceu no restante do Recôncavo, o plantio da mandioca foi o fator predominante de fixação da população e de elevação da vila a município. O primeiro povoado surgiu em torno de um oratório consagrado a Santo Antônio de Jesus, nas proximidades do rio Sururu. Município criado com os territórios das freguesias de Santo Antônio de Jesus e de São Miguel da Nova Laje, desmembrados de Nazaré, pela Lei Provincial de 29/05/1880. Em 1931, tem o nome reduzido para Santo Antônio, retornando à nomenclatura original sete anos depois. Histórico dos nomes: Santo Antônio de Jesus (1880) > Santo Antônio (1931) > Santo Antônio de Jesus (1938). **1827** (inexistente). **1890, 1940, 1970** – Nome: Santo Antônio de Jesus.

**SANTO ESTEVÃO**: Localização: Paraguaçu. Criação: 12/07/1921. Município de Origem: Cachoeira. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: pt.: santo [lt. *sanctus, us*, 'santo']+ Estevão [< *Stephanus, i* < gr. *Stéphanos*, 'o corado']. Nome X história do local: A primeira entrada em terras do atual município data de 1739, quando o padre português José da Costa Almeida possuía de terras num lugar conhecido por Santo Estevão Velho, onde desenvolvia criava gado e plantava; devido à seca, teve de buscar outra área para suas atividades, vindo a encontrar forte manancial de água à margem do riacho Salgado, onde se fixou, edificando currais, casas de moradia e uma capela sob o orago de Santo Estevão, elevada à freguesia com o nome de Santo Estevão do Jacuípe<sup>154</sup>. O povoado só veio a desenvolver-se após 1757 e apenas em 1921 emancipou-se. Em 1931, teve sua denominação reduzida para Santo Estevão. Histórico dos nomes: Santo Estevão Velho (1739) > Santo Estevão do Jacuípe (1875) > Santo Estevão (1931). **1827** – Nome: Santo Estevão Velho. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: pt.: santo [lt. *sanctus, us*, 'santo']+ Estevão [< *Stephanus, i* < gr. *Stéphanos*, 'o corado'] + Velho [< lt. vg. *\*veclus*, < lt. cl. *vetulus, i*, 'velho']. **1890** – Nome: Santo Estevão do Jacuípe. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: pt.: santo [lt. *sanctus, us*, 'santo']+ Estevão [< *Stephanus, i* < gr. *Stéphanos*, 'o corado'] + do [= de + o] + Jacuípe [< Tp.-ant. *îaku*, 'jacu' + *y*, 'rio' + *pe*, 'em'; donde: 'no rio dos jacus']. **1940, 1970** – Nome: Santo Estevão.

<sup>154</sup> Na edição de 7/03/1875 do Jornal da Bahia, consta: "Foram aprovados (...) projetos: (...) criando uma escola (...) da freguesia de Santo Estevão do Jacuípe." (*Jornal da Bahia*, 22(53):2, 07/03/1875, col.1).

**SÃO DESIDÉRIO:** Localização: Oeste. Criação: 22/05/1962. Município de Origem: Barreiras. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: pt. são [< lt. *sanctus*, *i*, 'santo'] + pt. Desidério [< lt. *desiderium*, *i*, 'desejo']. Nome X história do local: O topônimo faz referência a um rio que corta a cidade. Este, por sua vez, homenageia Desidério José de Souza, proprietário da fazenda Cuia, origem do município, em torno do qual surgiu o povoado de São Desidério em 1858. Histórico dos nomes: Cuia (in. s. XIX) > São Desidério (1858). **1827** – Nome: Cuia. Status político: fazenda. Categoria Toponímica: ergotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: tp. kuia, 'cuia'. **1890, 1940**(Status político: povoado), **1970** – Nome: São Desidério.

**SÃO DOMINGOS:** Localização: Nordeste. Criação: 13/06/1989. Município de Origem: Valente. Categoria Toponímica: hagiopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: são [> lt. *sanctus*, *i*, 'santo'] + Domingos [< lt. *Dominicus*, *i* < *Dominus*, *i*, 'Senhor, Deus' + -icus, 'suf. deriv.'; donde: 'pertencente ao Senhor']. Nome X história do local: Em 1953, figura como povoado do município de Conceição do Coité, já com o atual nome, em homenagem ao orago da localidade. Em 1958, com a emancipação de Valente, passa a integrar-lhe o território na condição de distrito. Histórico dos nomes: Desde seu surgimento, o município conserva o mesmo nome. **1827, 1890, 1940** (inexistente). **1970** – Nome: São Domingos.

**SÃO FELIPE:** Localização: Recôncavo Sul. Criação: 29/05/1880. Município de Origem: Maragogipe. Categoria Toponímica: hagiopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: são [lt. *sanctus*, *i*, 'santo'] + Felipe [< gr. *Phílippós* < *phílos*, 'amigo' + *hippós*, 'cavalo'; donde: 'o amigo dos cavalos, p/ ext. 'o amante da guerra']. Nome X história do local: Logo após a pacificação dos índios Maraká (1678), primitivos habitantes dos vales dos rios Paraguaçu e Jaguaripe, os irmãos Tiago e Felipe Gato ocuparam um aprazível sítio próximo ao rio Copioba. Em 1681, construíram um cruzeiro e de uma capela sob a invocação dos apóstolos São Felipe e São Tiago, em torno da qual nasceu a povoação que originou o município, inicialmente chamado São Felipe das Roças. Município criado com os territórios das freguesias de São Felipe das Roças (atual sede), Nossa Senhora da Conceição do Almeida e Sant'Ana do Rio da Dona, desmembrados do município de Maragogipe com o nome de São Felipe, por Lei Provincial de 29/05/1880. Histórico dos nomes: São Felipe das Roças (1681) > São Felipe (1880). **1827** – Nome: São Felipe das Roças. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hagiopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: São Felipe são [lt. *sanctus*, *i*, 'santo'] + Felipe [<< gr. *Phílippós* < *phílos*, 'amigo' + *hippós*, 'cavalo';

donde: 'o amigo dos cavalos, p/ ext. 'o amante da guerra'] + das [= de + a + -s, 'suf. fl. pl.']+ Roças [< roça (< dev. de *roçar* (< lt. vg. *\*ruptiare*, 'derrubar, romper')) + -s, 'suf. fl. pl.']. **1890, 1940, 1970** – Nome: São Felipe.

**SÃO FÉLIX:** Localização: Recôncavo Sul. Criação: 20/12/1889. Município de Origem: Cachoeira. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: São [< lt. *sanctus*, *i*, 'santo'] + Félix [< lt. *felix*, *icis*, 'feliz']. Nome X história do local: Região originalmente habitada por índios Tupinambá, foi aos poucos invadida pelos colonizadores, formando-se uma povoação, onde se estabeleceu a freguesia de Nossa Senhora do Desterro do Outeiro Redondo e, posteriormente, a de Senhor Deus Menino de São Félix, origem do município. Município criado com os territórios das freguesias de São Félix (atual sede), São Pedro do Monte de Muritiba (atual Muritiba), Nossa Senhora do Desterro do Outeiro Redondo, Nossa Senhora do Bom Sucesso da Cruz das Almas (atual Cruz das Almas) e de Nossa Senhora da Cachoeira do Sapé (atual Sapeaçu), desmembrados do município de Cachoeira, pelo Ato Estadual de 23/12/1889. Ato Estadual de 25/10/1890 trocou sua denominação para São Félix do Paraguaçu, topônimo simplificado para São Félix em 1931. Histórico dos nomes: Nossa Senhora do Desterro do Outeiro Redondo > Senhor Deus Menino de São Félix > São Félix do Paraguaçu (1890) > São Félix (1931). **1827** – Nome: Senhor Deus Menino de São Félix. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hierotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: justaposição. Étimo: Senhor [< lt. *senior*, *is* 'amo, patrão, senhor'] + Deus [< lt. *Deus*, *i*, 'Deus'] + Menino [< ?] + de + São Félix [< são (lt. *sanctus*, *i*, 'santo') + Félix (< lt. *felix*, *icis*, 'feliz')]. **1890** – Nome: São Félix do Paraguaçu. Status político: município. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: São Félix [são (< lt. *sanctus*, *i*, 'santo') + Félix (< lt. *felix*, *icis*, 'feliz')] + do [= de + o] + Paraguaçu [< Tp.-ant. *pará*, 'rio, caudal' + *gûasu*, 'grande'; donde: 'rio grande, grande caldal']. **1940, 1970** – Nome: São Félix.

**SÃO FÉLIX DO CORIBE:** Localização: Oeste. Criação: 14/05/1989. Municípios de Origem: Santa Maria da Vitória e Coribe. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: são [< lt. *sanctus*, *i*, 'santo'] + Félix [< lt. *felix*, *icis*, 'feliz'] + do [de + o] + Coribe [< Tp.-ant. *kuri*, 'barro vermelho' + *y*, 'rio', + *pe*, 'em'; donde: 'no rio do barro vermelho']. Nome X história do local: A colonização do território deste município aconteceu por volta de 1901, quando, fugindo de terrível seca em Livramento do Brumado, a família Araújo Castro chegou à região. Leônidas de Araújo Castro construiu as primeiras casas à margem direita do rio Corrente, em local mais tarde denominado fazenda São Félix. Do outro lado do rio, onde hoje está Santa Maria

da Vitória, seu irmão Clemente passou a exercer atividades comerciais e agroindustriais e, ingressando na política, tornou-se um dos homens mais importantes da época. Em alguns anos, pessoas de outras regiões foram chegando e fixando residência no local, atraídas pela oferta de trabalho ou de grandes faixas de terra propícia à agropecuária, transformando a fazenda num pequeno povoado. Com a emancipação de Coribe, houve um equívoco quanto aos limites intermunicipais, ficando São Félix no centro de uma disputa entre essa nova municipalidade e Santa Maria da Vitória. Pensou-se que o limite era o rio Corrente, quando na realidade a lei definia uma linha imaginária partindo da foz do rio Formoso, no rio Corrente, em direção leste até o encontro com o riacho da Pedra Branca. Dirimido o equívoco, São Felix passou a pertencer, de fato, a Santa Maria da Vitória, atingindo, com o tempo, sua zona urbana. Nas décadas de 1970 e 1980, a localidade se desenvolveu ainda mais, atraindo novos moradores. Em 4/10/1988, realizou-se um plebiscito com resultado favorável à emancipação política, ocorrida por força da Lei nº. 5.013, de 13/05/1989. Nessa ocasião, o município assumiu o atual nome. Recentemente, lei aprovada pela Câmara Municipal alterou-lhe o topônimo para São Félix do Corrente; contudo, por não ser essa uma prerrogativa da Câmara Municipal, mas da Assembléia Legislativa, essa lei não surtiu efeito. Histórico dos nomes: São Félix (1901) > São Félix do Coribe (1989). **1827, 1890** (inexistente). **1940, 1970** – Nome: São Félix. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hagiopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: pt.: são [< It. *sanctus*, *i*, ‘santo’] + Felix [< It. *felix*, *felicis* ‘feliz’].

**SÃO FRANCISCO DO CONDE:** Localização: RMS. Criação: 16/02/1698. Município de Origem: Salvador. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: São Franciso [pt. são (lt. *sanctus, i*, 'santo') + Francisco (< it. *Francesco* < germ *frank*, 'franco, livre' + *-iskus* 'suf. indic. gent.'; donde: 'nascido na liberdade')] + do [= de + o] + Conde [< lt. *comes, etis*, 'conde']. Nome X história do local: No início do século XVII, foi construída uma capela dedicada a São Francisco, em colina a 20 m acima do nível do mar, voltada para a Baía de Todos os Santos, em terras do Conde dos Arcos. Ao redor do pequeno templo, surgiu o arraial de São Francisco da Barra do Sergipe do Conde, emancipado de Salvador em 16/02/1698, já com o atual nome. Deve-se destacar que São Francisco do Conde foi o primeiro município baiano a aclamar D. Pedro I Imperador do Brasil e o primeiro a levantar-se contra as forças portuguesas acampadas em Salvador e lideradas pelo General Madeira de Melo. Histórico dos nomes: São Francisco da Barra do Sergipe do Conde (in. s. XVII) > São Francisco do Conde (1698). **1827, 1890, 1940, 1970** – Nome: São Francisco do Conde.

**SÃO GABRIEL:** Localização: Irecê. Criação: 25/02/1985. Município de Origem: Irecê. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: pt.: são [< lt. *sanctus, i*, 'santo'] + Gabriel [< hb. *Gabriel* < *gébher*, 'homem' + *El*, 'Deus'; donde: 'homem de Deus']. Nome X história do local: No final do século XIX, surge uma fazenda de criação de gado pertencente ao coronel Ernesto Augusto da R. Medrado e sua esposa, dona Hermelina Berta da R. Medrado, com o nome de São Gabriel, que, aos poucos, cresce, torna-se povoado, distrito e, finalmente, se emancipa. Histórico dos nomes: Desde o seu surgimento, conserva o mesmo nome. **1827, 1890** (inexistente). **1940, 1970** – Nome: São Gabriel.

**SÃO GONÇALO DOS CAMPOS:** Localização: Paraguaçu. Criação: 28/07/1984. Município de Origem: Cachoeira. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: pt. são [< lt. *sanctus, i*, 'santo'] + pt. Gonçalves [< germ. *gundi*, 'luta' + lt. *saluus*, 'invulnerável'; donde: 'invulnerável no combate'] + pt. dos [de + o + -s, 'suf. pl.]+ pt. campos [= pt. campo (lt. *campus, us*, 'campo' + -s, 'suf. pl.')] Nome X história do local: Ainda no século XVII, bandeiras penetraram os sertões baianos, demarcando terras, fazendo plantações e estabelecendo currais no local que denominaram Campos da Cachoeira. O aparecimento da imagem de São Gonçalo onde pousaram os desbravadores motivou a construção de uma capela sob orago de São Gonçalo do Amarante, em torno da qual se formou o arraial de São Gonçalo dos Campos. Em 1884, foi o arraial elevado a vila e criado o município com o nome de São Gonçalo dos Campos, simplificado para São Gonçalo em 1931. Posteriormente, o topônimo

alcançou sua condição atual. Histórico dos nomes: Campos da Cachoeira (s. XVII) > São Gonçalo dos Campos > São Gonçalo (1931) > São Gonçalo dos Campos. **1827 (Status político: povoado), 1890, 1940, 1970** – Nome: São Gonçalo dos Campos.

**SÃO JOSÉ DA VITÓRIA**: Localização: Litoral Sul. Criação: 13/06/1989. Município de Origem: Buerarema. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: São José [< são (< Lt. *sanctus*, *i*, ‘santo’) + José (< Lt. *Iosephus*, *i* < hb. *Yosef*, ‘aquele que acrescenta’)] + da + [= de + a] + Vitória [< Lt. *victoria*, *ae*, ‘êxito, bom sucesso, vitória’]. Nome X história do local: Surge em meados da década de 1930 como povoação de São José, nome alterado para o atual quando de sua emancipação. Histórico dos nomes: São José (d. 1930) > São José da Vitória (1989). **1827, 1890** (inexistente). **1940, 1970** – Nome: São José. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: São José [< são (< Lt. *sanctus*, *i*, ‘santo’) + José (< Lt. *Iosephus*, *i* < hb. *Yosef*, ‘aquele que acrescenta’)].

**SÃO JOSÉ DO JACUÍPE**: Localização: Piemonte da Chapada Diamantina. Criação: 6/07/1989. Município de Origem: Capim Grosso. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: São José [são (< Lt. *sanctus*, *i*, ‘santo’) + pt. José (< Lt. *Iosephus*, *i* < hb. *Yosef*, ‘aquele que acrescenta’)] + do [= de + o] + pt. Jacuípe [< Tp-ant. *îaku*, ‘jacu’ + *y*, ‘rio’ + *pe*, ‘em’; donde: ‘no rio dos jacus’]. Nome X história do local: A localidade surge em torno de capela dedicada a São José, situada à margem esquerda do rio Jacuípe em meados do século XIX, já com o atual nome. Em 1884, alcança a condição de distrito policial ligado a Jacobina. Costa (1918, p. 282) descreve-lhe a situação quando ainda gozava desse estatuto político da seguinte forma: “Comércio quase sem notoriedade, também seu povo sem emulações, todos se empregam na acanhada agricultura a que seus terrenos acatingados se prestam e na criação de animais, notadamente caprídeos e ovídeos”. Em 1989, com a emancipação de Capim Grosso, passa a integrar-lhe o território, do qual se desmembra no mesmo ano. Histórico dos nomes: Desde seu surgimento, o município conserva o mesmo nome. **1827** (inexistente). **1890 (Status político: povoado) 1940, 1970 (Status político: distrito)** – Nome: São José do Jacuípe.

**SÃO MIGUEL DAS MATAS**: Localização: Recôncavo Sul. Criação: 1º/06/1891. Município de Origem: Jaguaripe. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: São Miguel [< são (< Lt. *sanctus*, *i*, ‘santo’) + Miguel (< hb. Mikhael < *mikhayáh* ‘quem é como’]



+ *El*, 'Deus'; donde: 'quem é como Deus?'] + das [= de + a + -s, 'suf. fl. pl'] + matas [< mata (lt. *matta*, ae, mata) + -s, 'suf. fl. pl']. Nome X história do local: No lugar onde hoje se ergue a fazenda Arco Verde, havia tribo indígena homônima, dizimada pelo avanço da colonização. Na área, cultivando-se cana-de-açúcar, formou-se uma povoação. Tempos depois, um caboclo procedente de Aratuípe apareceu na localidade pedindo óbolos para a celebração de uma festa em louvor a São Miguel. Posteriormente, uma capela foi edificada em louvor ao santo, atraindo fiéis que, construindo casas, deram início à povoação. Município criado com o território da freguesia de São Miguel da Nova Laje, desmembrado de Santo Antônio de Jesus, pelo Ato Estadual de 01/06/1891, foi extinto e anexado a Santo Antônio de Jesus em 1943, sendo restaurado no ano seguinte, com o atual nome. Histórico dos nomes: Arco Verde > São Miguel (1891) > São Miguel das Matas (1944). **1827,1890** – Nome: Arcoverde. Status político: povoado. Categoria Toponímica: etnoropônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: arco [< lt. *arcus*, *us*, 'arco'] + verde [< lt. *viride*, *is*, 'verde']. **1940** – Nome: São Miguel. Status político: município. Categoria Toponímica: hagiopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: São Miguel [[< são (< lt. *sanctus*, *i*, 'santo') + Miguel (< hb. Mikhael < *mikhayáh* 'quem é como' + *El*, 'Deus'; donde: 'quem é como Deus?']]. **1970** – Nome: São Miguel das Matas.

**SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ**: Localização: Litoral Norte. Criação: 19/07/1926. Município de Origem: São Francisco do Conde. Categoria Toponímica: hagiopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: pt.: São Sebastião [são (< lt. *sanctus*, *i*, 'santo') + Sebastião (< lt. *Sebastianus*, *i* < gr. Sebastianós < *sebastós*, 'sagrado')] + do [= de + o] + Passé [< Tp.-ant. ia-passé, 'coisa destacada']. Nome X história do local: Território originalmente habitado por índios Tupinambá. Com a colonização, passou a integrar a sesmaria doada por D. João III ao Conde da Ponte, que ordenou a construção de uma capela em louvor a São Sebastião às margens do riacho Passé. Ao redor da capela, desenvolveu-se um arraial chamado São Sebastião, que, no início do século XVIII, contava com 2.600 habitantes, oito engenhos e quatro capelas, a primeira das quais foi elevada a freguesia por Alvará Régio de 11/04/1718, passando a localidade a chamar-se São Sebastião das Cabeceiras do Passé. Em 1825, o povoado foi elevado a distrito, readotando a nomenclatura original, com a qual foi emancipado em 1926. Apenas em 1943, assume a nomenclatura atual. Histórico dos nomes: São Sebastião (s. XVI) > São Sebastião das Cabeceiras do Passé (1718) > São Sebastião (1825) > São Sebastião do Passé (1943). **1827, 1890, 1940** – Nome: São Sebastião. Status político: distrito. Categoria Toponímica: hagiopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística:

português. Étimo: pt.: São [< lt. *sanctus, i*, 'santo'] + Sebastião [< lt. *Sebastianus, i* < gr. *Sebastianós* < *sebastós*, 'sagrado']. **1970** – Nome: São Sebastião do Passé.

**SAPEAÇU**: Localização: Recôncavo Sul. Criação: 8/08/1890. Município de Origem: São Félix. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: aglutinação. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *sapé*, 'sapé' + *ûasu*, 'grande'. Nome X história do local: Com a expulsão dos índios, habitantes originais do local onde hoje se ergue Sapeaçu, surgiu a Fazenda Sapé Grande, de Pedro Barbosa Leal, e foi aí construída uma capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição, em torno da qual se formou uma povoação. Município criado com o território da freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Sapé, desmembrado de São Félix, e com a denominação de Vila de Sapé, por Ato Estadual de 08/08/1890, sendo extinto antes mesmo de ser instalado. Somente foi restaurado por Lei Estadual de 27/04/1954, com a junção dos territórios dos distritos de Sapeaçu (ex-Sapé) e Baixa das Palmeiras, desmembrados do município de Cruz das Almas. Histórico dos nomes: Sapé Grande (s. XVII) > Nossa Senhora da Conceição do Sapé (s. XVIII) > Sapé (1890) > Sapeaçu (1954). **1827** – Nome: Nossa Senhora da Conceição do Sapé. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Nossa Senhora da Conceição [< nossa (< lt. *nostra, ae*, 'nossa') + senhora (< lt. *seniora, ae* 'ama, patroa, senhora') + da [= de + a] + conceição (< concepção (< lt. *conceptio, onis*, 'concepção'))] + do [= de + o] + Sapé [Tp.-ant. *sapé*, 'sapé']. **1890, 1940** – Nome: Sapé. Status político: município. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *sapé*, 'sapé'. **1970** – Nome: Sapeaçu.

**SÁTIRO DIAS**: Localização: Litoral Norte. Criação: 14/08/1958. Município de Origem: Inhambupe. Categoria Toponímica: antropotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: pt.: Sátiro [< gr. *satyros*, 'sátiro'] + Dias [< dia (lt. *dies, ei*, 'dia') + -s, 'suf. fl. pl']. Nome X história do local: Por volta de 1870, João da Cruz e família se instalam na região, fundando uma fazenda cujo nome a história não registrou. No início do século XX, a propriedade passou a ser cortada pela estrada de ferro Leste Brasileiro, instalando-se aí uma estação. Com esse evento, a localidade se desenvolve, assumindo o atual nome, em homenagem ao engenheiro projetista da estação. Histórico dos nomes: Bebedouro (1911) > Sátiro Dias (1953). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Bebedouro. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: derivação. Procedência Linguística: português. Étimo: bebedouro [< beber (< lt. *bibere*, 'beber, ingerir líquido') + -douro, 'suf. deriv.']. **1970** – Nome: Sátiro Dias.

**SAUBARA:** Localização: Recôncavo Sul. Criação: 13/06/1989. Município de Origem: Santo Amaro. Categoria Toponímica: zootopônimo. Processo Morfológico: aglutinação. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *isaúba* 'saúva' + *oara* 'comedor'; donde: 'comedor de saúvas'. Nome X história do local: Em meados do século XIX, surge com o nome de São Domingos de Saubara. Em 1953, figura como distrito do município de Santo Amaro, já com o atual nome. Histórico dos nomes: São Domingos de Saubara (s. XIX) > Saubara (1953). **1827** (inexistente). **1890, 1940** – Nome: São Domingos de Saubara. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hagiopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: são [> It. *sanctus*, *i*, 'santo'] + Domingos [< It. *Dominicus*, *i* < *Dominus*, *i*, 'Senhor, Deus' + *-icus*, 'suf. deriv.']; donde: 'pertencente ao Senhor'] + de + Saubara [< Tp.-ant. *isaúba* 'saúva' + *oara* 'comedor'; donde: 'comedor de saúvas']. **1970** – Nome: Saubara.

**SAÚDE:** Localização: Piemonte da Chapada Diamantina. Criação: 6/07/1914. Município de Origem: Jacobina. Categoria Toponímica: higienotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: It. *salus*, *utis*, 'saúde'. Nome X história do local: Ainda no século XVIII, surge como um acampamento de bandeirantes. Lei Provincial de 1º/06/1838, institui a freguesia de Nossa Senhora da Saúde de Jacobina. Com o tempo, cresce o povoado, que é elevado a distrito graças ao desenvolvimento proporcionado pela instalação da estrada de ferro em seu território e se emancipa, já com o atual nome, por força da Lei Estadual nº. 1024, de 6/07/1914. Por força do Decreto Estadual nº. 7479, de 8/07/1931, é reanexado a Jacobina, sendo restaurado pelo Decreto Estadual nº. 8463, de 1º/06/1933. Histórico dos nomes: Nossa Senhora da Saúde de Jacobina (1838) > Saúde (1914). **1827 1890** – Nome: Nossa Senhora da Saúde de Jacobina. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hagiopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Nossa Senhora da Saúde [< nossa (< It. *nostra*, *ae*, 'nossa') + senhora (< It. *seniora*, *ae* 'ama, patroa, senhora') + da (= de + a) + saúde (It. *salus*, *utis*, 'saúde')] + de + Jacobina [< Tp.-ant. *ia-kûa* 'cascalho' + *apina* 'limpo, descoberto'; donde: 'cascalho limpo, descoberto']. **1940, 1970** – Nome: Saúde.

**SEABRA:** Localização: Chapada Diamantina. Criação: 14/05/1889. Município de Origem: Lençóis. Categoria Toponímica: antropotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: Nascentes (1952) aponta o termo esp. *sanabria*, sem lhe indicar o significado. Nome X história do local: Em princípios do século XVII, florescendo as minas de ouro de Jacobina e de Rio de Contas, Portugal determinou a abertura de uma estrada que ligasse os dois núcleos. Essa, que cortava as terras hoje pertencentes ao município de Seabra, atraiu os primeiros povoadores constituídos na maior parte de portugueses que aí

se fixaram, organizando fazendas de criatório e lavoura. É da tradição oral de que o primeiro núcleo de população nasceu no local denominado Parnaíba, também situado às margens da dita estrada real, e que servia de pouso aos viajantes que o chamavam Passagem de Jacobina. Em 1889, esta povoação foi emancipada com a denominação de Vila Agrícola de Campestre. Em 1915, em homenagem ao então-governador do Estado, José Joaquim Seabra, passou a chamar-se Doutor Seabra, mais tarde simplificado para Seabra. Histórico dos nomes: Passagem de Jacobina (s. XVII) > Esconso (f. s. XVIII) > Iraporanga > Campestre (1889) > Dr. Seabra (1915) > Seabra. **1827** – Nome: Passagem de Jacobina. Status político: povoado. Categoria Toponímica: odotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Passagem [< fr. *passage*, ‘passagem’] + de + Jacobina [< Tp.-ant. *ia-kûa* ‘cascalho’ + *apina* ‘limpo, descoberto’; donde: ‘cascalho limpo, descoberto’]. **1890** – Nome: Campestre. Status político: município. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: derivação. Procedência Linguística: português. Étimo: < lt. *campester*, *tris*, *ter*, ‘campestre’. **1940, 1970** – Nome: Seabra.

**SEBASTIÃO LARANJEIRAS**: Localização: Serra Geral. Criação: 30/07/1962. Município de Origem: Palmas de Monte Alto. Categoria Toponímica: antropotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: pt.: Sebastião [< lt. *Sebastianus*, *i* < gr. Sebastianós < *sebastós*, ‘sagrado’] + Laranjeiras [< laranjeira (< pt. laranja (< ar. *naranja* < pers. *narang*, ‘laranja’) + -eir, ‘suf. deriv.’ + -a, ‘vt’) + -s, ‘suf. fl. pl.’] Nome X história do local: Por volta de 1742, famílias de colonos portugueses chegaram à região, desenvolvendo a agropecuária, entre as quais os Parreira, fundadores do arraial denominado Boqueirão dos Parreira, elevado a freguesia em 1884 com o nome de Santo Antônio do Boqueirão do Parreira. Em 1939, foi elevado à condição de vila das Parreiras, denominação alterada em 1944 para Camateí. Criado por força da Lei nº. 1.772, de 30/07/1962, com os territórios dos distritos de Camateí e Mandiroba (sede) e o nome de Sebastião Laranjeiras, em homenagem a seu filho mais ilustre, o bispo de Porto Alegre, D. Sebastião Dias Laranjeiras. Histórico dos nomes: Boqueirão dos Parreiras (1742) > Santo Antônio do Boqueirão do Parreira (1884) > Boqueirão de Parreiras (1933) > Boqueirão das Parreiras (1936) > Parreiras (1943) > Camateí (1944) > Sebastião Laranjeiras (1962). **1827** – Nome: Boqueirão dos Parreiras. Status político: povoado. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Boqueirão [< pt.: boca (lt. vg. *bucca*, *ae*, ‘boca’) + -eir, ‘suf. deriv.’ + -ão, ‘suf. deriv. aum.’] + dos [= de + o + -s, ‘suf. fl. pl.’] + Parreiras [< parreira (< parra (< ?) + -eir, ‘suf. deriv.’ + -a, ‘suf. fl. pl.’) + -s, ‘suf. fl. pl.’]. **1890** – Nome: Santo Antônio do Boqueirão dos Parreira. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição.

Procedência Linguística: português. Étimo: pt.: Santo Antônio [santo (< It. *sanctus*, *i*, 'santo') + pt. Antônio (< It. *antonius*, *i*, 'inestimável')] + do [= de + o] + Boqueirão [< pt.: boca (lt. vg. *bucca*, *ae*, 'boca') + -eir, 'suf. deriv.' + -ão, 'suf. deriv. aum.')] + dos [= de + o + -s, 'suf. fl. pl.']] + Parreiras [< parreira (< parra (<?) + -eir, 'suf. deriv.' + -a, 'suf. fl. pl.')] + -s, 'suf. fl. pl.']. **1940** – Nome: Boqueirão das Parreiras. Status político: vila. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Boqueirão [< pt.: boca (lt. vg. *bucca*, *ae*, 'boca') + -eir, 'suf. deriv.' + -ão, 'suf. deriv. aum.']] + das [= de + a + -s, 'suf. fl. pl.']] + Parreiras [< parreira (< parra (<?) + -eir, 'suf. deriv.' + -a, 'suf. fl. pl.')] + -s, 'suf. fl. pl.']. **1970** – Nome: Sebastião Laranjeiras.

**SENHOR DO BONFIM**: Localização: Piemonte da Chapada Diamantina. Criação: 23/07/1797. Município de Origem: Jacobina. Categoria Toponímica: hagiopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Senhor [< It. *senior*, *is* 'amo, patrão, senhor'] + do [= de + o] + Bonfim [< bom (< It. *bonus*, *i*, 'bom') + fim (< It. *finis*, *is*, 'fim')]. Nome X história do local: Senhor do Bonfim era ponto obrigatório de passagem e descanso de tropeiros, especialmente os trafegantes do Piauí e Maranhão em direção às minas de ouro, e de Recife e áreas vizinhas a Salvador, em direção ao rio São Francisco. Seu núcleo inicial se desenvolve às margens de uma lagoa e da Estrada das Boiadas, próxima à Missão do Sahy, passando os moradores a desenvolver atividades comerciais voltadas aos passantes. Desde então, o comércio já se esboçava como atividade econômica mais expressiva. Em 1750, já com um bom número de moradores, a povoação passou a chamar-se Arraial do Senhor do Bonfim da Tapera, integrando-se aos também emergentes núcleos de Santana dos Olhos D'Água (atual Feira de Santana), Juazeiro e Jacobina através da Estrada das Boiadas, atual Rodovia Lomanto Jr. (BR-407). Com a emancipação em 1797, passa à condição de Vila Nova da Rainha. Em 1885, recebeu o nome de Bonfim, alterado para Cidade Nova da Revolução em 1889, por ter sido o primeiro município a aderir à República; porém, no mesmo ano, voltou a chamar-se Bonfim, topônimo alterado para Senhor do Bonfim em 1960. Histórico dos nomes: Missão de Nossa Senhora das Neves do Sahy (1697) > Senhor do Bonfim da Tapera (1750) > Rainha (1797) > Bonfim (1885) > Revolução (1889) > Bonfim (1890) > Senhor do Bonfim (1960). **1827** – Nome: Rainha. Status político: município. Categoria Toponímica: axiotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: rainha [< It. *regina*, *ae*, 'rainha']. **1890, 1940** – Nome: Bonfim. Status político: município. Categoria Toponímica: animotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: < bom [< It. *bonus*, *i*, 'bom'] + fim [< It. *finis*, *is*, 'fim']. **1970** – Nome: Senhor do Bonfim.

**SENTO SÉ:** Localização: Submédio São Francisco. Criação: 6/07/1832. Município de Origem: Jacobina. Categoria Toponímica: etnotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: kariri. Étimo: *centucé*. Nome X história do local: Assim como muitos municípios baianos, originou-se de uma aldeia indígena, no caso, a aldeia dos índios Centucé, estabelecida à margem direita do rio São Francisco. A primeira feitoria portuguesa aí estabelecida já tinha esse nome; em torno dela foi se formando uma progressiva aglomeração urbana. O município foi criado por Decreto Imperial de 1832, desmembrado de Pilão Arcado. Em 1926, a sede foi transferida para o arraial de Aldeia, recebendo a denominação de Manuel Vitorino, retomando o antigo nome em 1934, embora com grafia alterada para Sento Sé. Em 1974, com a construção da barragem de Sobradinho, sua sede foi transferida e o município recebeu o nome de Nova Sento Sé, posteriormente reduzido. Histórico dos nomes: Centucé (s. XVII) > Manuel Vitorino (1926) > Sento Sé (1934) > Nova Sento Sé (1974) > Sento Sé. **1827** (Status político: povoado), **1890** – Nome: Centucé. **1940, 1970** – Nome: Sento Sé.

**SERRA DO RAMALHO:** Localização: Médio São Francisco. Criação: 13/06/1989. Município de Origem: Bom Jesus da Lapa. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: serra [< lt. *serra, ae*, ‘montanha’] + do [= de + o] + Ramalho [< pt. ramalho = ramo (< lt. *ramus, i* ‘ramo’) + pt. -alho, ‘suf. deriv.']. Nome X história do local: Topônimo originalmente atribuído à serra onde se situa a cidade. No final da década de 1970, com a construção da barragem de Sobradinho, as populações que viviam nas terras a serem alagadas pelo imenso lago artificial foram transferidas para algumas cidades planejadas, construídas no meio do nada com a finalidade de recebê-las. Serra do Ramalho foi um desses municípios, criado em 1989. Histórico dos nomes: Desde seu surgimento, o município conserva o mesmo nome. **1827, 1890, 1940, 1970** (inexistente).

**SERRA DOURADA:** Localização: Oeste. Criação: 12/04/1962. Município de Origem: Santana. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: serra [lt. *serra, ae*, ‘montanha’] + dourada [lt. *deaurata, ae* ‘dourada’]. Nome X história do local: No início do século XIX, no atual território deste município, estabelece-se a fazenda São Gonçalo, em torno da qual se forma um lentamente povoado que, em 1832, é conhecido como São Gonçalo. Em 1938, com o nome de Penamar, figura entre os distritos de Santana. Quando de sua emancipação, tem o nome alterado para o atual. Histórico dos nomes: São Gonçalo (1832) > Penamar (1938) > Serra Dourada (1962). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Penamar. Status político: povoado. Categoria Toponímica: mineratotopônimo. Processo Morfológico:

simples. Procedência Linguística: português. Étimo: < ?. **1970** – Nome: Serra Dourada.

**SERRA PRETA**: Localização: Paraguaçu. Criação: 1º/12/1953. Município de Origem: Ipirá. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: serra [lt. *serra*, ae, ‘montanha] + preta [<lt. vg. *pretta*, ae < lt. cl. *pressa*, ae, ‘negra’]. Nome X história do local. No final do século XVII, os descendentes do primitivo sesmeiro arrendaram uma grande faixa de terra a famílias vindas de outros locais; uma delas fixou-se nas elevações da fazenda Queimada, onde montou engenho de açúcar, em torno do qual se desenvolveu a povoação, de início conhecida por Boa Vista, por servir de pouso de tropas vindas de Cachoeira com destino ao sertão. Posteriormente, com a edificação de uma capela consagrada a Nossa Senhora do Bom Conselho na povoação, ela passou a chamar-se Boa Vista do Bom Conselho. Em 1831, já com o atual nome, foi emancipado. Em 1873, o combate e a expulsão de indígenas aparentados aos Tupi do território da antiga aldeia de Camisão e adjacências por bandeirantes encorajou a penetração e o povoamento das terras do atual município. Em 1938, foi extinto e anexado a Ipirá, sendo posteriormente restaurado. Histórico dos nomes: Queimada (f. s. XVII) > Boa Vista > Boa Vista do Bom Conselho > Serra Preta (1831). **1827** – Nome: Boa Vista do Bom Conselho. Status político: povoado. Categoria Toponímica: animotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Boa Vista [< pt. boa (< lt. *bona*, ae, ‘boa’) + pt. vista (< lt. *vista*, ae, ‘vista’)] + do [= de + o] + Bom Conselho [< pt.: bom (< lt. *bonus*, i, ‘bom’) + conselho (< lt. *consilium* i, ‘conselho’)]. **1890 (Status político: município), 1940 (Status político: povoado), 1970** – Nome: Serra Preta.

**SERRINHA**: Localização: Nordeste. Criação: 13/06/1876. Município de Origem: Ipirá. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: derivação. Procedência Linguística: português. Étimo: serra [lt. *serra*, ae, ‘montanha] + -inh, ‘suf. deriv. dim.’ + -a, ‘vt’. Nome X história do local: Em 1716, deu-se a formação da fazenda Tamboatá, em cujas terras se desenvolveu uma povoação homônima, em torno de capela dedicada a Santana, transformada em freguesia de Santana de Serrinha por Lei Provincial de 1º/06/1838. Resolução Provincial de 13/06/1876 emancipou a localidade, cujo topônimo foi simplificado em 1891. Histórico dos Nomes: Tamboatá (1716) > Santana de Serrinha (1838) > Serrinha (1891). **1827** – Nome: Tamboatá. Status político: povoado. Categoria Toponímica: zootopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: Tupi-moderno. Étimo: *tamuatá*, forma simples, “espécie de peixe: *Cataphractus Callicythus*”. **1890** – Nome: Santana de Serrinha. Status político: município. Categoria Toponímica: hagiopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística:

**Étimo:** Santana [< santa (< It. *sancta*, ae, 'santa') + Ana (< It. *Ana*, ae < hb. *hannah*, 'graça')] + de + Serrinha [<serra (It. *serra*, ae, 'montanha) + -inh, 'suf. deriv. dim.' + -a, 'vt']. **1940, 1970** – **Nome:** Serrinha.

**SERROLÂNDIA:** **Localização:** Piemonte da Chapada. **Criação:** 24/02/1989. **Município de Origem:** Jacobina. **Categoria Toponímica:** poliotopônimo. **Processo Morfológico:** aglutinação. **Procedência Linguística:** luso-europeu. **Étimo:** serra [It. *serra*, ae, 'montanha] + lândia [< ingl. *land*, 'terra' + pt. -ia, 'suf. deriv.']. **Nome X história do local:** Em fins de 1929 surgiram algumas choupanas no local que mais tarde viria a denominar-se Serrote, povoado que, apesar da seca, continuou em ritmo de crescimento, sendo elevado a distrito em 1953 com denominação Serrolândia, conservada após a emancipação. **Histórico dos nomes:** Serrote (1929) > Serrolândia (1953). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – **Nome:** Serrote. **Status político:** povoado. **Categoria Toponímica:** geomorfotopônimo. **Processo Morfológico:** derivação. **Procedência Linguística:** português. **Étimo:** pt.: serra [It. *serra*, ae, 'montanha] + -ote, 'suf. deriv. dim.'; donde: 'serrinha'. **1970** – **Nome:** Serrolândia.

**SIMÕES FILHO:** **Localização:** RMS. **Criação:** 7/11/1961. **Município de Origem:** Salvador. **Categoria Toponímica:** antropotopônimo. **Processo Morfológico:** justaposição. **Procedência Linguística:** português. **Étimo:** Simões [< Simão (< hb. *shimon*, 'o ouvinte') + -s, 'suf. fl. pl.')] + Filho [< It. *filius*, i, 'filho']. **Nome X história do local.** Originalmente parte do Recôncavo Baiano, onde desde o século XVII se instalaram os engenhos produtores da cana-de-açúcar, o município foi criado com a emancipação do distrito soteropolitano de Água Comprida (existente desde o início do século XX) por força da Lei Estadual nº. 1538, de 7/11/1961, já com sua denominação atual, em homenagem ao fundador do jornal A Tarde, maior veículo de mídia impressa do Norte/Nordeste do país, o jornalista e político Ernesto Simões Filho. **Histórico dos nomes:** Água Comprida (in. s. XX) > Simões Filho (1961). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – **Nome:** Água Comprida. **Status político:** povoado. **Categoria Toponímica:** hidrotopônimo. **Processo Morfológico:** justaposição. **Procedência Linguística:** português. **Étimo:** água [< It. *aqua*, ae, 'água'] + comprida [< cumprir (< It. *complere*, 'cumprir') + d-, 'suf. PaPt' + -a, 'vt' ]. **1970** – **Nome:** Simões Filho.

**SÍTIO DO MATO:** **Localização:** Médio São Francisco. **Criação:** 24/02/1989. **Município de Origem:** Bom Jesus da Lapa. **Categoria Toponímica:** sociotopônimo. **Processo Morfológico:** justaposição. **Procedência Linguística:** português. **Étimo:** sítio [< ?] + do [= de + o] + mato [< It. *matta*, ae, 'mato']. **Nome X história do local:** Esta nomenclatura existe em virtude de ter surgido o município numa mata virgem às margens do rio São Francisco, onde seus primeiros habitantes montaram o



sítio Porto Feliz, topônimo trocado para o atual em 1953. Histórico dos nomes: Porto Feliz > Sítio do Mato (1953). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Porto Feliz. Status político: sítio. Categoria Toponímica: sociotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: porto [< lt. *portus*, *i*, ‘porto’] + feliz [lt. *felix*, *icis*, ‘feliz’]. **1970** – Nome: Sítio do Mato.

**SÍTIO DO QUINTO**: Localização: Nordeste. Criação: 13/06/1989. Município de Origem: Jeremoabo. Categoria Toponímica: ecotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: pt.: sítio [< ?] + do [= de + o] + Quinto [< lt. *quintus*, *i*, ‘quinto’]. Nome X história do local: Tudo começou com a fuga de Quinto, um escravo de uma senzala da região do Caritá, que foi se esconder num remoto local do município de Jeremoabo, vindo a criar um sítio. Com o tempo, sua pequena gleba prosperou e ele passou a vender seus produtos para pessoas que de lá voltavam falando de sua bonança, o que atraiu vizinhos para as terras contíguas, formando o povoado do Sítio (atual Sítio Velho, pertencente a Jeremoabo) que, crescendo, teve a sede transferida para outra localidade, tornando-se distrito com o nome de Guloso em 1892. Somente em 1989 foi emancipado, com o atual nome. Histórico dos Nomes: Sítio > Guloso (1892) > Sítio do Quinto (1989). **1827, 1890** – Nome: Sítio. Status político: povoado. Categoria Toponímica: sociotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: < ?. **1940, 1970** – Nome: Guloso. Status político: distrito. Categoria Toponímica: animotopônimo. Processo Morfológico: derivação. Procedência Linguística: português. Étimo: lt. *gulosus*, *i*, ‘guloso’.

**SOBRADINHO**: Localização: Submédio São Francisco. Criação: 24/02/1989. Município de Origem: Juazeiro. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: Sobradinho [= pt. sobrado (< lt. *superatus*, *i*, ‘sobrado, andar de uma construção acima do térreo’) + pt. -inh, ‘suf. deriv. dim.’ + pt. -o, ‘vt’]. Nome X história do local: Surgindo no século XVI como fazenda Tatuí (< Tp-ant. *tatu* “*tatu*”+ *y* “rio”; donde: “rio dos tatus”), por volta do século XVIII teve o nome alterado para Serrote da Aldeia, trocado, em fins do século XIX, para o atual, referente ao rio que corta o território do município. Histórico dos nomes: Tatuí (s. XVI) > Serrote da Aldeia (s. XVIII) > Sobradinho (f. s. XIX). **1827, 1890** – Nome: Serrote da Aldeia. Status político: povoado. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: pt. serrote [< pt. serra (lt. *serra*, *ae*, ‘montanha) + pt. -ote, ‘suf. deriv. dim.’; donde: ‘montanhinha’] + pt. da [= de + a] + pt. aldeia [< ar. *al-daya*, ‘aldeia’]. **1940, 1970** – Nome: Sobradinho. Status político: povoado.

**SOUTO SOARES:** Localização: Chapada Diamantina. Criação: 5/07/1962. Município de Origem: Seabra. Categoria Toponímica: antropotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Souto [< It. *saltus, us*, 'souto, bosque'] + Soares [< pt. arc. *soaires*, 'de soeiros, de costumes']. Nome X história do local: O povoamento do território iniciou-se na primeira metade do século XVII por garimpeiros à procura de ouro e pedras preciosas. As exigências da Coroa portuguesa vinculadas à mineração desiludiram muitos mineradores que abandonaram essa atividade para dedicar-se à agropecuária, surgindo, assim, várias fazendas que se transformaram em povoados, entre eles o que se tornaria a atual sede do município, cujo nome homenageia o Dr. João Souto Soares, médico militante na região. Histórico dos nomes: Desde seu surgimento, a localidade conserva o mesmo nome. **1827, 1890, 1940** (inexistente). **1970** – Nome: Souto Soares.

**TABOCAS DO BREJO VELHO:** Localização: Oeste. Criação: 23/04/1962. Município de Origem: Angical. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: pt. *tabocas* [< Tp.-ant. *ta'úoka*, 'taboca'] + pt. do [= de + o] + pt. *brejo* [< ?] + pt. *velho* [< It. vg. *\*veclus, i* < It. cl. *vetulus, i*, 'velho']. Nome X história do local: Região inicialmente habitada por índios Tupinikim, em fuga à colonização do litoral. No início do século XX, exploradores entraram no território em busca de metais preciosos e principalmente pelas excelentes terras agricultáveis e pastoreáveis. Algumas famílias acabaram se fixando na região, abrindo fazendas, entre elas a Brejo Velho (atual Brejolândia), núcleo inicial de colonização. Quando Brejo Velho já era distrito de Angical, surgiu ao redor dele o povoado de Mariquita, emancipado em 1962, quando assumiu o atual nome, em referência ao riacho Tabocas e ao antigo distrito do qual fez parte. Histórico dos nomes: Mariquita (espécie de ave – *Compothkypispitiayumi* (Vieil) – marica + -ita) > Tabocas do Brejo Velho (1962). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Mariquita. Status político: povoado. Categoria Toponímica: zootopônimo. Processo Morfológico: derivação. Procedência Linguística: português. Étimo: Marica [< Maria (< It. *Maria, ae* < < hb. *Maria* < sansc. *maryâh*, 'pureza, virtude, virgindade') + -ica, 'suf. deriv. dim.')] + ita, 'suf. deriv. dim.'. **1970** – Nome: Tabocas do Brejo Velho.

**TANHAÇU:** Localização: Serra Geral. Criação: 22/09/1961. Município de Origem: Ituaçu. Categoria Toponímica: zootopônimo. Processo Morfológico: aglutinação. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *tãí* 'dente' + *ûasu* 'grande'; donde: 'dente grande, dentão, nome Tupi da queixada ou porco-do-mato (*Tayassu peccari*)'. Nome X história local: Em 1720, adentrou a região uma bandeira chefiada por André da Rocha Pinto, que lá estabeleceu a agropecuária. A partir de 1890, intensificou-se o povoamento da região, resultando na formação de vários

povoados, entre eles o de Laços, alçado à condição de distrito em 1935. Em 1953, a transferência da sede distrital implicou na mudança do topônimo para Porcos, alterado para o atual quando da emancipação. Histórico dos nomes: Laços (1890) > Porcos (1953) > Tanhaçu (1961). **1827** (inexistente). **1890, 1940** – Nome: Laços. Status político: povoado. Categoria Toponímica: ergotopônimo. Processo Morfológico: sufixação flexional. Procedência Linguística: português. Étimo: pt. laço [< lt. vg. \*laceus, i < lt. cl. laqueus, l, 'laço'] + pt. -s, 'suf. pl.'. **1970** – Nome: Tanhaçu.

**TANQUE NOVO**: Localização: Chapada Diamantina. Criação: 25/02/1985. Município de Origem: Botuporã. Categoria Toponímica: ergotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: pt. tanque [<?] + pt. novo [< lt. novus, i, 'novo']. Nome X história do local: No final do século XIX, o viajante Bento Carneiro alojou-se na região próxima à atual sede de Tanque Novo, constituiu família e teve um filho, José Joaquim Carneiro. Católico, resolveu batizar o recém-nascido e, por isso, foi então Sincorá (atual Brumado) comprar vinho para a festa. Como nessa viagem demorou mais que o de costume e haveria uma missa nas proximidades, fato raro então, sua esposa resolveu batizar o garoto. Quando retornava, Bento Carneiro soube da notícia e, enfurecido, decidiu matar a esposa, o filho e quem os tivesse ajudado no tal batismo. Desconfiados, os parentes esconderam o garoto e sua mãe, que não foram encontrados por ele, que, então, seguiu para Minas Gerais, de onde nunca voltou. Depois disso, a vida da família voltou ao normal e o garoto cresceu, vindo a casar-se com Clemência Alves, com quem teve doze filhos. Em 1882, já adultos, dois deles, Prudenciano e Juvêncio, se instalaram entre a Lagoa Grande e as proximidades de Pé do Morro, construindo ranchos. Em 1883, ciente da invasão dessa área, sua dona, Eduarda Antônia da Silva, ultimou-lhes a compra ou a saída; eles optaram por adquirir a propriedade, dando-lhe o nome de fazenda Furado devido a um vasto campo de relva baixa que cobria uma grande vereda com árvores dos dois lados. Em 1904, Prudenciano construiu uma casa no lugar do antigo rancho, doou alguns lotes a parentes e vendeu alguns outros; com isso, em 1909, o local já era um vilarejo. Daí construíram a capela de Nossa Senhora da Conceição e Coração de Jesus, ampliada décadas depois. Em 1935, o capitão Joãozinho abriu um novo tanque de água, próximo a um antigo, dando origem ao atual nome do município, Tanque Novo, assumido quando de sua emancipação. Histórico dos nomes: Furado (1883) > Tanque Novo (1985). **1827** (inexistente). **1890** (Status político: fazenda), **1940, 1970** – Nome: Furado. Status político: povoado. Categoria Toponímica: morfotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: pt.: furado [< furar (< lt. forare, 'esburacar') + -d, 'suf. PaPt' + -o, 'vt']

**TANQUINHO:** Localização: Paraguaçu. Criação: 28/11/1952. Município de Origem: Feira de Santana. Categoria Toponímica: ergotopônimo. Processo Morfológico: derivação. Procedência Linguística: português. Étimo: pt. tanque (<?) + pt. -inh, 'suf. deriv. dim.' + pt. -o, 'vt'. Nome X história do local: No local chamado Tanque do Gonzaga, então integrante do município de Feira de Santana, no início do século XX, formou-se o povoado de Tanquinho, numa referência à existência de pequenos tanques e aguadas. Histórico dos nomes: Tanque do Gonzaga (in. x. XX) > Tanquinho. **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Tanquinho. Status político: povoado.

**TAPEROÁ:** Localização: Litoral Sul. Criação: 29/05/1847. Município de Origem: Nilo Peçanha. Categoria Toponímica: etnotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *tapera* 'ruína' (< *taba* 'aldeia' + *ûera* 'suf. IdPt2') + *ûara* 'morador'; donde: 'morador da ruína'. Nome X história do local: O município originou-se de uma aldeia indígena denominada São Miguel de Taperogúá, fundada em 1561 pelos jesuítas e transferida para a freguesia de Senhor do Bonfim de Nova Boipeba em 1838. Município criado em 1847 com o nome de Vila de Taperoá<sup>155</sup>. Histórico dos nomes: São Miguel de Taperogúá (1561) > Senhor do Bonfim de Nova Boipeba (1838) > Taperoá (1847). **1827** – Nome: São Miguel de Taperogúá. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hagiopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: luso-Tupi. Étimo: São Miguel [< *são* (< lt. *sanctus*, *i*, 'santo' + Miguel (< hb. Mikhael < *mikhayáh* 'quem é como' + *El*, 'Deus'; donde: 'quem é como Deus?'] + pt. de + pt. Taperogúá [< Tp. *tapera* 'ruína' (< *taba* 'aldeia' + *ûera* 'suf. IdPt2') + Tp. *ûara* 'morador'; donde: 'morador da ruína'] **1890, 1940, 1970** – Nome: Taperoá.

**TAPIRAMUTÁ:** Localização: Paraguaçu. Criação: 27/07/1962. Municípios de Origem: Morro do Chapéu e Mundo Novo. Categoria Toponímica: dirrematopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *tapira* 'anta' + *mutá* 'esperando'; donde: 'esperando a anta'. Nome X história local: Surgiu num sítio inicialmente habitado por índios Paiaíá e posteriormente ocupado por caçadores de antas, animais então abundantes na região e cuja carne era bastante apreciada na Vila de Ventura, agrupamento humano mais próximo àquela época. Por volta de 1901, o lugarejo recebeu o nome de Palha, por causa das cerca de quatro palhoças onde habitavam os referidos caçadores, liderados por Hilário Bispo dos Santos que, nesse mesmo

<sup>155</sup> Na edição do dia 25/02/1875 do Jornal da Bahia, lê-se: "No dia 10 corrente na fazenda Mutupiranga, da vila de Nova Boipeba, dos termos reunidos de Taperoá, Cairu e Santarém, foi gravemente ferido com um tiro de revólver abaixo do peito esquerdo Amâncio Possidônio. (*Jornal da Bahia*, 22(44):2.

ano, construiu a primeira casa de alvenaria e telha, a partir da qual outras foram surgindo. Inicialmente, a primeira capela também era coberta de palha, posteriormente substituída por uma outra, telhada, onde foi sepultada a primeira esposa de Hilário Bispo dos Santos. É dessa época o surgimento de um barracão ao redor do qual o povo começou a organizar uma feira-livre. Por volta de 1910, o povoado passou a chamar-se Espera d'Anta, nome com o qual se tornou distrito de Mundo Novo pelo Decreto Estadual nº. 9337, de 21/02/1935. Em 1926, o povoado foi invadido por um grupo de cangaceiros, as famílias refugiaram-se no mato, abandonando suas casas. Pouco depois, as famílias fundadoras (Fernandes de Souza, Bispo dos Santos, Virgulino, Venâncio, Vieira, Gomes, Almeida, Fogueteiro, Rosa, Queiroz, Nery), viram chegar à localidade os primeiros representantes de outras inúmeras famílias tradicionais tapiramutenses atuais, como João Américo de Oliveira (que construiu uma casa de alvenaria na praça que hoje leva seu nome e conseguiu junto ao prefeito de Mundo Novo a transferência do barracão da feira-livre para outro local), o casal Almerindo e Clarice Chaves (primeiros oficiais de cartório de registro público do distrito), Péricles Alves de Lima (cirurgião-dentista que durante muitos anos ajudou o crescimento da vila prestando serviços aos mais humildes) e Virgílio de Pinho Pedreira da Silva, que, de tanto lutar pelo desenvolvimento da localidade e por sua emancipação, acabou se tornando o primeiro prefeito do município, desmembrado dos territórios de Mundo Novo e Morro do Chapéu pela Lei estadual 1747, de 27/07/1962, com o atual nome. Histórico dos nomes: Palha (1901) > Espera d'Anta (1910) > Tapiramutá (1938). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Tapiramutá.

**TEIXEIRA DE FREITAS**: Localização: Extremo Sul. Criação: 09/05/1985. Municípios de Origem: Alcobaça e Caravelas. Categoria Toponímica: antropotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Teixeira [< teixeira (< teixo (< lt. *taxus*, *i*, 'teixo') + -eir, 'suf. deriv.' + -a, 'vt'] + de + Freitas [< lt. *fractas*, *tatis*, 'quebrada, brecha, abertura desfiladeiro']. Nome X história do local: No início do século XX, um grupo de lenhadores a procura de árvores nativas de onde pudessem extrair madeira de lei se estabeleceu num lugarejo denominado Perna Aberta, devido ao bifurcamento das estradas entre Alcobaça e Água Fria (atual Medeiros Neto) e entre o povoado e o porto de Santa Luzia (atual Nova Viçosa), formando o povoado de São José do Itanhém. Com o grande comércio de madeira de lei, desenvolveu-se bastante, provocando a imigração de comerciantes, agricultores e pecuaristas de outras regiões. Com a morte do ilustre estatístico baiano Mário Augusto Teixeira de Freitas (1890-1956), idealizador e organizador do Instituto Nacional de Estatística (atual Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE), o governo achou por bem prestar-lhe uma homenagem póstuma, tendo os chefes das agências do

órgão recebido ordens da direção central no sentido de propor junto aos prefeitos de cada município que fosse dado o nome de Teixeira de Freitas a um logradouro. Em 1957, em cumprimento a essas determinações, o então chefe das agências de estatísticas de Alcobaça, Miguel Geraldo Farias Pires, peticionou à Prefeitura e Câmara de Alcobaça no sentido de dar ao Povoado de São José de Itanhém o nome do homenageado, o que foi bem aceito. Histórico dos nomes: Perna Aberta (in. s. XX) > São José do Itanhém > Teixeira de Freitas (1957). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: São José do Itanhém. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: pt. São José [< pt. são (< lt. *sanctus*, *i*, ‘santo’) + pt. José (< lt. *Iosephus*, *i* < hb. *Yosef*, ‘aquele que acrescenta’)] + pt. do [de + o] + pt. Itanhém [< Tp.-ant. *ita*, ‘pedra’ + *nhá-ê*, ‘bacia, prato’; donde: ‘bacia ou prato de pedra’] **1970** – Nome: Teixeira de Freitas. Status político: povoado.

**TEODORO SAMPAIO**: Localização: Paraguaçu. Criação: 20/10/1961. Município de Origem: Santo Amaro. Categoria Toponímica: antropotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Teodoro [< *théos*, ‘deus’ + *dôron*, ‘dádiva’; donde: ‘dádiva divina’] + Sampaio [< São Payo (< gal. *Pelayo* < lt. *pelagius*, *i*, ‘marítimo’)]. Nome X história do local: O povoamento do território deste município iniciou-se na metade do século XVII por portugueses que ali instalaram engenhos de cana-de-açúcar. Em 1718, na fazenda Catuiçara, construiu-se a capela de Nossa Senhora da Ajuda do Bom Jardim, elevada à freguesia com a denominação de Bom Jardim, tendo em volta dela se formado o povoado com o nome de Catuiçara. Em função da agropecuária, o arraial se desenvolveu e em 1850 foi construída a primeira usina de açúcar do nordeste. A decadência da cana-de-açúcar no Recôncavo motivou a introdução da cultura do cacau híbrido e da criação de gado leiteiro na povoação, emancipada em 1961, com o nome de Teodoro Sampaio, em homenagem ao engenheiro, geólogo, geógrafo, cartógrafo, orador, historiógrafo e toponimista homônimo. Histórico dos nomes: Catuiçara (m. s. XVII) > Teodoro Sampaio (1961). **1827, 1890, 1940** – Nome: Catuiçara. Status político: povoado. Categoria Toponímica. Processo Morfológico. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *katu* ‘bom’ + *y* ‘rio’ + *-çara* ‘suf. IdPr’; donde: ‘o rio que é bom’. **1970** – Nome: Teodoro Sampaio.

**TEOFILÂNDIA**: Localização: Nordeste. Criação: 24/04/1962. Município de Origem: Serrinha. Categoria Toponímica: poliotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: luso-europeu. Étimo: Teófilo [] + lândia [< ingl. *land*, ‘terra’ + pt. -ia, suf. deriv.]. Nome X história do local: Área originalmente habitada por índios Biringa. Em 1830, a fertilidade do solo e a facilidade de encontrar água atraíram João Manuel da Silva, que estabeleceu a fazenda Pedras. As mesmas condições atraíram outros povoadores, que formaram o

povoado de Pedras, elevado a distrito em 1953, com o nome de Itapiru, trocado para Teofilândia em 1962. Histórico dos Nomes: Pedras (1830) > Itapiru (1953) > Teofilândia (1962). **1827** (inexistente). **1890, 1940** – Nome: Pedras. Status político: povoado. Categoria Toponímica: mineratopônimo. Processo Morfológico: sufixação. Procedência Linguística: português. Étimo: pedra [lt. *petra, ae*, ‘pedra’] + -s, ‘suf. fl. pl’. **1970** – Nome: Teofilândia.

**TEOLÂNDIA**: Localização: Litoral Sul. Criação: 23.04.1962. Município de Origem: Taperoá. Categoria Toponímica: poliotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: hibridismo europeu. Étimo: gr. *teo* ‘deus’ + pt. -lândia (<ingl. *land* ‘terra’); donde: ‘terra de Deus’. Nome X história do local: O desbravamento do território do município teve início por volta de 1940 com a construção da Rodovia Santo Antônio de Jesus-Gandú. Concluída a estrada, várias famílias se estabeleceram à margem do Rio Preto, formando um povoado homônimo, que se desenvolveu em função do comércio e da agropecuária. Município criado com território do distrito de Burieta (Tp.-ant. *murisi* ‘murici’ + etá ‘muito’; donde: ‘muitos muricis, muricizal’), desmembrado do município de Taperoá com a denominação de Teolândia. Histórico dos nomes: Rio Preto (1940) > Burieta (1953) > Teolândia (1962). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Rio Preto. Status político: povoado. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: pt. rio [< lt. *riuus, i*, ‘curso d’água’] + pt. preto [lt. vg. *\*prettus, i* < lt. cl. *pressus, i*, ‘negro’]. **1970** – Nome: Teolândia.

**TERRA NOVA**: Localização: Paraguaçu. Criação: 20/10/1961. Município de Origem: Santo Amaro. Categoria Toponímica: litotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: lt. *terra, ae*, ‘terra’ + lt. *nova, ae*, ‘nova’; donde: ‘terra nova’. Nome X história do local: Surgiu no século XIX em terras da fazenda Terra Nova, situada à margem direita do rio Pojuca. Em 1889, o Barão de Bom Jardim, iniciou a instalação de uma usina de açúcar, inaugurada em 1902; a partir daí desenvolveu-se um povoado que em 1954 era distrito do município de Santo Amaro com a denominação de Terra Boa, alterada para a original em 1961. Histórico dos nomes: Terra Nova (s. XIX) > Terra Boa (1954) > Terra Nova (1961). **1827, 1890, 1940 (Status político: povoado), 1970** – Nome: Terra Nova.

**TREMENDAL**: Localização: Sudoeste. Criação: 5/11/1953. Município de Origem: Condeúba. Categoria Toponímica: animotopônimo. Processo Morfológico: derivação. Procedência Linguística: português. Étimo: tremendo [< lt. *tremendus, i*, ‘que faz tremer’] + -al, ‘suf. deriv.’. Nome X história do local: Sua origem está no povoamento da fazenda Brejo, de propriedade de Joaquim Gonçalves, que em

1885, aí se estabeleceu com a família e agregados, vindos do município de Areia (atual Ubaíra). A partir de 1895, outras famílias se juntaram às primeiras em virtude da fertilidade da região, transformando o lugarejo num povoado. Devido ao espírito empreendedor da família Ferraz, a localidade passou a ser conhecida por Tremedal dos Ferraz. Em 1922, foi elevado a distrito com a denominação de Bom Jesus do Tremedal, nome simplificado para o atual pelo Decreto-Lei Estadual nº. 10724, de 30/03/1938. Emancipado pela Lei Estadual nº. 559, de 5/11/1953. Histórico dos nomes: Brejo (1885) > Tremedal dos Ferraz (1895) > Bom Jesus do Tremedal (1922) > Tremedal (1938). **1827** (inexistente). **1890** – Nome: Brejo. Status político: fazenda. Categoria Toponímica: hidrototopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: < ?. **1940 (Status político: distrito), 1970** – Nome: Tremedal.

**TUCANO**: Localização: Nordeste. Criação: 21/02/1837. Município de Origem: Itapicuru. Categoria Toponímica: zootopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *ty*, ‘bico’, + *kã*, ‘exagerado’; donde: ‘bico exagerado’. Nome X história do local: No século XVI, o território era habitado por índios Tucano. No local, em 1754, foi construída a capela de Santana e Santo Antônio do Tucano. O desenvolvimento econômico e a atração de novas levas migratórias levou à emancipação em 21/03/1837 com o nome de Imperial Vila do Tucano<sup>156</sup>. Em 1931, o município foi extinto e anexado a Cipó, sendo restaurado em 27/05/1933 com o mesmo nome. Histórico dos Nomes: Desde o seu surgimento, conserva o mesmo nome. **1827, 1890, 1940, 1970** – Nome: Tucano.

**UAUÁ**: Localização: Nordeste. Criação: 9/07/1926. Município de Origem: Monte Santo. Categoria Toponímica: zootopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *uauá*, ‘vagalume’. Nome X história do local: No século XVIII, quando seu território já pertencia à Casa da Torre, o pecuarista português Guilherme Costa criou a fazenda Uauá, nome esse devido à enorme quantidade de pirilampos lá existentes. Em 1896, a povoação foi quase destruída pela Guerra de Canudos. Em 1905, é elevada a distrito. Em 9/07/1926, emancipa-se graças, sobretudo, à ação política do Coronel João Sá. Em 1931, é extinto e anexado a Monte Santo, sendo restaurado por Decreto Estadual de 19/09/1933. Histórico dos Nomes: Desde o seu surgimento, a localidade tem o mesmo nome. **1827, 1890, 1940, 1970** – Nome: Uauá.

**UBAÍRA**: Localização: Recôncavo Sul. Criação: 9/05/1833. Município de Origem: Valença. Categoria Toponímica: sociotopônimo. Processo Morfológico:

<sup>156</sup> Na edição do dia 08/04/1875 do Jornal da Bahia, lê-se: “A varíola assolou o termo do *Tucano*, por não ser a população vacinada”. (*Jornal da Bahia*, 22(78):2.



aglutinação. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *ybá* ‘madeira, p/ ext., flecha’ + *îara* ‘senhor’; donde: ‘senhor da flecha, flecheiro’. Nome X história do local: As primeiras notícias informam a existência do arraial de Santo Antônio do Catanhede, à margem do rio Jiquiriçá, cujos povoadores eram atormentados por constantes ataques dos índios. Depois, devido à seca, os moradores se instalaram na sede da fazenda Areia, onde se dedicaram à lavoura e construíram propriedades chamadas Areia de Baixo e Areia de Cima, origem da sede de Ubaíra. Município criado com o nome de Vila de Jiquiriçá e território desmembrado do município de Valença, por Resolução Provincial de 09/05/1833. Sem alteração de nome, o município teve a sede transferida para a povoação de Areia, em 1868, nome sucessivamente trocado para São Vicente Ferrer d’Areia (1876), Areia (1891) e, finalmente, Ubaíra (1943). Histórico dos Nomes: Santo Antonio do Catanhede > Areia > Jiquiriçá (1833) > Areia (1868) > São Vicente Ferrer de Areia (1876) > Areia (1891) > Ubaíra (1943). **1827** (inexistente). **1890** – Nome: São Vicente Ferrer de Areia. Status político: município. Categoria Toponímica: hagiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: são [lt. *sanctus*, *i*, ‘santo’] + Vicente Ferrer [Vicente (< lt. *vincente*, ‘abl. do PaPr. de *vincere*, vencer’; donde: ‘o vencedor’) + Ferrer (< cat. *ferrer*, ‘ferreiro’)] + da [= de + a] + areia [<lt. *arena*, *ae*, ‘areia’]. **1940** – Nome: Areia. Status político: município. Categoria Toponímica: litotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: lt. *arena*, *ae*, ‘areia’. **1970** – Nome: Ubaíra.

**UBAITABA**: Localização: Litoral Sul. Criação: 27/07/1933. Município de Origem: Itacaré. Categoria Toponímica: poliotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *ybá* ‘madeira, p/ ext., canoa ou flecha’ + *y* ‘rio’ + *taba* ‘aldeia’; donde: ‘aldeia do rio das canoas (ou das flechas)’. Nome X história do local: Uma estrada vicinal para condução de gado provocou a criação de áreas de pouso, um dos quais recebeu o nome de Funis, posteriormente, Faisqueira e, em 1915, Tabocas. Seu rápido crescimento proporcionou-lhe a elevação a distrito do município de Barra do Rio de Contas (atual Itacaré) com o nome de Itapira em 1915. Município criado com a transferência da sede de Barra do Rio de Contas para Itapira em 1931. Porém, Decreto Estadual do mesmo ano restaurou a sede do município na Barra do Rio de Contas, retomando Itapira à condição de distrito. Sua recriação como município ocorreu em 1933 e em 1943 alterou-se-lhe o topônimo para Ubaitaba. Histórico dos nomes: Funis (m. s. XIX) > Faisqueira (1873) > Tabocas (1915) > Itapira (1915) > Ubaitaba (1943). **1827** (inexistente). **1890** – Nome: Faisqueira. Status político: arraial. Categoria Toponímica: estemato-topônimo. Processo Morfológico: aglutinação. Procedência Linguística: português. Étimo: pt.: faísca [< lt. *favilla*, *ae*, ‘cinza quente’] + -eir, ‘suf. deriv.’ + -a, ‘vt’. **1940** – Nome: Itapira. Status político: município. Categoria

Toponímica: mineratotopônimo. Processo Morfológico: aglutinação. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *itá* 'pedra'+ *apira* 'empinada'; donde: 'pedra empinada'. **1970** – Nome: Ubaitaba.

**UBATÃ**: Localização: Litoral Sul. Criação: 12/12/1952. Município de Origem: Ipiaú. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *ybá* 'madeira' + *tã* 'duro, rígido'; donde: 'madeira dura, madeira-de-lei'. Nome X história do local: O povoamento da sede deste município teve início em 1909, quando foi fundada a povoação de Dois Irmãos, em território do distrito de Orojó, município de Camamú. Em 1932, a povoação foi anexada ao município de Maraú, tendo a denominação alterada para São Sebastião. Em 1933, retornou à jurisdição de Camamú. Ainda nesse ano, passou a distrito, sendo incorporado ao município de Rio Novo (atual Ipiaú). Posteriormente, teve o nome alterado para Doutor Alfredo Martins e, finalmente, Ubatã, em 1943, topônimo conservado após a emancipação em 12/12/1952. Histórico dos nomes: Dois Irmãos (1909) > São Sebastião (1932) > Doutor Alfredo Martins > Ubatã (1943). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Doutor Alfredo Martins. Status político: distrito. Categoria Toponímica: axiotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Doutor [< It. *doctor, is*, 'doutor'] + Alfredo [< germ. *Alverad* < *alp, alf*, 'elfo, gênio' + *rat*, 'conselho'; donde: p/ ext. 'conselheiro engenhoso'] + Martins [< pt. Martim (< Marte (< It. *Mars, rtis*, 'Marte') + -im, 'suf. deriv. dim.') + -s, 'suf. fl. pl.']. **1970** – Nome: Ubatã.

**UIBAÍ**: Localização: Irecê. Criação: 22/09/1961. Município de Origem: Central. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *yba* 'madeira, p/ ext., canoa ou flecha' + *y*, 'rio'; donde: 'rio da flecha'. Nome X história local: Em 1844, Venceslau Gonçalves Machado adquiriu a fazenda Canabrava, em cujas terras se formou povoado homônimo, elevado a vila de Canabrava do Gonçalves, em 1850. Em 1936, assume o atual nome, conservado após a emancipação. Histórico dos nomes: Canabrava (1844) > Canabrava do Gonçalves (1850) > Uibaí (1936). **1827** (inexistente). **1890** – Nome: Canabrava. Status político: fazenda. Categoria Toponímica. Processo Morfológico. Procedência Linguística. Étimo: cana [< It. *canna, ae*, 'junco'] + brava [< It. *barbara, ae*, 'estrangeira']. **1940 (Status político: povoado), 1970** – Nome: Uibaí.

**UMBURANAS**: Localização: Piemonte da Chapada Diamantina. Criação: 30/07/1962. Município de Origem: Campo Formoso. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: sufixação. Procedência Linguística: português. Étimo: umburana [< Tp.-ant. imbu, 'umbu' + rana, 'semelhante'; donde:

‘semelhate ao umbu, nome de planta burseácea (*Bursera leptophleos*), própria da região’] + -s, ‘suf. fl. pl.’. Nome X história do local: Sobre este município, não se encontrou qualquer informação anterior a 1953, ano em que, com o nome de Delfino, figura entre os distritos de Macarani, de onde se desmembra em 1962, assumindo o atual topônimo. Contudo, como – salvo as plajenadas – nenhuma localidade já surge com o status de distrito, admite-se a década de 1940 como a do início de sua história. Histórico dos nomes: Delfino (1953) > Umburanas (1962). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Delfino. Status político: povoado. Categoria Toponímica: zootopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: It. *delphis, inis*, ‘defim, golfinho’. **1970** – Nome: Umburanas.

**UNA**: Localização: Litoral Sul. Criação: 12/08/1929. Município de Origem: Olivença. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: *una*, ‘preto’. Nome X história do local: No ano de 1770, dona Clementina Henriqueta e seus familiares ocuparam o território do município, formando dentro das terras da fazenda São José a povoação de Una que, algum tempo depois, foi destruída pelo mar. Seus habitantes construíram a uma certa distância, uma nova povoação, guardando a mesma denominação. Em 1860, foi elevada à condição de freguesia e distrito com o nome de Santo Antônio da Barra de Una. Em 1890, emancipou-se de Olivença em 1890 com a denominação de Una. Em 1923, foi suprimido e anexado como distrito a Canavieiras, porém com sede na localidade de Cachoeirinha. Sua definitiva restauração deu-se em 1929, com a denominação de Una, em referência ao rio que banha o município. Histórico dos nomes: São José (1770) > Una (1770) > Santo Antônio da Barra do Una (1860) > Una (1890) > Cachoeirinha (1923) > Una (1929). **1827, 1890, 1940, 1970** – Nome: Una.

**URANDI**: Localização: Serra Geral. Criação: 8/07/1889. Município de Origem: Caetité. Categoria Toponímica: cootopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: Tupi-médio. Étimo: *ûirá* ‘madeira’ + *undi* ‘semelhante ao negro’; donde: ‘madeira quase negra’. Nome X história local: A atual sede do município foi fundada entre os rios Cachoeira e Raiz, na fazenda Santa Rita, propriedade do cidadão português Antônio Fernandes Baleeiro, que ali residia com seu irmão, José Fernandes Baleeiro e alguns escravos por volta de 1812, data em que se construiu uma capela sob a invocação de Santo Antônio. A partir de doação de uma área de aproximadamente 10 hectares para a edificação de casas, surgiram de logo as primeiras construções nesse lugar, que passou a ser chamado de Duas Barras por se encontrar próximo às barras dos citados rios. Vários fatores concorreram para o desenvolvimento da nova povoação: a abundância de água, a enorme extensão de mata virgem e área devoluta, a

facilidade de escoamento dos produtos agrícolas. Elevado a distrito, teve a sua sede mudada para Gentio, (povoação fundada pelos jesuítas e elevada a freguesia com o nome de Nossa Senhora do Rosário do Gentio), pela Resolução Provincial nº. 373, de 10/11/1849. Pela Lei Provincial nº. 1732, de 2/05/1877, passou a chamar-se Santa Rita das Duas Barras, designação alterada para Santo Antônio de Duas Barras pela Resolução Provincial nº. 1962, de 10/06/1880. Todavia, a Lei Provincial nº. 1800, de 6/07/1877, transferiu a sede distrital para a povoação de São Sebastião do Amparo das Umburanas (antigo aldeamento indígena) que, por força da Lei Provincial nº. 2661, de 8/07/1889, foi emancipado com o nome de vila bela das Umburanas. Contudo, em virtude de não ter sido instalado até a queda da monarquia, um Ato Estadual de 8/07/1890 o reinstalou com o mesmo topônimo. Por força da Lei Estadual nº. 1276, de 10/08/1918, a sede do município foi transferida para a povoação de Duas Barras, elevada a vila com o nome de Urandi<sup>157</sup> em referência ao rio que banha a cidade. Histórico dos nomes: Santa Rita > Duas Barras (1812) > Gentio (1849) > Santa Rita das Duas Barras (1877) > Santo Antônio de Duas Barras (1880) > Umburanas (1889) > Duas Barras (1918) > Urandi (1918). **1827** – Nome: Duas Barras. Status político: povoado. Categoria Toponímica: numerotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: pt. duas [< lt. *duae*, ‘duas’] + pt. barras [< barra (lt. vg. \**barra*, *ae* < gaul. *barrum* ‘barro, lodo’) + -s ‘suf. pl.’]. **1890** – Nome: Umburanas. Status político: município. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: sufixação flexional. Procedência Linguística: português. Étimo: pt.: umburana [< Tp.-ant. *umbu* ‘umbu’ + *rana* ‘semelhante a’; donde: ‘semelhante ao umbu, nome de planta bursécea (*Bursera leptophleas*) comum na região. **1940, 1970** – Nome: Urandi.

**URUÇUCA**: Localização: Litoral Sul. Criação: 12/08/1929. Município de Origem: Ilhéus. Categoria Toponímica: zootopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: Tupi-médio. Étimo: alteração fonética da forma simples *eiruçuca*, ‘espécie de abelha (*Melípona quaripuncata*; *Ihering*)’. Nome X história do local: Em 1906, o município teve origem na povoação de Água Preta do Mucambo por serem de coloração escura as águas do rio que banha a localidade. O povoado foi elevado a distrito em 10/08/1922 com o nome de Água Preta. Em 12/08/1929, por força da Lei Estadual nº. 2212, foi emancipado, sendo extinto no ano seguinte e reanexado a Ilhéus. Em 31/12/1943, passou a chamar-se Uruçuca, nome com o qual foi restabelecido pela Lei Estadual nº. 516, de 12/12/1952. Histórico dos nomes: Água Preta do Mocambo (1906) > Água Preta (1922) > Uruçuca (1943). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Água Preta. Status político: distrito. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico:

<sup>157</sup> Na língua comum, *urandi* designa uma espécie de planta nativa, a *Callophylum brasiliense*.

justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: pt.: água [< lt. *aqua*, ae, 'água'] + preta [< lt. vg. *pretta*, ae, < lt. cl. *pressa*, ae, 'negra']. **1970** – Nome: Uruçuca.

**UTINGA**: Localização: Chapada Diamantina. Criação: 27/04/1953. Município de Origem: Morro do Chapéu. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: y 'rio' + *tinga* 'branco'; donde: 'rio branco'. Nome X história do local: Quando os jesuítas se internaram pelos sertões baianos e exploraram as matas do Sincorá, nas cabeceiras do rio Paraguaçu, descobriram em 1551 as nascentes do rio Utinga, zona fertilíssima. Daí resultou o povoamento da região e o aparecimento de fazendas de criação. Com a descoberta das minas em Lençóis e Estiva, o local passou a servir de pouso aos viajantes que demandavam às lavras diamantinas, formando-se o povoado de Palhas, que vindo posteriormente a servir de reduto a malfetores, obrigou o Governo a intervir, incendiando-o. A reconstrução não tardou, nascendo, então, o arraial de Bela Vista de Utinga, registrado como Utinga em 1875<sup>158</sup>. Elevado a vila em 1917, teve o topônimo alterado para Bela Vista em 1938 e, em 1943, restaurado para Utinga. Histórico dos nomes: Palhas (s. XVIII) > Bela Vista de Utinga (s. XIX) > Utinga (1875) > Bela Vista (1938) > Utinga (1943). **1827** – Nome: Bela Vista de Utinga. Status político: povoado. Categoria Toponímica: animotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Bela Vista [pt. bela (< lt. *bella*, ae, 'bela') + pt. vista (< lt. *vista*, ae, 'vista')] + do [= de + o] + Utinga [< Tp.-ant. y 'rio' + *tinga* 'branco'; donde: 'rio branco']. **1890** – Nome: Utinga. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-antigo. Étimo: < Tp.-ant. y 'rio' + *tinga* 'branco'; donde: 'rio branco'. **1940** – Nome: Bela Vista. Status político: povoado. Categoria Toponímica: animotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: pt. bela [< lt. *bella*, ae, 'bela'] + vista [< lt. *vista*, ae, 'vista']. **1970** – Nome: Utinga.

**VALENÇA**: Localização: Litoral Sul. Criação: 23/01/1799. Município de Origem: Cairu. Categoria Toponímica: animotopônimo. Processo Morfológico: derivação. Procedência Linguística: português. Étimo: pt. valer [< lt. *valere*, 'valer'] + -)ncia, 'suf. deriv.'. Nome X história do local: Por ocasião do Descobrimento do Brasil, a região era habitada por índios Tupinikim. Quando da divisão do Brasil em Capitânicas Hereditárias, a área passou a integrar a de São Jorge dos Ilhéus.

<sup>158</sup> Na edição de 20/03/1875 do Jornal da Bahia, consta: "No dia 27 de fevereiro próximo passado, no lugar denominado *Utinga*, do termo da cidade dos Lençóis, foram barbaramente assassinados, a golpes de facão, por Izidro Pinto Marques, Balbina Maria da Conceição e um filho desta". (*Jornal da Bahia*, 22(64):2, Notícias Diversas).

Município criado em 1799 com o nome de Vila de Nova Valença do Santíssimo Coração de Jesus, reduzido para Valença em 1849. Histórico dos nomes: Nova Valença do Santíssimo Coração de Jesus (1799) > Valença (1849). **1827** – Nome: Nova Valença do Santíssimo Coração de Jesus. Status político: município. Categoria Toponímica: cronotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Nova [< lt. *nova*, ae, ‘nova’] + Valença [valer (< lt. *valere*, ‘valer’) + -ncia, ‘suf. deriv.’] + do [= de + o] + Santíssimo Coração de Jesus [< pt. santíssimo (< lt. *sanctissimus*, *i*, ‘santíssimo’) + Coração (< lt. vg. *coratione* < lt. cl. *cor*, *cordis*, ‘coração’) + de + Jesus (< lt. *iesus*, *ui*, ‘Jesus’)]. **1890, 1940, 1970** – Nome: Valença.

**VALENTE**: Localização: Nordeste. Criação: 12/08/1958. Município de Origem: Conceição do Coité. Categoria Toponímica: animotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: valente [< lt. *valens*, *ntis*, ‘corajoso’]. Nome X história do local: Por volta de 1800, tropeiros e boiadeiros que faziam pouso para dar de beber aos animais próximo a uma fonte d’água de leite lajeado, semelhante a um caldeirão, iniciaram um pequeno arraial chamado Caldeirão do Boi Valente dada à dificuldade de se domar um touro desgarrado e morto dentro do caldeirão. Com o passar dos anos, foi elevado a distrito. Em 1958, emancipou-se, assumindo o atual nome. Histórico dos nomes: Caldeirão do Boi Valente (1800) > Valente (1958). **1827, 1890 (Status político: povoado), 1940** – Nome: Caldeirão do Boi Valente. Status político: povoado. Categoria Toponímica: ergotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Caldeirão [< caldeira (< lt. *caldaria*, ae, ‘caldeira’) + -ão, ‘suf. deriv. aum.’] + do [= de + o] + Boi [*bos*, *vis*, ‘boi’] + Valente [< lt. *valens*, *ntis*, ‘corajoso’]. **1970** – Nome: Valente.

**VÁRZEA DA ROÇA**: Localização: Paraguaçu. Criação: 20/02/1985. Município de Origem: Mairi. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: várzea [< ?] + da [= de + a] + roça [< deriv. regr. roçar (< lt. *ruptiare*, ‘romper’)]. Nome X história do local: Sobre este município, não se encontrou qualquer informação anterior a 1953, quando, já com o atual nome, figura entre os distritos de Mairi. Contudo, como – salvo as plajenadas – nenhuma localidade já surge com o status de distrito, admite-se a década de 1940 como a do início de sua história. Histórico dos nomes: Desde o seu surgimento, conserva o mesmo nome. **1827, 1890, 1940** (inexistente). **1970 (Status político)** – Nome: Várzea da Roça.

**VÁRZEA DO POÇO**: Localização: Piemonte da Chapada Diamantina. Criação: 25/02/1985. Município de Origem: Miguel Calmon. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística:

português. Étimo: várzea [< ?] + do [= de + o] + poço [< lt. *puteus*, *i*, 'poço']. Nome X história do local: A localidade surgiu em 1882 com o nome de Campo Alegre. Em 1953, foi transformada em distrito e, em 1954, ganhou a a atual denominação. Histórico dos nomes: Campo Alegre (1882) > Várzea do Poço (1954). **1827** (inexistente). **1890, 1940** – Nome: Campo Alegre. Status político: povoado. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: pt.: campo [< lt. *campus*, *i*, 'campo'] + alegre [< lt. vg *\*alicer*, *-ecris* < lt. cl. *alacer*, *cris*, 'vivo, animado']. **1970** – Nome: Várzea do Poço.

**VÁRZEA NOVA**: Localização: Piemonte da Chapada Daimantina. Criação: 13/06/1989. Município de Origem: Jacobina. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: várzea [< ?] + nova [lt. *nova*, *ae*, 'nova'] Nome X história do local: Surge após 1915, em torno de uma fazenda denominada Várzea. Para diferenciar-se de outros povoados na região com o topônimo iniciado por Várzea, adotou o nome de Várzea Nova. Em 1953, figura entre os distritos de Jacobina, da qual se emancipa em 1989. Histórico dos nomes: Desde seu surgimento, conserva o mesmo nome. **1827, 1890** (inexistente). **1940** (Status político: povoado), **1970** (Status político: distrito) – Várzea Nova.

**VARZEDO**: Localização: Recôncavo Baiano. Criação: 13/06/1989. Municípios de Origem: Santo Antônio de Jesus e Castro Alves. Categoria Toponímica: geomorfotopônimo. Processo Morfológico: derivação. Procedência Linguística: português. Étimo: várzea [< ?] + -ed, 'suf. deriv. dim.', + -o, 'vt'. Nome X história do local: No início da década de 1940, em terras da fazenda Varzedo, surge um pequeno arraial que, em 1953, figura entre os distritos de Santo Antônio de Jesus, do qual se emancipa – junto com parte do território de Castro Alves –, por força da Lei Estadual nº. 5002, de 13/06/1989. Histórico dos nomes: Desde o seu surgimento, conserva o mesmo nome. **1827, 1890** (inexistente). **1940** (Status político: arraial), **1970** (Status político: distrito) – Nome: Varzedo.

**VERA CRUZ**: Localização: RMS. Criação: 30/07/1962. Município de Origem: Salvador e Itaparica. Categoria Toponímica: hierotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: vera (< lt. *vera*, *ae*, 'verdadeira') + cruz (< lt. *crux*, *cis*, 'cruz'). Nome X história do local: Em 1875, figura como freguesia do termo de Itaparica com o nome de Senhor da Santa Vera Cruz<sup>159</sup>. Em 1938, como povoado, tem o nome de Duro, alterado para Mar Grande

<sup>159</sup> Na edição do Jornal da Bahia de 4/03/1875, consta: "Tiveram as duas leituras quatro projetos, criando escolas primárias para o sexo feminino (...) no arraial do Baiacu, da freguesia do Senhor

– como, aliás, ainda hoje é conhecida a sede municipal –, novamente trocado para Vera Cruz quando da emancipação. Histórico dos nomes: Senhor da Santa Vera Cruz (1875) > Duro > Mar Grande (1938) > Vera Cruz (1962). **1827, 1890** – Nome: Senhor da Santa Vera Cruz. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hierotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Senhor [< lt. *senior, is*, ‘senhor’] + da [= de + a] + Santa [< lt. *sancta, ae*, ‘santa’] + Vera Cruz [vera (< lt. *vera, ae*, ‘verdadeira’) + cruz (< lt. *crux, cis*, ‘cruz’)]. **1940** – Nome: Mar Grande. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: pt. mar (< lt. *mar, is*, ‘mar’) + pt. grande (< lt. *grans, ndis*, ‘grande’). **1970** – Nome: Vera Cruz.

**VEREDA**: Localização: Extremo Sul. Criação: 24/02/1989. Município de Origem: Prado. Categoria Toponímica: corotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: vereda [< lt. vg. *vereda, ae* < lt. cl. *veredus, i*, ‘cavalo em posta’]. Nome X história do local: Habitada inicialmente pelos indígenas aimorés, teve por longo período uma pequena povoação de colonização branca, denominada São Sebastião de Vereda. Situada às margens do rio Jucuruçu, manteve-se estagnada até meados do século XX, quando a atividade madeireira proporcionou um rápido desenvolvimento. Ganhou o atual nome quando de sua emancipação. Histórico dos nomes: São Sebastião de Vereda > Vereda (1989). **1827, 1890** (inexistente). **1940, 1970** – Nome: São Sebastião de Vereda. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hagiopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: pt.: São Sebastião [= são [lt. *sanctus, i*, ‘santo’] + Sebastião [< lt. *Sebastianus, i* < gr. *Sebastianós* < *sebastós*, ‘sagrado’] + da [= de + a] + vereda [< lt. vg. *vereda, ae* < lt. cl. *veredus, i*, ‘cavalo em posta’].

**VITÓRIA DA CONQUISTA**: Localização: Sudoeste. Criação: 19/05/1840. Município de Origem: caetitê Categoria Toponímica: animotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: Vitória [< lt. *victoria, ae*, ‘êxito, bom sucesso, vitória’] + da [= de + a] + conquista [< deriv. regr. conquistar (< lt. vg. *conquistare* < lt. cl. *conquirere*, ‘conquistar’)]. Nome X história do local: Território originalmente habitado por índios Mongoyó ou Kamakã, Aimoré e em menor escala, por Pataxó, cujos aldeamentos se espalhavam por uma extensa faixa conhecida como Sertão da Ressaca, que vai das margens do alto rio Pardo até o médio rio das Contas. Em 1783, João Gonçalves da Costa, sertanista português a serviço de D. José I, rei de Portugal, para tomar aos índios essas

---

da Santa Vera Cruz, do termo de *Itaparica*” (*Jornal da Bahia*, 22(50):2, 4/03/1875, col.1, Notícias diversas).



terras, fundou o arraial da Conquista; sua origem, portanto, está relacionada à busca de ouro, à atividade pecuária e ao interesse da coroa portuguesa em criar um aglomerado urbano entre a região litorânea e o sertão. Através da Lei Provincial n.º 124, de 19/05/1840, o foi emancipado como Imperial Vila da Vitória, denominação alterada por Ato Estadual de 01/07/1891 para Conquista. Finalmente, a Decreto-Lei Estadual n.º. 141, de 31/12/1943, deu ao município o topônimo atual. Histórico dos nomes: Conquista (1783) > Vitória (1840) > Conquista (1891) > Vitória da Conquista (1943). **1827** – Nome: Conquista. Status político: povoado. Categoria Toponímica: historiotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: pt.: conquista [< deriv. regr. conquistar (< lt. vg. *conquistare* < lt. cl. *conquirere*, ‘conquistar’)]. **1890** – Nome: Vitória. Status político: município. Categoria Toponímica: animotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: pt.: vitória [< lt. *victoria*, ae, ‘vitória’]. **1940** – Nome: Conquista. Status político: município. Categoria Toponímica: animotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: pt.: conquista [< deriv. regr. conquistar (< lt. vg. *conquistare* < lt. cl. *conquirere*)] **1970** – Nome: Vitória da Conquista.

**WAGNER**: Localização: Chapada Diamantina. Criação: 21/08/1915. Município de Origem: Morro do Chapéu. Categoria Toponímica: antropotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: alemão. Étimo: germ. vag, ‘vagão’ + -er, ‘suf. deriv.’; donde: ‘fabricante de vagões’. Nome X história do local: No século XIX, já existia no local a fazenda Cachoeirinha às margens do rio homônimo; em 1889, formou-se aí o povoado de Cachoeirinha. Aquela época já havia chegado ao local o alemão Franz Wagner, que se deu à tarefa de orientar os moradores nos trabalhos agrícolas, tornando-se grande benfeitor da região e merecedor da homenagem que lhe prestou uma Resolução Municipal de 1891, mudando a denominação do local para Wagner e elevando-o a distrito. Emancipado pela Lei Estadual n.º. 1116 com o nome de Itacira, foi extinto e anexado a Lençóis pelo Decreto Estadual n.º. 7479, de 8/07/1931, sendo restaurado pela Lei Estadual n.º. 1739, de 20/07/1962, que lhe alterou o topônimo novamente para Wagner. Histórico dos nomes: Cachoeirinha (1889) > Wagner (1891) > Itacira (1934) > Wagner (1962). **1827** (inexistente). **1890** – Nome: Cachoeirinha. Status político: povoado. Categoria Toponímica: hidrotopônimo. Processo Morfológico: derivação sufixal. Procedência Linguística: português. Étimo: pt.: cachoeira [< cachão (< lt. *coctio*, *onis*, ‘borbotão’) + -eir, ‘suf. deriv.’ + -a, ‘vt’.] + -inh, ‘suf. deriv.’ + -a, ‘vt’]. **1940** – Nome: Itacira. Status político: povoado. Categoria Toponímica: ergotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: Tupi-médio. Étimo: *ita* ‘metal’ + *syra* ‘enxada’; donde: ‘enxada de metal’. **1970** – Nome: Wagner.

**WANDERLEY:** Localização: Oeste. Criação: 25/02/1985. Município de Origem: Cotegipe. Categoria Toponímica: antropotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: holandês. Étimo: hol.: *van*, ‘el. indicativo de procedência’ *der Ley*, ‘a ardósia’, donde: ‘da terra da ardósia’<sup>160</sup>. Nome X história do local: Quando de seu surgimento no século XVIII, chamava-se Canabrava, mas teve seu nome alterado para Vanderlei no final do século XIX e permanece até hoje, só que com a grafia ligeiramente alterada, fazendo referência a João Maurício Wanderley, o Barão de Cotegipe, latifundiário da região, que contribuiu para seu desenvolvimento e alcançou os postos de Senador do Império, Ministro da Fazenda e Primeiro-Ministro de D. Pedro II. Histórico dos nomes: Canabrava (s. XVIII) > Vanderlei (f. s. XIX) > Wanderley. **1827, 1890** – Nome: Canabrava. Status político: povoado. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: pt. cana [lt. *canna, ae*, ‘cana, junco’] + pt. brava [lt. *brava, ae*, ‘brava’]. **1940, 1970** – Nome: Wanderley. Status político: povoado.

**WENCESLAU GUIMARÃES:** Localização: Litoral Sul. Criação: 19/07/1962. Município de Origem: Nilo Peçanha. Categoria Toponímica: antropotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: pt. Wenceslau [< ant.-esl. *Wenceslava*, ‘cercado de glória’] + pt. Guimarães [< br. Guimar (< *guiu*, ‘digno’ + *marc’h*, ‘cavalo’; donde: ‘digno cavaleiro’) + lt. -an, ‘suf. deriv.’ + lt. -is, ‘suf. fl. gen.’; donde: ‘referente aos dignos cavaleiros’]. Nome X história do local: No final do século XIX, deu-se a formação do povoado de Laje do Rio das Almas. Elevado a distrito do município de Nova Boipeba em 1919, recebeu a denominação de Palmeiras, alterada para Tabocas em 1934 e para Indaiá em 1938. Emancipado em 1962, assumiu a denominação de Wenceslau Guimarães, em homenagem a um político baiano da Era Vargas. Histórico dos nomes: Laje do Rio das Almas (f. s. XIX) > Palmeiras (1919) > Tabocas (1934) > Indaiá (1938) > Wenceslau Guimarães (1962). **1827, 1890** (inexistente). **1940** – Nome: Indaiá. Status político: distrito. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: Tp.-ant. indá-yá, ‘indaiá, espécie de palmeira (*Attalea compta*)’. **1970** – Nome: Wenceslau Guimarães.

**XIQUEXIQUE:** Localização: Irecê. Criação: 6/07/1832. Município de Origem: Pilão Arcado. Categoria Toponímica: fitotopônimo. Processo Morfológico: simples. Procedência Linguística: português. Étimo: controverso. Nome X história do local: Em seu surgimento em 1700, tinha o nome de Arraial do Senhor do Bonfim de

<sup>160</sup> Segundo Oliver (2005, p. 312), trata-se de um “nome inicialmente adotado por alguém que morava em um local onde esse mineral ocorria em abundância”.

Xique-Xique, reduzido para Xique-xique em 1928. Em 2002, por decisão de sua Câmara Municipal, sofreu uma mudança ortográfica, atingindo a condição atual. Histórico dos nomes: Senhor do Bonfim de Xique-Xique (1700) > Xique-xique (1928) > Xiquexique (2002). **1827 (Status político: povoado), 1890** – Nome: Senhor do Bonfim de Xique-Xique. Status político: município. Categoria Toponímica: hierotopônimo. Processo Morfológico: justaposição. Procedência Linguística: português. Étimo: pt.: Senhor do Bonfim + [senhor (< lt. *senior*, *i* 'amo, patrão, senhor') + do (= de + o) + Bonfim (< bom (lt. *bonus*, *i*, 'bom') + fim (< lt. *finis*, *is*, 'fim'))] de + xique-xique [<?]. **1940, 1970** – Nome: Xique-xique. Status político: município.

**APÊNDICE B: ATLAS TOPONÍMICO-HISTÓRICO DOS MUNICÍPIOS BAIANOS****Carta 1: Localização do Estado da Bahia**

Fonte: [www.visitinglatinamerica.com](http://www.visitinglatinamerica.com)

**Carta 2: Regiões Econômicas do Estado da Bahia**

Fonte: [www.sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br)

### Carta 3: Municípios Baianos Originários<sup>161</sup>



<sup>161</sup> São originários “os municípios para os quais não há qualquer tipo de documento ou análise que estabeleça ou evidencie relação de cunho territorial ou administrativo” (BAHIA 2003) entre eles e qualquer outro. Na Bahia, são originários: Vila de Pilão Arcado e Vila de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande (à esquerda do mapa acima, no sentido norte-sul), Vila de Santo Antônio de Jacobina (o gigante ao centro), Vila de Itapicuru de Cima, Vila de São João Batista de Água Fria, Cidade do Salvador, Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, Vila de São Jorge dos Ilhéus, Vila de Porto Seguro (à direita do mapa, no sentido norte-sul).

### Carta 4: Divisão Política da Província da Bahia em 1827









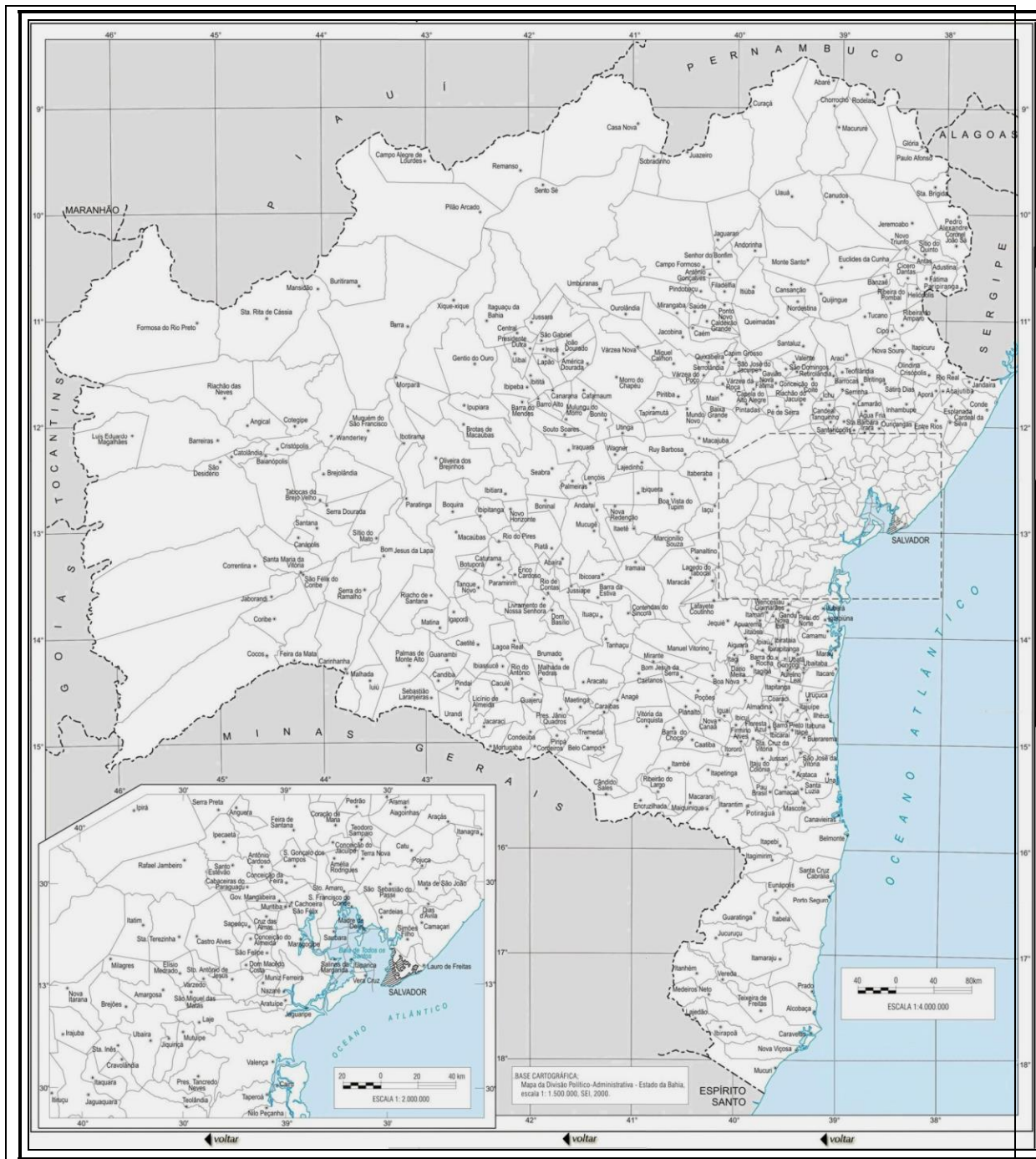
### Carta 6: Divisão Política do Estado da Bahia em 1940



### Carta 7: Divisão Política do Estado da Bahia em 1970

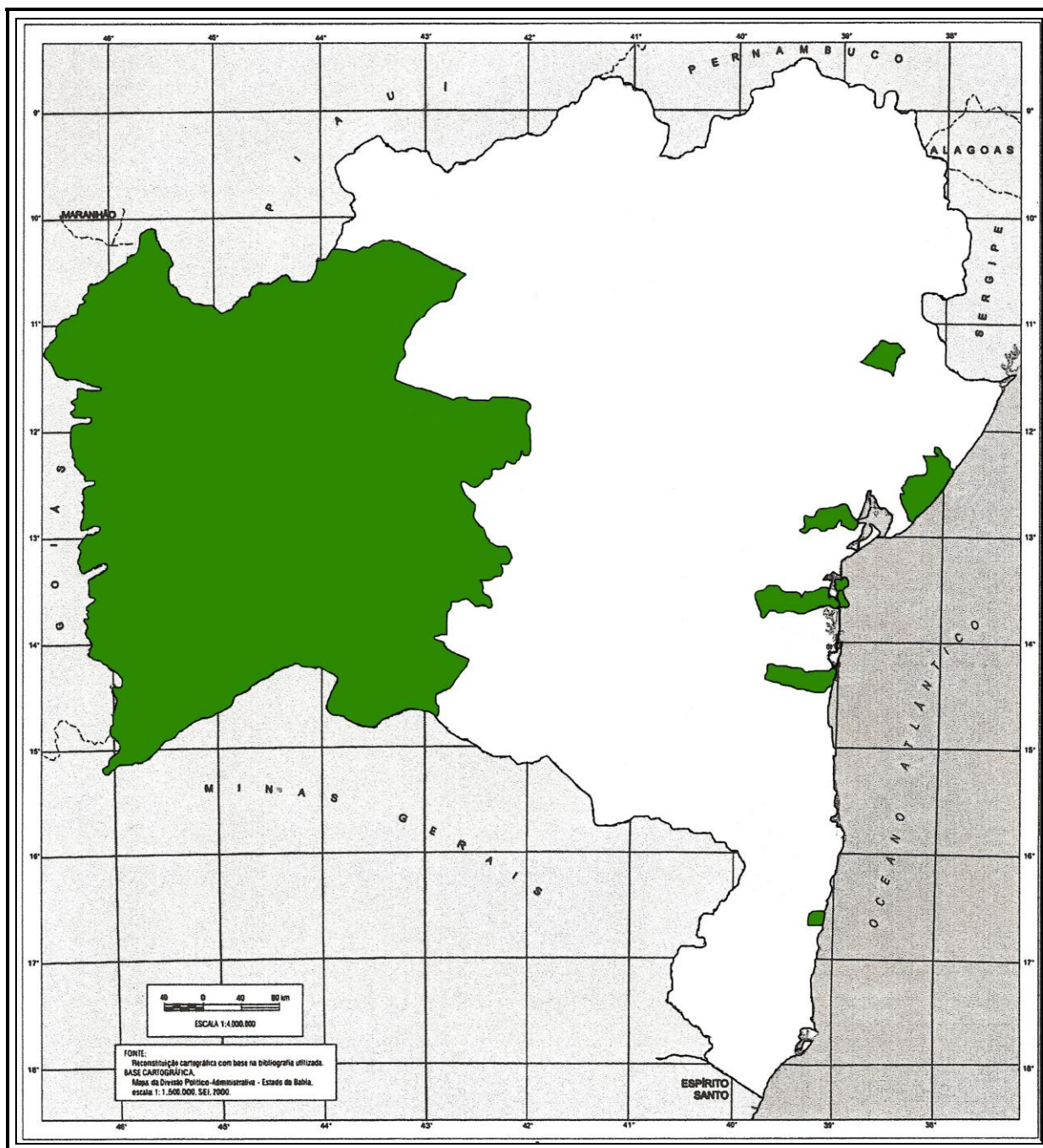


### Carta 8: Divisão Política do Estado da Bahia em 2000





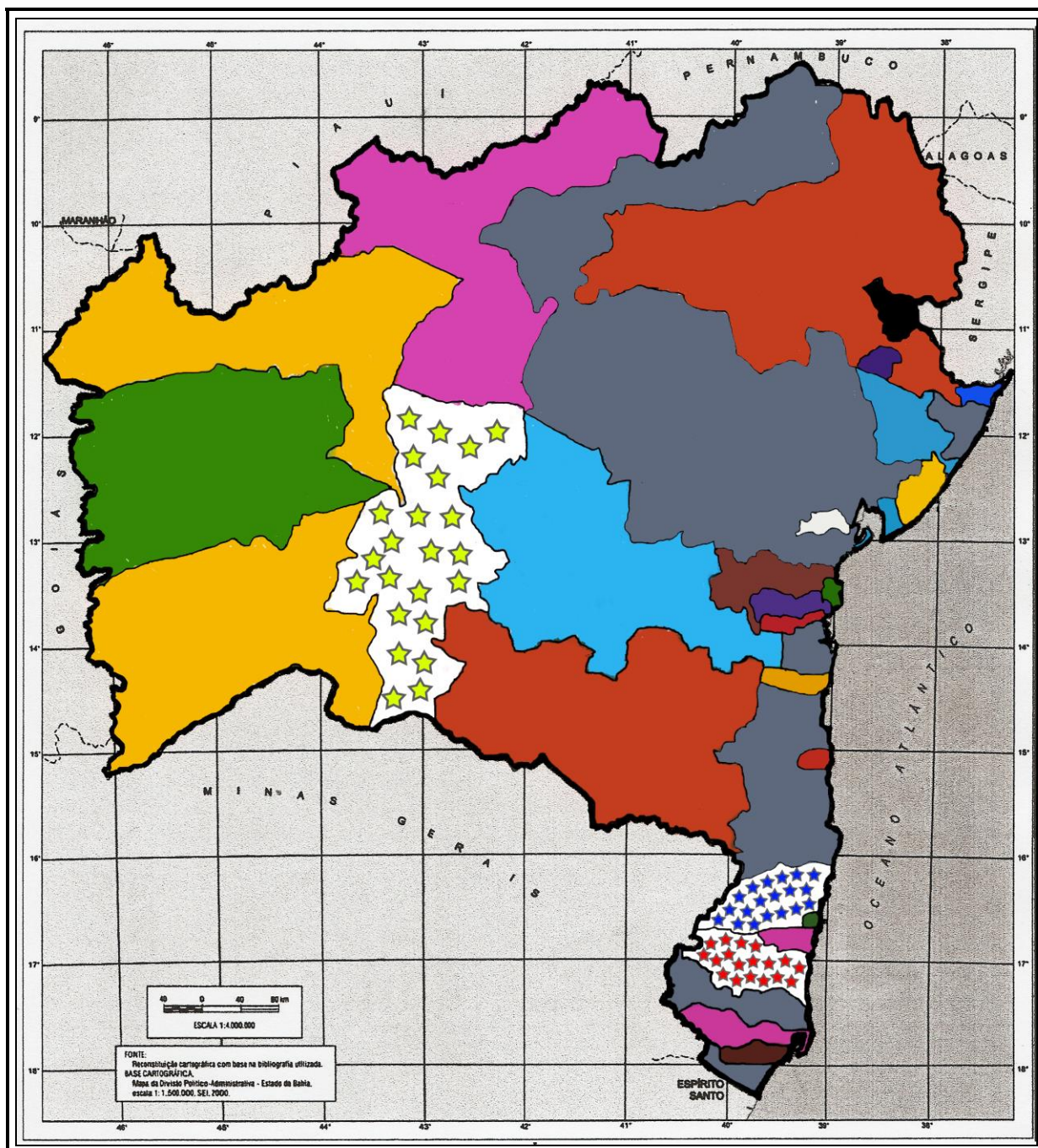
### Carta 9: Categorias Toponímicas Gerais em 1827



legenda:



### Carta 10: Categorias Toponímicas Específicas em 1827

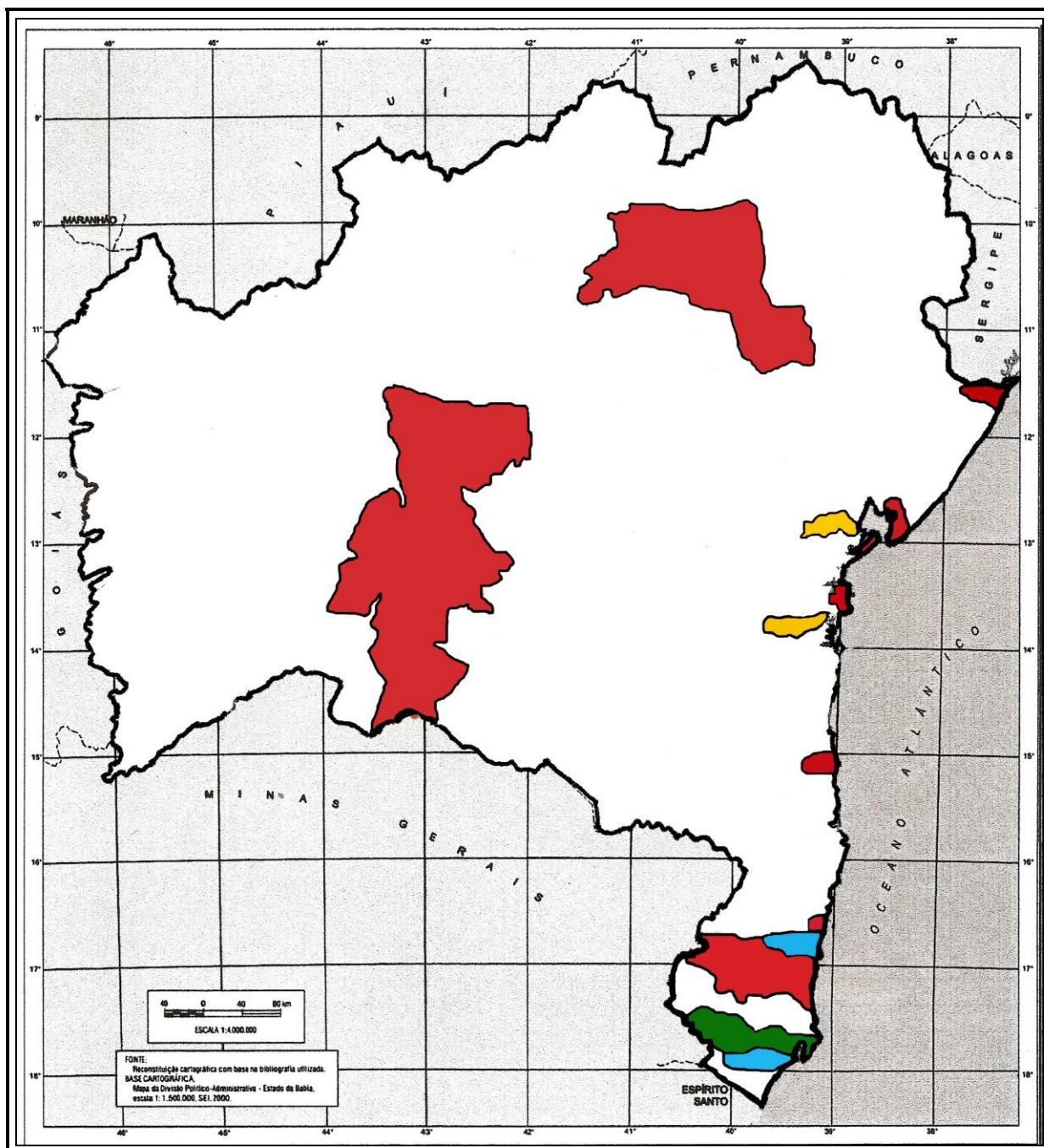


legenda:

	fitotopônimos		hidrotopônimos		cronotopônimos		ecotopônimos
	hagiotopônimos		corotopônimos		axiotopônimos		odotopônimos
	ergotopônimos		geomorfotopônimos		antropotopônimos		zootopônimos
	hierotopônimos		animotopônimos		cromatopônimos		sociotopônimos



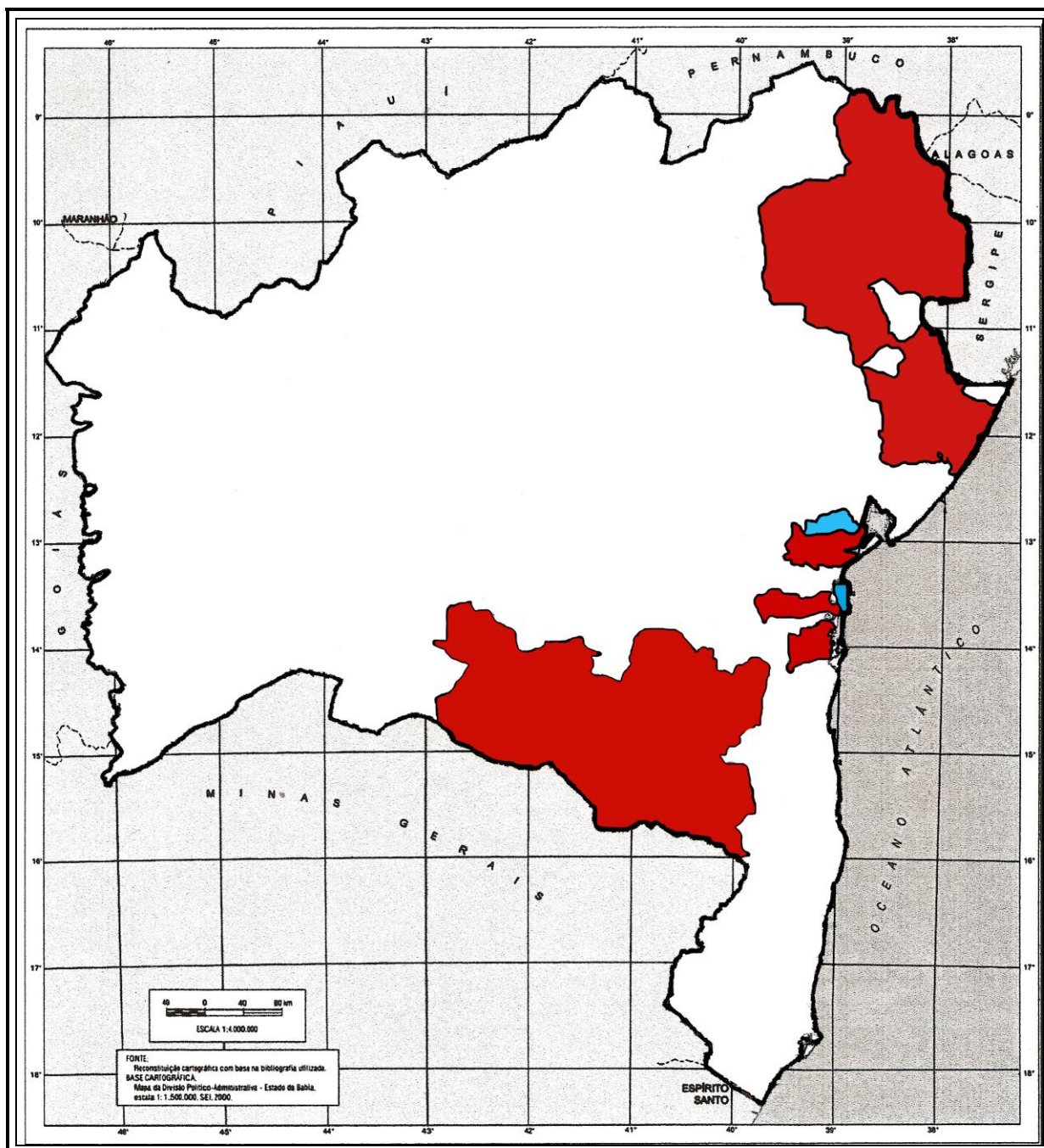
### Carta 11: Processos de Formação do Léxico Toponímico em 1827



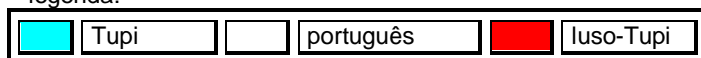
legenda:



## Carta 12: Procedência Lingüística do Léxico Toponímico em 1827

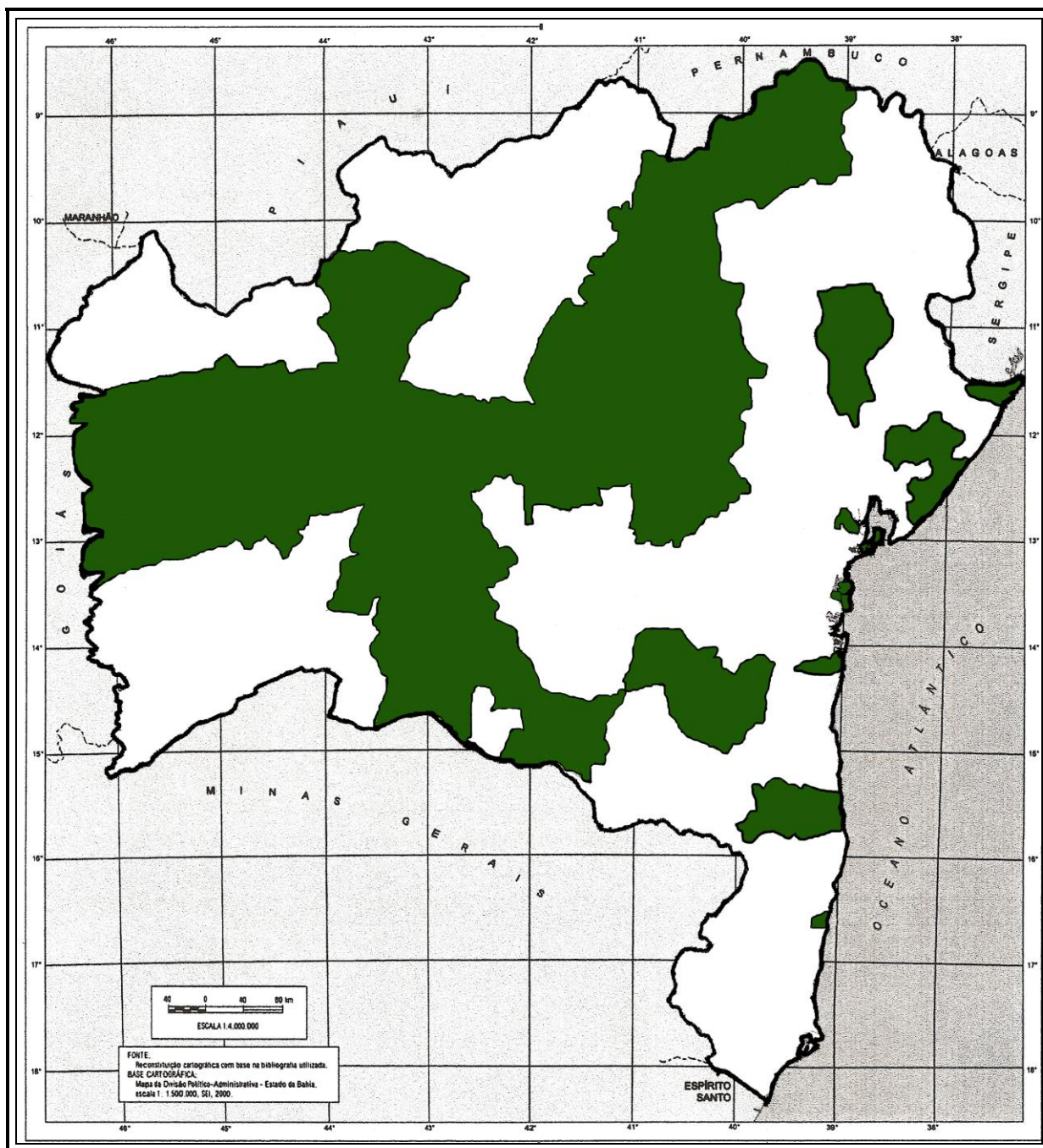


legenda:





### Carta 13: Categorias Toponímicas Gerais em 1890

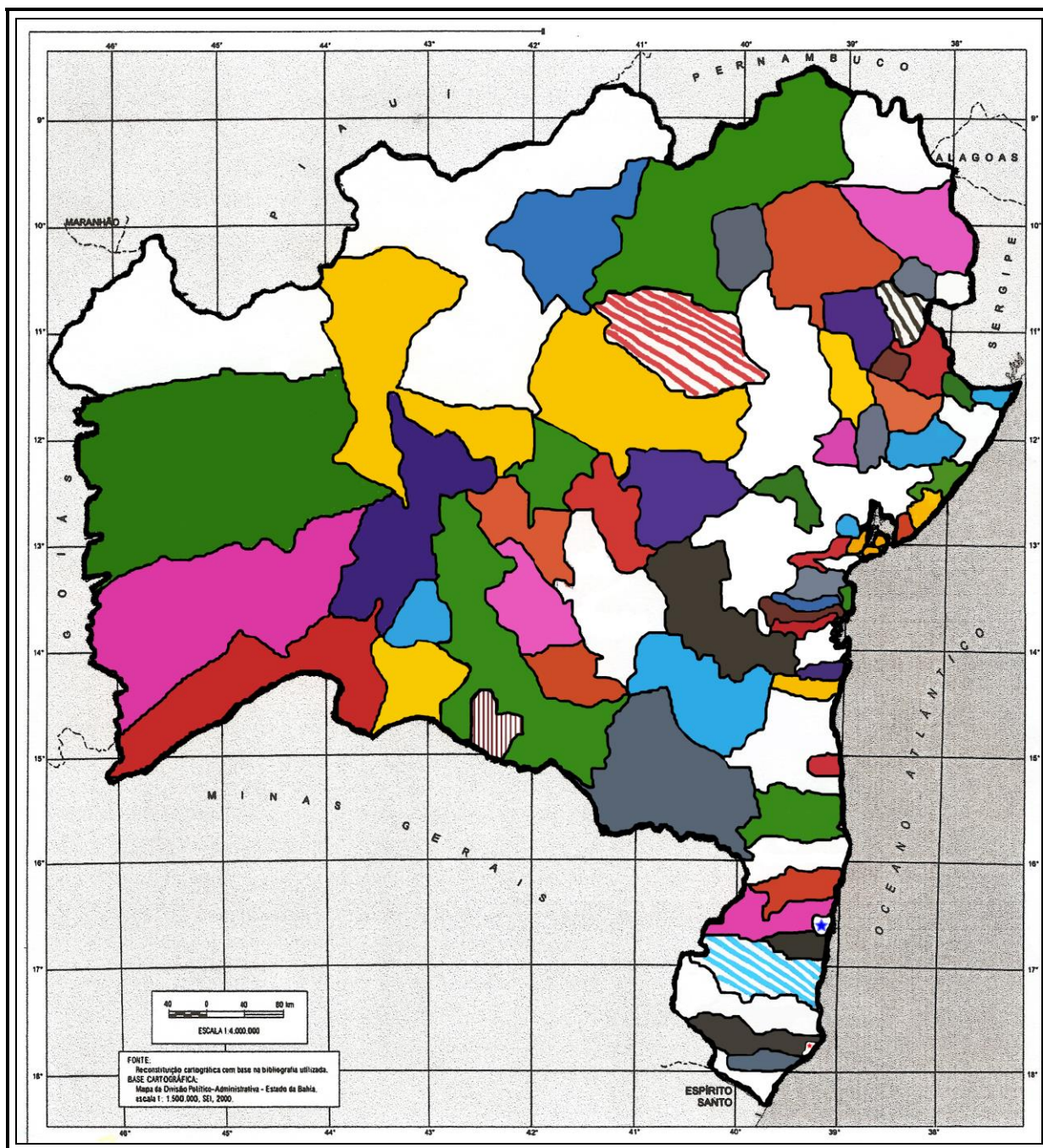


legenda:





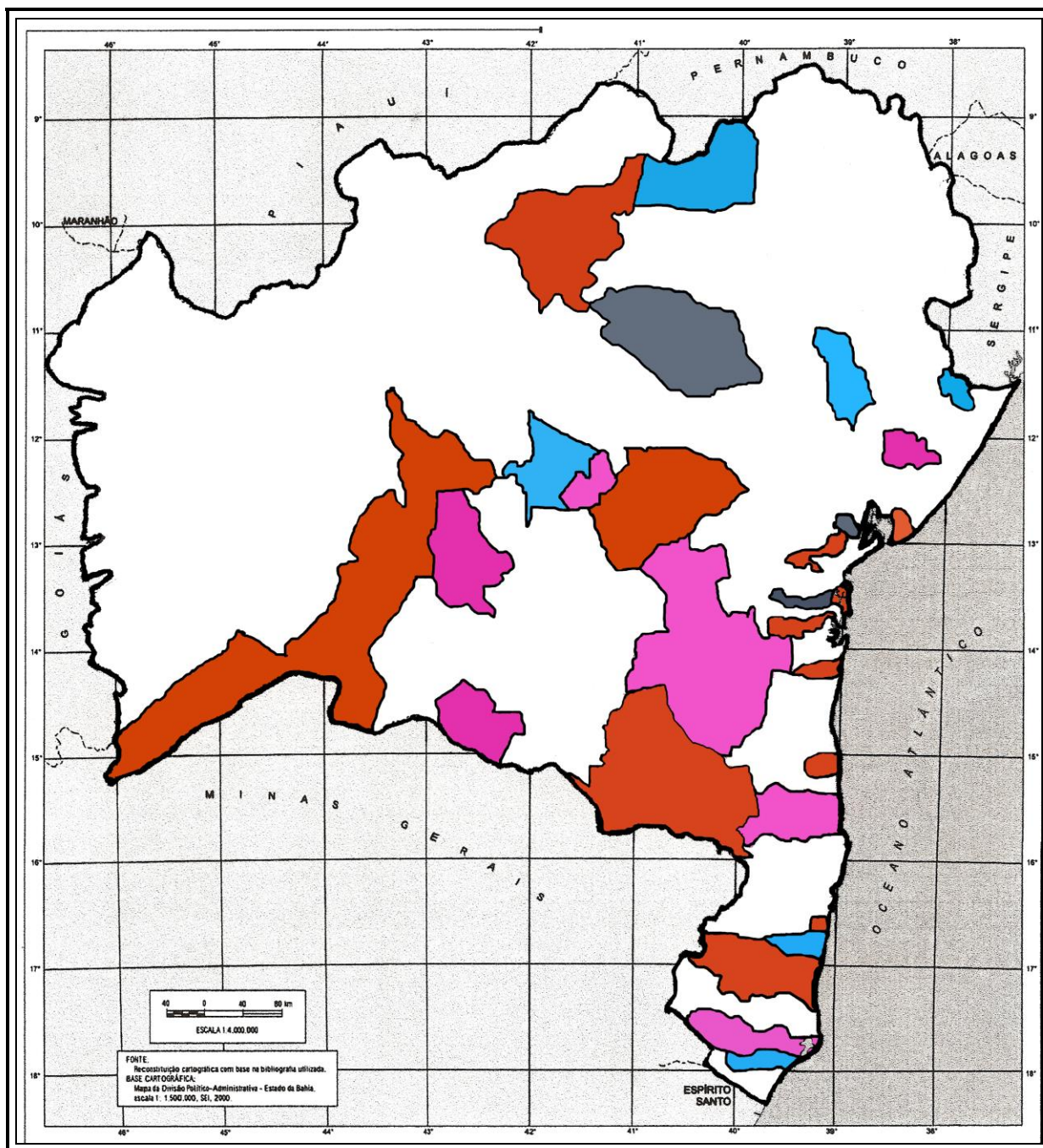
### Carta 14: Categorias Toponímicas Específicas em 1890



legenda:

	fitotopônimos		hagiotopônimos		zootopônimos		etnotopônimos
	animotopônimos		corotopônimos		hierotopônimos		odotopônimos
	sociotopônimos		geomorfotopônimos		ergotopônimos		antropotopônimos
	hidrotopônimos		cronotopônimos		ecotopônimos		cromatotopônimos
	litotopônimos		mitotopônimos				

### Carta 15: Processos de Formação do Léxico Toponímico em 1890

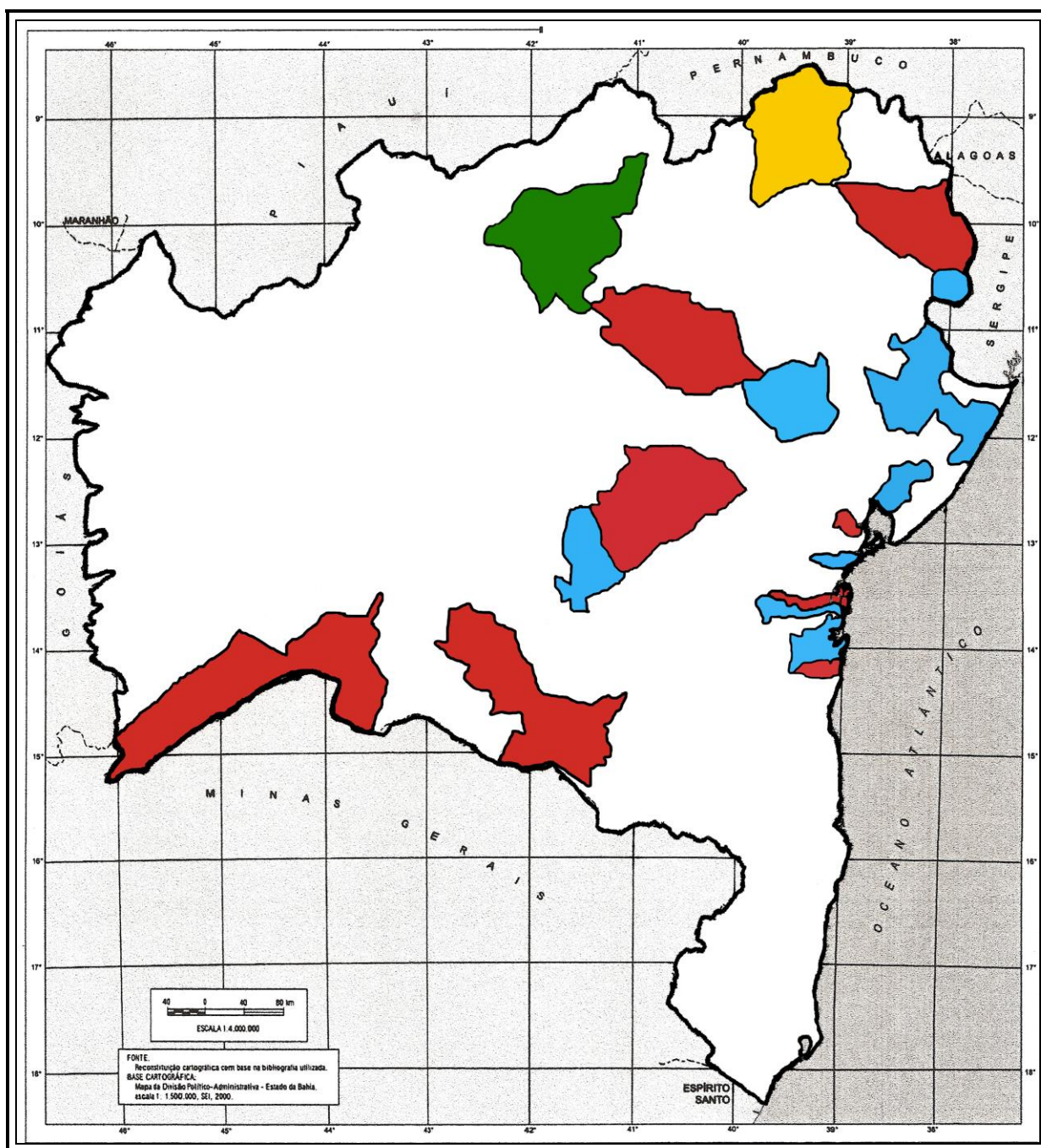


legenda:

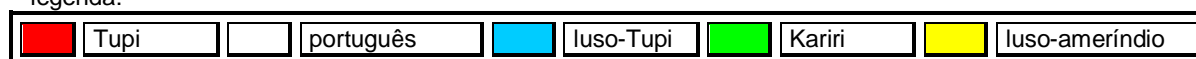




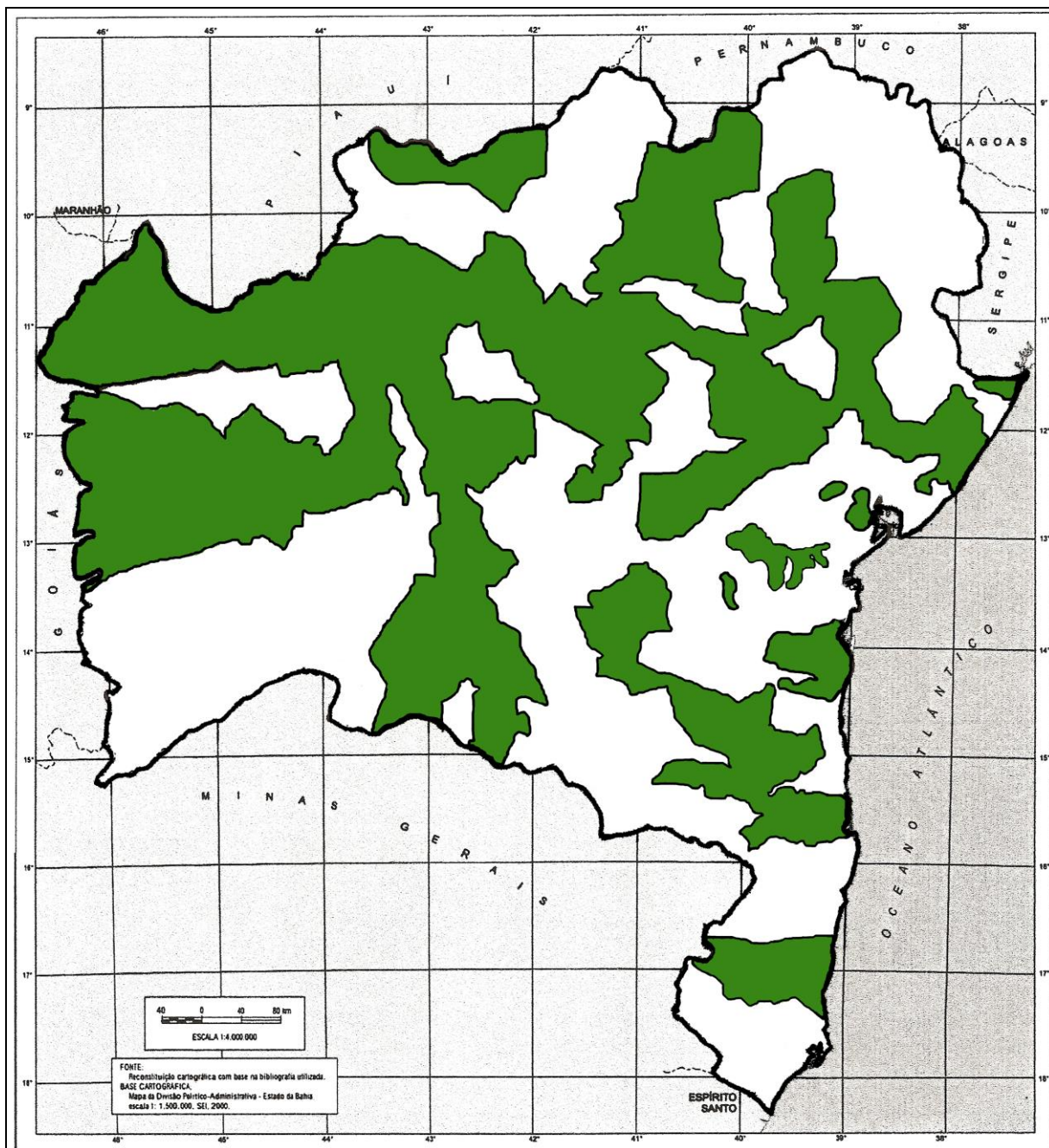
### Carta 16: Procedência Lingüística do Léxico Toponímico em 1890



legenda:



### Carta 17: Categorias Toponímicas Gerais em 1940

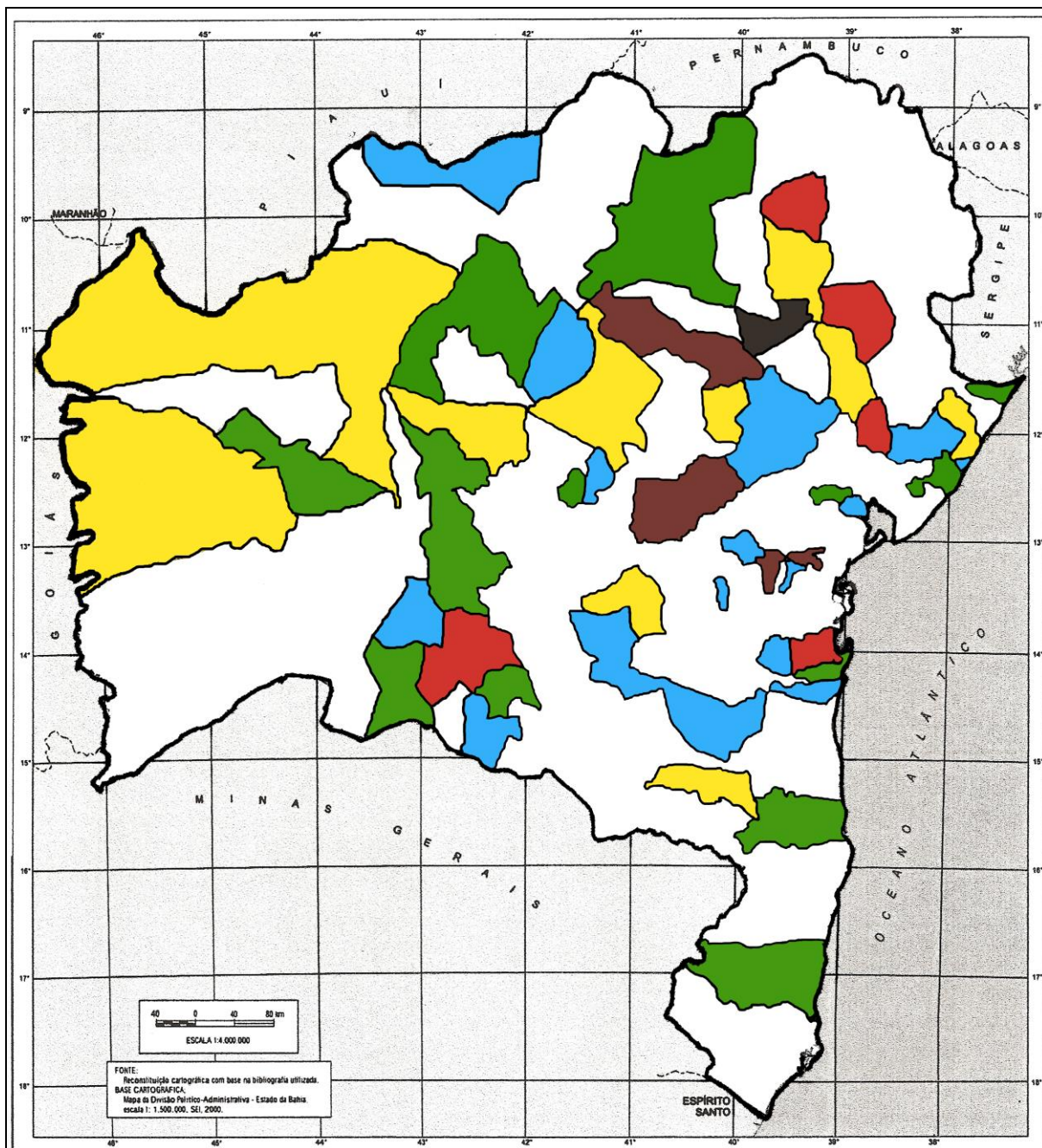


legenda:


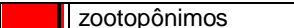
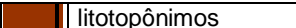
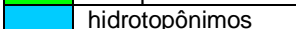
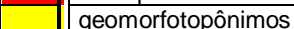
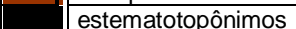




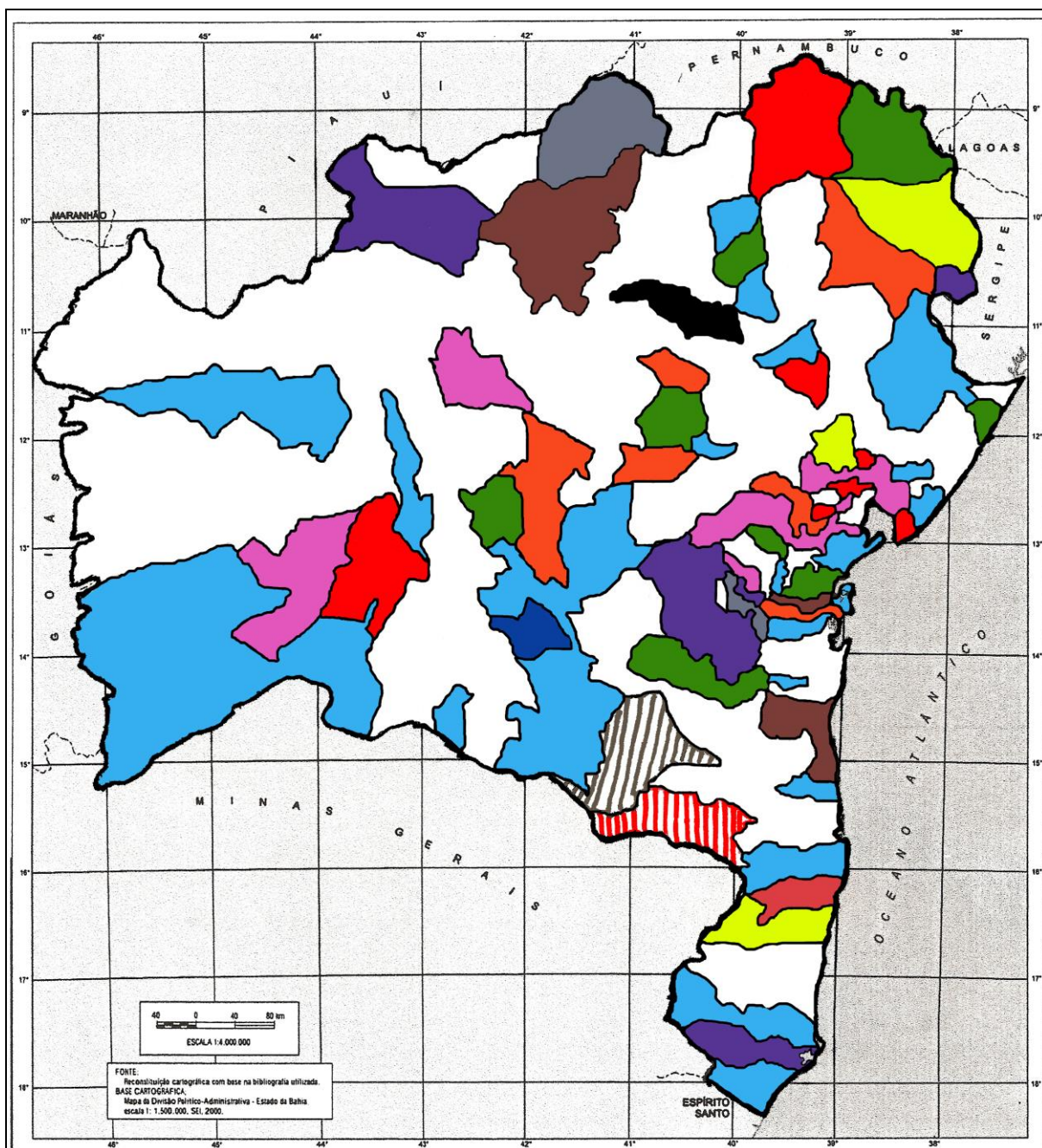
### Carta 18: Categorias Toponímicas de Natureza Física em 1940



legenda:

	fitotopônimos		zootopônimos		litotopônimos
	hidrotopônimos		geomorfotopônimos		estematotopônimos
categorias de natureza antropocultural					

### Carta 19: Categorias Toponímicas de Natureza Antropocultural em 1940

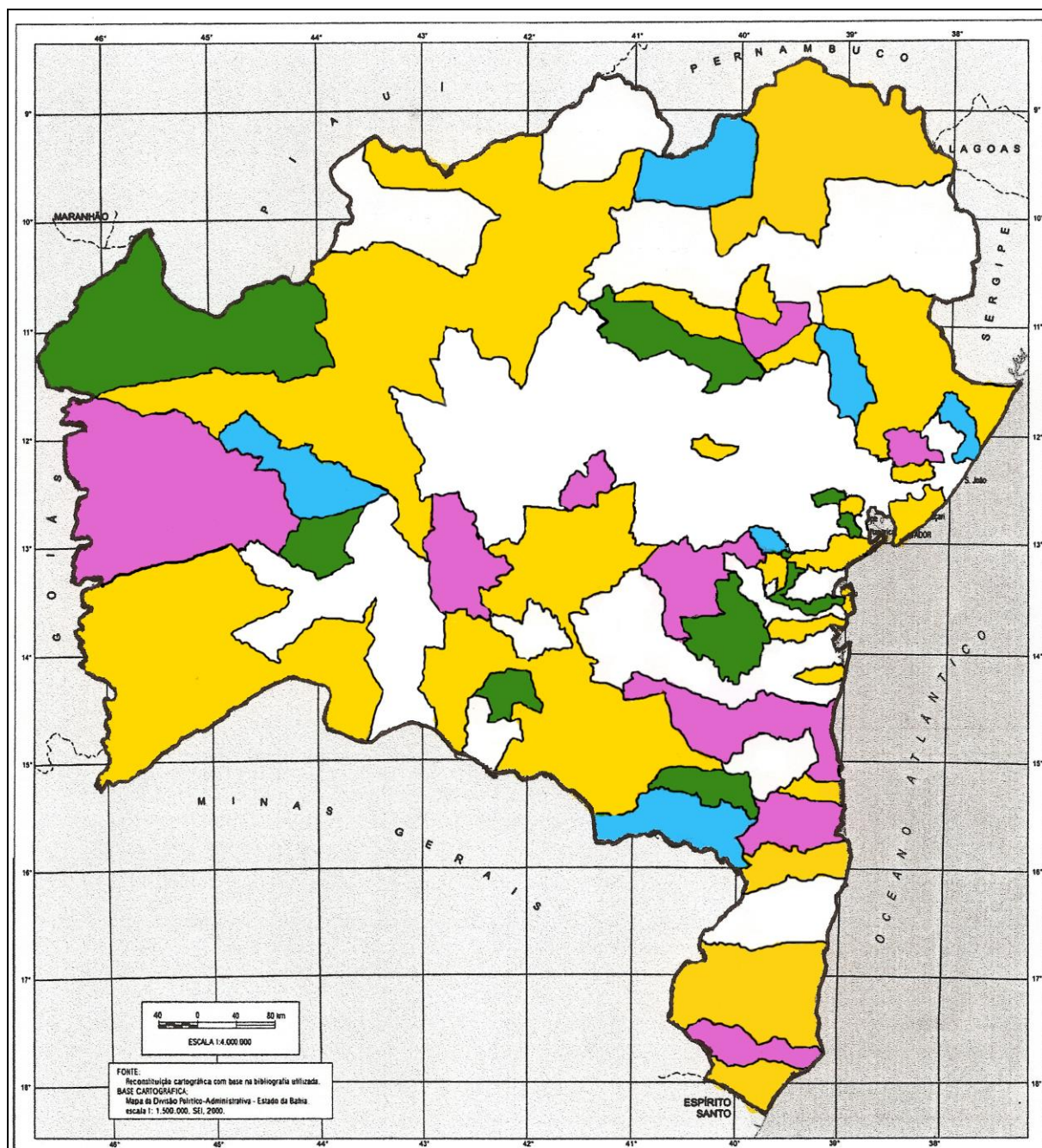


legenda:

animotopônimos	hierotopônimos	ergotopônimos	poliotopônimos
ecotopônimos	sociotopônimos	antropotopônimos	odotopônimos
hagiotopônimos	axiotopônimos	higienotopônimos	historiotopônimos
corotopônimos	categorias de natureza física		



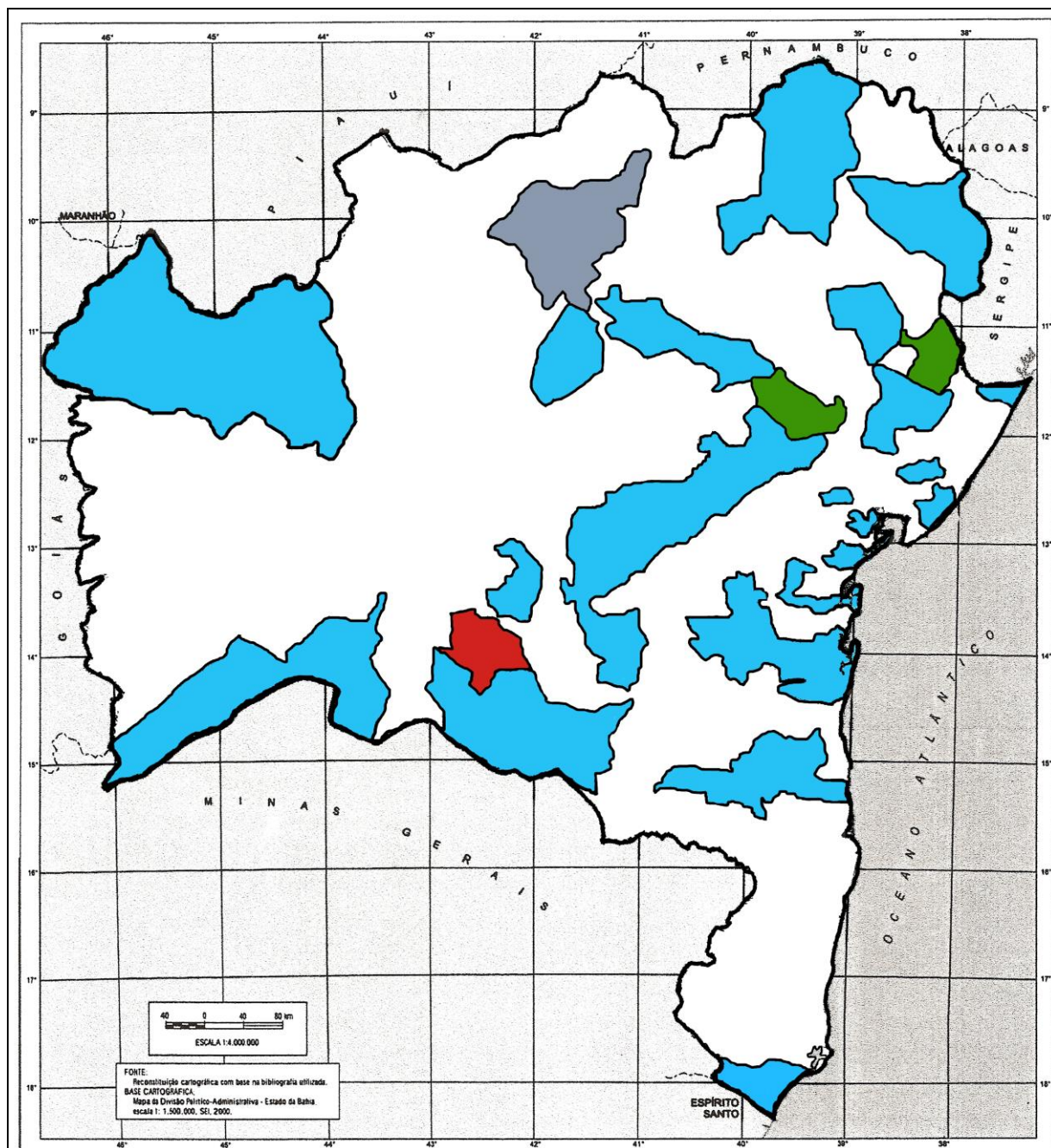
## Carta 20: Processos de Formação do Léxico Toponímico em 1940



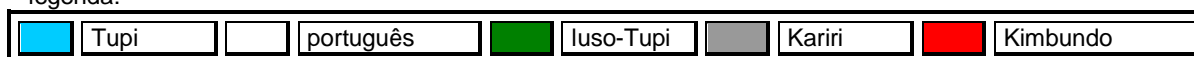
legenda:



### Carta 21: Procedência Lingüística do Léxico Toponímico em 1940

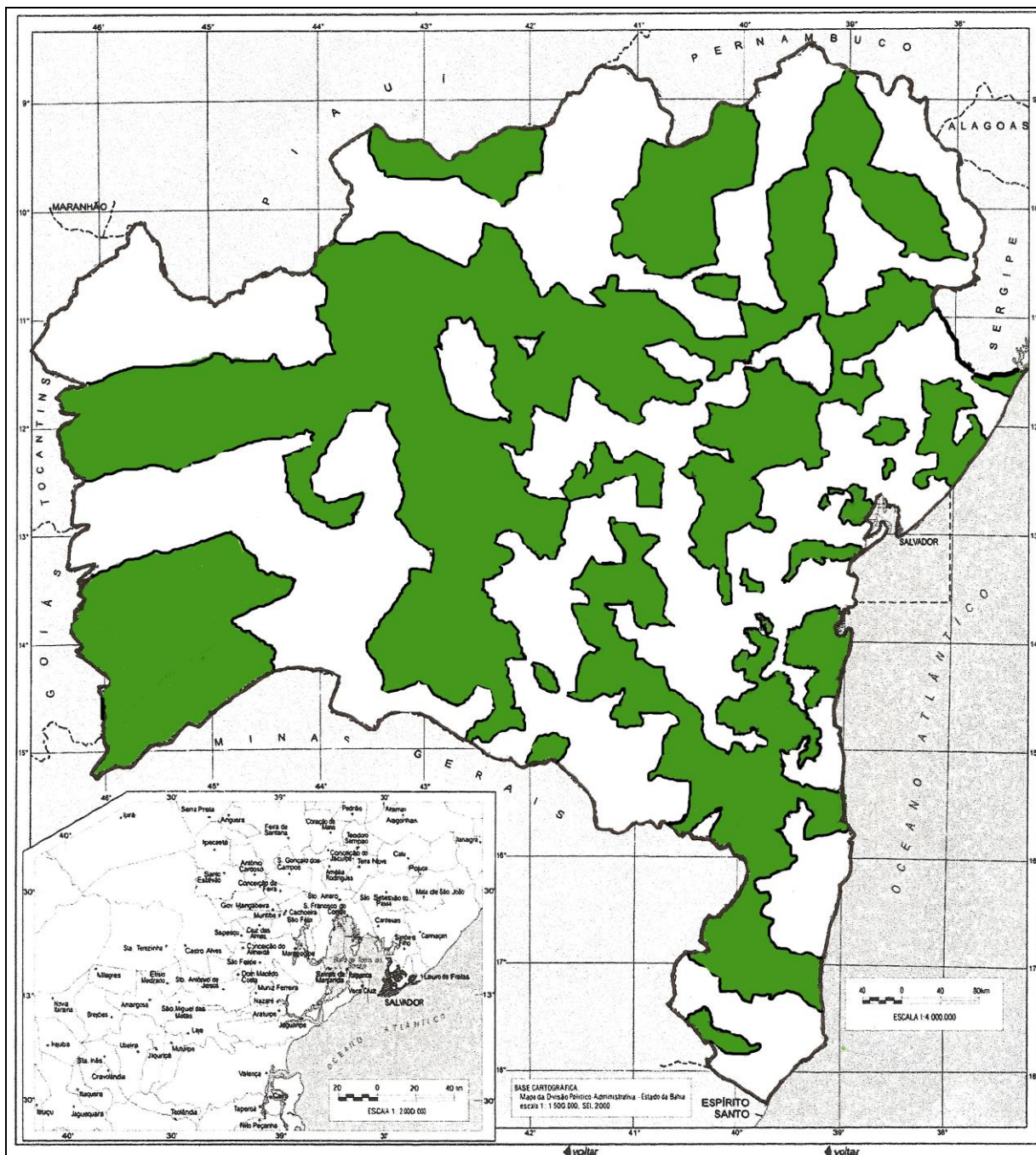


legenda:

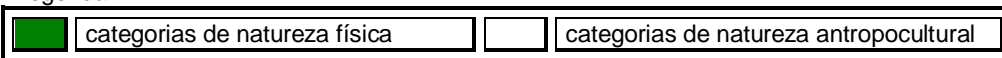




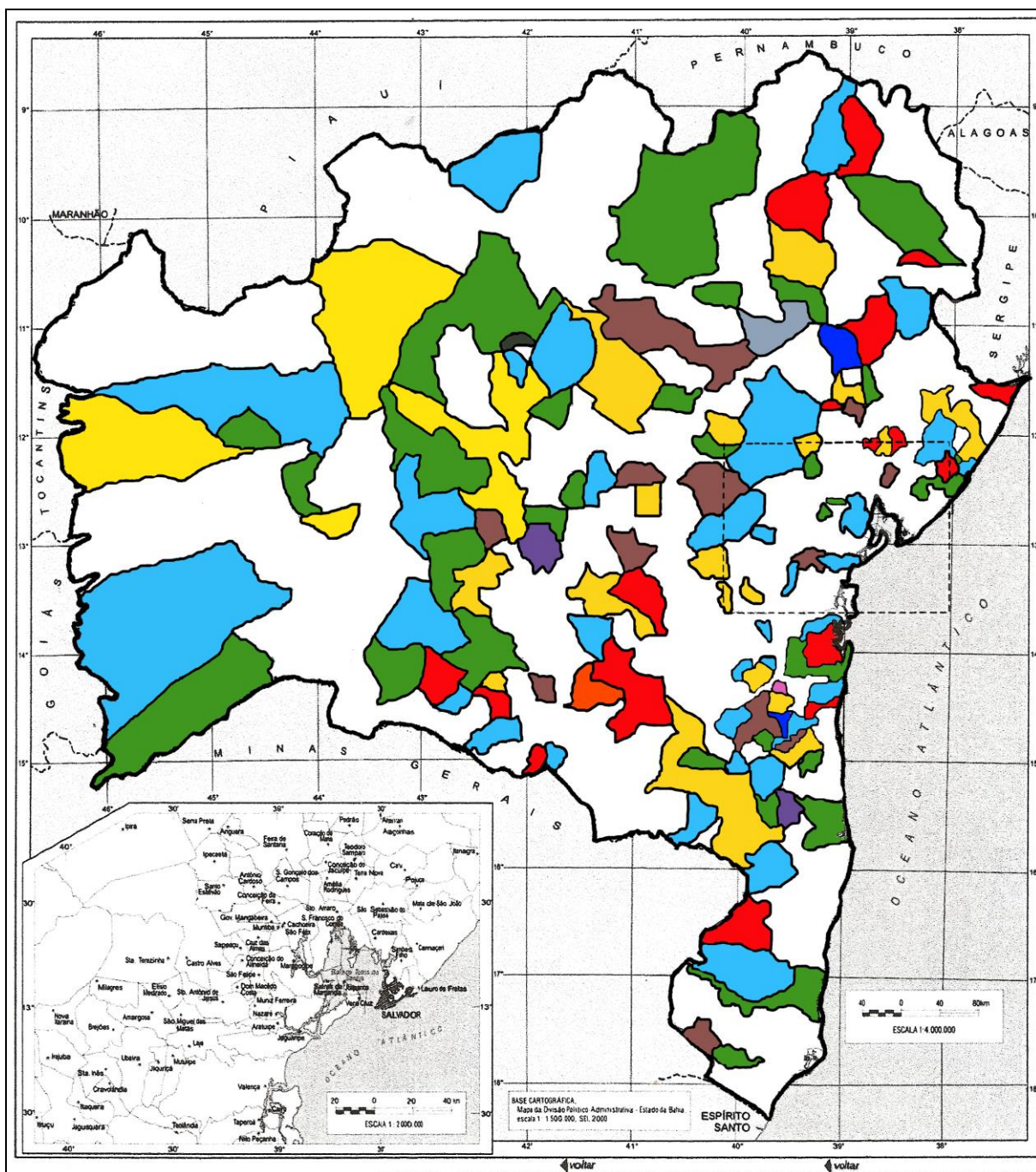
## Carta 22: Categorias Toponímicas Gerais em 1970



legenda:



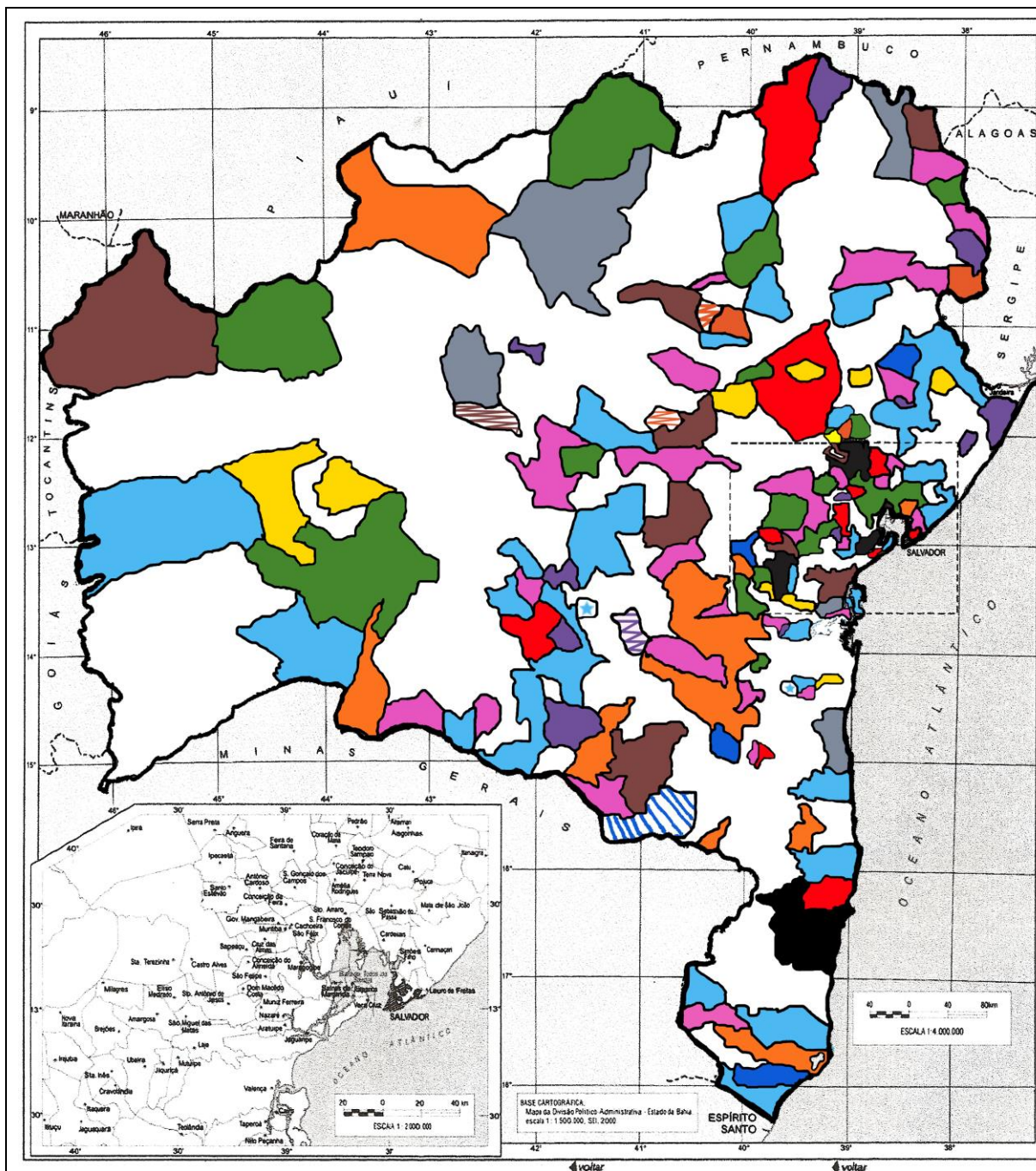
### Carta 23: Categorias Toponímicas de Natureza Física em 1970



legenda:		zootopônimos		litotopônimos	
	fitotopônimos		geomorfotopônimos		cardinotopônimos
	hidrotopônimos		meteorotopônimo		somatotopônimos
	estematotopônimos		astrotopônimos		mineratopônimos
	categorias de natureza antropocultural				



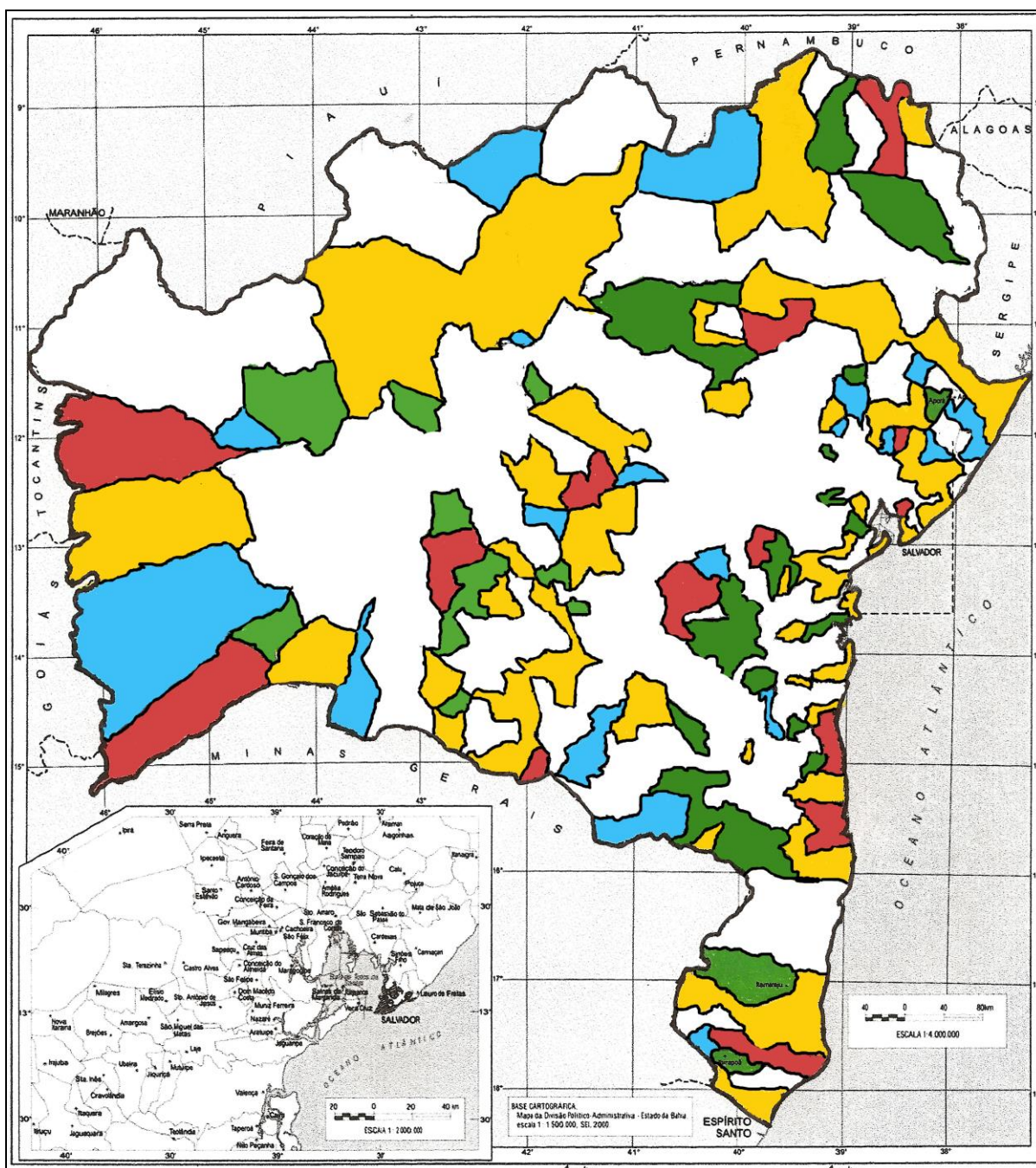
Carta 24: Categorias Toponímicas de Natureza Antropocultural em 1970



legenda:

	ecotopônimos		hierotopônimos		axiotopônimos		cronotopônimos
	etnotopônimos		poliotopônimos		ergotopônimos		historiotopônimos
	antropotopônimos		hagiotopônimos		sociotopônimos		mitotopônimos
	corotopônimos		odotopônimos		higienotopônimos		dirrematopônimo
categorias de natureza física							

## Carta 25: Processos de Formação do Léxico Toponímico em 1970

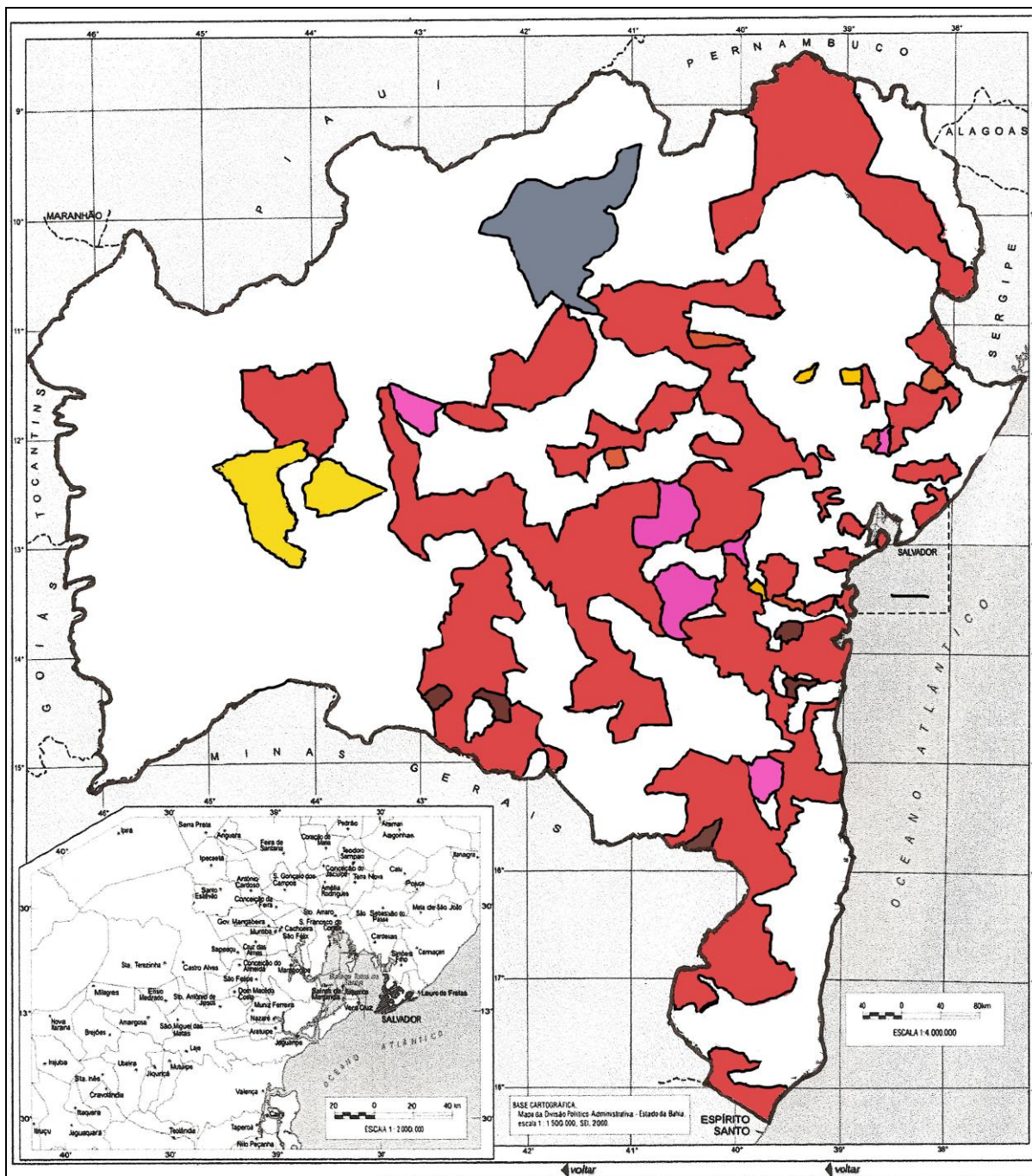


legenda:





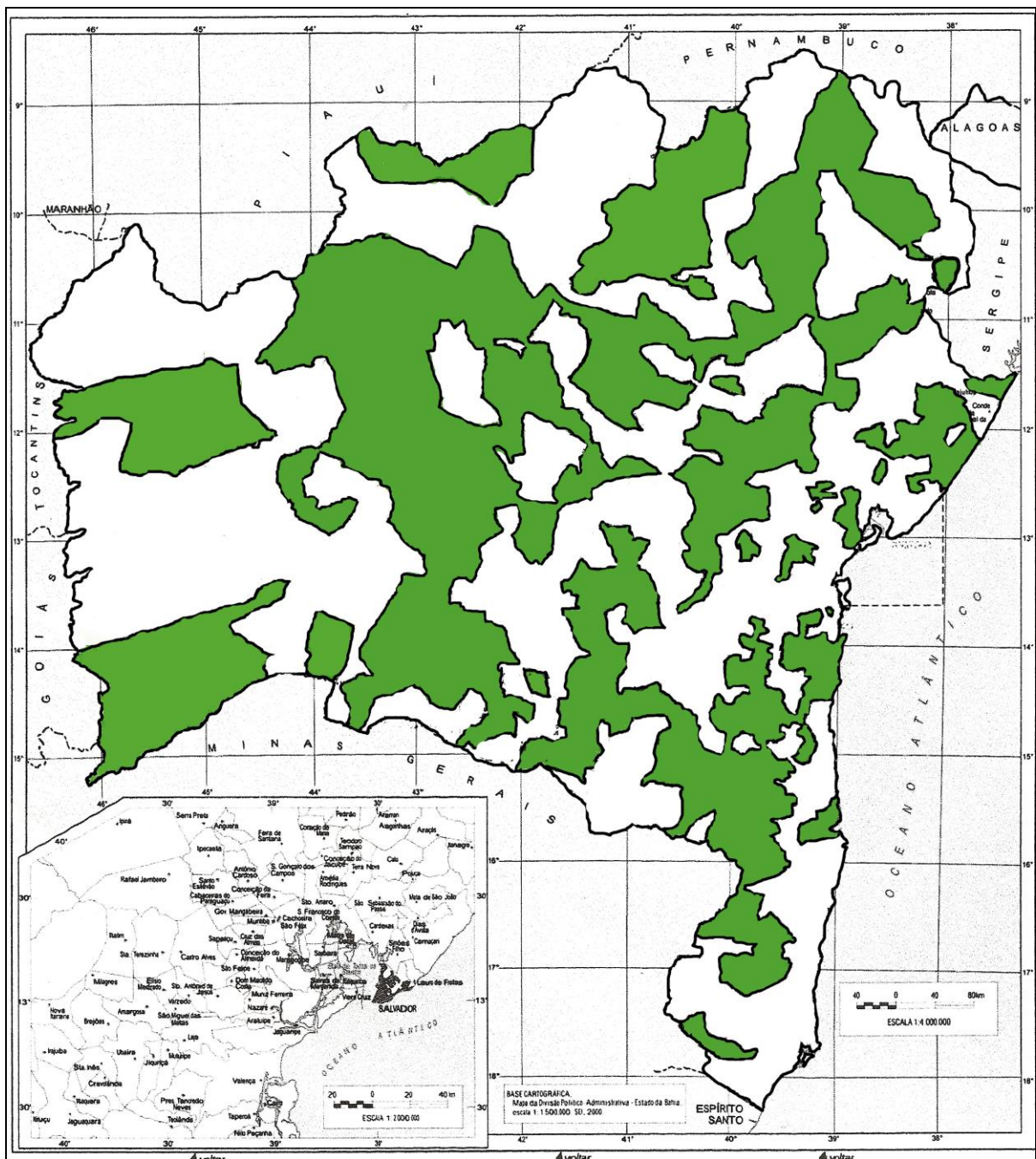
## Carta 26: Procedência Lingüística do Léxico Toponímico em 1970



legenda:

<span style="display:inline-block; width:15px; height:15px; background-color:red;"></span> Tupi	<span style="display:inline-block; width:15px; height:15px; background-color:white;"></span> português	<span style="display:inline-block; width:15px; height:15px; background-color:yellow;"></span> luso-Tupi	<span style="display:inline-block; width:15px; height:15px; background-color:grey;"></span> Kariri
<span style="display:inline-block; width:15px; height:15px; background-color:orange;"></span> língua europeia (não-portuguesa)	<span style="display:inline-block; width:15px; height:15px; background-color:yellow;"></span> luso-europeu	<span style="display:inline-block; width:15px; height:15px; background-color:brown;"></span> africana	

### Carta 27: Categorias Toponímicas Gerais em 2000

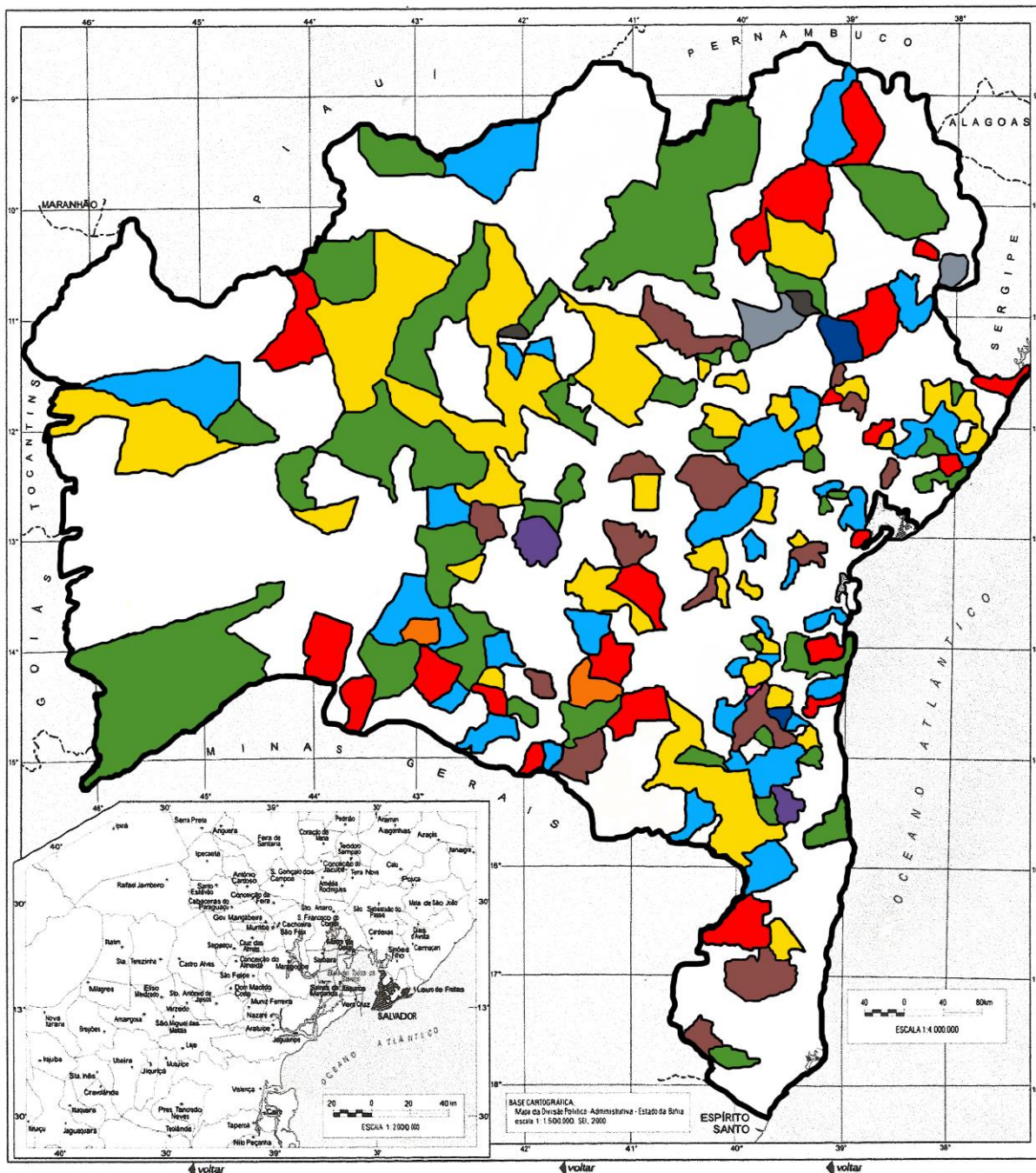













legenda:

	categorias de natureza física		categorias de natureza antropocultural
--	-------------------------------	--	--

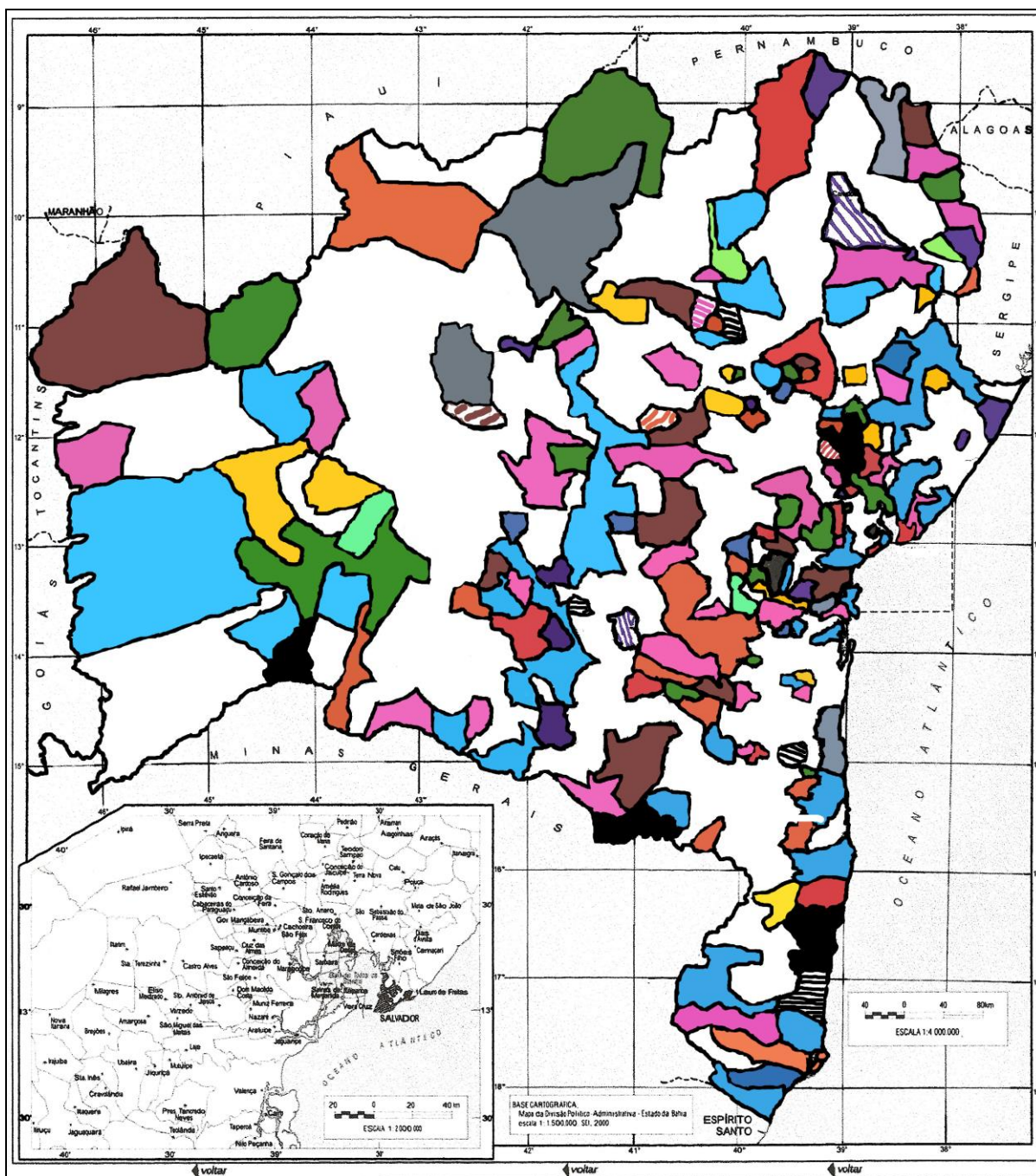


Carta 28: Categorias Toponímicas de Natureza Física em 2000



legenda:			zootopônimos		litotopônimos
	fitotopônimos		geomorfotopônimos		cardinotopônimos
	hidrotopônimos		meteorotopônimo		somatotopônimos
	estematotopônimos		astrotopônimos		mineratopônimos
categorias de natureza antropocultural					

### Carta 29: Categorias Toponímicas de Natureza Antropocultural em 2000

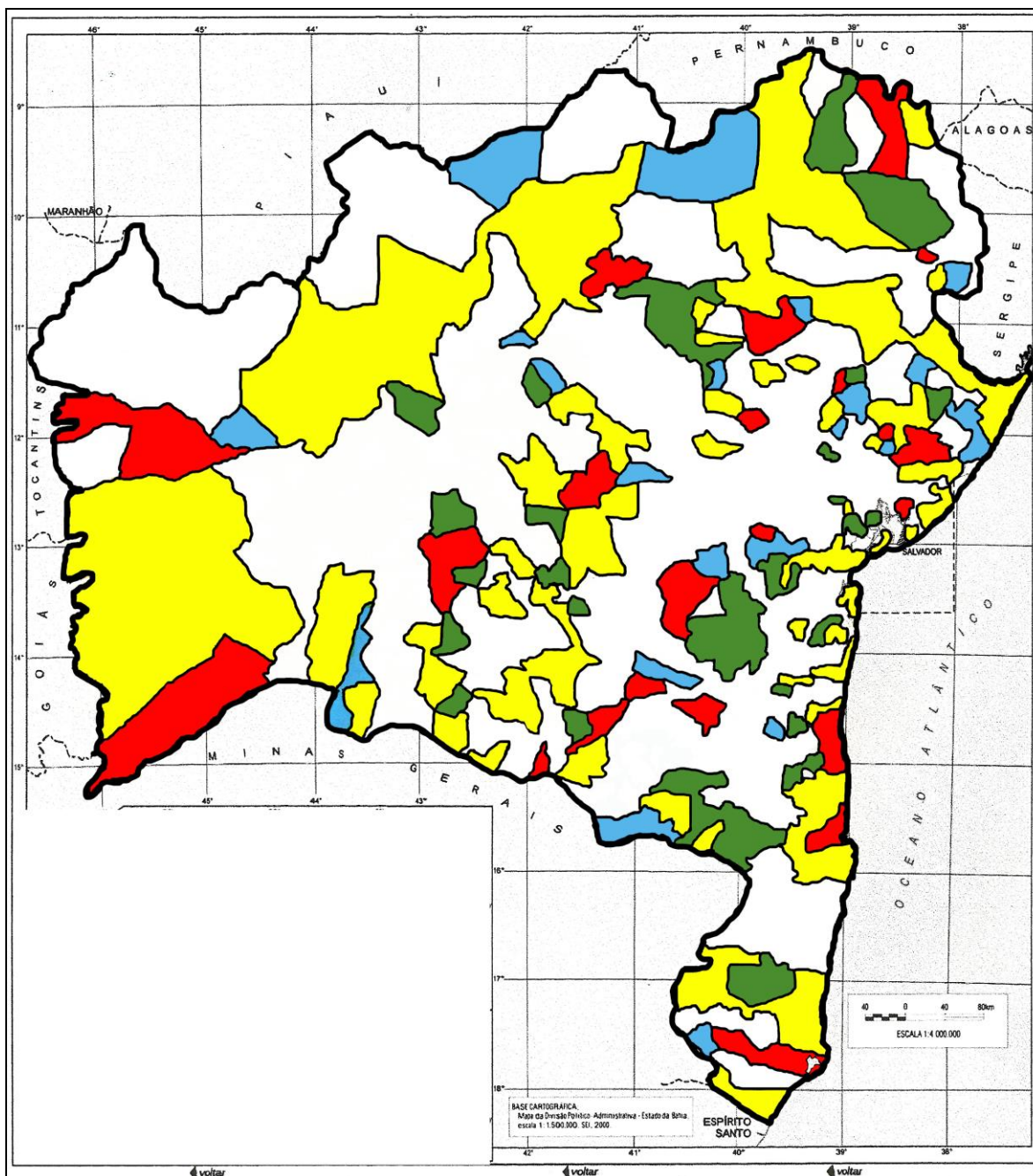


legenda:

	ecotopônimos		hierotopônimos		axiotopônimos		cronotopônimos
	etnotopônimos		poliotopônimos		ergotopônimos		historiotopônimos
	antropotopônimos		hagiotopônimos		sociotopônimos		mitotopônimos
	corotopônimos		animotopônimos		higienotopônimos		dirrematopônimo
	categorias de natureza física				odotopônimos		



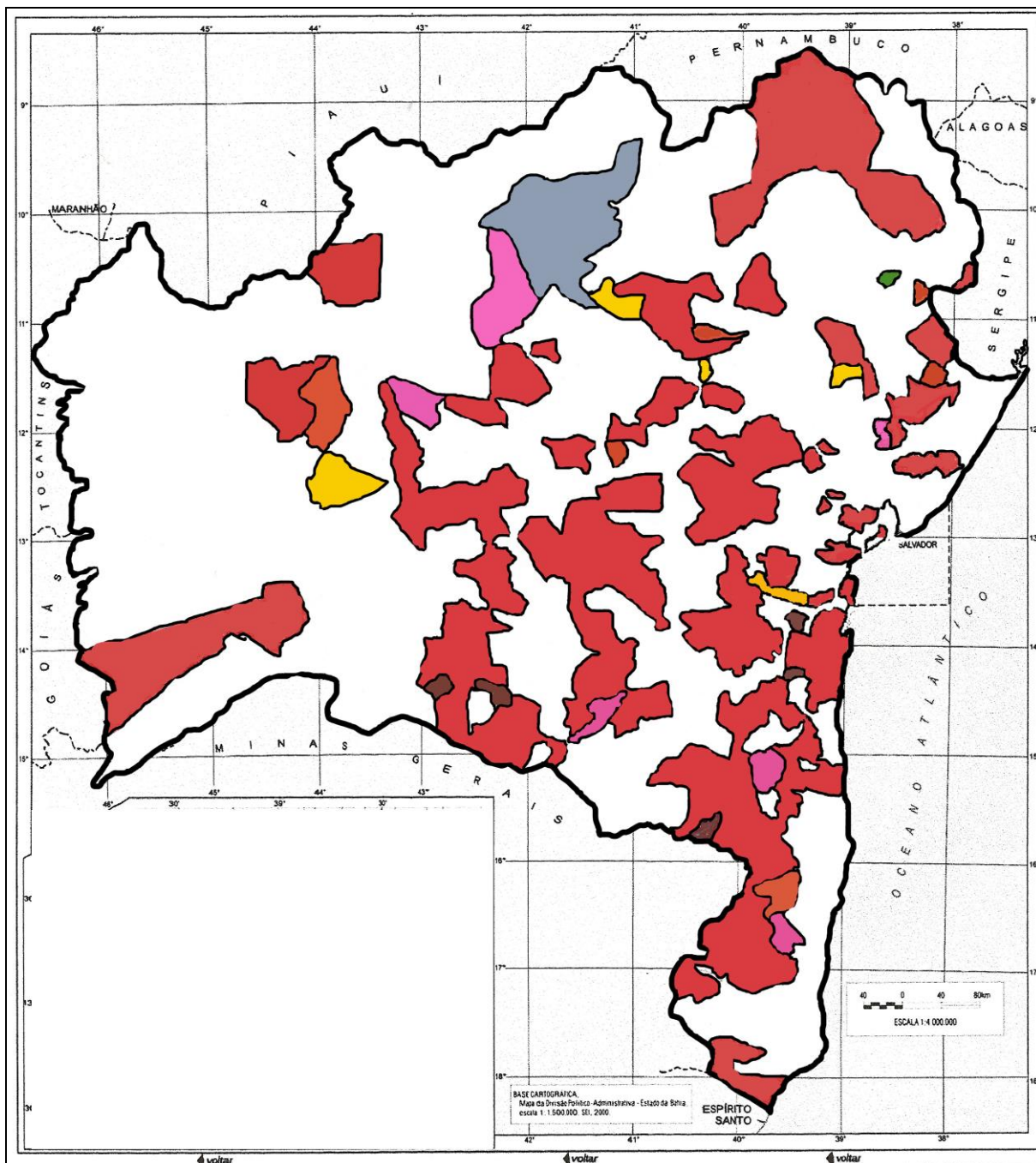
### Carta 30: Processos de Formação do Léxico Toponímico em 2000



legenda:

	sufixação		aglutinação		derivação		simples		justaposição
--	-----------	--	-------------	--	-----------	--	---------	--	--------------

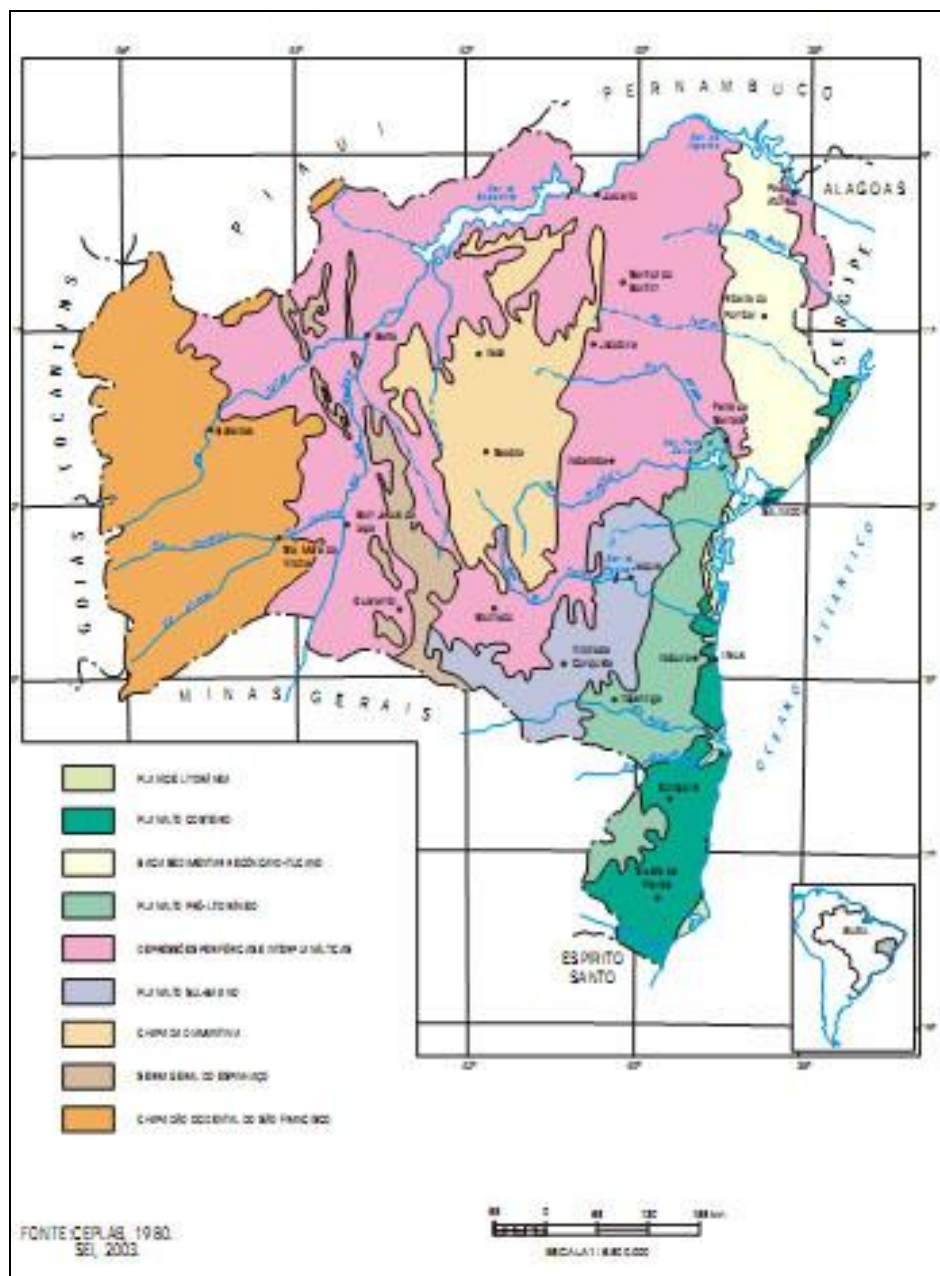
### Carta 31: Procedência Lingüística do Léxico Toponímico em 2000



legenda:

<span style="color: red;">■</span> Tupi	<span style="background-color: white;">■</span> português	<span style="color: magenta;">■</span> luso-Tupi	<span style="background-color: grey;">■</span> Kariri	<span style="background-color: brown;">■</span> africana
<span style="color: orange;">■</span> língua europeia (não-portuguesa)	<span style="color: yellow;">■</span> luso-europeu	<span style="color: green;">■</span> persa		

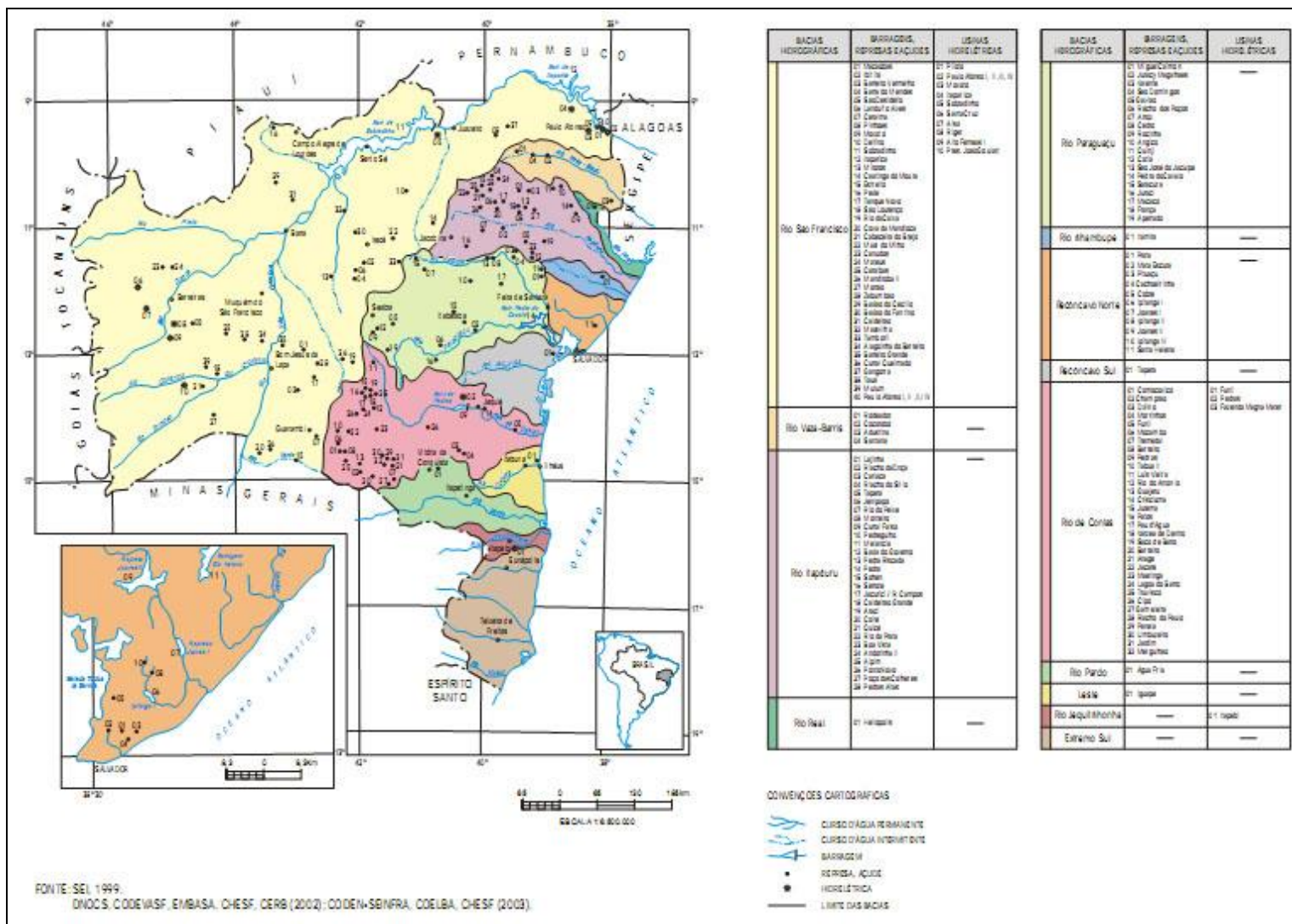
### Carta 32: Bahia: Macro Unidades do Relevo



Fonte: [www.sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br)

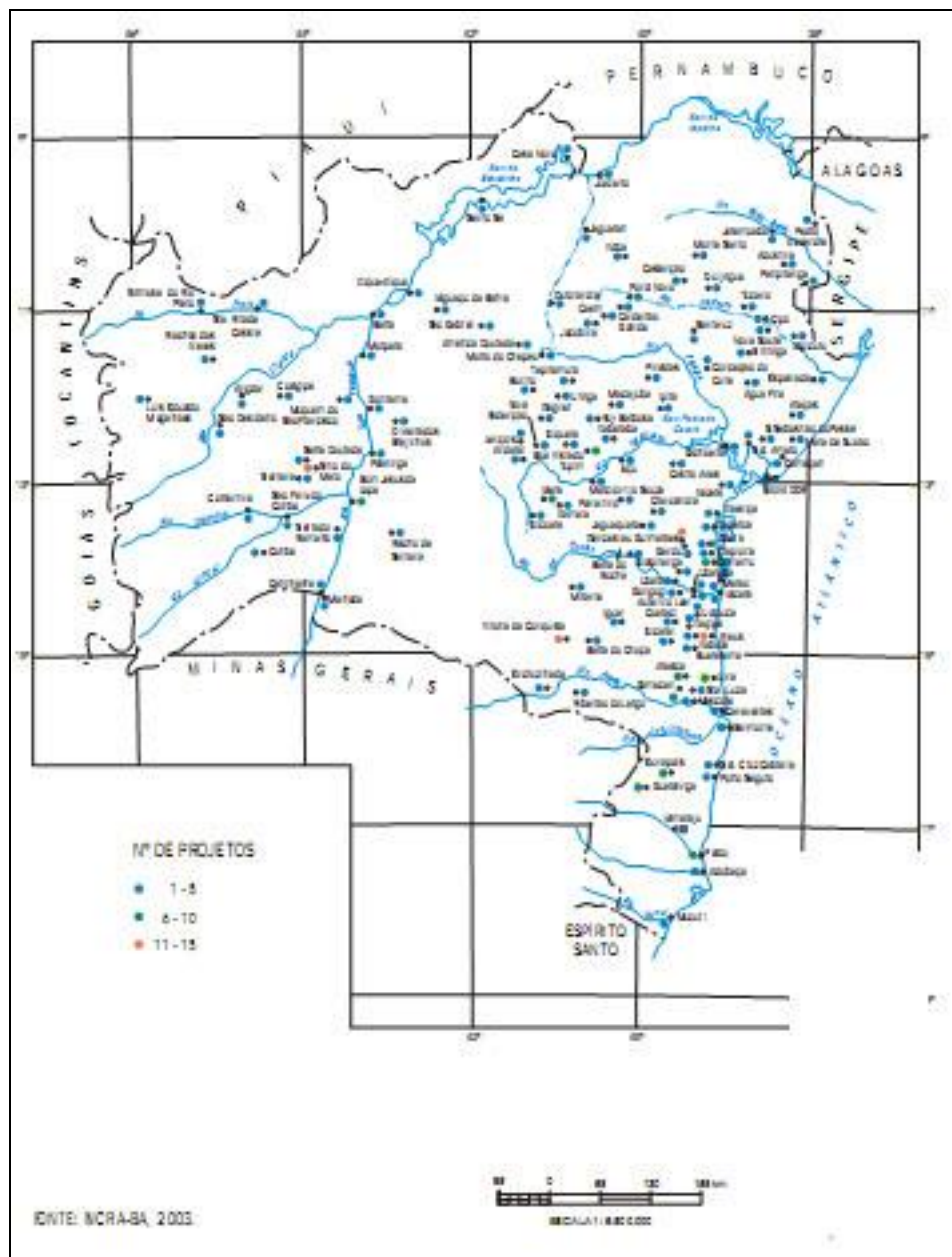


Carta 33: Bahia: Bacias Hidrográficas

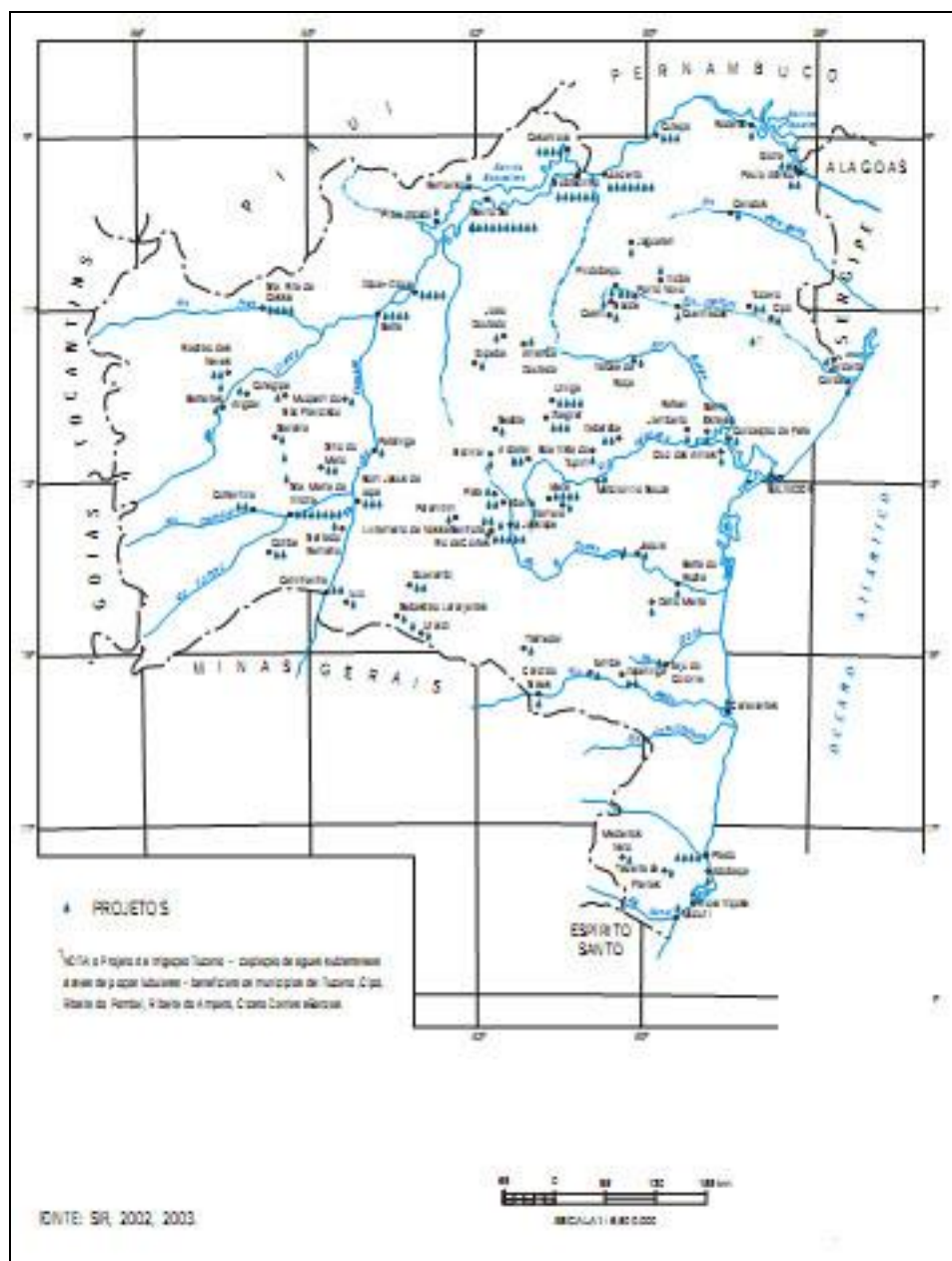




### Carta 35: Bahia: Assentamentos Rurais



### Carta 36: Bahia: Projetos de Irrigação





## APÊNDICE C: OS DADOS DAS DIFERENTES SINCRONIAS

**Quadro A: Lista alfabética dos atuais municípios baianos, suas respectivas Regiões Econômicas, datas de criação, municípios de origem, categorias toponímicas, processos morfológicos e procedências idiomáticas**

R.E.	MUNICÍPIO / TOPÔNIMO	criação	ORIGEM	CATEGORIA	FORMAÇÃO	PROCEDÊNCIA
CD	Abaira	22/02/1962	Piatã	axiotopônimo	aglutinação	Tupi
NE	Abaré	19/06/1962	Chorrochó	axiotopônimo	justaposição	Tupi
LN	Acajutiba	28/11/1952	Esplanada e Itapicuru	fitotopônimo	justaposição	Tupi
NE	Ajustina	5/04/1989	Paripiranga	estematopônimo	derivação	português
NE	Água Fria	28/04/1727	-	corotopônimo	simples	português
LS	Aiquara	12/04/1962	Jequié	ecotopônimo	justaposição	Tupi
LN	Alagoinhas	16/06/1852	Inhambupe	hidrotopônimo	sufixação	português
ES	Alcobaça	3/03/1755	Caravelas e Prado	corotopônimo	simples	português
LS	Almadina	15/03/1962	Coaraci	litotopônimo	derivação	português
RS	Amargosa	21/04/1877	Santa Terezinha	animotopônimo	derivação	português
PARAG	Amélia Rodrigues	20/10/1961	Santo Amaro	antropotopônimo	justaposição	português
IRECÊ	América Dourada	25/02/1985	Irecê	corotopônimo	justaposição	português
SW	Anajé	5/04/1962	Vitória da Conquista	zootopônimo	simples	Tupi
CD	Andaraí	19/05/1884	Mucugê	corotopônimo	simples	Tupi
PCD	Andorinha	13/06/1989	Senhor do Bonfim	zootopônimo	simples	português
W	Angical	5/07/1890	Cotegipe	fitotopônimo	derivação	português
PARAG	Anguera	20/11/1961	Feira de Santana	necrotopônimo	aglutinação	Tupi
NE	Antas	13/08/1953	Cícero Dantas e Jeremoabo	zootopônimo	sufixação	português
PARAG	Antônio Cardoso	18/04/1961	São Gonçalo dos Campos	antropotopônimo	justaposição	português
PCD	Antônio Gonçalves	5/07/1962	Campo. Formoso	antropotopônimo	justaposição	português
LN	Aporá	14/08/1958	Inhambupe	geomorfotopônimo	aglutinação	Tupi
LS	Apuarema	13/06/1989	Itacaré	geomorfotopônimo	justaposição	Tupi
LN	Araçás	24/02/1989	Alagoinhas	fitotopônimo	sufixação	português
SG	Aracatu	12/07/1962	Brumado	meteorotopônimo	justaposição	Tupi
NE	Araci	13/12/1890	Serrinha	astrotopônimo	justaposição	Tupi
LN	Aramari	6/09/1961	Alagoinhas	corotopônimo	simples	Tupi
LS	Arataca	9/05/1985	Una	ergotopônimo	simples	Tupi
RS	Aratuípe	7/02/1890	Nazaré e Santo Antônio de Jesus	corotopônimo	simples	Tupi
LS	Aurelino Leal	15/12/1961	Itacaré	antropotopônimo	justaposição	português
W	Baianópolis	30/07/1961	Barreiras	poliotopônimo	justaposição	lusu-europeu
PARAG	Baixa Grande	17/07/1885	Ipirá	geomorfotopônimo	justaposição	português
NE	Banzaê	24/02/1989	Ribeira do Pombal	antropotopônimo	simples	persa
MSF	Barra	5/12/ 1752	-	geomorfotopônimo	simples	português



R.E.	MUNICÍPIO / TOPÔNIMO	CRIAÇÃO	ORIGEM	CATEGORIA	FORMAÇÃO	PROCEDÊNCIA
CD	Barra da Estiva	29/07/1920	Jussiape	geomorfotopônimo	justaposição	português
SW	Barra do Choça	22/06/1962	Vitória da Conquista	geomorfotopônimo	justaposição	português
IRECÊ	Barra do Mendes	21/07/1917	Brotas de Macaúbas e Gentio do Ouro	geomorfotopônimo	justaposição	português
LS	Barra do Rocha	24/08/1961	Ipiaú	geomorfotopônimo	justaposição	português
W	Barreiras	26/05/1891	Angical	geomorfotopônimo	sufixação	português
IRECÊ	Barro Alto	9/05/1985	Canarana	litotopônimo	justaposição	português
LS	Barro Preto	17/04/1962	Itajuípe	litotopônimo	justaposição	português
NE	Barrocas	30/03/2000	Serrinha	litotopônimo	sufixação	português
ES	Belmonte	23/06/1764	Porto Seguro	corotopônimo	simples	português
SW	Belo Campo	22/02/1962	Vitória da Conquista	animotopônimo	justaposição	português
NE	Biritinga	23/04/1962	Serrinha	fitotopônimo	justaposição	Tupi
SW	Boa Nova	26/06/1903	Poções	animotopônimo	justaposição	português
PARAG	Boa Vista do Tupim	19/07/1962	Itaberaba	animotopônimo	justaposição	português
MSF	Bom Jesus da Lapa	18/09/1890	Paratinga	hagiotopônimo	justaposição	português
SW	Bom Jesus da Serra	13/06/1989	Poções	hagiotopônimo	justaposição	português
CD	Boninal	5/06/1915	Piatã	fitotopônimo	aglutinação	português
CD	Bonito	13/06/1989	Utinga e Morro do Chapéu	corotopônimo	simples	português
CD	Boquira	6/04/1962	Macaúbas	hidrotopônimo	aglutinação	Tupi
CD	Botuporã	22/03/1962	Macaúbas	geomorfotopônimo	aglutinação	Tupi
RS	Brejões	24/07/1924	Amargosa	hidrotopônimo	sufixação	português
MSF	Brejoândia	16/07/1962	Angical	poliotopônimo	justaposição	luso-europeu
CD	Brotas de Macaúbas	16/07/1878	Macaúbas	geomorfotopônimo	justaposição	português
SG	Brumado	11/06/1877	Caetité	corotopônimo	simples	português
LS	Buerarema	17/09/1959	Itabuna	fitotopônimo	aglutinação	Tupi
MSF	Buritirama	9/05/1985	Barra	fitotopônimo	justaposição	Tupi
SW	Caatiba	1º/04/1961	Vitória da Conquista	fitotopônimo	justaposição	Tupi
RS	Cabaceiras do Paraguaçu	13/06/1989	Muritiba	hidrotopônimo	justaposição	português
RS	Cachoeira	9/01/1698	-	hidrotopônimo	simples	português
SG	Caculé	14/08/1919	Caetité	zootopônimo	simples	Kimbundo
PCD	Caem	12/07/1962	Jacobina	corotopônimo	simples	francês
SW	Caetanos	31/01/1989	Poções	hierotopônimo	sufixação	português
SG	Caetité	26/02/1810	Jacobina	fitotopônimo	justaposição	Tupi
IRECÊ	Cafarnaum	16/07/1962	Morro do Chapéu	corotopônimo	simples	português
LS	Cairu	1608	Ilhéus	corotopônimo	simples	Tupi
PCD	Caldeirão Grande	25/04/1962	Saúde	ergotopônimo	justaposição	português
LS	Camacan	31/08/1961	Canavieiras	somatotopônimo	aglutinação	Tupi
RMS	Camaçari	28/09/1758	Salvador	corotopônimo	simples	português
LS	Camamu	25/05/1693	Ilhéus	somatotopônimo	justaposição	Tupi

R.E.	MUNICÍPIO / TOPÔNIMO	CRIAÇÃO	ORIGEM	CATEGORIA	FORMAÇÃO	PROCEDÊNCIA
SMSF	Campo Alegre de Lourdes	5/07/1962	Remanso	fitotopônimo	justaposição	português
PCD	Campo Formoso	28/07/1880	Senhor do Bonfim	fitotopônimo	justaposição	português
W	Canápolis	19/07/1962	Santana	poliotopônimo	justaposição	luso-europeu
IRECĒ	Canarana	16/07/1962	Morro do Chapéu	fitotopônimo	simples	português
LS	Canaveiras	9/05/1833	Ilhéus	fitotopônimo	aglutinação	português
PARAG	Candeal	23/04/1962	Riachão do Jacuípe	corotopônimo	simples	português
RMS	Candeias	14/08/1958	Salvador	ergotopônimo	sufixação	português
SG	Candiba	27/07/1962	Guanambi	zootopônimo	simples	kimbundo
SW	Cândido Sales	5/07/1962	Vitória da Conquista	antropotopônimo	justaposição	português
NE	Cansanção	12/08/1958	Monte Santo	fitotopônimo	simples	português
NE	Canudos	25/02/1925	Euclides da Cunha	historiotopônimo	simples	português
PARAG	Capela do Alto Alegre	19/03/1985	Riachão do Jacuípe	sociotopônimo	justaposição	português
PCD	Capim Grosso	9/05/1985	Jacobina	fitotopônimo	justaposição	português
SW	Caraíbas	24/02/1989	Tremendal	fitotopônimo	sufixação	luso-Tupi
ES	Caravelas	7/06/1701	Porto Seguro	ergotopônimo	sufixação	português
LN	Cardeal da Silva	30/06/1962	Entre Rios	axiotopônimo	justaposição	português
MSF	Carinhanha	6/07/1832	Barra	corotopônimo	simples	português
SMSF	Casa Nova	20/06/1879	Remanso	corotopônimo	simples	português
RS	Castro Alves	26/06/1880	Cachoeira	antropotopônimo	justaposição	português
W	Catolândia	27/07/1962	Barreiras	poliotopônimo	justaposição	luso-europeu
LN	Catu	26/06/1868	São Francisco do Conde	corotopônimo	simples	Tupi
CD	Caturama	13/06/1989	Botuporã	animotopônimo	justaposição	Tupi
IRECĒ	Central	12/08/1958	Xiquexique	cardinotopônimo	derivação	português
NE	Chorrochó	22/08/1919	Curaçá	hidrotopônimo	aglutinação	Tupi
NE	Cícero Dantas	9/06/1875	Jeremoabo	antropotopônimo	justaposição	português
NE	Cipó	8/07/1931	Ribeira do Pombal, Ribeira do Amparo, Nova Soure	corotopônimo	simples	português
LS	Coaraci	12/12/1952	Ilhéus	astrotopônimo	aglutinação	Tupi
W	Cocos	14/08/1958	Cariranha	fitotopônimo	sufixação	português
PARAG	Conceição da Feira	23/07/1926	Cachoeira	hierotopônimo	justaposição	português
RS	Conceição do Almeida	18/06/1890	São Felipe	hierotopônimo	justaposição	português
NE	Conceição do Coité	18/12/1890	Riachão do Jacuípe	hierotopônimo	justaposição	português
PARAG	Conceição do Jacuípe	18/07/1890	Santo Amaro	hierotopônimo	justaposição	português
LN	Conde	24/11/1806	Itapicuru	axiotopônimo	simples	português
SG	Condeúba	11/06/1860	Caetité	corotopônimo	simples	Tupi
SG	Contendas do Sincorá	6/10/1961	Ituaçu	historiotopônimo	justaposição	português
PARAG	Coração de Maria	10/03/1891	Irará	hierotopônimo	justaposição	português
SG	Cordeiros	28/12/1961	Condeúba	antropotopônimo	sufixação	português
W	Coribe	14/08/1958	Santa Maria da Vitória	corotopônimo	simples	Tupi

R.E.	MUNICÍPIO / TOPÔNIMO	CRIAÇÃO	ORIGEM	CATEGORIA	FORMAÇÃO	PROCEDÊNCIA
NE	Coronel João Sá	28/07/1962	Jeremoabo	axiotopônimo	justaposição	português
W	Correntina	15/05/1866	Cariranha	corotopônimo	simples	português
W	Cotegipe	31/05/1933	Barra	corotopônimo	simples	Tupi
SW	Cravolândia	16/07/1962	Santa Inês	poliotopônimo	justaposição	luso-europeu
NE	Crisópolis	26/08/1898	Itapicuru	poliotopônimo	aglutinação	grego
W	Cristópolis	19/07/1962	Angical	poliotopônimo	justaposição	luso-europeu
RS	Cruz das Almas	29/07/1897	São Félix	hierotopônimo	justaposição	português
SMSF	Curaçá	6/06/1853	Juazeiro	corotopônimo	simples	Tupi
LS	Dário Meira	12/04/1962	Boa Nova	antropotopônimo	justaposição	português
RMS	Dias D'Ávila	25/02/1985	Camaçari	antropotopônimo	justaposição	português
SG	Dom Basílio	5/04/1962	Livramento de Nossa Senhora	axiotopônimo	justaposição	português
RS	Dom Macedo Costa	4/04/1962	São Felipe	axiotopônimo	justaposição	português
RS	Elísio Medrado	20/07/1962	Santa Terezinha	antropotopônimo	justaposição	português
SW	Encruzilhada	17/06/1921	Vitória da Conquista	odotopônimo	derivação	português
LN	Entre Rios	3/04/1872	Inhambupe	hidrotopônimo	justaposição	português
CD	Érico Cardoso	16/09/1878	Rio de Contas	antropotopônimo	justaposição	português
LN	Esplanada	10/06/1912	Conde	geomorfotopônimo	derivação	português
NE	Euclides da Cunha	11/06/1898	Monte Santo	antropotopônimo	justaposição	português
ES	Eunápolis	12/05/1988	Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia	poliotopônimo	justaposição	grego
NE	Fátima	1º/04/1985	Cícero Dantas	corotopônimo	simples	português
MSF	Feira da Mata	24/02/1989	Cariranha	sociotopônimo	justaposição	português
PARAG	Feira de Santana	10/01/1833	Cachoeira	sociotopônimo	justaposição	português
PCD	Filadélfia	9/05/1985	Pindobaçu	corotopônimo	simples	português
SW	Firmino Alves	27/07/1962	Ibicaraí	antropotopônimo	justaposição	português
LS	Floresta Azul	23/04/1962	Ibicaraí	fitotopônimo	justaposição	português
W	Formosa do Rio Preto	21/12/1961	Santa Rita de Cássia	animotopônimo	justaposição	português
LS	Gandu	28/07/1958	Ituberá	corotopônimo	simples	Kimbundo
PARAG	Gavião	19/03/1985	Riachão do Jacuípe	corotopônimo	simples	português
IRECÉ	Gentio do Ouro	9/07/1890	Xiquexique	etnotopônimo	justaposição	português
NE	Glória	1º/05/1886	Jeremoabo	animotopônimo	simples	português
LS	Gongoji	12/04/1962	Ubaitaba	corotopônimo	simples	kicongo
RS	Governador Mangabeira	14/03/1962	Muritiba	axiotopônimo	justaposição	português
SG	Guajeru	25/02/1985	Condeúba	fitotopônimo	simples	Tupi
SG	Guanambi	14/08/1919	Palmas de Monte Alto	zootopônimo	simples	Tupi
ES	Guaratinga	31/08/1961	Porto Seguro	zootopônimo	justaposição	Tupi
NE	Heliópolis	11/04/1985	Ribeira do Amparo	poliotopônimo	justaposição	grego
PARAG	Iaçú	14/08/1958	Santa Terezinha	hidrotopônimo	justaposição	Tupi
SG	Ibiassucê	18/07/1962	Caçulé	geomorfotopônimo	justaposição	Tupi

R.E.	MUNICÍPIO / TOPÔNIMO	CRIAÇÃO	ORIGEM	CATEGORIA	FORMAÇÃO	PROCEDÊNCIA
LS	Ibicaraí	22/10/1952	Itabuna	litotopônimo	justaposição	Tupi
CD	Ibicoara	20/07/1962	Mucugê	geomorfotopônimo	justaposição	Tupi
SW	Ibicuí	12/12/1952	Poções	litotopônimo	justaposição	Tupi
IRECÊ	Ibipeba	19/09/1961	Gentio do Ouro	geomorfotopônimo	justaposição	Tupi
CD	Ibipitanga	16/07/1962	Camamu	litotopônimo	justaposição	Tupi
PARAG	Ibiquera	20/08/1958	Itaberaba	geomorfotopônimo	justaposição	Tupi
LS	Ibirapitanga	3/08/1961	Camamu	fitotopônimo	justaposição	Tupi
ES	Ibirapoã	20/07/1962	Caravelas	fitotopônimo	justaposição	Tupi
LS	Ibirataia	10/11/1960	Ipiaú	fitotopônimo	justaposição	Tupi
CD	Ibitiara	20/02/1891	Piatã	geomorfotopônimo	justaposição	Tupi
IRECÊ	Ibititá	17/10/1961	Irecê	geomorfotopônimo	aglutinação	Tupi
MSF	Ibotirama	14/08/1958	Paratinga	fitotopônimo	justaposição	Tupi
PARAG	Ichu	30/07/1962	Riachão do Jacuípe	zootopônimo	simples	Tupi
SG	Igaporã	25/05/1953	Caetité	hidrotopônimo	aglutinação	Tupi
LS	Igrapiúna	24/02/1989	Camamu	corotopônimo	simples	Tupi
SW	Iguaí	12/12/1952	Poções	hidrotopônimo	justaposição	Tupi
LS	Ilhéus	26/07/1554	-	corotopônimo	simples	português
LN	Inhambupe	26/06/1801	Água Fria	corotopônimo	simples	Tupi
PARAG	Ipecaetá	19/07/1962	Santo Estevão	fitotopônimo	justaposição	Tupi
LS	Ipiaú	2/12/1933	Jequié	hidrotopônimo	justaposição	Tupi
PARAG	Ipirá	20/04/1855	Feira de Santana	hidrotopônimo	justaposição	Tupi
CD	Ipupiara	9/08/1958	Brotas de Macaúbas	mitotopônimo	justaposição	Tupi
SW	Irajuba	16/07/1962	Santa Inês	ergotopônimo	justaposição	Tupi
CD	Iramaia	28/01/1960	Barra da Estiva	zootopônimo	justaposição	Tupi
CD	Iraquara	5/06/1962	Seabra	ecotopônimo	justaposição	Tupi
PARAG	Irará	27/05/1842	Água Fria	zootopônimo	simples	Tupi
IRECÊ	Irecê	2/08/1926	Morro do Chapéu	hidrotopônimo	justaposição	Tupi
ES	Itabela	13/06/1989	Porto Seguro	geomorfotopônimo	justaposição	luso-Tupi
PARAG	Itaberaba	26/03/1877	Ipirá	litotopônimo	justaposição	Tupi
LS	Itabuna	13/09/1906	Ilhéus	mineratopônimo	justaposição	Tupi
LS	Itacaré	27/01/1732	Ilhéus	mineratopônimo	justaposição	Tupi
PARAG	Itaetê	25/09/1961	Andaraí	litotopônimo	justaposição	Tupi
LS	Itagi	10/12/1960	Jequié	hidrotopônimo	justaposição	Tupi
LS	Itagiba	14/08/1958	Boa Nova	mineratopônimo	aglutinação	Tupi
ES	Itagimirim	23/04/1962	Itapebi	hidrotopônimo	justaposição	Tupi
IRECÊ	Itaguaçu da Bahia	24/02/1989	Xiquexique	corofotopônimo	justaposição	português
LS	Itaju do Colônia	19/07/1962	Itabuna	corotopônimo	justaposição	luso-Tupi
LS	Itajuípe	12/12/1952	Ilhéus	hidrotopônimo	aglutinação	Tupi

R.E.	MUNICÍPIO / TOPÔNIMO	CRIAÇÃO	ORIGEM	CATEGORIA	FORMAÇÃO	PROCEDÊNCIA
ES	Itamaraju	5/10/1961	Prado	litotopônimo	justaposição	Tupi
LS	Itamari	18/07/1962	Gandu	hidrotopônimo	justaposição	Tupi
SW	Itambé	21/08/1927	Vitória da Conquista	geomorfotopônimo	aglutinação	Tupi
LN	Itanagra	30/07/1962	Mata de São João e Entre Rios	zootopônimo	simples	Tupi
ES	Itanhém	14/08/1958	Alcobaça	corotopônimo	simples	Tupi
RMS	Itaparica	25/10/1831	Salvador	corotopônimo	simples	português
LS	Itapé	28/12/1961	Itabuna	odotopônimo	justaposição	Tupi
ES	Itapebi	14/08/1958	Belmonte	hidrotopônimo	justaposição	Tupi
SW	Itapetinga	12/12/1952	Itambé	geomorfotopônimo	justaposição	Tupi
NE	Itapicuru	23/04/1727	-	corotopônimo	simples	Tupi
LS	Itapitanga	21/12/1960	Itabuna	geomorfotopônimo	justaposição	Tupi
SW	Itaquara	19/07/1926	Santa Inês	geomorfotopônimo	justaposição	Tupi
SW	Itarantim	1º/04/1961	Macarani	geomorfotopônimo	aglutinação	Tupi
RS	Itatim	13/06/1989	Santa Terezinha	geomorfotopônimo	justaposição	Tupi
SW	Itiruçu	18/07/1935	Jaguaquara	geomorfotopônimo	aglutinação	Tupi
PCD	Itiúba	18/01/1935	Queimadas	corotopônimo	simples	Tupi
SW	Itororó	22/08/1958	Ibicaraí	hidrotopônimo	justaposição	Tupi
SG	Ituaçu	9/07/1867	Mucugê	hidrotopônimo	justaposição	Tupi
LS	Ituberá	26/12/1758	Ilhéus	hidrotopônimo	aglutinação	Tupi
MSF	Iuiu	24/02/1989	Malhada	corotopônimo	simples	português
W	Jaborandi	12/05/1986	Correntina	fitotopônimo	simples	Tupi
SG	Jacaraci	7/06/1880	Caetité	hidrotopônimo	justaposição	Tupi
PCD	Jacobina	5/08/1720	-	litotopônimo	aglutinação	Tupi
SW	Jaguaquara	18/05/1921	Ubaira	ecotopônimo	aglutinação	Tupi
PCD	Jaguarari	6/08/1926	Senhor do Bonfim	corotopônimo	simples	Tupi
RS	Jaguaripe	23/04/1697	-	corotopônimo	simples	Tupi
LN	Jandaíra	23/04/1727	-	zootopônimo	simples	português
SW	Jequié	10/07/1897	Maracás	ergotopônimo	aglutinação	Tupi
NE	Jeremoabo	25/10/1831	Itapicuru	sociotopônimo	aglutinação	português
RS	Jiquiriçá	9/05/1833	Valença	corotopônimo	simples	Tupi
LS	Jitaúna	22/12/1961	Ilhéus	fitotopônimo	aglutinação	Tupi
IRECÊ	João Dourado	9/05/1985	Irecê	antropotopônimo	justaposição	português
SMSF	Juazeiro	9/05/1833	Sento Sé	fitotopônimo	derivação	português
ES	Jucuruçu	24/02/1989	Itamaraju	corotopônimo	simples	Tupi
IRECÊ	Jussara	24/07/1962	Central	fitotopônimo	simples	português
LS	Jussari	9/05/1985	Jequié	hidrotopônimo	aglutinação	Tupi
CD	Jussiape	26/10/1890	Rio de Contas e Barra da Estiva	odotopônimo	aglutinação	Tupi
SW	Lafayette Coutinho	20/02/1962	Maracás	antropotopônimo	justaposição	português

R.E.	MUNICÍPIO / TOPÔNIMO	CRIAÇÃO	ORIGEM	CATEGORIA	FORMAÇÃO	PROCEDÊNCIA
SG	Lagoa Real	13/06/1989	Caetité	hidrotopônimo	justaposição	português
RS	Laje	20/06/1905	Aratuípe	litotopônimo	simples	português
ES	Lajedão	16/07/1962	Caravelas	litotopônimo	derivação	português
PARAG	Lajedinho	12/07/1962	Ruy Barbosa	corotopônimo	simples	português
SW	Lajedo do Tabocal	13/06/1989	Maracás	litotopônimo	justaposição	português
NE	Lamarão	20/07/1962	Serrinha	litotopônimo	derivação	português
IRECÊ	Lapão	3/07/1985	Irecê	geomorfotopônimo	derivação	português
RMS	Lauro de Freitas	27/07/1962	Salvador	antropotopônimo	justaposição	português
CD	Lençóis	18/12/1856	Mucugê	corotopônimo	simples	português
SG	Licínio de Almeida	12/04/1962	Jacaraci e Urandi	antropotopônimo	justaposição	português
SG	Livramento de Nossa Senhora	9/02/1724	Jacobina	hierotopônimo	justaposição	português
W	Luís Eduardo Magalhães	30/03/2000	Barreiras	antropotopônimo	justaposição	português
PARAG	Macajuba	12/05/1906	Baixa Grande	fitotopônimo	simples	Tupi
SW	Macarani	31/12/1943	Encruzilhada	hidrotopônimo	aglutinação	Tupi
CD	Macaúbas	6/07/1832	Paratinga	fitotopônimo	sufixação	português
NE	Macururé	27/07/1962	Glória	zootopônimo	justaposição	Tupi
RMS	Madre de Deus	13/06/1989	Salvador	hierotopônimo	justaposição	português
SG	Maetinga	9/05/1985	Presidente Jânio Quadros	fitotopônimo	aglutinação	Tupi
SW	Maiquinique	16/07/1962	Maracani	ergotopônimo	simples	kikongo
PARAG	Mairi	31/12/1857	Jacobina e Ipirá	poliotopônimo	simples	Tupi
MSF	Malhada	29/11/1961	Carinhanha	ergotopônimo	derivação	português
SG	Malhada de Pedras	12/07/1962	Brumado	litotopônimo	justaposição	português
SW	Manoel Vitorino	30/07/1962	Boa Nova	antropotopônimo	justaposição	português
W	Mansidão	26/02/1985	Santa Rita de Cássia	animotopônimo	simples	português
SW	Maracás	19/04/1855	Mucugê	ergotopônimo	sufixação	português
RS	Maragogipe	16/02/1724	Jaguaripe	hidrotopônimo	aglutinação	Tupi
LS	Maraú	23/07/1761	Itabuna	fitotopônimo	simples	Tupi
PARAG	Marcionílio Souza	27/07/1962	Maracás	antropotopônimo	justaposição	português
LS	Mascote	19/07/1962	Ilhéus	ergotopônimo	simples	português
LN	Mata de São João	15/04/1846	Camaçari	fitotopônimo	justaposição	português
MSF	Matina	5/04/1989	Riacho de Santana	corotopônimo	simples	português
ES	Medeiros Neto	14/08/1958	Alcobaça	antropotopônimo	justaposição	português
PCD	Miguel Calmon	6/08/1924	Jacobina	antropotopônimo	Justaposição	português
RS	Milagres	22/12/1961	Amargosa	hierotopônimo	sufixação	português
PCD	Mirangaba	24/11/1961	Saúde	animotopônimo	aglutinação	Tupi
SW	Mirante	13/06/1989	Boa Nova	ergotopônimo	derivação	português
NE	Monte Santo	21/03/1837	Itapicuru	geomorfotopônimo	justaposição	português
MSF	Morpará	16/07/1962	Brotas de Macaúbas; Oliveira dos Brejinhos	hidrotopônimo	aglutinação	português

R.E.	MUNICÍPIO / TOPÔNIMO	CRIAÇÃO	ORIGEM	CATEGORIA	FORMAÇÃO	PROCEDÊNCIA
PCD	Morro do Chapéu	7/05/1864	Jacobina	corotopônimo	simples	português
SG	Mortugaba	30/11/1961	Jacaraci	corotopônimo	simples	Tupi
CD	Mucugê	17/05/1847	Rio de Contas	corotopônimo	simples	Tupi
ES	Mucuri	15/10/1769	Nova Viçosa	corotopônimo	simples	Tupi
IRECÉ	Mulungu do Morro	13/06/1989	Cafarnaum e Morro do Chapéu	fitotopônimo	justaposição	português
PARAG	Mundo Novo	1º/03/1890	Mairi	corotopônimo	justaposição	português
RS	Muniz Ferreira	30/07/1962	Nazaré	antropotopônimo	justaposição	português
MSF	Muquém do São Francisco	13/06/1969	Barra	ergotopônimo	justaposição	português
RS	Muritiba	8/08/1919	São Félix	fitotopônimo	aglutinação	Tupi
RS	Mutuípe	26/07/1926	Jiquiriçá	hidrotopônimo	aglutinação	Tupi
RS	Nazaré	25/10/1831	Jaguaripe	corotopônimo	simples	português
LS	Nilo Peçanha	19/12/1810	Cairu	antropotopônimo	justaposição	português
NE	Nordestina	9/05/1985	Queimadas	cardinotopônimo	sufixação	português
SW	Nova Canaã	9/11/1961	Poções	cronotopônimo	justaposição	português
PARAG	Nova Fátima	13/06/1989	Riachão do Jacuípe	cronotopônimo	justaposição	português
LS	Nova Ibiá	13/06/1989	Gandu	cronotopônimo	justaposição	português
RS	Nova Itarana	20/07/1962	Brejões	cronotopônimo	justaposição	português
CD	Nova Redenção	24/02/1989	Andaraí	animotopônimo	justaposição	português
NE	Nova Soure	8/05/1758	Itapicuru	cronotopônimo	justaposição	português
ES	Nova Viçosa	3/03/1755	Caravelas	cronotopônimo	justaposição	português
CD	Novo Horizonte	13/06/1989	Ibitiara	animotopônimo	justaposição	português
NE	Novo Triunfo	24/02/1989	Antas	cronotopônimo	justaposição	português
NE	Olindina	14/08/1958	Itapicuru	corotopônimo	derivação	português
CD	Oliveira dos Brejinhos	1º/06/1891	Paratinga	fitotopônimo	justaposição	português
LN	Ouriçangas	27/03/1962	Irará	hidrotopônimo	sufixação	luso-Tupi
PCD	Ourolândia	13/07/1989	Jacobina	poliotopônimo	justaposição	luso-europeu
SG	Palmas de Monte Alto	19/05/1840	Macaúbas	fitotopônimo	justaposição	português
CD	Palmeiras	23/12/1890	Lençóis	fitotopônimo	sufixação	português
CD	Paramirim	19/09/1878	Érico Cardoso	corotopônimo	simples	Tupi
MSF	Paratinga	23/03/1745	Jacobina	hidrotopônimo	justaposição	Tupi
NE	Paripiranga	1º/05/1886	Cícero Dantas	ergotopônimo	justaposição	Tupi
LS	Pau Brasil	18/04/1962	Camacan	fitotopônimo	justaposição	português
NE	Paulo Afonso	28/07/1958	Glória	antropotopônimo	justaposição	português
PARAG	Pé de Serra	19/03/1985	Riachão do Jacuípe	geomorfotopônimo	justaposição	português
LN	Pedraão	12/07/1962	Irará	geomorfotopônimo	derivação	português
NE	Pedro Alexandre	28/07/1963	Jeremoabo	antropotopônimo	justaposição	português
CD	Piatã	11/07/1878	Rio de Contas	somatotopônimo	justaposição	Tupi
SMSF	Pilão Arcado	15/01/1810	-	ergotopônimo	justaposição	português

R.E.	MUNICÍPIO / TOPÔNIMO	CRIAÇÃO	ORIGEM	CATEGORIA	FORMAÇÃO	PROCEDÊNCIA
SG	Pindaí	13/02/1962	Urandi	hidrotopônimo	aglutinação	Tupi
PCD	Pindobaçu	4/03/1953	Campo Formoso	fitotopônimo	aglutinação	Tupi
PARAG	Pintadas	9/05/1985	Ipirá	ergotopônimo	sufixação	português
LS	Piraí do Norte	24/02/1989	Ituberá	hidrotopônimo	justaposição	português
SG	Piripá	30/07/1962	Cordeiros	hidrotopônimo	justaposição	Tupi
PARAG	Piritiba	28/11/1952	Mundo Novo	fitotopônimo	justaposição	Tupi
SW	Planaltino	30/07/1962	Maracás	geomorfotopônimo	derivação	português
SW	Planalto	5/04/1962	Poções	geomorfotopônimo	aglutinação	português
SW	Poções	26/06/1880	Vitória da Conquista	ergotopônimo	sufixação	português
LN	Pojuca	29/07/1913	Catu	corotopônimo	simples	Tupi
PCD	Ponto Novo	13/06/1989	Caldeirão Grande.	odotopônimo	justaposição	português
ES	Porto Seguro	27/05/1534	-	sociotopônimo	justaposição	português
SW	Potiraguá	6/03/1953	Canavieiras	geomorfotopônimo	aglutinação	Tupi
ES	Prado	20/10/1795	Caravelas	odotopônimo	simples	português
IRECÊ	Presidente Dutra	12/04/1962	Central	axiotopônimo	justaposição	português
SG	Presidente Jânio Quadros	28/12/1961	Condeuba	axiotopônimo	justaposição	português
LS	Presidente Tancredo Neves	24/02/1989	Valença	axiotopônimo	justaposição	português
NE	Queimadas	20/06/1884	Senhor do Bonfim	estematopônimo	sufixação	português
NE	Quinjingue	15/03/1961	Tucano	corotopônimo	simples	português
PCD	Quixabeira	13/06/1989	Serrolândia	fitotopônimo	derivação	português
PARAG	Rafael Jambeiro	9/05/1985	Castro Alves	antropotopônimo	justaposição	português
SMSF	Remanso	14/12/1857	Pilão Arcado	hidrotopônimo	simples	português
NE	Retirolândia	27/07/1962	Conceição do Coité	poliotopônimo	justaposição	luso-europeu
W	Riachão das Neves	19/07/1962	Cotegipe	hidrotopônimo	justaposição	português
PARAG	Riachão do Jacuípe	1º/08/1878	Jacobina	hidrotopônimo	justaposição	português
MSF	Riacho de Santana	13/08/1878	Palmas de Monte Alto	hidrotopônimo	justaposição	português
NE	Ribeira do Amparo	17/12/1890	Ribeira do Pombal	hidrotopônimo	justaposição	português
NE	Ribeira do Pombal	8/05/1758	Itapicuru	hidrotopônimo	justaposição	português
SW	Ribeirão do Largo	3/03/1989	Encruzilhada	corotopônimo	simples	português
CD	Rio de Contas	27/01/1724	Jacobina	corotopônimo	simples	português
SG	Rio do Antônio	27/07/1962	Caculé	corotopônimo	simples	português
CD	Rio do Pires	17/11/1961	Paramirim	corotopônimo	simples	português
LN	Rio Real	1º/07/1880	Itapicuru	corotopônimo	simples	português
NE	Rodelas	30/07/1962	Glória	etnotopônimo	sufixação	português
PARAG	Ruy Barbosa	25/06/1914	Itaberaba	antropotopônimo	justaposição	português
RS	Salinas da Margarida	27/07/1962	Itaparica	sociotopônimo	justaposição	português
RMS	Salvador	19/03/1549	-	hierotopônimo	simples	português
PARAG	Santa Bárbara	14/12/1961	Feira de Santana	hagiotopônimo	justaposição	português



R.E.	MUNICÍPIO / TOPÔNIMO	CRIAÇÃO	ORIGEM	CATEGORIA	FORMAÇÃO	PROCEDÊNCIA
NE	Santa Brígida	27/07/1962	Jeremoabo	hagiotopônimo	justaposição	português
ES	Santa Cruz Cabrália	29/11/1832	Porto Seguro	hierotopônimo	justaposição	português
LS	Santa Cruz da Vitória	5/07/1962	Ibicaraí	hierotopônimo	justaposição	português
SW	Santa Inês	22/07/1924	Ubaira	hagiotopônimo	justaposição	português
LS	Santa Luzia	9/05/1985	Canavieiras	corotopônimo	simples	português
W	Santa Maria da Vitória	8/06/1880	Correntina	hagiotopônimo	justaposição	português
W	Santa Rita de Cássia	26/03/1840	Santa Maria da Vitória	hagiotopônimo	justaposição	português
RS	Santa Terezinha	28/09/1761	Cachoeira	hagiotopônimo	justaposição	português
NE	Santaluz	18/07/1935	Queimadas	hierotopônimo	justaposição	português
W	Santana	26/08/1890	Barra	hagiotopônimo	justaposição	português
PARAG	Santanópolis	13/07/1962	Irará	poliotopônimo	aglutinação	luso-europeu
RS	Santo Amaro	9/02/1725	São Francisco do Conde	hagiotopônimo	justaposição	português
RS	Santo Antônio de Jesus	29/05/1880	Nazaré	hagiotopônimo	justaposição	português
PARAG	Santo Estevão	12/07/1921	Cachoeira	hagiotopônimo	justaposição	português
W	São Desidério	22/05/1962	Barreiras	corotopônimo	simples	português
NE	São Domingos	13/06/1989	Valente	hagiotopônimo	justaposição	português
RS	São Felipe	29/05/1880	Maragogipe	hagiotopônimo	justaposição	português
RS	São Félix	20/12/1889	Cachoeira	hagiotopônimo	justaposição	português
W	São Félix do Coribe	14/05/1989	Santa Maria da Vitória e Coribe	hagiotopônimo	justaposição	luso-Tupi
RMS	São Francisco do Conde	16/02/1698	Salvador	hagiotopônimo	justaposição	português
IRECÊ	São Gabriel	25/02/1985	Irecê	hagiotopônimo	justaposição	português
PARAG	São Gonçalo dos Campos	28/07/1884	Cachoeira	hagiotopônimo	justaposição	português
LS	São José da Vitória	13/06/1989	Buerarema	hagiotopônimo	justaposição	português
PCD	São José do Jacuípe	6/07/1914	Capim Grosso	hagiotopônimo	justaposição	português
RS	São Miguel das Matas	1º/06/1891	Jaguaripe	hagiotopônimo	justaposição	português
LN	São Sebastião do Passé	19/07/1926	São Francisco do Conde	hagiotopônimo	justaposição	português
RS	Sapeaçu	8/08/1890	São Félix	fitotopônimo	justaposição	Tupi
LN	Sátiro Dias	14/08/1958	Inhambupe	antropotopônimo	justaposição	português
RS	Saubara	13/06/1989	Santo Amaro	zootopônimo	aglutinação	Tupi
PCD	Saúde	1º/07/1797	Jacobina	higietopônimo	simples	português
CD	Seabra	14/05/1889	Lençóis	antropotopônimo	simples	português
SG	Sebastião Laranjeiras	30/07/1962	Palmas de Monte Alto	antropotopônimo	justaposição	português
PCD	Senhor do Bonfim	23/07/1797	Jacobina	hagiotopônimo	justaposição	português
SMSF	Sento Sé	6/07/1832	Jacobina	etnotopônimo	simples	Kariri
MSF	Serra do Ramalho	13/06/1989	Bom Jesus da Lapa	corotopônimo	simples	português
W	Serra Dourada	12/04/1962	Santana	geomorfotopônimo	justaposição	português
PARAG	Serra Preta	1º/12/1953	Ipirá	geomorfotopônimo	justaposição	português
NE	Serrinha	13/06/1876	Irará	geomorfotopônimo	derivação	português

R.E.	MUNICÍPIO / TOPÔNIMO	CRIAÇÃO	ORIGEM	CATEGORIA	FORMAÇÃO	PROCEDÊNCIA
PCD	Serrolândia	24/02/1989	Jacobina	poliotopônimo	aglutinação	lusu-europeu
RMS	Simões Filho	7/11/1961	Salvador	antropotopônimo	justaposição	português
MSF	Sítio do Mato	24/02/1989	Bom Jesus da Lapa	ecotopônimo	justaposição	português
NE	Sítio do Quinto	13/06/1989	Jeremoabo	ecotopônimo	justaposição	português
SMSF	Sobradinho	24/02/1989	Juazeiro	corotopônimo	simples	português
CD	Souto Soares	5/07/1962	Seabra	antropotopônimo	justaposição	português
W	Tabocas do Brejo Velho	23/04/1962	Angical	corotopônimo	justaposição	português
SG	Tanhaçu	22/09/1961	Ituaçu	zootopônimo	justaposição	Tupi
CD	Tanque Novo	25/02/1985	Botuporã	ergotopônimo	justaposição	português
PARAG	Tanquinho	28/11/1952	Feira de Santana	ergotopônimo	derivação	português
LS	Taperoá	29/05/1847	Nilo Peçanha	etnotopônimo	justaposição	Tupi
PARAG	Tapiramutá	27/07/1962	Mundo Novo e Morro do Chapéu	dirrematopônimo	justaposição	Tupi
ES	Teixeira de Freitas	9/05/1985	Alcobaça e Caravelas	antropotopônimo	justaposição	português
PARAG	Teodoro Sampaio	20/10/1961	Santo Amaro	antropotopônimo	justaposição	português
NE	Teofilândia	24/04/1962	Serrinha	poliotopônimo	aglutinação	lusu-europeu
LS	Teolândia	19/07/1962	Taperoá	poliotopônimo	justaposição	anglo-helênico
PARAG	Terra Nova	20/10/1961	Santo Amaro	litotopônimo	justaposição	português
SW	Tremendal	5/11/1953	Condeúba	animotopônimo	derivação	português
NE	Tucano	21/03/1837	Itapicuru	zootopônimo	simples	português
NE	Uauá	9/07/1926	Monte Santo	zootopônimo	simples	português
RS	Ubaíra	9/05/1833	Valença	sociotopônimo	aglutinação	Tupi
LS	Ubaitaba	27/07/1933	Itacaré	poliotopônimo	justaposição	Tupi
LS	Ubatã	12/12/1952	Ipiaú	fitotopônimo	justaposição	Tupi
IRECÊ	Uibaí	22/09/1961	Central	hidrotopônimo	justaposição	Tupi
PCD	Umburanas	30/07/1962	Campo Formoso	fitotopônimo	sufixação	português
LS	Una	12/08/1929	Oliveira	corotopônimo	simples	Tupi
SG	Urandi	8/07/1889	Caetité	corotopônimo	simples	Tupi
LS	Uruçuca	12/08/1929	Ilhéus	zootopônimo	simples	Tupi
CD	Utinga	27/04/1953	Morro do Chapéu	corotopônimo	simples	Tupi
LS	Valença	23/01/1799	Cairu	animotopônimo	simples	português
NE	Valente	12/08/1958	Conceição do Coité	animotopônimo	simples	português
PARAG	Várzea da Roça	25/02/1985	Mairi	geomorfotopônimo	justaposição	português
PCD	Várzea do Poço	25/02/1985	Miguel Calmon	geomorfotopônimo	justaposição	português
PCD	Várzea Nova	13/06/1989	Jacobina	geomorfotopônimo	justaposição	português
RS	Varzedo	13/06/1989	Santo Antônio de Jesus e Castro Alves	geomorfotopônimo	derivação	português
RMS	Vera Cruz	30/07/1962	Salvador e Itaparica	hierotopônimo	justaposição	português
ES	Vereda	24/02/1989	Prado	corotopônimo	simples	português
SW	Vitória da Conquista	19/05/1840	Caetité	animotopônimo	justaposição	português

<b>R.E.</b>	<b>MUNICÍPIO / TOPÔNIMO</b>	<b>CRIAÇÃO</b>	<b>ORIGEM</b>	<b>CATEGORIA</b>	<b>FORMAÇÃO</b>	<b>PROCEDÊNCIA</b>
CD	Wagner	21/08/1915	Morro do Chapéu	antropotopônimo	simples	alemão
W	Wanderley	25/02/1985	Cotegipe	antropotopônimo	simples	holandês
LS	Wenceslau Guimarães	19/07/1962	Nilo Peçanha	antropotopônimo	justaposição	português
IRECÊ	Xiquexique	6/07/1832	Pilão Arcado	fitotopônimo	simples	português

**Quadro B: Municípios da Bahia em 1970 em ordem alfabética, suas respectivas categorias toponímicas, processos morfológicos e procedências idiomáticas**

MUNICÍPIO / TOPÔNIMO	CATEGORIA	FORMAÇÃO	PROCEDÊNCIA
Abaíra	axiotopônimo	aglutinação	Tupi
Abaré	axiotopônimo	justaposição	Tupi
Acajutiba	fitotopônimo	justaposição	Tupi
Água Fria	corotopônimo	simples	português
Aiquara	ecotopônimo	justaposição	Tupi
Alagoinhas	hidrotopônimo	derivação	português
Alcobaça	corotopônimo	simples	português
Almadina	litotopônimo	derivação	português
Amargosa	animotopônimo	aglutinação	português
Amélia Rodrigues	antropotopônimo	justaposição	português
Anajé	zootopônimo	simples	Tupi
Andaraí	corotopônimo	simples	Tupi
Angical	fitotopônimo	derivação	português
Anguera	mitotopônimo	aglutinação	Tupi
Antas	zootopônimo	sufixação	português
Antônio Cardoso	antropotopônimo	justaposição	português
Antônio Gonçalves	antropotopônimo	justaposição	português
Aporá	geomorfotopônimo	aglutinação	Tupi
Aracatu	meteorotopônimo	justaposição	Tupi
Araci	astrotopônimo	justaposição	Tupi
Aramari	corotopônimo	simples	Tupi
Aratuípe	corotopônimo	simples	Tupi
Aurelino Leal	antropotopônimo	justaposição	português
Baianópolis	poliotopônimo	justaposição	luso-europeu
Baixa Grande	geomorfotopônimo	justaposição	português
Barra	geomorfotopônimo	simples	português
Barra da Estiva	geomorfotopônimo	justaposição	português
Barra do Choça	geomorfotopônimo	justaposição	português
Barra do Mendes	geomorfotopônimo	justaposição	português
Barra do Rocha	geomorfotopônimo	justaposição	português
Barreiras	geomorfotopônimo	sufixação	português
Barro Preto	litotopônimo	justaposição	português
Belmonte	corotopônimo	simples	português
Belo Campo	animotopônimo	justaposição	português
Biritinga	fitotopônimo	justaposição	Tupi
Boa Nova	animotopônimo	justaposição	português
Boa Vista do Tupim	animotopônimo	justaposição	luso-Tupi
Bom Jesus da Lapa	hagiotopônimo	justaposição	português
Boninal	fitotopônimo	derivação	português
Boquira	hidrotopônimo	aglutinação	Tupi
Botuporã	geomorfotopônimo	aglutinação	Tupi
Brejões	hidrotopônimo	sufixação	português
Brejolândia	poliotopônimo	justaposição	luso-europeu
Brotas de Macaúbas	geomorfotopônimo	justaposição	português
Brumado	corotopônimo	simples	português
Buerarema	fitotopônimo	aglutinação	Tupi
Caatiba	fitotopônimo	justaposição	Tupi
Cachoeira	hidrotopônimo	simples	português
Caculé	zootopônimo	simples	Kimbundo
Caém	corotopônimo	simples	francês
Caetité	fitotopônimo	justaposição	Tupi
Cafarnaum	corotopônimo	simples	português
Cairu	corotopônimo	simples	Tupi
Caldeirão Grande	ergotopônimo	justaposição	português
Camacan	somatotopônimo	justaposição	Tupi
Camaçari	corotopônimo	simples	português
Camamu	zootopônimo	justaposição	Tupi
Campo Alegre de Lourdes	fitotopônimo	justaposição	português
Campo Formoso	fitotopônimo	justaposição	português
Canápolis	poliotopônimo	justaposição	luso-europeu

MUNICÍPIO / TOPÔNIMO	CATEGORIA	FORMAÇÃO	PROCEDÊNCIA
Canarana	fitotopônimo	simples	português
Canavieiras	fitotopônimo	sufixação	português
Candeal	corotopônimo	simples	português
Candeias	ergotopônimo	sufixação	português
Candiba	zootopônimo	simples	kimbundo
Cândido Sales	antropotopônimo	justaposição	português
Cansanção	fitotopônimo	simples	português
Caravelas	ergotopônimo	sufixação	português
Cardeal da Silva	axiotopônimo	justaposição	português
Carinhanha	corotopônimo	simples	português
Casa Nova	ecotopônimo	justaposição	português
Castro Alves	antropotopônimo	justaposição	português
Catolândia	poliotopônimo	justaposição	luso-europeu
Catu	corotopônimo	simples	Tupi
Central	cardinotopônimo	derivação	português
Chorrochó	hidrotopônimo	aglutinação	Tupi
Cícero Dantas	antropotopônimo	justaposição	português
Cipó	corotopônimo	simples	português
Coaraci	astrotopônimo	justaposição	Tupi
Cocos	fitotopônimo	sufixação	português
Conceição da Feira	hierotopônimo	justaposição	português
Conceição do Almeida	hierotopônimo	justaposição	português
Conceição do Coité	hierotopônimo	justaposição	português
Conceição do Jacuípe	hierotopônimo	justaposição	português
Conde	axiotopônimo	simples	português
Condeúba	corotopônimo	simples	Tupi
Contendas do Sincorá	historiotopônimo	justaposição	português
Coração de Maria	hierotopônimo	justaposição	português
Cordeiros	zootopônimo	sufixação	português
Coribe	corotopônimo	aglutinação	Tupi
Coronel João Sá	axiotopônimo	justaposição	português
Correntina	hidrotopônimo	derivação	português
Cotegipe	hidrotopônimo	aglutinação	Tupi
Cravolândia	poliotopônimo	justaposição	luso-europeu
Crisópolis	poliotopônimo	justaposição	grego
Cristópolis	poliotopônimo	justaposição	luso-europeu
Cruz das Almas	hierotopônimo	justaposição	português
Curaçá	hierotopônimo	simples	Tupi
Dário Meira	antropotopônimo	justaposição	português
Dom Basílio	axiotopônimo	justaposição	português
Dom Macedo	axiotopônimo	justaposição	português
Elísio Medrado	antropotopônimo	justaposição	português
Encruzilhada	odotopônimo	derivação	português
Entre Rios	hidrotopônimo	justaposição	português
Érico Cardoso	antropotopônimo	justaposição	português
Esplanada	geomorfotopônimo	derivação	português
Euclides da Cunha	antropotopônimo	justaposição	português
Feira de Santana	sociotopônimo	justaposição	português
Firmino Alves	antropotopônimo	simples	português
Floresta Azul	fitotopônimo	justaposição	português
Formosa do Rio Preto	animotopônimo	justaposição	português
Gandu	corotopônimo	simples	Kimbundo
Gavião	corotopônimo	simples	português
Gentio do Ouro	etnotopônimo	justaposição	português
Glória	animotopônimo	simples	português
Gongoji	corotopônimo	simples	Kicongo
Governador Mangabeira	axiotopônimo	justaposição	português
Guanambi	zootopônimo	simples	Tupi
Guaratinga	zootopônimo	justaposição	Tupi
laçu	hidrotopônimo	justaposição	Tupi
Ibiassucê	geomorfotopônimo	justaposição	Tupi
Ibicaraí	hidrotopônimo	justaposição	Tupi
Ibicoara	geomorfotopônimo	justaposição	Tupi

MUNICÍPIO / TOPÔNIMO	CATEGORIA	FORMAÇÃO	PROCEDÊNCIA
Ibicuí	litotopônimo	justaposição	Tupi
Ibipeba	geomorfotopônimo	justaposição	Tupi
Ibipitanga	litotopônimo	justaposição	Tupi
Ibiquera	geomorfotopônimo	justaposição	Tupi
Ibirapitanga	fitotopônimo	justaposição	Tupi
Ibiraporã	fitotopônimo	aglutinação	Tupi
Ibirataia	fitotopônimo	justaposição	Tupi
Ibitiara	geomorfotopônimo	justaposição	Tupi
Ibititá	geomorfotopônimo	aglutinação	Tupi
Ibotirama	fitotopônimo	justaposição	Tupi
Ichu	zootopônimo	simples	Tupi
Igaporã	hidrotopônimo	aglutinação	Tupi
Iguaí	hidrotopônimo	justaposição	Tupi
Ilhéus	corotopônimo	simples	português
Inhambupe	corotopônimo	simples	Tupi
Ipecaetá	fitotopônimo	justaposição	Tupi
Ipiaú	hidrotopônimo	justaposição	Tupi
Ipirá	hidrotopônimo	justaposição	Tupi
Ipupiara	hierotopônimo	justaposição	Tupi
Irajuba	ergotopônimo	justaposição	Tupi
Iramaia	zootopônimo	justaposição	Tupi
Iraquara	ecotopônimo	justaposição	Tupi
Irará	zootopônimo	simples	Tupi
Irecê	hidrotopônimo	justaposição	Tupi
Itaberaba	litotopônimo	justaposição	Tupi
Itabuna	geomorfotopônimo	justaposição	Tupi
Itacaré	mineratopônimo	justaposição	Tupi
Itaeté	litotopônimo	justaposição	Tupi
Itagi	hidrotopônimo	justaposição	Tupi
Itagiba	mineratopônimo	aglutinação	Tupi
Itagimirim	hidrotopônimo	justaposição	Tupi
Itaju do Colônia	hidrotopônimo	justaposição	luso-Tupi
Itajuípe	hidrotopônimo	aglutinação	Tupi
Itamaraju	hidrotopônimo	aglutinação	Tupi
Itamari	hidrotopônimo	justaposição	Tupi
Itambé	geomorfotopônimo	aglutinação	Tupi
Itanagra	zootopônimo	simples	Tupi
Itanhém	corotopônimo	simples	Tupi
Itaparica	corotopônimo	simples	português
Itapé	odotopônimo	justaposição	Tupi
Itapebi	hidrotopônimo	aglutinação	Tupi
Itapetinga	geomorfotopônimo	justaposição	Tupi
Itapicuru	corotopônimo	simples	Tupi
Itapitanga	geomorfotopônimo	justaposição	Tupi
Itaquara	geomorfotopônimo	justaposição	Tupi
Itarantim	geomorfotopônimo	aglutinação	Tupi
Itiruçu	geomorfotopônimo	aglutinação	Tupi
Itiúba	corotopônimo	simples	português
Itororó	hidrotopônimo	justaposição	Tupi
Ituaçu	hidrotopônimo	justaposição	Tupi
Ituberá	hidrotopônimo	aglutinação	Tupi
Jacaraci	hidrotopônimo	justaposição	Tupi
Jacobina	litotopônimo	aglutinação	Tupi
Jaguaquara	ecotopônimo	aglutinação	Tupi
Jaguarari	corotopônimo	simples	Tupi
Jaguaripe	hidrotopônimo	justaposição	Tupi
Jandaíra	zootopônimo	simples	português
Jequié	ergotopônimo	aglutinação	Tupi
Jeremoabo	fitotopônimo	aglutinação	Tupi
Jiquiriçá	corotopônimo	simples	Tupi
Jitaúna	fitotopônimo	aglutinação	Tupi
Juazeiro	fitotopônimo	derivação	português
Jussara	fitotopônimo	simples	português

<b>MUNICÍPIO / TOPÔNIMO</b>	<b>CATEGORIA</b>	<b>FORMAÇÃO</b>	<b>PROCEDÊNCIA</b>
Jussiapé	odotopônimo	aglutinação	Tupi
Lafayette Coutinho	antropotopônimo	justaposição	português
Laje	litotopônimo	simples	português
Lajedão	litotopônimo	derivação	português
Lajedinho	litotopônimo	derivação	português
Lamarão	litotopônimo	derivação	português
Lauro de Freitas	antropotopônimo	justaposição	português
Lençóis	corotopônimo	simples	português
Licínio de Almeida	antropotopônimo	justaposição	português
Livramento do Brumado	hierotopônimo	aglutinação	português
Macajuba	fitotopônimo	justaposição	Tupi
Macarani	hidrotopônimo	aglutinação	Tupi
Macaúbas	fitotopônimo	sufixação	português
Macururé	zootopônimo	justaposição	Tupi
Maiquinique	ergotopônimo	simples	Kikongo
Mairi	poliotopônimo	simples	Tupi
Malhada	ergotopônimo	derivação	português
Malhada de Pedras	litotopônimo	justaposição	português
Manoel Vitorino	antropotopônimo	justaposição	português
Maracás	ergotopônimo	sufixação	luso-Tupi
Maragogipe	hidrotopônimo	aglutinação	Tupi
Maraú	fitotopônimo	simples	Tupi
Marcionílio Souza	antropotopônimo	justaposição	português
Mascote	ergotopônimo	simples	português
Mata de São João	fitotopônimo	justaposição	português
Medeiros Neto	antropotopônimo	justaposição	português
Miguel Calmon	antropotopônimo	justaposição	português
Milagres	hierotopônimo	sufixação	português
Mirangaba	animotopônimo	aglutinação	Tupi
Monte Santo	geomorfotopônimo	justaposição	português
Morpará	geomorfotopônimo	aglutinação	luso-Tupi
Morro do Chapéu	geomorfotopônimo	justaposição	português
Mortugaba	corotopônimo	simples	Tupi
Mucugê	corotopônimo	simples	Tupi
Mucuri	corotopônimo	simples	português
Mundo Novo	animotopônimo	justaposição	português
Muniz Ferreira	antropotopônimo	justaposição	português
Muritiba	fitotopônimo	aglutinação	Tupi
Mutuípe	hidrotopônimo	aglutinação	Tupi
Nazaré	corotopônimo	simples	português
Nilo Peçanha	antropotopônimo	justaposição	português
Nova Canaã	cronotopônimo	justaposição	português
Nova Itarana	cronotopônimo	justaposição	luso-Tupi
Nova Soure	cronotopônimo	justaposição	português
Nova Viçosa	cronotopônimo	justaposição	português
Olindina	corotopônimo	derivação	português
Oliveira dos Brejinhos	fitotopônimo	justaposição	português
Ouriçangas	zootopônimo	sufixação	luso-Tupi
Palmas de Monte Alto	fitotopônimo	justaposição	português
Palmeiras	fitotopônimo	sufixação	português
Paramirim	corotopônimo	simples	Tupi
Paratinga	hidrotopônimo	justaposição	Tupi
Paripiranga	ergotopônimo	justaposição	Tupi
Pau Brasil	fitotopônimo	justaposição	português
Paulo Afonso	antropotopônimo	justaposição	português
Pedraõ	geomorfotopônimo	derivação	português
Pedro Alexandre	antropotopônimo	justaposição	português
Piatã	somatotopônimo	justaposição	Tupi
Pilão Arcado	ergotopônimo	justaposição	português
Pindaí	hidrotopônimo	aglutinação	Tupi
Pindobaçu	fitotopônimo	aglutinação	Tupi
Piripá	hidrotopônimo	justaposição	Tupi
Piritiba	fitotopônimo	justaposição	Tupi

MUNICÍPIO / TOPÔNIMO	CATEGORIA	FORMAÇÃO	PROCEDÊNCIA
Planaltino	geomorfotopônimo	derivação	português
Planalto	geomorfotopônimo	aglutinação	português
Poções	ergotopônimo	sufixação	português
Pojuca	corotopônimo	simples	Tupi
Porto Seguro	sociotopônimo	justaposição	português
Potiraguá	geomorfotopônimo	aglutinação	Tupi
Prado	fitotopônimo	simples	português
Presidente Dutra	axiotopônimo	justaposição	português
Presidente Jânio Quadros	axiotopônimo	justaposição	português
Queimadas	estematopônimo	sufixação	português
Quinjingue	corotopônimo	simples	português
Remanso	hidrotopônimo	derivação	português
Retirolândia	poliotopônimo	justaposição	luso-europeu
Riachão das Neves	hidrotopônimo	justaposição	português
Riachão do Jacuípe	hidrotopônimo	justaposição	português
Riacho de Santana	hidrotopônimo	justaposição	português
Ribeira do Amparo	hidrotopônimo	justaposição	português
Ribeira do Pombal	hidrotopônimo	justaposição	português
Rio de Contas	corotopônimo	simples	português
Rio do Antônio	corotopônimo	simples	português
Rio do Pires	corotopônimo	simples	português
Rio Real	corotopônimo	simples	português
Rodelas	etnotopônimo	sufixação	português
Ruy Barbosa	antropotopônimo	justaposição	português
Salinas da Margarida	sociotopônimo	justaposição	português
Salvador	hierotopônimo	simples	português
Santa Bárbara	hagiotopônimo	justaposição	português
Santa Brígida	hagiotopônimo	justaposição	português
Santa Cruz Cabrália	hierotopônimo	justaposição	português
Santa Cruz da Vitória	hierotopônimo	justaposição	português
Santa Inês	hagiotopônimo	justaposição	português
Santa Maria da Vitória	hagiotopônimo	justaposição	português
Santa Terezinha	hagiotopônimo	justaposição	português
Santaluz	hierotopônimo	justaposição	português
Santana	hagiotopônimo	justaposição	português
Santanópolis	poliotopônimo	justaposição	português
Santo Amaro	hagiotopônimo	justaposição	português
Santo Antônio de Jesus	hagiotopônimo	justaposição	português
Santo Estevão	hagiotopônimo	justaposição	português
São Desidério	corotopônimo	simples	português
São Felipe	hagiotopônimo	justaposição	português
São Félix	hagiotopônimo	justaposição	português
São Francisco do Conde	hagiotopônimo	justaposição	português
São Gonçalo dos Campos	hagiotopônimo	justaposição	português
São Miguel das Matas	hagiotopônimo	justaposição	português
São Sebastião do Passé	hagiotopônimo	justaposição	português
Sapeaçu	fitotopônimo	justaposição	Tupi
Sátiro Dias	antropotopônimo	justaposição	português
Saúde	higienotopônimo	simples	português
Seabra	antropotopônimo	simples	português
Sebastião Laranjeiras	antropotopônimo	justaposição	português
Senhor do Bonfim	hagiotopônimo	justaposição	português
Sento Sé	etnotopônimo	simples	Kariri
Serra Dourada	geomorfotopônimo	justaposição	português
Serra Preta	geomorfotopônimo	justaposição	português
Serrinha	geomorfotopônimo	derivação	português
Serrolândia	poliotopônimo	aglutinação	luso-europeu
Simões Filho	antropotopônimo	justaposição	português
Souto Soares	antropotopônimo	justaposição	português
Tabocas do Brejo Velho	fitotopônimo	justaposição	português
Tanhaçu	zootopônimo	justaposição	Tupi
Tanquinho	ergotopônimo	derivação	português
Taperoá	etnotopônimo	justaposição	Tupi



<b>MUNICÍPIO / TOPÔNIMO</b>	<b>CATEGORIA</b>	<b>FORMAÇÃO</b>	<b>PROCEDÊNCIA</b>
Tapiramutá	dirrematopônimo	justaposição	Tupi
Teodoro Sampaio	antropotopônimo	justaposição	português
Teofilândia	poliotopônimo	aglutinação	luso-europeu
Teolândia	poliotopônimo	justaposição	anglo-helênico
Terra Nova	litotopônimo	justaposição	português
Tremendal	ergotopônimo	derivação	português
Tucano	zootopônimo	simples	português
Uauá	zootopônimo	simples	português
Ubaíra	sociotopônimo	aglutinação	Tupi
Ubaitaba	poliotopônimo	justaposição	Tupi
Ubatã	fitotopônimo	justaposição	Tupi
Uibaí	hidrotopônimo	justaposição	Tupi
Una	corotopônimo	simples	Tupi
Urandi	corotopônimo	simples	Tupi
Uruçuca	zootopônimo	simples	Tupi
Utinga	corotopônimo	simples	Tupi
Valença	animotopônimo	simples	português
Valente	animotopônimo	simples	português
Várzea do Poço	geomorfotopônimo	justaposição	português
Vera Cruz	hierotopônimo	justaposição	português
Vitória da Conquista	animotopônimo	justaposição	português
Wagner	antropotopônimo	simples	alemão
Wenceslau Guimarães	antropotopônimo	justaposição	português
Xiquexique	fitotopônimo	simples	português

**Quadro C: Lista alfabética dos municípios da Bahia em 1940, suas respectivas categorias toponímicas, processos morfológicos e procedências idiomáticas**

MUNICÍPIO / TOPÔNIMO	CATEGORIA	FORMAÇÃO	PROCEDÊNCIA
Afonso Pena	antropotopônimo	justaposição	português
Alagoinhas	hidrotopônimo	sufixação	português
Alcobaça	corotopônimo	simples	português
Amargosa	animotopônimo	derivação	português
Anchieta	antropotopônimo	simples	português
Andaraí	corotopônimo	simples	Tupi
Angical	fitotopônimo	derivação	português
Aratuípe	corotopônimo	simples	Tupi
Areia	litotopônimo	simples	português
Baixa Grande	geomorfotopônimo	justaposição	português
Barra	geomorfotopônimo	simples	português
Barra da Estiva	geomorfotopônimo	justaposição	português
Barreiras	geomorfotopônimo	sufixação	português
Belmonte	corotopônimo	simples	português
Boa Nova	animotopônimo	justaposição	português
Bom Jesus da Lapa	hierotopônimo	justaposição	português
Bom Sucesso	animotopônimo	justaposição	português
Bonfim	animotopônimo	justaposição	português
Brejões	hidrotopônimo	sufixação	português
Brotas de Macaúbas	geomorfotopônimo	justaposição	português
Brumado	corotopônimo	simples	português
Cachoeira	hidrotopônimo	simples	português
Caculé	zootopônimo	simples	Kimbundo
Caetité	fitotopônimo	aglutinação	Tupi
Cairu	corotopônimo	simples	Tupi
Camaçari	corotopônimo	simples	Tupi
Camamu	zootopônimo	justaposição	Tupi
Campo Formoso	fitotopônimo	justaposição	português
Canavieiras	fitotopônimo	sufixação	português
Capivari	corotopônimo	simples	Tupi
Caravelas	ergotopônimo	sufixação	português
Carinhanha	corotopônimo	simples	Tupi
Casa Nova	ecotopônimo	justaposição	português
Castro Alves	antropotopônimo	justaposição	português
Catu	corotopônimo	simples	Tupi
Cícero Dantas	antropotopônimo	justaposição	português
Cipó	corotopônimo	simples	português
Conceição da Feira	hierotopônimo	justaposição	português
Conceição do Coité	hierotopônimo	justaposição	português
Conde	axiotopônimo	simples	português
Condeúba	corotopônimo	simples	Tupi
Conquista	historiotopônimo	simples	português
Correntina	corotopônimo	simples	português
Cotegipe	corotopônimo	simples	Tupi
Cruz das Almas	hierotopônimo	justaposição	português
Curaçá	hierotopônimo	simples	Tupi
Djalma Dutra	antropotopônimo	justaposição	português
Encruzilhada	odotopônimo	derivação	português
Entre Rios	hidrotopônimo	justaposição	português
Esplanada	geomorfotopônimo	derivação	português
Euclides da Cunha	antropotopônimo	justaposição	português
Feira de Santana	sociotopônimo	justaposição	português
Glória	animotopônimo	simples	português
Guanambi	zootopônimo	simples	Tupi

<b>MUNICÍPIO / TOPÔNIMO</b>	<b>CATEGORIA</b>	<b>FORMAÇÃO</b>	<b>PROCEDÊNCIA</b>
Ibipetuba	geomorfotopônimo	aglutinação	Tupi
Ilhéus	corotopônimo	simples	português
Inhambupe	corotopônimo	simples	Tupi
Ipiaú	hidrotopônimo	justaposição	Tupi
Ipirá	hidrotopônimo	justaposição	Tupi
Irará	zootopônimo	simples	Tupi
Irecê	hidrotopônimo	justaposição	Tupi
Itaberaba	litotopônimo	justaposição	Tupi
Itabuna	litotopônimo	justaposição	Tupi
Itacaré	mineratotopônimo	justaposição	Tupi
Itambé	geomorfotopônimo	aglutinação	Tupi
Itaparica	corotopônimo	simples	Tupi
Itapicuru de Cima	corotopônimo	simples	luso-Tupi
Itapira	mineratotopônimo	aglutinação	Tupi
Itaquara	ergotopônimo	justaposição	Tupi
Itiruçu	hidrotopônimo	aglutinação	Tupi
Itiúba	corotopônimo	simples	português
Ituaçu	hidrotopônimo	justaposição	Tupi
Jacaraci	hidrotopônimo	justaposição	Tupi
Jacobina	litotopônimo	aglutinação	Tupi
Jaguaquara	ecotopônimo	aglutinação	Tupi
Jaguarari	corotopônimo	simples	Tupi
Jaguaripe	corotopônimo	simples	Tupi
Jandaíra	fitotopônimo	simples	Tupi
Jequié	ergotopônimo	aglutinação	Tupi
Jeremoabo	sociotopônimo	justaposição	Tupi
Jiquiriçá	corotopônimo	simples	Tupi
Juazeiro	fitotopônimo	derivação	português
Lage	litotopônimo	simples	português
Lençóis	corotopônimo	simples	português
Macaúbas	fitotopônimo	sufixação	português
Maracás	ergotopônimo	sufixação	português
Maragogipe	hidrotopônimo	aglutinação	Tupi
Maraú	fitotopônimo	simples	Tupi
Mata de São João	fitotopônimo	justaposição	português
Monte Alegre	geomorfotopônimo	justaposição	português
Monte Santo	geomorfotopônimo	justaposição	português
Morro do Chapéu	geomorfotopônimo	justaposição	português
Mucugê	corotopônimo	simples	Tupi
Mucuri	corotopônimo	simples	Tupi
Mundo Novo	animotopônimo	justaposição	português
Muritiba	fitotopônimo	aglutinação	Tupi
Mutuípe	hidrotopônimo	aglutinação	Tupi
Nazaré	corotopônimo	simples	português
Nilo Peçanha	antropotopônimo	justaposição	português
Oliveira dos Brejinhos	fitotopônimo	justaposição	português
Palmas de Monte Alto	fitotopônimo	justaposição	português
Palmeiras	fitotopônimo	sufixação	português
Paramirim	corotopônimo	simples	Tupi
Paripiranga	ergotopônimo	justaposição	Tupi
Pilão Arcado	ergotopônimo	justaposição	português
Poções	hidrotopônimo	sufixação	português
Pojuca	corotopônimo	simples	Tupi
Pombal	antropotopônimo	simples	português
Porto Seguro	sociotopônimo	justaposição	português
Prado	fitotopônimo	simples	português
Queimadas	estematopônimo	sufixação	português

<b>MUNICÍPIO / TOPÔNIMO</b>	<b>CATEGORIA</b>	<b>FORMAÇÃO</b>	<b>PROCEDÊNCIA</b>
Remanso	hidrotopônimo	simples	português
Riachão do Jacuípe	hidrotopônimo	justaposição	luso-Tupi
Riacho de Santana	hidrotopônimo	justaposição	português
Rio Branco	corotopônimo	simples	português
Rio de Contas	corotopônimo	simples	português
Rio Real	corotopônimo	simples	português
Ruy Barbosa	antropotopônimo	justaposição	português
Salvador	hierotopônimo	simples	português
Santa Cruz Cabralia	hierotopônimo	justaposição	português
Santa Inês	hagiotopônimo	justaposição	português
Santa Luzia	corotopônimo	simples	português
Santa Maria	hagiotopônimo	justaposição	português
Santa Terezinha	hagiotopônimo	justaposição	português
Santana	hagiotopônimo	aglutinação	português
Santarém	corotopônimo	simples	português
Santíssimo Coração de Maria	hierotopônimo	justaposição	português
Santo Amaro	hagiotopônimo	justaposição	português
Santo Antônio	hagiotopônimo	justaposição	português
Santo Estevão do Jacuípe	hagiotopônimo	justaposição	português
Santo Inácio	hagiotopônimo	justaposição	português
São Felipe	hagiotopônimo	justaposição	português
São Félix	hagiotopônimo	justaposição	português
São Francisco	hagiotopônimo	justaposição	português
São Gonçalo dos Campos	hagiotopônimo	justaposição	português
São Miguel das Matas	hagiotopônimo	justaposição	português
São Sebastião	hagiotopônimo	justaposição	português
Sapé	fitotopônimo	simples	Tupi-antigo
Saúde	higienotopônimo	simples	português
Seabra	antropotopônimo	simples	português
Sento Sé	etnotopônimo	simples	Kariri
Serrinha	geomorfotopônimo	derivação	português
Soure	corotopônimo	simples	português
Taperoá	etnotopônimo	aglutinação	Tupi
Tucano	zootopônimo	simples	Tupi
Uauá	zootopônimo	simples	Tupi
Ubaitaba	poliotopônimo	justaposição	Tupi
Una	corotopônimo	simples	Tupi
Urandi	corotopônimo	simples	Tupi
Valença	animotopônimo	justaposição	português
Vila Velha	poliotopônimo	justaposição	português
Xique-xique	fitotopônimo	simples	português

**Quadro D: Lista alfabética de municípios da Bahia em 1890, suas respectivas categorias toponímicas, processos morfológicos e procedências idiomáticas**

MUNICÍPIO / TOPÔNIMO	CATEGORIA	FORMAÇÃO	PROCEDÊNCIA
Alagoinhas	hidrotopônimo	sufixação	português
Almas	mitotopônimo	derivação	português
Andaraí	corotopônimo	simples	Tupi
Baixa Grande	geomorfotopônimo	justaposição	português
Barra do Rio de Contas	geomorfotopônimo	justaposição	português
Barra do Rio Grande	geomorfotopônimo	justaposição	português
Barracão	ecotopônimo	derivação	português
Boa Viagem e Almas	animotopônimo	justaposição	português
Boipeba (Nova Boipeba)	zootopônimo	justaposição	Tupi
Bom Conselho	animotopônimo	justaposição	português
Bom Jesus do Rio de Contas	hierotopônimo	justaposição	português
Bom Jesus dos Meiras	hierotopônimo	justaposição	português
Bonfim	animotopônimo	justaposição	português
Brotas de Macaúbas	geomorfotopônimo	justaposição	português
Cachoeira da Abadia	hidrotopônimo	justaposição	português
Caetité	fitotopônimo	justaposição	Tupi
Cairu	fitotopônimo	simples	Tupi
Campestre	fitotopônimo	derivação	português
Campo Formoso	fitotopônimo	justaposição	português
Campo Largo	fitotopônimo	justaposição	português
Canavieiras	fitotopônimo	sufixação	português
Caravelas	ergotopônimo	sufixação	português
Carinhanha	corotopônimo	simples	Tupi
Condeúba	fitotopônimo	justaposição	Tupi
Coração de Jesus do Monte Santo	hierotopônimo	justaposição	português
Curralinho	ecotopônimo	justaposição	português
Entre Rios	hidrotopônimo	justaposição	português
Espírito Santo do Inhambupe de Cima	hierotopônimo	justaposição	português
Feira de Santana	sociotopônimo	justaposição	português
Itaparica	geomorfotopônimo	justaposição	português
Itapicuru de Cima	corotopônimo	simples	lusu-Tupi
Jacobina	litotopônimo	aglutinação	Tupi
Jeremoabo	sociotopônimo	justaposição	Tupi
Juazeiro	fitotopônimo	derivação	português
Lençóis	corotopônimo	simples	português
Macaúbas	fitotopônimo	sufixação	português
Maracás	ergotopônimo	sufixação	português
Maragogipe	hidrotopônimo	aglutinação	Tupi
Maraú	zootopônimo	simples	Tupi
Mata de São João	fitotopônimo	justaposição	português
Minas do Rio de Contas	sociotopônimo	justaposição	português
Monte Alegre	geomorfotopônimo	justaposição	português
Monte Alto	geomorfotopônimo	justaposição	português
Morro do Chapéu	geomorfotopônimo	justaposição	português
Nazaré	corotopônimo	simples	português
Nossa Senhora da Ajuda do Jaguaripe	hagiotopônimo	justaposição	português
Nossa Senhora da Assunção de Camamu	hagiotopônimo	justaposição	português
Nossa Senhora da Conceição do Riachão do Jacuípe	hagiotopônimo	justaposição	português
Nossa Senhora do Alívio do Brejo Grande	hagiotopônimo	justaposição	português
Nossa Senhora do Bom Conselho de Amargosa	hagiotopônimo	justaposição	português
Nossa Senhora do Conde de Itapicuru da Praia	hagiotopônimo	justaposição	português
Nossa Senhora do Patrocínio do Coité	hagiotopônimo	justaposição	português
Nossa Senhora do Remanso de Pilão Arcado	hagiotopônimo	justaposição	português
Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira	hagiotopônimo	justaposição	português
Nova Soure	cronotopônimo	justaposição	português
Olivença	corotopônimo	simples	português
Orobó	zootopônimo	simples	Tupi
Pambu / Capim Grosso	fitotopônimo	justaposição	lusu-ameríndio
Parafuso	ergotopônimo	simples	português
Poções	hidrotopônimo	sufixação	português

MUNICÍPIO / TOPÔNIMO	CATEGORIA	FORMAÇÃO	PROCEDÊNCIA
Pombal	antropotopônimo	justaposição	português
Porto de Santa Maria da Vitória do Rio Corrente	sociotopônimo	justaposição	português
Porto Seguro	sociotopônimo	justaposição	português
Prado	odotopônimo	simples	português
Purificação dos Campos	animotopônimo	justaposição	português
Riacho de Santana	hidrotopônimo	justaposição	português
Salvador	hierotopônimo	simples	português
Santa Cruz	hierotopônimo	justaposição	português
Santa Isabel do Paraguaçu	hagiotopônimo	justaposição	lusó-Tupi
Santa Rita do Rio Preto	hagiotopônimo	justaposição	português
Santana do Camisão	hagiotopônimo	justaposição	português
Santana do Catu	hagiotopônimo	justaposição	lusó-Tupi
Santarém	corotopônimo	simples	português
Santo Amaro	hagiotopônimo	justaposição	português
Santo Antônio da Glória do Curral dos Bois	hagiotopônimo	justaposição	português
Santo Antônio das Queimadas	hagiotopônimo	justaposição	português
Santo Antônio de Jesus	hagiotopônimo	justaposição	português
São Bernardo de Alcobaca	hagiotopônimo	justaposição	português
São Felipe	hagiotopônimo	justaposição	português
São Félix	hagiotopônimo	justaposição	português
São Francisco da Barra do Sergipe do Conde	hagiotopônimo	justaposição	lusó-Tupi
São Gonçalo dos Campos da Cachoeira	hagiotopônimo	justaposição	português
São Jorge dos Ilhéus	hagiotopônimo	justaposição	português
São José do Porto Alegre	hagiotopônimo	justaposição	português
São José do Riacho da Casa Nova	hagiotopônimo	justaposição	português
São Pedro do Belmonte	hagiotopônimo	justaposição	português
São Vicente Férrer de Areia	hagiotopônimo	justaposição	português
Sapé	fitotopônimo	simples	Tupi-antigo
Senhor do Bonfim de Xique-xique	hagiotopônimo	justaposição	português
Sento Sé	etnotopônimo	simples	Kariri
Serrinha	geomorfotopônimo	derivação	português
Taperoá	etnotopônimo	aglutinação	Tupi
Trancoso	ergotopônimo	derivação	português
Tucano	zootopônimo	justaposição	português
Uburanas	fitotopônimo	sufixação	português
Urubu	zootopônimo	simples	português
Valença	animotopônimo	justaposição	português
Verde	cromatotopônimo	simples	português
Viçosa	animotopônimo	derivação	português
Vitória	animotopônimo	simples	português

**Quadro E: Lista alfabética de municípios da Bahia em 1827, suas respectivas categorias toponímicas, processos morfológicos e procedências idiomáticas**

MUNICÍPIO / TOPÔNIMO	CATEGORIA	FORMAÇÃO	PROCEDÊNCIA
Abadia	ecotopônimo	simples	português
Espírito Santo de Nova Abrantes	hierotopônimo	justaposição	português
Barra do Rio de Contas	geomorfotopônimo	justaposição	português
Barra do Rio Grande	geomorfotopônimo	justaposição	português
Boipeba (Nova Boipeba)	zootopônimo	justaposição	Tupi
Cairu	fitotopônimo	simples	Tupi
Campo Largo	fitotopônimo	justaposição	português
Caravelas	ergotopônimo	sufixação	português
Espírito Santo do Inhambupe de Cima	hierotopônimo	justaposição	lusu-Tupi
Itapicuru de Cima	corotopônimo	simples	lusu-Tupi
Maragogipe	hidrotopônimo	aglutinação	Tupi
Nossa Senhora da Ajuda do Jaguaripe	hagiotopônimo	justaposição	lusu-Tupi
Nossa Senhora da Assunção de Camamu	hagiotopônimo	justaposição	lusu-Tupi
Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro	hagiotopônimo	justaposição	português
Nossa Senhora de Nazaré da Pedra Branca	hagiotopônimo	justaposição	português
Nossa Senhora do Conde de Itapicuru da Praia	hagiotopônimo	justaposição	lusu-Tupi
Nossa Senhora do Rosário de Cairu	hagiotopônimo	justaposição	português
Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira	hagiotopônimo	justaposição	português
Nova Soure	cronotopônimo	justaposição	português
Olivença	corotopônimo	simples	português
Pilão Arcado	ergotopônimo	justaposição	português
Pombal	antropotopônimo	derivação	português
Porto Seguro	sociotopônimo	justaposição	português
Prado	odotopônimo	simples	português
Príncipe e Santana do Caetité	axiotopônimo	justaposição	lusu-Tupi
Rainha	axiotopônimo	simples	português
Salvador	hierotopônimo	simples	português
Santarém	corotopônimo	aglutinação	português
Santíssimo Sacramento das Minas do Rio de Contas	hierotopônimo	justaposição	português
Santo Antônio da Jacobina	hagiotopônimo	justaposição	português
São Bernardo de Alcobça	hagiotopônimo	justaposição	português
São Francisco da Barra do Sergipe do Conde	hagiotopônimo	justaposição	português
São João Batista de Água Fria	hagiotopônimo	justaposição	português
São Jorge dos Ilhéus	hagiotopônimo	justaposição	português
São José do Porto Alegre	hagiotopônimo	justaposição	português
São Pedro de Belmonte	hagiotopônimo	justaposição	português
São Sebastião de Marau	hagiotopônimo	justaposição	português
Trancoso	ergotopônimo	derivação	português
Urubu	zootopônimo	simples	português
Valença do Santíssimo Coração de Jesus	animotopônimo	justaposição	português
Verde	cromatotopônimo	simples	português
Viçosa	animotopônimo	derivação	português

## APÊNDICE D: LEVANTAMENTO DE DADOS COMPLEMENTARES

### I – Distritos fora de sede dos municípios baianos (total: 292) e suas respectivas vilas<sup>162</sup>

topônimo	município	RE
Abadia	Jandaíra	LN
Abóbora	Juazeiro	SMSF
Abrantes	Camaçari	RSM
Açu da Torre	Mata de São João	LN
Açudina	Santa Maria da Vitória	W
Açupé	Santo Amaro	RS
Acutinga	Cachoeira	RS
Afligidos	São Gonçalo dos Campos	PARAG
Afrânio Peixoto	Lençóis	CD
Águas do Paulista	Paratinga	MSF
Alecrim	Cachoeira	RS
Algodão	Ibirataia	LS
Algodões	Quinjingue	NE
Altamira	Buritirama	W
Alto Bonito	Mundo Novo	PARAG
Amado Bahia	Mata de São João	LN
Amaniú	Sento Sé	SMSF
Arapiranga	Rio de Contas	CD
Aratu	Simões Filho	RSM
Arembepe	Camaçari	RMS
Argoim	Rafael Jambeiro	PARAG
Argolo	Nova Viçosa	ES
Aricobé	Euclides da Cunha	NE
Aritaguá	Ilhéus	LS
Arraial d'Ajuda	Porto Seguro	ES
Baixa do Palmeira	Sapeaçu	RS
Baixio	Esplanada	LN
Baluarte	Pilão Arcado	SMSF
Barcelos do Sul	Camamu	LS
Barra do Cal	Prado	ES
Barra do Itariri	Conde	LN
Barra do Tarrachil	Chorrochó	NE
Barra Grande	Maraú	LS
Barrinha	Jaguarari	PCD
Barrolândia	Belmonte	ES
Bastião	Boninal	CD
Bate-pé	Vitória da Conquista	SW
Beira Rio	Oliveira dos Brejinhos	CD
Bela Flor	Catu	LN
Belém da Cachoeira	Cachoeira	RS
Belo Campo	América Dourada	IRECÉ
Bem-bom	Casa Nova	SMSF
Bendengó	Canudos	NE
Boa Vista do Lagamar	Ibotirama	MSF
Boca do Córrego	Belmonte	ES
Bom Despacho	Itaparica	RSM
Bom Jesus dos Pobres	Saubara	RS
Bom Sossego	Oliveira dos Brejinhos	CD
Boqueirão	Barra	MSF
Botuquara	Riacho de Santana	MSF
Bravo	Serra Preta	PARAG
Brejinho das Ametistas	Caetité	SG

<sup>162</sup> Distrito é a divisão político-administrativa de um município. O distrito-sede de um município é a cidade; o distrito que não é sede municipal tem por sede a vila.



<b>topônimo</b>	<b>município</b>	<b>RE</b>
Brejo da Serra	Pilão Arcado	SMSF
Brejo Luísa de Brito	Novo Horizonte	CD
Brejo Novo	Boa Vista do Tupim	PARAG
Bucuituba	Boquira	CD
Buranhém	Guaratinga	ES
Cabrália	Piatã	CD
Cabuçu	Saubara	RS
Cadete	Cruz das Almas	RS
Caeté-Açu	Palmeiras	CD
Caimbé	Euclides da Cunha	NE
Caiubi	Itapebi	ES
Cajuíta	Guaratinga	ES
Caldas do Jorro	Tucano	NE
Caldeiras	Caetité	SG
Canché	Jeremoabo	NE
Canoão	Ibititá	IRECÉ
Capão da Volta	Ibicoara	CD
Caraíba	Jaguarari	PCD
Caraípe	São Felipe	RS
Caraíva	Porto Seguro	ES
Cariparé	Riachão das Neves	W
Carnaíba	Campo Formoso	PCD
Carnaíba do Sertão	Juazeiro	SMSF
Carrapichel	Senhor do Bonfim	PCD
Cascata	Teixeira de Freitas	ES
Cascavel	Ibicoara	CD
Catinga do Moura	Jacobina	PCD
Catingal	Manuel Vitorino	SW
Catolés	Abaíra	CD
Catu de Abrantes	Camaçari	RMS
Cercadinho	Vitória da Conquista	SW
Cinco Rios	São Francisco do Conde	RMS
Coaceral	Formosa do Rio Preto	W
Cocal	Brotas de Macaúbas	CD
Cocão	Muritiba	RS
Comandatuba	Una	LS
Comuruxatiba	Prado	ES
Conceição de Salinas	Salinas da Margarida	RS
Copixaba	Xiquexique	IRECÉ
Coqueiros	Maragogipe	RS
Coquinhos	Anagé	SW
Costa do Sauípe	Mata de São João	LN
Cotia	Formosa do Rio Preto	W
Curral Velho	Campo Formoso	PCD
Delfino	Umburanas	PCD
Descoberto	Coribe	W
Desterro	Conceição da Feira	PARAG
Encarnação	Salinas da Margarida	RS
Feira Nova	Ibititá	IRECÉ
Filanésia	Apuarema	LS
Formosa	Chorrochó	NE
França	Piritiba	PARAG
Gabiarra	Eunápolis	ES
Gameleira da Lapa	Bom Jesus da Lapa	MSF
Gameleira do Assuruá	Gentio do Ouro	IRECÉ
Góis Calmon	Simões Filho	RMS
Governador Doutor João Durval Carneiro	Feira de Santana	PARAG
Gramma	São Sebastião do Passé	LN
Guaí	Maragogipe	RS
Guaiaú	Santa Cruz Cabrália	ES
Guaibim	Valença	LS
Guapira	Maragogipe	RS
Guarajuba	Camaçari	RMS

<b>topônimo</b>	<b>município</b>	<b>RE</b>
Guarani	Prado	ES
Guiné	Mucugê	CD
Guirapá	Pindaí	SG
Helvécia	Nova Viçosa	ES
Hidrolândia	Uibaí	IRECÉ
Humildes	Feira de Santana	PARAG
Ibatuí	Entre Rios	LN
Ibiajara	Rio do Pires	CD
Ibiaporã	Mundo Novo	PARAG
Ibirajá	Itanhém	ES
Ibiranhém	Mucuri	ES
Ibitunane	Gentio do Ouro	IRECÉ
Ibitupã	Ibiciú	SW
Icó	Morro do Chapéu	PCD
Igara	Senhor do Bonfim	PCD
Igarité	Barra	MSF
Igatu	Andaraí	CD
Iguá	Vitória da Conquista	SW
Iguitu	Ibipeba	IRECÉ
Ilha de Boipeba	Cairu	LS
Imbassaí	Mata de São João	LN
Imbé	Entre Rios	LN
Indaí	Mundo Novo	PARAG
Inhatá	Amélia Rodrigues	PARAG
Inhobim	Vitória da Conquista	SW
Inúbia	Piatã	CD
Ipuçaba	Oliveira dos Brejinhos	CD
Itabatã	Mucuri	ES
Itajaí	Nova Canaã	SW
Itajubaquara	Gentio do Ouro	IRECÉ
Itajuru	Jequié	SW
Itamira	Aporá	LN
Itamotinga	Juazeiro	SMSF
Itanajé	Livramento de Nossa Senhora	SG
Itanhi	Jandaíra	LN
Itapema	Santo Amaro	RS
Itaporã	Muritiba	RS
Itapura	Miguel Calmon	PCD
Itaquaraí	Brumado	SG
Itupeva	Medeiros Neto	ES
Jacuípe	São Sebastião do Passé	LN
Jacuruna	Jaguaripe	RS
Jauá	Camaçari	RMS
Javi	Muquém do São Francisco	MSF
Jequitiba	Mundo Novo	PARAG
Jiribatuba	Vera Cruz	RMS
Juacema	Jaguarari	PCD
Juerana	Caravelas	ES
Junco	Jacobina	PCD
Junco	Juazeiro	SMSF
Jupaguá	Cotegipe	W
Juremal	Juazeiro	SMSF
Lagoa do Boi	Barro Alto	IRECÉ
Lamarão do Passé	São Sebastião do Passé	LN
Lucaia	Planalto	SW
Luís Viana	Casa Nova	SMSF
Maçaroca	Juazeiro	SMSF
Mandiroba	Sebastião Laranjeiras	SG
Mangue Seco	Jandaíra	LN
Maniaçu	Caetité	SG
Manjerona	Macarani	SW
Maragogipinho	Aratuípe	RS
Mariquita	Tabocas do Brejo Velho	W

<b>topônimo</b>	<b>município</b>	<b>RE</b>
Massacará	Euclides da Cunha	NE
Mataripe	São Francisco do Conde	RMS
Minas do Mimoso	Sento Sé	SMSF
Miranga	Pojuca	LN
Missões do Aricobé	Angical	W
Mocambo	Ibitiara	CD
Mojiquiçaba	Belmonte	ES
Monte Recôncavo	São Francisco do Conde	RMS
Morro de São Paulo	Cairu	LS
Mucambo	Santa Maria da Vitória	W
Mutá	Jaguaripe	RS
Mutãs	Guanambi	SG
Nagé	Maragogipe	RS
Nova Brasília	Ribeirão do Largo	SW
Nova Lídice	Medeiros Neto	ES
Novo Acre	Iramaia	CD
Oliveira dos Campinhos	Santo Amaro	RS
Oliveira	Ilhéus	LS
Onha	Muniz Ferreira	RS
Ouricana	Canavieiras	LS
Outeiro Redondo	São Félix	RS
Pajeú do Vento	Caetité	SG
Palame	Esplanada	LN
Parafuso	Planalto	SW
Paripe	Salvador	RMS
Passagem	Paratinga	MSF
Pataíba	Água Fria	NE
Patamuté	Curaçá	SMSF
Pau-a-pique	Casa Nova	SMSF
Paz de Salobro	Canarana	IRECÉ
Pé de Areia	Camaçari	RMS
Pedra Branca	Curaçá	SMSF
Pedras	Santo Amaro	RS
Pedrinhas	São Gonçalo dos Campos	PARAG
Peixe	Campo Alegre de Lourdes	SMSF
Penha	Vera Cruz	RMS
Periperi	Salvador	RMS
Pernambuco	Sítio do Mato	MSF
Pinhões	Juazeiro	SMSF
Pirajuia	Jaguaripe	RS
Pitanga	Santo Amaro	RS
Pituba	Gentio do Ouro	IRECÉ
Placas	Barreiras	W
Plataforma	Salvador	RMS
Poço de Fora	Curaçá	SMSF
Poços	Remanso	SMSF
Ponta da Areia	Caravelas	ES
Ponta do Corumbá	Porto Seguro	ES
Portão	Lauro de Freitas	RMS
Porto Novo	Santana	W
Porto Sauípe	Entre Rios	LN
Poxim do Sul	Canavieiras	LS
Praia do Forte	Mata de São João	LN
Quixaba	Morpará	MSF
Rancho Alegre	Camaçari	RSM
Remédios	Novo Horizonte	CD
Riachão do Utinga	Utinga	CD
Riacho	Paulo Afonso	NE
Riacho da Guia	Alagoinhas	LN
Riacho Seco	Curaçá	SMSF
Roda Velha	São Desidério	W
Salgadália	Conceição do Coité	NE
Salgado	Cabaceiras do Paraguaçu	RS

<b>topônimo</b>	<b>município</b>	<b>RE</b>
Santa Maria Eterna	Belmonte	ES
Santo Antônio	Santa Cruz Cabralia	ES
Santo Antônio de Barcelona	Caravelas	ES
Santo Inácio	Gentio do Ouro	IRECÉ
São Brás	Santo Amaro	RS
São Francisco	Coração de Maria	PARAG
São Francisco do Paraguaçu	Cachoeira	RS
São João da Fortaleza	Cícero Dantas	NE
São José	Cruz das Almas	RS
São José do Prado	Vereda	ES
São José do Rio Grande	Riachão das Neves	W
São Marcelo	Formosa do Rio Preto	W
São Pedro	Cristópolis	W
São Roque do Paraguaçu	Maragogipe	RS
São Timóteo	Livramento de Nossa Senhora	SG
Sapucaia	São Félix	RS
Saudável	Brotas de Macaúbas	CD
Serji	São Gonçalo dos Campos	PARAG
Siribinha	Jandaíra	LN
Sítio da Barúna	Andorinha	PCD
Sítio do Conde	Conde	LN
Sítio Grande	São Desidério	W
Sobrado	Casa Nova	SMSF
Subaúma	Entre Rios	LN
Suçuarana	Tanhaçu	SG
Taboquinhas	Itacaré	LS
Tabuleiro da Vitória	Cruz das Almas	RS
Taguá	Cotegipe	W
Tamboril	Morro do Chapéu	MSF
Tanquinho do Poço	Andorinha	PCD
Tapera	São Gonçalo dos Campos	PARAG
Taquarandi	Mirangaba	PCD
Taquarinha	Mucuri	ES
Tauape	Licínio de Almeida	SG
Tijuaçu	Senhor do Bonfim	PCD
Tiririca	Itaguaçu da Bahia	IRECÉ
Trancoso	Porto Seguro	ES
Travessão	Maraú	LS
Três Bocas	São Felipe	RS
Três Braços	Wenceslau Guimarães	LS
Triunfo do Sincorá	Barra da Estiva	CD
Ubiraçaba	Brumado	SG
Ubiraíta	Andaraí	CD
Vale Verde	Porto Seguro	ES
Valéria	Simões Filho	RMS
Várzea do Caldas	Seabra	CD
Várzea do Cerco	Mulungu do Morro	IRECÉ
Várzeas	Baianópolis	W
Ventura	Morro do Chapéu	PCD
Veredinha	Vitória da Conquista	SW
Vitória do Paraguaçu	Cachoeira	RS

Fontes: <www.ibge.gov.br>.

II – Povoados baianos (total: 1340)<sup>163</sup>

topônimo	município	RE
Abreus	Campo Formoso	PCD
Acaru	Abaré	NE
Açude de Macaúbas	Macaúbas	CD
Açude de Pedras	Casa Nova	SMSF
Agreste	Barra	MSF
Água Bela	Bom Jesus da Serra	MSF
Água Boa	Baianópolis	W
Água Boa	Riachão das Neves	W
Água Branca	Xiquexique	IRECÉ
Água de Rega	Souto Soares	CD
Água Fria	Curaçá	SMSF
Água Fria	Medeiros Neto	ES
Água Limpa	Jucuruçu	ES
Água Nova	Lapão	IRECÉ
Água Quente	Santa Maria da Vitória	W
Água Suja	Coribe	W
Água Verde	Vitória da Conquista	SW
Águas	São Félix do Coribe	W
Águas Claras	Baianópolis	W
Agudo	Ibitiara	CD
Alagadiço	Umburanas	PCD
Alagoas	Itaberaba	PARAG
Aldeia	Formosa do Rio Preto	W
Alecrim	Oliveira dos Brejinhos	CD
Alegre	Itaguaçu da Bahia	IRECÉ
Alegres	Cícero Dantas	NE
Aleixo	Barra	MSF
Alfavaca	Juazeiro	SMSF
Algodão	Ibirataia	LS
Algodões	Casa Nova	SMSF
Alho	Itamaraju	ES
Almas	Itaguaçu da Bahia	IRECÉ
Almas	Sento Sé	SMSF
Altamira	Buritirama	MSF
Altamira	Conde	LN
Altamira	Dário Meira	LS
Alto Alegre	Monte Santo	NE
Alto Brasil	Itarantim	SW
Alto da Serra	Jaguaquara	SW
Alto do Curralinho	Xiquexique	IRECÉ
Alto do Meio	Itaberaba	PARAG
Alto Horizonte	Luís Eduardo Magalhães	W
Alto Serra	Luís Eduardo Magalhães	W
Alvorada	Cordeiros	SG
Amparo	Boa Vista do Tupim	PARAG
Andante	Alagoinhas	LN
Andiroba	Brotas de Macaúbas	CD
Angélica	Planaltino	SW
Angelim	Potiraguá	SW
Angical	Santa Rita de Cássia	W
Angical	Santana	W
Angical	Xiquexique	IRECÉ
Angico	Canudos	NE
Angico	Carinhanha	MSF
Angico	João Dourado	IRECÉ

<sup>163</sup> Povoados é uma localidade rural “sem a categoria de sede de circunscrição administrativa, mas com moradias, geralmente em torno de uma igreja ou capela, pequeno comércio, com seus moradores exercendo atividades econômicas não em função de um só proprietário do solo”. (BAHIA 2003).

<b>topônimo</b>	<b>município</b>	<b>RE</b>
Angico dos Dias	Remanso	SMSF
Anta	São Desidério	W
Anuri	Arataca	LS
Aparecida	Barra	MSF
Araçás	Lajedinho	PARAG
Araci	Brotas de Macaúbas	CD
Aracruz	Luís Eduardo Magalhães	W
Aranha	Macururé	NE
Arapongas	Jequié	SW
Araticum	Rodelas	NE
Arcada	Angical	W
Areado	Barra	MSF
Areal	Mata de São João	LN
Areia Branca	Jussari	LS
Areias	Camaçari	RMS
Arizona	Bonito	CD
Aroeira	Caetité	SG
Aroeira	Chorrochó	SMSF
Aroeira	Mairi	PARAG
Aroeira	Mansidão	W
Aroeira	Remanso	SMSF
Arraial	Oliveira dos Brejinhos	CD
Arrecife	Brumado	SG
Arrodeado	Jaborandi	W
Arrojada	Correntina	W
Arrojolândia	Correntina	W
Baixa da Embira	Angical	W
Baixa do Cedro	Muquém do São Francisco	MSF
Baixa Grande	Heliópolis	NE
Baixa Grande	Nova Soure	NE
Baixada	Boquira	CD
Baixada Velha	Buritirama	MSF
Baixão	Campo Alegre de Lourdes	SMSF
Baixão	Pilão Arcado	SMSF
Baixão das Oliveiras	Buritirama	MSF
Balada	Cotegipe	W
Bálcãs	Luís Eduardo Magalhães	W
Bambu	Abaré	NE
Bananeira	Itaetê	PARAG
Bananeira	Itaetê	PARAG
Bananeira	Miguel Calmon	PCD
Bananeira	Sítio do Mato	MSF
Bananeiras	Ibipitanga	CD
Bandarra	Morpará	MSF
Bandeira	Medeiros Neto	ES
Bandeira	Pilão Arcado	SMSF
Bandeira de Melo	Itaetê	PARAG
Bandeira do Colônia	Itapetinga	SW
Bandiaçu	Conceição do Coité	RS
Baraúna	Ibicoara	CD
Baraúna	Juazeiro	SMSF
Barbosa	Dom Basílio	SG
Baronesa	Caravelas	ES
Barra	Bom Jesus da Lapa	MSF
Barra	Campo Alegre de Lourdes	SMSF
Barra	Ibotirama	MSF
Barra	Riachão das Neves	W
Barra	Ribeirão do Largo	SW
Barra	São Desidério	W
Barra do Belmonte	Belmonte	ES
Barra do Brejo	Curaçá	SMSF
Barra do Furado	Cândido Sales	SW

<b>topônimo</b>	<b>município</b>	<b>RE</b>
Barra do Itariri	Conde	LN
Barra do Parateca	Carinhanha	MSF
Barra do Riacho	Riachão das Neves	W
Barra do Tarrachil	Rodelas	NE
Barra Grande	Cotegipe	W
Barra Nova	Barra do Choça	SW
Barra Nova	Itabela	ES
Barracão	Riachão das Neves	W
Barracas	Ponto Novo	PCD
Barragem	Ruy Barbosa	PARAG
Barragem de Pedras	Jequié	SW
Barragem do Carminho	Casa Nova	SMSF
Barreira	Araci	NE
Barreiras	Canavieiras	LS
Barreiro	Barra	MSF
Barreiro	Itaguçu da Bahia	IRECÉ
Barreiro	Morro do Chapéu	PCD
Barreiro	Paratinga	MSF
Barreiro	São Desidério	W
Barreiro do Nelson	Cotegipe	W
Barreiro Grande	Carinhanha	MSF
Barreiros	Itaguçu da Bahia	IRECÉ
Barriguda	Brotas de Macaúbas	CD
Barrinha	Pilão Arcado	SMSF
Barrinha	Ruy Barbosa	PARAG
Barrinha	Santa Rita de Cássia	W
Barro Alto	Ibotirama	MSF
Barro Alto	Morpará	MSF
Barroca	Ribeira do Amparo	NE
Barrolândia	Belmonte	ES
Batalha	São Desidério	W
Batateira	Sento Sé	SMSF
Bate-pé	Vitória da Conquista	SW
Bebedouro	Cotegipe	W
Bebedouro	Juazeiro	SMSF
Bedengó	Canudos	NE
Beija-flor	Catu	LN
Bela Vista	Abaré	NE
Bela Vista	Curaçá	SMSF
Bela Vista	Ibitiara	CD
Bela Vista	Luís Eduardo Magalhães	W
Bela Vista	Nova Viçosa	ES
Bela Vista das Covas	Itiúba	PCD
Belo Cruzeiro	Mucuri	ES
Benedito	Curaçá	SMSF
Bento	Oliveira dos Brejinhos	CD
Betinho	Lajedão	ES
Bisogue	Itamaraju	ES
Boa Esperança	Baianópolis	W
Boa Esperança	Pilão Arcado	SMSF
Boa Hora	Ribeira do Pombal	NE
Boa Nova	Ibirapoã	ES
Boa Nova	Iuiu	MSF
Boa Nova	Lajedão	ES
Boa Paz	Mairi	PARAG
Boa Sorte	Eunápolis	ES
Boa Sorte	Eunápolis	ES
Boa Sorte	Muquém do São Francisco	MSF
Boa Sorte	Santa Cruz Cabralia	ES
Boa Vista	Barra	MSF
Boa Vista	Bom Jesus da Lapa	MSF
Boa Vista	Campo Formoso	PCD

<b>topônimo</b>	<b>município</b>	<b>RE</b>
Boa Vista	Carinhanha	MSF
Boa Vista	Central	IRECÉ
Boa Vista	Conceição do Coité	RS
Boa Vista	Crisópolis	NE
Boa Vista	Feira da Mata	MSF
Boa Vista	Ibipeba	IRECÉ
Boa Vista	Jucuruçu	ES
Boa Vista	Malhada	MSF
Boa Vista	Mansidão	W
Boa Vista	Paratinga	MSF
Boa Vista	Prado	ES
Boa Vista	Ribeirão do Largo	SW
Boa Vista	Seabra	CD
Boa Vista	Wanderley	W
Boa Vista do Pichauí	Muquém do São Francisco	MSF
Boca d'Água	Uibaí	IRECÉ
Boca da Barra	Cotegipe	W
Boca da Picada	Buritirama	MSF
Bom Conselho	Nova Viçosa	ES
Bom Despacho	Itaparica	RMS
Bom Gosto	Oliveira dos Brejinhos	CD
Bom Jardim	Ibiquera	PARAG
Bom Jardim	Palmeiras	CD
Bom Retiro	Bom Jesus da Lapa	MSF
Bom Sossego	Chorrochó	SMSF
Bonfim	Boa Vista do Tupim	PARAG
Bonfim	Caravelas	ES
Bonfim	Itapé	LS
Bonfim de Ipirá	Pé de Serra	PARAG
Bonita	Campo Alegre de Lourdes	SMSF
Bonsucesso	Mairi	PARAG
Boqueirão	Abaré	NE
Boqueirão	Itatim	RS
Boqueirão de Santa Bárbara	Dom Basílio	SG
Borracha	Curaçá	SMSF
Braço do Barão	Fátima	NE
Brasilândia	Ibiassucê	SG
Brejão	Morro do Chapéu	PCD
Brejão da Caatinga	Campo Formoso	PCD
Brejinho	Jeremoabo	NE
Brejinho	Riachão das Neves	W
Brejinho	Sento Sé	SMSF
Brejinho	Tabocas do Brejo Velho	W
Brejo	Curaçá	SMSF
Brejo das Missões	Angical	W
Brejo de Canabrava	Ruy Barbosa	PARAG
Brejo de Dentro	Sento Sé	SMSF
Brejo de Fora	Sento Sé	SMSF
Brejo do Banguê	Barra	MSF
Brejo do Burgo	Glória	NE
Brejo Grande	Boquira	CD
Brejo Grande	Jeremoabo	NE
Brejo Grande	Sento Sé	SMSF
Brejo Grande de Cima	Miguel Calmon	PCD
Brilhante	Boa Vista do Tupim	PARAG
Bronzão	Lençóis	CD
Brotas	Carinhanha	MSF
Brundué	Morpará	MSF
Bucânia	Ibicoara	CD
Buenos Aires	Campo Alegre de Lourdes	SMSF
Buracão	Barreiras	W
Buraquinho	Lauro de Freitas	RMS



<b>topônimo</b>	<b>município</b>	<b>RE</b>
Buriti	Brotas de Macaúbas	CD
Buritinho	São Desidério	W
Busca-Vida	Lauro de Freitas	RMS
Cabaça	Pilão Arcado	SMSF
Cabaceira	Curaçá	SMSF
Cabeça no Tempo	Pilão Arcado	SMSF
Cabeceira Grande	Correntina	W
Cabeceira Grande	São Desidério	W
Cabeluda	Sento Sé	SMSF
Cabreiro	Iramaia	CD
Caçabu	Quinjingue	NE
Cachoeira	Barreiras	W
Cachoeira	Ibitiara	CD
Cachoeira	Malhada	MSF
Cachoeira	Piatã	CD
Cachoeirinha	Itapebi	ES
Cacimba	Pilão Arcado	SMSF
Cacimba	Remanso	SMSF
Cacimba de Baixo	Chorrochó	SMSF
Cacimbas	Casa Nova	SMSF
Cacimbinha	Casa Nova	SMSF
Cacimbinha	Formosa do Rio Preto	W
Cafelândia	Mirangaba	PCD
Cafifá	Coronel João Sá	NE
Cafundó	Itapitanga	LS
Caiçara	Cocos	W
Caiçara	Pilão Arcado	SMSF
Caiçara	Riachão das Neves	W
Caiçara de Baixo	Sento Sé	SMSF
Caiçaras	Sento Sé	SMSF
Caiçarinha	Macururé	NE
Caimbé	Euclides da Cunha	NE
Caititu	Correntina	W
Caixão	Juazeiro	SMSF
Cajá	Baixa Grande	PARAG
Cajazeiras	Ribeira do Pombal	NE
Cajueiro	Ibotirama	MSF
Cajueiro	Una	LS
Cajuíta	Guaratinga	ES
Calçadas	Cardeal da Silva	LN
Caldas do Jorro	Tucano	NE
Caldeirão	Anajé	SW
Caldeirão	Caetanos	SW
Caldeirão	Oliveira dos Brejinhos	CD
Caldeirão da Serra	Uauá	NE
Caldeirão dos Mulatos	Senhor do Bonfim	PCD
Caldeirão Grande	Iaçu	PARAG
Calumbi	Pilão Arcado	SMSF
Camandaroba	Itiúba	PCD
Cambuí	Pilão Arcado	SMSF
Cambuís	Cardeal da Silva	LN
Campestre	Miguel Calmon	PCD
Campestre	Seabra	CD
Campina Verde	Itaguaçu da Bahia	IRECÉ
Campinarana	Ribeirão do Largo	SW
Campinho	Maraú	LS
Campinho	Planaltino	SW
Campo Alegre	Chorrochó	SMSF
Campo Alegre	Itamaraju	ES
Campo Alegre	Santa Terezinha	RS
Campo de Baixo	Santa Rita de Cássia	W
Campo de Cima	Santa Rita de Cássia	W

<b>topônimo</b>	<b>município</b>	<b>RE</b>
Campo de São João	Várzea da Roça	PARAG
Campo dos Cavalos	Juazeiro	SMSF
Campo Formoso	Vitória da Conquista	SW
Campo Grande	Pilão Arcado	SMSF
Campo Largo	Sento Sé	SMSF
Campo Novo	Curaçá	SMSF
Campo Verde	Curaçá	SMSF
Campo Verde	Juazeiro	SMSF
Campos	Palmas de Monte Alto	SG
Canabrava	Barra do Mendes	IRECÉ
Canabrava	Cocos	W
Canabrava	Formosa do Rio Preto	W
Canabrava	Jussiape	CD
Canabrava	Malhada	MSF
Canabrava	Mirangaba	PCD
Canabrava	Riacho de Santana	MSF
Canabrava	Santa Brígida	NE
Canabrava	Souto Soares	CD
Canabrava do Gomes	Morpará	MSF
Cananéia	Seabra	CD
Canjerana	Mundo Novo	PARAG
Canoas	Entre Rios	LN
Cantinho	Jeremoabo	NE
Cantinho	Urundi	SG
Canto do Rumo	Ipirá	PARAG
Canudos	Barra	MSF
Canudos	Riachão das Neves	W
Capão	Riachão das Neves	W
Capão da Areia	Bom Jesus da Lapa	MSF
Capão de Volta	Ibicoara	CD
Capão do Jerônimo	Barreiras	W
Capão Vermelho	Boninal	CD
Capão	Jaguaripe	RS
Capim	Cocos	W
Capinai	Vitória da Conquista	SW
Capitão do Mato	Cocos	W
Capivara	Maracás	SW
Capoeiras	Sebastião Laranjeiras	SG
Caracol	São Félix do Coribe	W
Caraíba	Curaçá	SMSF
Caraíba	Ibitiara	CD
Caraíba	Pilão Arcado	SMSF
Caraíba	Seabra	CD
Caraíba	Umburanas	PCD
Caraíba de Santa Teresa	Pilão Arcado	SMSF
Caraibas	Campo Formoso	PCD
Caraibas	Casa Nova	SMSF
Caraibas	Chorrochó	SMSF
Caraibas	Cocos	W
Caraibas	Malhada	MSF
Caraibas	Paramirim	CD
Caraibinha	Monte Santo	NE
Caratacá	Uauá	NE
Careta	Sento Sé	SMSF
Carlottinha	Cotegipe	W
Carnaíba	Euclides da Cunha	NE
Carnaíba	Pindobaçu	PCD
Carnaúba	Pilão Arcado	SMSF
Carqueijo	Campo Formoso	PCD
Carubinha	Pilão Arcado	SMSF
Casa Nova	Ourolândia	PCD
Casa Velha	Campo Formoso	PCD

<b>topônimo</b>	<b>município</b>	<b>RE</b>
Casa Verde	Pilão Arcado	SMSF
Cascalho	Érico Cardoso	CD
Cascalho	Iuiu	MSF
Cascavel	Barra da Estiva	CD
Catulé	Cocos	W
Catumbi	Campo Alegre de Lourdes	SMSF
Catuni	Jaquarari	PCD
Caxambu	Xiquexique	IRECÉ
Cedro	Cocos	W
Cega Cachorro	São Félix do Coribe	W
Centenário	Jucuruçu	ES
Cepa	Belmonte	ES
Cercadinho	Vitória da Conquista	SW
Cercado	Paramirim	CD
Cercado	Santa Terezinha	RS
Cerradão	Barreiras	W
Ceval	Luís Eduardo Magalhães	W
Chapada de Cima	Paratinga	MSF
Chapada do Arroz	Oliveira dos Brejinhos	CD
Chapada Velha	Campo Alegre de Lourdes	SMSF
Cidades	Itaguaçu da Bahia	IRECÉ
Cipó de Leite	Pedro Alexandre	NE
Coca	Brotas de Macaúbas	CD
Cocal	São Desidério	W
Cocos	Baianópolis	W
Coirana	Ibitiara	CD
Colina	Ibipeba	IRECÉ
Colônia do Incra	Itaetê	PARAG
Comercinho	Tremendal	SW
Conceição	Itaguaçu da Bahia	IRECÉ
Conceição	Itamaraju	ES
Conceição	Wanderley	W
Contagem	Rio do Pires	CD
Contendas	Macaúbas	CD
Contestado	Iramaia	CD
Convém	Ibitiara	CD
Coopermosa	Formosa do Rio Preto	W
Coporanga	Porto Seguro	ES
Coqueiro	Feira da Mata	MSF
Corcovado	Guaratinga	ES
Coroa Vermelha	Santa Cruz Cabrália	ES
Coronel	Jeremoabo	NE
Costela	Mucugê	SG
Cotia	Formosa do Rio Preto	W
Cotripal	Formosa do Rio Preto	W
Crucaí	Castro Alves	RS
Cruzeiro do Sul	Jucuruçu	ES
Cruzelândia	Mucuri	ES
Cuaribas	Boninal	CD
Cumbuca	Contendas do Sincorá	SG
Curral da Ponte	Campo Formoso	PCD
Curral das Pedras	Abaré	NE
Curral Falso	Ribeira do Pombal	NE
Curral Velho	Curaçá	SMSF
Curral Velho	Jacobina	PCD
Curral Velho	Sebastião Laranjeiras	SG
Curral Velho	Tabocas do Brejo Velho	W
Curralinho	Bom Jesus da Lapa	MSF
Curralinho	Curaçá	SMSF
Curralinho	Macaúbas	CD
Curundunun	Uauá	NE
Dantas	Ruy Barbosa	PARAG
Deserto	Riachão das Neves	W

<b>topônimo</b>	<b>município</b>	<b>RE</b>
Despacho	Jaguarari	PCD
Destino	Alcobaça	ES
Deus-me-livre	Barreiras	W
Diamantina	Ibiquera	PARAG
Divisa	Encruzilhada	SW
Dois	Capim Grosso	PCD
Dois Irmãos	Pilão Arcado	SMSF
Dois Rios	Correntina	W
Dona Maria	Crisópolis	NE
Dourado	São Desidério	W
Duas Irmãs	Itaberaba	PARAG
Duas Serras	Antas	NE
Duque de Caxias	Teixeira de Freitas	ES
Encantada	Iramaia	CD
Engenho de Areia	Belmonte	ES
Engenho do Pacuí	Campo Formoso	PCD
Enxu	Mirante	SW
Escalvado	Xiquexique	IRECÉ
Esconso	Itaguaçu da Bahia	IRECÉ
Espanta Gado	Queimadas	NE
Espera	Chorrochó	SMSF
Espírito Santo	Carinhanha	MSF
Espora Gato	Caravelas	ES
Estica	Canavieiras	LS
Estiva	Cocos	W
Estivas	São Desidério	W
Estreito	Bom Jesus da Lapa	MSF
Estreito	Formosa do Rio Preto	W
Estreito	Itaguaçu da Bahia	IRECÉ
Estreito	Mansidão	W
Estreito	Urandi	SG
Estrela	Remanso	SMSF
Eurípedes	Lapão	IRECÉ
Extrema	Barra	MSF
Faísca	Alcobaça	ES
Faustino	Iaçu	PARAG
Favelândia	Bom Jesus da Lapa	MSF
Fazenda Grande	Barra	MSF
Fazenda Grande	Muquém do São Francisco	MSF
Fazenda Nova	Sebastião Laranjeiras	SG
Fazendinha	Boquira	CD
Fedegosos	Morro do Chapéu	PCD
Feirinha	Caraíbas	SW
Feirinha	Condeúba	SG
Feirinha	Manoel Vitorino	SW
Feirinha	Pau Brasil	LS
Ferreira	Ibiquera	PARAG
Figueiredo	Lajedo do Tabocal	SW
Flamengo	Jaguarari	PCD
Flora	Oliveira dos Brejinhos	CD
Formosa	Ipupiara	CD
Formosa	Macaúbas	CD
Formosa	Macururé	NE
Formoso	Remanso	SMSF
Forquilha	Buritirama	MSF
Forquilha	Jeremoabo	NE
Forquilha	São Desidério	W
Forquilha	São Desidério	W
Fortaleza	Juazeiro	SMSF
Fortaleza	Wanderley	W
Fortaleza	Xiquexique	IRECÉ
Forte	Cotegipe	W
França	Piritiba	PARAG

<b>topônimo</b>	<b>município</b>	<b>RE</b>
Frio	Ibitiara	CD
Frio	Oliveira dos Brejinhos	CD
Funil	Mansidão	W
Furadas	Boninal	CD
Futurosa	Itanhém	ES
Galheirão	São Desidério	W
Galho dos Veados	São Desidério	W
Galinha	Luís Eduardo Magalhães	W
Galo d'Água	Cotegipe	W
Gameleira	Campo Formoso	PCD
Gameleira	Central	IRECÉ
Gameleira	Iramaia	CD
Gameleira	Macaúbas	CD
Gameleira	Malhada de Pedras	SG
Gameleira	Pedro Alexandre	NE
Gameleira	Pilão Arcado	SMSF
Gameleira do Ventura	Morro do Chapéu	PCD
Garapa	Barra	MSF
Garganta	Formosa do Rio Preto	W
Gato	Formosa do Rio Preto	W
Gatos	Correntina	W
Gatos	Jaborandi	W
Gaunabara	Itaguaçu da Bahia	IRECÉ
Gentil	Barreiras	W
Geralzinho	Encruzilhada	SW
Goiabeira	Wanderley	W
Gonçalo	Caem	PCD
Govi	Feira da Mata	MSF
Graças	Macarani	SW
Graças-a-Deus	Almadina	LS
Grajaú	Jeremoabo	NE
Gravatá	Tucano	NE
Grota	Barra	MSF
Grotão	Barreiras	W
Grotão	Sento Sé	SMSF
Gruna	Sento Sé	SMSF
Guaraçu	Cândido Sales	SW
Guarani	Prado	ES
Guaratiba	Alcobaça	ES
Guariba	Ipupiara	CD
Guiabim	Valença	NE
Hosana	Itagimirim	ES
Hospício	Caetité	SG
Ibiporanga	Iguai	SW
Içó	Rodelas	NE
Icozeira	Abaré	NE
Iguape	Boa Vista do Tupim	PARAG
Ilha	Cícero Dantas	NE
Ilha da Atalaia	Canavieiras	LS
Ilha Grande	Belmonte	ES
Império	Serra Dourada	W
Interlagos	Camaçari	RMS
Ipebuçu	Itiruçu	SW
Irai	Água Fria	NE
Itabaí	Macarani	SW
Itabata	Mucuri	ES
Itaboca	Barreiras	W
Itacimirim	Camaçari	RMS
Itaguari	Cocos	W
Itaíba	Itaberaba	PARAG
Itamarana	Maracás	SW
Itamarati	Ibirapitanga	LS
Itamarati	Jucuruçu	ES

<b>topônimo</b>	<b>município</b>	<b>RE</b>
Itapecuru	Sento Sé	SMSF
Itapicuru	Correntina	W
Itaporã	Cruz das Almas	RS
Itaquena	Porto Seguro	ES
Itareru	Conceição do Coité	RS
Itumim	Guajeru	SG
Jacarandá	Santa Luzia	LS
Jacaré	Tanque Novo	CD
Jacarreci	Camacan	LS
Jacurutu	Jaborandi	W
Jaguaraci	Morro do Chapéu	PCD
Jardinópolis	Teixeira de Freitas	ES
Jatobá	Abaré	NE
Jatobá	Barra	MSF
Jatobá	Belo Campo	SW
Jatobá	Buritirama	MSF
Jatobá	Caetité	SG
Jatobá	Cansanção	NE
Jatobá	Curaçá	SMSF
Jatobá	Formosa do Rio Preto	W
Jatobá	Riachão das Neves	W
Jatobazinho	Barreiras	W
Jatobazinho	Luís Eduardo Magalhães	W
Javi	Muquém do São Francisco	MSF
Jenipapo	Jacobina	PCD
Jenipapo de Baixo	Monte Santo	NE
Jequiezinho	Jequié	SW
Jequitaia	Campo Alegre de Lourdes	SMSF
Jequitibá	Macajuba	PARAG
Jeribacaçu	Itacaré	LS
Jerônimo	Seabra	CD
Jibóia	Pilão Arcado	SMSF
Jiparaná	Lajedão	ES
João da Cruz	Buritirama	MSF
João de Barro	Mansidão	W
João Gonçalo	Buritirama	MSF
João Grande	Campo Formoso	PCD
João Vaz	Rio de Contas	CD
João Velho	Ipirá	PARAG
João Vibira	Araci	NE
José Lopes	Pilão Arcado	SMSF
Juá	Casa Nova	SMSF
Juá	Paulo Afonso	NE
Juá Novo	Morpará	MSF
Jucunã	Jaguarari	PCD
Jucurutá	Oliveira dos Brejinhos	CD
Julião	Abaré	NE
Junco	Mirangaba	PCD
Junco	Monte Santo	NE
Jundiá	Itamaraju	ES
Jurema	Campo Alegre de Lourdes	SMSF
Jurema	Ibipitanga	CD
Jurema	Licínio de Almeida	SG
Juruaba	Mata de São João	LN
Jussara	Itambé	SW
Km 4	Capim Grosso	PCD
Laços	Tanhaçu	SG
Lago	Casa Nova	SMSF
Lagoa	Mirangaba	PCD
Lagoa Branca	Campo Formoso	PCD
Lagoa Clara	Baianópolis	W
Lagoa da Barra	Casa Nova	SMSF
Lagoa da Onça	Campo Alegre de Lourdes	SMSF

<b>topônimo</b>	<b>município</b>	<b>RE</b>
Lagoa da Pedra	Manoel Vitorino	SW
Lagoa das Covas	Oliveira dos Brejinhos	CD
Lagoa de Dentro	Barra	MSF
Lagoa de Dentro	Várzea Nova	PCD
Lagoa do Alegre	Casa Nova	SMSF
Lagoa do Angico	Umburanas	PCD
Lagoa do Baco	Monte Santo	NE
Lagoa do Barro	Campo Alegre de Lourdes	SMSF
Lagoa do Boi	Juazeiro	SMSF
Lagoa do Capim	Ibipitanga	CD
Lagoa do Dionísio	Ibitiara	CD
Lagoa do Fábio	Buritirama	MSF
Lagoa do Jatobá	Pilão Arcado	SMSF
Lagoa do Joaquim	Formosa do Rio Preto	W
Lagoa do Junco	Quinjingue	NE
Lagoa do Lajedo	Iaçú	PARAG
Lagoa do Mato	Ipirá	PARAG
Lagoa do Meio	Monte Santo	NE
Lagoa do Oscar	Cristópolis	W
Lagoa do Ouro	Euclides da Cunha	NE
Lagoa do Padre	Pilão Arcado	SMSF
Lagoa do Pires	Uauá	NE
Lagoa dos Bois	Abaré	NE
Lagoa dos Negros	Casa Nova	SMSF
Lagoa dos Negros	Pilão Arcado	SMSF
Lagoa dos Patos	Remanso	SMSF
Lagoa dos Peixes	Sento Sé	SMSF
Lagoa dos Porcos	Serra Dourada	W
Lagoa Funda	Souto Soares	CD
Lagoa Grande	Cândido Sales	SW
Lagoa Grande	Lagoa Real	SG
Lagoa José Luís	Vitória da Conquista	SW
Lagoa Nova	Livramento de Nossa Senhora	SG
Lagoa Nova	Morro do Chapéu	PCD
Lagoa Preta	Paripiranga	NE
Lagoa Rasa	Muquém do São Francisco	MSF
Lagoa Velha	Canarana	IRECÉ
Lagoinha	Buritirama	MSF
Lagoinha	Euclides da Cunha	NE
Lagoinha	Morro do Chapéu	PCD
Lagoinha	Presidente Jânio Quadros	SG
Lagoinha	Queimadas	NE
Lagoinhas	São Gabriel	IRECÉ
Laje	Campo Formoso	PCD
Laje	Chorrochó	SMSF
Laje do Alto	Macajuba	PARAG
Laje Nova	Quinjingue	NE
Lajeado	Livramento de Nossa Senhora	SG
Lajedinho	Caravelas	ES
Lajedo	Campo Formoso	PCD
Lajedo	Casa Nova	SMSF
Lajedo	Pilão Arcado	SMSF
Lajes	Itaguaçu da Bahia	IRECÉ
Lajes	Jacobina	PCD
Lajes	Juazeiro	SMSF
Lajinha	Araci	NE
Lajinha	Casa Nova	SMSF
Lajinha	Juazeiro	SMSF
Lajinha	Monte Santo	NE
Lajinha	Santaluz	NE
Lamarão do Passé	São Sebastião do Passé	LN
Lameirão	Buritirama	MSF
Landim	Cocos	W

<b>topônimo</b>	<b>município</b>	<b>RE</b>
Landim	Palmas de Monte Alto	SG
Laranjeira	Remanso	SMSF
Laranjeira	Uibaí	IRECÉ
Larga	Central	IRECÉ
Largo	Formosa do Rio Preto	W
Largo	Paratinga	MSF
Larguinha	Central	IRECÉ
Lessa	Wagner	CD
Liberdade	Barreiras	W
Limeira	Prado	ES
Limoeiro	Brejolândia	MSF
Lindo Horizonte	Anajé	SW
Lisboa	Remanso	SMSF
Livramento	Boquira	CD
Logradouro de Cima	Uauá	NE
Macacos	Baianópolis	W
Macacos	Santa Maria da Vitória	W
Maçambará	Cotegipe	W
Macambira	Casa Nova	SMSF
Maçaranduba	Teixeira de Freitas	ES
Macaubeiras	Santa Rita de Cássia	W
Machado Portela	Marcionílio Souza	PARAG
Malhada	Barra	MSF
Malhada	Campo Alegre de Lourdes	SMSF
Malhada da Areia	Riachão das Neves	W
Malhada de Areia	Sebastião Laranjeiras	SG
Malhada do Jurema	Canudos	NE
Malhada Grande	Riacho de Santana	MSF
Malhada Nova	Pedro Alexandre	NE
Malhadinha	Formosa do Rio Preto	W
Malhador	Riachão do Jacuípe	PARAG
Mamona	Boquira	CD
Mamonal	Brejolândia	MSF
Mandacaru	Baianópolis	W
Mandacaru	Baixa Grande	PARAG
Mangabeira	Coribe	W
Mangal	Sítio do Mato	MSF
Mangatuba	Muquém do São Francisco	MSF
Manguinho	Mairi	PARAG
Manica	Olindina	NE
Maniçoba	Juazeiro	SMSF
Maquine	Chorrochó	SMSF
Maraúna	Presidente Tancredo Neves	LS
Maravilha	Esplanada	LN
Maravilha	Sento Sé	SMSF
Mari	Juazeiro	SMSF
Maria de Lima	Monte Santo	NE
Maria Preta	Cansanção	NE
Maria Vermelha	Morro do Chapéu	PCD
Marília	Belmonte	ES
Marimbondo	Lafayette Coutinho	SW
Marinho	Teixeira de Freitas	ES
Maroto	Buritirama	MSF
Marreca	Xiquexique	IRECÉ
Marrecas	Matina	MSF
Marruá	Macururé	NE
Mata-cavalo	Souto Soares	CD
Matinha	Lençóis	CD
Matinha	Mucuri	ES
Mato Grosso	Formosa do Rio Preto	W
Mato Verde	América Dourada	IRECÉ
Mato Verde	Chorrochó	SMSF
Mato Verde	Jaguaquara	SW



<b>topônimo</b>	<b>município</b>	<b>RE</b>
Maxixe	Central	IRECÊ
Melancias	Malhada	MSF
Melandra	Formosa do Rio Preto	W
Melão	Mirante	SW
Milagres	Barra do Mendes	IRECÊ
Mimoso	Sátiro Dias	LN
Minuim	Santa Brígida	NE
Miranga	Pojuca	LN
Mirante	Mucugê	SG
Missão do Aricobé	Angical	W
Miudeza	Mundo Novo	PARAG
Moça do Meio	Tabocas do Brejo Velho	W
Mocambo	Barreiras	W
Mocambo	Livramento de Nossa Senhora	SG
Mocambo	Morpará	MSF
Molho	Coribe	W
Mombaça	Serrinha	NE
Monta d'Água	Brejolândia	MSF
Monte Alegre	Coribe	W
Monte Alegre	Santa Rita de Cássia	W
Monte Alto	Pilão Arcado	SMSF
Monte Azul	Jeremoabo	NE
Monte Pascoal	Itabela	ES
Montinho	Itabela	ES
Moreira	Rodelas	NE
Morrinho	Caturama	CD
Morrinho	Gentio do Ouro	IRECÊ
Morrinho	Serra Dourada	W
Morrinho	Várzea da Roça	PARAG
Morrinhos	Poções	SW
Morrinhos	Sento Sé	SMSF
Morro	Carinhanha	MSF
Morro de São Paulo	Cairu	LS
Morro do Pato	Mirante	SW
Mosqueado	Remanso	SMSF
Moura	Jussiape	CD
Mourão	Baianópolis	W
Mozondó	Coribe	W
Muçambé	Ipupiara	CD
Mucugê	Esplanada	LN
Mulungu	Boninal	CD
Mulungu	Campo Formoso	PCD
Mulungu	Esplanada	LN
Mulungu	Miguel Calmon	PCD
Mulungu	Palmas de Monte Alto	SG
Mulungu	Santa Rita de Cássia	W
Mulungu	Sento Sé	SMSF
Mulungu	Várzea Nova	PCD
Mundel	Barra da Estiva	CD
Mundo Novo	Curaçá	SMSF
Mundo Novo	Oliveira dos Brejinhos	CD
Muquém	Itaguaçu da Bahia	IRECÊ
Muquém	Paratinga	MSF
Muquém Ferrado	Bom Jesus da Lapa	MSF
Muriçoca	Barreiras	W
Muriçoca	Cocos	W
Nabis	Aporá	LN
Nego	Cotegipe	W
Neves	Riachão das Neves	W
Nicolau	Lamarão	NE
Nobreza	Wanderley	W
Noratos	Botuporã	CD
Nossa Senhora d'Ajuda	Porto Seguro	ES

<b>topônimo</b>	<b>município</b>	<b>RE</b>
Nova Alegria	Itamaraju	ES
Nova Brasília	Ipirá	PARAG
Nova Brasília	Mucuri	ES
Nova Brasília	Ribeirão do Largo	SW
Nova Cruz	Macajuba	PARAG
Nova Esperança	Campo Formoso	PCD
Nova Holanda	Pilão Arcado	SMSF
Nova Holanda	Sento Sé	SMSF
Nova Holanda	Teolândia	LS
Nova Santana	Brotas de Macaúbas	CD
Nova Terra	Cotegipe	W
Nova Vida	Mundo Novo	PARAG
Nova Vida	Mundo Novo	PARAG
Nova Vista	Andaraí	CD
Nova Vista	Ibotirama	MSF
Nova Zelândia	Medeiros Neto	ES
Novo Horizonte	Brotas de Macaúbas	CD
Novo Horizonte	Monte Santo	NE
Novo Oriente	Vitória da Conquista	SW
Novo Paraná	Luís Eduardo Magalhães	W
Oiticica	Canavieiras	LS
Olho d'Água	Brejolândia	MSF
Olho d'Água	Cotegipe	W
Olho d'Água	Curaçá	SMSF
Olho d'Água	Juazeiro	SMSF
Olho d'Água	Malhada	MSF
Olho d'Água	Wanderley	W
Olho d'Água da Mariquita	Tabocas do Brejo Velho	W
Olho d'Água do Facundo	Ourolândia	PCD
Olho Torto	Mirangaba	PCD
Olhos d'Água	Barra	MSF
Onça	Jaborandi	W
Oratório	Boa Vista do Tupim	PARAG
Orojó	Camamu	LS
Ouricuri	Morro do Chapéu	PCD
Ouricuri	Uauá	NE
Ourives	Tanhaçu	SG
Paço da Porta	Catolândia	W
Paíol	Jussiape	CD
Pajeú	Cocos	W
Pajeú	Guanambi	SG
Pajeú	Xiquexique	IRECÉ
Pajeú de Baixo	Xiquexique	IRECÉ
Palestina	Buritirama	MSF
Palestina	Una	LS
Palmares	Itapetinga	SW
Palmares	Prado	ES
Palmeira	Barreiras	W
Palmeiral	São Desidério	W
Palmeiral	Tapiramutá	PARAG
Palmeiras	Central	IRECÉ
Palmeiras	Santa Rita de Cássia	W
Palmeiras dos Mendes	Barra do Mendes	IRECÉ
Palmeirinha	Caem	PCD
Palmeirinha	Seabra	CD
Palmira	Itaju do Colônia	LS
Panelas	Campo Formoso	PCD
Papagaio	Casa Nova	SMSF
Papagaio	Tanque Novo	CD
Parafuso	Camaçari	RMS
Pari das Pedras	São Desidério	W
Passagem	Macururé	NE
Passagem	Muquém do São Francisco	MSF

<b>topônimo</b>	<b>município</b>	<b>RE</b>
Passagem	Palmeiras	CD
Passagem	Pilão Arcado	SMSF
Passagem do Burro	Cocos	W
Pateira	Ribeirão do Largo	SW
Pato	Pilão Arcado	SMSF
Paturi	Iuiu	MSF
Pau d'Arco	Barra	MSF
Pau d'Arco	Pilão Arcado	SMSF
Pau de Colher	Sento Sé	SMSF
Pau de Óleo	São Desidério	W
Pau Preto	Riacho de Santana	MSF
Pau Seco	Barra	MSF
Pau-de-colher	Casa Nova	SMSF
Pau-de-colher	Paramirim	CD
Pau-ferro	Remanso	SMSF
Pé de Limão	Barro Alto	IRECÉ
Pé de Serra	Maracás	SW
Pé de Serra	Utinga	CD
Pé do Morro	Lajedinho	PARAG
Pedra Alta	Araci	NE
Pedra Branca	Curaçá	SMSF
Pedra Branca	Itaguaçu da Bahia	IRECÉ
Pedra Branca	Monte Santo	NE
Pedra Branca	Xiquexique	IRECÉ
Pedra do Salgado	Itanagra	LN
Pedra do Una	Una	LS
Pedra Grande	Uauá	NE
Pedra Preta	Brumado	SG
Pedra Roxa	Guaratinga	ES
Pedra Vermelha	Mirangaba	PCD
Pedra Vermelha	Monte Santo	NE
Pedras	Santa Rita de Cássia	W
Pedras Altas	Caem	PCD
Pedrinha	Barra	MSF
Pedrinha	Riachão das Neves	W
Pedrinhas	Barra	MSF
Pedrinhas	Itaguaçu da Bahia	IRECÉ
Pedrinhas	Juazeiro	SMSF
Pedrinhas	Malhada	MSF
Pedrolândia	Queimadas	NE
Pega dos Custódios	Brotas de Macaúbas	CD
Peixe	Campo Alegre de Lourdes	SMSF
Peixe	Capim Grosso	PCD
Penachinho	Boa Nova	SW
Pequi	Barra	MSF
Pequi	Pilão Arcado	SMSF
Pequizeiro	Riachão das Neves	W
Perdido	Brotas de Macaúbas	CD
Pereira	São José do Jacuípe	PCD
Pernambuco	Sítio do Mato	MSF
Piabas	Caem	PCD
Piauí	Chorrochó	SMSF
Piauí	Itiúba	PCD
Picada	Jussara	IRECÉ
Picarão	Sento Sé	SMSF
Piçarra	Lençóis	CD
Picos	Itiúba	PCD
Pilão	Cocos	W
Pilar	Jaguarari	PCD
Pimenta	Canavieiras	LS
Pimenta	Canavieiras	LS
Pinga-fogo	Palmas de Monte Alto	SG
Pinheiro	Guaratinga	ES

<b>topônimo</b>	<b>município</b>	<b>RE</b>
Pinhões	Morro do Chapéu	PCD
Piracicaba	Curaçá	SMSF
Pirajá	Itamaraju	ES
Pirajá	Piripá	SG
Piraji	Itamaraju	ES
Pirajuia	Jaguaripe	RS
Piripiri	Casa Nova	SMSF
Piripiri	Formosa do Rio Preto	W
Pital	São Gabriel	IRECÉ
Pitomba	Riachão das Neves	W
Placas	Iramaia	CD
Planta	Casa Nova	SMSF
Poção	Juazeiro	SMSF
Poção	Paratinga	MSF
Poço	Mulungu do Morro	IRECÉ
Poço	Ribeira do Pombal	NE
Poço d'Anta	Jequié	SW
Poço d'Anta	Quinjingue	NE
Poço d'Anta	Santana	W
Poço d'Anta	Santana	W
Poço da Isabel	Boa Vista do Tupim	PARAG
Poço da Onça	Juazeiro	SMSF
Poço das Pedras	Jeremoabo	NE
Poço de Pedra	Casa Nova	SMSF
Poço do Mato	Tabocas do Brejo Velho	W
Poço do Meio	Jaguarari	PCD
Poço do Vieira	Uauá	NE
Poço Redondo	Tabocas do Brejo Velho	W
Poço Redondo	Tucano	NE
Poço Velho	Cotegipe	W
Poções	Ruy Barbosa	PARAG
Poços	Uibaí	IRECÉ
Poeira	Juazeiro	SMSF
Ponta Alegre	Ibirapitanga	LS
Ponta Alegre	Mirangaba	PCD
Ponta Baixa	Itiúba	PCD
Ponta d'Água	Morro do Chapéu	PCD
Ponta d'Água	Sento Sé	SMSF
Pontal do Norte	Belmonte	ES
Ponte de Itabatinga	Jandaíra	LN
Porcos	Baianópolis	W
Porcos	Entre Rios	LN
Porteira	Serra Dourada	W
Portela	Ibirapoã	ES
Porto	Lençóis	CD
Porto Alegre	Maracás	SW
Porto Cajueiro	Cocos	W
Potrinho	Chorrochó	SMSF
Pouso Alegre	Maiquinique	SW
Pradosa	Vitória da Conquista	SW
Praia do Forte	Mata de São João	LN
Praia do Una	Una	LS
Praia Grande	Rio Real	LN
Prainha	São Desidério	W
Prata	Itamaraju	ES
Prata	Riachão das Neves	W
Prata	São Desidério	W
Pratigi	Ituberá	LS
Prato Fino	Barra	MSF
Prato Raso	Campo Alegre de Lourdes	SMSF
Pratudinho	Jaborandi	W
Prazeres	Riachão das Neves	W
Preto	Mansidão	W

<b>topônimo</b>	<b>município</b>	<b>RE</b>
Primazia	Santa Rita de Cássia	W
Princesa	Itamaraju	ES
Procópio	Muquém do São Francisco	MSF
Puçazeiro	São Desidério	W
Quebra-cabeça	Remanso	SMSF
Queimada	Oliveira dos Brejinhos	CD
Queimada	Pilão Arcado	SMSF
Queimada do Milho	Chorrochó	SMSF
Queimadas	Barra	MSF
Queimadas	Central	IRECÉ
Queimadas	Planalto	SW
Queimado	Formosa do Rio Preto	W
Querera	Tucano	NE
Quingó	Paulo Afonso	NE
Quitéria	Ipirá	PARAG
Quixaba	Abaré	NE
Quixaba	Juazeiro	SMSF
Quixaba	Pilão Arcado	SMSF
Quixaba	Sento Sé	SMSF
Ramalho	Carinhanha	MSF
Ramalho	Feira da Mata	MSF
Rancho Alegre	Caravelas	ES
Raso	Nova Soure	NE
Recanto	Baianópolis	W
Recife do Cardoso	Ibititá	IRECÉ
Recreio	Casa Nova	SMSF
Resende	Itanhém	ES
Retiro	Campo Formoso	PCD
Retiro	Glória	NE
Retiro	Malhada	MSF
Riachão	Lagoa Real	SG
Riachinho	Casa Nova	SMSF
Riachinho	Muquém do São Francisco	MSF
Riacho	João Dourado	IRECÉ
Riacho	Paulo Afonso	NE
Riacho d'Anta	Barreiras	W
Riacho da Guia	Inhambupe	LN
Riacho da Lama	Muquém do São Francisco	MSF
Riacho da Madeira	Jaguarari	PCD
Riacho da Onça	Queimadas	NE
Riacho das Pedras	Uauá	NE
Riacho do Sal	Paulo Afonso	NE
Riacho do Sobrado	Casa Nova	SMSF
Riacho dos Pais	Sento Sé	SMSF
Riacho Fundo	Ubaíra	RS
Riacho Largo	Central	IRECÉ
Ribeirão	Formosa do Rio Preto	W
Ribeiro	Bonito	CD
Rio Abaixo	Lagoa Real	SG
Rio Branco	Canudos	NE
Rio das Almas	Wenceslau Guimarães	W
Rio de Janeiro	Barreiras	W
Rio Doce	Una	LS
Rio dos Anjos	Itapicuru	NE
Rio Grande	Palmeiras	CD
Rio Limpo	Barreiras	W
Rio Preto	Xiquexique	IRECÉ
Rio Seco	Santa Terezinha	RS
Rio Verde	Itaguaçu da Bahia	IRECÉ
Rio Verde	Malhada	MSF
Roça do Arroz	Sítio do Mato	MSF
Roçadinho	Central	IRECÉ

<b>topônimo</b>	<b>município</b>	<b>RE</b>
Roçado	Monte Santo	NE
Rocha dos Porcos	Paratinga	MSF
Rocha Velha	Itaberaba	PARAG
Rosário	Boninal	CD
Rosário	Correntina	W
Rosário	Rafael Jambeiro	PARAG
Rua Nova	Cansanção	NE
Rufino	Araci	NE
Ruilândia	Euclides da Cunha	NE
Rumo	Itaetê	PARAG
Rumo	Itaetê	PARAG
Rumo Novo	Xiquexique	IRECÉ
Sacão	Barra	MSF
Saco	Buritirama	MSF
Saco da Cruz	Xiquexique	IRECÉ
Saco de Bois	Xiquexique	IRECÉ
Saco do Correio	Serrinha	NE
Saco do Jurema	Oliveira dos Brejinhos	CD
Saco do Moquém	Palmas de Monte Alto	SG
Salgadinha	Casa Nova	SMSF
Salgadinho	Uauá	NE
Salgado	Banzaê	NE
Salgado	Campo Formoso	PCD
Salgado	Castro Alves	RS
Salgado	Mansidão	W
Salgado	Maracás	SW
Salgado	Monte Santo	NE
Salgado do Melão	Rodelas	NE
Salina	Angical	W
Salininha	Pilão Arcado	SMSF
Salininha	Santa Rita de Cássia	W
Salomão	Itanhém	ES
Salto	Ruy Barbosa	PARAG
Sambaíba	Barra	MSF
Sangueira	Barreiras	W
Sanharó	Sento Sé	SMSF
Sanhoró	Paratinga	MSF
Santa Alice	Riachão das Neves	W
Santa Antônia	Euclides da Cunha	NE
Santa Catarina	Maraú	LS
Santa Clara	Jequié	SW
Santa Clara	Santa Maria da Vitória	W
Santa Cruz	Pilão Arcado	SMSF
Santa Cruz do Guando	Acajutiba	LN
Santa Fé	Itarantim	SW
Santa Fé	Rafael Jambeiro	PARAG
Santa Helena	Baianópolis	W
Santa Isabel	Itaberaba	PARAG
Santa Luzia	Alcobaça	ES
Santa Luzia	Caetité	SG
Santa Luzia	Cocos	W
Santa Luzia	Santa Rita de Cássia	W
Santa Luzia do Norte	Itanhém	ES
Santa Luzia Velha	Macajuba	PARAG
Santa Maria	Wanderley	W
Santa Maria do Sousa	Belmonte	ES
Santa Mônica	Morro do Chapéu	PCD
Santa Quitéria	Ibitiara	CD
Santa Rita	Riacho de Santana	MSF
Santa Rosa	Andorinha	PCD
Santa Rosa	Conceição do Coité	RS
Santa Rosa	Guaratinga	ES

<b>topônimo</b>	<b>município</b>	<b>RE</b>
Santa Rosa	Iaçu	PARAG
Santa Rosa	Morpará	MSF
Santa Rosa	Pau Brasil	LS
Santa Rosa dos Buracos	Monte Santo	NE
Santa Teresinha	Macaúbas	CD
Santa Teresinha	Miguel Calmon	PCD
Santa Vitória	Baixa Grande	PARAG
Santana	Monte Santo	NE
Santana do Ouro	Brotas de Macaúbas	CD
Santarém	Caturama	CD
Santeiro	Barra	MSF
Santiago	Campo Alegre de Lourdes	SMSF
Santo	Formosa do Rio Preto	W
Santo Agostinho	Pé de Serra	PARAG
Santo Amaro	Santa Cruz Cabralia	ES
Santo Ambrósio	Cansanção	NE
Santo André	Barra do Mendes	IRECÉ
Santo André	Iaçu	PARAG
Santo André	Santa Cruz Cabralia	ES
Santo Antônio	Alcobaça	ES
Santo Antônio	Campo Formoso	PCD
Santo Antônio	Correntina	W
Santo Antônio	Formosa do Rio Preto	W
Santo Antônio	Lençóis	CD
Santo Antônio	Teixeira de Freitas	ES
Santo Antônio	Xiquexique	IRECÉ
São Bento	Curaçá	SMSF
São Bento	Monte Santo	NE
São Bento das Lajes	Mundo Novo	PARAG
São Domingos	Casa Nova	SMSF
São Domingos	Manoel Vitorino	SW
São Félix	Rio do Pires	CD
São Félix	Wanderley	W
São Fidelis	Valença	NE
São Filipe	Caraíbas	SW
São Francisco	Cotegipe	W
São Francisco	Macururé	NE
São Francisco	Prado	ES
São Francisco	Riachão do Jacuípe	PARAG
São Francisco	Ruy Barbosa	PARAG
São Geraldo	Porto Seguro	ES
São João	Buritirama	MSF
São João	Formosa do Rio Preto	W
São João	Jaguaripe	RS
São João	Mansidão	W
São João	Palmeiras	CD
São João	Santa Luzia	LS
São João do Sul	Guaratinga	ES
São Joaquim	Macaúbas	CD
São José	Buritirama	MSF
São José	Chorrochó	SMSF
São José	Iraquara	CD
São José	Itanhém	ES
São José	Jacaraci	SG
São José	Jaguarari	PCD
São José	Macaúbas	CD
São José	Mansidão	W
São José	Paulo Afonso	NE
São José	Santa Maria da Vitória	W
São José	Una	LS
São Lourenço	Ibotirama	MSF
São Luís	Casa Nova	SMSF
São Miguel	Caldeirão Grande	PCD

<b>topônimo</b>	<b>município</b>	<b>RE</b>
São Miguel	Lajedinho	PARAG
São Paulinho	Itamaraju	ES
São Paulo	Santa Rita de Cássia	W
São Paulo	Uauá	NE
São Pedro	Cansanção	NE
São Pedro	Sento Sé	SMSF
São Rafael	Morro do Chapéu	PCD
São Romão	Sento Sé	SMSF
São Roque	Coaraci	LS
São Roque	Ipirá	PARAG
São Saité	Rodelas	NE
São Saté	Macururé	NE
São Sebastião	Angical	W
São Sebastião	Ituberá	LS
São Sebastião	Livramento de Nossa Senhora	SG
São Sebastião	Wagner	CD
São Tadeu	Santa Rita de Cássia	W
São Tomé	Campo Formoso	PCD
Sapucaia	Itambé	SW
Segredo	Souto Soares	CD
Serinhaém	Igrapiúna	LS
Serra	Serra do Ramalho	MSF
Serra Branca	Casa Nova	SMSF
Serra Branca	Santaluz	NE
Serra das Éguas	Brumado	SG
Serra do Joaquim	Jacaraci	SG
Serra Grande	Maraú	LS
Serra Grande	Uruçuca	LS
Serra Negra	Oliveira dos Brejinhos	CD
Serra Petrolina	Itapebi	ES
Serra Vermelha	Chorrochó	SMSF
Sertaneja	Guaratinga	ES
Sete Portas	Feira de Santana	PARAG
Sete Portas	Wenceslau Guimarães	W
Simões	Barra	MSF
Sincorá Velho	Barra da Estiva	CD
Sítio	Casa Nova	SMSF
Sítio	São Desidério	W
Sítio da Conceição	Adustina	NE
Sítio das Flores	Cansanção	NE
Sítio dos Moços	Itiúba	PCD
Sítio Novo	Macururé	NE
Sítio Novo	Pilão Arcado	SMSF
Sítio Tomás	Canudos	NE
Subaúma	Esplanada	LN
Sumidor	Cocos	W
Surubim	Ibitiara	CD
Tabajara	Alcobaça	ES
Taboa	Maracás	SW
Tabocas	Cocos	W
Tábua	Pilão Arcado	SMSF
Tábua	Tucano	NE
Tábua	Várzea Nova	PCD
Tabuada	Formosa do Rio Preto	W
Tabuinha	Riacho de Santana	MSF
Tabuleiro	Baixa Grande	PARAG
Tamanduá	Jeremoabo	NE
Tambori	Brotas de Macaúbas	CD
Tamboril	Caetité	SG
Tamboril	Encruzilhada	SW
Tamboril	Érico Cardoso	CD
Tamboril	Morro do Chapéu	PCD



<b>topônimo</b>	<b>município</b>	<b>RE</b>
Tamboril	Remanso	SMSF
Tamboril	Wanderley	W
Tamburi	Buritirama	MSF
Tamburi	Iramaia	CD
Tanque	Anajé	SW
Tanque	Campo Alegre de Lourdes	SMSF
Tanque de Pedra	Brumado	SG
Tanque Novo	Barra	MSF
Tanque Novo	Juazeiro	SMSF
Tanque Velho	Sobradinho	SMSF
Tanquinho	Barra	MSF
Tanquinho	Ibitira	CD
Tanquinho	Lençóis	CD
Tapagem	Campo Alegre de Lourdes	SMSF
Tapera	Malhada	MSF
Tapira	Piripá	SG
Tapiraji	Itagiba	LS
Tapirama	Itagiba	LS
Tapirema	Vitória da Conquista	SW
Tapuio	Araci	NE
Taquari	Alcobaça	ES
Taquari	Buritirama	MSF
Taquari	Palmeiras	CD
Taratá	Chorrochó	SMSF
Tauá	Carinhanha	MSF
Tebaída	Mundo Novo	PARAG
Teodoro Sampaio	Juazeiro	SMSF
Terra Boa	Boa Vista do Tupim	PARAG
Terra Nova	Angical	W
Terra Nova	Angical	W
Terra Vermelha	Maetinga	SG
Tesouro	Formosa do Rio Preto	W
Testa Branca	Barra	MSF
Tigre	Casa Nova	SMSF
Tijuaçu	Senhor do Bonfim	PCD
Timbó	Xiquexique	IRECÉ
Tingui	Macaúbas	CD
Tiririca	Catolândia	W
Tiririca	Tucano	NE
Torrinha	Barra	MSF
Traíras	Sobradinho	SMSF
Trancoso	Porto Seguro	ES
Tranqueiras	Ituaçu	SG
Travessa	Bonito	CD
Travessa	Santa Rita de Cássia	W
Três Bancos	Ubaíra	RS
Três Lagoas	Itaberaba	PARAG
Trindade	Cícero Dantas	NE
Triunfo	Santa Rita de Cássia	W
Umburana	Andaraí	CD
Umburanas	Barra	MSF
Umburanas	Brumado	SG
Umburanas	Ipirá	PARAG
Umbuzeiro	Mundo Novo	PARAG
Umbuzeiro	Riachão das Neves	W
União Baiana	Itagimirim	ES
Upamirim	Umburanas	PCD
Vale da Ema	Barreiras	W
Vale Verde	Prado	ES
Vaquejador	Piatã	CD
Vargem Grande	Caculé	SG
Varginha	Casa Nova	SMSF
Varginha	Curaçá	SMSF

<b>topônimo</b>	<b>município</b>	<b>RE</b>
Varginha	Itapicuru	NE
Várzea	Ibotirama	MSF
Várzea	Paratinga	MSF
Várzea	Santa Rita de Cássia	W
Várzea Comprida	Tabocas do Brejo Velho	W
Várzea da Ema	Chorrochó	SMSF
Várzea da Pedra	Aracatu	SG
Várzea da Pedra	Oliveira dos Brejinhos	CD
Várzea das Lajes	Barreiras	W
Várzea dos Bois	Monte Santo	NE
Várzea Grande	Campo Formoso	PCD
Várzea Grande	Pindobaçu	PCD
Vazante Grande	Santana	W
Velame	Campo Alegre de Lourdes	SMSF
Venda	Tremendal	SW
Veneza	Itagimirim	ES
Vereda	Central	IRECÉ
Vereda da Casca	Pilão Arcado	SMSF
Vereda da Cruz	Feira da Mata	MSF
Vereda do Cais	Livramento de Nossa Senhora	SG
Vereda do Meio	Cocos	W
Vereda Seca	Boninal	CD
Veredinha	Macaúbas	CD
Veredinha	Vitória da Conquista	SW
Vesperina	Riacho de Santana	MSF
Vila Velha	Itapicuru	NE
Vista Alegre	Jucuruçu	ES
Vitorino	Mansidão	W
Volta da Serra	Mirangaba	PCD
Volta da Serra	Pilão Arcado	SMSF
Wanderlei	Barra	MSF
Xiquexique	Pilão Arcado	SMSF
Xuque	Jeremoabo	NE

Fontes: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>.

### III – Principais cursos d'água baianos (total: 567)

Canal de Taperoá	Riacho Brejo Velho	Riacho do Arroz
Canal de Tinharé	Riacho Brotas	Riacho do Baixão
Córrego Água Preta	Riacho Buracão	Riacho do Bode
Córrego Baixa de Cafarnaum	Riacho Caiçara	Riacho do Brejinho
Córrego Bom Jardim	Riacho Cainana	Riacho do Brejo
Córrego Braço Norte	Riacho Cajueiro	Riacho do Cabedelo
Córrego Campo Grande	Riacho Calandro	Riacho do Carrancudo
Córrego Cantagalo	Riacho Camboatã	Riacho do Catu
Córrego da Baixa Funda	Riacho Campestre	Riacho do Catuzinho
Córrego da Baraúna	Riacho Campo do Meio	Riacho do Cerco
Córrego da Bica	Riacho Campos	Riacho do Charco
Córrego da Ribeira	Riacho Canabrava	Riacho do Cipó
Córrego das Pedras	Riacho Canápolis	Riacho do Cobre
Córrego do Campinho	Riacho Capadinho	Riacho do Cocal
Córrego do Carrapato	Riacho Casa Forte	Riacho do Feijão
Córrego do Chumbo	Riacho Casa Velha	Riacho do Gado Bravo
Córrego do Feijão	Riacho Catolé Grande	Riacho do Gavião
Córrego do Limoeiro	Riacho Catuaba	Riacho do Gonçalo
Córrego do Mocambo	Riacho Caxingá	Riacho do Henrique
Córrego do Nado	Riacho Choça	Riacho do Imbé
Córrego do Pai Nicolau	Riacho Cotegipe	Riacho do Jaú
Córrego do Peixoto	Riacho Cramachá	Riacho do Jenipapo
Córrego do Zes	Riacho da Alegria	Riacho do Jorge
Córrego Espírito Santo	Riacho da Areia	Riacho do Mocambo
Córrego Jacaraci	Riacho da Aroeira	Riacho do Monteiro
Córrego Jundiá	Riacho da Caveira	Riacho do Mucambinho
Córrego Lagoa de Baixo	Riacho da Estiva	Riacho do Mulungu
Córrego Lagoa Encantada	Riacho da Fome	Riacho do Pai Tomé
Córrego Lagoinha	Riacho da Gameleira	Riacho do Panzu
Córrego Marcelino Gomes	Riacho da Gangorra	Riacho do Pires
Córrego Morro Grande	Riacho da Ingazeira	Riacho do Quiba
Córrego Mortugaba	Riacho da Lagoa de Pedra	Riacho do Recife
Córrego Mundo Novo	Riacho da Lama	Riacho do Saco
Córrego Muriqueira	Riacho da Légua	Riacho do Saco Grande
Córrego Mutum	Riacho da Mandiroba	Riacho do Saquinho
Córrego Palmeira	Riacho da Morena	Riacho do Sossego
Córrego Pau Louro	Riacho da Nação	Riacho do Tatauí
Córrego Rancho Seco	Riacho da Onça	Riacho do Tijuco
Córrego Santa Maria	Riacho da Palma	Riacho do Tim Tim
Córrego Santo Antônio	Riacho da Passagem	Riacho do Uibaí
Córrego Sapiranga	Riacho da Pedra Melada	Riacho do Velho
Córrego Velame Brito	Riacho da Penha	Riacho dos Cágados
Córrego Verde	Riacho da Quixabeira	Riacho dos Campos
Córrego Vereda	Riacho da Rapadura	Riacho dos Canos
Córrego Vitória	Riacho da Ribeira	Riacho dos Ferros
Riachão	Riacho da Serra Brava	Riacho dos Frades
Riachão Baixo da Veredinha	Riacho da Serra de Orobó	Riacho dos Mondins
Riachão Baixo do Canoão	Riacho da Umurana	Riacho dos Negros
Riachão do Gentio	Riacho da Vargem	Riacho dos Perdidos
Riachão Santa Maria	Riacho da Vazante	Riacho dos Quatis
Riacho Água Branca	Riacho da Venda Velha	Riacho das Barras
Riacho Água de Rega	Riacho da Vereda	Riacho Encantado
Riacho Água Suja	Riacho da Vitória	Riacho Engenho Velho
Riacho Alegre	Riacho da Volta	Riacho Espadana
Riacho Angical	Riacho das Antas	Riacho Espíndola
Riacho Araticum	Riacho das Aroeiras	Riacho Felipe
Riacho Baixo Pari	Riacho das Furnas	Riacho Folha Larga
Riacho Baixa do Salobro	Riacho das Pannels	Riacho Frio
Riacho Baixa do Tubarão	Riacho das Pedras	Riacho Fundo
Riacho Baixa do Gabriel	Riacho das Pedrinhas	Riacho Gamela
Riacho Barreiro	Riacho das Piabas	Riacho Garimpo Rico
Riacho Bebedouro	Riacho das Tabocas	Riacho Grande
Riacho Boca d'Água	Riacho das Telhas	Riacho Gugi
Riacho Bom Jardim	Riacho do Alegre	Riacho Ingá Açú
Riacho Bom Sucesso	Riacho do Araçá	Riacho Ipueira

Riacho Iuiu	Riacho Tamboril	Rio Capivari
Riacho Jacaré	Riacho Tijucuçu	Rio Carai
Riacho Jacomoa	Riacho Toca da Onça	Rio Cariacá
Riacho Jacutinga	Riacho Tombador	Rio Caririnha
Riacho Jatobá	Riacho Uruguaiana	Rio Carnaíba de Dentro
Riacho Jaú	Riacho Várzea Dantas	Rio Carnaíba de Fora
Riacho Juazeiro	Riacho Velho	Rio Catolé Grande
Riacho Lagoa do Barro	Riacho Vereda	Rio Catu
Riacho Lagoa do Mato	Ribeirão Boa Sorte	Rio Charneca
Riacho Laranjeiras	Ribeirão da Barragem	Rio Cipó
Riacho Largo	Ribeirão da Ressaca	Rio Cocho
Riacho Língua de Vaca	Ribeirão do Bom Jesus	Rio Colônia
Riacho Lucaia	Ribeirão do Boqueirão	Rio Conceição
Riacho Maçacará	Ribeirão do Meio	Rio Condeúba
Riacho Macaúbas	Ribeirão do Mineiro	Rio Congo
Riacho Machado	Ribeirão do Olimpo	Rio Congonhas
Riacho Macururé	Ribeirão do Oliveira	Rio Copioba
Riacho Madalena	Ribeirão do Ouro	Rio Corrente
Riacho Mairi	Ribeirão do Pombal	Rio Correntina
Riacho Malhada d'Areia	Ribeirão do Salto	Rio Corta Mão
Riacho Mamuquim	Ribeirão dos Irmãos Mata	Rio Cresciúma
Riacho Mandassaia	Ribeirão Duas Irmãs	Rio Curimataí
Riacho Maria Joana	Ribeirão Salomea	Rio Curuçá
Riacho Marimbu	Rio Acarai	Rio da Caixa
Riacho Marrecos	Rio Água Branca	Rio da Casca
Riacho Melancia	Rio Água Doce	Rio da Conceição
Riacho Muritiba	Rio Água Fria	Rio da Dona
Riacho Olaria	Rio Água Preta	Rio da Lajinha
Riacho Olho d'Água	Rio Água Suja	Rio da Lapinha Grande
Riacho Olho d'Água de Ouro	Rio Aipim	Rio da Passagem
Riacho Ourives	Rio Alcobaça	Rio da Prata
Riacho Ouro Verde	Rio Aliança	Rio da Preguiça
Riacho Outeiro Grande	Rio Almada	Rio da Serra
Riacho Paciência	Rio Andaraí	Rio da Silva
Riacho Paiaia	Rio Anta Gorda	Rio das Almas
Riacho Palmeiras	Rio Aramari	Rio das Mulheres
Riacho Passagem de Cima	Rio Araticum	Rio das Pedras
Riacho Pau a Pique	Rio Aratuípe	Rio das Piabas
Riacho Pau Brasil	Rio Arrojado	Rio das Pombas
Riacho Pau de Colher	Rio Arthur Pestana	Rio das Puaiais
Riacho Pilões	Rio Baiano	Rio das Rãs
Riacho Pindoba	Rio Bananeiras	Rio das Tripas
Riacho Poções	Rio Barriguda	Rio de Brejões
Riacho Preto	Rio Bendengó	Rio de Contas
Riacho Quatis	Rio Bonito	Rio de Janeiro
Riacho Queimada Grande	Rio Branco	Rio de Ondas
Riacho Rebouças	Rio Brumado	Rio de Pedra Branca
Riacho Riachão	Rio Burandanga	Rio de Santana
Riacho Ribeira	Rio Buranhém	Rio de Umburanas
Riacho Roncador	Rio Cabaceiras	Rio de Una
Riacho Salgado	Rio Cachoeira	Rio do Antônio
Riacho Salustiano	Rio Cachoeirinha	Rio do Cavaco
Riacho Sambaúba	Rio Caem	Rio do Cedro
Riacho Santa Rosa	Rio Cairu	Rio do Cobre
Riacho São João	Rio Cajá	Rio do Curral
Riacho São José	Rio Camaçari	Rio do Espinho
Riacho São Miguel	Rio Cambucá	Rio do Espírito Santo
Riacho Sapecado	Rio Camisãozinho	Rio do Meio
Riacho Saracura	Rio Campinas	Rio do Murim
Riacho Seco	Rio Camurujá	Rio do Onha
Riacho Sergi Mirim	Rio Camurujipe	Rio do Ouro
Riacho Serra Dourada	Rio Canabrava	Rio do Peixe
Riacho Simeão	Rio Canavieira	Rio do Peixe de Baixo
Riacho Sobrado	Rio Cancela	Rio do Saco
Riacho Solidão	Rio Candeal	Rio do Salto
Riacho Tabocas	Rio Capivara	Rio do Sul
Riacho Tamanduá	Rio Capivara Grande	Rio do Tijuco

Rio do Urubu	Rio Macuco	Rio Roda Velha
Rio do Valentim	Rio Mandu	Rio Romão Gramacho
Rio do Vigário	Rio Manjerona	Rio Sacraíú
Rio dos Cachorros	Rio Marajú	Rio Salgado
Rio dos Milagres	Rio Marimbu	Rio Salitre
Rio dos Monos	Rio Mato Grosso	Rio Santa Cruz
Rio dos Porcos	Rio Mocambo	Rio Santa Helena
Rio dos Remédios	Rio Mosquito	Rio Santa Luzia
Rio Fartura	Rio Mucugê	Rio Santana
Rio Finte da Prata	Rio Mucuri	Rio Santo Antônio
Rio Formoso	Rio Mucurizinho	Rio Santo Onofre
Rio Frade	Rio Olhos d'Água	Rio São Desidério
Rio Fundão	Rio Ourives	Rio São Francisco
Rio Gandu	Rio Paiol	Rio São João
Rio Gangu	Rio Palmares	Rio São José
Rio Gavião	Rio Panelão	Rio São Paulo
Rio Gongoji	Rio Panelinha	Rio São Pedro
Rio Gramacho	Rio Paracatu	Rio Sapucaia
Rio Grande	Rio Paraguaçu	Rio Saubara
Rio Guará	Rio Paramirim	Rio Sauípe
Rio Igrapiúna	Rio Paratiji	Rio Seco
Rio Iguape	Rio Pardo	Rio Serinhaém
Rio Imbassaí	Rio Pato	Rio Serra Torta
Rio Imbiruçu	Rio Pau de Pilão	Rio Sincorá
Rio Inhambupe	Rio Pé de Serra	Rio Sobradinho
Rio Ipitanga	Rio Peixoto	Rio Sorojó
Rio Itabatinga	Rio Penedo	Rio Subaé
Rio Itaguari	Rio Peruípe	Rio Subaúma
Rio Itanhém	Rio Piabinha	Rio Tapera
Rio Itanhetinga	Rio Piauí	Rio Taquari
Rio Itapicuru	Rio Pindobeira	Rio Tarugo
Rio Itapicuru Açú	Rio Piranhas	Rio Tinguis
Rio Itapicuru Mirim	Rio Pitanga	Rio Tubarão
Rio Itariri	Rio Pituaçu	Rio Tocós
Rio Jaboticaba	Rio Poço Grande	Rio Traripe
Rio Jacaré	Rio Pojuca	Rio Três Passagens
Rio Jacarecanga	Rio Pontal	Rio Tupim
Rio Jacuípe	Rio Pontal do Sul	Rio Una
Rio Jacumirim	Rio Prata	Rio Urandi
Rio Jacurici	Rio Pratidão	Rio Urubu
Rio Jaguarari	Rio Pratudinho	Rio Utinga
Rio Jequiezinho	Rio Prensa	Rio Vaza-Barris
Rio Jequitibá	Rio Preto	Rio Vazante
Rio Jequitinhonha	Rio Preto do Costa	Rio Velho
Rio Jiquiriçá	Rio Preto do Crisciúma	Rio Verde
Rio Jiquiriçá Mirim	Rio Quente	Rio Verde Grande
Rio Joanes	Rio Quingomes	Rio Verde Pequeno
Rio João de Tiba	Rio Quinjingue	Rio Vermelho
Rio João de Tiba	Rio Quiricó Grande	Rio Verruga
Rio Jucurici	Rio Quiricó Pequeno	Vereda da Canabrava
Rio Jucuruçu	Rio Raízes	Vereda da Tábua
Rio Jundiá	Rio Real	Vereda do Barreiro
Rio Lagoinha	Rio Riachão	Vereda do Brejão
Rio Lençóis	Rio Ribeirão	Vereda do Buriti
Rio Limoeiro	Rio Ribeirão do Largo	Vereda Limo
Rio Lucaia	Rio Ribeirão Salgado	Vereda Pederneiras
Rio Macaco	Rio Ribeiro	Vereda Tábua

#### IV – Principais açudes baianos (total: 125)

Adustina	Jacurici	Truvisco
Água Fria I	Jenipapo	Utinga
Água Fria II	Joanes I	Valente
Aipim	Joanes II	Várzea de Dentro
Anagé	Juraci Magalhães	Várzea Redonda
Andorinha I	Jurema	
Andorinha II	Jussiape	
Angico	Lage Nova	
Angico	Lagoa do Meio	
Araci	Lajinha	
Arroz	Luis Vieira	
Baixa do Governo	Macaúbas	
Barra do Mendes	Maetinga	
Barreiro	Mata Escura	
Barreiro	Melancia	
Barreiro Vermelho	Miguel Calmon	
Boa Vista	Mirorós	
Boca D'Água	Mocambo	
Botuporã	Monteiro	
Caatinga do Moura	Morrinhos	
Cachoeirinha	Moxotó	
Cajueiro	Patos	
Caldeirão Grande	Pau d'Água	
Cândido Caldas	Pedra	
Cariacá	Pedra do Cavalo	
Cedro	Pedra Riscada	
Ceraíma	Pedras	
Champirão	Pedregulho	
Cipó	Peixe	
Cobre	Periperi	
Cocorobó	Pinhões	
Coité	Pituaçu	
Comocoxico	Poço das Colheres	
Cotia	Ponto Novo	
Crisciúma	Prata	
Curral Falso	Quicé	
da Prata	Quinji	
de Afligidos	Rancharia	
de França	Riacho da Onça	
de Juraci	Riacho do Sítio	
de Macaco	Riacho dos Poços	
Delfino	Rio do Antônio	
Divino	Rio do Peixe	
do Apertado	Rocinha	
do Girau	Rodeador	
Estreito	Saco de Barro	
Funil	Santa Helena	
Gavião	São Desidério	
Guajeru	São Domingos	
Heliópolis	São José do Jacuípe	
Ibirataia	Saracura	
Ibitita	Serrote	
Iguape	Sobradinho	
Ipitanga I	Sohén	
Ipitanga II	Tábua I	
Itamira	Tábua II	
Itape	Tanque Novo	
Itarandi	Tapera	
Jacu	Tapera	
Jacuípe	Tremendal	

Fonte: <[www.sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br)>

**V - Unidades do relevo baiano (total: 58)**

Baixada Litorânea  
Baixadas dos Rios Jacaré e Salitre  
Bloco Montanhoso de Santo Antonio Jacinto  
Blocos Planálticos Setentrionais  
Campos de Areias do Médio São Francisco  
Chapada de Irecê  
Chapada Diamantina  
Chapadão Central  
Chãs Pré-Litorâneas  
Depressão de Itabuna-Itapetinga  
Depressão do São Francisco  
Espigão Mestre  
Espinhaço Central  
Maciço Central  
Maciços Pré-Litorâneos  
Monte Pascoal  
Monte Recôncavo  
Morro de São Paulo  
Morro do Chapéu  
Morro do Gato  
Morro do Pai Inácio  
Patamar do Médio Rio Paraguaçu  
Patamares do Médio Rio de Contas  
Pediplano do Alto Rio Pardo  
Pediplano Karstificado  
Pediplano Sertanejo  
Planalto de Vitória da Conquista  
Planalto do Rio Bonito  
Planalto dos Geraizinhos  
Planícies Deltáicas, Estuarinas e Praias  
Planícies Marinhas e Fluviomarinhas  
Raso da Catarina  
Serra da Capivara  
Serra das Almas  
Serra das Marrecas  
Serra de Jacobina  
Serra do Cobre  
Serra do Gentio  
Serra do Ramalho  
Serra do Tombador  
Serra dos Aimorés  
Serra dos Barbados  
Serra Geral do Goiás  
Serra Preta  
Serra São Francisco  
Serras e Maciços Pré-Litorâneos  
Serras Marginais  
Tabuleiro Dissecado do Vaza-Barris  
Tabuleiros Costeiros  
Tabuleiros do Itapicuru  
Tabuleiros do Recôncavo  
Tabuleiros do Rio Pardo  
Tabuleiros do Rio Real  
Tabuleiros Interioranos  
Tabuleiros Pré-Litorâneos  
Vale do Capão  
Vale do Paty  
Várzeas e Terraços Aluviais

## VI – Outros acidentes geográficos

### 1. Praias (total: 42)

Alcobaça  
 Amaralina  
 Barra Nova  
 Barra Velha  
 Boca da Barra  
 Costa Dourada  
 Cueira  
 da Barra  
 da Ponta do Garcez  
 das Ostras  
 de Canabrava  
 de Castelhanos  
 de Itapororoca  
 de Taperapuã  
 do Acuípe  
 do Espelho  
 do Forte  
 do Marciano  
 do Moreira  
 do Norte  
 do Oeste  
 do Pontal  
 do Sul  
 do Tauá  
 Encantado  
 Guarajuba  
 Guarapuã  
 Guaratiba  
 Itacimirim  
 Itapuã  
 Jauá  
 Moreré  
 Ondina  
 Piratigi  
 Ponta do Mutá  
 Pontal  
 Primeira  
 Quarta  
 São José  
 Segunda  
 Tassimirim  
 Terceira

### 3. Baías (total: 4)

de Aratu  
 de Camamu  
 de Todos os Santos  
 do Iguape

### 4. Recifes (total: 2)

Atol das Rocas  
 dos Timbebas

### 5. Arquipélagos (total: 2)

Abrolhos  
 Cairu

### 6. Ilhas (total: 29)

Bimbarras  
 Boipeba  
 Caçumba  
 da Esperança  
 da Fantasia  
 das Fontes  
 das Garças  
 de Atalaia  
 de Bimbarra  
 de Cajaíba  
 de Comandatuba  
 de Itaparica  
 de Maré  
 de Paramana  
 de Santana  
 de Tinharé  
 do Bom Jesus dos Passos  
 do Bom Jesus dos Pobres  
 do Cajueiro  
 do Capeta  
 do Conde  
 do Medo  
 dos Frades  
 Guarita  
 Redonda  
 Santa Bárbara  
 Siriba  
 Sueste  
 Tinharé

### 7. Penínsulas (total: 2)

Itapagipe  
 Maraú

### 8. Barras (total: 3)

do Jiquiriçá  
 do Pojuca  
 Grande

### 9. Pontas (total: 9)

Curral  
 da Areia  
 da Baleia  
 da Serra Grande  
 do Cal  
 do Corumbau  
 do Garcez  
 do Mutá  
 dos Castelhanos



## VII - Unidades de conservação natural

### 1. APAs (total: total: 42)

Bacia do Cobre/São Bartolomeu  
 Caminhos Ecológicos da Boa Esperança  
 da Bacia do Rio de Janeiro  
 da Baía de Camamu  
 da Baía de Todos os Santos  
 da Corôa Vermelha  
 da Costa de Itacaré/Serra Grande  
 da Costa Dourada  
 da Lagoa Encantada e do Rio Almada  
 da Lagoa Itrica  
 da Península de Maraú  
 da Plataforma Continental do Litoral Norte  
 da Ponta da Baleia/Abrolhos  
 das Dunas e Veredas do Baixo Médio São Francisco  
 da Serra do Barbado  
 da Serra do Ouro  
 das Ilhas de Tinharé e Boipeba  
 das Lagoas e Dunas do Abaeté  
 de Cachoeira da Pancada Grande  
 de Candengo  
 de Caraíva/Trancoso  
 de Joanes-Ipitanga  
 de Mangue Seco  
 de Santo Antônio  
 de São Desidério  
 do Guaibim  
 do Lago de Pedra do Cavalo  
 do Lago de Sobradinho  
 do Lapão  
 do Litoral Norte  
 do Pratigi  
 do Rio Capivara  
 do Rio Preto  
 Gruta dos Brejões/Veredas do Romão Gramacho  
 Itapebi  
 Lagoa da Companhia de Carbono Coloidais  
 Lagoas de Guarajuba  
 Marimbus/Iraquara  
 Recife das Pinaúnas  
 Serra Branca/Raso da Catarina  
 Serra das Candeias  
 Vale das Cascatas

### 2. Estações Ecológicas (total: 5)

Estação Ecológica da Ilha do Medo  
 Estação Ecológica do Rio Preto  
 Estação Ecológica Estadual de Wenceslau Guimarães  
 Estação Ecológica Raso da Catarina  
 Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins

### 3. Jardins Botânicos (total: 2)

Jardim Botânico de Ilhéus  
 Jardim Botânico de Salvador

### 4. Áreas Estaduais de Relevante Interesse Ecológico (total: 4)

Nascentes do Rio de Contas  
 Serra do Orobó  
 Cinturão Verde  
 Floresta Nacional Contendas do Sincorá

### 5. RPPNs (total: 57)

Adília Paraguaçu Batista  
 Ágda  
 Araçari  
 Ararauna  
 Cajueiro  
 Carroula  
 da Mata Atlântica da Manona  
 das Dunas  
 Dunas de Santo Antônio  
 Ecoparque de Una  
 Estância Manacá  
 Fazenda Água Branca  
 Fazenda Arte Verde  
 Fazenda Avaí  
 Fazenda Boa Ventura  
 Fazenda Boa Vista I  
 Fazenda Boa Vista II  
 Fazenda Boa Vista III  
 Fazenda Coqueiros  
 Fazenda Córrego dos Bois  
 Fazenda Flor de Liz  
 Fazenda Forte I  
 Fazenda Forte II  
 Fazenda Kaybi  
 Fazenda Lontra/Saudade  
 Fazenda Morrinhos  
 Fazenda Paraíso  
 Fazenda Pé de Serra  
 Fazenda Piabas  
 Fazenda Pindorama  
 Fazenda Retiro  
 Fazenda São João  
 Fazenda Sossego  
 Guará  
 Guará I  
 Guará II  
 Itacira  
 Juerama  
 Lagoa das Campinas  
 Lagoa do Formoso  
 Lagoa do Peixe  
 Mãe da Mata  
 Nova Angélica  
 Pedra do Sabiá  
 Portal do Curupira  
 Reserva Carová  
 Reserva da Peninha  
 Reserva Estação Veracruz  
 Reserva Fugidos  
 Reserva Natural da Serra do Teimoso  
 Reserva Panema  
 Reserva Salto Apepique  
 Rio Capitão  
 Rio dos Monos  
 São Francisco da Trijunção  
 São Joaquim da Cobonha I  
 São Joaquim da Cobonha II

**6. Parques Estaduais (total: 5)**

da Serra do Conduru  
das Sete Passagens  
de Canudos  
Ilha dos Frades  
Morro do Chapéu

**7. Parques Municipais (total: 14)**

das Dunas de Abrantes  
de Mucugê  
Lagoas e Dunas do Abaeté  
Marinho do Recife de Fora  
Natural da Serra das Almas  
São Bartolomeu  
Serra do Periperi  
da Chapada Diamantina  
das Nascentes do Rio Parnaíba  
do Descobrimento  
do Pau Brasil  
e Histórico do Monte Pascoal  
Grande Sertão Veredas  
Marinho dos Abrolhos

**8. Reservas Biológicas (total: 3)**

de Maracás  
de Una  
de Sapiranga

**9. Reservas Ecológicas (total: 4)**

Cachoeira do Pau  
do Juliana  
e Arqueológica da Serra do Mulato  
Baiano  
Ilha de Maré

**10. Parques Florestais e Reservas Ecológicas  
da Ilha de Itrica (total: 2)  
Garcia D'Ávila****11. Parques Históricos (total: 2)**

Castro Alves  
Metropolitano de Pirajá

**12. Parques Metropolitanos (total: 2)**

de Ipitanga  
do Pituaçu

**13. Parques Zoobotânicos (total: 2)**

da Matinha  
Getúlio Vargas

**14. Monumentos Naturais (total: 2)**

da Cachoeira do Ferro Doido  
dos Canions do Subaé

**15. Reservas Extrativistas (total: 3)**

de Canavieiras  
Marinha da Baía do Iguape  
Marinha do Corumbau

**16. Outras unidades de conservação (total: 4)**

Museu Ecológico e Artístico Frans Krajcberg  
Parque da Cidade Joventino Silva  
Refúgio de Vida Silvestre das Veredas do Oeste  
  
Reserva Estadual Cotegipe-CIA

**VIII – Assentamentos rurais (total: 462)**

3 de Abril  
 17 de Abril  
 12 de Maio  
 Afrânio Fonseca Freitas  
 Agropastoril Santa Izabel  
 Água Salgada  
 Alagoas  
 Alagoinha  
 Aldeia  
 Alegria  
 Alemita  
 Aliança  
 Amaralina  
 Amazonas  
 Ana Rosa  
 Andaraí I  
 Angical  
 Angico  
 Anice  
 Antônio Conselheiro  
 Antonio Conselheiro II  
 recida do Norte  
 Araruna  
 Arco Verde  
 Argemiro Mendes de Oliveira  
 Arizona e outros  
 Assembléia  
 Assu da Capivara  
 Auxiliadora  
 Baixa Grande  
 Baixão  
 Barra Verde  
 Barro Branco  
 Barro Vermelho/Canudos  
 Batalha  
 Beira Rio  
 Beira Rio I  
 Beira Rio II  
 Beira Rio III  
 Flor  
 Bela Vista I  
 Bela Vista II  
 Bela Vista/Movelar  
 Boa Esperança  
 Boa Sorte I  
 Boa Sorte/Recreio  
 Boa Vista de Esplanada  
 Bom Jesus das Ortigas  
 Bom Jesus dos Seis Irmãos  
 Bom Sucesso  
 Bonfim  
 Bonito das Umburanas  
 Boqueirão  
 Boqueirão e outras  
 Brasilândia  
 Brejão  
 Brejo de São José  
 Buique  
 Burundanga  
 Caatinga  
 Nossa Senhora da Conceição  
 Cachá  
 Cachoeira Bonita e Conceição  
 Cacimba  
 Caimã  
 Caibongo  
 Cajueiro  
 Caldeirão  
 Califórnia II  
 Camamu  
 Campinhos  
 Campo Alegre  
 Campo Formoso  
 Campo Grande I  
 Canaã I  
 Canaã II  
 Canabrava  
 Canabrava I  
 Canabrava II  
 Cangussu  
 Carita  
 Carlota  
 Cascata  
 Castelo  
 Catarina  
 Cedro I  
 Cedro II  
 Cedro III  
 Central  
 Chico Mendes I  
 Chico Mendes II  
 Cipó  
 Conceição  
 Conceição e Santa Elisa  
 Conjunto Cruzeiro do Sul  
 Conjunto Riacho da Palmeira  
 Conjunto Baixão  
 Conjunto Boa Sorte  
 Conjunto Bom Gosto  
 Conjunto Coary  
 Conjunto Laranjeira  
 Conjunto Mineiro  
 Conjunto Palestina  
 Conjunto São João  
 Conjunto Vila Isabel  
 Conquista do Rio Pardo  
 Coroa de Cabália  
 Coroa Verde  
 Cosme e Damião  
 Cosme Muniz  
 Cova da Árvore  
 CSB  
 Curimatá  
 Curral das Vargens  
 Curral do Rio Grande II  
 Dadau  
 Dandara dos Palmares  
 Dois Irmãos  
 Dois Irmãos Camacã  
 Dom Helder Câmara  
 Dorcina Paula de Oliveira  
 Eldorado

Embaúba I	Hararas e Lagoa do Tião
Engano	Helvécia
Ernesto Che Guevara	Ilha da Liberdade
Estância Santa Cruz	Imbirussu de Dentro
Etelvino Campos	Ipauate
Etevaldo Barreto Pelé	Ipiranga
Euclides Neto	Itararé
Eugênio Lyra	Itatiaia
Europa	Jacarandá
Extrativo São Francisco	Jequiriçá
Fábio Henrique	Jequitibá
Fábio Henrique Cerqueira	João Amazonas
Fazenda Almas	Josefa Vitória
Fazenda Bom Jesus	Josenei
Fazenda Bom Sucesso e Outras	Jurema
Fazenda Boqueirão	Jutacy
Fazenda Brasil	Khaetá
Fazenda Cajueiro	Lage do Ariri
Fazenda Cajueiro I	Lagoa Bonita
Fazenda Cajueiro II	Lagoa Caldeirão
Fazenda Califórnia	Lagoa da Onça
Fazenda Crispim	Lagoa de Dentro I
Fazenda Cumuruxatiba	Lagoa de Dentro II
Fazenda Desterro	Lagoa de Itrica
Fazenda Dois Irmãos	Lagoa do Boi
Fazenda Esperança	Lagoa do Coiqui
Fazenda Fortaleza	Lagoa Dourada
Fazenda Guairá	Lagoa Nova
Fazenda Itacutiara	Lagoinha e Boa Vista
Fazenda Jaguaracy	Lajedo Bonito
Fazenda Lagoa da Onça	Lameiro
Fazenda Milagre/Mangaratiba	Liberdade
Fazenda Munduri	Limoeiro
Fazenda Nova Deli	Loanda
Fazenda Nossa Senhora do Rosário	Loreta Valadares
Fazenda Paraíso	Lucas Dantas
Fazenda Poço	Macaco Seco
Fazenda Polinésia	Maju
Fazenda Porto Bonito	Mangal I
Fazenda Queimadas	Mangal II
Fazenda Reunidas Esplanada	Manoel Chinês
Fazenda Reunidas Pai João	Manoel Dias
Fazenda Sacrifício	Marambaia
Fazenda Santa Ernestina	Maravilha
Fazenda Santa Helena	Margarida Alves
Fazenda Santana	Mari
Fazenda São João	Mariana
Fazenda Serra Grande	Marolândia
Fazendas Reunidas FS	Marreca
Fazenda Talismã	Mata do Sossego
Fazenda Teimosia	Mel de Abelha
Fazenda Vavá	Mirante
Feirinha/Marrequeiro	Moçambique
Ferradura	Mocambo
Floresta e Outras	Mocambo/ Bonfim
Florida	Moreno
Frade Velho	Morrinhos
Frei Vantuy	Mucambinho
Gameleira	Mumbuca/ Canaã
Gerais Salinas/ Caatinga de N. Sra. da Conceição	Murity
Grupo Santo Antonio	Mutum
Guanabara	Nancy

Nascimento e Conquista  
 Nossa Senhora Auxiliadora  
 Nossa Senhora do Rosário  
 Nova Canaã  
 Nova Conquista  
 Nova Conquista  
 Nova Conquista de Itiúba  
 Nova Esperança  
 Nova Esperança e Alto Bonito  
 Nova Esplanada Capefe  
 Nova Esplanada I  
 Nova Galícia  
 Nova Jabuticaba  
 Nova Olinda  
 Nova Palmares  
 Nova Paz  
 Nova Suíça  
 Nova Terra  
 Nova União  
 Nova União da Fazenda Ferraria  
 Nova Vida  
 Nova Vida I  
 Nova Vitória  
 Nova Volta  
 Nova Ypiranga  
 Novo Horizonte  
 Novo Horizonte  
 Novo Horizonte  
 Novo Horizonte Jacarandá  
 Novo Paraíso  
 O Descobrimento (Rio Sul)  
 Ojeferson Santos  
 Olho D'Água  
 Oregon  
 Pachola  
 Pai João/ Foagro  
 Pajeú  
 Palestina  
 Pancada Grande  
 Panema  
 Paracatu  
 Paraguaçuzinho  
 Paraíso  
 Paraíso/ Itacaré  
 Patalim  
 Patizinho  
 Pátria Livre  
 Pau de Colher  
 Paulo Freire  
 Paulo Jacson  
 Pau Peba  
 Paus Pretos  
 Pé de Serra  
 Pedra Bonita  
 Pedra Branca  
 Pedra Dourada  
 Pedra Grande  
 Pedrão  
 Piabas  
 Piassava  
 Picada  
 Pinga Pinga

Pioneiro  
 Piratini  
 Poção  
 Poço Longe  
 Poço Redondo  
 Ponta D'Água  
 Porteiras  
 Preto Velho  
 Primavera  
 Primavera Capefe  
 Projeto Especial Quilombola Pitombeira  
 Puxim/ Sarampo  
 Quilombola Barro Vermelho  
 Quilombola Parateca  
 Quilombola Rio das Rãs  
 Quilombola Rumo ao Rio  
 Rancho Alegre  
 Rancho do Bia  
 Rancho dos Teixeiras  
 Rancho Nevado  
 Recordação  
 Recreio  
 Renascer  
 Reserva Oeste  
 Resistente  
 Ressurreição  
 Reunidas Cambuí  
 Reunidas Corumbau  
 Reunidas do Bandeira  
 Reunidas José Rosa  
 Reunidas Palame  
 Reunidas Santa Fé  
 Reunidas Santa Luzia e Outras  
 Reunidas Vazante  
 Riacho das Ostras  
 Riacho dos Cavalos  
 Riacho dos Porcos  
 Rio Aliança  
 Rio Bonito  
 Rio Branco  
 Rio das Rãs II  
 Rio de Ondas  
 Rio Grande II  
 Rio Negro  
 Rio Preto  
 Rio Verde  
 Roça do Povo  
 Rosely Nunes  
 Rumo à Independência  
 Rumo Novo  
 Salgado  
 Salinas  
 Salubrino  
 Santa Bárbara  
 Santa Catarina  
 Santa Clara  
 Santa Clara e Paraguaciuma  
 Santa Cruz  
 Santa Cruz do Ouro  
 Santa Cruz e Bom Jesus  
 Santa Domênica  
 Santa Fé

Santa Helena  
 Santa Irene  
 Santa Luzia  
 Santa Luzia/ Três Irmãos  
 Santa Luzia  
 Santa Maria  
 Santa Maria Florentina  
 Santana  
 Santana/ Buri  
 Santa Rita  
 Santa Sofia  
 Santa Terezinha  
 Santa Virgínia  
 Santa Virgínia  
 Santo Antonio  
 Santo Antonio dos Calmons  
 Santo Antonio e São José  
 Santo Apolônio/ Grotão  
 São Bento  
 São Caetano  
 São Caetano II  
 São Diogo  
 São Domingos  
 São Felipe  
 São Francisco  
 São Francisco  
 São Francisco  
 São Francisco de Assis  
 São Francisco de Assis do Jequitinhonha  
 São Francisco de Catu  
 São Gonçalo  
 São Jerônimo  
 São João  
 São João da Casa Nova  
 São Joaquim  
 São Jorge  
 São José  
 São José/ Campo Grande II  
 São José do Marimba  
 São José/ Limoeiro  
 São Judas Tadeu  
 São Lucas  
 São Mateus  
 São Miguel  
 São Paulo  
 Segredo e Riachuelo  
 Senhor do Bonfim  
 Serra Azul  
 Serra Branca  
 Serra da Areia I  
 Serra da Areia II  
 Sertão Bonito  
 Sertão Bonito  
 Sítio Campo Verde  
 Sítio do Meio  
 Sítio Novo  
 Sítio Novo  
 Sítio Novo/ Roncador  
 Sohem  
 Soledade  
 Sossego I  
 São Sebastião de Utinga

Tábua Serrinha  
 Tainá  
 Talismã  
 Terra de Santa Cruz  
 Terra Nova  
 Terra Vista  
 Tijuípe  
 Tingui Gonçalves e Desenvolvimento  
 Três Bois  
 Três Irmãos  
 Tuiuty  
 Uirapuru  
 União  
 União IBC  
 Unida  
 Utinga  
 Vale da Califórnia  
 Vale Verde  
 Vargem Funda  
 Várzea do Curral  
 Várzea Grande  
 Varzinha  
 Vila Tancredo Neves  
 Virote  
 Vitória  
 Vitorópolis  
 Wilson Furtado  
 Zumbi dos Palmares  
 Zumbi dos Palmares

Fonte: <[www.sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br)>



## APÊNDICE E: MODELO DE FICHA LEXICOGRÁFICO- TOPONÍMICA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
INSTITUTO DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA**

### PROJETO ATLAS TOPONÍMICO-HISTÓRICO DOS MUNICÍPIOS BAIANOS

#### FICHA LEXICOGRÁFICO-TOPONÍMICA

topônimo	taxonomia
JACOBINA	litotopônimo
<b>tipo de acidente</b>	AH / município
<b>histórico</b>	(Vila de) Santo Antônio de Jacobina (1720) > (Agrícola Cidade de) Jacobina (1880)
<b>origem</b>	Tupi-antigo; étimo: <i>ia-kûa</i> 'cascalho' + <i>apina</i> 'limpo, descoberto'; donde: 'cascalho limpo, descoberto'
<b>estrutura morfológica</b>	forma aglutinada
<b>informações enciclopédicas</b>	
<p>Há pelo menos três explicações para o topônimo, cada uma delas podendo guardar variações. Hipótese de etimologia popular (v. contexto)</p> <p>Hipótese de Lemos (1995): A partir de 1612, com a fundação do Forte de São Luís na ilha do Maranhão por invasores franceses, muitos missionários dominicanos católicos dessa nacionalidade, possivelmente do grupo dos jacobinos, passaram a viver reclusos em conventos da França Equinocial. Contudo, mesmo com o fim desse projeto e a expulsão definitiva dos franceses do território brasileiro em 1615, alguns desses religiosos podem ter permanecido no Brasil e se integrado pelo interior do país ao trabalho catequético de outras ordens. A autora aventa a seguinte possibilidade: "Não teriam esses frades dominicanos tomado parte dessas 'entradas', chegando também a estas terras? Não teriam dado a estas terras o nome de Jacobina como reminiscência do seu convento lá na Pátria distante?" (LEMOS 1995, p. 28).</p> <p>Hipótese de dicionários brasileiros: registro da lexia como nome comum, com o sentido de "terreno impróprio para a lavoura, revestido de mato baixo, comumente cerrado e espinhoso" (FERREIRA 1988)</p>	
<b>contexto (fonte)</b>	
<p>"Nas terras de Jacobina vivia um casal de índios, de cujos nomes Jacob e Bina, ter-se-ia pela junção, formado o nome Jacobina. A troca de presentes, esse casal acolhia os brancos aventureiros sem animosidade, agasalhando-os em sua taba. Usando de sua influência perante os demais índios, esse casal conseguia vencer a hostilidade inerente aos aborígenes e facilitava aos aventureiros a penetração nas terras incultas da região. Jacob e a sua companheira ficaram famosos e eram ouvidos quando qualquer acontecimento havia na aldeia. A palavra do casal era oráculo sagrado. Faleceram bem velhinhos. Sempre que se fazia alguma referência às ricas minas destas paragens, dizia-se: 'as terras de Jacob e Bina'. Unindo-se os dois nomes, acudia com precisão Jacobina". (a lenda de Jacó e Bina, apud LEMOS 1995, p. 27)</p>	
<b>pesquisador</b>	Ricardo Tupiniquim Ramos
<b>revisor</b>	Suzana Alice Marcelino Cardoso
<b>data da coleta</b>	15/05/2004